SERAFIM LEITE, S. I.

HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

TÔMO III

NORTE - 1) FUNDAÇÕES E ENTRADAS

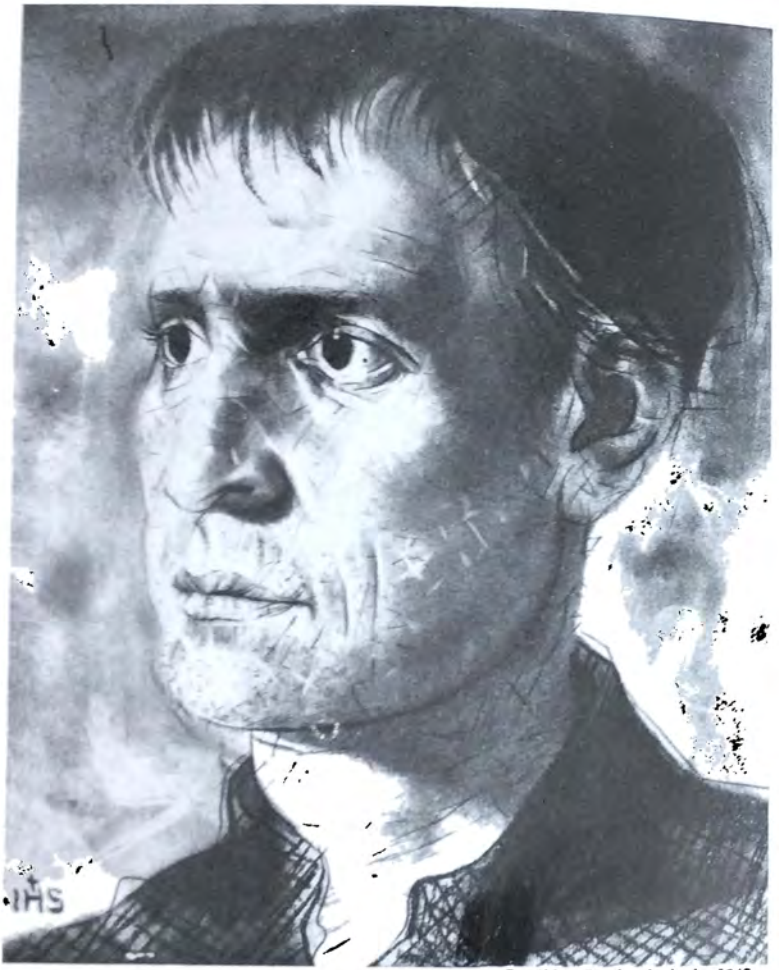
Séculos XVII - XVIII

PUCRS/BCE
0-123.408-0

1943

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
AV. RIO BRANCO
RIO DE JANEIRO

LIVRARIA PORTUGÁLIA
RUA DO CARMO, 75
LISBOA



Candidus Portinari pinxit, 1942.

P. LUIZ FIGUEIRA

Fundador da Missão do Maranhão e Grão Pará

Autor da «Arte da Língua Brasílica»

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO AUTOR

À

Academia Brasileira

PREFÁCIO

«A Companhia de Jesus, durante os primeiros séculos da história do Brasil, constituiu a mais vigorosa fôrça espiritual da colonização. Tamanha obra, realizada com amor, dedicação e sacrifício, é reconhecida pelos historiadores brasileiros como base, das mais importantes, da civilização nacional». — GETULIO VARGAS, Presidente da República do Brasil. — Do *Decreto de 27 de Setembro de 1940*, oficializando as festas do 4º Centenário da Companhia de Jesus.

O Brasil no século XVI terminou no Rio Grande do Norte, na Fortaleza dos Reis Magos. O século XVII, e com êle êste III tômo da História da Companhia de Jesus no Brasil, *abre com a Conquista do Ceará, e, depois, a do Maranhão, Pará e Amazonas, — a terça parte, com pouca diferença, do actual território brasileiro. Dentro desta área vastíssima ficam os dois campos mais violentamente opostos do Brasil, o Ceará e a Amazónia. O Ceará, terra de admirável energia, mas áspera às vezes, que obriga o homem a «retirar-se», diante da inclemência periódica das sêcas, para a beira de algum «olho de água», arredio e nem sempre fiel. A Amazónia, que é a fartura de água, a condicionar a vida, mas a impor também vigilância, contra essa mesma fartura, de conseqüências nem sempre úteis. Campos opostos, que tentam a coragem do homem, pela sua mesma dificuldade original.*

Entre o Ceará e a Amazónia fica o Maranhão, região intermédia que participa da natureza de ambos. Existe igualmente o Piauí. E êste diferencia-se de todos três, na sua parte de maior importância, que é o interior, o «sertão de dentro», prolongamento dos sertões curraleiros da Baía a cujo ciclo pertence. Tal circunstância e o facto de o descobridor dêle, Domingos Afonso Sertão, doar as suas fazendas ao Colégio e Seminário da Baía, anexam à história dessas casas a página jesuítica do Piauí. Nêste tômo, pois, nada caberá, sôbre êle, senão uma ou outra entrada ao Parnaíba ou alguma actividade transitória, cujo centro fôsse o Maranhão.

*

A história de um período ou instituição fundamental dêle, faz-se não para lamentar o ter sido, e já não ser. Não se pode abolir o passado, nem voltar a êle. Nem haveria nisso vantagem. A vida é movimento, e o movimento seguinte já não é o movimento anterior. Contudo, se a vida prospera e se desenvolve (e o Brasil desenvolveu-se magnífica e maravilhosamente), é sempre encanto e lição ver o caminho trilhado e confrontar o ponto de chegada com o ponto de partida.

O ponto de partida para o Brasil actual é um facto da expansão portuguesa no Mundo. Já o observou Martius, e que a colonização do Brasil está em estreita conexão com a colonização da África, e da Ásia, com mútuas repercussões de indiscutível universalismo, que se multiplicam na flora, na arte, e nas letras. Foi um Jesuíta, nascido no Brasil, Francisco de Sousa, que escreveu o Oriente Conquistado, *e no Seminário jesuítico de Belém da Cachoeira, no Recôncavo da Baía, acham-se, incrustados, pratos de porcelana de Macau, cidade portuguesa, na China. Recordando que a* História da Companhia de Jesus no Brasil *até 1760, — a que nos cumpre escrever — é parte integrante da História da Companhia de Jesus na* Assistência *de Portugal, que corria em quatro continentes, desde a Europa à América do Sul, à África, Índia, China e Japão, fica explicado, como se não póde escrever capítulo algum dessa época sem ter em conta a Assistência, a que pertencia. Não se póde compreender um todo, amputando-se-lhe a cabeça. De Lisboa, vinha o bem e o mal, os alvarás, os subsídios, a orientação, as nomeações, os missionários, os governadores, um Mem de Sá e um Mendonça Furtado, uns que se fixavam à terra até morrer nela, outros que vinham com idéias de gabinete, já feitas, sem equação com as necessidades da terra, mas com os interesses do govêrno central, sem empenho nenhum em permanecer na região, como ainda hoje sucede com muitos funcionários que vão do Sul do Brasil para a Amazónia, o Mato-Grosso ou o Acre... Alternativas de interesse e desinteresse, acêrto e desacêrto, apanágio de todos os govêrnos. Até o Brasil pôr casa à parte, em 1822, honrosa, digna e grande, o lar era comum. Quando muito duas lareiras, sob o mesmo tecto.*

*

Portugal fixou mentalmente, como fecho dos seus domínios na América, dois grandes rios, o da Prata e o Amazonas. Segundo uma lei geo-

gráfica inelutável, quem possue a margem de um grande rio termina por possuir a outra. Por essa lei, o Rio da Prata ficou todo para a Espanha, o Amazonas todo para Portugal, até às fronteiras do Peru. A conquista do Amazonas principiou na primeira metade do século XVII. A Conquista do Ceará e a do Maranhão foram escalões preliminares. Cada qual ia diminuindo de importância, à proporção que se dava o passo seguinte. Conquistado o Maranhão, baixou o prestígio do Ceará, feito, então, quási só ponto de apôio para a segurança daquele; conquistado o Amazonas, com a fundação de Belém do Pará, em breve a hegemonia do Estado do Maranhão se deslocou de S. Luiz para Belém.

Mas a Amazónia não cabia à América Portuguesa, pela famosa linha de Tordesilhas. A sua conquista é, por isso, facto da máxima importância para o alargamento do Brasil. E mais do que geralmente se julga, não tanto pela sua contribuição em si, de aproveitamento económico imediato, que o não foi nem ainda é, mas porque, não sendo castelhano, senão português, o Rio Amazonas constituiu-se a grande muralha de água, ao abrigo da qual, no interior do Brasil, se pôde operar, a salvo, a magna gesta da ocupação efectiva. Quando em 1750 chegou a hora de se averiguar o que o Brasil já era, Alexandre de Gusmão não fêz mais que consagrar com habilidade uma obra, decidida por outros anteriormente, à custa de lutas e de sacrifícios que iam às vezes ao sangue.

Esta incorporação definitiva do Amazonas ao Brasil fez-se com as «jornadas» dos capitães, com as «entradas» dos colonos, e com a «catequese» dos missionários. Tríplice elemento, oficial, particular e religioso, êste simultaneamente particular e oficial, interdependentes, todos três, e nem sempre concordes.

A catequese caracterizou-se pelo duplo aspecto dinâmico e estático, como se exprime Tristão de Ataíde, as entradas e os Aldeamentos fixos. Aqui se estudarão, agora, em pormenor, os Aldeamentos. As entradas também. Todavia, das entradas dos Jesuítas não faremos ainda capítulo autónomo. Um dia, sim, em conjunto para todo o Brasil, com o respectivo mapa. Entretanto, nas monografias de cada rio se agrupam já elementos bastantes, para se ver que será magnífico, quando se organizar, êsse quadro geral. Desde o Jaguaribe no Atlântico, ao Rio Javari no Solimões, fronteira actual do Brasil, rara será a corrente de água aonde os Jesuítas não entrassem, a começar em 1607, ano em que iniciaram a campanha do Norte, até o de 1760 em que saíram dêle. As missões operavam-se com desigual intenção, conforme os fins a que visavam. A uns simples entrada catequética, a outros explorações de ouro, a outros descida de Índios,

a outros entradas de pacificação, a outros enfim, aldeamentos fixos, de catequese permanente. Daquí a importância diversa de cada qual, na história da Companhia e da Colonização do Brasil.

Na Amazónia tudo se passava, à beira dum fio de água, e em geral na foz de um rio ou perto dela. Eram as estradas móveis dos rios a determinar a expansão povoadora e civilizadora dos Padres e de todos.

A forma de expansão e conquista da Amazónia distingue-se da do resto do Brasil. Não há bandeiras, não há tropeiros. Canoas, montarias, e ubás. A terra não dominava o Rio, que isto ainda há-de levar séculos. A terra é que era vassala do rio. Então e ainda hoje, — Rio-Rei.

*

As Aldeias, fundadas assim à beira da água, tinham duas faces. Com uma olhavam para os sertões e para os seus moradores indígenas para os atrair a si; com outra olhavam para a larga estrada do Amazonas por onde se ia e vinha ao Pará, cabeça da Missão, onde tudo repercutia: a saúde e a doença (o missionário que ia são e voltava doente), o abastecimento da Aldeia, géneros colhidos ou cultivados que vinham e voltavam transformados em objectos de culto, paramentos, baptistérios, remédios, alimentos e livros, as mil coisas indispensáveis à vida civilizada. Para isso alí estavam. O seu fim era civilizar, cristianizando, não retrogradar para a vida selvagem.

O deslocamento das fronteiras da civilização na Amazónia era a braços de remo ou à vela. Assim como ia, assim vinha, corrente, como as águas. Só com os núcleos de povoação, Aldeias e Fortalezas, a cruz e a espada, o elemento moral e o elemento da autoridade, se fixavam com segurança os marcos civilizadores. E fortalezas houve que chegaram depois de a cruz ter sido arvorada antes, pelos missionários, no terreiro. «Soldados volantes», diz Vieira, um dêles e bem grande[1]*. E tão habilmente conduziram a campanha, que, escreveu Lúcio de Azevedo, só «com a entrada dos Jesuítas principiou o descobrimento a ser definitivo, e se iniciaram as tentativas sérias de colonização»*[2]*.*

Os Jesuítas, pelas condições particulares da América, não puderam ser o que foram na Ásia, apenas missionários: foram também colonizadores. Contribuíram para erguer sôbre um mundo primitivo a vida

---

1. *Cartas de Vieira*, III, 713.
2. Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 259.

superior com que o Brasil se enfileira hoje entre as grandes nações modernas. Mas a qualidade de colonizadores traz consigo preocupações e responsabilidades temporais que são a essência mesma da palavra: as suas «colónias» (era êste o nome que Vieira propôs para as circunscrições locais da Missão do Maranhão e Gão Pará) não poderiam subsistir sem exploração agrícola e pecuária, sem indústrias regionais e imediatamente úteis, como teares, engenhos e olarias. Sem isto, no ambiente económico da Amazónia, era impossível a vida nos seus elementos progressivos, quer em relação aos Índios, para a sua elevação e aprendizagem social, quer em relação aos brancos para a sua cultura moral, intelectual e religiosa. Entretanto, os Jesuítas, pessoalmente, individualmente, permaneciam iguais a si mesmos, na vida, que livremente escolheram, de renúncia, austeridade e bondade. Alguma excepção em contrário confirma a regra.

*

Não fizemos a síntese dos dois primeiros tomos desta História, *nem ainda agora a faremos. Síntese do «incompleto» envolve contradição. Sòmente ao fim da obra, visto «tudo», se poderá dar a síntese «do que se viu».*

Colocamo-nos, aqui, neste III tômo, fiel ao método adoptado, no terreno positivo: fundações, factos, a vida, o que ficou, o que se fez. Não estudaremos a legislação sôbre a liberdade dos Índios e aldeamentos, nem o grave assunto das subsistências, nem a grande contribuição dos Jesuítas à educação e ensino público e à vida propriamente moral, catequética e religiosa. Constituirão o tômo IV, como fios de uma trama sólida e unida que não é possível enredar pelo labirinto dos Rios e das Aldeias. Com as Aldeias englobamos as Fazendas, que, no desbravamento da Amazónia, são quási tão relevantes como a própria catequese, e delas, como das Aldeias, desabrochou para muitas povoações contemporâneas o alvor da civilização. As cidades, que daí nasceram, ainda não atingiram o esplendoroso vigor de S. Paulo, sua irmã mais velha entre as fundações jesuíticas do Brasil. Mas quem sabe o que será um dia o Norte, em particular a Amazónia, mundo novíssimo nêste Novo Mundo?...

Lisboa, 1938 — Rio de Janeiro, 1942.

Introdução bibliográfica

A) FONTES MANUSCRITAS

É extremamente abundante a documentação relativa ao Norte do Brasil. Nessa infinita papelada parte já impressa, parte ainda manuscrita, distinguem-se três géneros de escritos. Os que têm o intúito explícito de difamar a Companhia de Jesus, os de a defender, e um terceiro género, de pura informação. Êstes últimos são os que mais serviram para o tômo presente, consagrado à obra positiva da Companhia, no Norte, — *fundações e entradas*. Estudamos também os outros, como nos cumpria. Mas, deixando de lado, por agora, a inane poeira das discussões, fomos directamente às fontes, refazendo por elas a história. Os debates são andaimes externos que não permitem ver bem as linhas do edifício. Refeita a história pelos documentos, talvez os libelos caiam por si mesmos.

*

Como as boas leis da arte não permitem, dentro da mesma obra, variar a ortografia, conserva-se, quanto possível, a dos dois primeiros tomos, oficial no momento em que se iniciou a impressão.

I — No estrangeiro

Também como nos tomos anteriores, o *Archivum S. I. Romanum* é o grande fundo inédito dêstes, consagrados ao Norte. A lista e conteúdo genérico dos seus 28 códices brasileiros descreveu-se no I tômo (p. XXI). Já depois do falecimento do hábil arquivista P. Afonso Kleiser, e já depois de impressos os dois primeiros tomos desta obra, desdobraram o códice *Bras. 10*, em duas partes, chamando à segunda parte *Bras.*

11 (1). Continuaremos, como manda a homogeneidade de citações, a fazê-las pela cota primitiva.

Os quatro códices *Bras. 25, 26, 27, 28*, são matéria exclusiva do Maranhão e Amazónia: encontram-se ainda importantes subsídios sôbre o Norte noutros códices, sobretudo em *Bras. 9* e *15*, e nos que tratam a História da Companhia (*Historia Societatis*) e de Portugal (*Lusitania*).

Em Roma, as Bibliotecas *Vaticana*, *Vittorio Emanuele* e do *Gesù*, completam o quadro subsidiário, com um ou outro elemento da *Propaganda Fidei*.

Entre os Arquivos Europeus, fora de Portugal e de Roma, subministram alguns elementos úteis o *British Museum* e a *Bibliothèque Royale* de Bruxelas. Os de *Espanha*, que tratam muito do Maranhão espanhol, quási nada encerram sôbre o Maranhão português. O que têm, referente à época dos Holandeses em Pernambuco, e aos Paulistas, Colónia do Sacramento e Povos das Missões, será utilizado a seu tempo.

II — Em Portugal

Évora: A maior parte da documentação histórica, que os antigos Jesuítas da Vice-Província do Maranhão e Grão-Pará possuiram e estava adstrita aos Procuradores e Historiadores dela, foi parar à Biblioteca e Arquivo Público de Évora. Por êste facto constitue êle, em Portugal, o principal fundo inédito da Companhia de Jesus no Norte do Brasil; e alguns escritos, que andam publicados em livros ou colectâneas, são cópias de documentos dessa Biblioteca, nem sempre perfeitas, e muitas vezes sem a notação da fonte.

Lisboa: O fundo do antigo Conselho Ultramarino anda dividido, parte pela secção de *mss*. da Biblioteca Nacional de Lisboa, parte pelo Arquivo Histórico Colonial. O que se encontra na Biblioteca Nacional está definitivamente classificado; o Arquivo Histórico Colonial é organismo ainda em via de classificação. Quando o estudámos para esta obra (1933-1941), ainda não estava concluída tôda a triagem de documentos a granel. Muitos pertencem, na sua cota externa, aos séculos XVIII e XIX. Não é raro acharem-se dentro dos maços, documentos de época anterior. Apesar do Arquivo Histórico Colonial se achar ainda em organização, Manuel Múrias, seu culto e eminente di-

rector, facilitou tôdas as consultas. O nosso agradecimento, tornamo-lo extensivo à Academia Portuguesa da História, e aos demais ilustres directores dos Arquivos Portugueses, a Biblioteca Nacional de Lisboa e a de Évora, incluindo a Tôrre do Tombo e a Universidade de Coimbra, onde também se guarda algum material inédito, ainda que de menor significação sôbre o Norte do Brasil.

*

Muitos nomes portugueses recorda a nossa gratidão. Além dos escritores de que se fará menção no *Apêndice* final, seja-nos lícito inscrever aquí os de Carlos Malheiro Dias, António Carneiro Pacheco, antigo Ministro da Educação, António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional, Francisco Vieira Machado, grande e benemérito Ministro das Colónias, e Júlio Caiola, Agente geral, pelo manifesto interesse com que acompanharam êstes estudos relacionados com a antiga história colonial portuguesa, pelo que toca à America.

*

Entre os Arquivos Portugueses inclue-se o Arquivo particular da Companhia de Jesus, ou seja o Arquivo da Província Portuguesa. Possue alguns documentos originais antigos, adquiridos por doação ou compra. A maior parte são fotocópias feitas no estrangeiro, pelo P. António Júlio Gomes, para a História da *Assistência* de Portugal no Mundo. Das que se referem ao Brasil, há muitas do Arquivo de Alberto Lamego, fotocopiadas por amável deferência sua, enquanto viveu na Europa. A Biblioteca e Arquivo do erudito escritor estão hoje, no todo ou em parte, em S. Paulo, ao alcance do Público.

III — No Brasil

Na *Biblioteca Nacional*, do Rio, é onde se congrega o maior número de documentos relativos a todos os Estados do Brasil. Além dela, e do *Arquivo Nacional*, existe bom cabedal de documentos, alguns inéditos, a maior parte cópias dos Arquivos Portugueses no *Instituto Histórico*, que prestam relevantes serviços aos investigadores. Em todo o caso, as

cópias nem sempre deixam tranqùila a consciência de quem as estuda. Diante de certas dificuldades do texto, hesita-se em as atribuir ao original ou ao copista. E por falta dêste escrúpulo já andam divulgados erros que trazem à história do Brasil mais confusão que proveito. A observação é já de mestre Capistrano de Abreu. Impõe-se uma revisão geral dessas cópias, não só as do benemérito *Instituto Histórico* como outras, feitas por copistas inábeis ou métodos antiquados.

Aos ilustres historiadores Rodolfo Garcia, director da Biblioteca Nacional, Eugénio Vilhena de Morais, director do Arquivo Nacional, José Carlos de Macedo Soares e Max Fleiuss, Presidente e Secretário do Instituto Histórico, os nossos agradecimentos, assim como a Sérgio Buarque de Holanda e a Henry J. Lynch, cujas livrarias consultamos, ricas, a primeira em obras sôbre a origem do Brasil, e a segunda no que se refere a livros de língua inglesa.

Devemos ainda uma referência a algumas altas repartições de Estado, o *Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional*, o *Museu Nacional*, o *Instituto Nacional do Livro* e a *Imprensa Nacional*, cujos respectivos directores, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Heloisa Alberto Torres, Augusto Meyer e Rubens Pôrto, facilitaram com insuperável atenção, tudo o que, dentro das atribuições dos seus modelares serviços, importava à organização artística, e à edição e impressão dêstes dois tomos sôbre o Norte.

*

No *Ceará*, sentimos já falta do admirável investigador Barão de Studart, cuja casa era o verdadeiro Arquivo daquele Estado, com os seus preciosos inéditos referentes à antiga história da região e da Companhia. Felizmente, as publicações, que deixou, prolongam e perpetuam a sua memória, que sobrevive também em Eusébio de Sousa e nos demais homens do *Instituto do Ceará*, a quem renovamos as homenagens expressas já nas *Notas Preliminares*, de *Luiz Figueira*, e aqui repetimos, a Hugo Vítor, Leonardo Mota, Andrade Furtado, Misael Gomes, e ao seu sábio presidente, Th. Pompeu Sobrinho.

Sôbre o *Arquivo do Maranhão*, nada há que ajuntar ao que se disse no tômo I, sôbre a sua dispersão e ruina.

Também do *Arquivo do Pará*, escreve Artur Viana que, «aberto durante mais de meio século a quem o quis delapidar, e trabalhado pela desídia dos seus zeladores, não podia conservar todos os

documentos que os Portugueses nos legaram; o capital histórico perdido para nós foi volumoso e importante» [1].

Não obstante, o Arquivo do Pará é ainda mina riquíssima, para a história da Amazónia, começada já a explorar por eruditos conscienciosos como o mesmo Artur Viana, Palma Muniz e outros. Nos dez volumes dos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* ficam bons vestígios dessa actividade. Esta publicação deveria ser amparada e mantida, sem dependência da política local, com o fim exclusivo de publicação de fontes. Mas sob a condição de se transcreverem ou conferirem por arquivistas competentes na leitura de documentos antigos. Algumas legendas dos *Anais do Pará*, procedem de leitura apressada e às vezes insinuam o contrário do texto [2]. Tais deficiências não são exclusivas desta colectânea, digna realmente de se continuar para honra da cultura paraense. Parte dêstes documentos existe nos Arquivos Portugueses, em particular a correspondência oficial, cujo registo ou conservação se fazia na metrópole, quer das cartas que iam aos Governadores e outros funcionários, quer das que dêles se recebiam na Côrte. Mas há códices, que só nêste Arquivo se encontram, como os das *Juntas das Missões* do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, que são os próprios assentos originais.

Durante as investigações nêste Arquivo, tanto em 1934 como em 1941, facilitou-nos tôdas as consultas o seu Director e prestou-nos nêste último ano de 1941, esclarecimentos que sumamente nos penhoram o novo e já notável historiador amazonense Artur Reis. Na sede do *Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, conservam-se ainda alguns códices manuscritos úteis para a história. Duas bibliotecas particulares, que nos foi dado visitar, como a do mesmo Artur Reis e a de Samuel Mac-Dowel e uma rápida visita ao *Museu Goeldi*, sob a direcção do alto espírito de Carlos Estêvão de Oliveira, completaram os nossos estudos na capital paraense.

Tornamos extensivo êste singelo preito à culta imprensa do Pará, ao Major Adolfo Dourado, secretário do Instituto Histórico, assim

---

1. *Anais do Pará*, IV, 302.

2. No vol. III, p. 288, diz-se na *legenda*, que El-Rei *ordena* ao Governador que organize uma expedição contra os Índios: isto era o que o governador propunha, e El-Rei repete e lembra na Carta Régia; mas o que El-Rei *ordena* é que proceda na forma das leis.

como a tôda a sua Directoria e à do Seminário Arquidiocesano e Gabinete Português de Leitura. E também aos Prefeitos de Monte-Alegre e Vigia, e mais ainda ao do Belém, Dr. Abelardo Conduru, que houve por bem considerar hóspede do seu Município o humilde autor desta obra.

*

Isto pelo que toca à organização imediata dêstes dois tomos sôbre o Norte. Quanto aos anteriores, há remanescentes na nossa gratidão que se não podem calar, por aquilo de que *ex abundantia cordis os loquitur*. E seja a primeira menção, a do grande nome de Afrânio Peixoto, que, inscrito na abertura desta obra, continua a presidir a tôda ela. A esta recordação literária, inicial e permanente, vieram juntar-se outras, da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico, Academia de História das Ciências, Centro D. Vital, Departamento de Cultura de S. Paulo e Federação das Associações Portuguêsas no Brasil. Entre tôdas, a Academia Brasileira foi a primeira que olhou para tão modestos estudos, em 1934, quando eram apenas esperanças. O nome da mais alta corporação literária do Brasil abre e honra êste terceiro tômo, sinal de que persiste viva a lembrança dêsse primeiro estímulo.

*

Ilustres Prelados acompanharam os nossos estudos com amiga benevolência, tanto em Portugal como no Brasil.

Jamais esqueceremos as palavras de generoso encarecimento do Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, e a fidalga hospitalidade do Sr. Arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, durante as pesquisas nos Arquivos dessa antiga cidade universitária da Companhia de Jesus.

No Brasil, muitos venerandos Prelados manifestaram, por palavra ou por escrito, uma estima por êstes estudos, que a despretensiosa singeleza do Autor não poderia nunca imaginar e muito menos saberá agradecer. E mais que todos a excelsa figura do Sr. Cardeal D. Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, cujo nome aparece ainda nêstes dois tomos com a autoridade do seu *Imprimatur*, dado uma semana

antes de Deus o levar, ficando assim, eterno, ao mesmo tempo na nossa gratidão e na nossa saùdade.

*

Seria redundância falar dos Padres Jesuítas, cuja simpatia geral acompanhou o Autor nas suas longas peregrinações pelos Arquivos do mundo, repartidos por muitas nações e por 12 Províncias da Companhia. Lista de Casas, Colégios, e Universidades, por demais extensa. Mas é grato dever não omitir três Províncias. Ao Provincial de Portugal, Júlio Marinho, ao do Brasil do Norte, Cândido Mendes, e ao do Brasil Central, Luiz Riou, aqui fica o testemunho da nossa filial e fraterna amizade que assim, por êles, se repartirá com todos.

*

Queremos fechar esta breve ementa do coração, com a homenagem que devemos, ao Govêrno da República do Brasil, nação que proferimos com afecto que só tem semelhante naquele com que pronunciamos o da própria pátria. As elegantes palavras, que o chanceler do Brasil, Osvaldo Aranha, houve por bem dizer oficialmente no *Instituto Histórico*, em 1939, ouvimo-las não tanto como galardão — há palavras que revertem simplesmente sôbre a generosidade de quem as pronuncia — mas como novo vínculo a prender o operário à sua própria tarefa, que faz como sabe e pode — mal para os nossos desejos — esta benquista, mas árdua emprêsa de reconstituir a história de uma instituição, que o Brasil, pelos seus escritores e pelos seus governos, reconhece como benemérita da sua formação nacional.

*

Os escritores, que se ocuparam da História da Companhia no Brasil, não foram apenas brasileiros. Outros, de Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Roma, Equador, México e Estados Unidos da América do Norte, a honraram com a sua atenção, luzes e sugestões. Pela sua mesma significação, se constituem objecto, no fim dêste tômo, do *Apêndice* «A Imprensa e a sua valiosa contribuição bibliográfica sôbre a *História da Companhia de Jesus no Brasil*».

IV — Arquivos

Arquivo Geral da Companhia de Jesus (*Archivum Societatis Iesu Romanum*).
Brasilia 25 — *Epistolae Generalium*.....[*Bras. 25*,...]
» 26 — *Epistolae Maragnonenses*.....[*Bras. 26*,...]
» 27 — *Catalogus Maragnonensis*.....[*Bras. 27*,...]
» 28 — *Inventarium Maragnonense*.....[*Bras. 28*,...]
Historia Societatis Iesu.....[*Hist. Soc.*,...]
Lusitania.....[*Lus.*,...]

Fondo Gesuitico, Piazza del Gesù, 45.....[Roma, *Gesù*,...]
Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele.....[Roma, Bibl. Vitt. Em.,...]
Archivio Segreto del Vaticano.....[Vaticano,...]
Bibliothèque Royale de Bruxelles.....[Bruxelas, Bibl. Royale,...]
Arquivo Histórico Colonial, Lisboa.....[AHC,...]
Arquivo da Província Portuguesa S.I.....[Arq. Prov. Port., Pasta,...]
Biblioteca Nacional de Lisboa, fundo geral.....[BNL, fg.,...]
Biblioteca e Arquivo Público de Évora.....[Bibl. de Évora,...]
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.....[BNR,...]
Biblioteca e Arquivo Público do Pará.....[Arq. do Pará,...]

V — Alguns manuscritos

Citam-se com mais freqüência, e, por isso, abreviadamente, os seguintes:

a) *Apontamentos para a Chronica da Missão da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, ms. da Bibl. Nac. de Lisboa, fg. 4516. Demos breve notícia dêste códice em *Luiz Figueira*, 15. [BNL, fg. 4516, *Apontamentos*,...]

b) *Diário de Diversos acontecimentos do Maranhão e Pará feito por um Padre da Companhia de Jesus nos anos de 1757-1759*. É ms. da colecção de Alberto Lamego. Feito, dia a dia, quando se oferecia matéria, por um Padre ou Irmão assistente no Pará nêste período trágico. Verificamos, pela fotocópia, que possuímos, que as referências são de 1756 a 1760. Por isso citamos [*Diário de 1756-1760*].

c) *Historia Proprovinciae Maranoniensis* [ou *Maragnonensis*] *Societatis Iesu. Pars prima. Ortus, et res gestas ab anno 1607 ad 1700 complectans*. Já descrevemos

êste códice, pertencente ao Dr. J. F. de Almeida Prado (S. Paulo) em *Páginas*, 241-248. Não tínhamos então ainda averiguado o seu Autor. A prossecução dos nossos estudos levaram-nos a identificá-lo com Matias Rodrigues, «portellensis» de Portelo ou Portela (Dioc. de *Miranda*, expressamente nomeada). Deixou ainda a *Vita Venerabilis Gabrielis Malagridae*, de que se serviu o P. Paulo Mury para a história que escreveu dêsse Padre (Sommervogel, *Bibl.* VI, 1977). O Códice *Bras. 27*, "Catalógos do Maranhão", abre com uma nota de Matias Rodrigues, sôbre as fontes da história da Vice-Província, a um historiador que lhas pedira, talvez Júlio César Cordara. Deixou ainda a primeira parte do códice seguinte [*Hist. Propr. Maragn.*,...]

d) *Historia Persecutionis Maragnonensis et Brasiliensis Provinciarum*

1. *Pars Prima: Maragnonensis Vice-Provinciae Historia per litteras exhibetur Centum Cellis* [Civitavecchia] *scriptas a Patre Mathia Rodrigues Maragnonensis Vice-Provinciae alumno ad R. Adm. P. N. Laurentium Ricci anno 1761.* [*Hist. Pers. Marag*...]

2. *Pars Secunda Provinciae Brasiliensis persecutio sive Brevis narratio eorum quae ab Archiepiscopo Reformatore nec non Prorege ac Regiis Ministris de mandato Lusitani Regis peracta sunt in Dioecesi Bahiensi. Auctore P. Francisco da Sylveira.* Ms. da Bibl. Real de Bruxelas, códice 20126. Da 2.ª parte do P. Silveira vimos outro exemplar no Arq. da Universidade Gregoriana (Roma), códice 138. [*Prov. Bras. Pers.*,...]

e) *Inventário do Maranhão.* É o códice *Bras. 28*, fl. 1-93v (*Inventarium Maragnonense*), caderno autógrafo de uso pessoal do P. Manuel Luiz. Nêle copiou os inventários das Casas e Fazendas da Vice-Província do Maranhão e Gão-Pará, com anotações, catálogos e passos da sua própria vida. A f. 88v, depois de transcrever uma *Memória* do Rei das Duas Sicílias, apresentada ao Papa em Abril de 1768, acrescenta: "Copiada pelo P. Manuel Luiz aos 18 do mesmo mês de 1768, Roma no Palácio de Sora e Sala do Grão Pará". [*Inventário do Maranhão*, f...]

f) *Lembrança dos defuntos que estam enterrados na Igreja nova de N. S. da Luz do Collegio da Companhia de JESU no Maranhão*, ms. da Bibl. Nac. de Lisboa, f. g., 4518. [*Lembrança dos def.*, f...]

g) *Livro dos Obitos dos Religiosos da Companhia de Jesus pertencentes a este Collegio de Santo Alexandre.* Vai de 1660 a 1737. Tem anexos tres Róis, referentes ao movimento religioso na igreja de S. Francisco Xavier do Pará, de pessoas seculares, casamentos (1670-1724), baptizados (1670-1737) e óbitos 1732-1752. Traz, na data do óbito dos Padres e Irmãos, breve notícia biográfica. Há dois exemplares na Bibl. Nac. de Lisboa, um no f. g. 4518, a começar na folha n. 21; outro na Col. Pomb., 4. Por êste último fazemos as citações [*Livro dos Óbitos*, f...]

B) BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Como nos tomos anteriores, indicamos também aqui, na bibliografia especial que corresponde a êste tômo, *ùnicamente* algumas obras, cuja citação mais freqùente nos levou a abreviá-la. Entre cancelos, o modo de citação. O *Índice de Nomes*, no fim, completará a lista, incluindo a todos.

ABREU E LIMA, José Inácio de. — *Synopsis ou Deducção Chronologica dos factos mais notaveis da Historia do Brasil*, Rio 1845. [Abreu e Lima, *Synopsis*...]

ACUÑA, Cristóbal de. — *Nuevo descubrimiento del gran Rio de las Amazonas*, reimpresso por Cândido Mendes de Almeida nas *Memorias*, II, 57-151. [Acuña, *Nuevo Descubrimiento*...]

AFRÂNIO PEIXOTO, J. — *História do Brasil*, Porto 1940. [Afrânio Peixoto, *H. do B*...]

AGASSIZ, M. et Mme. — *Voyage au Brésil*. Abrégé sur la traduction de F. Vogeli par J. Belin de Launay, Paris, 1882. [Agassiz, *Voyage au Brésil*...]

Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, 10 vol., 1902-1926. [*Anais do Pará* I...]

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 61 vol., 1876-1941. Em curso de publicação. [*Anais de BNR*...]

ASTRAIN, Antonio. — *Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, 7 vol., Madrid 1905-1925. [Astrain, *Historia*, I, II...]

BAENA, António Ladislau Monteiro. — *Compendio das Eras da Provincia do Pará*. Pará 1838. [Baena, *Compendio das Eras*...]

BARATA, Manuel. — *Apontamentos para as Ephemérides Paraenses* na *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, vol. 144 (1925) 9-235. [Barata, *Efemérides Paraenses*...

BARROS, P. André de. — *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus chamado por antonomasia o grande*, Lisboa, 1746. [Barros, *Vida do P. Vieira*...]

BERREDO, Bernardo Pereira de. — *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*, 3.ª, 2 vol., Florença, 1905. [Berredo, *Anais Históricos*, I...]

BETTENDORFF, João Filipe. — *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* na *Rev. do Inst. Bras.*, LXXII, 1.ª Parte (1910). [Bett., *Crónica*...]

BRAGA, Teodoro. — *Noções de Chorographia do Estado do Pará*, Belém, 1920. [Teodoro Braga. *Corografia*...]

BRÍGIDO DOS SANTOS, João. — *Resumo chronologico para a história do Ceará*, Paris, 1887. [J. Brígido, *Resumo cronológico*...]

CAEIRO, José. — *De exilio Provinciarum Transmarinarum Assistentiae Lusitanae Societatis Iesu*, com a tradução portuguesa de Manuel Narciso Martins, *Introdução* de Luiz Gonzaga Cabral e *Nota Preliminar* de Afrânio Peixoto, Baía, 1936. [Caeiro, *De Exilio*...]

CALMON, Pedro. — *História do Brasil*, I, S. Paulo, 1939; II, 1941. [Pedro Calmon, *H. do B.*, I, II,...

CARAYON, Augusto. — *Documents inédits concernant la Compagnie de Jésus*, 23 vol., Poitiers, 1863-1886. [Carayon, *Doc. Inédits*, I, II...]

Collecção dos Breves Pontificios e Leys Regias que forão exepedidos, e publicadas desde o anno de 1741. Lisboa s/d. [*Collecção dos Breves e Leys regias*, número...]

Commemorando o tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará, 1603-1903, Ceará, 1903. [*Comemorando o Tricentenário*...]

CUNHA RIVARA, Joaquim Heliodoro, — *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Eborense*, Lisboa, 1850-1871. [Cunha Rivara, *Catálogo*, I...]

DANIEL, João. — *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, em 6 Partes, de que se publicaram três: a 2.ª P. na *Rev. do Inst. Bras.* vol. II, 321-364; 447-500; vol. III, 39-52, 158-183, 282-299, 422-441; a 5.ª P., Rio, 1820 (avulsa); a 6.ª P. na mesma *Revista do Inst.*, vol. XLI, 33-142. As Partes 1ª, 3ª, e 4ª conservam-se inéditas na Bibl. Nac. do Rio, I—2, 1, 21. Segundo estas referências, uniformizamos a citação, indicando apenas a Parte e página respectiva. [João Daniel, *Tesouro Descoberto*, P. I, II...]

Dicionário Historico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, 2 vol., Rio, 1922. [*Dic. Hist., Geogr. e Etnogr. do Brasil*, I, II...]

Documentos Históricos. Publicação da Bibl. Nacional do Rio de Janeiro, I - LIV (em curso de publicação). [*Doc. Hist.*, I, II...]

EMUNDSON, George. — *Journal of the Travels and Labours of Father Samuel Fritz in the River of the Amazons*, Londres. 1922. [Emundson, *Journal*...]

FARIA, Manuel Severim de. — *Historia Portugueza e de outras Provincias do Occidente desde o anno de 1610 até o de 1640*, publicada e anotada pelo Barão de Studart, Fortaleza, 1903. [Faria, *Hist. Port*...]

FRANCO, António. — *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania*, Augsburgo, 1726. [Franco, *Synopsis*...]

GALANTI, Rafael M. — *História do Brasil*, 2.ª ed. S. Paulo, 1911, [Galanti, *H. do B.*, I, II...]

GARCIA, Rodolfo. — Notas à *História Geral do Brasil*, de Porto Seguro. Cf. Porto Seguro. [Garcia em *HG*, I, II...]

GURGEL DE ALENCAR, Álvaro. — *Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Estado do Ceará*, Ceará, 1903. [Gurgel, *Dicionário*...]

HERIARTE, Maurício de. — *Descripção do Estado do Maranhão, Pará, Corupá, e Rio das Amazonas*. Na íntegra em Porto Seguro, *HG*, III, 211-237. [Heriarte, *Descripção*, p.]

Instruções régias públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Pará e Maranhão, BNL, Col. Pomb. 626, 3-19 30, em Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 416-427. [*Instruções Secretas*...]

JOUANEN, José. — *Historia de la Compañía, de Jesús en la antigua Provincia de Quito*, 1570-1774, 1, Quito, 1941. [Jouanen, *Historia*, 1...]

LA CONDAMINE, Carlos Maria de. — *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale*, Paris 1745. [La Condamine, *Relation abrégée*...]

LAMEGO, Alberto. — *A Terra Goytacá*, 5 vol., Bruxelas — Niteroi, 1923-1941. [Lamego, *A Terra Goitacá*, 1, II...]

LEITE, Serafim. — *Páginas de História do Brasil*, São Paulo, 1937. [S. L., *Páginas*...]

— *Novas Cartas Jesuíticas — De Nóbrega a Vieira*, São Paulo, 1940 [S. L., *Novas Cartas*...]

— *Luiz Figueira — A sua vida heróica e a sua obra literária*, Lisboa, 1940. [S. L., *Luiz Figueira*...]

LISBOA, João Francisco. — *Obras*, 2 vol., Lisboa 1901. [Lisboa, *Obras*...]

LÚCIO DE AZEVEDO, J. — *Os Jesuítas no Grão-Pará — Suas Missões e a Colonização*, 2.ª ed., Coimbra, 1930. [Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*...]

— *História de António Vieira*, 2.ª ed., Lisboa 1931. [Lúcio de Azevedo, *Hist. de A. V.*, 1, II...]

— *Cartas do Padre António Vieira*, coordenadas e anotadas por Lúcio de Azevedo, 3. vol., Coimbra, 1925-1928. [*Cartas de Vieira*, I, II,...]

MADUREIRA, J. M. de. — *A liberdade dos Índios — A Companhia de Jesus — Sua pedagogia e seus resultados*, 2 vol., Rio, 1927-1929. [Madureira, *A liberdade dos Índios*, I...]

MARKHAN, Clements R. — *Expeditions into the valley of Amazons*. Londres, 1859. [Markhan, *Expeditions*...[

MARQUES, César. — *Apontamentos para o Diccionario historico, geographico e estatistico da Provincia do Maranhão*, Maranhão, 1864. [César Marques, *Apontamentos*...]

— *Diccionario historico, geographico da Provincia do Maranhão*, Maranhão, 1870. [César Marques, *Dic. do Maranhão*...]

MELO MORAIS, A. J. de. — *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*, 5 vol., Rio, 1859–1863.[Melo Morais, *Corografia*. I...]

MENDES DE ALMEIDA, Cândido. — *Memorias para a historia do extincto Estado do Maranhão*, 2 vol., Rio, 1860-1874. [Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, I, II...]

MORAIS, José de. — *Historia da Companhia de Jesus na Vice-Provincia do Maranhão e Pará*, publicada por Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, I, Rio, 1860. [Morais, *História*...]

MURY, Paulo. — *História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus*, trasladada a português e prefaciada por Camilo Castelo Branco, Lisboa, 1875. [Mury, *Historia de Gabriel Malagrida*...]

PALMA MUNIZ, *Patrimonios dos conselhos Municipais do Estado do Pará*. Lisboa, 1904. [Palma Muniz, *Patrimonios*...]

— *Limites Municipais do Estado do Pará*, nos *Anais do Pará*, todo o vol IX (1916). [Palma Muniz, *Limites Municipais*...]

PINTO, Augusto Octaviano. — *Hydrographia do Amazonas e seus affluentes*, I (texto), II (Atlas), Rio, 1930. [Octaviano Pinto, *Hidrografia*, I...]

PORTO SEGURO, Visconde de (Francisco Adolfo Varnhagen). — *Historia Geral do Brasil*. Notas de J. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, 5 vols 3.ª ed (Tomo I, 4.ª), S. Paulo, s/d. [Porto Seguro, *HG*, I, II...]

REIS, Artur César Ferreira. — *História do Amazonas*, Manaus, 1931. [Artur Reis, *História do Amazonas*...]

— *A Política de Portugal no Vale Amazónico*, Belém, 1940. [Artur Reis, *A Política de Portugal no Vale Amazónico*...]

Revista do Instituto do Ceará, 1887-1942, em curso de publicação [*Rev. do Inst. do Ceará*...]

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Em curso de publicação [*Rev. do Inst. do Amazonas*,...]

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio, 1838-1942. Em curso de publicação. [*Rev. do Inst. Bras*...]

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. [*Rev. do Inst. do Pará*...]

Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional. Rio. Em curso de publicação. [*Revista do SPHAN*,...]

ROCHA POMBO, José Francisco da. — *História do Brasil*, 10 vol., Rio, s/d. [Rocha Pombo, *H. do B.*, I, II...]

RODRIGUES, Francisco. — *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Tomos I e II, Porto 1931, 1938. Em curso de publicação. [Rodrigues, *História*, I, II...]

— *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, 2.ª ed. Porto, 1935. [Rodrigues, *A Companhia*...]

SILVA ARAUJO E AMAZONAS, Lourenço da. — *Diccionario Topographico, Historico, e Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*, Recife, 1852 [Silva Araujo, *Dicionario*...]

SOMMERVOGEL, Carlos. — *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 1890-1909. [Sommervogel, *Bibl*...]

SOUTHEY, Roberto. — *Historia do Brazil*, 6 vol., Rio, 1862. [Southey, *H. do B*...]

STUDART, Barão de. — *Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará*, 4 vol., Fortaleza, 1904-1921. [Studart, *Documentos*, I...]

— *Duas Memórias do Jesuíta Manuel Pinheiro*, Fortaleza, 1905. [Studart, *Duas Memórias*...]

— *Notas para a Historia do Ceará*, Lisboa. 1892. [Studart, *Notas para a historia do Ceará*...]

— *Datas e factos para a historia do Ceará, I — Ceará Colonia*, Fortaleza, 1896. [Studart, *Datas e factos*, I,...]

— *Geografia do Ceará* na *Rev. do Inst. do Ceará*, vol. XXXVII (1923) 160-387; vol. XXXVIII (1924) 3-124. [Studart, *Geografia do Ceará*...]

VARNHAGEN. — Vd. Porto-Seguro.

VIEIRA, António. — *Sermões*, 15 tomos, Lisboa, 1854-1858. [Vieira, *Sermões*, I, II...]

— *Obras inéditas*, 3 tomos, Lisboa, 1856-1857. [Vieira, *Obras inéditas*, I, II...]

— *Obras várias*, 2 tomos, Lisboa, 1856–1857. [Vieira, *Obras várias*, I, II...]

— *Cartas do Padre António Vieira*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, 3 tomos, Coimbra, 1925-1928. [*Cartas de Vieira*, I, II...]

— *Resposta aos Capítulos que deu contra os Religiosos da Companhia em 1662 o Procurador do Maranhão*, em Melo Morais, *Corografia*, IV, 186-253. [Vieira, *Resposta aos Capítulos*...]

— *Memorial de doze propostas, que os Padres Missionários do Estado do Maranhão representão a S. Majestade para ser servido de mandar ver e deferir-lhes, quando lhe pareça que elles voltem para as missões do dito Estado de que ao presente [1684] forão expulsos na cidade de S. Luiz do Maranhão*, em Melo Morais, *Corografia*, IV, 186-201. [Vieira, *Memorial de Doze Propostas*...]

TAUNAY, Afonso de E. — *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 6 vol., S. Paulo, 1924-1936. [Taunay, *Bandeiras Paulistas*, I...]

LIVRO PRIMEIRO

CEARÁ

CAPÍTULO I

Primeira missão e viagem à Serra de Ibiapaba

1 — Períodos históricos dos Jesuítas no Ceará; 2 — O caminho doloroso da Serra; 3 — Na Serra, entre os Índios; 4 — Ataque dos selvagens e morte do P. Francisco Pinto; 5 — Volta a Pernambuco o P. Luiz Figueira.

1. — A actividade dos Jesuítas no Ceará abrange mais de século e meio e pode distribuir-se por seis capítulos ou períodos principais.

O primeiro (1607-1608) é o dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira: período precursor, de exploração e catequese transitória, concluída com o sacrifício do seu chefe.

O segundo (1656-1662), fundação da Missão de Ibiapaba por ordem do P. Vieira, com os Padres Pedro de Pedrosa, António Ribeiro e Gonçalo de Veras.

O terceiro (1662-1671) é período intermédio, nos confins da Fortaleza: Jacobo Cócleo e outros, cuja acção se desdobra entre Ibiapaba, Camocim, Fortaleza e Parangaba.

No quarto período (1691-1759), retoma-se Ibiapaba, definititivamente, com Ascenso Gago e Manuel Pedroso.

O quinto (1723-1759), fundação do Real Hospício do Ceará: Padre João Guedes.

O sexto (1741-1759), administração das Aldeias de Parangaba, Paupina, Paiacus e Caucáia.

Nas suas grandes divisões é este o quadro dos trabalhos da Companhia de Jesus no Ceará, parte com carácter sucessivo, parte com carácter simultâneo, como se verá confrontando as datas. [1]

---

1. Achamos nos documentos *Seará, Siará, Ceará*. Em *Luiz Figueira*, livro autónomo, adoptámos a grafia *Seará*, por nos parecer mais de acôrdo com os antigos documentos. Mas, para conservar a uniformidade, exigida dentro de uma mesma obra, mantém-se aqui a forma usada nos dois primeiros tomos.

2. — O período inicial dessa actividade, se não de resultados práticos, é certamente o mais impressionante, e enche-se com a primeira missão à Serra de Ibiapaba, viagem feita expressamente com o fim de buscar comunicações de Pernambuco com o Maranhão, não apenas com o Ceará e Ibiapaba: *Missio ad Fluvium Maranhão* (*sic*) é a indicação que vem no Catálogo de 1607, quando ainda se ignorava o resultado dela.[1] Pertence, pois, esta viagem ao ciclo da expansão portuguesa ao norte do Brasil, na série de tentativas precursoras, tôdas parcialmente malogradas. Malogrou-se a de Pero Coelho de Sousa; malogrou-se a de Martim Soares Moreno; ia malograr-se agora a de Francisco Pinto e Luiz Figueira. Mas, se fracassaram tôdas no seu efeito imediato de chegar ao Maranhão, não fracassaram na experiência que ficou: o conhecimento das terras e dos povos, as dificuldades e possibilidades da emprêsa. Dêsses sacrifícios fica sempre uma experiência positiva que é factor decisivo para novas expedições. No caso desta viagem, a conclusão foi, depois, a tentativa de Jerónimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, coroada enfim de êxito.

A ida anterior daqueles capitães e as depredações, que fizeram nos índios da costa, dificultaram a missão dos Padres. Foi até essa a razão pela qual os Jesuítas se abalançaram a prescindir de soldados para não darem, nem de longe, a aparência de irem em som de guerra. Francisco Pinto, açoreano, era o herói das pazes com os *Potiguares:*[2] a viagem agora havia de ser, também, missão de paz.

Combinado tudo com o Governador do Brasil e o Provincial da Companhia de Jesus, Fernão Cardim, no dia 20 de Janeiro de 1607, os Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira partiram de Pernambuco, com 60 índios, sós, sem nenhum soldado nem homem branco.[3]

Num barco, que depois voltaria carregado de sal, foram até à foz do Rio Jaguaribe.[4] Desembarcaram e procuraram o primeiro

1. *Bras. 5, 72* v.

2. Cf. supra, *História*, I, 520-528.

3. Cf. Carta de Alexandre de Moura, de Olinda, 27 de Janeiro de 1607, citação de Rodolfo Garcia em *HG*, II, 78. O que diz Martim Soares Moreno, na alegação dos seus serviços, que os Padres «iam em demanda de minas que dizem os franceses que estão na Serra do Ponaré» é afirmação sem base sólida e em contradição com os documentos, AHC, *Ceará*, I, 4-5; na *Rev. do Inst. do Ceará*, XIX (1905) 68.

4. Este rio Jaguaribe, etimologicamente *Rio das Onças*, adverte Cândido Mendes de Almeida, não é o que actualmente tem êste nome na hidrografia cea-

P. Francisco Pinto
Mártir de Ibiapaba

Pintura antiga do tecto da Sacristia da Igreja do Colégio da Baía, hoje Catedral

contacto com os índios, parentes alguns dos que levavam consigo. A 2 de Fevereiro de 1607, retomaram o caminho, desta vez por terra:

«O nosso ordinário modo de caminhar, diz Luiz Figueira, em todo êste comprido caminho até à Serra de Ibiapaba (que serão cem léguas ao direito), foi em forma de peregrinos da Companhia. Logo pela manhã rezávamos o *Itinerário* e Ladainhas de Nossa Senhora, e depois, entre dia, as dos Santos, e, com nossos bordões na mão e nosso cabaço de água, nós íamos caminhando, tendo nossa oração pelo caminho, como podíamos, o tempo que nos parecia. As jornadas eram de meia légua, e duas e três, para nos acomodarmos aos das cargas e também a algumas crianças» [1].

Durante a viagem sofriam os Padres as consequências dos cativeiros praticados pelas expedições anteriores. Os índios, assustados, escondiam-se, e só ousavam aparecer quando se certificavam de que não iam *brancos* ou que os dois, que iam, eram Jesuitas. No caminho encontraram os *Jaguariguaras*. Um mês depois, contado dia a dia, acharam, às margens dum rio caudaloso, alguns índios fugidos dos Portugueses. O seu principal *Acajuí* recebeu-os bem a festejou-os com o que pôde, o magro peixe da sua fartura. Ergueu-se uma cruz. Desde êste lugar (Pará-Mirim, ou Parazinho ?) iniciaram a viagem pelo interior, afastando-se do mar, para evitar as passagens de grandes rios, que o inverno engrossava. Com o fim expresso de evitar semelhantes dificuldades e de se refazerem do necessário, para o prosse-

---

rense, mas o actual Apodi ou Mossoró «como nos antigos mapas se observa sobretudo o do Capitão-mor Pero Coelho de Sousa, que copiou Diogo de Campos Moreno na *Rezão de Estado*», Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, I, 553. Que haveria então confusões é certo. Prova-o o próprio P. Luiz Figueira, ao dizer que os marinheiros, depois, quando o vieram buscar, «não conheciam a terra e cuidando que estavam em um pôrto se acharam em outro». Mas não o conheceria bem o mesmo Luiz Figueira ?

1, Pôrto Seguro escreveu que o P. Francisco Pinto ia de rêde: responde-lhe Rodolfo Garcia, tendo de-certo êste texto diante dos olhos: «É falso que os Padres viajassem em tipóias ou rêdes nos ombros dos índios: marchavam à maneira de peregrinos, de bordão, breviário sob o braço e cabaço de água às costas», Garcia em *HG*, II, 121. Êste era de-facto o modo como os Jesuítas andavam e andaram nesta jornada. Mas, já na Serra, quando tiveram de fazer a mudança, subindo-a e descendo-a, estando debilitadíssimos, foram em rêdes, não por vontade sua, mas por ordem expressa do Chefe índio: «Com preceito que nos levassem em rêdes não só ao subir da ladeira, mas tôdas aquelas cinco léguas o que êles fizeram com tanta diligência e caridade [revezando-se], quanta se não pode encarecer (aquelas cinco léguas andámos em pés alheios em todo êste caminho)» — escreve Figueira.

guimento da viagem até o Maranhão, demandaram directamente a Serra de Ibiapaba, fértil, e, ao que êles cuidavam, acolhedora. Convinha também saber, com segurança, se havia ou não franceses, no Maranhão. Se os houvesse, era um perigo a mais.

O internamento da expedição prolongou-a. Em vez de 15 ou 20 dias, gastariam dois meses, entre atoleiros, «com lamas e águas quási até o joelho». E, de mais a mais, com fome. Passaram a «triste Serra dos Corvos» [Serra Uruburetama], onde parece se tinham juntado «tôdas as pragas do Brasil».

3. — Finalmente, depois de trabalhos sem conta, chegaram à Serra de Ibiapaba. O principal da Aldeia recebeu-os com o nome de «Jesus» e agasalhou-os com a sua abundância: «umas poucas de raízes de mandioca a que chamam macacheira, cozidas, e um pouco de sal e pimenta da terra e um palmito para assentar o estómago».

Não se podendo manter ali, abalaram para outra Aldeia, vizinha desta, tanto os Padres, como os índios, que levavam, e até os índios da primeira Aldeia. Esta segunda, maior que a primeira, a 5 léguas dela, denomina-a Luiz Figueira Aldeia de Jurupariaçu, *Diabo Grande* [1].

Procuraram informar-se. Souberam que andavam franceses no Maranhão, e que, desde a Serra de Ibiapaba, até lá, tudo eram selvagens cruéis e desconfiados, «por entre os quais não há passar senão à força de armas».

---

1. Vieira na sua *Relação da missão da Serra de Ibiapaba*, traduz *Diabo Grande* por *Taguaibunuçu*, mas prevaleceu o sinónimo *Jurupariaçu*, ou *Jurupariguaçu*. Diz Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional*, 3.ª ed. (Baía 1928) 251: «Jurupari, corr. *yurú-pari*, a bôca fechada. Nome de um génio da mitologia selvagem. No Amazonas, o *Jurupari* é um enviado do sol para reformar os costumes dos homens; legislador deu o poder aos homens, tirando-o das mulheres; instituiu festas em que só os homens tomam parte e deixou segredos que só êstes podem saber. A mulher que os descobre deve morrer, como morreu *Ceucy*, a própria mãe de *Jurupari*. O nome *Jurupari* que vale dizer — aquêle que fecha a nossa bôca — segundo os pagés, é de referência à instituição dos segredos. Outros índios do Brasil tinham o *Jurupari* pelo espírito do mal, e o representavam nas suas *itaquatiaras* com horrenda catadura e os dentes arreganhados. Tinha *Jurupari* muitos outros génios maléficos ao seu serviço, bem como os seus animais: as aves noturnas, o morcêgo, a cobra, o jacaré, a onça, as aranhas grandes, o lagarto. Perseguia a gente até durante o sono, tapando-lhe a bôca nos pesadelos». Cf. Osvaldo Orico, *Vocabulário de crendices amazónicas* (S. Paulo 1937) 135-141.

Os Padres, não obstante, tentaram forçar o passo, com meios pacíficos, de dádivas e da sua presença, em tôda a parte respeitada. Para preparar o terreno, mandaram cometer as pazes às aldeias mais próximas.

Os primeiros emissários voltaram sem conseguir romper o mato; foram outros, com dádivas, mas voltaram sem os objectos, só com o convite de que fôssem os Padres e levassem muitos «machados, facas, espelhos, tesouras, etc». Enviaram novo recado, tanto ao principal, a quem o tinham mandado antes, como a mais dois chamados, um, *Milho Verde*, inimigo capital dos brancos e dos índios de Ibiapaba, e outro, *Cobra Azul*, que vivia à beira-mar. Idênticas propostas foram ao índio *Algodão* (*Amanaí*), que veio ver os Padres e se mostrou amigo.

Nesta Aldeia de *Jurupariaçu* permaneceram os Padres quatro meses. Forçados pela demora, organizaram a catequese. Precária sem dúvida, visto que os Jesuítas só mais tarde viriam para ficar de assento, mas catequese já verdadeira no que era possível: ensino da doutrina a adultos e meninos, com grande alacridade e freqüência dos mesmos; combate às superstições a que êstes índios eram sumamente atreitos; administração de sacramentos aos índios cristãos, que levavam consigo, a algum moribundo, e até a um filho de branco que por ali se achava, mameluco, já mais bárbaro que civilizado.

Ensinavam também os índios «a dançar ao modo português, que para êles era a coisa de mais gôsto que pode ser»...

4. — Mas o tempo passava e era preciso determinarem-se: ou seguir para o Maranhão ou retroceder para o Jaguaribe. Prevaleceu a idéia propulsora inicial: a 17 de Outubro puseram-se a caminho do Maranhão.

Saíu-lhes ao caminho o índio *Mandiaré*, inimigo dos Franceses, de quem deram notícias aos Padres, e por amor do qual os Padres se detiveram a roçar e fazer mantimentos.

Dalí a 15 ou 20 léguas, ficavam os índios Tapuias chamados *Cararijus*.[1] Os Padres tinham-lhes mandado presentes para fazerem as pazes, uma e outra vez. Responderam falsamente que as queriam e que fôssem os Padres. Êles, porém, antes de ir, enviaram terceira

1. *Cararijus*, segundo Luiz Figueira, lido por Studart; José de Morais escreve *Tacarijus* (*História*, 40); outros, *Tocarijus*, e José Caeiro, *Tacariputãs* (*Apologia*, 59v). Bettendorff (*Cronica*, 42) diz simplesmente *Tabajaras*, designação geral dos Índios da Serra de Ibiapaba, conhecidos também por *Tobajaras*, nome

embaixada. E descobriu-se a perfídia: os índios queimaram vivos os emissários, excepto um, que conservaram para guia.

A tardança da resposta fêz suspeitar os Padres. E, assim, em vez de seguirem directos ao Maranhão, preparavam-se para descer ao mar, quando, repentinamente, foram atacados por aqueles índios *Cararijus*, na sexta-feira, infra oitava da Epifania, a 11 de Janeiro de 1608 [1].

No sítio, em que se encontravam, havia duas casas, uma a dos Padres, em que estava Francisco Pinto rezando o breviário; outra a dos moços, um pouco desviada, onde se achava nêsse momento o P. Figueira. Os *Cararijus* atacaram a casa em que estava o P. Pinto, que procurou debalde apaziguar os assaltantes. Defenderam-no os índios amigos, sendo feridos mortalmente dois, entre os quais o fidelíssimo António Caraibpocu. Ferido êste, os selvagens arremeteram ao P. Francisco Pinto, «e, tendo-lhe uns mão nos braços, estirando-lhos para ambas as partes, ficando êle em figura de Cruz, outros lhe deram tantas pancadas com um pau na cabeça, que lha fizeram pedaços».

Como foi possível tal crime?

Os *Cararijus* eram cruéis, evidentemente, mas aos Franceses do Maranhão se deve atribuir a sua instigação. Figueira conta expressamente a presença ali dos Franceses. E o próprio Claude d'Abeville refere-se a êsse facto. Francisco Pinto assume na sua narrativa o nome único de *Personagem*. O seu fiel amigo António Caraibpocu aparece com a grafia de *Tuputapoucou*. E a doutrina católica, que o Padre prègava, recolheu-a já adulterada o P. Abeville. Nêsse sentido fala.

---

que preferimos, conforme a interpretação de Ascenso Gago (Cf. infra, Cap. III). Da forma de Luiz Figueira aproxima-se Elias Herckman (1639) escrevendo à holandesa, *Careryouws*, na sua monografia sobre «Costumes dos Indios» publicada na *Rev. do Inst. do Ceará*, XLVIII (1934) 15. Segundo Th. Pompeu Sobrinho são *Cariris*, *Ib.*, LIII (1939) 228.

1. Dissemos, em *Luiz Figueira*, 30, que foi a 10, levado pela informação de Caeiro, abaixo transcrita. Fazendo de novo os cálculos, tendo em conta que 1608 era bissexto, parece que aquela sexta-feira é realmente o dia 11, como se vê na estampa de Tanner (*Societas Iesu usque ad sanguinis et vitae profusionem militans*, Praga 1675) e reproduzida em *Luiz Figueira*, 144/145. Concorda Juvêncio: "III Idus Januarias anni MDCVIII" (Joseph Juvencius, *Historia Societatis Iesu*. Pars Quinta (Roma 1710) *757-759*; *Bras. 13* (Menolog.) 7v.; *Lus. 58* (Necrol. I) 18; Bett., *Crónica*, 41-43; Eusébio Nieremberg, *Varones Ilustres de la Compañía de Jesús*, III, 2ª ed. (Bilbau 1889) 600-605.

Mas é totalmente inverosímil que os Franceses de 1608 não soubessem que aquela *Personagem* era Sacerdote e Jesuíta e que, portanto, pura a sua doutrina. Não convinham, porém, aos Franceses tais pazes entre os Jesuítas Portugueses e os índios. E foi fácil aos Franceses ludibriar os índios, dando os prègadores como feiticeiros. Em tal perfídia mostrou-se zeloso um mancebo francês. Os Índios escutaram-no e planejaram a morte dos Padres:

«La remonstrance de ce ieune François eut tant de pouuoir sur ces Indiens de la grande montagne, que soudain ils commencèrent à tourner visage & au lieu qu'ils tenoient ce *Personnage* pour vn grand prophete, ils le reputêrent pour vn signalé menteur, pour vn imposteur & meschant homme croiãt que tout ce qu'il faisoit n'estoit que pour les affronter. Deslors ils conspirerent sa mort» [1].

Luiz Figueira, que deveu a vida a achar-se naquela casa desviada e a ter-se recolhido no mato, durante a irrupção dos selvagens, passado o sangrento alvorôto, tratou de voltar ao mar. No sopé da Serra de Ibiapaba, deixou sepultado o corpo do P. Pinto e junto dêle, um de cada lado, os dois valorosos índios que morreram em sua defesa. Deixou também, dois grandes braços abertos, de uma cruz, a assinalar, naquele deserto, que por ali tinha passado Cristo.

Como recordação ou relíquia, Luiz Figueira levou consigo o *tacape* com que os Indios imolaram o P. Francisco Pinto [2]. O Catálogo de 1607, redigido enquanto o Padre andava na Serra de Ibia-

---

1. Claude d'Abeville, *Histoire de la Mission des Peres Capvcins en l'Isle de Maragnan et terres circonuoisines*. Reprodução facsimilar, feita por Paulo Prado (Paris 1922) f. 83 v. Apesar de confusa, e misturando factos diferentes, a narrativa do Capuchinho tem todos os indícios de ter o P. Francisco Pinto como núcleo central, ainda que diluido na errónea interpretação dos seus informadores. Cf. J. F. de Almeida Prado, *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil* (1530-1630), II (São Paulo 1941) 318.

2. «O pau com que o mataram, e tinto ainda em sangue, deixaram aquêles bárbaros junto do corpo (costume entre êles ficarem com o morto os instrumentos da sua morte), o levou consigo o P. Figueira para o Colégio da Baía, onde, *no ano* de 1624, em que os Holandeses tomaram a cidade, se perdeu com as mais relíquias que nêle se conservavam em depósito» (Morais, *História*, 43). Mas Bettendorff, escrevendo em 1698, isto é, muito depois dos Holandeses, assevera que o P. Figueira levou consigo «um desses paus ou *ibirassangas* como se chamam os com que matam, com o qual tinha sido quebrada aquela sagrada cabeça, todo ensanguentado, que, *até o dia de hoje*, se guarda, com muita veneração, e lembrança eterna, no Colégio da Baía de Todos os Santos», Bett., *Crónica*, 42.

paba: diz: «P. Francisco Pinto, de Angra, com 55 anos, saúde regular, entrou na Companhia a 31 de Outubro de 1568. Estudou latim 3 anos, casos de consciência outros três. Sempre se empregou na conversão dos Índios. Para a salvação dêles foi duas vezes ao sertão. Sabe optimamente a língua brasílica. Formado no ano de 1588» [1].

Angra é a capital da Ilha Terceira, Açores. «Es de las Islas Terceras», dizia o Catálogo de 1574 [2].

Francisco Pinto, dos Açores passou a Pernambuco e dalí á Baía, onde entrou na Companhia e se assinalou na redução dos *Potiguares*, do Rio Grande do Norte.

Os seus ossos perderam-se. Sabe-se de positivo que foram transportados de Ibiapaba para o Ceará, e já ali estavam em 1615. O P. Manuel Gomes, que nêsse ano ali passou, a caminho do Maranhão, procurou levar, baldadamente, o seu corpo ou pelo menos alguma relíquia [3]. Diz Gomes que a Armada, em que ia para a conquista do Maranhão, tomou o porto do Ceará, e dali a «três léguas» estava o corpo. Corria que existia numa capela, enterrado num caixão. Foi a essa ermida, por incumbência do P. Gomes, um Padre secular, que não o achou no lugar em que se dizia. E explica que não o achou, «por os Índios secretamente o terem mudado». Mais nada, com fundamento certo. Têm procurado os investigadores, sobretudo os cearenses, identificar aquela ermida com alguma das Aldeias mais próximas do porto do Ceará, Paupina e Parangaba, sendo os sufrágios mais para esta segunda, como o do Barão de Studart, fundando-se em que de Parangaba «para a barra do Ceará, é que fazem as 3 léguas» [4]. Mais tarde, os Padres da Companhia compuseram epitáfios à memória do mártir.

O P. Domingos de Araújo recolheu na sua *Crónica* uns que teriam sido colocados no túmulo da Serra, mas já vimos, que o túmulo da Serra de Ibiapaba fôra mais simples e comovente, aquelas pedras e aquela cruz.[5] Em vez desta homenagem póstuma há outra, quási

---

1. *Bras.*, *5*, 72v.

2. *Bras.*, *5*, 11v; Morais (*História*, 45) diz que era da Ilha de Santa Maria, mas acrescenta: «outros dizem que da Terceira». Parece que os Catálogos não dão margem a dúvidas.

3. Cf. Carta de Manuel Gomes, de 2 de Julho de 1621, em Studart, *Documentos*, 1 275-277.

4. Studart, *Tricentenário*, 87.

5. Transcreve os dísticos Melo Morais, *Corografia*, III, 61.

coeva, da *Jornada do Maranhão*. Tinham os Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira «chegado já a Buapaba, deixando de-novo quietos e mui amigos os do Ceará. Passando àvante foram ao caminho salteados dos Tapuias da serra, selvagens, que a todos fazem o mesmo, andando como feras, sempre no campo. Foi morto o P. Pinto nesta envolta, homem de grande bondade, exemplo da vida, que ali perdeu por Deus, e está hoje o seu corpo venerado no Ceará dos mesmos Índios, que dizem que, depois que o têm consigo, que sempre lhes chove água do Céu e lhes vai bem» [1].

«*Amanaiara*, senhor das chuvas», é a expressão indígena, com que a piedade do povo do Ceará ficou a conhecer e a venerar a memória do P. Francisco Pinto. Pelo testemunho da *Jornada do Maranhão*, a tradição tem raízes fundas [2]. Os Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, diz Paulino Nogueira, foram os primeiros sacerdotes que pisaram terras cearenses, «tradição pouco divulgada, não contestada» [3].

5. — Figueira ainda sofreu incomportáveis trabalhos na volta, pela suspicácia e versatilidade dos Índios *Tobajaras*, do próprio *Diabo Grande* e sobretudo do *Cobra Azul*, e ainda, depois, de outro índio, o *Lagartixa Espalmada*.

Tudo suportou com a fortaleza do seu ânimo heróico e fundou ainda no Rio Ceará, a 10 de Agôsto de 1608, dia de S. Lourenço, uma Aldeia que por esta circunstância, se chamou Aldeia de S. Lourenço. Tendo enviado, entretanto, recados a Jerónimo de Albuquerque, recolheu-o, enfim, o P. Gaspar de Samperes, que o foi buscar com embarcação e soldados de Diogo de Campos Moreno [4].

Consumido de trabalhos e de fomes, Luiz Figueira, só com a pele sôbre os ossos, em Setembro de 1608, com alguns índios de Ibiapaba (outros seguiram por terra desde Jaguaribe), encami-

---

1. *Jornada do Maranhão*, em *Not. para a Hist. das Nações Ultramarinas*, I, n. 4, pág. 4; *Jornada do Maranhão*, por Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Estado do Brasil, em Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, II, 162.

2. BNL, fg. 4516 (*Apontamentos*) 43.

3. *O Padre Francisco Pinto ou a Primeira Catequese de Índios no Ceará*, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XVIII, 17.

4. *Jornada do Maranhão* em Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, II 162.

nhou-se por mar para o Rio Grande do Norte, donde passou a Pernambuco [1].

Assim terminou o primeiro acto destas, depois célebres, missões do Ceará, Maranhão e Pará. Século e meio mais tarde, quando a perseguição lançava aos quatro ventos tantas insinuações caluniosas, entre elas havia uma, que os Jesuítas tinham fundado uma República no Maranhão. José Caeiro, para vingar a memória daqueles missionários, responde, e a sua resposta dá-nos, numa rápida perspectiva, o desenrolar futuro dêste primeiro acto da viagem a Ibiapaba:

«Primeiramente faria injúria muito grave à Vice-Província do Maranhão se negasse que os filhos dela, naqueles vastíssimos e incultos sertões, tinham uma pobre sim, mas bem povoada República. Os primeiros, que puseram mão a tão grande e trabalhosa emprêsa, foram os dois Jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira, que saindo de Pernambuco e caminhando a pé um ano inteiro entre contínuos perigos, e com a morte sempre à vista no ano de 1607, chegaram finalmente à Serra de Ibiapaba e naqueles montes fundaram a primeira Aldeia que houve no Maranhão. Aos 10 [2] de Janeiro do ano seguinte, mataram os índios *Tacariputãs* em ódio da fé o apostólico P. Pinto, e logo se viu verificada a sentença de Tertuliano, *sanguis martyrum semen est christianorum.*

O P. Figueira e outros, que sucessivamente se empregaram em obra tão gloriosa, chegaram a fundar 55 Aldeias, povoando-as tôdas de índios a quem com indústria, paciência e trabalhos incompreensíveis, persuadiram que descessem dos montes, e, deixando cos-

---

1. *Relação da Missão do Maranhão,* de 26 de Março de 1608 (Cf. *Luiz Figueira,* II Parte, *Relações e Documentos, B,* com a nota bibliográfica, que aí damos e a observação sôbre a data da *Relação,* 105-152); outra *Relação,* diferente daquela, escrita ainda em Ibiapaba, «desta serra» a 30 de Setembro de 1607 (*Bras. 8,* 85-92 v); e a Carta ânua, latina, de Gaspar Álvares, datada da Baía, postridie Kalendas Augusti anno Domini 1608 [2 de Agosto], *Bras. 8,* 68-69; Bett., *Crónica,* 39-42; Morais, *História,* 28-44; Fernão Guerreiro, *Relação Anual,* II (Coimbra 1931) 425-427. Alguns pormenores dêstes cronistas diferem da Relação de Luiz Figueira. Preferimos ater-nos estritamente às fontes. O ilustre investigador Barão de Studart discute algumas dessas divergências no seu trabalho *Francisco Pinto e Luiz Figueira o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará,* publicado no volume *Commemorando o tricentenário da vinda dos primeiros Portugueses ao Ceará,* 1603-1903 (Ceará 1903) 47-92.

2. Cf. Supra, p. 8, nota 1.

tumes brutais, em que foram criados, se unissem em povoações e fizessem nelas vida cristã e civil. Esta República fundaram e estabeleceram os Jesuítas, sós, e sem ajuda alguma ou favor dos outros, antes com gravíssimas oposições e contradições contínuas. Mas não a fundaram para si, que dela não tiravam outra coisa mais que perseguições, calúnias, e desterros. Fundaram-na para Deus, a cuja Igreja agregaram um número sem número de Índios bárbaros; fundaram-na para os Senhores Reis de Portugal, aumentando o seu Império com tantos vassalos. Em 1663 [1] se dividiram as 55 Aldeias, fundadas e povoadas pelos Jesuítas, entrando ao govêrno e administração de grande parte delas os religiosos Carmelitas, os Mercenários e os Capuchinhos de Santo António [2], obedecendo os Jesuítas prontamente ao decreto real que assim o ordenava e cedendo, sem dificuldade alguma, 27 povoações que, com tantos trabalhos tinham feito e as igrejas que à sua custa tinham edificado. Depois da divisão, administraram os Jesuítas 28 Aldeias, até o ano de 1755, em que, por justos motivos, as dimitiram em estado tão florente, e tão bem povoadas, que delas formou no mesmo ano o Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado uma cidade, 18 vilas e nove lugares, sem outro trabalho que mudar-lhes os nomes e mandar se levantasse na praça o pelourinho, que era uma trave grossa e tôsca com duas mais pequenas atravessadas na maior altura. O mesmo capitão confessou esta facilidade dizendo aos circunstantes em uma destas funções:

— Vejam a brevidade com que de uma Aldeia se faz uma Vila.

Mas ouviu logo uma verdade:

— Sim senhor, quando a Aldeia se acha fundada e povoada.

«O certo é que o mesmo Capitão General intentou no mesmo tempo fundar uma Aldeia segundo a sua idéia (todos sabemos que as tinha boas), porém depois de gastar à Real Fazenda muitos mil cruzados, nada fêz, e se mostram ainda hoje no Maranhão os alicerces» [3].

1. Em 1663 houve uma primeira divisão. Mas a divisão efectiva, em que *tôdas* as Religiões, logo enumeradas, entraram «ao govêrno e administração» das Aldeias, fêz-se por fôrça da Carta régia de 19 de Março de 1693, ao Governador do Maranhão, Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, 178, assunto que será tratado no tomo IV.

2. *Capuchinhos* (*sic*), mas, de facto, são Capuchos ou Franciscanos.

3. *Apologia da Companhia de Portugal composta pelo P. José Caeiro*, Roma Archivio della Postulazione Generale, Sezione IV, Varia, n. 38, f. 59v-60. Assim era em 1938, quando o consultámos pessoalmente. Informaram-nos que foi depois incluída no Arch. S.I. Roman., com a cota: *Lus. 95 n.*

A missão à Serra de Ibiapaba e o holocausto do P. Francisco Pinto têm sido muito explorados literariamente, entrando de tal maneira na imaginação do povo, e até na dos historiadores, que muitos datam dessa época a fundação de importantes povoações do Ceará [1].

1. Torres Câmara, por exemplo, diz que os Padres foram «por terra até [o Rio] Aracati, fundando em sua passagem as Aldeias de *Caucaia* (*mato grande*, actualmente Soure), *Porangaba* (*beleza*, depois Arronches, voltando ao primitivo nome) e *Paupina* ou Padre Pinto, actual Messejana», J. E. Tôrres Câmara, *O Ceará até a Independência — Notícia Histórica do seu início*, no *Almanach Estatístico do Estado do Ceará*, ano 27 (1922) 684. Cf. também Gustavo Barroso, *Pero Coelho de Sousa* (Lisboa 1940) 27; J. Brígido, *Ceará, Homens e Factos* (Rio 1919) 12; Max Fleiuss, *Apostilas de História do Brasil* (Porto-Alegre 1934) 128. Mas cf. adiante o *Capítulo VI*, dedicado a estas Aldeias.

CAPÍTULO II

Fundação da Missão de Ibiapaba

1 — O Ceará na invasão holandesa; 2 — A Serra de Ibiapaba; 3 — Pedro de Pedrosa e António Ribeiro, enviados do Maranhão, fundam a primeira casa e escola; 4 — Lutas e inquietações; 5 — Visita do P. António Vieira e seus resultados; 6 — Perfídia de Simão Tagaibuna; 7 — A missão de Ibiapaba passa à influência da Província do Brasil.

1. — Depois da estada do P. Francisco Pinto e Luiz Figueira, o Ceará foi teatro de acontecimentos de importância, que não nos compete historiar.

Em 1611, Martim Soares Moreno conquista o Ceará[1], e dá-se em 1637 a invasão dessa Capitania pelos holandeses com a conivência dos índios, em particular de *Amanaí*, o Algodão. Como em tôda a parte do Brasil, com honrosas excepções, os índios inclinavam-se para onde viam mais brilhante o sol, sem grandes perspectivas aliás, não prevendo o futuro, como era do seu carácter. Por isso, quando começou a reacção provocada pela Restauração de Portugal, e os holandeses começaram a fraquejar no Maranhão, os Índios do Ceará, revoltando-se contra os invasores, sob pretexto de lhes não pagarem os salários estipulados, apoderaram-se, em Janeiro de 1644, do forte do Rio Ceará, trucidando a guarnição[2]. Por fim, Matias Beex, o úl-

---

1. Cf. Afrânio Peixoto, *Martim Soares Moreno* (Lisboa 1940) 7 ss.

2. João Vasco propõe a El-Rei, para serem galardoados, os nomes dos Índios que tomaram o forte e mandaram aviso ao Maranhão que estavam prontos a receber os Portuguêses:

«Iacoruna merim — prinsipal.
«Taparatin da Serra — prinsipal.
«Orubu acanga — de Gicuacuara, prinsipal,

«Estes são os do Seara por novas que tive de outros Índios por lhes saber fallar a lingoa». — João Vasco, *AHC*, *Apensos*, Pará, 1643.

timo chefe holandês, conhecendo a capituiação do Recife, em 1654, retirou-se para Barbados [1].

Ao mesmo tempo dava-se outra invasão, esta interna. Os Índios, em particular os *Potiguares* e *Tobajaras* em face da derrota, refluiram para o Ceará, vindos das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, [2]. Não poupavam os holandeses, seus antigos aliados, e também temiam as represálias dos Portugueses apesar das capitulações lhes garantirem perdão [3]. Becx anota a disposição em que se encontravam os Índios de Pernambuco de se estabelecer no Ceará e resistir a uns e outros [4]. Mas embora causassem distúrbios, frustraram-se tais intentos, devido à acção conjugada dos Jesuítas e da Autoridade civil. António Vieira já vivia, desde o ano anterior, no Maranhão, a cujo Estado pertencia então o Ceará; e André Vidal de Negreiros, Governador dêsse Estado, antes de se retirar para o seu novo govêrno de Pernambuco, apoiou o P. Vieira que, sob a sua autoridade, funda a Missão da Serra de Ibiapaba.

2. — « Ibiapaba, que na língua dos naturais quere dizer *terra talha*, diz Vieira, não é uma só serra, como vulgarmente se chama, senão

1. Gaspar Barléu conta assim o caso, ou o que êle chama revolta, do Ceará: « Bandos de brasileiros, chamados à guerra, tinham tomado ardilosamente o forte ocupado pelos holandeses e o arrasaram, trucidando o governador Gedeão Morritz, todos os soldados da guarnição e até os trabalhadores estabelecidos não longe dêle nas salinas do Upanema. A mesma sorte estava reservada para o comissário do Maranhão. Ignorando o que ali havia acontecido, arribou àquele lugar infeliz para recensear os soldados e caiu nas mãos dos rebeldes, perecendo com todos os seus de morte semelhante. Além disso, como se achasse em reparos no pôrto do Ceará um dos nossos patachos, desembarcaram num barco o patrão do navio, um capitão, um tenente e alguns soldados rasos, os quais os cearenses, encobrindo o ódio com blandícias, mataram sem êles o esperarem. Evadiram-se três marinheiros que se haviam escondido no mato e viram o forte derribado e os seus entulhos. Não eram, porém, os maranhenses, se bem próximos e limítrofes, considerados instigadores desta nefária sedição: imputava-se a culpa da mesma à ferocidade e à dominação assaz dura dos nossos contra os súbditos. Nada exaspera mais um povo já irritado do que sofrer opressão. Assemelha-se às feras, que, presas em laços muito apertados, se assanham e, contidas em liames mais frouxos se aquietam ». *Gaspar* Barléu, *Res Brasiliae, imperante illustrissimo comite I. Mauritio Massoviae etc. comite*, tradução de Cláudio Brandão (Rio 1940) 322-323.

2. Heriarte, *Descrição*, 214.

3. Cf. Studart, *Documentos*, III, 226.

4. Carta de Matias Becx, de Barbados, 8 de Outubro de 1654, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XXVI (1912) 81-82.

muitas serras juntas, que se levantam ao sertão, das praias de Camucí, e mais parecidas a ondas do mar alterado, que a montes, se vão sucedendo, e como encapelando umas após das outras em distrito de mais de quarenta léguas: são tôdas formadas de um só rochedo duríssimo e em partes escalvado e medonho, em outras cobertas de verdura e terra lavradia, como se a natureza retratasse nêstes negros penhascos a condição de seus habitadores, que sendo sempre duras, e como de pedras, às vezes dão esperanças, e se deixam cultivar.

Da altura destas serras não se pode dizer cousa certa, mais que são altíssimas, e que se sobe, às que o permitem, com maior trabalho da respiração, que dos mesmos pés e mãos, de que é forçoso usar em muitas partes. Mas depois que se chega ao alto delas, pagam muito bem o trabalho da subida, mostrando aos olhos um dos mais formosos paineis que porventura pintou a natureza em outra parte do mundo, variando de montes, vales, rochedos e picos, bosques e campinas dilatadíssimas, e dos longes do mar no extremo dos horizontes. Sobretudo olhando do alto para o fundo das serras, estão-se vendo as nuvens debaixo dos pés, que como é cousa tão parecida ao Céu, não só causam saùdades, mas já parece que estão prometendo o mesmo, que se vem buscar por êstes desertos.

Os dias no povoado da serra são breves, porque as primeiras horas do Sol cobrem-se com as névoas, que são contínuas, e muito espêssas. As últimas escondem-se antecipadamente nas sombras da serra, que para a parte do Ocaso são mais vizinhas e levantadas.

As noites, com ser tão dentro da zona tórrida, são frigidíssimas em todo o ano, e no inverno com tanto rigor, que igualam os grandes frios do Norte, e só se podem passar com a fogueira sempre ao lado.

As águas são excelentes, mas muito raras, e a essa carestia atribuem os naturais ser tôda a serra muito falta de caça de todo o género; mas bastava para tôda esta esterilidade ser habitada ou corrida há tantos anos de muitas nações *Tapuias*, que sem casa nem lavoura vivem da ponta da frecha, matando para se sustentar, não só tudo o que tem nome de animal, mas ratos, cobras, sapos, lagartixas, e de tôdas as outras imundícies da terra.

Quási na mesma miséria vivem igualmente os *Tobajaras*, posto que puderam sem muita dificuldade suprir a necessidade da terra com os socorros do mar, que lhes fica distante vinte e cinco léguas, e sôbre ser mui abundante de todo o género de pescado, está ofere-

cendo de graça o sal nas praias em uma salina natural de mais de duas léguas; mas é tão grande a inércia desta gente, e o ócio em que excedem a todos os do Brasil, que por milagre se vê um peixe na serra, vivendo de mandioca, milho, e alguns legumes, de que também não têm abundância: com que é entre êles perpétua a fome, e parece que mais se mantem dela, que do sustento» [1].

Os moradores da Serra, nesta época, eram de três categorias sob o aspecto religioso: gentios, que nunca tinham recebido a fé; católicos, mas que a esqueceram ou a desmentiam nos costumes; e herejes. Alem dos *Tobajaras* antigos donos da Serra, os que de novo, e de diversas tribus, chegaram, fugindo de Pernambuco.

«Com a chegada dêstes novos hóspedes ficou Ibiapaba verdadeiramente a Genebra de todos os sertões do Brasil, porque muitos dos Índios Pernambucanos foram nascidos e criados entre os Holandeses, sem outro exemplo, nem conhecimento da verdadeira religião. Os outros militavam debaixo de suas bandeiras com a disciplina de seus regimentos que pela maior parte são formados da gente mais perdida e corruta de tôdas as nações da Europa.

No Recife de Pernambuco, que era a côrte e empório de tôda aquela nova Holanda, havia judeus de Amsterdam, protestantes de Inglaterra, Calvinistas de França, Luteranos de Alemanha e Suécia, e tôdas as outras seitas do Norte; e desta Babel de erros particulares se compunha um ateísmo geral e declarado, em que não se conhecia outro Deus mais que o interesse, nem outra lei mais que o apetite; e o que tinham aprendido nesta escola do inferno, é o que os fugitivos de Pernambuco trouxeram e vieram ensinar à Serra, onde por muitos dêles saberem ler, e trazerem consigo alguns livros foram recebidos e venerados dos *Tobajaras*, como homens, letrados e sábios e criam dêles, como de oráculo, quanto lhes queriam meter em cabeça.

Desta maneira dentro em poucos dias foram uns e outros semelhantes na crença e nos costumes, e no tempo em que Ibiapaba deixava de ser república de Baco (que era poucas horas, por serem as borracheiras contínuas de noite e de dia), eram verdadeiramente aquelas aldeias uma composição infernal ou mistura abominável de tôdas as seitas e de todos os vícios, formada de rebeldes traidores, ladrões, homicidas, adúlteros, judeus, hereges, gentios, ateus, e

1. Vieira, *Obras Várias*, II, 71-72.

tudo isto debaixo do nome de Cristãos, e das obrigações de Católicos»[1].

Dentre os índios *Tobajaras*, que em obediência a ordens de El-Rei tinham passado ao Maranhão, estava um Francisco Muririba. Na Serra, permanecia Simão Tagaìbuna, que nessa altura se dava por aliado.

Apesar das dificuldades do caminho, Muririba, em Maio de 1655, prestou-se corajosamente a levar cartas do Governador, oferecendo perdão geral e esquecimento dos delitos aos Índios da Serra, e que se preparassem para receber os Padres da Companhia que os viriam doutrinar[2].

Foram três as tentativas para a missão, iniciadas as duas primeiras em Fevereiro e a terceira em fins de Maio de 1656. Na primeira, por mar, numa sumaca, foram o P. Tomé Ribeiro e o Ir. Sebastião Teixeira. Iam na expedição destinada a fundar o forte do Rio da Cruz ou Camocim, composta de 40 soldados com seu capitão. Depois de gastarem 50 dias, com ventos contrários, andando por alturas da barra do Rio das Preguiças, viram-se obrigados a arribar ao Maranhão, desfazendo na volta, em 12 horas, o que tinham feito em 50 dias[3].

A segunda tentativa foi igualmente por mar, numa vela latina. Ia o P. Manuel Nunes. A embarcação, depois de deixar o Padre no Ceará, seguiria, para a Baía com o P. António Vieira que também ia nela. Saiu do Maranhão, pouco depois da primeira expedição, na mesma monção de Fevereiro. Mas falhando a monção, e sobrevindo ventos contrários, arribaram como a expedição anterior. Antes de levantarem âncoras, para voltar, lobrigaram na praia 11 homens

---

1. Vieira, *Obras Várias* II, 61-62; *Hist. Proprov. Maragn.*, 554; *Cartas de Vieira*, I, 477.

2. André Vidal de Negreiros escreveu a El-Rei sôbre êstes assuntos. Examinando o Conselho as propostas de Vidal, a 8 de Julho de 1656, logo a 27 lhe responde El-Rei: que repare a fortaleza do Ceará; faça outra no Rio da Cruz (Camocim) e afugente para longe de êste rio o principal Algodão, para não fazer levantamentos, como costuma; e que aos Padres da Companhia, que vão evangelizar essas paragens, dê ajuda e defesa, *Bras*, 9, 68; Studart, *Documentos*, III, 199-201, 205.

3. *Hist. Proprov. Maragn.*, 537-538. Vieira descreve esta expedição, mas omite o nome do Ir. Sebastião Teixeira, *Obras Várias*, II, 63. E acrescenta que foi um bem, esta volta atrás, pois os Índios do Camocim estavam tão mal dispostos então, que ou impediriam pelas armas a construção do forte ou se retirariam para tão longe que seria difícil, depois, aldeá-los.

vestidos à européia. Era o principal Francisco Muririba, que conseguira passar incólume entre as tribus tapuias e voltava com as respostas dos índios de Ibiapaba: «Eram dez índios os da serra que acompanhavam a Francisco , dos quais o que vinha por maioral, apresentou aos Padres as cartas que trazia de todos os *Principais*, metidas, como costumam, em uns cabaços tapados com cêra, para que nos rios que passam a nado se não molhassem.

«Admiraram-se os Padres de ver as cartas escritas em papel de Veneza, e fechadas com lacre da Índia: mas até destas miudezas estavam aquêles índios providos tanto pela terra dentro pela comunicação dos Holandeses, de quem também tinham recebido as roupas de grã e de seda, de que alguns vinham vestidos.

«Desta maneira sabem os políticos de Holanda comprar as vontades e sujeição desta gente, passá-los da nossa obediência à sua, o que nós pudéramos impedir pelos mesmos fios, com muito menos custo, mas sempre as nossas razões de Estado foram vencidas da nossa cobiça, e por não darmos pouco por vontade, vimos a perder tudo por fôrça.

«A letra e estilo das cartas era dos Índios Pernambucanos, antigos discípulos dos Padres, e a substância delas era darem-se os parabéns da nossa vinda, e significarem o grande alvorôço e desejo com que ficavam esperando para viverem como Cristãos não se esquecendo de lembrar aos Padres como êles tinham sido os primeiros filhos seus, e quão viva estavam ainda em seus corações a memória e saùdades de seu santo pai, o *Pai Pina*, que assim chamavam ao Padre Francisco Pinto».

Vieira recolheu os emissários de Ibiapaba e, com êles e tão boas esperanças da futura emprêsa, refazendo em poucas horas o caminho de 53 dias, entraram no Maranhão [1].

3. — A terceira tentativa, desta vez por terra, foi enfim coroada de êxito. Vieira nomeou para ela o P. António Ribeiro, paulista, e o P. Pedro de Pedrosa, acabado de chegar de Portugal.

Venceram quatro espécies de dificuldades: os terríveis *Lençois* da praia arenosa; a voracidade dos próprios índios que levavam; a

---

1. Vieira, *Obras Várias*, II, 66; *Cartas de Vieira*, III, 714; S. L., *Novas Cartas*, 254; *Hist. Proprov. Maragn.*, 539-543.

Carolus Grandé sculpsit, Romae, 1742

P. ANTÓNIO VIEIRA

PROTECTOR DOS ÍNDIOS DO BRASIL

(Ex André de Barros, *Vida do Apostólico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, chamado por Antonomasia o Grande*, Lisboa, 1746)

traição dos *Teremembés* daqueles sítios, e a passagem dos cursos de água.

«O caminho, que é de mais de cento e trinta léguas pelo rodeio das enseadas, o fazem os Padres todo a pé, e sem nenhum abrigo para o Sol que nas areias é o mais ardente; porque em tôdas elas não há uma só árvore, e até a lenha a dá, não a terra, senão o mar, em alguns paus secos, que deitam as ondas à praia.

A cama era onde os tomava a noite, sôbre a mesma areia e também debaixo dela, porque marchavam no tempo das maiores ventanias, as quais levantam uma nuvem ou chuva de areia tão contínua, que em poucas horas de descuido se acha um homem coberto ou enterrado, até o mesmo vento (coisa que parece incrível) é um dos maiores trabalhos e impedimentos desta navegação por terra, porque é necessária tanta força para romper por êle, como se fôra um homem nadando, e não andando» [1].

Durante esta pungente jornada, os Padres foram acompanhados até ao Rio das Preguiças [2] por uma forte escolta, por ser o caminho infestado de Tapuias; dalí em diante foram apenas 8 soldados e 50 índios para a matalotagem necessária numa viagem, por terreno árido onde não havia povoações para comprar o necessário.

Sucedeu que ao cabo de 13 dias, indo os Padres dar balanço aos comestíveis acharam que os índios carregadores para sentirem menos o pêso ou porque «é gente que come sem nenhuma regra» tinham metido a mão na farinha torrada ou de guerra como lhe chamavam, achando dos paneiros apenas a folhagem. E eram 60 pessoas e faltavam três quartas partes da viagem: Os Padres porém intervieram e os convenceram que padecer por padecer no caminho era melhor que fôsse antes prosseguindo que recuando.

Os *Teremembés*, que moravam nessa marinha, viam com maus olhos a passagem por alí dos Portugueses. E um magote dêles, capitaneado por um tal Tatuguaçu engendraram um estratagema para aniquilar a expedição. Convidaram os índios que iam nela, a uma pescaria que se faria longe dali, à noite. Aos soldados, para os ter longe dos Padres, prometeram que lhes enviariam mulheres; e assim achando-se repartidos Padres, índios e soldados, cairiam sôbre todos de improviso e separadamente os acabariam. Mas os Padres, conhecendo

---

1, Vieira, *Obras Várias*, II, 70.

2. *Rio Mairi*, diz a *Hist. Proprov. Maragn.*, 536-538.

traição dos *Teremembés* daqueles sítios, e a passagem dos cursos de água.

«O caminho, que é de mais de cento e trinta léguas pelo rodeio das enseadas, o fazem os Padres todo a pé, e sem nenhum abrigo para o Sol que nas areias é o mais ardente; porque em tôdas elas não há uma só árvore, e até a lenha a dá, não a terra, senão o mar, em alguns paus secos, que deitam as ondas à praia.

A cama era onde os tomava a noite, sôbre a mesma areia e também debaixo dela, porque marchavam no tempo das maiores ventanias, as quais levantam uma nuvem ou chuva de areia tão contínua, que em poucas horas de descuido se acha um homem coberto ou enterrado, até o mesmo vento (coisa que parece incrível) é um dos maiores trabalhos e impedimentos desta navegação por terra, porque é necessária tanta força para romper por êle, como se fôra um homem nadando, e não andando» [1].

Durante esta pungente jornada, os Padres foram acompanhados até ao Rio das Preguiças [2] por uma forte escolta, por ser o caminho infestado de Tapuias; dalí em diante foram apenas 8 soldados e 50 índios para a matalotagem necessária numa viagem, por terreno árido onde não havia povoações para comprar o necessário.

Sucedeu que ao cabo de 13 dias, indo os Padres dar balanço aos comestíveis acharam que os índios carregadores para sentirem menos o pêso ou porque «é gente que come sem nenhuma regra» tinham metido a mão na farinha torrada ou de guerra como lhe chamavam, achando dos paneiros apenas a folhagem. E eram 60 pessoas e faltavam três quartas partes da viagem: Os Padres porém intervieram e os convenceram que padecer por padecer no caminho era melhor que fôsse antes prosseguindo que recuando.

Os *Teremembés*, que moravam nessa marinha, viam com maus olhos a passagem por alí dos Portugueses. E um magote dêles, capitaneado por um tal Tatuguaçu engendraram um estratagema para aniquilar a expedição. Convidaram os índios que iam nela, a uma pescaria que se faria longe dali, à noite. Aos soldados, para os ter longe dos Padres, prometeram que lhes enviariam mulheres; e assim achando-se repartidos Padres, índios e soldados, cairiam sôbre todos de improviso e separadamente os acabariam. Mas os Padres, conhecendo

---

1, Vieira, *Obras Várias*, II, 70.

2. *Rio Mairi*, diz a *Hist. Proprov. Maragn.*, 536-538.

por experiência que não havia que confiar em tais índios, decidiram prosseguir o caminho, mesmo de noite, e o fizeram tão em silêncio que amanheceram fóra do perigo.

Outro perigo, a passagem dos rios. Vieira conta 14, metendo de-certo na conta os braços do Parnaíba. «Não há nêstes rios embarcação para a passagem, é fôrça trazê-la do Maranhão com imenso trabalho, porque se vem levando às mãos, por entre o rôlo e a ressaca das ondas, sempre por costa bravíssima, alagando-se a cada passo, e atirando o mar com ela, e com os que a levam, com risco não só dos Índios e da canoa, senão da mesma viagem, que dela totalmente depende.

Muitas vezes é também necessário arrastá-la por grande espaço de terra e montes para a lançar de um mar a outro, e talvez obrigam estas dificuldades a tomar a mesma canoa em pêso às costas com tôda a gente, e levá-la assim por muitas léguas: de modo que para haver embarcação para passar os rios, se ha-de levar pelo mar, pela terra e pelo ar, e bem se vê quanta seria a moléstia e aflição dos Padres nesta sua viagem em persuadir e animar a um trabalho tão forte, a homens que quási vinham sem comer, e mal podiam arrastar os corpos» [1].

Mas, enfim, depois de trinta e cinco dias desta cansativa viagem, a 4 de Julho de 1656, chegaram os dois Padres à Serra de Ibiapaba. Daí «data a influência dos Jesuítas nos destinos do Ceará» [2]. Não há elementos positivos que nos permitam localizar o sítio em que se estabeleceram os Padres Pedro de Pedrosa e António Ribeiro. Conjecturas, muitas; certeza, nenhuma. Na Serra de Ibiapaba, em todo o caso. Os Padres, ao chegarem, prevendo a instabilidade e desassossêgo dos Índios, levavam ordens para não fazer logo residência definitiva. Tomariam os ares à terra e construiriam provisoriamente o que fôsse indispensável para a catequese, até ver.

A primeira recepção dos Índios foi boa. Aproveitando-a, construiram os Jesuítas igreja e iniciou-se a catequese, como sempre, misturando a doutrina com cantos.

Foi tal o concurso, que escreve Vieira, «viu-se bem com quanta razão dizia Nóbrega, o primeiro missionário do Brasil, que com mú-

---

1. Vieira, *Obras Várias*, II, 69.
2. António Bezerra, *Dúvidas históricas*, em *Rev. do Inst. do Ceará*, XI, 19.

sica e harmonia de vozes se atrevia a trazer a si todos os Gentios da América».

Fundou-se também escola. E dois anos depois eram já 2.500 almas. «Amam os Padres, dão-lhes todos os seus filhos para os ensinarem, como ensinam, a ler, escrever, cantar e a tôda a polícia que nêles cabe».

Todas as crianças se baptizaram. E também alguns adultos. A missão estava fundada [1].

4. — Mas se no Brasil houve gente instável e acessível a perpetuas flutuações foi a desta Serra. Logo começou uma série de altos e baixos, fervores e revoltas, suspeitas e temores, provocados sobretudo pelos índios pernambucanos, pelos Tapuias que ali estavam de envolta, e pelos pagés.

Um sucesso trágico pôs em risco a vida dos Padres. Duas tribus vizinhas à Fortaleza do Ceará, os *Guanacés* e *Jaguaranas*, aliados dos Portugueses, eram entre si rivais. Numa ocasião em que os Jaguaranas se encontravam ausentes a cortar pau *violete* para o Capitão, os Guanacés atacaram as aldeias dêles, roubando-as. Pediram auxílio os Jaguaranas. E o capitão enviou 24 soldados armados. Apresentaram-se também armados os Guanacés. Um soldado que não era branco, diz Vieira, aconselhou-os a entregarem as armas e a restituir o espólio roubado. Obedeceram. E os Jaguaranas, colhendo-os assim desarmados, caíram sôbre êles, não deixando nenhum Guanacé vivo, de quinhentos que eram. Êste facto alienou a simpatia de todos os índios Cearenses, que deixaram de crer na aliança e patrocínio dos Portugueses que não impediam tal sucesso. A efervescência crescia. O Capelão e o Almoxarife da Fortaleza viram-se impotentes para os

---

1. Vieira, *Obras Várias*, II, 72-73; *Cartas de Vieira*, I, 477-478; *Hist. Proprov. Maragn.*, 556; Bettendorff, *Crónica*, 95-96: «Contou-me o Padre Pedro de Pedrosa, missionário que tinha sido daquela Missão, desde os seus princípios até o fim dela, que ali fazia pouco fruto nos adultos que tinham estado com os Holandeses, e que uma só coisa lhe dava mais consolação, era ter baptizado *setecentas crianças* que Deus Nosso Senhor levou para si; e não é crivel quanto lá padeciam por falta de sustento, o qual comumente eram feijões que só se davam bem em aquelas terras e apertava tanto com êles a fome que mandavam aos rapazes da caça frechassem umas lagartixas verdezinhas algum tanto maiores para as comerem assadas, isto por serem a caça e o peixe nenhum, por ser muita a distância do mar àquêle sítio».

acalmar e escreveram a Ibiapaba que os Padres, que gozavam grande autoridade, viessem, fazer as pazes, se queriam que se conservasse a Fortaleza. Resolveram ir os Padres. Mas para não abandonar a missão, foi só António Ribeiro, que conhecia bem a língua. E em pouco tempo compôs as coisas e fez-se a paz [1].

Outro motivo de queixa. Os soldados tomavam as mulheres a seus maridos e dos maridos se serviam os capitães para os seus trabalhos. Resultado: Torpesas de uns, interesses de outros — e descontentamento dos índios. Pensou o P. Ribeiro em transferir os índios para Pernambuco e para esse efeito foi lá, sem o conseguir. Os de Ibiapaba, cuidando que êle fôra buscar soldados, inquietaram-se, pondo outra vez em risco a vida do P. Pedrosa. E, com isto, a fome; e, também, as ameaças e patranhas religiosas dos Índios hereges que as tinham bebido dos holandeses. Felizmente, o P. António Ribeiro voltou de Pernambuco. E como não trazia soldados, cairam por terra os castelos da sua suspeita, voltando a paz.

Mas por pouco tempo. A questão agora era de outro género. Dados os irreprimíveis vaivens e inquietações dos Índios e falta de segurança dos Missionários, considerou-se no Brasil menos oportuna a sua residência em Ibiapaba, parecendo estarem como fora da Missão do Maranhão sem poderem ser socorridos nem providos. Resolveu-se que voltassem [2].

Ordenou-se do Brasil que os dois missionários de Ibiapaba se retirassem para o Maranhão. Era dêste parecer o P. Francisco Gonçalves, que fôra Provincial e veio como Visitador do Maranhão, com autoridade portanto sôbre todos, incluindo Vieira. Mas êste era de opinião contrária e conseguiu interessar nela a Côrte.

A 17 de Outubro de 1658, escreveu a Rainha D. Luisa a André Vidal de Negreiros, insistindo na construção do forte do Rio da Cruz (Camocim), não só para impôr respeito aos índios como para pôr a coberto os Padres de Ibiapaba das suas investidas [3].

Entretanto, as ordens para a retirada dos Padres não chegaram a tempo ao seu destino por motivos alheios à vontade de uns e de outros. E quando chegaram, produziram efeito inesperado: a

---

1. Vieira, *Obras Várias*, II, 76; *Hist. Proprov. Maragn.*, 597-601; João Brígido, *Resumo Chronologico* (Paris 1887) 27.

2. Carta de 5 de Dezembro de 1657, *Bras. 3(1)*, 312.

3. *Bras. 9*, 68v.

reacção dos Índios, que já não queriam agora que os Padres os deixassem, nem se dispuseram a acompanhá-los para o Maranhão como sugeriam as ordens do P. Visitador, dando aliás liberdade aos Índios de os seguirem ou não. Vieira refere vários ditos dos Índios, em contrário da mudança. Nisto porém cremos que o faz menos como historiador do que como advogado duma causa em que estava empenhado: a permanência dos Padres em Ibiapaba, obra sua. Afinal, não teve efeito a ordem de retirada, porque quási ao mesmo tempo, em 1658, chegava ao Maranhão D. Pedro de Melo, com ordem de Sua Majestade para que continuasse a missão e se defendesse; e ao mesmo tempo, veio a patente de Visitador e Superior de tôda a Missão para o P. Vieira, com o que ficou daí em diante a depender tudo dêle. Vieira transmitiu logo contra-ordem para Ibiapaba [1].

Os principais, contentes com a revira-volta, uns enviaram seus irmãos, outros os seus filhos a cumprimentar o novo Governador e o Visitador.

E, com êles, passante de 50 índios. O principal mais antigo da Serra enviou o seu próprio filho, D. Jorge da Silva, com a mesma incumbência, e com outra, a de passar ao Reino a beijar a mão a Sua Majestade em nome de todos.

A ida de Jorge da Silva ou Ticuna a Portugal foi nova fonte de inquietação para os Padres de Ibiapaba. Tendo anunciado Vieira que iria à Serra, e demorando-se mais do que pensava, por motivo de doença e de expediente das missões do Pará, propalou-se que os índios idos de Ibiapaba ao Maranhão estavam convertidos em escravos e que o Ticuna, em vez de o mandarem a Portugal, o tinham afogado no mar. Só acalmou a nova efervescência quando o próprio Padre Vieira se apresentou em Ibiapaba, levando consigo todos os índios e com êles Jorge Ticuna, já de volta de Portugal, onde fôra agasalhado na Côrte principescamente, pelo conde de Odemira, voltando ao Maranhão em Novembro de 1659, com alguns Padres da Companhia [2].

---

1. Vieira, *Obras Várias*, II, 92-93; *Cartas de Vieira*, I, 474, 483; André de Barros, *Vida de Vieira*, 256-258.

2. *Hist. Proprov. Maragn.*, 708; Vieira, *Obras Várias*, 94. Na *Relação*, chama-lhe Vieira, D. Jorge da Silva. Em carta a D. Afonso VI, em que o recomenda, chama-lhe Jorge Gomes Ticuna e acrescenta que era «filho do Principal Algodão sobre que V. M. mandou escrever repetidas vezes ao Governador André Vidal», *Cartas de Vieira*, III, 720. O *Algodão*, abandonando a sua Aldeia, do Rio Ceará,

5. - No dia 3 de Março de 1660 [1], depois da expedição aos Nheengaíbas [2], com o P. Gonçalo de Veras, um irmão coadjutor, e com aquêles Índios, incluindo os pernambucanos, António Vieira pôs-se a caminho, por terra, tendo experimentado ir antes por mar. Levava consigo alguma tropa sob o comando de Jorge Correia da Silva, de Évora, que depois foi capitão-mor do Ceará [3].

A viagem pelos *Lençois* teve as mesmas moléstias que padeceram Pedro de Pedrosa e António Ribeiro. E mais uma, por ser no mês de Março, coração do inverno com alguns choviscos. A qualidade destas areias é tal, diz Vieira, «que cada gota de água que lhes cai, se converte em um momento em enxames de mosquitos importuníssimos, que se metem pelos olhos, pela bôca, pelos narizes, e pelos ouvidos, e não só picam, mas desatinam; e haver de marchar um homem molhado, a pé, e comido de mosquitos, e talvez morto de fome, e sem esperança de achar casa nem abrigo algum em que se enxugar ou descansar, e continuar assim as noites com os dias, é um género de trabalho que se lê facilmente no papel, mas que se passa e atura com grande dificuldade.

Vinha com o Padre António Vieira, além do irmão companheiro o Padre Gonçalo de Veras, um dos que novamente tinham chegado do Reino, e não sendo muito robusto de fôrças, vimos nêle com grande admiração e edificação nossa as fôrças e o desejo de padecer por Deus, porque tendo saído quatro meses antes do Colégio de Coimbra, levava todos êstes trabalhos com tanta constância, facilidade e alegria, como se nascera e se criara no rigor destas praias.

---

morava então na serra ou margens do Camocim e era um dos seus principais. Segundo a Consulta do Conselho Ultramarino, de 1 de Agosto de 1659, o principal Algodão, chamava-se Domingos Ticuna. Ao seu filho Jorge Tagaibuna, então em Lisboa e prestes a reembarcar para o Maranhão, manda o Conselho dar vários objectos e peças de oiro e prata pelos serviços prestados entre os quais, o de ter acompanhado André Vidal de Negreiros, do Maranhão a Pernambuco (Em Studart, *Documentos*, III, 222-224). Amostra, tudo isto, da dificuldade em identificar êstes índios: o mesmo ora se chama D. Jorge da Silva, ora Jorge Ticuna, ora Jorge Tagaibuna, sobrenome de outro índio alí residente, D. Simão, de que Jorge não era filho... E, para cúmulo de confusões, ia realmente como chefe da tropa, outro Jorge da Silva, êste português...

1. *Hist. Proprov. Maragn.*, 708.

2. Barros, *Vida de Vieira*, 297.

3. Studart, *Documentos*, IV, 119, 169. Isto também explica a segurança com que se apresentou o P. Vieira e a submissão, aliás transitória, dos Índios.

Mas é graça esta, própria dos filhos de Santo Inácio, que pôsto se não criam nisto, criam-se para isto. Acrescentou muito o trabalho e incomodidade do caminho, não quererem os Padres ficar nêle os dias maiores da Semana Santa; e assim se apressaram de maneira, que acabaram tôda esta viagem em vinte e um dias; que foi a maior brevidade, que até agora se tem visto; e como vinham a pé e descalços, muitos dias depois de chegarem lhes não sararam as chagas que traziam feitas nos pés; mas o tempo era de penitência, e de meditar nas de Cristo» [1].

Chegando na quarta-feira de trevas adiaram-se as festas de recepção para depois da Semana Santa. Colocou-se a Missão da Serra de Ibiapaba sob o patrocínio de S. Francisco Xavier. A sua imagem estava no altar mor, representando o santo como missionário a baptizar um índio. Vieira tratou de resolver os assuntos que alí o trouxeram. E de acôrdo com os principais, fazendo-se assento de tudo por escrito, resolveu:

Que os Índios inquietos de Pernambuco, acolhidos à Serra, se passariam ao Maranhão; e êle próprio os levou [2]; que os índios da Serra dispersos por 20 povoações, se tornariam a unir em uma só, grande, com igreja capaz para todos [3]; que se baptizariam os que ainda estavam por baptizar; que todos mandariam os filhos e filhas à doutrina e à escola, e que enfim guardariam a Lei de Deus e da Igreja.

Para velar pelo seu cumprimento, instituiu um executor eclesiástico, chamado *Braço dos Padres*. E como a maior dificuldade era ter uma só mulher, o P. Vieira não se retirou sem que os três principais, largando as concubinas, se recebessem com a «mulher que por direito era legítima». E as festas duraram «por doze dias e doze noites contínuas» [4]. Em 1 de Maio, Vieira já tinha concluido a visita à missão, mas ainda estava em Ibiapaba, donde data naquele dia uma carta ao Provincial do Brasil [5].

---

1. Vieira, *Obras Várias*, II, 95-96.

2. «Eu, diz Vieira, em 1678, fiz uma missão à Serra de Ibiapaba, donde trouxe todos os Índios Pernambucanos que se tinham metido com os holandeses», Vieira, *Obras Várias*, I, 214.

3. Os Índios, com os temores acima referidos, tinham-se repartido em 20 povoações diversas, para à chegada da expedição não serem apanhados juntos e poderem facilmente resistir.

4. Vieira, *Obras Várias*, II, 97-98; Barros, *Vida de Vieira*, 298-304; Bett., *Crónica*, 121-124.

5. *Cartas de Vieira*, III, 729.

A 2º de Junho de 1660, estava já no Maranhão [1] onde dificuldades mais graves iria em breve enfrentar. Levou consigo António Ribeiro, deixando em seu lugar o P. Gonçalo de Veras. Êste e o P. Pedrosa, apesar daquelas pazes e obediência, sentiram que por enquanto não havia que fiar naqueles Índios [2].

6. — Simão Tagaìbuna foi um dos que juraram vassalagem a El-Rei e prestaram obediência e acatamento às leis da Igreja. El-Rei ainda lhe escreveu, louvando-o e contando com êle para o cumpri-

---

1. Barros, *Vida de Vieira*, 308.

2. Dado o prestígio do P. Vieira, atribuem-lhe os Autores actos que não praticou. Por exemplo escreve Barba Alardo: «A leste (do Aquirás) em distância de sete léguas, fica a povoação do Cascavel, donde em 1660 o grande padre António Vieira tinha estabelecido nove ou dez missões de diversas nações até o Canindé, quási vinte léguas para oeste», *Memoria sobre a Capitania Independente do Ceará pelo Governador da mesma*, Luiz Barba Alardo de Meneses, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XI, 44.

O P. Vieira nunca estêve em Cascavel. Poder-se-ia dizer o mesmo de Almofala, em época posterior. Por falta de notícias concretas sôbre a origem de certos monumentos ou terras, se faz provir dos Jesuítas essa origem, ora sem fundamento, ora com êle, estendendo porém às vezes êsse fundamento e obras que já ultrapassam o âmbito da sua actividade.

Ao passarmos em 1934 no Ceará, disseram-nos que havia uma igreja da Companhia, em Almofala, nas margens do Aracati-Mirim. Em nenhum catálogo, carta ou documento jesuítico, que pesquisamos com atenção, vimos referências a tal igreja.

Nos escritores cearenses achámos notícias diversas. Resuma-as a tôdas Gurgel de Alencar. Almofala, diz «foi outra Aldeia de Índios. A sua história começa em 1608, época em que os Jesuítas aldearam os selvagens nas praias Lençois. Ao lado de leste fica a igrejinha, bela arquitectura, que a Rainha D. Maria I de Portugal mandou edificar em 1702 para os Índios Tremembés: é diferente de tôdas as outras igrejas do Ceará, no gôsto e na construção: tem o cunho das obras dos Jesuítas» (Gurgel, *Dicionário*, 23).

Notícias inexactas como esta pululam em muitas histórias locais.

Os Jesuítas aldearam os Tremembés, não porém, em 1608, nos *Lençois* nem em parte alguma. Em 1702, ainda não existia D. Maria 1, que é filha de D. José, e a igreja, é realmente diferente, pela fotografia que dela vimos, das obras dos Jesuítas. Mas, conjugando esta notícia com outra de Studart, temos a chave: Diz Studart que o P. José Borges de Novais, missionário dos Tremembés, começou os seus trabalhos em 1702 e edificou, em Aracati-Mirim, uma igreja, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição (Studart, *A geografia do Ceará*, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII (1923) 308. Studart não pronuncia o nome de Almofala; mas foi êsse o que recebeu depois Aracati-Mirim. Não pertencendo à Companhia o P. José Borges de Novais, a origem daquela igreja não é jesuítica.

mento das cláusulas assentes com Vieira [1]. Em todo o caso, em breve desgostou os Padres, amancebando-se. Parece que os Padres, para contrabalançar o seu mau exemplo, começaram a apoiar-se noutros dois principais, o Algodão e André Coroati.

Nestas inconstâncias dos índios seria difícil deslindar o pensamento de cada qual, seguindo-lhes o fio certamente enredado. Falem os factos.

Do Maranhão foi alí uma tropa em 1660 enviada pelo Governador Rui Vaz de Siqueira. Não é líquido o fim com que foi. Várias versões: que foi chamado pelo P. Pedrosa para impor respeito aos Índios; outros, que foi por interesse seu, buscar âmbar, e também porque tinha empenho em que o Ceará ficasse na dependência do Estado do Maranhão e não na do Estado do Brasil. Simão Tagaìbuna recebeu-os em som de guerra e chegou a haver escaramuças. A igreja foi saqueada. A tropa retirou-se, para o Maranhão; e os Padres sentindo oposição nos Índios e que perigava alí a sua vida, retiraram-se também, acompanhando-os «André Coroati com 400 almas de que se formou uma aldeia» no Maranhão [2]. A êste chefe índio, André Coroati, escreveu a 17 de Março de 1663 o Governador do Brasil, incitando-o a êle e seus filhos e súbditos a que deixassem a gentilidade, e que todos observassem «bem o que o P. Pedro de Pedrosa ou seus companheiros lhe ensinarem porque só êles sabem mostrar bem o caminho da verdade e quem os não segue se perde» [3].

Os dois Padres, com a tropa, chegaram ao Maranhão pouco depois de 8 de Setembro de 1662 [4].

O resultado de tudo isto foi prender-se Simão Tagaìbuna e mais dois índios principais, na Fortaleza; em seu logar e como chefe das Aldeias propôs-se ficasse João Algodão [5]. Mas, por motivo que para isso teve, o Capitão-mor soltou a D. Simão, mantendo presos os outros dois. Não se acalmando os ânimos, ordenou o Governador do

---

1. AHC., *Ceará*, I, n. 1; Studart, *Documentos*, III, 226.
2. Studart, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII, 21; *Documentos*, IV, 144-148.
3. Em Studart, *Documentos*, IV, 142.
4. Bett., *Crónica*, 196-197, que diz serem 300 os *Tobajaras* que os acompanhavam.
5. Cf. Provisão de 17 de Abril de 1662, do Governador do Brasil, Francisco Barreto, desautorizando o «injusto govêrno de Simão Tagaìbuna» e de outros principais, a quem manda prender ou desterrar; e que se reconheça como principal de tôdas as Aldeias a João Algodão, Studart, *Documentos*, IV, 135-138.

Brasil, Francisco Barreto, que se reduzisse D. Simão à boa paz e senão, se fôsse preciso, que se prendesse ou matasse, pois enganara cavilosamente ao P. Pedrosa — diz o mesmo Governador [1].

Com a retirada de Pedro de Pedrosa e Gonçalo de Veras fechou-se o primeiro e acidentado ciclo da Missão de Ibiapaba. O Ceará deixou de pertencer à esfera da Missão do Maranhão, passando à da Província do Brasil.

7. Como se sabe nas fronteiras do Ceará acabou o século XVI. E o seguinte abriu com um sonho: a conquista do Maranhão. Efectuada a conquista, e estabelecido ali um govêrno geral, ficou o Ceará, como espaço neutro, indeciso se pertenceria ao Estado do Maranhão, se ao do Brasil.

Reflectiu-se esta posição geográfica no próprio regime interno das missões, procurando os seus missionários ligá-las ao núcleo donde procediam: ao Maranhão, se vinham do Maranhão; se do Brasil, ao Brasil. E isto não só quanto ao govêrno missionário mas até quanto ao govêrno civil e político.

Prevaleceu afinal, numa e noutra jurisdição, não sem debates e controvérsias, o partido do Brasil. Nestas condições, não seria fácil prover do Maranhão à segurança pessoal dos missionários, quando as perturbações e instabilidades dos Índios o exigissem. E pelas dificuldades das monções e do caminho terrestre, não era também fácil a comunicação ou era menos fácil que do Brasil; e assim, mesmo antes de estar resolvida juridicamente a questão civil, ao reatar-se a Missão do Ceará, no ano seguinte, foi com missionários idos do Brasil, e com a inovação de se desdobrar a sua actividade missionária entre a serra e a planície, nas Aldeias dos arredores da Fortaleza.

Hoje Ibiapaba faz parte integrante do Estado do Ceará. Contudo nem sempre o Ceará e a Ibiapaba seguiriam órbitas concêntricas. Já o Ceará pròpriamente dito pertencia ao *Estado* do Brasil e ainda Ibiapaba pertencia ao *Estado* do Maranhão. O pensamento de se fundar um Hospício no Ceará, Fortaleza ou perto dela, fez pensar também na conveniência de agregar ao Ceará definitivamente a Aldeia de Ibiapaba. O seu maior propugnador foi o P. João Guedes na sua ida

---

1. Cartas do Governador do Brasil, de 17 e 18 de Março de 1663, em Studart, *Documentos*, IV, 142-144; J. Catundá, *Estudos de Historia do Ceará*, (Ceará 1919, 69.

a Lisboa em 1720. Tinha contra si o Governador e os Padres do Maranhão, a cujos representantes na côrte êles enviavam as suas razões, outros-tantos obstáculos ao desejo do Padre Guedes. El-Rei era favorável, mas ainda não estava decidido [1].

Resolveu-se afinal, a 31 de Outubro de 1721 [2] com uma plataforma intermédia, porta aberta a intermináveis querelas e disputas: que ficasse a Aldeia de Ibiapaba a pertencer ao Estado do Brasil, por meio de Pernambuco, mas que o Governador do Maranhão pudesse requisitar Índios da Aldeia, quando os necessitasse nas guerras contra os Índios do corso [3].

Ora, enquanto prosseguiam êstes debates, e mesmo antes da sua solução, chegaram ao Ceará alguns missionários do Brasil. Diz a Ânua de 1664: «No ano passado mandaram-se dois Padres para a Fortaleza do Ceará, à custa da fazenda real, e chegaram ali com feliz viagem. Consta que ambos já trabalharam muito nessa vinha de Deus, não só a ensinar os Índios, mas também a ajudar os Portugueses do presídio da Fortaleza. Por carta de um dêstes Padres soubemos que, por sua intervenção se apaziguaram totalmente as discórdias dos Índios da Aldeia de Camocim, e que os Padres foram lá e edificaram igreja, ajudando nisso os próprios Índios, e que os

---

1. Cartas do P. João Guedes, de 14 e 22 de Julho de 1721, *Bras. 4*, 212-214.

2. Cf. P. Vicente Martins, *O Hospicio dos Jesuitas de Ibiapaba*, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XLIII, 96.

3. Encontram-se, pelos Arquivos, Cartas e Provisões, de diversos tempos ao Governador do Maranhão, «sôbre os Índios da Serra de Ibiapaba que hão-de servir na guerra contra o gentio do corso», Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-18, 431, 629, etc. Era uma fonte de atritos entre duas tendencias opostas, a dos Missionários que os levava a poupar e defender os índios, e a dos Governadores que nem sempre guardavam a justa medida nas suas exigências, sobretudo quando eram inimigos dos Padres como sucedeu com Alexandre de Sousa Freire. De duas cartas do P. João Guedes ao Geral, de 20 e 30 de Setembro de 1726, se infere a que ponto chegou essa questão. O Governador exorbitava nos seus pedidos de índios, mais do que P. Superior Francisco de Lira queria ou podia enviar; e o Governador exigia nada menos que o Superior fôsse demitido (*Bras. 4*, 342-343v). J. Brígido dá a notícia de uma ordem do Conselho Ultramarino, que, ainda em 16 de Abril de 1739, facultava ao Governador do Maranhão, tirar 250 índios para a guerra contra os Gûêgûês, *Resumo Chronologico*, 36. Não era só ao Governador do Maranhão que a Aldeia fornecia Índios. Cf. Carta do P. Rogério Canísio ao Capitão-mor e Governador do Ceará, Francisco de Miranda Henriques, enviando-lhe 30 índios, que lhe pedia. De Ibiapaba, 3 de Outubro de 1755, AHC, *Ceará*, Papeis Avulsos, III, 3 de Abril de 1757.

principais pediram humildemente perdão aos Padres, e que os fugitivos já tinham voltado à Aldeia e se tinham feito pazes com os Portugueses. Foi para admirar. Êstes bárbaros, infieis a Deus e aos Padres, sem temor das armas dos Portugueses, tinham expulsado os Padres da Aldeia, roubando tudo, incluindo o que pertencia à igreja e ao uso comum. Tão bárbaro atentado acarretou uma gravíssima dificuldade. O Governador Geral do Brasil tinha pronunciado contra êles as devidas penas e procuravam-se os rebeldes. Os criminosos, e em particular os principais, erravam pelos matos e montes. Quando souberam que os Padres tinham chegado à Aldeia abandonada e que com licença do Governador vinham fazer pazes entre Índios e Portugueses, desceram todos, trazendo o que ainda restava do roubo e se lançaram aos pés do Padre, confessando a sua culpa. O Padre, com espírito prudente e religioso fez quanto o negócio requeria, tanto nas coisas espirituais como nas temporais: reconciliou os inimigos, baptizou as crianças, e administrou os demais sacramentos a quem os pediu. Enfim fêz uma curta prática, anunciando que agora os ia deixar, mas que os Padres tornariam em breve. E retirou-se a ter com o seu companheiro, que ficara noutra Aldeia de Índios, a tratar dêles. Desta Aldeia escreveu estas informações »[1].

O Padre que fêz aquelas pazes foi Jacobo Cócleo: o seu companheiro, Pedro Francisco Cassali, e a Aldeia, onde ficara, Parangaba. Desta Aldeia cuidavam de Ibiapaba, aonde iam de vez em quando. Mas tudo isto era ainda precário. Dir-se-ia que os Índios fizeram as pazes só para obterem a soltura dos presos e o perdão de D. Simão, o que realmente fêz ou confirmou o Governador do Brasil[2].

Não tardou que os Índios, pouco a pouco, fugissem do Camocim para a Serra, sendo quási impossível assistir-lhes os Padres de Parangaba. Em breve na Serra, inquietaram-se de-novo, os Índios, dificultando-se tudo mais uma vez[3]. Até que em 1669 chegaram ordens do Brasil aos Padres Cócleo e Luiz Machado, já então seu companheiro em Parangaba, que se abstivessem de tratar com os

1. Carta do P. Francisco de Matos, da Baía, 25 de Junho de 1664, *Bras*, 9, 167v-168. Em 1665 diz-se que a residência de S. Francisco Xavier de Ibiapaba tinha passado a ser da Província do Brasil (*Bras*. 26, 13).

2. Cf. Carta do Vice-Rei, Conde de Óbidos, ao Capitão-mor da Fortaleza João de Melo de Gusmão, da Baía, 23 de Janeiro de 1664, em Studart, *Rev. do Inst. do Ceará*, L (1936) 187-188.

3. *Bras*, 26, 4.

Índios da Ibiapaba, em guerra com tribus vizinhas, e se dispusessem a voltar para Pernambuco [1].

Alguns Padres do Maranhão oferecceram-se, em 1670, para o Ceará, mas negaram-lhes a licença os Superiores, Jódoco Peres e Bettendorff, alegando a dificuldade de se visitarem e socorrerem, e porque seria como que sair da Missão e Estado, passando à Província e Estado do Brasil [2].

O P. Gonçalo de Veras, que chegara a Ibiapaba com o P. António Vieira, e alí ficou, tentou, mais tarde, estando no Brasil, restaurar a Missão, mas ao passar em Olinda, em 1686, êle e o seu companheiro, socorrendo os doentes da peste da bicha (febre amarela), sucumbiram no seu mister de caridade [3]. O P. Pedro de Pedrosa veterano da Missão de Ibiapaba, ao voltar de Portugal, em 1688 teve ânsias de retomar a missão.

Escreve o Governador do Brasil Câmara Coutinho que o Padre tinha ido «à Serra do Ceará a converter aquêle gentio chamado os *Tobajaras*, os quais vieram uns poucos com o seu governador ou principal perante mim, gente mui doméstica e de bom entendimento. Eu os vesti, dei terçados e patentes de governadores dos Índios em nome de El-Rei, e se baptizaram com grande devoção e fizeram juramento de obediência a Sua Majestade, e os persuadi que baixassem da Serra para virem morar junto à Paraíba, onde lhes escolhi sítio e lhes dei terras de que ficaram bem contentes. O dito P. Pedro de Pedrosa morreu como bom soldado nesta campanha» [4].

O P. Pedro de Pedrosa, missionário morto em campanha, como diz o Governador Geral do Brasil, teve um primo, que pediu ao Padre lhe «doasse» os seus serviços para com êles requerer mercês a El-Rei, para si. Cedeu-lhos o Padre de boa-mente. Lastimamos que outros missionários não possuíssem também primos para nos ficarem, como nêste caso, as suas fôlhas de serviços. A do P. Pedrosa é esta, de 1656 até 1689:

---

1. *Bras.* 3(2), 95.

2. Tinham-se oferecido o P. Antão Gonçalves, que juraria se fôsse preciso, para mais se vincular à missão, nunca mais ver colégio algum, e o P. João de Vilar, e o Ir. Geraldo Ribeiro. *Bras*, 26, 169, 170.

3. *Bras*, 3(2), 225, 268; Bibl. Vit. Em., *f. ges.* 3492/1363, n. 6.

4. Carta de Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho a Roque Monteiro Paim, de 20 de Junho de 1691, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVI (1922) 213-214.

«Por certidões, que outrossim apresentou, consta que o dito Padre Pedro Pedrosa (que é filho de Pedro Álvares de Pedrosa, e natural de Coimbrão, têrmo de Leiria) serviu de Missionário e Visitador geral da Missão do Maranhão desde o ano de 656 até o de 684 e no discurso dêste tempo discorreu todos aquêles sertões e rios muitas vezes com grande trabalho e zêlo da salvação das almas, padecendo muitas fomes, sêdes e riscos de vida, assim das águas e navegações como do gentio bárbaro em seus caminhos que descobriu, sendo o primeiro português, que penetrou o Sertão dos Índios *Tacanhapes*, navegando o formidavel Rio dos Jurumas na capitania do Pará, em que gastou dois meses, sem dispêndio algum da fazenda real, entrando as Aldeias mais remotas daquela nação que praticou e induziu a se passarem pera o Pará, sendo causa das pazes que celebraram com os Tapuias *Juruínas*, as quais se conservaram até o presente, deixando na viagem descobertas grandes quantidades de cravo de que resultou conveniência para a fazenda real e moradores, havendo-se com o mesmo procedimento na jornada que fêz às Serras da Ibiapaba, sendo o primeiro que abriu caminho por terra para a comunicação do Estado do Maranhão com o Ceará, a cujo exemplo o fêz também o governador André Vidal de Negreiros, descendo o dito Padre a socorrê-lo e acompanhá-lo com os seus Índios e mantimentos até à mesma Capitania, instruindo e bautizando os Índios *Tobajaras* e por sua direcção juraram vassalagem a V. Majestade no ano de 660 nas mãos do Padre António Vieira: em 661 sucedendo levantar-se o principal D. Simão Taguaìbuna com outros Índios de sua nação contra Manuel Carvalho, que ia por Cabo da tropa, que se mandara às mesmas serras, os aquietára, frustando a invasão dos levantados, conduzindo pera o Maranhão ao principal André Coroataí com 400 almas de que se formou uma Aldeia, concorrendo também para que uma Aldeia de Índios retirados de Pernambuco se transferisse para a mesma Capitania, trabalhando sete anos nas missões da Serra e Ceará, conservando em paz a todos os Índios não só da língua geral mas ainda os Tapuias de Corso, em 675 ser o que empreendeu navegar em canoa a costa do Maranhão até o Ceará facilitando-a de sorte que está hoje corrente, indo dali à Baía donde enviou Missionários, descobrindo também o Rio Pará[1] que já hoje navegam os moradores, sendo encarregado pelos governadores de empresas de

1. Rio Pará — Rio Paraguaçú — Rio Parnaíba.

grande importância como foi as pazes que foi celebrar ao Rio Itapicuru com os *Araatis*, e ao depois com o gentio *Jurambambe*, descobrindo alguas drogas e ultimamente, sendo Visitador de toda a Missão na ocasião das leis que Vossa Majestade mandou passar a favor das Missões, as levou pessoalmente e fêz notórias aos Índios mais remontados, nos seus Sertões»[1].

1. «Francisco Cordeiro da Mota pede satisfação de seus serviços e dos de seo primo, o P. Pedro Pedrosa que lhe pertencem». Foi examinada a petição em Lisboa, a 18 de Março de 690: «Ao Conselho parece que em satisfação de todos estes serviços faça V. Mag. mercê ao supplicante do habito de Santiago ou Aviz com doze mil rs. de tença effectivos», Studart na *Rev. do Inst. do Ceará, XXXVII*, 20-22. O P. Pedrosa deve ter falecido nos primeiros meses de 1691. Bettendorff diz que «em viagem do mar» (*Crónica*, 454).

Mas a *Relação dos anos de 1690-1691*, narra a sua morte, sem especificar o dia, *quando ia a caminho do Ceará, Aldeia do Rio Grande do Norte*, com cujos moradores tinha trabalhado os últimos anos da vida, *Bras. 9*, 373.

CAPÍTULO III

Fase definitiva da Missão de Ibiapaba

1 — O P. Ascenso Gago e Manuel Pedroso; 2 — Origem da nação Tobajara; 3 — Aldeias descidas para o mar e costumes dos Índios; 4 — Pazes com os Reriíus e outros Tapuias e modo delas; 5 — Volta para a Serra e pazes com os Guanacês e Aconguaçus; 6 — Igrejas e catequese; 7 — A vida material da missão; 8 — Tropelias de João Velho do Vale; 9 — Utilidade nacional da missão e meios temporais para a sustentar.

1. — O Governador Geral do Brasil, Câmara Coutinho, não desistiu da emprêsa, com a morte do P. Pedrosa. Deu tôdas as ajudas e enviou «outro missionário também da Companhia chamado Manuel Pedroso, que verdadeiramente só êles têm préstimo para esta emprêsa»—declara êle. Ao P. Pedroso juntou-se Ascenso Gago. E apesar dos obstáculos que lhes opôs o Capitão-mor do Ceará, a tenacidade dos Padres sobrepôs-se às dificuldades e estabeleceu-se, enfim, em bases seguras, a Missão da Serra [1].

Consta tudo das Cartas Ânuas dêste período. Duas delas encerram tantos elementos históricos, e pela sua mesma minúcia dão tal ideia do ambiente não só catequético, mas civilizador, etnográfico e económico, que desistimos de as resumir, limitando-nos a anotá-las. Também, ao serem apresentadas ao Conselho Ultramarino, para

---

1. Cf. Carta de Câmara Coutinho, de 20 de Junho de 1691 na *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVI (1922) 213-214; Portarias para ajuda de custo, pólvora e balas ao P. Missionário que vai para o Ceará por terra, *ib.*, 209, 210, 222; Carta do Marquês de Montebelo de 25 de Março de 1691, ao Capitão-mor do Ceará: «tenho ordens especialíssimas de Sua Majestade em que me manda não admitir pretexto nem descuido de nenhum súbdito dêste govêrno no negócio e empresa das missões» (*Ib.*, 211); Studart, *Notas para a história do Ceará*, 144; Vaticano, *Relationes Episcopales* (*Olinda, D. Matias, 1693*) onde se alude à descida de 600 índios.

serem examinadas, se não resumiram nêle, como era de costume noutros casos. São do P. Ascenso Gago. Escreve êle de Pernambuco, a 10 de Outubro de 1695:

«*Carta Ânua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba desde o ano de 93 até o presente de noventa e 5 para o Padre Alexandre de Gusmão da Companhia de JESUS Provincial da provincia do Brasil:*

«Depois da primeira carta, em que dei a Vossa Reverência conta do estado da missão da Serra de Ibiapaba, me não permitiu a distância remontada daquele Sertão fazer a Vossa Reverência segundo aviso. Mas, já que Deus foi servido chegasse eu com vida a êste Pernambuco (do que darei a Vossa Reverência conta em parágrafo àparte) não quis deixar de noticiar a Vossa Reverência o que desde então a esta parte foi Deus servido obrar por meio dêstes filhos de Vossa Reverência para maior glória do mesmo Senhor, a quem se deve tôda».

2. — «E, para melhor inteligência desta Relação, darei a Vossa Reverência primeiramente uma breve notícia desta nação, de sua origem e costumes, como também das outras duas nações de Tapuias que novamente se agregaram à missão para se fazerem ovelhas de Cristo; e começando pelos que habitam a Serra de Ibiapaba são Índios de língua geral, de nação *Tobajara* que vale o mesmo que em nosso idioma "senhores do rosto". A razão dêste nome é a singularidade com que entre todos os Tapuias, e a maior parte das nações ainda de língua geral conservam os rostos limpos de lavores artificiosamente perpétuos, como depois as outras nações cativam os seus rostos, e esta razão me deram os mesmos *Tobajaras*[1]. Procedem êstes da

1 Não passe despercebida esta interpretação, original e nova, dada pelos próprios Tobajaras. Outros interpretam Tobajaras «senhores da frente» (Cf. Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional*, 3.ª ed. (Baía 1928) 311, 326); ou «senhores do rosto da terra, que entendem pelas terras marítimas de tôda a costa» (Loreto Couto, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, em *Anais da BNR*, I, p. 34). Quando êste nome lhes era dado pelos Índios da Costa, os Potiguares, «comedores de camarão», significava rivalidade, a marinha e o sertão, na sua competição secular, anterior à conquista, e ainda hoje não totalmente suprimida. Outros escrevem Tabajaras e significaria «senhores das tabas ou Aldeias». Preferimos Tobajaras e uniformizamos a grafia. Os Tobajaras pertencem ao grupo Tupi-Guarani.

Baía, adonde os primeiros *Tobajaras* se começaram a propagar, e daí se estenderam pelo rio de S. Francisco arriba, tendo o domínio daquela fertilíssima ribeira até as Serras do Rariguaçu, que há poucos anos conquistaram os Paulistas.

Desta Serra do Rariguaçu se partiram quatro principais com as suas Aldeias, por diferenças que tiveram com outros principais mais poderosos da mesma nação, e atravessando os sertões do Rio S. Francisco e do Rio Ipiaugui, defendendo-se com suas armas das nações bárbaras que os habitam, vieram a parar em esta Serra de Ibiapaba, em a qual residem há mais de duzentos anos, segundo o cômputo que se pode fazer pelos principais que por direita sucessão há havido nesta Serra, e as idades de que morreram, segundo se acha em os anais de suas próprias memórias.

A Serra de Ibiapaba, em que residem, começa pela parte do norte do Rio Pará ou por outro nome Paranaíba pelo qual se distingue do grande Rio das Amazonas que também se chama Pará. E corre esta Serra para o Sudoeste setenta ou oitenta léguas pouco mais ou menos, porém com esta diferença que no princípio é moderadamente alta, no meio altíssima, e para o fim quanto pode divulgar a vista, baixa e pouco mais ou menos como qualquer outra serra ordinária. Terá de largura 12 ou 14 léguas; pela face que fica para o sertão é menos alta, porém pela que fica para a parte do mar terá em a parte mais alta daquela serra, mais de um quarto de légua de altura, a subida íngreme, e fragosa e apenas se achará caminho pelo qual com muito trabalho se poderá subir sem escadas de pau; de que em algumas partes do mesmo caminho usam pela dificuldade de subir de pedra a pedra. Remata-se o cume desta serra, por esta mesma parte, com uma parede de pedra talhada à maneira de fortaleza, em partes de dez, em partes de 20, e em partes de mais braças de altura.

Tem em cima grandes matas de arvoredo, quantidade de palmeiras, de cujos palmitos, e cocos, ainda que de casta miúda, se aproveita o gentio para o sustento, e nas palmeiras tirado o palmito se começam a meter uns bichos à maneira de carochas, os quais na corrução da palmeira geram outros bichos à maneira de varejas, e êstes crescem e engrossam até o tamanho de um dedo polegar.

É êste bicho sustento muito ordinário do gentio e eu o comi já, por necessidade, o qual (vencido o primeiro e natural asco e horror da natureza) é em si gordo e bastantemente gostoso.

É a Serra em esta parte mais alta, desabridamente fria e por esta razão pouco saùdável, principalmente às crianças que a cada passo morrem de inchação do estômago; porém para a parte do norte, adonde é moderadamente alta, e só dista do mar 12 léguas, são os ares temperados, saùdáveis, e a terra melhor ainda e mais fértil, quiçá procedido do mesmo temperamento do clima.

Naquela parte, em que acima disse era mais alta a Serra, estava aldeado êste gentio de língua geral chamado *Tobajara*, antes que o descêssemos para a costa do mar [1]. O qual, depois, que, por influências do Maranhão, também lançou fóra aos primeiros Padres, que lhe foram em missão haverá 30 anos, temendo ser castigado, se retirou para aquela parte em que é a Serra mais alta, adonde fiado, assim no difícil da subida, como no dilatado de suas brenhas, se deu por seguro de qualquer invasão. »

3. — « Desta paragem o descemos para o mar, adonde a sêca dêstes dous anos passados que lá foi extraordinariamente grande, nos não deixou planta alguma, e nos reduziu a extrema necessidade de fome, obrigando-nos esta a todos a sustentarmo-nos de várias imundícias, até que me resolvi a mandar o gentio todo para a Serra, a fazer lá plantas, antes que se acabassem as águas que na Serra nunca faltam nos tempos costumados. E assentamos não ser possível a situação das Aldeias na costa do mar, pois tanto à nossa custa o experimentamos. Determino situá-los naquela parte da mesma Serra que fica mais vizinha ao mar, e só dista dêle 12 léguas pouco mais ou menos. E é a que acima disse era temperada e fértil para o que levo já faculdade do Padre Visitador Mateus de Moura.

As Aldeias, que já tínhamos descido para a Costa, são a do Principal D. Jacobo de Sousa, e a do Principal D. Salvador Saraiva. O Principal D. Simão Taminhobá nunca quis descer, e suposto avisei a Vossa Reverência que com a vinda dos Paulistas se tinha resolvido a isso, com a ida dêstes se arrependeu logo. E foi o caso que, resolvendo-se o Mestre de Campo do Terço dos Paulistas, Matias Cardoso, a retirar-se para sua casa por lhe não darem as munições necessárias para a conquista do Rio Grande, acompanhado da sua tropa e armas, correu pelos sertões desta Serra e atemorizado com a sua vinda D. Si-

---

1 3 [illegible] « Tubajaras » estavam prestes a descer, pelos anos de 1693-1694 [illegible] se [illegible] em. *Bras.* 9, 397; *Cf. ib.*, 416v.

mão Taminhobá e os seus sequazes me mandou logo por embaixador um irmão seu, pedindo-me o defendesse dos Paulistas com promessa de que logo trataria de conduzir plantas para a costa do mar, para adonde desceria sem falta, depois que nela tivesse os mantimentos suficientes para o sustento. Respondi ao embaixador no princípio asperamente, estranhando-lhe a rebeldia com que antes se portaram e convencendo-os com o seu mesmo desengano que se não podiam conservar nem defender dos Paulistas, senão tendo Padres entre si; e humilhando-se êle, instando com rogos, e afirmando-me da parte do irmão não haveria falta em o que prometia, lhe respondi com razões mais brandas, prometendo defendê-los sem falta. E para ajustar melhor a condição, que se me propunha, me parti logo para a Aldeia de D. Simão. Ajuntou êle tôda a gente da Aldeia, e diante de todos assentou comigo que se os defendesse dos Paulistas, partidos êstes trataria logo de plantar em a Costa do mar, ao que tudo faltou, tanto que os Paulistas se foram. Não obstante dizerem-lhe assim o Mestre de Campo, como o Capitão João Freire Farto, que a razão única porque os não levavam em aquela ocasião era a intercessão dos Padres e outras muitas razões que os puderam obrigar à descida, as quais por brevidade deixo. E ultimamente me disse o Mestre de Campo, Matias Cardoso de Almeida, que a todo o tempo que não quisessem descer e ser cristãos lhe fizesse aviso porque com a sua tropa viria logo a descê-los e aldeá-los por julgar fazia nisso serviço a Deus e a El-Rei, e isto mesmo repetiu em a língua brasílica diante de todos os Principais da Serra.

É esta nação *Tobajara*, entre tôdas as do Brasil, a de melhor juizo. Não resolvem coisa alguma de importância sem consulta e para isso costumam ter em o meio da Aldeia uma casa de *Palramento*, aberta por tôdas as partes, para que todos os que quiserem possam ouvir o que nela se determina. Havendo-se de consultar alguma coisa, manda o Principal armar em a dita casa uma rede lavada, em que se deita e o mesmo fazem os fidalgos da Aldeia, e todos os velhos que são chamados a conselho. Propõe o Principal, ouve os pareceres dos mais, propõem-se as dificuldades, resolvem-se as dúvidas e depois de altercado o ponto, determina o Principal o que se ha de fazer. São eloqùentes nos seus arrazoados, propõem qualquer negócio com boas razões e polideza de palavras. Porém quási tudo para sómente em as mesmas palavras, porque finalmente são Índios como os mais. Têm natural apetite a honras e postos; e assim entre êles se estima suma-

mente um bastão ou uma carta de um governador, e a guardam com todo o cuidado, fazendo-a ler a qualquer homem branco que vai a sua Aldeia; e quando êste falta, ao menos uma vez cada ano a trazem aos Padres para que lha leiam e ficam muito vãos e satisfeitos, de a ouvir procurando fazer o que nela se lhes ordena.

São supersticiosíssimos e crêem cegamente as mentiras dos seus pagés ou adivinhos; porém nesta parte vivem já muito emendados com a ajuda divina os que connosco assistem, porque muitas vezes os temos convencido com razões evidentes, mostrando-lhe as falsidades e embustes dos seus pagés, curando e dando sãos, por permissão divina, a muitos enfermos que os pagés nunca puderam sarar. Também no beber são muito desordenados; havendo mantimentos na Aldeia são as bebedices contínuas e apenas se achará legume ou fruta de que não façam vinho.

Tanto que os meninos têm sete para oito anos, os fazem professar esta arte; para o que se fazem na Aldeia grandes vinhaças e o primeiro a quem embebedam é o menino, fazendo-o beber à força, até que caia, e ao depois bebe tôda a Aldeia fazendo grandes festas de músicas e danças ao som das suas frautas e tambores.

É muito dificultoso o tirar-lhes estas bebedices, e nêstes princípios convém permitir-lho porém ao menos temos acabado com êles não haja brigas nem feridas, e o não beberem sem pedir licença e até o presente o têm observado exactamente. No particular dos seus casamentos são depravadíssimos. Entregam as filhas de 9 e de dez anos de idade a título de multiplicação; e êles as repudiam tôdas as vezes que querem, recebendo outras em seu lugar. Há entre êles homens que têm tido *40* e *50* mulheres e tôdas têm repudiado. Só estimam e conservam as que são trabalhadeiras e destas têm tantas quantas podem sustentar. Aos que connosco assistem temos tirado êstes bárbaros costumes. Não entregam já as filhas, porque prometemos casá-las, em sendo cristãs, para que os maridos as não repudiem, e também quanto às muitas mulheres, os temos persuadido com boas razões a que não tenham mais que uma, e a um dêstes mais pertinaz em querer conservar duas que tinha, o castigou Deus, matando-lhe a segunda e assim se ficou com uma sòmente. Só um principal conserva ainda duas que tem, ambas irmãs, com o qual dissimulamos ainda, por justas causas, porém já tem prometido largar da segunda, tanto que a primeira se bautizar e casar com ele *in facie Ecclesiae*. Até aqui o gentio de língua geral chamado *Tobajara*.

4. — « Já fiz aviso a Vossa Reverencia como tínhamos agregado também à missão a nação do Tapuia *Reriíu*. Habita esta nação outra Serra de penedia alta e fragosa, que dista da Serra de Ibiapaba 8 léguas, porém pequena em comparação dela, porque terá de comprimento 6 léguas sómente. É esta nação gente de corso. Ha entre eles 4 principais pelos quais estão repartidos os vassalos, a saber: o Principal *Timucu*, o Principal *Coió*, o Principal *Arapá*, e o Principal *Guarará*. Descem a fazer suas correrias pelos campos à caça e ao mel, e se tornam a recolher à sua serra. Não comem carne humana, bebem pouco, casam as filhas depois de quinze anos de idade, costume geral do Tapuia desta costa, não teem mais que uma mulher, a qual costutumam também repudiar alguma vez, principalmente, se é preguiçosa. É nação belicosa e muito valente. Tem por timbre morrer antes que perder batalha ou dar as costas ao inimigo. Cada um dêles tem tantos nomes quantos são os inimigos que tem morto. E assim aquêle é tido por mais valente que tem mais comprida ladainha de nomes. Achei-os quando fui a primeira vez para a Serra, postos em guerra com todas as nações circumvizinhas, a saber: com os *Tobajaras*, com o Tapuia *Guanacé* e com os *Aconguaçus*.

É esta nação dos *Aconguaçus* também gentio de corso. Habita aquela ponta da Serra de Ibiapaba, que fica mais vizinha ao mar. Nos costumes não difere muito do Tapuia *Reriiú*. Não comem carne humana, mas os ossos dos seus defuntos os desenterram ao cabo de 6 meses e moidos e desfeitos os comem com mel de abelhas, em sinal de amor que lhes têm. Costumam prantear os seus defuntos um ano inteiro; e os viuvos se não tornam a casar senão depois de ano. É também gentio guerreiro e com singularidade destro na frecha, com a qual não perde tiro; e se alguma vez viram as costas ao inimigo, correndo disparam a seta e empregam o tiro. Achei a esta nação também em guerra viva com os Índios de língua geral, e com os Tapuias chamados *Reriíus*. E como estas duas nações de Tapuias uma por uma parte, e outra pela outra, nos ficassem dominando o caminho por onde havíamos necessariamente de conduzir plantas para a costa do mar, adonde havia de aldear o gentio de língua geral (segundo a ordem que trouxe), procurei em primeiro lugar pacificá-los; e sendo esta uma das primeiras dificuldades, não era a menor, nem a menos arriscada, porque como estivessem todos em guerra e inimizade não me foi possivel achar quem de minha parte quisesse ir falar com êles às suas terras.

Pelo que me resolvi a fazê-lo eu por mim mesmo; e se bem pudera ter escarmentado em cabeça alheia, pois em semelhante caso, e nesta mesma missão mataram os Tapuias chamados *Caìcaís* ao Padre Pedro Pinto, haverá 40 anos, ao mesmo tempo que o Padre os estava pacificando[1], contudo parecendo-me ser a causa de Deus, por cujo amor trazemos a vida arriscada todos os que andamos em missões por êste Sertão encomendando o sucesso à *Virgem Senhora Nossa da Assunção*, a quem prometi dedicar a Igreja desta missão, e informado de que êste tapuia entendia suficientemente a língua geral dos índios, busquei traça para ter quem me guiasse, porque eu não sabia o caminho para a sua Serra. Era-me necessário nêste mesmo tempo ir ver em a costa do mar terras capazes para aldear o gentio de língua geral. Tomei para me acompanharem ao mar 15 índios, e como necessariamente havíamos de passar junto à Serra do Tapuia, ficava-me esperança de poder encontrar com êle no caminho. Porém sucedeu ao contrário; porque chegamos junto à dita Serra sem encontrar com o Tapuia. Preguntei aos Índios que meio poderia eu ter para falar com o Tapuia, pois êles me não queriam levar à sua Serra. Responderam que em se pondo fogo aos campos infalivelmente mandaria o Tapuia sentinelas a descobrir o que passava. Porém requereram-me com grande instância o não fizesse, porque infalivelmente pereceríamos todos às mãos do Tapuia, pois não trazíamos poder com que nos defendêssemos. Respondi-lhes que eu era sacerdote de Deus, a quem nada é impossível, e que andava em serviço do mesmo Senhor, que êle me defenderia se fôsse servido, e quando não, que folgaria muito morrer em seu serviço; que eu havia de pôr fogo aos campos e se êles se não achavam com ânimo de acompanhar que se podiam ir embora, porque eu se escapasse com vida já saberia voltar para casa. Pus fogo ao campo, e como estava a erva sêca, em breve tempo levantou mui grande labareda e fumaça. Amanheceu o dia seguinte e resolveram-se os Índios da minha companhia a emboscar-se ao largo, para com mais segurança sua verem o que passava; e em caso que me

---

1. Confusão de nomes entre dois factos diferentes; a morte dos Padres Francisco Pinto, sucedida em Ibiapaba em 1608, e a do Padre Francisco Pires e dois companheiros no Rio Itapicuru, locais ambos da Missão do Maranhão. Êstes últimos foram mortos em 1649, e realmente pelos Caìcaís. Cf. Carta de Bettendorff, de 15 de Janeiro de 1671, *Bras.* 9, 301-301v; Cf. infra, *Rio Itapicuru*, Livro II, Cap. IV, § 1.

não matassem os Tapuias me poderem tornar a fazer companhia; nesta conformidade se apartaram e eu me fiquei encomendando-me à Soberana Virgem da Assunção, não sem receio do que me poderia suceder.

Pouco havia que os de minha companhia se tinham apartado, quando vi dois Tapuias que vinham para donde eu estava, agigantados no corpo (como o são quasi todos) com seus arcos e frechas nas mãos, e cada um dêles com seu *ijocú*, ou pau de matar pendente do ombro direito. Adiantei-me a saùdá-los em língua Tobaiara ao que êles responderam no mesmo idioma, mal e barbaramente pronunciado. Pedi-lhes se quisessem sentar; e fazendo-o êles, lhes preguntei de que nação eram. Ao que êles responderem que *Reriíus*, e que estavam em guerra com tôdas as nações circumvizinhas, e com mais empenho com o Tapuia *Guanacé*, por haver morto aos *Reriíus* um principal chamado *Guati* e um soldado mais, ambos à treição e por engano; e que os mais principais dos *Reriíus* eram partidos para a costa do mar às frecheiras, a tirar frechas para se prepararem para a guerra, que determinavam fazer ao inimigo tanto que entrassem as primeiras águas daquele ano. Era o que me dizia isto um Principal dos *Reriíus* o qual (como acima disse) se chamava *Arapá*. Respondi-lhe que sendo êles tão valentes (como todos confessavam) me maravilhava muito que as outras nações se atrevessem a provocá-los, porém que em lhe matarem o Principal à treição mostravam serem cobardes e que se não atreviam a pelejar com os *Reriíus*, cara a cara. Louvei-lhe a resolução de quererem ir buscar ao inimigo em suas próprias casas, e que nisso mostravam serem valentes e destemidos. Respondeu-me que já se tinham vingado do *Guanacé*, porque também lhe haviam morto outro principal e dois soldados mais, porém que se não davam por satisfeitos, se os não matassem a todos, e lhes cativassem as mulheres e filhos. Falei-lhes à vontade e lisongeei-os em quanto pude, porque assim me convinha a mim e ao meu intento.

E tanto que vi davam gratos ouvidos ao que lhe dizia, lhe comecei a louvar a paz e encarecer-lhe as conveniências dela, que tendo paz com as mais nações livres e sem sobresaltos fariam suas correrias pelos campos e matos, buscando o sustento para suas mulheres e filhos, e assim se criavam êstes para sucessores de seus pais, livres de os contrários por algum sucesso adverso os cativarem, que eu era sacerdote do Grande Deus, Senhor de tôdas as coisas, e por sua vontade viera àquelas terras a pôr em paz a tôdas as nações daquela costa;

e trazer-lhes outro modo de vida diferente da de seus avós, com o qual viveriam quietos e sossegados e os faria também amigos dos Brancos, dos quais poderiam haver machados para tirar mel, e me obrigava a falar às mais nações para que quisessem aceitar a paz. Ao que me respondeu o Principal: que de muito boa vontade faria o que eu lhe dizia, pois era tão grande Pagé, porém que suposto as outras nações lhe tinham dado causa para a guerra, também fôssem os primeiros em lhe pedir a paz, e nesta conformidade a não negariam a alguém. Prometi-lhe procurar que as mais nações o fizessem assim. Preguntei-lhe se de boa vontade faria pazes com o gentio *Tobajara* de língua geral. Respondeu que sim e que dêles não havia recebido tanto agravo como dos outros Tapuias, pelo que, se trazia eu alguns em minha companhia (pois não era possivel andar só e sem guia por aquele sertão) que bem os podia chamar, porque logo faria pazes com êles. Parti-me logo a chamar os índios que estavam emboscados, um dos quais era o Principal D. Jacobo de Sousa, e contando-lhe o que havia passado se veio com os mais em minha companhia, não sem receio de alguma treição, ou emboscada oculta do Tapuia. Chegaram à fala, fizeram seus arrezoados de parte a parte, alegando a fidelidade e paz que seus avós e antepassados mutuamente observaram sempre, até que chegaram a dar a mão um ao outro, repetindo três vezes em alta voz esta palavra *guiaâa!* que quer dizer paz, reservando as mais solenidades dêste acto, para quando uns e outros se achassem juntos, como ao depois fizeram. Parti para o mar, e o principal Tapuia mandou logo o soldado, que consigo trouxe, a avisar aos mais principais da sua nação que (como já disse) eram partidos para a mesma parte, para adonde íamos, a tirar frechas; e aqui se vê bem que foi permissão divina o fazermos as pazes com o Tapuia nêste lugar, porque se as não fizéramos, em a costa do mar havíamos de cair nas mãos do Tapuia estando êle lá com o poder junto, porque eram os que ali estavam três principais com as suas tropas de gente armada. Partiu o mensageiro adiante a dar o aviso, e nós fomos seguindo a nossa marcha com os vagares, de quem pelo mesmo caminho vai buscando o sustento.

Caminhamos 4 dias pela beira do rio Guacaracu abaixo, e ao cabo dêles encontramos 8 Tapuias que da parte de seus principais vinham ao nosso caminho com refrêsco de peixe, assado em *mocaem*, e cabaços de mel de abelhas; estimei muito o presente pela necessidade em que então me achava. E, repartindo com os mensageiros alguns velórios

e facas, soube dêles juntamente o quanto tinham festejado as boas novas da paz, que ainda entre bárbaros vingativos nenhuma cousa se estima mais que o sossêgo e quietação. Chegamos finalmente adonde estavam os seus principais, os quais nos receberam com alegria. Assentei com êles a paz que desejava, pratiquei-os sôbre o haverem de receber a nossa Santa Fé, ao que tudo deram gratos ouvidos, prometendo-me fazer tudo o que lhes eu dizia.

Cheguei ao mar. Vi as terras para situação das Aldeias, as conveniências e comodidades, e tudo me pareceu suficiente, e verdadeiramente, para a dita situação só lhe faltava a segurança da chuva aos tempos costumados. Porém esta é a que os mais dos anos falta nesta costa em tudo o que não são Serras, e esta falta nos fêz trabalhar e cansar debalde nêstes dois anos passados»[1].

5. — «Voltei para a Serra de Ibiapaba, e tanto que cheguei tratei logo de estabelecer a paz entre a nação sobredita e o Tapuia *Guanacé*, o que me não custou muito, por haver já o Padre Manuel Pedroso praticado esta nação o ano antecedente, antes de me mandarem os Superiores para esta missão e haver descido o dito Padre 50 casais de *Guanacés* para o Ceará. Com que feita a paz entre os Índios de língua geral, o Tapuia *Reriíu* e o Tapuia *Guanacé*, só me restava fazê-la entre estas nações e o Tapuia *Aconguaçu* que fica mais vizinho ao mar. Mandei-o chamar, por via do Tapuia *Tremembé*, com quem tinham pazes, mandei-lhe por várias vezes papéis escritos, e algum fumo ou tabaco em sinal de paz, porém nunca quiseram chegar a falar comigo, dizendo aos mensageiros que não queriam pazes enquanto se não vingassem dos *Tobajaras* e *Reriíus*. Nêste meio tempo, partí para o Ceará a buscar ao Padre Manuel Pedroso, e quarenta casais de *Tobajaras*, que para ali havíamos já descido; e os deixei

---

1. Para deslindar uma questão de terras Ascenso Gago explica "em como no poço de *Ygapara* no *Rio Camusy* situaram primeiro o seu gado e bestas de cuja situação lhe veio a ficar a tal passagem o nome de *Curralinho;* em como depoys de ano e meio pouco mays ou menos mudarão o mesmo gado e bestas do dito poço de Igapara para a passagem chamada *Guyraquatiara*", onde «levantarão casa e currais». Vicente Martins, *O Hospício dos Jesuitas de Ibiapaba*, na Rev. do *Inst. do Ceará*, XLII (1928) 165. Vicente Martins transcreve os autos da questão e comenta-os: «Yapara foi o primeiro núcleo de civilização da Ribeira do Coreaú», "também denominado Camussy", *ib.* 156.

com o dito Padre em a costa do mar para dar ordem aos Índios a plantar enquanto eu da Serra os fazia conduzir as plantas para baixo. E nêste lugar haverá 11 meses que o dito Padre Manuel Pedroso conseguiu falar com o Tapuia *Aconguaçu*, depois de várias diligências e incríveis sustos, que a cada passo davam, assim a nós como aos *Tobajaras* que conduziam as plantas para o mar. Porque umas vezes nos deixavam rumas de lenha como para queimar os inimigos mortos, segundo o seu costume; outras vezes peles de animais passados com setas, e outras vezes as mesmas setas fincadas no caminho e delas pendentes penachos vermelhos, sinais todos de guerra, de ódio, de inimizade e de vingança.

Praticou-os o Padre finalmente. Propôs-lhes os discómodos da guerra, e as conveniências temporais que se seguiam da paz, a qual, ainda que com bastante repugnância ao princípio, aceitaram finalmente; e como se não achassem em aquela ocasião muitos índios em a costa do mar, para a celebridade daquele acto, me fêz o Padre aviso à Serra de Ibiapaba de donde parti logo para o mar com tôda a gente. Veio o Padre em companhia do dito Tapuia a encontrar-nos, e fêz-me aviso por um próprio do lugar, aonde nos havíamos de ajuntar todos para a celebridade das pazes. Tanto que nos avistamos em o dito lugar, assim os Índios como os Tapuias, se vestiram de variedade de penas, puseram seus penachos do mesmo em as cabeças, como quando se costumam dar batalha. Logo se formou o Tapuia em meio de uma grande campina, o que tambem fizeram os índios, repartindo-se em dois batalhões, todos com suas armas nas mãos; e logo, ao som de várias buzinas, bater de pés, gritos e assobios, investiram para adonde estava o Tapuia, o qual o recebeu da mesma maneira, representando todos uma horrível batalha. Uns punham as setas no arco, outros empunhavam o pau de matar, ameaçando as cabeças dos contrários, mostrando que os não temiam, alegando as vitórias que uns dos outros haviam alcançado, e protestando a vozes que não faziam pazes por medo, que tivessem aos contrários, senão pelo bem comum que a todos resultava da mesma paz, como os Padres lhes haviam dito. E feita esta cerimónia repetiram três vezes em voz alta esta palavra *guiaâa!* que quer dizer paz. Logo se apartaram os *Tobajaras* todos para uma parte e os Tapuias para a outra e de dois em dois a saber: um Tapuia e um Tobajara correram parelhas, porque se prezam muito de correr bem, dando todos os mais em altas vozes os vivas ao vencedor, até que acabaram de correr todos. Logo uns e outros em um

corpo formaram uma vistosa dança ao som dos seus maracás e várias cantigas a seu modo, em que se gastou parte grande do dia. E ao depois, divididos em várias danças e folias, gastaram tôda a noite até amanhecer, gastando mais a maior parte dos dois dias seguintes em as mesmas folias, ao cabo dos quais se apartaram cada qual para as suas terras.

E por êste mesmo modo se celebraram ao depois as pazes entre o Tapuia *Aconguaçu* e o Tapuia *Reriíus* que estavam em guerra, como acima fica dito. E êste é o modo com que o gentio destas Serras celebra as suas pazes».

6. — «Assim na Serra como na costa do mar, fizemos em chegando, logo igrejas não grandes, por não haver ainda modo para isso, porém quanto fôsse suficiente para doutrinar e ensinar aos de língua geral, e acodem todos com alegria à doutrina. Aos Domingos e dias Santos se lhes diz missa, acudindo também todos a ouví-la, os já Baptizados da parte de dentro da Igreja, e os Catecúmenos da parte de fora em o terreiro dela. E depois da missa se lhes faz sua prática, sôbre algum dos mistérios da fé e os exortamos a viver conforme os costumes dos cristãos. Os bautizados até ao presente passam de 400. Os casamentos na lei da graça são 32. Todos pedem com grande instância o bautismo assim para si como para seus filhos; e os mais dêles estiveram já bautizados se de todos êles tivéramos certeza moral de que não desampararíam a fé, passando-se à parcialidade do Principal D. Simão Taminhobá, porém esperamos na misericordia divina, que tudo se conseguirá muito cedo, porque para êste principal veio na frota dêste ano uma carta de El-Rei Nosso Senhor, para que queira ser cristão e aldear adonde os Padres lhe dissessem ao que tenho por coisa certa dará inteiro cumprimento, pelo desejo que êle tinha de uma carta de El-Rei, em que se lhe ordenasse isto mesmo, e muito mais agora que os havemos de aldear em a sua mesma Serra, que é o que êles mais desejavam.

Já tem o Céu recebido as primícias desta nova cristandade, em 41 inocentes que são mortos depois de recebida a água do bautismo e muitos dêstes foram bautizados *in extremis*. Como também 26 adultos que morreram bautizados e, quanto podemos colegir, bem dispostos. Um dêles foi uma índia velha bautizada e casada antigamente, pelos primeiros Padres que vieram a esta missão, a qual havia perto de 40 anos que, deixado o marido, vivia amancebada com outro,

do qual tinha já filhos e netos. Adoeceu esta índia de uma tísica ou ética, da qual estava havia um ano em uma rede, sem se poder bulir por si, posta já no arcabouço sem outra figura que a da mesma morte. Tive notícias do estado em que estava, visitei, amoestei-a a que se confessasse e tratasse de salvar a sua alma, pois da vida podia já ter nenhumas esperanças. Instruí-a e dispu-la o melhor que foi possível para ao outro dia a ouvir de confissão, e ainda que estava muito esquecida da doutrina cristã, e modo de confessar-se, todavia ajudada e instruida se confessou o melhor que poude, lançou fora de casa o antigo tropeço e naquela mesma tarde do dia em que a confessei, expirou, deixando-me mui consolado por êstes sinais de sua predestinação. A outra índia muito velha sucedeu quási o mesmo, a qual tolhendo-se-lhe a fala (creio que causado da mesma velhice) esteve 8 dias sem falar, nem dar assenso do que se lhe dizia: ao cabo dêstes dias tive notícia do estado em que estava: fui-me à sua casa que ficava em uma lavoura longe da Aldeia, gastei quási todo o dia em diligências para a poder absolver, mas nem mostras dava de ouvir o que lhe dizia até que já sôbre a tarde foi Deus servido soltar-lhe a língua. Confessou-se, e pouco depois de absolta, se partiu desta vida para a Eterna, como se pode piamente crer. Outro índio, mancebo e robusto, adoeceu de sezões ou maleitas, as quais não obedecendo a remédio algum dos que naquêle Sertão se lhe podiam aplicar, veio a definhar-se tanto que parecia o retrato da morte. Em todo o tempo da doença o catequizei e instruí, exortando-o a que se bautizasse, porém nunca o quis fazer, dizendo-me que os doentes que se baptizavam logo morriam; fundava-se em que as crianças que bautizávamos *in extremis* não escapavam com vida nem se satisfazia de rezão alguma das muitas que sôbre esta sua mal fundada rezão lhe dava. Até que a véspera do dia, em que morreu, me mandou chamar, pedindo-me o quisesse bautizar, dizendo-me que em aquela mesma noite, estando dormindo, lhe apareceu em sonhos uma mulher branca, muito fermosa, a qual com o rosto enfadado o repreendera asperamente, de se não haver bautizado. Recebeu a água do bautismo e no dia seguinte morreu logo, assistindo-lhe eu e ajudando-o naquela hora, repetindo êle sempre os nomes Santíssimos de JESUS e MARIA, como lhe eu dizia.

Aos Tapuias assim *Reriíus* como *Aconguaçus* não pudemos até agora assistir-lhes com o pasto da doutrina continuamente, por nos ficarem distantes da donde ordinariamente assistimos que são as Aldeias dos *Tobajaras*. Sòmente os visitamos de tempos em tempos

e nestas visitas lhe temos bautizado também algumas crianças em extrema necessidade».

7. — «Pedem-me com instância os aldeie junto aos de língua geral para poderem mais comodamente aprender a doutrina e serem cristãos e sendo isto o que mais desejo, o não pude fazer até agora por falta de ferramentas para êles roçarem e plantarem, porque as que trouxe haverá três anos sôbre serem poucas, gastaram-se com o uso contínuo de todo êste tempo. É triste coisa querer e não poder. É certo que enquanto êles não viverem de suas lavouras (como os índios de língua geral) nem será possível aldearem-se, nem nós doutriná-los, porque necessariamente hão-de fazer correrias pelos campos, buscando sustento quotidiano, mas é também certo que eu os não posso remediar da ferramenta que para isso é necessária por não haver naquela missão efeitos alguns de que nos possamos valer, sobre o estar longe de povoado. Deus Nosso Senhor os queira remediar com a sua providência infinita e a nós dar-nos esfôrço para suportar os agros que por lá se padecem sem remédio.

O negócio principal que me trouxe a Pernambuco foi, que, como por carta sua tem ordenado a piedosa liberalidade de El-Rei Nosso Senhor a êste govêrno que dos sobejos da Câmara se socorra a esta missão, vim ver se se me dava alguma esmola para com ela comprar em o Ceará 20 ou 30 novilhas para levar para a missão porque multiplicando estas em aqueles campos que são novos poderiam os Religiosos, que ali assistirem, sustentar-se da carne, e os couros, que se podiam conduzir ao Ceará, se venderiam para se remediarem das ferramentas necessárias para os índios e das mais coisas que são comumente necessárias aos Padres, e assim escusávamos andar sempre importunando a fazenda real ou seus ministros, e êste é o meio único que tenho achado para se poderem sustentar e conservar Padres em aquela missão. Nada disto teve efeito, porque, como pela mesma carta de El-Rei, a qùantia, que se der, há-de ser arbitrada pelo governador e Bispo de Pernambuco, e o Bispo é morto, não pode o governador Caetano de Melo fazer coisa alguma. Determinava mais pelo mesmo caminho remediar-me de algumas ferramentas, mas nem destas iria provido se o zêlo do Padre Diogo Machado não achara caminho para por outro modo me remediar, que foi levar-me de porta em porta pelas casas de alguns amigos seus, pedindo uma esmola de ferramentas para a missão. Cada qual deu o que pôde. A todos se aventajou o capitão António

Fernandes Matos o qual deu 12 machados, 12 foices de roçar e 12 cavadores com que já de ferramentas vou remediado para êste ano. Para o outro não sei o que será. De outras miudezas necessárias [assim para] nosso uso, como para contentar os principais dos Tapuias que temos agregado à missão, vou totalmente desprovido.

Por carta de El-Rei Nosso Senhor, soube que mandara entregar ao Padre Baltesar Duarte cem mil réis de que o mesmo Senhor fêz mercê a esta missão para os ornamentos das Igrejas. Porem cá não apareceram mais que dois frontais de felipixim de lã e duas casulas do mesmo, sem roupa branca alguma, para os altares, nem missais, nem cálices, nem carta alguma do Padre, mais que o título que trazia o embrulho, o que me faz presumir que o demais embarcaria o Padre em alguma das embarcações que se perderam ou roubaram. Sôbre isso escrevo aos Padres Baltesar Duarte e Paulo Carneiro, mandando o rol do em que hão-de empregar o mais dinheiro se acaso o tem ainda em sua mão».

8. — «Do Maranhão recebeu, no ano presente de 95, esta missão, gravíssimo dano. Porquanto mandou o governador daquele Estado uma tropa de Índios e por cabo dêles a um homem criminoso chamado João Velho do Vale, porém perito nas línguas, assim geral como do

---

1. A Côrte interveio. A 8 de Janeiro de 1697 expediu-se uma *Carta Regia ao Governador do Maranhão pedindo-lhe conta de como tem procedido contra os excessos que cometeu João Velho do Vale, na ocasião em que saiu por Cabo de uma tropa a descer gentio bravo na Serra de Ibiapaba*" (Bibl. de Évora, *cód. CXV/2-18, f.* 203v).

No dia 4 de Março do mesmo ano, uma *Ordem Régia* condenava a degrêdo para Angola e multas pecuniárias aos que perseguissem e maltratassem os Índios, «por estas missões novas carecerem de grande espírito e constância e não de outra ambição, mas só desejar adquirir estas e outras nações novas semelhantes, à nossa santa fé católica e conservá-las nelas e não divertí-las» (Publicada na *Rev. do Inst. do Ceará*, XVI (1902) 142-143). Enfim sôbre êste caso, escreveu-se, a 12 de Dezemzembro ainda do mesmo ano, uma *Carta Regia ao Governador do Maranhão* «sôbre os 25 casaes de Índios da Serra de Ibiapaba, que os Padres da Companhia tinham descido para a costa do mar, e João Velho do Vale mudou, trazendo-os para as aldeas daquelle Estado; manda que se o ditos Índios insistirem em querer ficar na parte onde hoje se acham, os deixe ficar; porem se pretenderem a restituição para as suas terras e Serra de Ibiapaba, os deixem ir livremente, pois são livres» (Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 215). Entre os Índios, levados por João Velho do Vale, ia D. Simão Taminhobá, que tomou o partido, como se verá adiante, de voltar para a Serra.

IGREJA DE IBIAPABA (VIÇOSA)

Capela-mor, cujo teto, com molduras alegóricas vivamente coloridas, ainda é o primitivo (p. 70).

Tapuia, a descer Índios para o Maranhão e êles em vez de descerem gentio bravo do Sertão, vieram-se à Serra de Ibiapaba, e levaram, do gentio que havíamos descido para a costa do mar, 25 casais com suas famílias. Vinham os ditos Índios do Maranhão com promessas várias daquele governo, se para o Maranhão levassem gentio bravo (como suponho): um Índio principal por apelido *Inhambuúna* vinha com promessas de um hábito de Cristo e outros da sua companhia com promessas uns de ginetas de capitães, e outros de bengalas de ajudantes. Porém o cabo desta tropa João Velho do Vale, vendo que por uma parte lhe não era possivel descer gentio bravo, que é mais custoso, e que por outra convinha a seus interesses e livramento levar gentio para o Maranhão, determinou por todos os caminhos induzir-nos o gentio, que havíamos descido para a Costa do mar, porque êste estava já menos esquivo.

Espalhou com tôda a sagacidade os Índios que trazia pelas Aldeias que tínhamos descido para a costa do mar, e como não presumimos o que êle determinava, encomendamos assim aos Principais como aos outros índios que os agasalhassem bem, assim por serem forasteiros como por serem índios amigos dos brancos. E desta maneira tiveram ocasião para enganar com suas traças ao mais gentio, dizendo-lhe assim êles como o cabo que os Padres os queríamos entregar aos Paulistas e que os estávamos domesticando para que custasse ao depois menos aos brancos levá-los e que éramos traidores todos os Religiosos da Companhia e que por esta rezão nos tinha El-Rei mandado tirar tôdas as Aldeias do Maranhão e com estas e outras doutrinas semelhantes, perturbaram o gentio de tal maneira que se lhe agregaram os casais acima ditos. Escreví ao cabo João Velho do Vale, que não levasse gentio do que havíamos descido pelos danos que daí resultavam à missão; e em resposta nos descompôs por escrito muito à sua vontade e nada remediou, antes tive notícia (se é que falam verdade) que êle abrira e rompera uma carta que sôbre o ponto de me levar os Índios escreví ao Governador do Maranhão. Resultou daqui queixarem-se os Principais das Aldeias descidas que enquanto não tiveram Padres entre si eram principais e tinham vassalos e agora que têm Padres e são vassalos do rei dos brancos, que os mesmos brancos lhe vêm tirar seus vassalos, e queira Deus se não arrependam por obra, assim como se queixam por palavra. Os Tapuias que têm menos juizo estão persuadidos que os Religiosos entregamos os ditos Índios aos brancos e assim não só se não fiam muito do que

lhes dizemos, mas também não vivemos depois disto com muita segurança de vida entre êles, e se se não restituirem os ditos Índios, que foram levados ao Maranhão, às suas Aldeias e aos seus Principais, pouco poderemos obrar daquí por diante e com muito pouca segurança das vidas poderemos assistir com êles. Seja Deus bendito para sempre! Quantas são as traças de que tem usado o demónio para impedir o bem espiritual destas pobres almas! Fêz-lhes primeiro guerra pelo Ceará, impedindo o bom sucesso da missão por meio de um Capitão-mor. Atalhou a piedade e zêlo de El-Rei Nosso Senhor êste [dano, com] ordens saùdáveis que deu aos seus governadores para o evitarem e com mandar para aquela Fortaleza a um homem maduro, cristão e zeloso, qual é o Capitão maior Fernão Carrilho. E vendo-se o Demónio atalhado por esta parte lhe faz agora a guerra pelo Maranhão, menos remediável porque bem sabemos o que são os homens do Maranhão, em matéria de Índios, e mais terrivel e nociva pelas conseqùências de nos haverem malquistado com o gentio».

9. — «E porque não pareça que ainda temporalmente da conservação dêstes Índios se não seguem conveniências importantes do serviço de El-Rei e utilidade da nação portuguesa, não passarei em silêncio as principais e são: que como em a distância de duzentas léguas pouco mais ou menos que há desde o Ceará ao Maranhão não haja povoação alguma de portugueses e pouca capacidade para a poder haver pela falta de terras lavradias e chuvas do céu (particularmente nos distritos desta missão) que é o que com meus olhos tenho visto e experimentado, havendo por outra parte barras de rios e enseadas capazes de darem fundo a embarcações de alto bordo como são o rio Pará ou Paranaíba, e a enseada de Iurucuaguara fica tôda esta costa à invasão de qualquer nação estrangeira e conservando-se êstes índios, cujas Aldeias ficam quási em meio destas duzentas léguas, sem muito trabalho poderão impedir ao inimigo o situar-se ou fortificar-se e a razão é porque como os rios aquí sequem de verão, não há rio algum que bote água doce ao mar, pelo que junto a praia regularmente há falta de água doce, e assim se o inimigo, por razão da água se situar longe da praia, é facil impedir-lhe o gentio a condução dos mantimentos das naus para a situação, e se situarem junto ao mar é facil o impedir-lhe água. Para se sustentarem das lavouras de terra não lhe será possivel, salvo plantarem na Serra de Ibiapaba, por ser a costa do mar muito falta de chuvas que produzam o mantimento e para se situarem

[e fazerem] plantas em a Serra o julgo por totalmente impossível, havendo nela Índios que o possam impedir, porque além de não ter esta mais caminhos ou subidas que as quatro que o mesmo gentio descobriu para a sua serventia, são estas tais que não permitem subir mais que um homem atrás de outro, sendo em muitas partes necessário usar de escadas de pau para subir de um penhasco a outro.

A segunda conveniência temporal é que se é certa a nova de se haver descoberto em o Maranhão mina de prata (como ouço dizer) e esta prata se há de conduzir à cidade da Baía pelo Sertão ou caminho que novamente se fez do Maranhão à Baía, ficando o tal caminho pouco distante desta Serra, e esta Serra, quasi em meio do tal caminho, serão os Índios dela de muita utilidade para a dita condução não só com suas pessoas mas ainda com os mantimentos e farinhas das suas lavouras.

Além do gentio *Tobajara*, de língua geral, que temos agregado à missão, tenho notícia certa de três aldeias tambem de língua geral que habitam em a ponta que esta mesma Serra bota para o Sertão, e um dos principais destas Aldeias se chama *Abatiantã*. Ficarão distantes 15 dias de marcha da paragem adonde assistimos. Determino também fazer uma entrada a essas Aldeias, ajudando-me Deus Nosso Senhor, mas não poderá ser senão depois de se aldearem os gentios, com quem ao presente lidamos, e terem mantimentos suficientes, porquanto determino que êles mesmos me acompanhem nesta jornada pelo risco de Tapuia que no caminho há.

Os Índios da missão, assim os de língua geral como os Tapuias não cessam de pedir que lhes conserve as suas terras e que lhas não deixe tomar aos brancos, porque não querem que os brancos tenham bulhas com êles, assim como as tiveram com os Índios do Guaçu e Rio Grande. Tenho-lhes prometido procurar-lhes a sesmaria das que lhes são precisamente necessárias, e acabado com êles que as mais que lhes não são tão necessárias as deixem povoar aos brancos se houver algum que as queira ir povoar tão longe. Vieram nisso, e as que julgo lhes são necessárias precisamente, segundo a quantidade dêste gentio, são as que ficam desde a barra do Rio Aracatiimirim até a barra do Rio Temona que serão por costa 12 léguas pouco mais ou menos, cortando desde as barras dos ditos rios a rumo direito para a serra de Ibiapaba, entrando na sesmaria tudo o que os rumos apanharem da Serra até entestar com os campos gerais que lhe ficam da outra parte. Porque desta sorte ficam tendo em a Serra tôda a terra

lavradia que lhe é necessária para as suas lavouras e para a parte do mar tôdas as caatingas e campinas que lhe são necessárias para buscar a caça e o mel para o seu sustento; e êste é um dos meios necessários para a conservação dêstes gentios mas não sei a quem se há de pedir esta sesmaria. Isto é o de que me pareceu devia dar conta a Vossa Reverência. De tudo se dê a glória a Deus Nosso Senhor a quem se deve tôda»[1].

1. Conclue: «Pesso a Sta. benção de VRª. Collº. de Olinda 10 de outubro de *1695*. Por comissão do Pe. Reitor Phelippe Coelho, filho em Christo de VRª. Assenso Gago. — *Carta anua do que se tem obrado na missão da Cerra de ypyapaba desdo anno de 93 athe o prezente de noventa e 5 pª o pe Alexandre de Gusmão da Compª. de JESUS Provincial da provincia do Brazil. No verso:* Carta ânnua da Missão do Ciarâ na *Serra de Ibyapâba* de 1695. O P. Andreoni dividiu-a em parágrafos, para o Conselho Ultramarino, onde foi examinada no dia 20 de Dezembro de 1696 AHC — *Ceará* — Papeis avulsos — Ano 1696 — (20 Dezº). Cf. *Indice de Documentos* em *Anais da BNR*, LXI, 133, nºs. 57-59.

CAPÍTULO IV

A Aldeia de Ibiapaba na Tabainha

1 — A Serra de Tabainha; 2 — Missão pelo sertão, atrás da Serra; 3 — D. Simão Taminhobá; 4 — Pazes com diversas nações de Tapuias e ameaças da Casa da Torre; 5 — Fundação e organização da maior Aldeia do Brasil; 6 — As suas fazendas; 7 — Baluarte da civilização; 8 — Período final.

1. — O P. Ascenso Gago, que tinha vindo a pé, por terra, quasi 300 léguas, de Ibiapaba a Pernambuco, onde chegou, andrajoso[1], voltou nêsse mesmo ano de 1695. Dois anos depois, a 25 de Julho de 1697, retoma o fio da história:

« Cheguei a esta missão da jornada que fiz a Pernambuco, e trouxe comigo as cartas que S. Majestade havia escrito aos Principais desta Serra, as quais em chegando lhas li, e expliquei em sua língua (excepto a de D. Simão, que estava ainda no Maranhão), com as quais se animaram muito a prosseguir no começado, desenganados de que era vontade de S. Majestade o serem cristãos, e aldearem-se adonde lhes sinalássemos, porque assim lhe encomendava o mesmo Senhor em as ditas cartas. Pelo que sem mais dilação, e por dar logo inteiro cumprimento a tudo, trataram de roçar e fazer plantas em a Tabainha adonde lhes sinalamos[2]: e porque enquanto não havia mantimentos para o sustento seu e de seus filhos não era possível fazer a igreja grande, e Aldeia em forma, lhes mandamos fazer uma igreja pequena e de pouca dura junto à qual fizeram suas casas também para pouco

---

1. *Bras. 4*, 8v-9.

2. « Serra da Tabainha, hoje denominada Serrinha de D. Simão ». — Vicente Martins, *Noticia histórico-chorographica da Comarca da Granja*, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XXV (1911) 172. Note-se « adonde lhes sinalamos ». A escolha foi feita pelos Padres fundadores.

tempo, e se aldearam todos, assistindo à doutrina que se lhes faz todos os dias.

Imaginávamos (como parecia) que para o último descanso destas mudanças só faltava a invernada seguinte em a qual teríamos os mantimentos necessários. Porém ela foi tão extraordinária, que nos reduziu à maior necessidade, matando-nos tôda a rama de mandioca, que apanhou em as quebradas e planicies desta Serra e só escaparam algumas roças, que acaso se plantaram em meias ladeiras. As sementes de milho e feijão tôdas se perderam no campo, não obstante o haverem-se plantado segunda e terceira vez, e ainda que da terceira planta (remissas já algum tanto as águas) nasceram algumas sementes, foi tal a inundação de ratinhos, que produziu êste dilúvio, que antes que as plantas chegassem a ter um palmo fóra da terra, as comeram e destruíram tôdas, sem as poder defender a imensidade de laços e outras indústrias de que usavam os pobres Índios, reduzindo-nos a todos ao extremo de sustentar as vidas de palmitos, cocos agrestes, e dos mesmos ratos, e para as plantas dêste ano que vem, nos temos valido de algumas sementes do Ceará, ainda que poucas, que como o dano foi geral nesta costa, também alcançou ao Ceará».

2. — «Nos fins do verão antecedente a esta invernada, que referí, fomos em missão às últimas *povoações de gados*, que ficam *cinqùenta léguas* pouco mais ou menos por detrás desta serra para a parte do sertão, movidos da necessidade espiritual em que vivem ali os brancos faltos de sacerdotes, que lhes administrem os sacramentos [1].

E, ainda que o cuidado das ovelhas próprias, que deixamos sem pastor, como o haverem-se antecipado as águas ao tempo costumado, nos obrigaram a voltar antes que as enchentes dos rios nos impedissem

---

1. Averbe-se a distância, como índice do raio de acção dos Jesuítas de Ibiapaba, para os sertões do Piauí e do mesmo Ceará. Referindo-se a Ipu, e a que também ali se teria feito sentir a catequese jesuítica, nota Eusébio de Sousa que esta se «desenvolveu por toda a Cordilheira onde quer que houvesse notícia de aldeamentos» (Eusébio de Sousa, *Chronica de Ipu*, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XXIX (1915) 155-156. Ascenso Gago é bom testemunho disso. Do desenvolvimento da catequese dos Jesuítas por tôda a cordilheira além da cidade de Viçosa, fundada por êles, beneficiaram, ao menos indirectamente, Granja, S. Pedro de Ibiapina, S. Benedito, Campo Grande e outros núcleos actuais de população, provindos ou de índios catequizados pelos Jesuítas, ou de terras e fazendas que êles possuiram.

a retirada, e mais cêdo do que pedia a necessidade espiritual daqueles moradores, não se deixou contudo de recolher algum fruto espiritual, porque em dezoito dias que por lá nos detivemos, se fêz missão em as três partes principais daquela nova povoação, fazendo-se-lhes suas práticas e exortações, de manhã e tarde, acudindo todos a ouví-las, confessando-se e comungando para ganhar o jubileu. Fizeram-se 317 confissões, e destas 42 gerais, necessárias, umas de tôda a vida, e outras da maior parte dela, em que se encobriam pecados graves, e alguns casos, que por justas causas se não especificam. As comunhões foram 275. Impediram-se três mortes que infalivelmente se haviam de fazer, e uma delas se vinha fazer em a mesma casa adonde fazíamos a missão, e por ter a espingarda errado fôgo duas vezes, se não havia já conseguido. Tivemos aviso do caso, e não só se impediu, mas se fizeram amigos os ofendidos, pedindo-se publicamente perdão de parte a parte. Compuseram-se mais 15 inimizades e malquerenças diferentes ».

3. — « Nos princípios dêste verão de 97 chegou D. Simão Taminhobá, do Maranhão, para adonde o tinha levado João Velho do Vale, enganado de algumas falsas promessas, que, como só haviam de parar em palavras, lhas fez liberais; mas como viu D. Simão que no Maranhão o retiveram dois anos, e que o Governador só instava em que se mudasse com todos seus vassalos para o Maranhão, e que nenhuma coisa, das que lhe prometeram, lhe cumpriam, satisfazendo-se muito mal do modo com que ali são tratados os índios, porque ainda os que levou em sua companhia, com serem hóspedes, os obrigaram a trabalhar, vendo-se indisposto de uma larga enfermidade, que teve, e mortos de bexigas a muitos dos que o acompanharam desta Serra, resolveu-se a dar boas esperanças ao Governador de que voltaria com todos os seus, afim de que o deixassem vir para a sua terra. Porém tanto que cá se viu, lhe escreveu as razões que tinha para não ir para o Maranhão.

Preguntamos-lhe pela determinação com que voltava para a sua terra, se acaso vinha com ânimo de continuar em a antiga pertinácia de se não querer aldear com os Padres e ser cristão, ao que respondeu que tôda a razão de se não ter aldeado, nem tratar de Padres, ainda depois de o havermos livrado dos Paulistas, fôra porque um capitão-maior do Ceará, que aqui não nomearei (indo êle àquela capitania em 94 a vender alguns escravos), o induzira e enganara, dizendo-lhe não tratasse de Padres, porque o haviam de botar a perder, como costuma-

vam fazer em tôda a parte, e que já os que aqui estamos o quiséramos fazer prender, e que só tratasse de se acostar a êle e que êle lhe faria quanto quisesse (tudo falso, mas acomodado aos intentos do dito Capitão-maior, que determinava aldeá-lo de sua mão para tirar disso certidões, tivessem ou não tivessem Padres). E também usou êste Capitão-maior da mesma diligência com o outro Principal D. Jacobo de Sousa, mas como êste nunca se apartou dos Padres, achou-o mais firme e não conseguiu nada. Outras emprêsas destas intentou mais, tôdas à surdina, as quais impediu Deus Nosso Senhor. Não o nomeio porque é homem bem reputado em Pernambuco, porém sabe-se também que sempre viveu de tracinhas.

Estas foram as razões que deu D. Simão em seu descargo, das quais tínhamos já notícia, estando êle ainda no Maranhão. E disse mais que por estas mesmas razões e pela pouca experiência que tinha de que coisa fôssem Padres, se deixara tão facilmente enganar de João Velho do Vale para ir para o Maranhão, adonde fizera diligência por algum clérigo, que lhe viesse assistir em a sua terra, e como não achasse algum, que se quisesse desterrar para êste sertão, vendo mais que o último remédio dos índios daquele Estado são os Religiosos da Companhia, que lhe assistem em missão, e por amor dêles são odiados dos brancos, se fôra pouco a pouco desenganando do que lhe haviam dito os mesmos brancos. E assim se resolvera, já nos fins dos dois anos em que estivera lá retido, a falar com os Religiosos da Companhia, os quais o agasalharam com amor, aconselharam o que lhe convinha e ajudaram a desembaraçar do Maranhão, para se vir para a sua terra. E que agora, desenganado totalmente, só queria ser cristão, aldear-se adonde lhe sinalássemos, e fazer o que os Padres lhe dissessem para bem seu, e de seus vassalos.

O que ouvido, lhe meteu o P. Superior na mão a carta de Sua Majestade, que eu havia trazido de Pernambuco, e depois de reconhecido o sêlo lha abriu e explicou em sua língua; e era a carta tal, que em aquela ocasião e circunstância de tempo, pareceu mais ditada por algum anjo que feita por homens, porque o repreendia S. Majestade de sua rebeldia, o amoestava, e lhe ordenava se aldeasse adonde os Padres lhe sinalassem para lhe poderem assistir, e lhe advertia que pelo bem de suas almas padeciam os Padres nesta Serra os trabalhos com que se não criaram.

Ouvida a carta, se alegrou muito e fêz dela grande estimação, dizendo que se acabava de desenganar, que por ordem de Sua Ma-

jestade tínhamos vindo a esta Serra a tratar de seu bem, e que o mesmo senhor, pelo amor que lhe tinha, o honrava com carta sua, advertindo-lhe e ordenando-lhe o que convinha ao bem seu e de seus vassalos; pelo que pediu logo ao Principal D. Jacobo de Sousa, que já estava aldeado conosco em a Tabainha, lhe mandasse fazer uma casa junto à dos Padres para ir logo lá assistir, e de lá ordenaria a seus vassalos fossem roçar e plantar, para nêste verão seguinte de 98 se mudarem todos, e se aldearem em cumprimento do que S. Majestade lhe ordenava. Para o verão seguinte, se Deus nos der mantimentos, se fará a Aldeia e Igreja em forma, para a qual se vai já tirando a madeira necessária.

Esta tão alegre nova a quisemos dar logo a V.ª R.ª pelo gôsto que sabemos há-de ter de a ouvir, como também todos os mais Religiosos, que têm por Instituto o bem das Almas. Para os que aqui estamos foi de sumo gôsto, e não posso encarecer a V.ª R.ª a alegria grande, que recebemos, pelo muito que até ao presente trabalhamos sempre, e sempre debalde, em a redução dêste principal e desta Aldeia; e quando cuidávamos ter tudo acabado, desandando a roda da fortuna, a víamos cada vez mais perdida. É Aldeia grande. Queira Deus dar-lhe verdadeira constância para que persevere no começado, que o principal dela alcança pouco, presume muito de seu juízo, e não se deixa facilmente reger.

Os que estão já aqui assistentes são doutrinados todos os dias. Baptizamos em os domingos e dias santos, e houve dias de 18, vinte e cinco e mais bautismos; e não há domingo ou festa de guarda, em que não tenhamos ao menos cinco ou seis bautizados».

4. — «Fizemos nêstes dois anos pazes com 3 nações de Tapuias, a saber: com os *Quiratiíus*, com os *Quitaiaíus* e com os *Ocongás*, afim de lhes fazermos também missão [1]. São tôdas nações de corso e dificultosíssimas de aldear. Os Quiratiíus, por causa de uma guerra, que lhe fizeram outros Tapuias seus inimigos, em que lhe mataram e cativaram muita gente, andam ainda perturbados. Os Quitaiaíus, e Ocongás perturbaram-nos os povoadores da Casa da Torre, que como zelam mais os seus gados, que o bem das almas, situaram nêste verão alguns currais nas suas terras, que ficam ao pé desta Serra,

1. Os *Quiratiíus* ou modernamente *Carateus* (ou *Crateus*) habitavam o sertão e vila do mesmo nome nas margens do Poti, afluente do Parnaíba.

para a parte do sertão, pelo que se retiraram delas os ditos Tapuias, e se foram para o rio Pará ou Parnaíba, que fica daqui distante, e os caminhos dificultosos, pela qual razão não nos é facil já a comunicação com estas nações.

Intentam mais êstes homens passar a Serra, e em um saco ou enseada de terra, que há daqui até o mar, povoar cinco ou seis sítios, que há capazes de gado, não obstante serem as ditas terras não só dêstes índios, mas também das nações do Tapuia *Reriíu* e do Tapuia *Açonguaçu*, que nelas habitaram sempre, e os anos atrás agregamos a esta missão; e com consentimento de uns e outros, temos arrumado em a mesma terra a nação dos *Aqueduçuguaras* e a nação dos *Quiratiíus*, que pacificamos nêste ano. E admiramo-nos de que uma Casa, que possue tantos currais de gados por espaço de tresentas e tantas léguas de sertão, que possue, queira por cinco ou seis sítios, que se acham nas terras dêstes índios, perturbar a quietação desta Missão. Os Índios levam muito a mal êstes intentos, e muito pior os Tapuias, que como é gentio de corso, e se sustenta do mel e caça, que acha pelos campos e caatingas, não se poderão sustentar se lhes tomarem as terras, em que vivem. E se com as duas nações que demais lhe metemos e acomodamos nessa terra, pela comodidade de os termos mais perto, e lhes poder acudir com a doutrina, se não podem já sustentar com a largueza e abundância que antes, quanto mais se os brancos lhas tomarem. Bem creio que S. Majestade nas sesmarias, que concede aos brancos, não compreende as terras, que são necessárias para a vivenda e passadio dos Índios, que se fazem cristãos e vassalos seus. Porém êstes homens não querem cá admitir razão alguma, antes por fazermos as partes dos pobres Índios, nos chegou um a dizer: que por falarem em terras dois Padres, que estavam em uma das aldeias do Rio S. Francisco, os fizeram amarrar muito bem amarradinhos [1]. Não

1. Isto de serem amarrados é já o «ponto» acrescentado ao «conto», fácil sempre naqueles sertões. Não chegaram a tanto, com os Padres, as Senhoras da Torre (de Garcia de Avila), mas foram gravíssimas as tropelias cometidas pelos seus procuradores e é assunto que se tratará detidamente ao voltarmos às missões do Rio de S. Francisco. A Ânua de 1699 traz, referente à Missão de Ibiapaba: «Ibi etiam a Procuratoribus Dominarum a Torre se Indosque vexari, et de usurpatione terrarum agere, quas Indigenae sempre colere consueverunt, aut in illis venari, eo etiam tribus aliis Tapuyarum nationibus per Missionarios summo cum labore deductis ubi melius per frequentes excursiones, lustrationesque Pagorum institui possint in Fide, quod absque dubio consequi non poterunt, nisi modus

me posso persuadir que tal coisa sucedeu em terras de cristãos, e mais não havendo tido carta alguma da Baía ou Pernambuco, em que se nos conte êste caso. Porém tudo se pode crer dos que em êste sertão tão distante, fóra das justiças e governadores, e tão esquecidos de Deus, vivem à lei da vontade, sem obedecer a outra alguma, mais que à Casa da Torre, de que dependem»[1].

5. — As ameaças da Casa da Torre, se prejudicaram as missões do interior, não atingiram a Serra. E fundou-se, enfim, a Aldeia de Ibiapaba. A qual «em forma», como diz Ascenso Gago, no sítio definitivo em que é hoje a Cidade de Viçosa, data de 1700.

Formou-se de três Aldeias diferentes. Não foi fácil aos Padres reuní-las, porque os Índios delas tinham alguma emulação entre si e os chefes de cada uma queriam continuar a ser chefes sem subordinação de uns a outros. Resolveu-se a pendência, ficando cada qual em seu bairro, com a sua gente, e com as mesmas preeminências de antes, quando viviam separados.

A Aldeia construíra-se em forma de quadra. Concluiu-se a igreja, que já estava principiada antes, «formosa e grande». Pequena, ainda assim, para tanta gente como ia ter a Aldeia. As madeiras da serra, menos compridas do que se requeriam, não permitiam mais grandeza. Ergueu-se a Residência dos Padres «de madeira e barro, coberta de fôlhas de palmeira, que é o mais que permite a pobreza dêstes sertões».

Os Índios dispuseram-se assim: «O principal D. Jacobo de Sousa para a parte do nascente, com todos os seus vassalos; o principal Sal-

---

aliquis insaturabili terrarum cupididate ponatur uni Familiae, quae iam ultra quadringentas alieni soli possidet leucas, ad Indos naturali iure spectantes; praesertim cum nemini Serenissumus Lusitaniae Rex horum tractus terrarum colendos tradat nisi servato Territorio quo carere nullatenus debent, salva aequitate» (*Bras.* 9, 442-443).

1. Conclue: «Com isto peço a santa benção de VR^a^. 25 de Julho de 1697. Por comissão do P. Superior Manuel Pedroso, Filho em Cristo de VR^a^. *Ascenso Gago*». — *Carta Anua do q̃ se tem obrado na missaõ da Cerra de Ypiapaba desde o anno de 1695 athe o de 1697 em q̃ estamos p^a^. o Pe. Alexandre de Gusmaõ da Comp^a^. de JESU Provincial da Provincia do Brazil* (*Bras.* 15, 459-461v).

[No princípio da carta, à margem] «Chegou esta carta no ano de 1698 sendo Provincial o P. Francisco de Matos». [No fim] «Para o P. confessor de S.^a^ Magde. na Frota de 1699». [Ambas estas notas, com letra do P. Andreoni].

vador Saraiva, com os seus, para a parte do poente; e para a parte do sul, fechando a quadra da Aldeia, o principal D. Simão Taminhombá, com seus vassalos».

Ordinariamente nas Aldeias dos Índios bastava uma quadra. Nesta não. Fizeram-se várias carreiras de casas com suas ruas e becos para melhor e mais fácil serventia dos aldeados.

Assente a Aldeia, procedeu o Padre à organização civil e militar «Dividimos os Índios todos em companhias, nomeando-lhes por capitães e cabos a alguns mais beneméritos e de mais autoridade e séquito entre êles; aos quais fizemos fazer suas caixas de guerra, mandando-os os seus principais passar mostra em algumas ocasiões para os ter exercitados e prontos não só para a defensa contra os Tapuias, se se oferecer ocasião, mas também para socorrerem e ajudarem aos Brancos, se o pedir a necessidade».

E veio a inauguração da Igreja. Colocou-se nela a imagem da «soberana Virgem Senhora Nossa da Assunção». Procissão, missa, prática aos Índios e, para maior pompa, o baptismo solene de 25 catecúmenos.

A festa religiosa completou-se com regozijo público e popular: «danças, carreiras e lutas dos Índios, pondo-se-lhes seus prémios para os que melhor o fizessem, como também aos que melhor metessem uma frecha pela roda de uma chave que em distância de 50 passos se lhes pôs por alvo de seus tiros. O que êles fizeram tão bem, que primeiro se acabaram os prémios do que acabassem todos de despedir a seta».

As festas inaugurais duraram três dias. A carta ánua de 1701 diz expressamente que tudo isto se realizara o ano anterior. Não é temerário que se dispusessem as coisas para a festa coincidir com a da própria Padroeira. O dia 15 de Agôsto de 1700 deve pois ser considerado como o dia oficial da fundação da Aldeia de Ibiapaba e da futura cidade de Viçosa.

Depois, os trabalhos de catequese e ensino, comuns a tôdas as Aldeias jesuíticas, com a particularidade de se realizar à tarde, para dar lugar a que a população de uma região agrícola, como esta, se ocupasse durante a manhã e o dia nas suas lavouras [1].

---

1. *Carta annua do que se tem obrado na Missão da Serra de Ibiapaba p*ª. *o Pe. Francisco de Matos da Companhia de JESV, Provincial da Provincia do Brasil*, assinada por Ascenso Gago e Manuel Pedroso, *Bras. 10*, 9-9v; *Bras. 10*, 25. Dêstes

Daqui iam os Padres visitar outras Aldeias de Tapuias, afeiçoando-os e persuadindo-os a deixarem o corso e a se aldearem e serem doutrinados[1]. E os de Ibiapaba conservaram-se em paz com todos. E os Jesuítas ampliaram o âmbito de civilização fazendo novas pazes com os selvagens da Serra, para o interior[2].

Ibiapaba ficou a maior Aldeia da Província, com mais de 4.000 almas. E a população aumentou sempre[3].

6. — Entretanto, procuravam os Padres dar garantias de vida à Aldeia, quanto às indispensáveis subsistências. Porque não obstante alguns subsídios, provindos de Portugal, não havia possibilidade de manter a Aldeia, sem fazendas, por ser a carne a base e garantia da alimentação.

Em 1708 o sustento da Aldeia consistia:

1) Em produtos da Serra: canas, laranjas, frutas e legumes.

2) Em carne, mas as fazendas ficavam a algumas léguas da Aldeia.

---

dois, ambos paulistas, um perseverou na Companhia, outro não. O P. Manuel Pedroso [Junior] para se distinguir de outro P. Manuel Pedroso, dá-se como despedido em 1721 (Bibl. Vit. Em., f. ges. 3492/1363, nº 6). Devia andar já então pelos 60 anos de idade.

1. *Bras. 10*, 26.

2. *Bras. 4*, 104v.

3. O P. João de Brewer, visitador da Aldeia de Ibiapaba, no começo de 1756, atesta que o rol de almas, que lhe deu o P. Rogerio Canísio, superior, foi:

Casais de Tobajaras		869	
Casais de 3 nações de *Tapuias:* Agoanacés, Guacongoaçus e Ireriíus		131	
		1.000	casais precisos.
Número de almas	Tobajaras	5.474	
	Tapuias	632	
		6.106	

Não entraram nêste número os que andavam há anos por fora. AHC, *Ceará*, III, 13 de Fevereiro de 1756. Loreto Couto, no ano seguinte, de 1757, escreve que a Aldeia de Ibiapaba é habitada por mais de dez mil pessoas e a sua milícia consta de doze companhias que se acham sempre prontas para tudo que é do serviço de Deus e de El-Rei e do Estado, Loreto Couto, *Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco*, em *Anais da BNR*, XXIV (1902) 171.

3) Em caça, mas isto só a princípio; nesta data, já não se via na Serra bicho nem ave, pelos índios tudo matarem às frechadas».

4) Em peixe, mas só na quaresma, por o mar ficar longe. Em todo o caso, para a quaresma proviam-se com tempo[1].

Aquele inconveniente das distâncias das fazendas foi-se desvanecendo com o aumento delas. Por volta de 1695, o P. Ascenso Gago situou alguns gados no Rio Camuci, no lugar «hoje denominado Missão»[2]. Foram «os primeiros, diz Ascenso Gago, que se levaram àquêle sertão e a cujo exemplo se povoaram ao depois as terrras adjacentes»[3]. Diz o mesmo Padre, na sua carta de 10 de Outubro de 1695[4], que tencionava comprar 20 ou 30 novilhas para a sua Missão. Foram essas, as primeiras. Para as sustentarem tratou o Padre de angariar terras e de-facto as alcançou nêste período, o mais florescente da missão[5]; obteve outras em 1717 e 1726 o Colégio de Pernambuco em *Imbueira*[6]. Em 1721 eram três as fazendas «e opulentas», diz o P. João Guedes; e que delas, para as despesas da Missão, se vendia anualmente grande número de bois e cavalos[7]. Depois ainda outras terras se agregaram à Missão de Ibiapaba por doações e compras. Arredondando-se tudo, constituiram-se quatro fazendas, que eram em 1759: *Imbueira, Missão, Tiaia* e *Pitinga*[8].

---

1. Representação do Desembargador Soares Reimão, de 13 de Fev° de 1708, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XX III (1913) 174.

2. Vicente Martins, *Noticia Historico-Chorographica da Comarca da Granja*, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XXV (1911) 190.

3. *Datas e Sesmarias*, III (Fortaleza 1925) 102.

4. Vd. supra, Cap. III.

5. *Datas e Sesmarias*, III, 102; V, 184-185; Cf. Eusébio de Sousa, *Indice Geral Alfabético e remissivo das Datas de Sesmarias do Estado do Ceará* (Fortaleza 1933) 47.

6. *Ib.*, X, 79; XI, 155-156.

7. Carta do P. João Guedes, de 14 de Julho de 1721, *Bras. 4*, 212v.

8. O Inventário delas deu um total de 4.709 cabeças de gado vacum, 470 de gado cavalar e 200 de gado miudo (Vicente Martins. *O Hospicio dos Jesuitas de Ibiapaba*, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XLIII 1930) 118; Studart, *Notas para a Historia do Ceará*, 241. Era o fundo de sustentação dos Missionários, do culto público, dos gastos nas entradas e do pessoal. À primeira vista, muito. Pouco, para o tempo e por confronto. Num leilão em 1732 arremataram-se cem cabeças de gado vacum, de tôda a sorte, pelo insignificante valor de 1.000 reis a cabeça (*Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVI (1922) 390-391). A fazenda de Tiáia, depois do sequestro, aplicou-se ao hospital de Viçosa. Observa Milliet de Saint-Adolphe que, mal administrada, logo entrou em decadência (Cf. Gurgel, *Dicionário*, 349).

7. — Assim, solidamente fundada, a Aldeia reveste depois de 1700 o carácter estável de tôdas as mais, com a particularidade de ser a maior do Brasil, e da sua posição entre Índios inquietos, o que alargava o âmbito da catequese por tôda a extensão da Serra, mas que às vezes a vinha também pôr em perigo.

Logo em 1701 uns Tapuias *Critiguadus*, vindos a resgatar farinhas e mandiocas, não contentes com o que compravam e lhe davam os *Tobajaras*, deram para furtar e destruir as roças sem escapar as dos Padres. Os Padres com um grupo de Índios foram ao seu rancho repreendê-los. Mas êles receberam-nos em som de guerra. O seu chefe *Matipucu*, dependurou no ômbro a *itamarana*, pôs a seta no arco, bateu o pé, e apelidou os seus. Os Tobajaras preparam-se para a luta e não valiam razões. Afinal, prevaleceu o respeito aos Padres que impôs a retirada dos Critiguadus. Pouco depois Matipucu voltou a Ibiapaba, com uma ferida horrorosa num pé, buscando os Padres para lhe darem remédio. Não foi eficaz o do corpo, mas sim o da alma, que se baptizou antes de falecer[1].

Aos Jesuítas competia o govêrno da Aldeia. O govêrno, que no tempo do P. Vieira era temporal e espiritual, sofreu alguma quebra na reconstituição do fim do século, quando o P. Ascenso Gago baixou os índios para mais perto da Fortaleza.

El-Rei ordenou, a 8 de Março de 1693, que aos Padres pertencesse a jurisdição espiritual e que a temporal ficasse ao Capitão-mor, com a condição de não vexar os Índios[2].

Voltando os Índios para a Serra, a Aldeia entrou pouco a pouco no regime geral das mais Aldeias do Brasil.

A Aldeia era lugar de óptima defesa. Por motivos de maus tratos recebidos em Fortaleza revoltaram-se os selvagens contra Aquirás, Acaraú e outros lugares. Depois de mil depredações, atreveram-se também com Ibiapaba. Os vaqueiros pediram acolhida na Aldeia. Ascenso Gago, feito pela necessidade, comandante geral, organizou a defesa, e tão bem, que salvou a Aldeia.

Os Chefes militares do Ceará destroçaram os sublevados com morte de perto de 400, ferindo outros, e afugentando ou cativando os restantes[3].

---

1. *Bras. 10*, 10v-11.

2. *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVI (1922) 228.

3. Carta de Andreoni, de 15 de Junho de 1714, *Bras. 10*, 104-105, publicada nesta parte, por Studart, (*Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVI (1922) 77-79). Na

Outra tempestade tiveram que vencer os Padres de Ibiapaba, movida, desta vez pelo cura de Acaraú, João de Matos Monteiro, que porfiava em demonstrar por todos os meios não ser util que a Aldeia de Ibiapaba se administrasse pelos Padres da Companhia. Tudo vinha, afinal, a dar nisto: que os Padres se retirassem, que as terras ficassem para os moradores, que êstes se pudessem amancebar livremente com as índias da missão, e que os índios os servissem. A papelada, a que isto deu lugar, é incrivel, processo e contra-processo, tudo no Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa.

O caso diz-se em duas palavras. Por causa daquelas revoltas de 1713, que puseram em grave risco as capitanias do Ceará e Piauí, enviou o governador de Pernambuco Felix José Machado ao Ceará o P. João Guedes, com o fim de evitar que os Índios aldeados se unissem aos revoltosos. O Padre, verificando que os moradores viviam em mancebia com indias tiradas da Aldeia, expôs o caso ao Prelado de Pernambuco, que lavrou uma Pastoral pronunciando excomunhão contra os que retivessem índias em casa e não as repusessem na Aldeia no prazo de três dias. Muitos, com mêdo à pena canónica, as repuseram. Mas o P. João de Matos Monteiro recusou-se a admitir a Pastoral e declarou que nenhum caso se devia fazer dela, nem da sua excomunhão.

Aberto o debate, surgiram os desforços e até calúnias contra os Padres Ascenso Gago e Francisco de Lira e recorria-se a meios como êste: o Cura de Acaraú pedia aos moradores que assinassem certidões para enviar a El-Rei. Apresentava duas, uma correcta, outra com as calúnias correntes. Lia a primeira, a correcta, e depois fazia-as assinar ambas, dizendo que a segunda era duplicado da primeira. Naquele tempo tudo era possivel [1].

---

referência de Andreoni alude-se a Índios Tapuias, sem se lhes citar o nome; e depois aos *Guanacés* ou *Anacés*, que a êles se juntaram, aumentando o perigo. J. Brígido escreve que os moradores de Acaraú com o seu missionário «se foram abrigar na Ibiapaba, onde os *Tobajaras* se conservaram fieis sob a direcção do missionário jesuíta Ascenso Gago», *Resumo Chronologico*, 55. Acaraú até o século XIX chamava-se Acaracu. Usamos a forma actual.

1. A acusação mais grave é esta: que o P. Ascenso Gago chegou a «dottar com doze ou quinze mil cruzados huma filha que casou, cujo dinheiro se ajuntou por meio dos Índios que em seu serviço o ganharão, carregando sal para o Piaguy a troco de vacas com que povoou varios sitios». Sabendo como a Companhia afasta inexoravelmente do seu seio, quem por infelicidade prevarica nesta matéria,

IGREJA DA ALDEIA DE IBIAPABA

Sacrário da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, obra de talha da primeira metade do século do XVIII.

Naturalmente, tudo isto chegou a Lisboa. Chegou até um requerimento do P. João de Matos Monteiro pedindo mercê dos seus serviços. O Conselho Ultramarino, em 1726, examinou-o e declarou que êle não era digno de mercê, mas antes de «exemplar castigo», «como clérigo perverso e revoltoso». E achando-se êle então na côrte, foi-lhe proibido voltar ao Brasil, sob pena de se dar por «desnaturalizado» [1].

8. — A Missão de *Ibiapaba* continuou a progredir. Reconstruiram-se ou ampliaram-se as casas da Residência. Ampliou-se e embelezou-se a igreja, e ergueu-se uma torre [2].

---

procuramos seriamente se a acusação teria algum fundamento. Achamos que o Padre tinha na capitania do Ceará quatro sobrinhas. Di-lo uma carta do próprio Padre, pedindo isenção para elas dos dízimos em terras que possuiam de sesmaria (Carta do P. Ascenso Gago, de 5 de Março de 1702, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XXVI (1913) 165. Concederam-na em Lisboa, em 1704, «por uma vida». Achamos também na *Noticia historico-chorografica da comarca da Granja*, pelo P. Vicente Martins (*Rev. do Inst. do Ceará*, XXV (1911) 174): «O capitão-mor Pedro da Rocha Franco casou-se com uma moça educada pelo P. Ascenso Gago, de cujo casamento teve muitos filhos, os quais se estabeleceram em diversos pontos, a saber: Pedras de Fogo, Ibuaçu, Viçosa e outros». Mais uma vez a calúnia transformava em filhas as sobrinhas ou educandas. Nesta data já não existia o P. Ascenso Gago para pessoalmente desmentir ou castigar a calúnia. Tinha falecido a 17 de Maio de 1717, no caminho, indo de Ibiapaba, para a Baía (*Hist. Soc. 51*, 27). Era natural de S. Paulo, onde nasceu em 1665, segundo o catálogo de 1694, que diz: «P. Ascensus Gago, Paulopolitanus, annorum 29, bona valetudine, admissus Bahyae anno 1680; studuit humanitati per sesquiannum; Philosophiae per triennium, Theologiae 2 annis. Docuit Grammaticam per triennium. Versatur inter Indos in Cearâ Magno, quorum Superior est; et eorum lingua optime callet» (*Bras. 5*(2), 102v). Fez a profissão solene, a 2 de Abril de 1706 (*Bras. 6*, 37v). E foi-lhe expressamente concedida, em atenção aos seus trabalhos, por mais de 10 anos seguidos, com os Índios do Ceará (*Bras. 10*, 53).

Incansável continuou até à morte, na mesma obra de cristianização e pacificação dos Índios, em perpétuas excursões apostólicas, ao perto e ao longe, por tôdas as ramificações da Serra de Ibiapaba. Pode e deve ser considerado o seu maior missionário.

1. AHC, *Ceará, I, Papeis Avulsos* (1724, 9 de Janeiro de 1725, 1726). Ainda em 1745 se tornou ao assunto: as intermináveis rabulices dos sertões! Deu-se por despacho: «Vista. Guarde-se». Lisboa, 30 de Agosto de 1745, AHC, *Ceará*, III, *Papeis Avulsos*, 30 de Agosto de 1745.

2. A igreja estava separada da residência, que era de pedra de alvenaria por um intervalo de 40 palmos. Do arco do cruzeiro à parte principal eram 110 palmos de vão, e de largo 45 palmos. Ornavam-na as imagens de Santo Antonio,

Para os brancos, que por ali passavam com frequência, a caminho de Piauí, edificou-se a «Casa de Hóspedes», por se ter verificado, que de ficarem os transeuntes nas casas dos Índios, se seguiam desordens e consequências desonestas. Numa representação dos Índios de Ibiapaba a El-Rei, examinada no Conselho Ultramarino, reclamam os Índios que os que passam pela Serra «desencabeçam» as suas filhas e mulheres a que fujam com êles; e que, portanto, se alojem na «Casa de Hóspedes» que os Padres mandaram erguer para êsse fim [1].

Os Índios também obtiveram terras de lavoura, e com boa administração e previsão se garantia o que era mister para assegurar a vida no tempo das secas. Entretanto também se galardoavam os principais com honras e hábitos das Ordens Militares Portuguesas, e títulos de Dom; e assim se ia vincando nêles tão fundamente a civilização cristã, que ainda hoje dentro da unidade brasileira o Ceará é um dos Estados mais radicados na fé.

Mas tôdas as grandes obras de Deus têm o seu pago humano. A 4 de Junho de 1759, chega à Aldeia o Ouvidor de Pernambuco Bernardo Coelho da Gama Casco com luzido acompanhamento. Vinham para prender e exilar os Padres [2]. O Piloto Manuel Rodri-

---

S. José, S. Francisco Xavier, e Santo Inácio. Nos altares laterais, Santa Ana e Nossa Senhora, de rara perfeição, e o arcanjo S. Miguel. Tinha um amplo côro e duas sacristias, do comprimento da capela mor (41 palmos), com portas para a igreja e para a rua e com janelas para a cêrca dos Padres (Studart, *Notas para a História do Ceará*, 215-216). António Bezerra visitou-a em 1884. Diz que a capela mor ainda é do tempo dos Jesuítas. O resto já não, excepto a torre, que achou em grande desleixo. «Observei, diz êle, no fôrro da capela-mor doze quadros coloridos simbolizando diversas passagens bíblicas, como David a tocar harpa, Daniel na cova dos liões, e outros, tendo tão vivas ainda as cores, que pareciam acabados de pouco», Antonio Bezerra, *Notas de viagem ao norte do Ceará*, 2.ª ed. (Lisboa 1915) 90.

1. AHC. *Ceará, Papeis Avulsos*, I, ano 1720.

2. Era superior o P. Rogério Canísio, natural de Colónia, na Alemanha. Entrara na Companhia com 20 anos, no dia 17 de Outubro de 1731 (*Bras.* 6, 407). Fôra algum tempo companheiro de missões do P. Gabriel Malagrida, cujo elogio faz, como homem de Deus (*Carta do P. Rogerio Canísio da Companhia de Jesus, a D. Mariana de Austria, Rainha de Portugal, e escrita 15 anos antes da estrangulação do P. Malagrida*, do Real Hospício do Ceará, 22 de Abril de 1747, publicada por Alberto Lamego, *A Terra Goitacá*, III (Bruxelas 1925) 436-440). Canísio faleceu nos Cárceres de S. Julião da Barra, a 6 de Abril de 1773 (Carayon, *Doc. Inédits*, IX, 179). O seu nome de família era Rötger Hundt. Cf. *P. Rötger Hundt S. J. auch Rogerio Canisio oder Canisius Germanus gennant* em *Saurländisches*

gues dos Santos, que também vinha, escreve: «Pelas 10 horas da manhã entramos na Aldeia de Ibiapaba, freguezia de Nossa Senhora da Assunção; e tôda a comitiva, que vínhamos, receberam os dois Reverendos Padres da Companhia, com todo o amor e caridade»[1]. Presos e exilados, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção foi entregue ao Pároco que os veio substituir; mas até humanamente falando não foram inúteis os suores dos Jesuítas. Ibiapaba elevou-se a vila, e grande vila, para o tempo, com os 4.800 índios que a habitavam, sem contar os dispersos.

Chamou-se *Vila Viçosa Real*[2].

Hoje cidade, e das mais belas e progressivas do Ceará, Viçosa, rodeada de fontes, clima salubre, céu magnífico, jardim perpétuo, é também perpétuo atestado da clara visão dos fundadores.

Familienarchiv, Paderborn, n.º 4 (1905) p. 92-98, biografia com um pequeno desenho dos cárceres de S. Julião. Alguns autores dão o dia de sua morte, a 16 de Abril.

1. *Derrota da Jornada do mestre piloto Manoel Rois dos Santos por onde consta as qualidades de que se reveste a serra de Ibiapaba desde que chegou ao porto do Camossim*, em Studart, *Notas para a História do Ceará*, 206.

2. Termo de erecção em Studart, *Notas para a História do Ceará* (Lisboa 1892) 226-227; *Hist. Pers. Bras.* do P. Silveira, exemplar da Univ. Gregoriana, cód. 138, f. 258; Caeiro, *De Exilio*, 144.

CAPÍTULO V

Real Hospício do Ceará

1 — Primeira ideia do Hospício em Ibiapaba; 2 — Na Fortaleza e primeiros estudos; 3 — Em Aquirás; 4 — Fundação do Seminário; 5 — A noite de Natal de 1759.

1. — A história dêste famoso Hospício é quási a da sua fundação material. História árida, portanto. Não deixa, contudo, de ter o seu interesse para conhecimento do ambiente e pelas informações subsidiárias que encerra, parte integrante da história da Companhia e do próprio Ceará.

Entende-se por Hospício uma Casa ou Residência grande, cabeça de toda a Missão, *diferente* das casas das Aldeias. A ela se acolheriam os missionários das Aldeias para repousar, de vez em quando; e dela, os missionários, que a habitassem de assento, iriam fazer missões às Aldeias e ao sertão. Seria também uma como enfermaria geral dos missionários onde se recolhessem os doentes ou alquebrados pela idade. A êste conceito primitivo acresceu, mais tarde, outro, de estudos, vindo a ser êste Hospício o primeiro Seminário e o primeiro estabelecimento oficial de ensino de Latim e Humanidades no Ceará.

A primeira ideia do Hospício pertence ao P. Ascenso Gago. Pelos serviços prestados por êle e pelas suas informações, D. Pedro II escreveu a 8 de Janeiro de 1697 duas cartas idênticas, uma ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, e outra ao Governador do Maranhão, António de Albuquerque Coelho de Carvalho:

«Tenho resoluto que no Ceará se faça um Hospício para assistirem nêle os Padres da Companhia, que têm à sua conta a missão daqueles sertões, e porque o P. Ascenso Gago avisa ser conveniente situarem-se os Índios em Aldeias pela costa, que dista do Ceará ao Maranhão duzentas léguas, e se lhes deem de sesmarias as terras,

que ficam desde a barra do Aracati-Mirim até à barra do Rio Temona, cortando desde as barras dos ditos rios a rumo direito para a Serra da Ibiapaba, entrando na sesmaria tudo o que os rumos apanharem da Serra até entestar com os Campos Gerais que lhe ficam da outra parte», mando ao Governador que assim o faça e dê ajuda aos Padres e gentio para que «se movam os mais a abraçarem a nossa amizade».

Para a fundação e sustento da Casa dava El-Rei, de uma só vez, 6.000 cruzados, e a côngrua necessária por 6 anos, até terem rendimento próprio, que segundo as possibilidades da terra, consistiria na criação de gado. Para isso ordenava El-Rei àqueles Governadores limítrofes que dessem as terras indispensáveis [1].

Dificuldades no pagamento da côngrua assinada, fizeram adiar a fundação do Hospício, por muitos anos. Entretanto, chegou o P. João Guedes e outros, que eram de parecer que Ibiapaba e todo o Ceará ficassem unidos não ao govêrno do Estado do Maranhão, mas ao govêrno de Pernambuco isto é, ao Estado do Brasil. Para êsse efeito foi a Lisbôa em 1720. E com êle, outros. Apresentaram-se a El-Rei três representações: do P. João Guedes, da Companhia de Jesus, do P. António de Sousa Leal, clérigo do hábito de S. Pedro; de D. Jacobo de Sousa, principal de Ibiapaba, todas três examinadas pelo Conselho Ultramarino [2].

João Guedes ainda estava em Lisboa, a 14 de Julho de 1721 a cuidar da jurisdição e a ultimar o que convinha ao Hospício, que o desenvolvimento das Capitanias do Ceará e do Piauí tornava neces-

---

1. Bibl. de Evora, cód. CXV/2-18; *Anais do Pará*, 107-108; Studart, *Notas para a História do Ceará*, 217-219, que publica na íntegra as duas cartas, assim como em *Datas e Factos*, I, 101-104.

2. Cf. AHC, *Ceará, Papeis Avulsos*, I, 1720. Diz Studart, fundado nas *Notizie* do P. Manuel Pinheiro, que em 1720 aportaram a Pernambuco, na frota, o Padre João Guedes com os Principais da Serra, mestre de Campo D. Filipe de Sousa, filho de D. Jacobo de Souza, que faleceu em Lisboa, e o capitão Cristovão de Sousa (*Notizie delle fatiche soferte dai NN. PP. nel prendere il possesso delle popolazione del Siará* (*sic*), pelo P. Manuel Pinheiro, publicado por Studart, *Duas Memórias do Jesuíta Manuel Pinheiro*, 3, 28). Dizem também as *Notizie*, que foi por influxo de Maia da Gama, Governador do Maranhão, que a população da Serra ficou unida ao Maranhão: Maia da Gama só começou a governar em 1722, posteriormente a êstes factos. As *Notizie*, redigidas pelo P. Pinheiro, na Itália, tantos anos depois, contêm outras inexatidões ou infidelidades de memória.

sário. Alcançou de El-Rei Dom João V, a 17 de Março de 1721, o Alvará da fundação; mas no seu pensamento havia já a ideia de o deslocar do primitivo sítio, Ibiapaba, para outro mais central, donde os Padres irradiassem para aquelas Capitanias e também pudessem descobrir e missionar os índios escondidos na serra do Araripe, mais dilatada e distante. No Alvará ainda se fala em Ibiapaba, mas já se distinguem nitidamente a *Casa do Hospício* e a *Serra de Ibiapaba:* no «*Hospício*, que ora mando estabelecer, há-de haver 10 missionários da Companhia de Jesus e entre êles alguns Alemães, para o que mando escrever ao Reverendo Geral da Companhia»; «e tenho entendido que para a *Serra de Ibiapaba* se mandem mais dois missionários». El-Rei manteve a dotação anterior de 6.000 cruzados, a pagar em três anos (dois mil por ano), para a construção da Casa. E que, além disso, se dessem de côngrua, anualmente, a cada um dos dez missionários, 40.000 reis [1].

João Guedes voltou logo ao Brasil e seguiu para Ibiapaba onde já o dá o catálogo de 1722 [2]. Mas pouco se demorou, porque a idéia do Hospício tinha baixado definitivamente da Serra para a costa do mar.

2. — Posta de parte a fundação do Hospício em Ibiapaba, pensou-se na Fortaleza. Data de 1656 o primeiro contacto dos Jesuítas com a povoação do Forte, quando ali estêve o P. António Ribeiro. Outros por ali passaram, e até um, o P. Cócleo, chegou a ser capelão dela.

A primeira casa, própria sua, que possuíram na Fortaleza os Padres da Companhia deve datar de 1723. Escreve o P. João Guedes, em Outubro de 1727:

«Está a fazer quatro anos que chegamos ao Ceará onde na casa, que compramos e ampliamos, vivemos com suficientes cómodos quatro Religiosos. Abrimos escola e ensinamos a muitos meninos, a ler, escrever, e contar e os primeiros elementos da Latinidade; e praticamos os demais ministérios» [3].

---

1. Alvará, em Studart, *Notas para a História do Ceará*, 219-220; Abreu e Lima, *Synopsis*, 185; *Bras. 4*, 225-225v, 298-299v, 302-302v.

2. *Bras. 6*, 113.

3. *Bras. 4*, 377; Cf. BNL, *Col. Pomb.*, 672, f. 114.

Os quatro Religiosos fundadores eram o P. Guedes, o P. Felix Capelli, professor, o P. Manuel Baptista, dado a ministérios, e o Ir. Manuel da Luz, coadjutor [1].

Nesta altura, Outubro de 1727, já estavam havia um mês em Aquirás. Mas antes estiveram em Fortaleza e a casa vê-se perfeitamente num mapa a côres que o Capitão-mor, Manuel Francês, apresentou em Lisboa como demonstração dos seus serviços, mapa importante para a história da capital cearense. Uma breve descrição permite-nos identificar o local dessa primeira séde do Hospício do Ceará.

---

1. O P. João Guedes, que algumas vezes assina Guincel e cujo verdadeiro nome é Ginzel, sendo Guedes a sua aproximação portuguesa, natural de Komotau, na Boémia, embarcou, de Lisboa para o Brasil em 1694, com 34 anos. Logo foi trabalhar com os Índios. A 20 de Outubro de 1696, na *Relação* feita pelo P. Bourel da expulsão dos Padres da Missão de Rodela, Rio de S. Francisco, pelos Índios da Casa da Torre, o P. Guedes subscreve-se «Missionário na Aldeia de Zorobabé». Depois com o P. Manuel Ribeiro, desceu os «*Orises*», para serem aldeados (*Bras.* 9, 435v); e pelo Açú e Jaguaribe entra no Ceará, de que havia de ser incansável missionário até à morte, a 11 de Fevereiro de 1743, no mesmo Hospício que fundara (*Hist. Soc.* 53, 173). Na lista dos Reitores de Olinda, faz-se a menção do seu nome «a die 5 Oct. 1716» (Bibl. Vitt. Em., f. Ges. 3492/1363, n.º 6).

O P. Felix Capeli [Capelly] natural de Lisboa, onde nasceu a 28 de Março de 1688, entrou na Companhia a 31 de Outubro de 1703 e embarcou para o Brasil em 1705 (*Bras.* 6, 121; Franco; *Synopsis*, in fine). Fez a Profissão solene, no Recife, a 21 de Novembro de 1723 (*Lus.* 14, f. 229-229v).

O P. Manuel Baptista, diz Loreto Couto, «trinta anos viveu na contínua tarefa de ganhar almas a Deus. Assistiu aos Índios do Ceará, onde com grande esplendor de virtudes finalizou a vida no fim de Julho de 1756 quando contava 75 anos de idade e foi o primeiro sepultado na igreja de Nª. Sª. da Assunção do dito Hospício» (Loreto Couto, *Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco*) em *Anais da BNR*, XXIV (1902) 350; Cf. Heliodoro Pires, *A Paisagem espiritual do Brasil no século XVIII* (S. Paulo 1937) 55. Loreto Couto fá-lo natural de Santa Cristina, Arcebispado de Braga, mas os Catálogos da Companhia dão-no do Pôrto, assim como a data da sua morte a 26 de Maio de 1756 (Bibl. Vit. Em., f. Ges. 3492/1363, n.º 6). Tinha entrado na Companhia, a 14 de Agosto de 1699, com 17 anos de idade (*Bras.* 6, 120).

O Ir. Manuel da Luz, estava no Rio, em 1706, com o cuidado da botica e conhecimentos médicos, e pediu ao Geral para passar à Índia, onde eram precisos homens com essa prática: «cuido poderei de algum modo concorrer, por êste meio, para o bem das almas, meu único intento» (Carta de 23 de Janeiro de 1706, *Bras.* 4, 114). Naturalmente, o P. Geral achou que o Ir. Manuel da Luz no Brasil, com os seus conhecimentos médicos, também poderia salvar almas. Os Catálogos dão-no como de Proença. Faleceu no Recife, a 12 de Agosto de 1735 (*Bras.* 6, 197).

Em cima do mapa, no ângulo direito, está a Fortaleza, com a bandeira Portuguesa (branca e o escudo ao centro) e 3 peças de artilharia visíveis, uma a disparar. Entre o forte e o regato, uma casa assobradada, e entre o regato e mar, outras. A seguir à Fortaleza, na mesma linha, para o interior, uma casa pequena e depois a Casa da Câmara, com 12 portas e outras tantas janelas. Em frente da Câmara e do Forte, a Praça com os símbolos municipais, coincidindo o pelourinho, com a frente da Câmara, e a forca com a da Fortaleza. Do lado oposto da praça, no ângulo sul, junto ao arroio, na margem esquerda dêle, no cotovelo que faz antes de se lançar no mar, a «*Casa dos P.es da Companhia*», assim escrito em cima dela; e por baixo: «Fez de novo o Capp.am Mor»[1].

As casas da Fortaleza, então, umas eram cobertas de telha e outras de palha, indicando-se a telha, a vermelho. A Casa da Companhia, encimada por uma cruz, é de telha.

No ângulo superior esquerdo da Praça, em frente à Câmara, um pouco ao lado, a capela ou igreja de S. José de Riba-Mar, com a nota: «reedificou o Capp.am mor». No lado oriental da praça, as moradias, e mais algumas do outro lado, entre o regato e o mar. Aqui e além, árvores e palmeiras. Na parte sul do mapa, uma pequena enseada, com um navio ancorado. *É Mucuripe*. O regato é o *Japeú*. Junto dêste regato, naquela casa, moravam pois os Padres, enquanto se debatia qual seria melhor, se ficar aí, em Fortaleza, ou ir para Aquirás[2].

Sucedeu que no ano de 1723, se criou em Aquirás a Comarca do Ceará, facto que deve ter influido na escolha. Era ouvidor, José Mendes Machado, por alcunha o «Tubarão». «Espírito atrabiliário e rixoso, o ouvidor Mendes Machado, diz o autor da *História do Ceará*, constituiu-se um elemento de desordem, indis-

1. «De-novo», isto é, fez-se durante o govêrno do Capitão-mor, sem existir outra antes; ou «de-novo», a saber, que se ergueu no local de outra já velha que existisse antes e se arruinasse. De qualquer maneira é evidente a intervenção do Capitão-mor, para o alegar como serviço público, o que não exclue empréstimo ou compra e ampliações por parte dos Jesuítas. Sítio onde está hoje, aproximadamente, o Palácio e Cúria Arquiepiscopal.

2. «Villa nova da Fortaleza de Na. Sa. da Assumpssão da Capitania do Ceará Grande que S. Magde q̃ Deos gde foi cervido mandar criar» (AHC, *Ceará, Papeis Avulsos*, I, 17 de Julho de 1730 — *Justificação de serviços do Capitão-mor Manuel Francez*. — Reproduzimos o mapa.

pondo-se com o capitão-mor, a Câmara da população de Aquirás»[1]. O irrequieto Ouvidor provocou a guerra civil; e na sua viagem de correição pela Ribeira do Acaraú fomentou as calúnias que o cura dali levantou contra a Companhia.

Tudo eram obstáculos à erecção do Hospício. João Guedes tomou a resolução, em 1725, de ir informar o governador de Pernambuco, daquela guerra civil, na qual até à sua saída já tinham perecido miseravelmente mais de 80 pessoas.

Foi de parecer o Governador e nêle o acompanharam os Reitores dos Colégios de Olinda e Recife, que João Guedes fosse a Lisboa para que a Côrte soubesse de fonte digna de crédito tão lamentáveis sucessos. Guedes chegou a Lisboa no dia 30 de Novembro de 1725.

Aproveitou a oportunidade para desfazer os enredos do cura de Acaraú e procurar garantias para a construção efectiva do Hospício do Ceará[2]. Também não deve ser alheia à informação dos Jesuítas de Pernambuco, a Ordem do Rei Magnífico, de 11 de Maio de 1725, mandando erigir em vila a Fortaleza e seu aglomerado, acto memorável para a vida municipal, definitiva e autónoma, de Fortaleza, e que se realizou a 13 de Abril de 1726. O Capitão-mor nomeou os primeiros funcionários da Câmara ou Prefeitura do novo Município. Reuniu-os. E convocando a nobreza, ordenanças, soldados e índios, toda a gente da povoação, gritou, por três vezes.

— «Viva o poderosíssimo Rei D. João o Quinto nosso Senhor»!

Todo o povo repetiu a fórmula clássica, inaugural, ao som de caixas e charamelas. Levantou-se o pelourinho. E escreve êle próprio: «espero com a ajuda de Deus Nosso Senhor tenha Sua Majestade em breves anos nesta vila, que mandou criar, uma nobre povoação». Não se enganou o Capitão-mor. Ainda houve dares e tomares com Aquirás, mas enfim Fortaleza prevaleceu e é hoje a mais nobre povoação do Ceará, como capital do Estado[3].

---

1. Cruz Filho, *História do Ceará* (S. Paulo, s/d) 89.

2. Carta de João Guedes, de Lisboa, 8 de Dezembro de 1725; *Bras. 4*, 302; Cf. *Ib.*, 257-258v; 298-299v; *Inéditos relativos ao levante ocorrido na Ribeira do Jaguaribe no tempo de Manuel Francez e do Ouvidor Mendes Machado* (66 documentos) por Studart, na *Rev. do Inst. do Ceará*, X, 142-208.

3. Cf. Acta da criação da «Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção do Ceará Grande», a 13 de Abril de 1726, e Carta do Capitão-mor, Manuel Francez comunicando o facto à Câmara de Aquirás, de 17 de mesmo mês, em Studart, *Datas e Factos*, 174-175. A primeira vila do Ceará foi S. José de Ribamar.

Tinha o P. Guedes pedido ao Geral oferecesse a El-Rei o título de Fundador do Hospício, e, em sinal de gratidão, certo número de missas. De Roma preguntaram a que título. Foi ocasião esta para o P. Guedes nos deixar discriminada a situação económica do Hospício, nessa época. El-Rei já tinha dado os 6.000 cruzados para o edifício. Os 16.000 da côngrua (a 4.000 por ano) atrasados, ainda não se haviam recebido por desinteligências entre os Provedores do Ceará e do Rio Grande do Norte, mas levaria agora Provisão de El-Rei para os pagar o Provedor de Pernambuco, agora e de futuro. Para a construção da casa, prometia-lhe El-Rei mais 4.000 cruzados. Não seria muito, mas chegaria, atendendo-se ao meio, onde os gastos eram menores por não haver pedra; até a Fortaleza era de madeira e taipa de pilão [1].

3. — A falta de materiais em Fortaleza foi precisamente um dos motivos invocados para recair a escolha em Aquirás para séde do Hospício. Outros motivos: o apêrto do terreno em que estava a casa da Fortaleza: dum lado o forte, do outro, o riacho; abriu-se dentro da cêrca um poço: benefício sem dúvida, mas, tendo-o os Padres pôsto à disposição dos soldados e moradores, a afluência dêstes seria um elemento de perturbação à vida religiosa. Outro inconveniente, notado também pelo P. João Guedes que estava com a ideia em Aquirás: à roda da casa tudo eram areais e não haveria lugar acomodado para repouso dos alunos e Padres quando viessem retemperar as forças gastas nas missões: e terreno, para o ampliar, como convinha, não havia ali junto, nem dado nem comprado.

Soube o Coronel João de Barros Braga que o P. Guedes pensava em fundar o Hospício em Aquirás e ofereceu-lhe sítio com área de meia milha; vendeu-lhe uma cêrca, por 500 escudos, onde se poderia cultivar todo o género de frutas e legumes e até cana de açucar. O mesmo benfeitor já tinha dado antes outra milha de terra, boa para pastios, que, com outros benefícios, se pode computar tudo em mais de 900 escudos.

Estêve em diversos sítios, um dos quais Fortaleza, fixando-se por último em Aquirás. Entre as discussões levantadas entre ambas as vilas, está, em 1756, a que dizia respeito à prioridade de cada qual, Id., *ib.*, 269, 288, 289.

1. Carta do P. João Guedes, de Lisboa, 10 de Abril de 1726, Gesù, *Missiones*, 721.

João Guedes conta isto ao Geral para justificar a sua escolha e para mover a conceder, das missas que se dizem por sua intenção, uma cada semana em sinal de gratidão para com o benfeitor. E fala em milhas e escudos para se fazer entender em Roma, pois o escudo era então moeda romana. E acrescenta que se opunham à fundação do Hospício em Aquirás o Governador e o Bispo de Pernambuco e até o Provincial da Companhia de Jesus no Brasil [1].

Afinal prevaleceu a vontade do P. Guedes, e o Hospício estabeleceu-se definitivamente em Aquirás. E deve datar-se de 1727 a sua fundação [2].

4. — A primitiva ideia de *Hospício*, casa central de missionários, evolucionou logo para outra correlativa e mais ampla: a de ser simultaneamente *Seminário* de alunos internos (não apenas externos, como na Fortaleza e nos Colégios), onde se formassem os filhos dos moradores dispersos pelas fazendas e pelo interior. «Os moradores daquelas Capitanias do Ceará e do Piauí querem mandar os filhos aos estudos que já se ensinam no dito Hospício, mas não se resolvem a mandá-los por não acharem casas em que os possam acomodar sem perigo de se perderem pela grande soltura em que comumente se vive nos sertões». Propunha João Guedes que em vez de os meninos se recolherem em casas particulares, se fizesse um Seminário, onde vivessem sob autoridade dos Religiosos, com o que aproveitariam também mais nos estudos.

Para a construção do Seminário, anexo ao Hospício, determinou El-Rei que se dessem mais 6.000 cruzados, metade a cobrar do rendimento das multas judiciais das Capitanias do Ceará e Piauí e a outra parte de outros rendimentos da fazenda real [3].

Três anos depois, já estava o edifício armado e ainda não se tinham cumprido as ordens régias. Representa-o João Guedes, que já assina «Superior do *Real Hospício do Ceará*», e a 2 de Junho de 1730 resolve-se que se pregunte aos ouvidores porque não teriam cumprido aquela ordem [4]. Questões de mero expediente, que provo-

---

1. Carta do P. João Guedes ao P. Geral, *Ex Residentia Searensi (sic)*, 17 de Outubro de 1727, *Bras. 4, 277-277v*

2. Cf. Studart, *Notas para a História do Ceará*, 223. A escritura de doação tem a data de 6 de Setembro de 1727, Id., *Datas e factos*, 1, 177.

3. Despacho de 6 de Abril de 1726, AHC, Cód. 55, f. 297v.

4. AHC, *Ceará, Papeis Avulsos, 1729, 21 de Junho.*

cam às vezes informações úteis. Diz o Governador de Pernambuco, em 1731:

O Hospício está «em bom sítio, tendo os Padres dentro da cêrca um olho de água nativa, achando-se já nela cinco Padres e dous leigos, com dormitório capaz em que vivem e uma pequena ermida aonde dizem missa, estando de próximo para fazer igreja. A dita obra é tanto do serviço de Deus que nenhuma outra a excederá por estar no meio de uns sertões, os maiores desta América, entre o Maranhão, e esta Praça de Pernambuco, povoada de criminosos e muitos mulatos de larga vida, uns criados entre as feras que nêles há e outros dêsse Reino com os mesmos costumes, vivendo alguns em sítios que distam das igrejas 20 e 30 léguas com pouco temor de Deus e das justiças. *Da doutrina dêstes Padres, ensinada aos filhos dêstes homens para o que têm Seminário*, se podem esperar grandes utilidades contra os referidos costumes» [1].

Urgia a construção rápida de tudo. A Carta Régia de 12 de Fevereiro de 1732 dá novos emolumentos [2]. Mas bem consignava El-Rei os subsídios necessários: não se pagavam ou pagavam-se mal. As informações oficiais, enviadas para Roma em 1743, diziam:

«Esta casa tem por Fundador o Sereníssimo Rei de Portugal, que dispôs que residissem sempre nela 10 da Companhia, que se ocupassem das Missões e da educação dos meninos. Mas regularmente estão 5. Para cada um deu El-Rei 60 escudos e para a edificação da casa deu 2.400. Todavia, a casa ainda não está completamente fundada, e só tarde o estará; a dotação real nunca se paga na íntegra, e, portanto, não se pôde completar o número de Padres designado pelo Fundador. Além da dotação real possue esta casa duas pequenas fazendas: duma tira a carne, de que precisa, e alguns cavalos, que vende;

---

1. Do Governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, a El-Rei, AHC, *Ceará, 11, 25 de Outubro de 1731*. Esta é a data em que foi examinada no Conselho Ultramarino, favoravel a que se socorresse o Hospício. Idênticas representações da Câmara de Aquirás, de 9 de Abril de 1730, e do P. Alexandre da Fonseca, vigário da Matriz de S. José de Ribamar e Vigário Geral de tôda a Capitania do Ceará Grande, que atesta a evidente utilidade do Hospício para todos os seus paroquianos.

2. Abreu e Lima, *Synopsis*, 185; em Studart, *Datas e factos*, I, 184, com as datas de 8 e 12 de Janeiro.

da outra, mais junto à casa, a farinha e legumes, para se sustentar. Tem somente 14 servos »[1].

5. — Já desde 1741, ano em que os Padres tomaram conta das Aldeias dos arredores da Fortaleza, Aquirás se tornou a Casa Central da Missão, à qual todas as mais se agregaram. No dia 31 de Julho de 1748 (dia de Santo Inácio) lançou-se a primeira pedra da nova igreja. Como a anterior, e como Ibiapaba, e como Fortaleza, a igreja dos Jesuítas de Aquirás também ficou sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção.

Depois de tantas batalhas vencidas, o Hospício do Ceará, que recebera o título de Real, por ser fundação de El-Rei, começava a dar enfim os esperados frutos de instrução geral para o povo, de catequese para os Índios, e até já de formação eclesiástica para os que demonstrassem vocação para tão alta carreira. Mas surge a tempestade com a qual nada tinha que ver o Ceará. A casa é cercada na noite de Natal de 1759. Os soldados repelem os Índios chegados para a suave festividade dessa noite santa; e, durante ela, o pároco da matriz de Aquirás lê o édito do Cardial Saldanha, «satis protervum», contra os Padres da Companhia[2]. A 9 de Fevereiro de 1760, o seu superior, Manuel Franco, e mais Padres, tanto os do Hospício, como os das Aldeias a êle recolhidos, embarcam presos, para o Recife[3].

---

1. *Bras.* 6, 339v. A fazenda de gado chamava-se «Pindoba», *Notizie*, em Studart, *Duas Memórias*, 5.

2. *Prov. Bras. Persecutio*, do P. Silveira, 129.

3. Bibl. Vitt. Em., f. ges. 3492/1363, n.º 6; Caeiro, *De exilio*, 164. Os Superiores do Real Hospício do Ceará foram, desde o fundador ao último:

1 — P. João Guedes
2 — P. Luiz de Mendoça
3 — P. Manuel de Carvalho
4 — P. Manuel de Matos
5 — P. Francisco de Lira
6 — P. Manuel Pinheiro
7 — P. Francisco de Sampaio
8 — P. João de Brito
9 — P. Manuel Franco

Cf. Bibl. Vitt. Em., f. ges. 3492/1363, n.º 6. Dêstes Padres, além de João Guedes, merece menção o P. Francisco de Lira, que foi superior por mais de 16 anos seguidos (todos os catálogos de 1716 a 1732 o trazem com essas funções). Natural da Ilha

O Real Hospício do Ceará, em Aquirás, demoliu-se em 1854 e a própria igreja, que tinha no frontispício o ano de 1753, arrasou-se depois, diz Gurgel, «durante a presidência de um homem não respeitador dos monumentos»[1]. Mas o Real Hospício ficou na história da instrução e educação pública, como o da primeira instituição cearense onde se ensinaram Humanidades; e também na história eclesiástica do Ceará, por ter sido, de-facto, o seu primeiro Seminário[2].

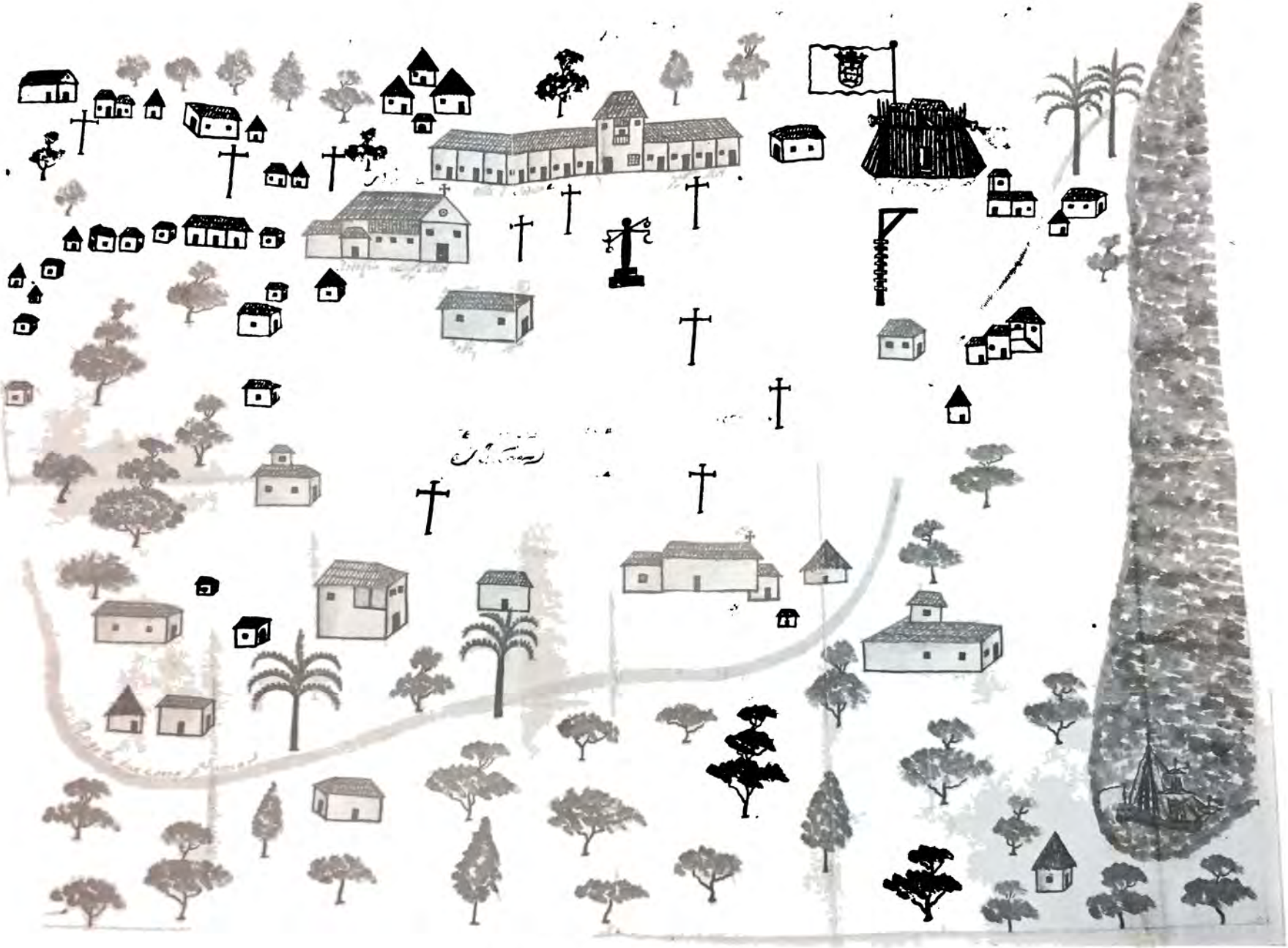
---

da Madeira, entrou na Companhia com 18 anos, a 20 de Outubro de 1694. Preso e desterrado, faleceu na viagem do mar. O Capitão do navio tinha diminuido de tal sorte a ração da água que em breves dias faleceram alguns Padres. Francisco de Lira, com 84 anos, sucumbiu à velhice e à sêde, no dia 16 de Junho de 1760. Querendo os companheiros confortá-lo com o sagrado viático não o consentiu o mesmo Capitão (*Prov. Bras. Pers.*, do P. Silveira, 137). Studart, *Duas Memórias*, 9-13, dá mais notícias sôbre êstes e outros Jesuítas, assim como em *Geografia do Ceará*, publicada na *Rev. do Inst. do Ceará*, vol. XXXVII (1923) e XXXVIII (1924). Demasiado miudas, todavia, para terem cabida numa história geral.

1. Gurgel, *Dicionário*, 26. Os haveres do Real Hospício dispersaram-se. Eusébio de Sousa dá notícia, com fotografia, de «uma preciosa lâmpada de prata que pertenceu ao antigo hospício dos Jesuítas e ora [está] servindo no altar do Santíssimo Sacramento na Catedral da Fortaleza», cf. diário da Fortaleza, *O Nordeste*, de 19 de Junho de 1935.

2. Hoje o Ceará conta várias Dioceses e bons e prósperos Seminários. E um também da Companhia de Jesus. — «Chegou a pedra de Aquirás para a fundação da Escola Apostólica», lemos no *Diário* manuscrito da Escola Apostólica de Baturité, que é também Noviciado e Colégio de Humanidades, onde se formam os jovens Jesuítas brasileiros da actual Vice-Província da Companhia de Jesus no Norte do Brasil, constituida inicialmente por Jesuitas Portugueses. A «pedra de Aquirás», chegada a Baturité a 30 de Novembro, lançou-se solenemente no dia de S. Francisco Xavier, 3 de Dezembro de 1922, na presença do Arcebispo da Fortaleza, D. Manuel Gomes, e do fundador P. António Pinto, e de outras importantes personalidades civis e religiosas. A seguinte inscrição latina, aberta a cinzel na pedra lavrada, dá o sentido dessa escôlha, feito de tradição e de esperança:

«*Hic lapis fundamentalis, desumptus ex ruinis antiquae Societatis templi, ad Aquiraz, Dei speciali providentia, signum vinculi inter antiquam et novam Societatem, et stimulus Nostris erit ut virtute et labore strenuo, maximis illis viris, qui hanc vineam Domini sudore et sanguine coluerunt, quoad fieri potest respondeamus*». Cf. J. Foulquier, *Jesuitas no Norte* (Baía 1940) 137.



A Primeira Planta de Fortaleza

«Villa nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpssão da Capitania do Ciarà Grande que S. Mag^de^. que Deos guarde foy cervido mandar criar» em 1726 (p. 77).
Note-se a «Casa dos Padres da Companhia», junto ao regato Japeú
(No AHC, Lisboa)

CAPÍTULO VI

Aldeias da Fortaleza e Rio Jaguaribe

1 — Aldeias; 2 — Parangaba, primeira e segunda vez; 3 — Caucáia (Soure); 4 — Paranamirim e Paupina (Messejana); 5 — Paiacus; 6 — No Rio Jaguaribe.

1. — Advertimos que só consideramos Aldeia fundada pelos Jesuítas, nêstes dois casos, e sempre com erecção de uma igreja: ou quando os Jesuítas reuniam num sítio determinado os Índios dispersos ou descidos por êles; ou quando, numa Aldeia de Índios, já existente, se estabeleciam os Jesuítas, dando-lhe forma catequética e civilizadora.

As Aldeias de Caucáia, Paupina e Parangaba há quem as dê como fundadas pelos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira. Segundo a definição que demos, não o foram. O que não quer dizer que não passassem por elas. O sítio exacto em que estiveram esses dois Padres, tanto em Ibiapaba, como nas Aldeias que acharam no caminho, é impossivel determiná-lo hoje com rigor científico; pelo menos é insegura a identificação com aqueles lugares, tendo-se em conta não só a falta de notícias, concretas, mas sobretudo a facilidade dos Índios em mudarem de sítio. Discriminaremos para cada qual o que nos diz a história.

2. — O primeiro Jesuíta que trabalhou em *Parangaba* e outras Aldeias vizinhas, foi António Ribeiro, missionário de Ibiapaba, a chamado do Almoxarife e do Capelão da Fortaleza, já então no lugar actual, que chegou alí no fim de 1656 ou começo de 1657, para apaziguar a rebelião subsequente ao morticínio dos *Anacés*.

Depois,a requerimento do Governador André Vidal de Negreiros, deixou-se ficar entre êles, até que indo a Pernambuco e voltando a Ibiapaba, se viram de-novo sem missionário. Diz Vieira, em 1658: «O principal do Ceará, chamado Algodão, se queixa muito de o P.

António Ribeiro ter deixado a sua gente e pede se lhe mande outro Padre em seu lugar»[1].

Padre do Maranhão não foi, como se pedia. Mas foi do Brasil e mais do que um. Porque o Vice-Rei favorecia positivamente a Missão do Ceará, e assinou sustento para quatro missionários[2]. Em 1662 chegaram os Padres Jacobo Cócleo e Pedro Francisco Cassali. Estabeleceram-se em Parangaba. Nas mãos dêste, a 2 de Fevereiro de 1665, fez o P. Cócleo a sua profissão solene. Guarda-se ainda a folha dos votos datada de *Parangaba* (*sic*), primeira menção explícita desta Aldeia em documentos jesuíticos[3]. «Os Índios eram mais de 2.000»[4].

O processo da fundação jesuítica de Parangaba pode-se, pois, esquematizar assim: Francisco Pinto e Luiz Figueira, passagem provável; António Ribeiro, passagem certa; Jacobo Cócleo e companheiros (outros vieram), residência fixa, mas apenas algum tempo, até 1671.

De Parangaba iam os Jesuítas a Camocim e a Ibiapaba, feitas as pazes com os *Tobajaras*, até se quebrarem de novo, que não tardou muito.

Devia ter vida difícil a Aldeia de Parangaba nesta época e escasseiam os documentos. Há referências a tropelias cometidas então pelos irrequietos Índios *Paiacus*, que mataram em 1665 sete Índios de *Parangaba* que vinham do Rio Grande do Norte para a sua Aldeia, e «os mensageiros que o Padre Frei Pedro Francisco mandara à vizinha Capitania do Rio Grande»[5]. Êste Pedro Francisco aqui citado, não era frade, mas jesuíta, o P. Pedro Francisco Cassali, a quem o Visitador Manuel Juzarte, chegado de Pernambuco ao Ceará em 1667, levou de Parangaba para o Maranhão, deixando na Aldeia em

---

1. *Cartas de Vieira*, I, 475-477.
2. *Bras. 3(2)*, 95.
3. *Lus. 8*, f. 137-137v, 150-160v.
4. *Bras. 26*, 4.
5. Carlos Studart Filho, *Notas históricas sobre os indígenas cearenses*, na *Rev. do Inst. do Ceará*. XLV (1931) 61. Deve ter sido esta a causa da guerra que fez aos Paiacus, com parecer favorável dos Padres, o Capitão-mor João Tavares de Almeida, como se infere duma representação dos Principais de Parangaba, João Alfredo e Francisco Arajiba, e os principais dos *Jaguaribaras*, *Cachoe* e *Maxuare*, em 1671, já depois de retirados os Jesuítas, em que pedem nova guerra e aludem à anterior, *ib.*, 62; cf. António Bezerra, *O Ceará e os Cearenses* (Fortaleza 1906) 104.

seu lugar o P. Luiz Machado, homem de grande zêlo e esperanças, mas que só durou três anos. Luiz Machado emitiu também em Parangaba, no dia 2 de Fevereiro de 1668, a profissão solene [1]; e faleceu a 3 de Outubro de 1670. Como se pensava já em deixar Parangaba, sepultou-se não na igreja da Aldeia, mas em Fortaleza, com grande sentimento de Índios e Portugueses [2].

Na Fortaleza havia capelão secular. Por desinteligências com o Capitão-mor, o Capelão teve que se retirar para Pernambuco. Cócleo juntou assim às suas funções de Missionário de Parangaba, as de capelão de Fortaleza [3].

Discutiam entretanto o Visitador Manuel Juzarte e os Superiores do Brasil a posição legal da missão do Ceará, as suas condições de vida, o revezamento dos missionários, o seu isolamento, e, além disto, as eternas complicações morais dos soldados com as índias, mil dificuldades inerentes a uma missão precária, em que aos missionários faltavam meios eficazes de evitar o mal e promover o bem. A solução foi chamar-se ao Brasil o P. Cócleo com seu companheiro, único então, Ir. Manuel Carneiro, vindo também com o P. Juzarte. Os Missionários retiraram-se entre lágrimas dos neófitos. Cócleo já estava em Pernambuco em 30 de Maio de 1671 [4]. Desde a sua chegada, até 1668, tinham-se baptizado 612 índios entre os quais alguns adultos [5].

Refere-se a êste período, em 1698, o Bispo de Olinda, ao dar conta do estado espiritual do Ceará: «Situaram-se algumas Aldeias pelos Religiosos da Companhia, que ainda hoje se conservam, pôsto-que não com aquêle aumento, que puderam ter, se os PP. as não largaram, obrigados do mau tratamento dos capitães-mores e dos soldados, que experimentavam não só nas suas pessôas, mas também nas dos índios e índias, usando destas para as suas torpezas e daqueles para as suas grangearias sem lhes satisfazerem o seu trabalho: ficaram estas Aldeias, a cargo do mesmo capelão» [da Fortaleza],

---

1. *Lus.* 8, 269-269-v. 296-296v.
2. *Bras.* 3(2), 117.
3. *Bras.* 3(2), 106.
4. *Bras.* 3(2), 117-118v.
5. *Bras.* 3(2), 65. E interessante notar que, apenas faltou a autoridade dos Padres, recomeçaram as guerras dos índios entre si, insinuadas talvez pelos próprios colonos: é de 10 de Agosto de 1671 o referido requerimento de João Algodão, Francisco Arajiba e outros principais, ao Capitão-mor Jorge Correia da Silva para fazerem guerra aos *Paiacus*, Studart, *Datas e Factos*, I, 82.

até que foi o P. João Alvares oratoriano e depois outros missionários, tanto oratorianos, como seculares[1].

Êstes missionários trabalharam com o zêlo que as circunstâncias e contrastes do tempo lhes permitiam, abandonando as Aldeias quando não podiam superar as hostilidades.

No Ceará, sem contar Ibiapaba, havia em 1694, seis Aldeias: *Caucáia*, *Parangaba*, *Paupina*, *Paranamirim*, e duas de *Jaguariguaras*[2]. Dois anos depois, Pedro Lelou enumera sete: quatro Aldeias de *Potiguares* (aquelas quatro primeiras), uma nação de Tapuias *Jaguariguaras*, já aldeados, uma nação de *Paiacus* na Ribeira do Jaguaribe, e uma nação de *Anacés*. E para tôdas faltavam missionários[3]. Cabe alguma responsabilidade no abandono destas Aldeias, ao mesmo Pedro Lelou e a outros Capitães-mores. É o que se infere do testemunho do Padre secular João Leite de Aguiar, natural da Vila de S. Paulo, saído dela em 1689, como capelão do terço de Paulistas, que chamou o Arcebispo da Baía, D. Fr. Manuel da Ressurreição, então governador, para sujeitar os índios bárbaros levantados, do Rio Grande do Açu e Jaguaribe. Andou 4 anos nessa Tropa, até que esta, por falta de pólvora e balas, se retirou. Mas Aguiar, mandado pelo Bispo de Pernambuco, a missionar os *Jaguariguaras* escreveu a 15 de Maio de 1696, de Pernambuco, narrando o que fez e como os Capitães-mores daquelas partes hostilizavam as Missões:

«Digo finalmente a V. Majestade que os Capitães-mores destas Capitanias e fortalezas principalmente os do Ceará são tão opositores ao serviço de Deus que se faz nestas missões; e porque V. Majestade está bem informado e será mais agora pelo Reverendissimo Bispo e Governador, não quero nesta matéria ser mais extenso [...]. São tão absolutos que dizem que Vossa Majestade em Portugal e êles no Brasil; por estas causas e outras, que não relato, largaram aquelas Missões os Padres da Companhia de Jesus, e os da Congregação do Oratório, e o mesmo farão os clérigos que o Reverendíssimo Bispo agora manda, se V. Majestade lhes não puser o remédio conveniente que o Bispo Governador pretende:

---

1. AHC, *Ceará*, I, 87.

2. Informação do chefe Paulista Manuel de Morais Navarro, de 26 de Julho de 1694, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVII, 35.

3. Carta de Pedro Lelou, de 20 de Agosto de 1696, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XVI, 145-146.

1) Uma Câmara junto à Fortaleza do Ceará.

2) *Ou não* se nomear Capitão-mor por triénio, sendo provido por um Capitão de Infantaria de Pernambuco.

3) E que os missionários tenham nas Aldeias a administração temporal e espiritual como se estila em todo o Brasil»[1].

Foram-se nomeando novos párocos das Aldeias. Em 1713, o Governador de Pernambuco tinha já oferecido aos Padres da Companhia, duas destas Aldeias, que as não aceitaram, invocando o motivo principal porque as tinham deixado e contra o qual não havia ainda garantias suficientes: as relações abusivas e desonestas dos soldados com as mulheres índias[2].

Durante longos anos os Jesuítas ficaram pois sòmente com a Aldeia de Ibiapaba, até à fundação do Real Hospício do Ceará, primeiro em Fortaleza e logo em Aquirás. As Aldeias iam-se arrastando como podiam umas vezes com pároco, outras sem êle, ou então com pároco que não residia na Aldeia a maior parte do tempo. Por fim, o Bispo de Pernambuco D. José Fialho interveio directamente e informou a Côrte de que as Aldeias dos Índios do Ceará era seu desejo se entregassem a missionários da Companhia, e acrescentou que o Hospício de Aquirás fôra providencial. E assim, por provisão de 22 de Outubro de 1735, se confiaram aos Jesuítas os índios de sete Aldeias, que se reduziram a quatro, e cujos nomes, como Aldeias da Companhia, se acham pela primeira vez no Catálogo de 1741, com a designação, tôdas quatro, de aldeia *nova: Parangaba* (*sic*), *Paupina*, *Caucáia*, *Paiacus*[3].

A cada uma destas Aldeias, se a não tinham já, deu-se uma légua de terra para os Índios cultivarem. Antes de tomarem posse das Aldeias representaram os Padres à Côrte os graves inconvenientes que havia em se encarregarem delas; mas aconselhou-os o Cardial da Cunha que fizessem o que El-Rei mandava. Os Jesuítas tomaram posse de *Parangaba* em Dezembro de 1741. Entregou-lha o pároco secular. Havia já uma igreja do Bom Jesus, que os Jesuítas ampliaram e embelezaram, erguendo Residência nova. Transferi-

---

1. Carta aut. no AHC, *Ceará*, I, 78.

2. *Bras.* 4, 181-181v. Cf. Representação do Desembargador Cristovão Soares Reimão a El-Rei, sobre estarem vários moradores com «*índias furtadas a seus maridos* há quatro, dez, quinze anos», *Rev. do Inst. do Ceará*, XXVII (1913) 176-177.

3. *Bras.* 6, 325v; J. Brígido, *Resumo Chronologico*, 83; Padre Manuel Pinheiro, *Notizie*, em Studart, *Duas Memórias*, 39-40; Id., *Datas e factos*, I, 191.

ram-se para Parangaba os Índios da *Aldeia Nova* e os *Anacés* de Aguanambi. E com todos trabalharam os Padres. Mas o seu zêlo era prejudicado pela vizinhança da Fortaleza, cujos soldados continuavam a praticar, com índios e índias, os habituais desmandos [1].

A 25 de Outubro de 1759 erigiu-se em vila, com o nome de *Vila Nova de Arronches*, e deu-se um caso galante na transmissão de poderes. O capitão índio da Aldeia João de Sousa, foi nomeado juiz dela, com João Soares Algodão. Quando o Ouvidor Geral de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama Casco, procedia à cerimónia, Rosa Maria, mulher de João de Sousa, em vez de aplausos, que o desembargador esperava, rompe em pranto, desfeito e alto, acompanhado instintivamente pelo côro geral das mulheres parangabanas:

— Que me importa a mim êste cargo, dizia Rosa Maria, se não se passará um ano, que o meu marido não esteja deposto ou fugido, ou a arranjar dinheiro para se libertar ?... [2].

O instinto conjugal pode-se iludir, e não sabemos se nêste caso se enganou; mas o instinto maternal é infalível. As regalias e liberdades que se lhes prometiam, em troca da autoridade suave e paterna dos Jesuítas, tiveram aqui uma ilustração dolorosa: alguns anos mais tarde, o Director civil de Arronches retirou da escola e vendeu 41 meninos e meninas [3].

Parangaba, que em 1759 tinha 1.200 índios, voltou a recuperar depois o nome antigo com a mudança de uma letra, *Porangaba*. É hoje um dos arrabaldes mais sàdios e formosos da capital do Ceará [4].

---

1. *Notizie*, em Studart, *Duas Memórias*, 44.

2. *Provinciae Brasiliae Persecutio*, de Francisco da Silveira, Bibl. de Bruxelas, cód. 20126, p. 64. Ao marido de Rosa Maria chama Studart, João de Sousa Fetal, *Datas e factos*, I, 285.

3. Studart, *Notas para a História do Ceará*, 183, com o atestado autêntico do professor e tabelião Nicolau Correia Marreiros, passado a 1 de Outubro de 1786.

4. Studart, *Notas para a História do Ceará*, 228-229, publica o têrmo da criação da vila, dando-se como orago à nova freguesia, o título de Nª. Sª. das Maravilhas. Mas a provisão do Bispo de Pernambuco, de 5 de Fevereiro de 1759, ordena que o « Senhor Jesus » de Parangaba continue a ser « Senhor do Bom Fim », *Rev. do Inst. do Ceará*, XLIV (1930) 348. Em 1811 encontramos o « Sr. Bom Jesus », patrono da freguesia; e ainda hoje se celebra com pompa e regozijo popular, *Ib.*, XXIII (1909) 298; Studart, *Seiscentas datas* (Fortaleza 1881) 25; António Bezerra de Meneses, *Parangaba*, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XV (1900) 64. A igreja actual

3. — A *Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia*, tem história e destino semelhante ao de Parangaba. Entregou-a aos Jesuítas o seu pároco secular, bondoso e acolhedor, a 20 de Dezembro de 1741. A igreja, pequena, arruinou-se com a formiga, e foi preciso edificar outra. A perseguição não permitiu que se concluisse, mas já nela se celebravam os sagrados mistérios, quando a 25 de Junho de 1759 entrou nela o novo pároco, que leu, dia de S. Pedro, na Igreja, a provisão que o investia das funções paroquiais. Os Padres retiraram-se para o Hospício de Aquirás. Constava de 600 Índios [1]. No dia 15 de Outubro do mesmo ano, erigiu-se em *Vila Nova de Soure* [2].

4. — Entre as Aldeias, que deviam ser administradas pelos Jesuítas, contava-se também *Paranamirim*, e dela chegou a tomar posse o P. Luiz Jácome. Todavia, leve castigo, dado a um índio que bem o mereceu, diz o P. Pinheiro, solevou contra os Padres tal tempestade que a Junta das Missões, de Pernambuco, a quem o Padre recorreu, decidiu transferir e colocar aquêles índios em *Paupina*, de cuja paróquia tomaram posse os Jesuítas em Dezembro de 1741. De Paranamirim veio a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que ficou sendo o orago de Paupina. Ao construirem as casas manifestou-se grande emulação entre os Índios. Os de Paranamirim ficaram de um lado, os de Paupina de outro. No meio, uma bela praça [3].

Em Paupina trabalharam os Jesuitas até o dia 26 de Junho de 1759. Feito e entregue o inventário do que nela existia, na Igreja e Residência, retiraram-se os Jesuítas para Aquirás. Contava 800 Índios [4]. Paupina recebeu o nome de *Vila Nova de Messejana*, no dia 1 de Janeiro de 1760 [5].

O novo director, encarregado de zelar o cumprimento das ordens, administrar a justiça e dar bom exemplo, começou a proceder como se

---

já não é do tempo dos Jesuitas; mas é ainda a imagem de Cristo Crucificado, grande. E quando a visitamos, em 1942, ouvimos que o povo lhe chamava invariavelmente «Bom Jesus dos Aflitos».

1. *Prov. Bras. Persc.* do P. Silveira, 62.
2. Cf. Têrmo de erecção em Studart, *Notas para a História do Ceará*, 227-228.
3. Studart, *Duas Memórias*, 41-43.
4. *Prov. Bras. Persc.*, 63.
5. Studart, *Datas e factos*, I, 288 chama-lhe S. Sebastião de Paupina; e publica o têrmo de erecção em *Notas para a História do Ceará*, 229-230; Gurgel, *Dicionário*, 221.

vê das informações oficiais e devassa, que dêle se tirou: « Logo que chegou a esta Vila arrogou a si o govêrno dela, tratando aos seus habitadores com muita aspereza e vigor mandando prender e soltar « ponienciosamente » a seu arbítrio, sem atenção ao mestre do Campo e Capitão-mor, a quem estava encarregado o governo da mesma, obrigando-os a dar-lhe duas *cunhãs* cada semana para sua casa para lhe carregarem água, servindo-se também dos trabalhadores, e mais operários que lhe foram precisos para ratificar as casas em que mora, sem lhes pagar o seu jornal e o que mais é vivendo escandalosamente amancebado com uma preta que tinha de portas a dentro »... [1].

5. — A Aldeia dos *Paiacus*, constituida por índios fugitivos do Apodi, no Rio Grande do Norte, ficava nas margens do Choró. Em Dezembro do mesmo ano de 1741, tomaram conta dela os Jesuítas. O Ir. Manuel de Macedo fez a capela e o altar-mor da igreja onde se colocou a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Aldeia [2]. Quando se entregou em 1759 ao P. António Peres de Cárdenas constava de 200 Índios [3]. Baptizou-se com o nome de *Lugar de Monte-Mor-o-Novo de América* [4]. O Vigário deu logo má conta de si. Veremos um dia os frutos gerais da política pombalina. Por êstes singelos casos, apenas aqui, uma reflexão. Os Jesuítas asseguravam o trabalho de muitos, que depois se teve de repartir: Párocos, coadjutores, directores dos índios, mestre-escolas.

Primeira conseqüência, *económica:* era preciso pagar a tôda essa gente.

Segunda consequência, *moral:* os que substituiram os Jesuítas nem sempre deram bom exemplo [5].

A Aldeia dos Paiacus dispersou-se com a saída dos Padres. As terras venderam-se ao desbarato. Borges de Barros, Capitão-mor, tornou a reunir os Paiacus a 16 léguas do seu antigo sítio, noutro a que deu também o nome de vila de Monte-Mor-o-Novo da América, hoje cidade de *Baturité* [6]. Dois sítios diversos com o mesmo nome

---

1. AHC, *Ceará*, IV, Papeis Avulsos, 28/2/1760.
2. *Notizie* em Studart, *Duas Memórias*, 46.
3. *Prov. Bras. Persc.* do P. Silveira, 66.
4. A certidão referente a erecção é de 1761, sem indicação da data anterior, em Studart, *Notas para a História do Ceará*, 230.
5. Cf. Casos concretos em Studart., *Notas para a História do Ceará*, 232, 233.
6. Studart, *Notas para a História do Ceará*, 180-181; Id., *Datas e factos*, I, 308.

de Monte-Mor-o-Novo ? Como a vila de Guarani ainda há poucos se chamava Montemor [1], deveria ser êsse, ou nas sua imediações o primitivo local da Aldeia dos *Paiacus*. A cidade de Baturité, o segundo logar, dá-se como oriunda de uma antiga missão de Índios *Canindés* e *Genipapos*, elevada a vila a 14 de Abril de 1764 [2].

6. — Com os Índios *Paiacus* tinham trabalhado antes os Jesuítas nos sertões do Açu e do Rio Jaguaribe. O Jaguaribe é o maior rio do Ceará [3]. Os primeiros missionários que estiveram nêle, foram Francisco Pinto e Luiz Figueira. E por êle passaram, naturalmente, todos os que faziam por terra o trajecto entre o Ceará e Pernambuco. Mas só no fim do século XVII e princípios do seguinte missionaram os Jesuítas mais de-propósito os Índios das suas ribeiras, no médio Jaguaribe, no período violento em que intervieram os Paulistas na redução dos Índios do interior, sobretudo os Paiacus. Propriamente é um capítulo da história missionária dos Jesuítas em terras do Rio Grande do Norte. A êle voltaremos, quando o retomarmos em tomo futuro. Mas como atingiram e ultrapassaram os limites do actual Estado do Ceará, importa não o esquecer aqui.

Em 1693 depara-se-nos a notícia de que os Índios, fugidos aos Paulistas, se aldearam no Ceará-Grande, ao cuidado dos Jesuítas, cujo centro de atividade era o Açu e Apodi, no Rio Grande do Norte. Os Padres sofriam moléstias incríveis dos Índios « *Paiaquizes* » e dos

---

1. Gurgel, *Dicionário*, chama-lhe *Monte-mor-o-Velho*.

2. Pedro Catão, *Baturité* (1916)4. Pedro Catão retoma êste assunto, desenvolvendo-o, e bem, em *Baturité*, na *Rev. do Inst. do Ceará*. LI (1937) 97, onde escreve citando a José Pompeu, que o primitivo local da Aldeia era a Tijuca, e que os *Genipapos* ou *Baturités* ali se aldearam pelos Jesuítas « desde 1655 », e que em 109 anos se desenvolveu tão pouco, que em 1764 todos os quasi todos os aldeados eram analfabetos. Nêste ponto é deficiente a informação. Em 1655 não havia Jesuítas no Ceará. E nem depois fundaram ou administraram em Baturité Aldeia alguma. Quando muito, depois de 1741, alguma vez, de passagem, para a administração dos sacramentos, teriam ido a Baturité os Jesuítas da Aldeia dos *Paiacus*, porque 16 léguas não eram nada para aqueles missionários andarilhos. António Paulo Ciríaco Fernandes, *Missionários Jesuitas no Brasil no tempo de Pombal* (Porto Alegre 1936) 171-175, traz a resenha das imagens que tinha em 1759 cada uma das Aldeias do Ceará e do Rio Grande do Norte, extraída de rôis e inventários, na posse, então, do Barão de Studart.

3. Cf. Tomás Pompeu Sobrinho, *Bacia do Jaguaribe*, em *O Ceará no Centenário da Independencia*, de Tomás Pompeu de Sousa Brasil. 1 (Fortaleza 1922) 60.

vaqueiros, que, insolentes contra os Índios não poupavam os Padres, seus defensores, molestando-os. Felizmente o presídio dos Paulistas tinha vindo pôr os Padres em segurança [1].

Aquela primeira Aldeia do Jaguaribe deve-se ter desfeito logo. E os *Paiacus*, uns aldeados pelo P. João da Costa, oratoriano, outros dispersos, tiveram que se haver com o mestre dos Paulistas, Manuel Álvares de Morais Navarro, que a 4 de Agôsto de 1699 os destroçou numa cilada. Declarou êste que os Paiacus lha armavam a êle e que, portanto, se adiantara. Foi caso debatido. O P. João da Costa protestou e o governador de Pernambuco também. O Bispo de Olinda lançou-lhe uma excomunhão. Dadas as razões pelo Mestre de Campo, aprovou-as o Governador Geral do Brasil.

As informações do P. João Guedes, ainda que lamentando o facto, também lhe são favoráveis, e devem ter influído nesta benevolência [2]. O Mestre de Campo mais tarde foi prêso, por êsses e outros actos contra os Índios [3].

Êste foi o caminho por onde entrou João Guedes no Ceará. Com o P. Vicente Vieira fundou em 1700 a Aldeia de Nossa Senhora da Anunciada no Jaguaribe *dos Paiacus* [4]; outros *Paiacus* ficaram no Rio Grande do Norte, com os quais o P. Filipe Bourel, no mesmo ano, fundou a Aldeia de S. Miguel do Apodi, onde viria a falecer nove anos depois. Mil Índios em cada uma [5].

A *Aldeia da Anunciada*, no Jaguaribe, seria difícil localizá-la hoje. E os próprios têrmos com que se expressam os documentos sus-

---

1. *Bras. 10*, 24v.

2. Cf. *Documentos relativos ao Mestre de Campo M.A. de Morais Navarro*, publicados por Studart, *na Rev. do Inst. do Ceará*, XXXI (1917) 161-223; Carta do P. João Guedes a D. João de Lencastro, do Arraial do Açu, 29 de Outubro de 1699 *Ib.*, 131-133; Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, VII, 172-197. D. João de Lencastro escreveu ao P. Guinzel, agradecendo a informação, em Janeiro de 1700, *Doc. Hist.*, XXXIX (1938) 108.

3. Studart, *Geografia do Ceará*, 263; Pedro Calmon, *História do Brasil*, I I, 409. O Governador Geral do Brasil, D. João de Lencastro, a 18 de Outubro de 1700 estranhou o procedimento do P. João da Costa por perturbar «as mais missões, devendo só empregar-se no bem espiritual das almas que tem a seu cargo». *Doc. Históricos*, XXXIX (1938) 134. Nêste mesmo volume de *Doc. Históricos* há muita valiosa documentação sobre o Mestre de Campo dos Paulistas, Manuel Àlvares de Morais Navarro.

4. *Bras. 9*, 449v.

5. *Bras. 10*, 24.

citam uma ideia sobre êstes territórios. Diz uma informação para a Junta das Missões, referente a 1701: «As Aldeias no Açu, a saber, a de Jaguaripe e a da Lagoa do Apodi, são novas»[1]. Jaguaripe no Açu ? Tal maneira de falar supõe uma vasta região, chamada umas vezes território de Jaguaribe, outras Açu, que se estendesse pelo interior das terras desde Açu, no Rio Grande do Norte, até ao Rio Jaguaribe, no Ceará, A mobilidade prodigiosa dos Índios, e também dos Jesuítas, justificaria esta suposição. Corrobora-a outro facto. A 16 de Março de 1700, os Índios *Janduins* atacaram a Aldeia de S. João no Apodi[2]. Reportando-se a essas e outras tropelias, e às fadigas e trabalhos incalculáveis dos Padres do Apodi, o Bispo de Olinda chega a falar em Índios do Piauí[3]. A distância, a que fica o Piauí, mostra a vastidão do campo de actividade em que se exercia, nessas paragens, a acção missionária.

Nem só os *Janduins* deram trabalho. Também os «*Paiaquises*» aldeados, e os vaqueiros o deram. Apenas os Padres aldeavam os Índios num sítio, logo os vaqueiros se estabeleciam nas vizinhanças e vá de inquietar os índios. Ripostavam os índios, roubando o gado, intermináveis querelas, em que os colonos envolviam os Jesuítas, que procuravam domar os Índios, sim, mas por meios pacíficos e cristãos.

Para evitar as querelas e dissabores, pensou o P. João Guedes, em se mudar em 1703 com os índios da Aldeia do Jaguaribe para a Ribeira do Choró. Tratou-o então com tal desabrimento o capitão-mor do Ceará, Jorge de Barros Leite, que sendo informado o Governador Geral do Brasil, D. Rodrigo da Costa, teve de intervir, repreendendo em têrmos ásperos o Capitão-mor[4].

---

1. *Bras. 10*, 26. Sobre a Lagoa do Apodi, cf. A. Tavares de Lira, *Chorografia do Rio Grande do Norte* (Rio 1924) 32.

2. *Bras. 4*, 64.

3. Bibl. Vaticana — *Relationes Episcopales*, Olinda, 1701.

4. Carta do Governador Geral do Brasil ao Capitão-mor do Ceará: «O Padre Provincial, do Colégio desta cidade, me fez presente uma carta, que lhe escrevera o Padre João Guinzel, Missionário da *Aldeia do Jaguaribe*, em a qual lhe dá conta da alteração que houve entre os curraleiros daquele distrito com os Índios da mesma Aldeia; e do excesso com que vossa Mercê se houvera com êle, indo a propor-lhe por parte dos ditos Índios, os motivos de que procederam as queixas de uma e outra parte, e que para as evitar se queria mudar com os ditos Índios para a *Ribeira do Choró;* e que sem procederem outras razões ou circunstâncias, Vossa Mercê se houvera com êle com tal arrôjo, e desatenção de palavras, que não posso deixar de estranhar-lhe muito, o proferí-las contra um Religioso da Companhia de tanta

Todavia eram ineficazes as repreensões. A 13 de Fevereiro de 1704 a Câmara do Aquirás, representava a El-Rei sôbre os roubos de gados dos *Paiacus*, aldeados na Ribeira de Jaguaribe, e que El-Rei os mandasse destruir. Dizia: em duas Aldeias dêles estão os Padres da Companhia, e «missões com estes bárbaros são escusadas, porque de humanos, só têm a forma, e quem disser outra coisa é engano conhecido»[1]. Êste «engano conhecido» era eufemismo para justificar represálias, que de-facto não tardaram contra êsses Índios, impossibilitando a permanência dos Padres que se retiraram. Mas João Guedes, ainda em 1706, antes de passar a Pernambuco, trabalhava com os *Janduins* e visitou-os o P. Andreoni.

Destas missões do Apodi e Jaguaribe restam-nos várias cartas missionárias, ainda inéditas, com informações preciosas sôbre os usos e costumes dos *Paiacus*, *Janduins*, e *Icós*, a morte do chefe *Canindé*, transmigrações, e outros aspectos da vida indígena e militar daquela época dolorosa[2].

---

suposição e virtude, como reconhecem geralmente os que o conhecem; e me não persuadira que Vossa Mercê se esquecesse tanto da veneração com que devem ser tratados quaisquer Religiosos, quanto mais os da Companhia, a quem por todas as razões se devem tantos respeitos, se não fora tão verdadeiro o testemunho, que Vossa Mercê tem contra si, na queixa do mesmo Religioso; e não são êstes os agasalhos, e correspondências, com que Sua Majestade, que Deus guarde, ordena tenham os que governam, com os sujeitos, que com tão grande zelo, trabalho e perigo, se empregam em serviço de Deus, e bem das almas: e seguro a Vossa Mercê, que, se Sua Majestade tiver qualquer notícia dêste sucesso, se há de dar por muito mal servido do modo com que Vossa Mercê nêle se houve. E porque devo evitar semelhantes desatenções: ordeno a Vossa Mercê se haja com o dito Missionário, e com os mais, assim da Companhia como de quaisquer outras Religiões, com toda a prudência, e respeito e bom tratamento que lhes é devido, não alterando coisa alguma contra o Gentio, sem primeiro o fazer presente aos Senhores Governador e Bispo de Pernambuco, para resolverem na Junta das Missões o que for mais conveniente ao serviço de Deus, e de Sua Majestade. E tanto que Vossa Mercê receber esta mandará logo restituir à Aldeia do dito Missionário João Guinzel, os Índios de todos os sexos, que as tropas, que Vossa Mercê mandou contra êles, levaram cativos; e me remeterá Vossa Mercê certidão, do Religioso, ou pessoa que estiver na Aldeia, por que conste ficam restituidos a ela os ditos Índios. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e Setembro [17 ?] de 1703. *Dom Rodrigo da Costa*", *Doc. Hist.*, XXXIX (1938) 197-199.

1. *Rev. do Inst. do Ceará*, XVI, 147-148.

2. Tanto os Janduins como os Paiacus são tribus *Cariris*, diz Rodolfo Garcia que dá sobre êles, e sobre êste período, notícias desenvolvidas, *Ethnografia*, no *Dic. Hist. e Ethnogr. do Brasil*, I (Rio 1922) 262-266; Estêvão Pinto, *Os Indígenas do Nordeste*, I (S. Paulo 1935) 151.

LIVRO SEGUNDO

MARANHÃO

CAPÍTULO I

Os primeiros Jesuítas no Maranhão

1 — Chegada dos Padres Manuel Gomes e Diogo Nunes; 2 — Serviços prestados na conquista do Maranhão; 3 — Estabelecimento definitivo com Luiz Figueira; 4 — A ocupação holandesa e a reconquista.

1. — Os Jesuítas chegaram ao Maranhão no próprio dia da conquista. A armada de Alexandre de Moura, em que iam os Padres Manuel Gomes e Diogo Nunes, com os Índios guerreiros das Aldeias de Pernambuco, saiu do Recife a 5 de Outubro de 1615. Não tinha passado um mês, e a 4 de Novembro, os franceses de La Ravardière entregavam a cidade e assinava-se o auto da posse da Fortaleza de S. Luiz. Entre as assinaturas estão as dos dois Jesuítas [1].

«Tomada posse da Fortaleza, escreve o P. Manuel Gomes, ordenou Alexandre de Moura que a primeira missa, que na igreja se dissesse fôsse solene, o que fez com gôsto de todos, rendendo graças a Deus pelos perigos de que nos livrou na viagem e pelas pazes feitas tanto a nosso gôsto. Eu me aparelhei para prègar, oferecendo porém a prègação aos Religiosos de S. Francisco e de Nossa Senhora do

---

1. Cf. *Documentos para a história da Conquista e Colonização da Costa Leste-Oeste do Brasil*, em *Annaes — 26* (1905) 149-480; Morais, *História*, 58-83, 104, 106. Morais insere a carta de Manuel Gomes, narrando a conquista, que se tem publicado sem data; Manuel Gomes, em outra, diz que em *Abril de 1616* escreveu para o Geral e concorda esta mesma data, com os dizeres daquela (*Bras. 8*, 259); Cordara, *Hist. Soc.* VI, 83-84, que diz, com fundamento numa ou noutra frase de Gomes, que os Franceses eram calvinistas, frase menos exacta assim generalizada: a presença dos Padres Capuchinhos desmente a asserção; Barros, *Vida do P. Antônio Vieira*, 94; Capistrano de Abreu, *Prolegómenos*, 432; Garcia, em nota a Porto Seguro, *HG*, II, 210-211; Afrânio Peixoto, *Martim Soares Moreno* (Lisboa 1940); Idem, *História do Brasil* (Porto 1940) 106.

Carmo, a qual êles por então não aceitaram. Chegado o dia disse o P. Fr. Cosme de Nossa Senhora do Carmo, que êle estava aparelhado para prègar. Eu lhe agredeci e cantei a missa que foi de coros com charamelas, frautas, harpa e outros instrumentos necessários para a música. Assentadas assim as pazes, começamos a exercitar os ministérios da Companhia, andando de lugar em lugar, alevantando cruzes e igrejas»...[1]

Manuel Gomes segue contando o que fizeram nesses dois anos e meio em que se demoraram no Maranhão, trabalhos que passaram, doenças alheias e próprias, e como devendo achar-se na Congregação Provincial a realizar-se na Baía, tinha ordem de voltar. Vieira alude à oposição dos moradores, por os Padres terem estranhado a Jerónimo de Albuquerque o cativeiro dos *Tremembés*[2]. A verdade é que os Padres não tinham vindo dessa vez para ficar definitivamente. Fizeram-se ao mar em Março de 1618. Arribaram, e, tornando a embarcar «aos *nove de Abril de 1618*», escreve ainda Manuel Gomes, «arribamos a Índias; a *quatorze de Maio* tomamos Santo Domingo depois de trinta e sete dias de navegação, sendo viagem de oito dias. O Governador Geral Dom Diogo Gomes de Sandoval, descendente de Nosso Santo Padre Francisco de Borja, parente chegado do Duque de Lerma, sabendo estávamos no porto, mandou dois criados e um alcaide com recado quiséssemos aceitar sua casa e provimento, que repugnamos. Fomos obrigados a aceitar o gasalhado por nove meses num quarto de seus Paços, em aposentos armados de sedas, comendo sempre à sua mesa com muitas outras mercês».

O P. Gomes pôs-se a prègar. E o povo corria a ouvir o «teatino português», como lhe chamavam. «Afirmava o Governador e desembargadores havia muitos anos não viram tanta atenção no auditório e contentava tanto o modo português de prègar que afirmavam que se na terra houvera semelhantes prègadores viveram doutra maneira».

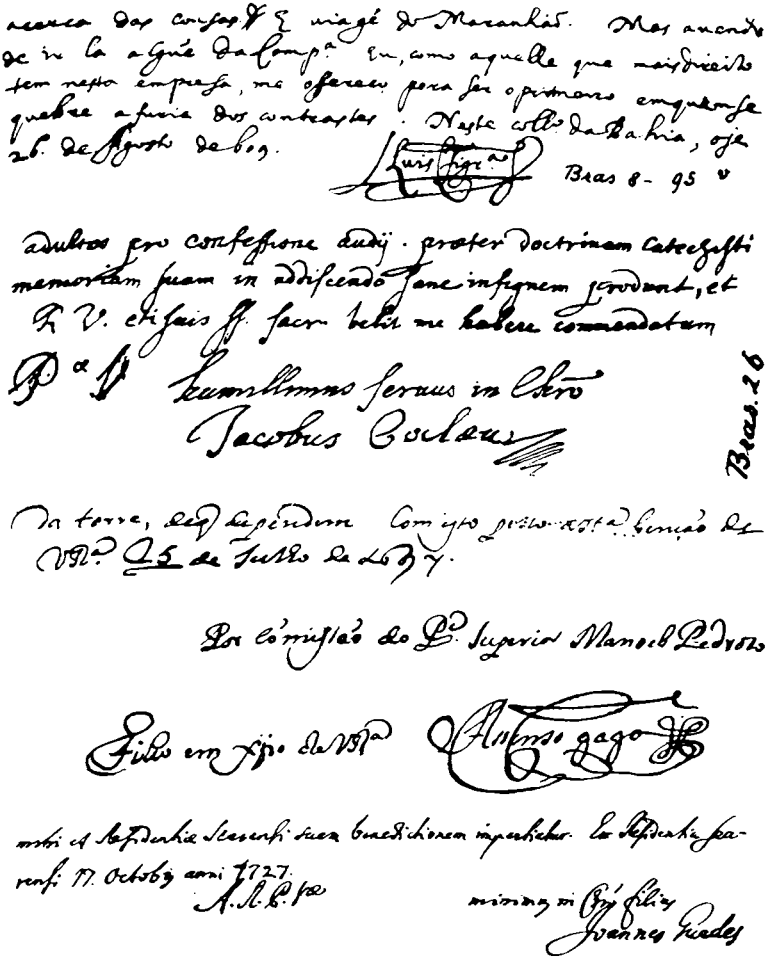
Manuel Gomes adoeceu depois gravemente. Esperava embarcar em breve para Portugal e ainda se não refere nesta carta, de 10 de de Fevereiro de 1619, à morte do P. Diogo Nunes[3].

---

1. Carta do P. Manuel Gomes, 2 de Julho de 1621, em Studart, *Documentos*, I, 279.

2. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 221.

3. Carta do P. Manuel Gomes ao P. Geral, de *S. Domingo*, 10 de Fevereiro de 1619, *Bras. 8*, 259-260. Estava nas Antilhas e não já em Lisboa, como se lê em *Luiz Figueira*, 46, por indicação de outras fontes. Mas esta carta, autêntica e au-



Autógrafos de Jesuítas no Ceará

1. *Luiz Figueira* (1609), o primeiro Jesuíta, com Francisco Pinto, que estêve no Ceará, e seu primeiro historiador.
2. *Jacobus Coclaeus* (*Cocle*), Missionário de Parangaba e Fortaleza, e depois dos Quiriris.
3. *Ascenso Gago* (1697), grande missionário de Ibiapaba, fundador da Aldeia que é hoje Viçosa.
4. *João Guedes* (*Ginzel*) (1727), Missionário do Rio Jaguaribe e fundador do Real Hospício de Aquirás.

Os dois Padres continuaram pois em S. Domingos o ano de 1619 e durante êle faleceu Diogo Nunes, que ficou na capela mor da igreja de S. Francisco[1].

Ofereceram ao P. Gomes facilidades para a construção, na Ilha, de um Colégio da Companhia; tomaram-no por intermediário da reforma religiosa da Ilha de que traça um quadro nada ameno, e, de envôlta com uma ou outra ingenuidade, dá notícias de interesse sobre a terra firme, desde Venezuela ao Maranhão[2].

A 10 de Março de 1620, enfim, embarcou para Espanha e Portugal. Livrou-se de cair em mãos dos mouros por alturas dos Cabos de S. Vicente e de Santa Maria[3].

2. — Chegando a salvamento, não descuidou os interesses da missão, escrevendo para esse fim a Roma e ao Brasil. E para corroborar o seu intúito, pediu a Alexandre de Moura o certificado dos serviços feitos na Armada e em S. Luiz, que é também o resumo autêntico deste período precursor da missão do Maranhão, e, praticamente, a sua primeira história :

«Alexandre de Moura, certifico que, mandando-me Sua Majestade à conquista do Maranhão lançar os Franceses, que o tinham ocupado e muitos povos de índios à sua obediência, pareceu ao Governador Geral do Brasil e a mim serem necessários Padres da Companhia que levassem índios de suas doutrinas. Para melhor ter efeito esta pretensão, os pedimos ao Padre Provincial da mesma Companhia, propondo o muito serviço que a Deus e a Sua Majestade fariam

---

tógrafa, prevalece e corrige todas as demais. Lúcio de Azevedo equivoca-se, escrevendo que o P. Gomes morreu nas Antilhas e Diogo Nunes passara à côrte (*Os Jesuítas no Grão-Pará*, 43). Também se deve emendar para 14 de Maio a data da chegada a S. Domingos que na leitura de Studart vem a 1 de Maio, *Documentos*, I, 285. Feitas bem as contas, seria 16, mas o P. Gomes escreve por extenso *quatorze*. Enquanto preparava a viagem, Manuel Gomes procurou informar-se da melhor maneira de voltar à Europa; e a 21 de Setembro de 1618 responde-lhe, de Cartagena (Colômbia), o P. Baltasar Más Burgués, carta que se conserva em *Bras. 8*, 256.

1. Sobre a vida do P. Diogo Nunes, natural de S. Vicente, cf. supra, *História*, II, 160-161.

2. Cf. Carta do P. Manuel Gomes ao P. Geral, já de Lisboa, Colégio de S. Antão, 22 de Janeiro de 1621, *Bras. 8*, 324, 338, que publicamos no *Apêndice B*.

3. Carta de 2 de Julho de 1621 em Studart, *Documentos*, I, 286-288; BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 51.

nesta jornada, o que visto ser de muita importância, concedeu ao P. Manuel Gomes, prègador, e ao P. Diogo Nunes, insigne língua do Brasil, os quais ajuntaram trezentos índios de guerra.

E chegando ao pôrto de Ceará, me pareceu serem necessários índios, que ali residiam, que tivessem conhecimento do gentio e terra do Maranhão. Pedi ao Padre Manuel Gomes, Superior da missão, fizesse nisso todo o possível, e levou sessenta frecheiros. E chegando à barra do Maranhão, já tarde, me pareceu ser necessário, na mesma noite, desembarcarem os ditos Padres com todos seus índios e o sargento-mor com cento e cinquenta soldados e cinco peças de artilharia, ocupando um sítio conveniente para defender a entrada da barra e socorro que pudesse vir à dita fortaleza. E os ditos Padres mandaram logo recado a alguns índios principais os quais acudiram e os receberam com as armas nas mãos, bandeiras arvoradas, charamelas e outras festas a seu modo, e lhes fizeram as práticas necessárias para os reduzir à nossa devoção, e foi isto de muita importância para mais depressa se entregarem os franceses, vendo-se desamparados do gentio, e com os portos tomados por onde lhes podia vir socorro. E, em todo o tempo que lá estive, se ocuparam os ditos Padres em dar notícia de nossa santa fé ao gentio, doutrinando-o, prègando e confessando, levantando cruzes e Igrejas pelos povos dos Índios; cantando-lhes missas, *com canto de órgão e charamelas que tudo os Padres levavam, para em nada o culto divino ficar inferior ao que os Franceses faziam, porque entre êles havia alguns hereges*. Exercitavam-se mais nas obras de misericórdia, curando aos doentes com muita caridade e enterrando os mortos, não perdoando aos trabalhos nem de dia nem de noite, havendo muitas e perigosas doenças no gentio. E procederam, assim na armada como em terra, com muito exemplo, ajudando nas coisas de guerra e tomada da fortaleza, quanto sua religião lhes permite. E merecem que Sua Majestade lhes mande agradecer o muito serviço que nesta jornada lhe fizeram. E por me pedirem a presente, lha mandei passar na verdade, e assim o juro pelo hábito, que recebi, de São Bento, de que sou professo. Setúbal, em 20 de Outubro de 620. *Alexandre de Moura*»[1].

---

1. Cf. *Bras. 8*, 301-301v; S. L., *Luiz Figueira*, 41-43. O P. Manuel Gomes enviou este documento para o Geral, acompanhado da seguinte advertência: «Costumam no Brasil quando vão a semelhantes jornadas pedirem aos Generais certidões que eles dão juradas e assinadas, para, quando é necessário atalhar a mur-

Segundo José de Morais, o P. Manuel Gomes teria voltado nesse mesmo ano de 1621 a Pernambuco onde com a sua chegada se avivou a missão do Maranhão [1]. Não iria porém êle, mas outros. A data daquela volta não a achamos em fonte coeva. Que voltou ao Brasil é certo. Em 1631 era missionário na Aldeia de Nossa Senhora da Apresentação, dependente do Colégio de Pernambuco [2]. Depois dêste ano de 1631 não há notícias seguras sobre êle, não constando ao certo, a data da sua morte [3].

Manuel Gomes, um pouco simples, era sem dúvida zeloso e caritativo. Deixa o seu nome ligado à Missão do Maranhão e, ao que parece desde a primeira hora. Na sua carta de 2 de Julho de 1621, referindo-se ao P. Francisco Pinto e à sua tentativa de começar a missão do Maranhão, acrescenta: «de que eu fui o primeiro motivo», sinal de que já então pensava nela e fomentava o seu estabelecimento [4].

---

muradores, constar que vão os Padres a servir a Deus e secundariamente ao Rei, e que nos perigos das batalhas também arriscam as vidas. Pedi uma a Alexandre de Moura, cujo treslado mando a V. Paternidade e não quis se estendesse mais no muito que os Padres trabalharam naquela jornada, por não parecer que buscamos louvores humanos. E pelo serviço do mesmo Deus imos adonde vão Índios para os confessar e administrar os sacramentos, por não haver outros que lhes saibam a língua e o façam; e também porque eles vão com muita dificuldade aonde não vão Padres, e movem-se com mais facilidade quando os Padres lho pedem, porque são índios de nossas doutrinas dos quais os Padres têm cuidado», *Bras. 8*, 307.

1. Morais, *História*, 105; BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 56v.

2. Diz o Catálogo desse ano, o último em que aparece o seu nome: «P. Manuel Gomes, do Cano, diocese de Évora, com 58 anos, e saude fraca. Entrou em Évora em 1586. Estudou Gramática seis anos, Filosofia quatro, Teologia três. Ensinou gramática um ano. Foi procurador do Colégio de Pernambuco, superior da Casa de Iheus quatro anos, e esteve na Missão do Maranhão. Professo de quatro votos desde 1609 [13 de Setembro, em Olinda]. Sabe a língua brasílica. Prègador» (*Bras. 5*, 137; *Lus. 3*, 200).

3. A *Historia Proprovinciae Maragn.* diz que foi cativo dos Holandeses e faleceu no Rio de Janeiro em 1648 (298-304), e a 15 de Outubro conforme o Catálogo da Vittorio Emanuele (f. gess. 3492/1363, nº 6). Mas esta data é equívoco evidente, porque o nome do P. Manuel Gomes não consta já dos Catálogos de 1647 nem de 1641, sendo portanto, anterior a 1641 a sua morte. Além das cartas, aqui mencionadas, deixou outra, escrita da Baía, a 27 de Setembro de 1597, publicada por Amador Rebelo, «*Compendio de algũas cartas* (Lisboa 1598) 237-240. Cf. supra, *História*, II, 136.

4. Cf. Studart. *Documentos*, I, 275.

3. — Mas o nome mais ligado directamente ao estabelecimento da Companhia de Jesus no Maranhão é o P. Luiz Figueira.

Enquanto Manuel Gomes, atirado às Antilhas e ao Reino, pelos temporais, cuidava da Missão, outros no Brasil pensavam nela, e talvez de maneira mais prática e eficaz. Com as informações de todos, o novo Governador Geral Diogo de Mendonça Furtado resolveu enviá-los. E foram escolhidos o P. Luiz Figueira e o P. Benedito Amodei[1].

Mas era conhecido que a questão dos Índios dividia os pareceres no Maranhão e os moradores em geral preferiam ter as mãos livres para os menear à vontade. Para cortar a possíveis obstáculos os Padres iriam com o novo Capitão-mor António Moniz Barreiros em cujo *Regimento* se inscreveu uma cláusula, da qual iria nascer em moldes efectivos a missão do Maranhão. A cláusula era que o P. Luiz Figueira seria conselheiro do Govêrno.

Assim pois, em Março de 1622, chegaram ao Maranhão, e os contrastes previstos, e para os quais Luiz Figueira, logo a seguir ao holocausto do P. Pinto em Ibiapaba, se havia oferecido, não tardaram, e no primeiro dia da chegada.

«Para se compreenderem bem, importa conhecer o ambiente. A conquista do Maranhão operou-se no período filipino. Quer dizer: a tendência de Espanha, para a divisão da América em governos separados, teve aqui a sua repercussão, ainda que não expressa.

A carta régia de 13 de Junho de 1621 criou o Estado do Maranhão independente do Brasil. A própria forma do govêrno revestiu diversas modalidades, sucedendo-se umas às outras e regressando, às vezes, às formas anteriores: regime de Capitães-mores, regime de Governadores do Estado do Maranhão, regime de Governadores do Estado do Maranhão e Grão-Pará, regime dos Governadores da Capitania do Maranhão, regime de Capitães-mores do Maranhão...

---

1. As *Lettere Annue*, contando as expedições que se organizaram em 1621, dizem: «La prima nella Prouintia Maraniona, à contemplatione di Diego Mendoza Furtado, il quale à tale effetto, diede subito 250 scudi d'oro; furono eletti à questa santa impresa, il P. Ludouico Fighiera Predicatore di nome, e dei primi venuti nel Brasile, & il P. Benedetto Amodei siciliano natiuo di Biuona, due Religiosi molto zelanti, amatori della fatica, e sprezzatori d'ogni disagio, e pericolo. — *Lettere Annue d'Etiopia, Malabar, Brasil e Goa* (Roma 1627) 126-127; S. L., *Luiz Figueira*, 46-47.

Dentro da variedade dêstes regimes, as Câmaras municipais mantinham poder às vezes discricionário e popular, exemplo interessante de municipalismo, todavia duma versatilidade que desconcerta: câmaras a tecer e a destecer, movimentos de opinião opostos, queixumes de uns contra os outros, com leves acalmias. Talvez nem o Maranhão progredisse tanto, por lhe faltar, com esta desarmonia endémica, a indispensável continuidade e ser acessível, fàcilmente, a influências ou interêsses pessoais.

Ora, com a chegada dos Jesuítas, manifestou-se um dêstes movimentos. Prevendo que os Padres, pela sua maneira constante de proceder, se arvorariam em defensores dos Índios, a Câmara não os quis aceitar na terra. Luiz Figueira, porém, não era homem para se intimidar. Aliás pela leitura dos documentos, parece-nos que estava combinado de antemão o que poderia suceder: em caso de oposição dos colonos, Luiz Figueira ficaria em fôrça do regimento, que o instituia conselheiro do govêrno.

Os passos foram assim. Dado o primeiro alvorôço, Luiz Figueira, a convite do capitão-mor António Moniz Barreiros, coadjuvado por Domingos da Costa, homem influente e ponderado, fêz um têrmo em que declarava, sob pena de ter de se retirar com perda de tudo, que se não meteria a tirar os Índios domésticos, fôssem ou não fôssem verdadeiros escravos, nem trataria dêsses assuntos, "salvo se a consciência ou obrigação assim o requeresse».

Satisfez a primeira parte da declaração: temeu-se a segunda: e o alvoroço foi maior: que os Padres tornassem a embarcar no navio em que chegaram. Luiz Figueira contestou que, enviado a prègar o Evangelho aos Índios, «só em pedaços se apartaria» da sua obrigação.

O Capitão-mor, que trazia ordens apertadas para sustentar os defensores dos Índios, interveio, e foi êste o segundo passo, e decisivo. Deu ordem aos soldados que estivessem vigilantes e leu em Câmara a justificação da permanência dos Padres, invocando as ordens que trazia:

«Ninguém pode negar que os Padres da Companhia são de grande bem comum, assim temporal como espiritual, em qualquer república. Todos os que sabem alguma coisa se prezam de ser seus discípulos.

«É notório o fruto espiritual que fazem, compondo discórdias, aliviando as consciências dos que vivem com escrúpulos e dúvidas, evitando demandas e contendas, coisa muito necessária nesta terra,

onde, por nova, não há letrados. Mais notório é o cuidado, zêlo e o grande fruto que fazem em catequizar e doutrinar os gentios, pelo muito que êstes confiam nos Padres e se sujeitam e obedecem a tudo o que lhes propõem; e como estamos cercados do gentilismo, claro fica o muito que nos é necessário, ainda para o temporal desta conquista, a assistência e boa companhia dos Padres; além de que vieram os ditos Padres para esta conquista, por ordem e mandado de Sua Majestade, porque o governador Diogo de Mendonça Furtado os mandou agora, pelo mandar assim El-Rei Nosso Senhor, como consta do meu regimento; e assim quem lhe resistir, resiste directamente ao mandado de Sua Majestade.

«Quanto aos inconvenientes, que o povo propõe, para que não fiquem na terra, não têm mais fundamento que os remorsos das consciências de alguns, que lhes parece que os Padres lhes não aprovarão o seu mau modo de viver, porque o que apontam em particular, de que os Padres lhes tirarão os índios de seu serviço e ficarão pobres e sem o seu remédio, não tem fundamento pelo têrmo que os mesmos Padres têm feito; nem pretendem mais que fabricar casa nesta cidade de S. Luiz e dela saírem a visitar as aldeias, catequizar os gentios e reduzir todos à nossa santa fé.

«Além de tudo isto, requeiro aos Oficiais da Câmara dêem cumprimento ao capítulo 15 do meu Regimento, no qual se manda que eu me aconselhe com o Padre Luiz Figueira nas matérias tocantes ao Gentio e sua liberdade, e nas matérias tocantes à guerra com o Gentio que se oferecerem e em tôdas as mais de maior momento e consideração.

«E quando estas minhas razões não bastem, protesto por todos os tumultos, e desobediências que sucederem na expulsão dos Padres, e o des-serviço de Deus, e de El-Rei ser tudo por culpa de Vossas Mercês.

«S. Luiz do Maranhão, 2 de Abril de 1622. [Estava assinado pela sua própria letra] *António Moniz Barreiros*".

Não havia que retorquir. A Câmara lavrou êste despacho:

«Fiquem os Padres, visto ser mandado o Padre Luiz Figueira pelo regimento do Governador Diogo de Mendonça Furtado, para conselheiro dos negócios e govêrno desta conquista.

«S. Luiz, em Câmara, 2 de Abril de 1622. — *Luiz de Madureira*, ouvidor e presidente da Câmara; *Álvaro Barbosa de Mendonça*, *António Simões Garrafa*, juízes; *Luiz Moniz*, *Jorge da Costa Machado*,

António de Mendonça de Vasconcelos, vereadores; *Francisco de Sousa*, procurador »[1].

A autoridade civil, sustentando os Padres, fixou na terra o elemento de resistência à desagregação moral, e até o da própria resistência ao invasor holandês.

Mas era também resistência à cobiça. E esta não se aquietou. O pensamento do Governador Geral do Brasil era que os Jesuítas se encarregassem dos Índios. Os moradores recorreram a El-Rei, que antes queriam os Franciscanos. El-Rei respondeu que sim, que os Franciscanos fôssem, e tomassem conta dos Índios; mas que os Jesuítas, sem êles, também ficariam na terra. E ficaram. Numa perpétua luta, em que às vezes os Jesuítas eram quasi adorados, outras, exilados. Bastava que não tivessem cargo dos Índios e logo à sua roda se congregavam todos os louvores e auxílios e foi o que sucedeu com Luiz Figueira, ao qual tudo se facilitou para a continuação da casa, igreja, escola e fazenda. E escrevia o povo a El-Rei em 1630 que queria os Jesuítas «para não mais sairem»[2].

No meio destes contrastes, a história dos Jesuítas enche grande parte da própria história do Maranhão e os seus escritos, trabalhos e iniciativas constituem talvez a parte mais pura dela sob o aspecto da civilização, ensino e liberdade e da própria defesa local. E assim como tinham intervindo na Conquista contra os Franceses, intervieram também na reconquista.

4. — Andava Luiz Figueira em Lisboa, aonde tinha ido a agenciar as coisas do Maranhão quando se deu a Restauração do 1º de Dezembro de 1640. Entre Portugal e a Holanda fez-se logo em 1641 um tratado de tréguas por dez anos. Mas os holandeses entre a sua conclusão e ratificação, apoderaram-se perfidamente de S. Luiz, a 25 de Novembro desse mesmo ano.

---

1. S. L., *Luiz Figueira*, 47-50; Cf. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 221.

2. *Bras. 8*, 386v-387. Além dos documentos, que publicamos em *Luiz Figueira* (164), outros existirão ainda por esses arquivos do mundo, que se vão arrumando pouco a pouco. Entra neste número o AHC. Cf. «Traslado de uma carta do Padre *Luiz Figueira*, da Companhia de Jesus, queixando-se da Câmara do Maranhão ter deposto o Ouvidor e ter lançado bando para a eleição de novo Ouvidor «por uma causa ridícula» (21 de Novembro de 1623), data em que ainda era conselheiro do govêrno da Capitania (Cf. *Indice de Documentos* em *Anais da BNR*, LXI, 158, nº 195.

Aprestaram uma expedição, comandada por Lichthart e Koin, que saiu de Pernambuco a 30 de Outubro de 1641, com oito grandes naus e seis pequenas.

«Navegaram prosperamente, diz Barléu, e em curso directo para o braço ocidental do rio, e passando ante a fortaleza inimiga que atacava ferozmente contra êles, lançaram ferro mesmo diante da cidade de S. Luiz. Koin, saltando na Ilha, e desembarcando as tropas, aproximou-se do forte para investí-lo. Vieram-lhe ao encontro dois emissários do Governador da Fortaleza, um civil e o outro eclesiástico, que perguntaram a Koin se êle tinha intenção de pactuar. Anuiu Koin, julgando humano não tentar pelas armas o que se poderia conseguir pela brandura. Concedendo a todos garantia de vida e de bens, penetrou no forte, desarmou os soldados da guarnição, encontrados em número de 330, e com equitativas condições militares, fê-lo da sua jurisdição. Nada se contratou sobre a administração do Culto»[1].

Este Governador da praça, de que fala Barléu, sem o nomear, era Bento Maciel Parente, o civil era o provedor-mor Inácio do Rego Barreto, e o eclesiástico, Lopo do Couto da Companhia de Jesus, Inácio do Rego, levado preso para a Haia, escreveu isto mesmo de lá, a 2 de Agôsto de 1642, e conta como se deu a invasão dos holandeses e a falsa fé com que procederam; como os Portugueses declararam que estavam de paz com Holanda e com o Conde de Nassau; como fizeram contrato de ficar em paz no Maranhão; e como, depois de os invasores receberem a fortaleza, o rasgaram e fizeram outro, obrigando os moradores, com «fôrça e rigor», a jurar fidelidade aos mesmos invasores. O Governador Bento Maciel Parente, vítima da sua boa fé e da perfídia alheia, feito prisioneiro, foi morrer na fortaleza do Rio Grande; e ao Sargento-mor e ao provedor mandaram os invasores para a Holanda[2].

Aquêle juramento de fidelidade aos invasores, obtido por violência e falsas promessas, não tinha valor jurídico. Era de esperar

---

1. Barléu, *Res Brasiliae*, trad. de Cláudio Brandão (Rio 1940) 248.

2. Cf. Certidão passada pelo Provedor-mor da fazenda do Maranhão, Inácio do Rego Barreto, na Haia, 6 de Agosto de 1642, em Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, II, 439-442. Sobre Bento Maciel Parente lê-se em José de Morais e nos *Apontamentos* da BNL, fg. 4516, f. 68-70, uma nota, que talvez convenha reter-se, a saber, que êle tem sido atacado em demasia, e com este insucesso se ofuscam as suas glórias e benemerências anteriores.

que na primeira oportunidade favorável, o Maranhão tratasse de recuperar a liberdade e expulsasse os intrusos. O levantamento deu-se no ano seguinte. Foi seu primeiro chefe militar o senhor de engenho, António Moniz Barreiros; e o segundo, depois da morte dêle, a 17 de Janeiro de 1643, outro senhor de engenho, António Teixeira de Melo [1].

António Moniz Barreiros, era sobrinho do P. Lopo do Couto [2]. O seu nome fica nobremente vinculado à história política, militar, e económica do Maranhão e também à da Companhia, desde Luiz Figueira com quem chegara a S. Luiz vinte anos antes.

Depois de vários lances da guerra, os invasores, descoroçoados e vencidos no dia 28 de Fevereiro de 1644, abandonaram definitivamente o Maranhão [3].

O facto anda descrito, com todas as miudezas, nas histórias particulares do Maranhão e gerais do Brasil. Importa directamente a esta nossa, saber que lugar ocuparam nêsse feito os Jesuítas.

No momento da ocupação holandesa de 1641, além do P. Lopo do Couto, estavam no Maranhão o P. Benedito Amodei e mais dois irmãos coadjutores.

O documento jesuítico mais antigo, relativo a êstes acontecimentos, e coevo dêles, é a *Ânua de 1641-1644*. Ela já traz a morte do P. Lopo do Couto, mas ignora ou não quer dar curso ao que se dizia sobre a sua actividade cívica. Mas reflete bem a indignação geral contra os invasores e usa até de palavras nada curiais, expressivas contudo dessa indignação colectiva.

---

1. Segundo Porto Seguro, António Moniz Barreiros faleceu heroicamente em combate, em 1643, sem especificar o dia (*HG.*, II, 408); mas Bettendorff escreve que falecera «em sua casa e cama o Capitão-mor António Moniz Barreiros, de *doença*» (*Crónica*, 63). E isto mesmo traz Berredo (*Anais do Maranhão*, II, 38). A data 17 de Janeiro de 1643 dá-a J. Ribeiro do Amaral, *Ephemerides Maranhenses* (Maranhão 1923) 24. E ambas estas informações, doença e data, concordam com um documento do Arquivo da Companhia por onde se apura que dois dias antes de morrer, a 15 de Janeiro de 1643, Antonio Moniz escreveu o codicilo ao seu testamento, feito no dia 7 de Julho de 1641, em que deixa o engenho do Itapicuru ao seu filho, e o usufruto aos Padres, por espaço de 12 anos, *Bras. 8*, f. 188. Sobre este engenho cf. infra o Capítulo consagrado ao Rio Itapicuru.

2. *História*, 152; Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 225.

3. Porto Seguro, *HG*, II, 409; Galanti, *História do Brasil*, 2.ª ed. 262.

«Do Maranhão não temos outra notícia mais certa que a que nos deu o P. Lopo do Couto, um dos da Companhia que naquela Residência estavam em Novembro de 641, quando o inimigo holandês com uma poderosa armada tomou aquela Capitania, sem dar pelos concertos de pazes que entre El-Rei nosso senhor e os Estados de Holanda se tinham tratado em Europa, nem pelos requerimentos que sobre isso lhes mandou fazer o Governador e moradores daquela terra. Enfim que, vendo as poucas forças dela, se apossaram das armas e fortaleza com condição que uns e outros mandariam a seus maiores papeis do que se havia feito para que êles ordenassem o que se devia guardar ao diante; mas como aquilo só eram tramas e ardis de falsos hereges, tanto que se viram senhores da terra vexaram aos pobres moradores e os obrigaram a queimar fazendas e casas e fugir a conversação e trato de tão mortífera gente. Os nossos Padres ainda que ao principio foram bem tratados do inimigo, não deixaram contudo de passar os transes e trabalhos que cativos de tão má canalha costumam padecer [1]. Não sabemos o fim que depois levaram com a variedade que a guerra traz consigo, principalmente vendo-se o inimigo assanhado com alguns assaltos que dizem lhes deram os Portugueses. Só sabemos que o P. Lopo do Couto, no meio dêstes trabalhos achou o fim que seu religioso espírito buscava naquela pobre e trabalhosa terra. Subiu felizmente a gozar na bem-aventurança o prémio do que muito nela fêz, confessando, comungando, e doutrinando com grande crédito da Companhia e fruito daqueles moradores» [2].

Das primeiras notícias desta relação, dadas pelo P. Lopo do Couto, se infere a sua reprovação, descontentamento e sentimento contrário à coacção e perfídia dos invasores. Sôbre a sua morte nada se diz, explícito, senão o facto em si mesmo.

---

1. A frase do analista é forte. Mas eis como se exprime Varnhagen a respeito de Nassau e das ocupações que mandou fazer depois das tréguas: «Quem diria, em presença deste proceder de Nassau, das expressões da sua carta a Montalvão, da nobreza do seu sangue e dos seus precedentes, que ele obrava com duplicidade e que necessitava da suspensão das hostilidades para com fé púnica abusar dela! Entretanto o facto passou-se, e não nos é hoje possível duvidar dêle, quando é cinicamente confessado pelo próprio Nassau, em carta aos Estados Gerais, do 1º de Junho de 1641», *História das Luctas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (Viena de Austria 1871) 160.

2. *Bras. 8*, 538-539.

Bettendorff coloca a morte do P. Lopo do Couto, algum tempo antes da retirada dos Holandeses. E diz que dêle «não sabe coisa alguma mais que era homem de muita virtude e tão zeloso Português que lhe imputaram... os Portugueses contra os Holandeses; mas foi aleive como se prova claramente pelos *papeis* que se fizeram sobre isto... por ser crédito assim seu como da Companhia de Jesus»[1].

Está incompleto este trecho da *Crónica*. Só se explicaria o espanto de Bettendorff e ser aleive, se aqueles pontinhos em branco se enchessem com as palavras *ter comandado pessoalmente* os Portugueses contra os Holandeses. Os papeis, de facto, não dizem isso. O que dizem é que ele os incitou a levantar-se contra êles.

Porque, felizmente, existem os papeis a que alude o cronista. São quatro certificados, dois de 1647 à raiz dos acontecimentos, e dois de 1654. Os dois primeiros falam em geral, os dois últimos discriminam a parte de cada um dos Padres:

«Certifico eu, o Capitão-mor António Teixeira de Melo, que é verdade que eu conheço os Padres da Companhia de Jesus nêste Estado do Maranhão há 25 anos pouco mais ou menos, os quais sempre viveram como verdadeiros Religiosos, assim em vida como em costumes, dando de si verdadeira doutrina, assim a brancos como a Índios, ensinando sempre a verdadeira doutrina de Cristo, nêste Estado, acudindo com muito amor e zêlo de Deus, e honra do seu Rei, a tôdas as partes que os chamam; principalmente na restauração deste Estado, foram a causa principal de se restaurar, e a não serem êles, estaria ainda hoje em poder dos inimigos; porque êles foram a origem de mover-se a guerra com que se lançaram fora, movendo aos naturais da terra cansados das muitas desonras que faziam os hereges em os templos sagrados, ajudando com sua fazenda ao sustento dos soldados naquilo que puderam, para conseguirem o intento começado; andando os ditos Padres em campanha com os soldados, administrando os Sacramentos a todos os fieis Cristãos; fundado tudo em o serviço de Deus e do seu Rei e não movidos por interesse algum. E do que toca à culpa que lhes imputaram, o aconselharem a que matassem os franceses que vieram de arribada em um patacho a esta barra, é falso; porque de tal coisa nunca foram sabedores senão quando eu fui sabedor do caso. E por me ser pedida esta

---

1. Bett., *Crónica*, 64.

certidão para sua defesa lha mandei passar na verdade, o que juro pelo juramento dos Santos Evangelhos. Maranhão, sob meu signal e sincte das minhas armas, hoje 14 de Março de 1647. *António Teixeira de Melo*»[1].

Em 1654, desta vez, a pedido de Vieira certifica, e com mais pormenores, o Restaurador do Maranhão»:

«António Teixeira de Melo, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Capitão-mor que fui deste Estado do Maranhão: Certifico que tendo o inimigo holandês ocupado a cidade de S. Luiz, cabeça do Estado, e todos os principais lugares, engenhos e mais fazendas dêle, e sujeitos à sua obediência todos os moradores, assim portugueses como naturais da terra, na falta do Governador Bento Maciel Parente e do Capitão-mor António Moniz Barreiros, fui eleito para Capitão-mor; e ajudando-me Deus e aos mais moradores, juntamente com os Índios fizemos guerra ao dito inimigo, assim fóra, como dentro da cidade, morrendo-lhe muita gente; de maneira que o obrigamos a deixar a praça, e todo o Estado livre da sua sujeição e armas, sem para isso têrmos socorro algum de Portugal; e para que a todo o tempo conste a verdade, declaro e certifico que a sobredita restauração e guerra, que se fez ao inimigo, se deve principalmente ao zêlo e indústria dos Padres da Companhia, porque o Padre Lopo do Couto, Superior que então era da casa do Maranhão, foi o que com grande risco da sua vida tomou à sua conta esta emprêsa, falando às principais pessoas dêste Estado, e exortando-nos a que tomássemos armas contra o inimigo, fazendo-se as juntas e conselhos dentro da mesma casa dos Padres; e pôsto que rompendo-se o segredo chegando aos ouvidos dos Padres Frei N... e Frei N..., trabalharam muito por nos dissuadir de que o intentássemos, e que nos deixássemos estar na sujeição em que estávamos, dizendo o dito Padre N... que o caso era temerário, e o dito Padre N... que era injusto, ilícito e que ficá-

---

1. «Esta mesma certidão, quási pelas mesmas formais palavras, se acha passada pelo Capitão de mar e guerra e Capitão-mor da Capitania do Pará, Paulo Soares de Avelar, Cavaleiro da Ordem de S. Tiago, com a cláusula final: «o que juro pelo juramento dos Santos Evangelhos por passar tudo na verdade. E por me ser pedida esta certidão, lha mandei passar, por mim assinada, e selada com sinete das minhas armas. S. Luiz do Maranhão, 15 de Março de 1647. — O Capitão-mór, *Paulo Soares do Avelar*», Morais, *História*, 181-182.

vamos excomungados; contudo prevaleceu a eficácia e zêlo do Padre Lopo do Couto, o qual era tão grande, que, perdendo-se por culpa do Capitão-mor Antonio Moniz uma grande ocasião em que se podia tomar a cidade, o dito Padre o sentiu tanto que no mesmo ponto caiu mortalmente enfêrmo, e dentro em poucos dias morreu, a juízo de todos, de sentimento; e sucedendo-lhe no cargo o Padre Benedito Amodei, varão insigne em virtude e santidade, e venerado como tal em todo êste Estado, continuou na mesma exortação, animando a todos a que não desistissem da guerra, e prometendo por muitas vezes o bom e feliz sucesso dela, com circunstâncias tão particulares acerca dos tempos, lugares e pessoas, que os seus ditos foram julgados de todos por profecias, e como tais os veneravam, e com êles se animavam muito a qualquer emprêsa por dificultosa e perigosa que fôsse; estando o dito Padre neste tempo, tôdas a noites, em oração diante de Deus, na qual por muitas vezes foi visto arrebatado e suspenso no ar, como testificam pessoas dignas de toda a fé; de maneira que assim à resolução do Padre Lopo do Couto, que deu princípio e foi o primeiro motor desta guerra, como às orações e merecimentos do Padre Benedito Amodei, se atribuiu a vitória e restauração dêste Estado; e eu, sem embargo de ser Capitão-mor, que governava as armas, o julgo e confesso assim, como também o confessaram então, e confessam hoje todos os Capitães e soldados que na mesma guerra nos achamos; e por passar na verdade todo o referido, o juro pelo hábito de Cristo, que professo, e pelo juramento dos Santos Evangelhos. Nesta Cidade de S. Luiz do Maranhão, em 9 de Março de 1654. — *Antônio Teixeira de Melo*»[1].

Esta certidão pertence ao grupo de documentos com que o P. António Vieira se muniu em 1654, quando à volta do Tocantins resolveu ir a Lisboa. Além da de Teixeira de Melo, levou mais outra de Manuel Teixeira, Vigário do Pará, de 5 de Janeiro de 1654, sobre assuntos daquela cidade, e dos Índios, e ainda outra do Licenciado

---

1. Morais, *História*, 180-181; Madureira, *A liberdade dos Indios*, I, 31. Em Morais e em Madureira, que o copiou, vêm trocadas entre si os dois últimos algarismos ficando 1645, data em que ainda vivia Benedito Amodei. Mas, além de ser inverosímil escrever-se dêle, em vida, o que aqui se diz, há o facto positivo de vir com a data de 1654 em BNL, fg. 4516 (*Apontamentos*) 96, e *Hist. Propr. Marag.* 277-283. A supressão dos nomes dos Religiosos e sua substituição por N.N... explica-se por si mesma.

Domingos Vaz Correia, Provisor e Vigário Geral do Estado, feita a 30 de Março de 1654, e nela se lê, de maneira mais sóbria, o que se refere aos dois Padres Benedito Amodei, «chamado vulgarmente o Santo», e ao P. Lopo do Couto «que foi o primeiro que exortou os Portugueses a esta guerra, traçou o rompimento e o conseguiu»[1]. O próprio Vieira faz pessoalmente a história dêstes sucessos na sua *Resposta aos Capítulos*. Contém alguns elementos novos no que se refere ao estado moral da praça e à intervenção dos Índios: «Nêste mesmo ano de 1642 mostrando a experiência, que muitos dos Portugueses do Maranhão viviam pouco catolicamente, e se acomodavam aos costumes, e ainda aos ritos dos Holandeses, que tinham como fica dito ocupado a cidade, e que algumas mulheres Portuguesas, de efeito se casavam já com êles, e que havia pouca esperança de a dita cidade se restaurar à obediência de Sua Majestade, por outra via, e que já no Pará havia pareceres de aceitarem a sujeição de Holanda; o Padre Lopo do Couto, que tinha grande autoridade com os Portugueses e Índios, tratou que êles mesmo se alevantassem e lançassem fora os Holandeses, comunicando êste seu pensamento, e a traça, e indústria, que para isso tinha, às pessoas de maior zêlo e confiança, e porque o governador do Estado, que então era Bento Maciel Parente, fôra prêso, e mandado para Pernambuco pelos Holandeses, persuadiu êle dito Padre Lopo do Couto ao Capitão-mor, que tinha sido do Maranhão, António Moniz Barreiros (que era seu sobrinho, pessoa nobre, e de grande fidelidade e valor) quisesse tomar por sua conta o govêrno desta emprêsa como com efeito tomou. E porque a dita emprêsa de nenhum modo se podia conseguir, sem o socorro dos Índios da terra, cujas aldeias estavam tôdas já obedientes aos Holandeses, o dito António Moniz falou secretamente ao principal Joacaba, Mitagaia, Henrique de Albuquerque e outros, exortando-os que quisessem tomar as armas contra os Holandeses, e prometendo-lhes em prémio desta acção se a conseguiam, que êle se obrigava a que Sua Majestade lhes mandasse tanto número de Padres da Companhia, que pudessem residir pelas suas aldeias, e ensinar seus filhos. O sucesso de tudo foi, que os Índios com esta promessa e persuadidos igualmente dos Padres, aceitaram a dita empresa, e foram a principal causa dos Holandeses serem lançados fora, como com efeito foram, não havendo em

1. Morais, *História*, 230-231, 302-308.

todo o Estado do Maranhão quem possa negar, que a restauração de todo aquele Estado, se deve à resolução e indústria do Padre Lopo do Couto, e às orações e penitências com que o Padre Benedito Amodei, bem conhecido e venerado naquele Estado, por sua santidade, pedia a Deus a mesma restauração, e ao espírito profético com que anteviu a felicidade do sucesso, prometendo-o e assegurando-o, da parte do mesmo Deus, aos Portugueses e Índios, em muitas ocasiões em que estavam já desesperados dêle, e retirados da ilha do Maranhão para a terra firme, tudo o sobredito confessa em sua certidão jurada, o mesmo capitão-mor António Teixeira de Melo, que por morte de António Moniz sucedeu no govêrno das armas, e acabou esta guerra, com que fica bem manifesto, quanta parte tiveram os Padres da Companhia na conquista do Maranhão, e na expulsão dos Franceses e Holandeses »[1].

O P. Lopo do Couto veio de Portugal para o Brasil em 1609 e do Brasil para o Maranhão, em 1626, onde chegou a 22 de Agosto, com o Governador Francisco Coelho de Carvalho[2].

Aprendeu a língua brasílica nas Aldeias da Baía. Foi o primeiro missionário das ribeiras do Itapicuru, Monim e Iguará[3]. Faleceu algum tempo antes do Capitão-mor António Moniz Barreiros que, como dissemos, foi em Janeiro de 1643, portanto em fins de 1642[4].

O P. Benedito Amodei veio para o Brasil em 1619 e do Brasil passou ao Maranhão em 1622 com Luiz Figueira. Encarregou-se das Aldeias da Ilha, por ser «só meio língua», como êle próprio diz de si mesmo, em carta sua, escrita em português ao P. Geral Caraffa, de 3 de Dezembro de 1646. Nela tem estas palavras: «Quatro anos há [portanto em 1642] que levantando-se nossos Portugueses contra os Holandeses que debaixo de pazes ocuparam ou tomaram esta praça

---

1. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 225.

2. Berredo, Bettendorff e outros equivocam-se fazendo-o chegar em 1615. O Catálogo de 1641 diz: «P. Lopo do Couto, de Ervedel, diocese de Évora, 54 anos, boa saúde; entrou em Évora em 1606, estudou latinidade 4 anos, Filosofia 3, Teologia cerca de 2. Ministro do Colégio da Baía, alguns meses, e sócio do mestre de noviços. Professo de 4 votos desde 1624. Prègador». (*Bras. 5*, 151). A profissão fê-la não em 1624, mas no 1º dia do ano de 625, em Olinda, nas mãos do Reitor Manuel do Couto (*Lus. 4*, 177).

3. Morais, *História*, 139.

4. Morais, *História*, 165; *Hist. Propr. Maragn.*, 246-247, onde, por este motivo, se refutam os que colocam a sua morte em 1644.

e recolhendo-se as mulheres e mais gente fraca em uma paragem segura para que os soldados apertassem os inimigos mais desimpedidamente, me recolhi também com os demais naquele lugar com o meu companheiro, Irmão Luiz de Avelar»[1].

Faleceu no Maranhão em Novembro de 1647[2].

---

1. *Bras.* 3(*1*), 254v. Assina «Benedetto Amadeu». Nas Crónicas o seu nome aparece *Amodei*, que prevaleceu. De Sicília, sua pátria, escreveram ao P. Matias Rodrigues (*Hist. Propr. Maragn.*, 290-298) que era *Homodei*. Natural de Bivona, entrou na Companhia em Palermo, a 10 de Abril de 1598. Coadjutor espiritual no dia 12 de Novembro de 1617.

2. No dia 5, *Hist. Soc.* 47, 11v; no dia 10: *Hist. Propr. Maragn.* 290-298; Bibl. Vitt. Em., F. ges. 3492/1363, nº 6. O Catálogo de 1641 dá-lhe, nessa data, 50 anos de idade e diz que entrara em 1599, um ano mais tarde do que informa a *Hist. Propr. Maragn.* Amodei refere-se a um Ir. Luiz de Avelar. Na *Relação* de Luiz Figueira fala-se de João de Avelar, seu companheiro, soldado, que saiu da Companhia, com o cargo de sargento mor de Gurupá (BNL, fg. 4516, f. 94). Ou há equívoco do nome em Amodei ou eram dois e foram despedidos, ou ainda um só, com o nome de João Luiz ou Luiz João. O P. João de *Avelar*, tantas vezes citado por Bettendorff (*Crónica*, 19, 436, 441, 458) nada tem que ver com este, e o seu nome exacto é João de *Vilar*. Outro irmão Coadjutor António da Costa, açoreano, chegado ao Maranhão, com o P. Lopo do Couto, faleceu mais ou menos ao mesmo tempo que êle (*Hist. Propr. Maragn.*, 247). O morticínio e incêndio da casa dos Padres em Itapicuru, no ano de 1649, e a consequente interrupção da missão até 1652 deve explicar esta carência de notícias.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DO MARANHÃO
(HOJE SÉ CATEDRAL)
Desenho à pena, avivando uma velha fotografia

CAPÍTULO II

Casas na Cidade de S. Luiz

1 — O Colégio de Nossa Senhora da Luz e as suas oficinas de Pinturia e outras; 2 — A igreja, hoje sé catedral; 3 — O Seminário; 4 — Recolhimento do Sagrado Coração; 5 — Casa dos Exercícios e religiosa recreação de Nossa Senhora Madre de Deus; 6 — Reitores do Colégio.

1. — No dia 24 de Dezembro de 1612 tinham levantado os Padres Capuchinhos ou Barbadinhos franceses uma ermida consagrada a S. Francisco de Assis, «em um belo e agradável lugar, junto do Mar, próximo de uma bela e inesgotável fonte». Aí ficou também o seu pequeno hospício[1].

Conquistada a cidade pelos Portugueses, tomaram conta dessa ermida e hospício os Padres Franciscanos que vieram com Jerónimo de Albuquerque. Realizaram também nela os seus ministérios os dois Padres da Companhia, Manuel Gomes e Diogo Nunes, durante o tempo que permaneceram no Maranhão. E quando em 1622 chegou Luiz Figueira, foi-lhe dada ou confirmada a posse dessa ermida pelo Capitão-mor, António Moniz Barreiros. Nêste lugar pois, sucessivamente ampliado, se ergueu o Colégio e junto dêle a Igreja da Companhia de Jesus[2]. Origem de tudo foram «qùarenta braças de terra dadas, em quadra» e o mais compras feitas ao redor dêste núcleo inicial[3].

---

1. Ivo d'Evreux, *Viagem ao Norte do Brasil*, trad. de César Augusto Marques (Maranhão 1874) 70.

2. Morais, *História*, 27.

3. Bett., *Crónica*, 43. O cronista é confuso na exposição dêstes factos. Já tentamos explicá-los em *Luiz Figueira*, 54.

Nêste Colégio se ensinaram tôdas as Letras e Ciências da época e o veremos no Tômo IV, em capítulo de conjunto, consagrado à instrução no Maranhão e Pará.

Infelizmente, o Colégio do Maranhão, já não existe hoje, tal qual existia no tempo dos Jesuítas.

Tem pois interesse quasi só histórico as fases da sua construção. O corredor do Norte foi erguido pelo P. Luiz Figueira em 1627; o do Poente em 1659 pelo P. António Vieira; e o do Nascente em 1681 pelo P. Gonçalo de Veras [1]. Mas houve diversas remodelações através dos anos. No de 1720 caiu a parede da banda do pátio por causa das formigas que lhe arruinaram os alicerces e o P. José Vidigal a mandou levantar e para maior segurança mandou fazer a varanda que em 1750 servia para a parte do mesmo pátio [2].

O Colégio que Vieira encontrou foi «um corredor, com quatro cubículos por baixo e seis por cima, dos quais um era livraria, outro rouparia, outro botica, outro adega, outro tinha as coisas da sacristia, outro outros despejos de casa, com que apenas ficavam quatro livres para morar e tomar exercícios, sendo às vezes dezasseis os que ali se ajuntavam, e não havendo outro lugar em que receber as visitas dos seculares senão o mesmo corredor» [3].

O que deixou foi outro novo com vinte cubículos novos além dos dez antigos [4]. Os dois corredores do Colégio, com o do P. Vieira, ficavam em «cirado, sem tecto, para se poder espairecer por êle, pelas manhãs e tardes do dia, entre uma multidão de vasos, dispostos pelos corredores, com seus cheiros para maior agrado. Fez os debuxos o Ir. João de Almeida» [5].

Em 1760 o Colégio constituía uma quadra perfeita, com a Igreja que ficava ao Sul, da parte da cidade. E constava de 40 cubículos, onde moravam os religiosos, além das mais dependências indispensáveis a um grande Colégio, cozinha, dispensa, refeitório, rouparia, procuratura, carpintaria, serralharia, ranchos dos serviçais e oficinas de pintura e estatuária.

---

1. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 62; Morais, *História*, 73-74, 136-137, 142; Bett., *Crónica*, 43-47; *Hist. Proprov. Maragn.*, 194-195; *Bras. 3*(2), 136v.
2. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 63.
3. S. L., *Novas Cartas*, 287.
4. Id., *Ib.*, 294.
5. Bett., *Crónica*, 144.

No cruzamento dos corredores, pendiam do tecto candieiros ou lâmpadas de vidro. Além da igreja pública, possuía o Colégio a sua capela doméstica, bem provida de alcatifas e imagens, algumas de marfim, um presépio e «um menino Jesus», de vestir, que servia pelas renovações. «O altar é um bem dourado retábulo com seus formosos quatro Anjos, que demonstram os instrumentos da Paixão do Senhor»[1]. Merece menção a livraria com 5.000 volumes e que, paralela à Igreja, tinha amplas janelas para o pátio interior; e as oficinas de pintura e escultura.

A *Pinturia*, vocábulo que não anda em dicionários, mas é admiravelmente bem formado, e assim o traz o *Inventário*, era uma sala grande no corredor de cima, quási junto à portaria. Nela se ataviavam e pintavam as imagens que se esculpiam noutra oficina, a de escultor e entalhador, anexa à Carpintaria. Nesta veio surpreender o ano de 1760 muitas esculturas e obras de talha, apenas iniciadas. E para outras, se guardavam ainda nos ranchos e fora dêles, «muitos troncos de cedro grandiosos para estátuas»[2]. A 11 de Junho de 1761 o Colégio e Igreja de Nossa Senhora da Luz destinou-se oficialmente a ser Palácio dos Bispos, Seminário, Livraria e Sé, mandando-se unir tudo à mesa episcopal. Feito o inventário, operou-se a união, a 12 de Novembro de 1761. O Colégio serviu efectivamente de Paço episcopal até D. Frei Carlos de S. José e Sousa (1844-1850), época em que se arruinou. Começou a reconstruir-se, diz César Marques, «no princípio do ano passado» (o seu *Dicionário* foi impresso em 1870), mas as obras pararam «depois de se haver dispendido mais de vinte contos em pura perda»[3]. Nêste edifício, depois de reconstituido, funciona hoje (1942) um Colégio.

O antigo Colégio dos Jesuítas do Maranhão seria monumento inestimável, se o tivessem conservado os que lhes sucederam. Frutuoso Correia, que o viu em 1696, compara-o nada menos que ao famoso Colégio da Madre de Deus, de Lisboa: «Restava agora dar notícia desta terra do Maranhão e ainda que a Missão pretende mandar carta mais difusa, direi brevemente o que vi e achei nesta terra. Tem esta Cidade de S. Luiz do Maranhão 4 Conventos de Religiosos, Carmos, Mercês, Antoninhos e o nosso Colégio, que está fundado

1. *Inventário do Maranhão*, 26v.
2. Ib., 23-24.
3. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 431, 514.

pela traça do Colégio da Madre Deus dessa Cidade, mas muito maior, e a Igreja, estando acabada pode competir com algumas, que se jactam de singulares nêsse Reino»[1].

2. — Esta igreja de 1696 já não era a primeira construída pelos Jesuítas. A primeira igreja dos Jesuítas no Maranhão foi obra de Luiz Figueira por volta de 1627: Diz a *Carta Trienal* de 1626-1628: «Concluiu-se o edifício da nossa igreja, único de pedra e cal naquela cidade. Por ser o mais seguro e o mais formoso, escolheu-se para se guardar nêle o Santíssimo Sacramento». O facto, naturalmente, celebrou-se com festas e espectáculos[2].

Foi esta primeira igreja que atravessou o doloroso período da invasão holandesa e serviu de refúgio a algumas famílias, e foi nela que prègou Vieira[3]. Mas o próprio Padre Vieira, verificando que já era pequena para o movimento crescente da população, pensou em construir outra, nova e maior. Ainda levou tempo a construção: houve divergências nos planos que se apresentaram[4]. Entretanto angariavam-se donativos. Das pedreiras da Ilha de S. Francisco ia-se reunindo pedra, e já em 1672, se haviam transportado para o pôrto do Colégio, «mais de 2.000 carros dela»[5]. Chegou a lançar-se a primeira pedra em 1679, benzida pelo Bispo D. Gregório dos Anjos, mas nêsse mesmo lugar o P. Gonçalo de Veras construiu o terceiro corredor do Colégio, por ordem do P. Pedro de Pedrosa[6].

A primeira pedra, a definitiva da actual igreja, lançou-se em 1690 por iniciativa dos Padres Bettendorff e Diogo da Costa, o primeiro Superior da Missão, o segundo Vice-Reitor do Colégio. Chamaram-se os Índios da Aldeia de Maracu, a quem se

---

1. *Relação da Viagem que fez o P. Fructuoso Corrêa*, S. Luiz do Maranhão, hoje véspera do Espírito Santo, 1696», *Bras. 9*, 419.

2. *Bras. 8*, 387; S. L., *Luiz Figueira*, 53-54, onde se pode ver, completo, êsse passo da Trienal.

3. Morais, *História*, 147.

4. Bettendorff enviou para Roma dois esboços, o do seu próprio plano e outro do P. Pier Consalvi (*Bras. 26*, 43a). Além dêstes havia em 1679, um 3º plano, que era o do P. António Vieira (*Bras. 26*, 67).

5. *Bras. 9*, 285; Bett., *Crónica*, 294.

6. *Bras. 3(2)*, 147; Bett., *Crónica*, 338-343; *Cartas de Vieira*, III, 431. Incrustada na parede vimos em 1941, uma pedra, com monograma duplo, o da Companhia e o de Nossa Senhora, e, em cada canto dela um algarismo que reunidos dão *1679*. Será aquela pedra, benzida pelo Bispo D. Gregório ?...

pagava estipêndio, e, «não tardou o P. Vice-Reitor, Diogo da Costa um momento a pôr em execução tudo, ajudando-o todos os moradores com os seus carros e bois para logo pôr toda a pedra em riba; feito isto uns dias antes da festa do *nascimento* da dita Nossa Senhora da Luz [8 de Setembro] mandou ao irmão Manuel da Silva, sub-intendente das obras, que com a assistência do capitão engenheiro Pedro Carneiro de Azevedo e do capitão Domingos de Almeida, tomasse com o mestre pedreiro Francisco Pereira e Lucas Nunes a esquadria do sítio e fincasse páus, conforme o debuxo que eu lhe tinha deixado, feito por minha própria mão. Acabado isso, com tôda a pressa e diligência começaram-se a abrir os alicerces de oito palmos de largura e doze de altura, no fim do qual lançou o Sr. governador o Capitão General do Estado, António de Albuquerque Coelho de Carvalho, em presença de seus ministros, nobreza e povo da cidade, do Padre Vice-Reitor e todos os mais Padres do Colégio, a primeira pedra, com vinte cruzados de prata, com grandes festas e tiros dos estudantes, para aplaudirem tão bons princípios»[1]. Bettendorff dá pormenores da construção: Fez-se primeiro a sacristia; depois demoliu-se a igreja velha tôda, a do P. Luiz Figueira; a sacristia nova ficou a servir de igreja até se concluir a nova, e utilizou-se a pedra da igreja velha[2]. O mesmo cronista assinala com minúcia as fases da construção desta igreja, feita, diz êle, segundo as prescrições de Vitrúvio, mestre dos Arquitectos, à imitação de Nossa Senhora do Loreto, de Lisboa[3]. Os retábulos do altar-mor são obra do entalhador português Manuel Manços, coadjuvado por outros entalhadores já do Brasil, discípulos dos Jesuítas[4].

A inauguração, solene da igreja de Nossa Senhora da Luz foi véspera de S. Inácio, 30 de Julho de 1699. Consagrou-a o Prelado, D. Fr. Timóteo do Sacramento, na presença de todo o clero da cidade, secular e regular. Logo celebrou missa o Reitor, Francisco de Andrade. Acabada ela, o Bispo foi ao sacrário, onde estava recolhido o Santíssimo, e o trouxe em procissão «pela praça, com as imagens de Nossa Senhora da Luz, Santo Inácio, S. Francisco Xavier e Corpo

---

1. Bett., *Crónica*, 502-503. A data de 1690 não vem expressa em Bettendorff, mas sim no Necrológio de Diogo da Costa, *Lembrança dos Def.*, 2.
2. Bett., *Crónica*, 519-521, 532.
3 Bett., *Crónica*, 567-568.
4. Bett., *Crónica*, 506.

de S. Bonifácio, em charolas, muito bem concertadas, e se recolheu à igreja nova».

No dia seguinte, consagrado ao Fundador da Companhia, disse missa nova o P. Inácio Rodrigues de Távora. Prègou Jódoco Peres com a assistência do mesmo ilustre prelado[1].

Em 1737, o P. Inácio Xavier, Reitor do Colégio, requereu à Câmara concessão de 4 palmos de largura para a nova tôrre que queria erguer, «com o frontispício, olhando para o Sul, a correr a Via Sacra, de oeste para leste». A tôrre, diz êle, seria «ornato para o templo de Deus, da cidade e do bem público, pela conveniência de aí haver um relógio de que muito carecia a cidade desde a sua fundação». A Câmara, com mira no relógio, deferiu a petição, a 17 de Setembro de 1737[2]. «As *tôrres*, dizia o Padre, seriam uns como redutos fortes contra os inimigos»; de-facto, há referências nos documentos a outra tôrre *velha*.

A igreja em 1759 constava de cinco altares: Altar-mor, S. Brás, S. Francisco Xavier, Santa Quitéria e Nossa Senhora da Boa-Morte[3].

Pela sua grandeza, arquitectura e ornato, era «o mais nobre templo desta cidade»[4].

A 17 de Janeiro de 1762, fez-se a mudança da sé antiga para a Igreja dos Jesuítas, que ficou sendo então Catedral do Maranhão[5].

O majestoso templo dos Jesuítas foi objecto, depois disso, de modificações não na sua arquitectura fundamental, mas na disposição interna dos altares e pinturas.

Em todo o caso na Catedral e sacristia ainda há vestigios impressionantes da antiga beleza[6].

3. — Os Jesuítas fundaram o primeiro seminário do Maranhão. A sua instituição, que obedece ao movimento iniciado pelo

---

1. *Lembranca dos Def.*, 2.
2. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 514,
3. *Inventário do Maranhão, Bras. 28*, 25v-26v.
4. Morais, *História*, 15.
5. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 514. O alvará régio que autorizava a mudança é de 11 de Junho de 1761, D. Francisco de Paula e Silva, *Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão* (Baía 1922) 135.
6. Para confronto e possíveis identificações, damos seu *Inventário* de 1760, *Apêndice* C.

P. Malagrida, data de 1753, mas vinha-se arrastando desde o tempo dos dois prelados, D. Manuel da Cruz e D. Francisco de Santiago.

Algum benfeitor deve ter concorrido para a fundação dêle, deixando-lhe alguns bens, movido pelas prègações do Padre, que dispunha além disso da ajuda da Côrte de Lisboa. O primeiro daqueles Prelados D. Fr. Manuel da Cruz aplicou a herança para o património do futuro Seminário. O seu sucessor, D. Francisco de Santiago, pretendia porém aplicá-la a outros fins, piedosos sem dúvida, mas enfim diferentes da aplicação primitiva. Com o falecimento do Bispo, em fins de 1752, desapareceram as dificuldades. E, «apesar da estreiteza do tempo, fundou-se um Seminário e se povoou de meninos, que os nossos Padres criam e instruem em virtude e letras com o máximo cuidado», — diz o próprio Malagrida à Rainha Mãe [1].

Noutra carta, à mesma Rainha, anota que o Seminário de S. Luiz se instalou numa «Casa que em algum tempo tinha servido de Palácio episcopal, perto do Colégio». E nêle «assistem de presente dois Padres da Companhia, e os Seminaristas logo entraram 11, e, com os que estão para entrar, chegarão a 30» [2].

«Em 8 de Setembro de 1753, diz Mury, teve o varão de Deus, o prazer de introduzir em um novo estabelecimento muitos alunos destinados a serem o esteio e ornamento das igrejas do Maranhão» [3].

Com a fundação dêste Seminário em S. Luiz coincidiu a fundação de mais dois: o de Parnaíba, dedicado a Santa Úrsula, fundado nos começos de 1749. Em Agosto de 1752 se diz do P. Miguel Inácio que ia no 3º ano do seu govêrno [4]. Em 1753 já não aparece com o nome de Seminário de Parnaíba, mas sim de Simbaíba, e com o mesmo Regente; e, distinto dêste, na mesma página, se menciona o seminário de Guanaré, que veio afinal a ficar em *Aldeias Altas* do Itapicuru, fundindo-se com êle ao que parece os anteriores, de Parnaíba ou Simbaíba e Guanaré, cujos nomes já não constam do *Inventário*.

---

1. Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 444-445.

2. Documento, com data no verso de 1 de Outubro de 1753, em Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 441. César Marques diz que achara num assento do Cabido a informação de que «os Padres Jesuítas tinham erigido nesta capital, um Seminário no meio da cidade, numa morada de casas que alugaram para esse fim, ao Capitão Manuel Gaspar Neves, e depois compraram», *Dic. do Maranhão*, 516.

3. Mury, *Hist. de Gabriel Malagrida*, 131.

4. *Bras. 27*, 164, 184v.

Era ainda o período ante-preparatório para a fixação definitiva, com os debates correlativos entre os Padres responsáveis.

Para as fundações de Seminários dispunha Malagrida de 30.000 cruzados, provenientes de esmolas e subsídios régios. Não eram fundos suficientes, mas os Seminários ficavam no regime de semi-pensionato, com que seria mais fácil a sustentação e a manutenção dêles, sem perigo de ter de fechar por falta de subsistências próprias. Como em tôdas as coisas, na resolução disto ainda se produziram pareceres divergentes. Os superiores locais, e isto tanto no Pará, como no Maranhão, com conhecimento mais directo das dificuldades, tinham critérios, que não eram os do P. Malagrida, que, em carta íntima, desabafa familiarmente com o P. Bento da Fonseca, Procurador Geral em Lisboa[1].

Apesar das dificuldades, de carácter estritamente interno e administrativo, os Seminários fundaram-se e prometiam realmente úteis frutos na educação da juventude, quando sobreveio a perseguição e encerramento de tôdas as Casas.

No dia 8 de Junho de 1760 o Vice-Reitor do Seminário de S. Luiz, P. António Machado e o P. Francisco Abranches foram conduzidos sob prisão ao Colégio[2].

Além das casas, em que funcionava, o Seminário possuía outras, para com suas rendas se sustentarem os Seminaristas. Tinha Capela, com ornamentos e dois cálices, e nas paredes, como ornato, «vários quadros e lâminas». E entre outros pertences «uma estante de livros pela maior parte de línguas estranhas»[3].

4. — Além do Seminário, os Jesuítas fundaram o Recolhimento do Maranhão. Inaugurou-se em 1752. São palavras do P. Malagrida: Levantou-se «desde os fundamentos até ao tecto, um *mosteiro* para as futuras religiosas, e se acabou e mobilou o internato ou *Recolhimento* para as moças. Êste abriu-se felizmente no dia 5 de Agôsto do mês próximo passado, com grande aplauso da cidade, concurso de tôdas as classes e com tôda a solenidade possível»[4].

---

1. Carta de Gabriel Malagrida ao Procurador Geral Bento da Fonseca, do Maranhão, 13 de Maio de 1753, em Melo Morais, *Corografia*, IV, 211.

2. Apêndice ao Cat. de Portugal (Lisboa 1904) X.

3. *Inventário do Maranhão*, 27v.

4. Carta autógrafa de Malagrida à Rainha D. Mariana, em Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 445, que infelizmente não traz data; Mury, *História de Gabriel Ma-*

O primeiro grupo entrado foram 13 meninas entre a emoção geral [1].

Mosteiro e *Recolhimento!* As religiosas do Mosteiro, que haviam de dirigir o Recolhimento, receberam as regras e hábito do Instituto de Santa Úrsula. A sua primeira superiora, Sóror Maria José de Jesus, desencadeada depois a perseguição contra os Padres fundadores, deu provas de lamentável fragilidade, mudando de hábito, em 1768, porque o das «Ursulinas do Coração de Jesus» se parecia um tanto com a roupeta da Companhia... [2].

O Recolhimento das Ursulinas do Coração de Jesus, fundado nos mesmos locais em que está hoje o Colégio das Religiosas Doroteias, teve depois, outras aplicações, outros nomes, novas casas. Não é porém já história da Companhia [3]. No Colégio das Doroteias vimos em 1941, conservado com veneração, um banco tôsco, de madeira, unido segundo antiga tradição às origens da casa, e em que escreveram, em letras de molde, BANCO DO PADRE MALAGRIDA.

---

lagrida 128-129, que coloca a inauguração em 1752; e, de-facto, a licença do Prelado do Maranhão, para a abertura do Recolhimento é datada de 5 de Julho de 1752 («e dous annos») conforme documento do Arquivo do Colégio de Santa Teresa, do Maranhão, das Irmãs Doroteias. Morais, *História*, 15, não faz distinção entre *Mosteiro* e *Recolhimento*. Fala apenas de «Recolhimento de senhoras nobres solteiras». Mas deve prevalecer o testemunho do próprio fundador.

1. Carta de Wolff à mesma Rainha, de 25 de Novembro de 1753, em Lamego, *A Terra Goitacá*, 323-324; Mury diz que eram 15, op. cit., 129.

2. E acreditou nas calúnias do Bispo D. Miguel de Bulhões e do governador Mendonça Furtado que atingiam a probidade dos Padres em particular a do P. Manuel da Silva, procurador do Recolhimento, que tratava de colocar em bases sólidas e seguras o património dêsse mesmo Recolhimento. Alencastre dá a entender que o Padre Manuel da Silva fôra para as Missões de Natividade de Goiás «povoando fazendas, comprando escravos e formando novos legados», para aumentar os seus bens *pessoais* (*Annaes da Prov. de Goyaz* na *Rev. do Inst. Bras.*, *27*, 2.ª P. (1864) 176-180. Tôda a gente sabe que os Jesuítas não têm, nem podem ter bens pessoais. Entre as fazendas de Goiás havia uma chamada *Recolhimento*, que supomos ser a que êle aplicara, defendendo-o e aumentando-o, ao património das Ursulinas do Maranhão. Quando isto se inventava, já o P. Manuel da Silva vivia incomunicável nas prisões pombalinas, sem se poder defender, nem suspeitar, do que faziam correr por sua conta. Faleceu nos cárceres de S. Julião da Barra, a 16 de Abril de 1766. «*Vir valde zelosus et austerae paenitentiae*» (Arc. Prov. Port., *Pasta 188* (18). Era português, e fôra no Maranhão, mestre de noviços e apóstolo dos Exercícios Espirituais, *Bras. 25*, 76v; Arq. Prov. Port., *Pasta 176*, 16.

3. Cf. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 480, onde trata do «Recolhimento de N.ª S.ª da Anunciação e Remédios».

5. — Os Jesuítas fundaram, ainda no Maranhão, a Casa dos Exercícios e religiosa recreação de Nossa Senhora Madre de Deus, dentro da cidade, na «Ponta de S. Amaro». A primeira intenção, ao fundar-se, foi para Casa de Campo dos mestres e estudantes do Colégio do Maranhão, no qual havia em 1731, «estudos gerais de Teologia, Filosofia, Retórica, Gramática e ultimamente uma escola de ler, escrever e contar», como expõe à Câmara o P. José Lopes, requerendo alguns terrenos para alargar a *Quinta da Madre de Deus* [1].

A Quinta tinha-se comprado pouco antes, mas já existia em 1713, ano em que o Capitão-mor Constantino de Sá requereu à mesma Câmara a utilização de certos materiais existentes nessa *Ponta de Santo Amaro*, para uma ermida que estava erguendo a «Nossa Senhora da Madre de Deus, Aurora da Vida». O sítio foi-lhe trespassado já por outros [2].

O Geral aprovou a compra e o fim a que se destinava [3].

A êste primeiro destino da *Quinta da Madre de Deus* de ser *Casa de Campo*, veio alguns anos depois juntar-se outro: o de servir também para *Casa de Exercícios Espirituais*. O facto vem narrado em carta do Geral, de 6 de Fevereiro de 1737. Um sacerdote secular, P. António de Matos Quental, nuns exercícios que dera o P. Manuel da Silva, sentindo-se movido ao desprendimento pessoal dos bens temporais, aplicou os que possuía à Casa da Madre de Deus [4].

---

1. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 366.

2. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 365-366; D. Francisco de Paula e Silva, *Apontamentos para a História Ecclesiástica do Maranhão* (Baía 1922) 103-104; Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, X (Lisboa 1722) 370-371, dá a primeira origem da ermida, e como a denominação procede da Madre de Deus, de Lisboa, por devoção do Governador Cristóvão da Costa Freire, Senhor de Pancas.

3. Carta do P. Geral ao P. José Lopes, de 3 de Março de 1731: Aprova a compra da *Madre de Deus «pro nostrorum recreatione, laudamusque* R^ae^ V^ae^ *industriam in conquirendo illius pretio absque impensis Collegii», Bras. 25*, 49v; a 2 de Fevereiro de 1732, escreveu de-novo o P. Geral: *Concedimus facultatem P. Josepho Lopes ut commode instruere ac ornare suburbanam villam da Madre de Deus pro nostrórum recreatione possit»*, — Do P. Retz ao P. Vidigal, *Ordinationes*, Bibl. de Évora, cód. CXVI/2-2 p. 158; cf. *Bras. 25*, 54v.

4. *Bras. 25*, 76v. Acrescenta-se nesta carta que o P. José Vidigal pedia e se concedeu, que o P. António de Matos Quental, tivesse carta de participação de merecimentos, e pudesse à hora da morte emitir os votos simples e enterrar-se com a roupeta dos Jesuítas na igreja da Companhia.

Não tardou a suscitar-se a questão jurídica, interna, desta casa, se haveria de ser autónoma, se anexa ao Colégio do Maranhão. A solução final foi que ficasse dependente do Reitor como superior comum, mas com administração autónoma sob a regência de um Superior ou ministro próprio, de maneira que os seus bens primitivos se aplicassem unicamente à mesma Casa, e não entrassem nos fundos do Colégio nem se gastassem em coisas dêle [1]. Era partidário em 1740 da união ao Colégio José Lopes, verdadeiro fundador da Madre de Deus; e partidário da autonomia Bento da Fonseca [2]. Resolveu-se o assunto por uma plataforma intermédia, preponderando ainda assim a segunda modalidade. E ficou a Casa da Madre de Deus, distinta economicamente, do Colégio do Maranhão, contendo em si as duas referidas finalidades, *Casa de Campo* para recreação dos estudantes do Colégio, e *Casa de Exercícios* para pessoas de fora. Para estabilizar e ampliar esta segunda modalidade interveio também algum tempo depois Malagrida.

Êle próprio diz que, chamado à Côrte em 1753 pela rainha D. Mariana, receava se atrasasse a «Casa dos Exercícios». Confiava porém em que a soberana a amparasse [3]. Amparada por ela ou não, é certo que as obras continuaram. E em 1760 a Casa constava de dois corredores: um que era a frontaria a par do frontispício da nova igreja. com 10 aposentos, cinco em cada andar, «para hospedagem dos exercitantes seculares, e habitação dos religiosos da casa»; outro corredor, de norte a sul, com outros tantos cubículos.

Era uma das casas da Companhia mobilada com mais gôsto e cuidado: paineis, cadeiras de espaldar, ricas, para «os hóspedes graves, Bispos, Governadores e Ministros». Destinados aos estudantes, em férias: «dois jogos de taco» e outros atractivos.

A livraria, ainda que nova, ia em «perto de 1000 volumes de tôdas as matérias, quási todos encadernados de novo em pasta».

Para substituir a primitiva ermida, ergueu-se uma igreja de 150 palmos de comprimento, 45 de largo e 50 de alto. Celebrou-se nela a primeira missa, inaugural, no Natal de 1759. Constava de quatro altares e era ricamente ornada, com muitas estátuas de vulto, e lâminas de Roma, dois crucifixos de marfim «obras primas», e nas pa-

1. *Bras. 25*, 97v.
2. *Bras. 25*, 93v-95v; Bibl. de Évora, *Ordinationes*, cód. CXVI/2-2, p. 159.
3. Carta, em Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 445.

redes seis paineis de Itália. As suas duas tôrres erguiam-se já até às cúpulas, quando tudo parou. A carta régia de 11 de Junho de 1761 destinou a Casa da Madre de Deus a Colégio dos Nobres, de Maranhão e Piauí. Mas tal Colégio foi sonho sem realidade. Diz César Marques que ainda viu documentos assinados no «Palácio da Madre de Deus», indício de que algum tempo esta casa dos Jesuítas serviu de Palácio dos Governadores. Foi depois enfermaria de soldados [1]. Hoje é o *Hospital Geral*. Visitamo-lo em 26 de Julho de 1941. Do edifício primitivo só restam alguns arcos, para o pátio interno. Da igreja e tôrres, nada. E nada também de tudo o mais, que consta do *Inventário*. Publicamo-lo pois em *Apêndice*, não só como peça histórica, mas ainda para possível identificação dalguns dos seus objectos de arte que porventura andem dispersos [2].

6. — Tôdas estas casas eram governadas, directa ou indirectamente pelos Reitores do Colégio de Nossa Senhora da Luz. Na presente lista dêles, muitas datas-limites são sujeitas a rectificação pela impossibilidade de se determinar exactamente, não nos ficando referências explícitas. Além dos nomes, aqui mencionados, tira-se por indução que deve ter havido mais um ou outro. Por exemplo, diz-se nos Catálogos, que Bucarelli foi alguns meses Vice-Reitor; e que o P. Miguel Antunes, famoso missionário, «foi Vice-Reitor»: mas onde e quando? De certo, e vale o mesmo para outros, nalgum intervalo, quando o reitor falecia ou era elevado a Superior da Missão.

---

1. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 366.

2. Cf. *Apêndice D*. Como se verá, aparece nêle o «*nosso irmão*» P. Inácio da Costa, benfeitor e doador da Fazenda do *Matadouro* e da Fazenda de N.ª S.ª de Belem de *Igaraú*. «Ficou nesta fazenda o sobredito P. Inácio e não sabemos como se houveram os ministros com ele». Escreve César Marques: «O P. Inácio da Costa *Quintal*, que foi Jesuíta, e faleceu em 1768, doou os seus bens a esta Capela (a primitiva da Madre de Deus) e o Govêrno mandou logo tomar conta dêles. Possuia êste Padre a *Fazenda dos Morcegos*, que foi confiscada com os bens dos Jesuítas, o que não aconteceu com a de *Garaú* por ai morar o dito Padre». César Marques resolve pois a dúvida do inventário, quanto ao sucedido ao P. Inácio da Costa. Simplesmente êste Padre não era Jesuíta, tinha apenas a carta de participação de merecimentos (ou carta de irmandade: «nosso irmão»); e o facto de César Marques acrescentar ao seu nome o apelido de *Quintal* faz aproximá-lo daquele outro Quental, com circunstâncias tão idênticas de beneficência a respeito da mesma Casa da Madre de Deus, que pode originar confusões. No entanto, são diferentes. E não vimos, em documentos da Companhia, o apelido *Quintal* aplicado ao P. Inácio da Costa.

Manuel Gomes (1615-1618). Vem na armada de Alexandre de Moura. Assiste à Conquista e fica em companhia de Diogo Nunes a trabalhar em casa provisória. Retira-se em 1618.

Luiz Figueira (1622-1636). Funda a casa definitiva, própria da Companhia.

Lopo do Couto (1636-1642). Morais dá-o como Superior, depois da ida para Portugal do P. Luiz Figueira [1]. Não achamos documento dêsse facto. Mas era-o com certeza em 1641, certifica António Teixeira de Melo [2].

Benedito Amodei (1642-1647). Superior com certeza, pelo menos depois da morte do P. Couto.

P. Francisco Pires (1647-1649). Assumiu o govêrno da casa, depois da morte do P. Amodei (Novembro de 1647).

P. Francisco Veloso (1652-1653). Matando os bárbaros do Itapicuru ao P. Pires e mais companheiros, ficou sem ninguém a casa do Maranhão. Reatou o govêrno o P. Francisco Veloso, a quem o P. Vieira no Tejo entregou a superintendência da Missão e da casa e ao qual o P. Veloso a devolveu, apenas êle chegou.

P. António Vieira (1653-1654). Superior da Missão, ficou também algum tempo superior da casa. Mas durante a sua viagem ao Pará e Tocantins deve ter ficado outro Padre à frente dela.

P. Mateus Delgado (1654-1657). Tinha o govêrno da casa, quando Vieira voltou do Reino [3].

P. António Vieira (1657). Era superior, no Maranhão, a 5 de Dezembro de 1657 [4].

P. Ricardo Careu (1658-1661). Diz Bettendorff que sucedeu ao P. Delgado, e pelo modo de falar dêle, no próprio ano da volta de Vieira (1655); mas a êsse tempo ainda Careu não estava no Maranhão. Já era superior em 1659 [5]. Retirando-se os Padres, no motim de 1661, fechou-se a casa.

---

1. Morais, *História*, 151.

2. Morais, *História*, 180. Pelo modo de falar do P. Figueira, citando primeiro o P. Amodei, à sua chegada do Xingu, parece-nos que teria ficado o P. Amodei. Assim o consignamos em *Luiz Figueira*, 63. O P. Couto deve ter falecido em fins de 1642. Já era morto em meados de Janeiro de 1543, data em que faleceu o Capitão Moniz Barreiros, seu parente (*Hist. Prop. Maragn.*, 246-247).

3. Bett., *Crónica*, 87.

4. *Bras. 3(1)*, 312.

5. Bett., *Crónica*,, 145.

P. Pier Luigi Consalvi (1662). Chega do Pará e retoma a casa e o govêrno dela [1].

P. João Maria Gorzoni (1662-1663). Ao voltar de Portugal para onde fôra no motim, fica no govêrno da casa. Metendo-se o Superior da Missão no seu ofício, Gorzoni pediu para deixar o superiorado, dedicando-se exclusivamente às Missões [2].

P. João Filipe Bettendorff (1663-1667). Substitue Gorzoni em 1663 [3]. Deixa o govêrno da casa pouco antes de Rui Vaz de Siqueira deixar o Govêrno do Estado, que foi em meados de Maio de 1667 [4].

P. Pier Luigi Consalvi (1667-1668). Nomeado pelo P. Gonçalo de Véras, então Superior da Missão, por parte do Brasil [5].

P. Francisco Veloso (1668-1674). Nomeia-se já *reitor*. Deve ter tomado posse no último trimestre de 1668 [6].

P. João Filipe Bettendorff (1674-1680). É o primeiro Reitor *de patente* [7].

P. Gonçalo de Veras (1680). Toma posse no dia 7 de Junho de 1680, por patente, que o Visitador P. Pedrosa trouxe do Brasil [8].

P. Estêvão Gandolfi (1680-1684). Já era Reitor em 1682 e era-o ainda por ocasião do motim de 1684. Passou para a Província do Brasil e não voltou à Missão.

P. Sebastião Pires (1685-1688). A 23 de Setembro de 1685 reentra na igreja e Colégio, com o apôio do Governador Gomes Freire de Andrade, a quem pede o perdão dos condenados à forca [9]. O P. Geral incumbiu o P. António Pereira do cargo de Vice-Reitor, mas não chegaria a tomar posse, por ser destinado à Missão do Cabo do Norte.

P. João Filipe Bettendorff (1688-1690). Tomou posse no mesmo dia da sua chegada de Lisboa, 3 de Agosto de 1688 [10].

---

1. Bett., *Crónica*, 197.
2. Bett., *Crónica*, 223.
3. Bett., *Crónica*, 223.
4. Bett., *Crónica*, 243-244; Porto Seguro, *HG*, III. 247.
5. Bett., *Crónica*, 243.
6. *Bras. 9*, 261; *Apontamentos*, na Bibl. de Évora, cód. CXV/2-14, ao nº 15, f. 20.
7. *Bras. 26*, 40; Bett., *Crónica*, 300.
8. *Bras. 3(2)*, 136v; Bett., *Crónica*, 354.
9. *Bras. 26*, 114, 122.
10. Bett., *Crónica*, 441-442.

P. Diogo da Costa (1690-1695). Fica por Vice-Reitor, em vez do P. Bettendorff, que passou a superior da Missão [1]. Foi nomeado para suceder-lhe, em 1693, o P. Manuel Martins, da Provincia de Portugal, mas, adoecendo, ficou no Reino [2].

P. José Ferreira (1695-1696)). Embarca em Lisboa para o Maranhão, já nomeado Reitor [3]. Em 1696 passa a superior da Missão.

P. Antônio Coelho (1696-1699). A patente chegou ao Maranhão a 19 de Maio de 1696 [4].

P. Francisco de Andrade (1699-1702). O P. Geral, em carta de 8 de Janeiro de 1701, diz que em concluindo o triênio volte para Portugal [5]. Período de incertezas, por falta de documentos explícitos.

P. João de Vilar (1706 ?-1713 ?). Os Catálogos de 1708 e 1710 dão-no como Reitor. Foi-o por seis anos, diz a sua «lembrança necrólogica», sem explicitar se o foi de uma vez só [6]. Em 1710 era, também, Vice-Superior da Missão.

P. Diogo da Costa (1712 ?-1715 ?). O catálogo de 1720, diz que tornara a ser Vice-Reitor três anos [7] Seria nêste tempo ? Parece que chegou a ser nomeado o P. Manuel Rebelo, que, como do de Superior da Missão, pediu também dispensa dêste cargo, por amor dos Índios, de que era missionário. (Tinha reduzido os *Arapiuns*). Ficou em vez dêle o P. Vidigal [8].

P. José Vidigal (1715-1721). O Geral, em carta de 22 de Setembro de 1714, comunica-lhe que o nomeia Reitor [9]. Passou a Superior da Missão em 1721, e tinha sido Reitor cerca de 6 anos [10].

P. Manuel de Brito (1721-1724). Toma posse a 15 de Janeiro de 1721 [11].

P. José de Mendoça (1724-1727). Era antes superior de Tapuitapera e pediu licença ao Geral para voltar à sua Província do Brasil, não lho concedendo o Geral por falta de gente e precisar dêle para

1. Bett., *Crónica*, 472; *Bras. 27, 7*, 11v.
2. *Bras. 3(2)*, 300v; Bett., *Crónica*, 544.
3. *Bras. 3(2)*, 350v.
4. Bett., *Crónica*, 599.
5. Cf. Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 392.
6. *Lembrança dos Def.*, 4v, 5v.
7. *Bras. 27*, 30v.
8. *Bras. 25*, 5v, 9.
9. *Bras. 25*, 4.
10. *Bras. 27*, 39.
11. *Bras. 27*, 47.

o Colégio do Maranhão[1]. Deveria ter tomado posse depois do P. Brito passar a Superior da Missão[2]. Pedindo dispensa, não lhe foi aceita, e ainda exercia o cargo em 1727[3].

P. João Tavares (1727-1729). Dão-no alguns como Vice-Reitor do Pará; nos catálogos só aparece como Vice-Reitor do Maranhão[4].

P. Gonçalo Pereira (1729-1730). Toma posse a 20 de Setembro de 1729[5].

P. Carlos Pereira (1730-1733). Toma posse a 20 de Setembro de 1730[6]. O Geral, em carta de 27 de Janeiro de 1734, louva o seu zêlo e virtude e o cuidado em demarcar com os requisitos legais, as terras do Colégio e fazer o tombo delas[7].

P. Inácio Xavier (1733-1738). Posse a 29 de Junho de 1733[8]. O Geral a 2 de Fevereiro de 1732 enviou ao P. José Lopes patente de Reitor[9]; mas o P. Lopes pediu dispensa do cargo e para ir para o Rio Madeira, missão de Cachoeiras. A 4 de Fevereiro de 1733 o P. Geral concedeu-lhe a dispensa e o pedido[10]. Não deve ter chegado a tomar posse pois nesta mesma data ainda trata o P. Carlos Pereira, de Reitor, e alude a um castigo que lhe dera sem especificar mais[11].

P. Caetano Ferreira (1738-1741). A 11 de Fevereiro de 1737 o P. Geral envia ao P. Vidigal, Vice-Provincial, patente para Reitor do Maranhão, e se não pudesse, por doença dos olhos de que padecia, mandava ao mesmo tempo outra para o P. Caetano Ferreira, que foi realmente o que ficou. Não tomou logo conta e tentou escusar-se[12]. Já era Reitor em Agôsto de 1738[13].

P. Júlio Pereira (1741-1745). Posse a 20 de Maio de 1741[14].

---

1. *Bras. 25*, 23v.
2. *Bras. 25*, 22.
3. *Bras. 25*, 25v, 37v.
4. *Bras. 27*, 62, 110.
5. Bibl. de Évora, cód. CXV/2-11, f. 26
6. *Bras. 27*, 51.
7. *Bras. 25*, 64v.
8. *Bras. 27*, 70.
9. *Bras. 25*, 54.
10. *Bras. 25*, 59-59v.
11. *Bras. 25*, 60.
12. *Bras. 25*, 81.
13. *Bras. 25*, 87.
14. *Bras. 27*, 110.

P. João Ferreira (1745-1748). Posse a 2 de Maio de 1745 [1].

P. José Martins (1748-1750). Faleceu no cargo [2].

P Caetano Xavier (1752). Era Vice-Reitor nêste ano [3].

P. António Dias (1753-1755). Reitor desde o dia 20 de Abril de 1753 [4]. Ainda era em 1755 [5].

P. José da Rocha (1756-1757). Foi degredado para o Reino em Setembro de 1757 [6]. Em 1759 estava nos cárceres de Almeida e faleceu nos de S. Julião da Barra a 20 de Agôsto de 1775 [7].

P. Bernardo de Aguiar (1757-1760). Último reitor. O Colégio foi cercado a 7 de Junho de 1760 [8]. Prêso e desterrado para o Reino e daí para a Itália, ainda vivia em Roma a 17 de Março de 1767 [9].

---

1. *Bras. 27*, 125.
2. *Bras. 27*, 153.
3. *Bras. 27*, 183v.
4. *Bras. 27*, 188.
5. Várias referencias a êle em cartas do P. Bento da Fonseca, BNL, fg. 4529, doc. 79.
6. *Diário de 1756-1761*.
7. Arq. Port., *Pasta 188*, 18.
8. Apêndice ao Catálogo Port. de 1906, XII.
9. *Bras. 28*, 12v.

CAPÍTULO III

Aldeias e fazendas na Ilha de São Luiz

1 — *Primeira catequese e a Aldeia de Uçaguaba (Vinhais); 2 — Fazenda de Anindiba (Paço do Lumiar); 3 — Ilha de S. Francisco e terras de S. Marcos; 4 — S. Brás; 5 — Nossa Senhora da Vitória de Amandijuí; 6 — Nossa Senhora de Belém de Igaraú; 7 — Aldeia de S. Gonçalo, 8 — Aldeia de S. José.*

1. — As Aldeias e estabelecimentos dos Jesuítas no território do actual Estado do Maranhão podem agrupar-se em sete grandes circunscrições, cujo núcleo central é a própria Ilha de S. Luiz, entrando depois pelos rios, que vêm desaguar nas suas imediações, Pinaré, Mearim, Itapicuru e Monim, irradiando ao mesmo tempo pela costa, rumo ao norte (Tapuitapera) e rumo ao sul (Tutóia), numa actividade dispersa, eriçada de obstáculos, mas em certas regiões contínua, com tendência à centralização da catequese à roda de pontos agrícolas ou pastoris mais importantes, que se promoviam com cuidado, não só para assegurar e fixar os Índios na terra, garantindo-lhes a todos, livres ou servos, condição desafogada de vida, mas também para oferecer às obras dos Colégios e Igrejas meios adequados de progresso.

Iniciaram a catequese jesuítica da Ilha, Manuel Gomes e Diogo Nunes. É o próprio Manuel Gomes quem o narra em carta sua ao Provincial do Brasil, pouco depois de chegar na Armada de Alexandre de Moura:

«Finalmente entramos no pôrto do forte de S. Luiz, e os Índios se foram alojar junto a um monte, em o qual o Capitão-mor mandou fazer um forte, a que puseram o nome Santiago, em um logar alto e acomodado para castigar os navios que, sem ordem, quisessem entrar ou sair. Nós também, nos acomodamos aí perto em um lugar muito apto para repelir as emboscadas. Logo todos os moradores e Índios principais da ilha nos receberam com presentes e refrescos, vindo

depois em pessoa pedir quiséssemos aceitar agasalho em suas povoações. Entrados que fomos no forte, já tomado, S. Luiz, quis o Capitão-mor que a primeira missa que se dissesse na igreja fôsse solene como foi, cantando-se a dois coros e com charamelas. Houve prègação, e em todos um geral aplauso e agradecimento a Deus Nosso Senhor, por nos ter livrado de tantos perigos na viagem e das pazes com os Franceses, feitas com posse pacífica do forte de S. Luiz. Os Principais que no forte de Santiago nos tinham visitado, o tornaram a fazer, pedindo-nos quiséssemos ir às suas povoações levantar novas cruzes e igrejas, e declarar-lhes pela sua língua os mistérios de nossa santa fé, com mais clareza que os Reverendos Padres Barbadinhos, por a não saberem, e fazê-los cristãos, alegando uns serem os primeiros que isto tinham pedido, outros o conhecimento antigo que de nós tinham, por terem descido de Pernambuco, quando os Portugueses o começaram a povoar; nomeando os primeiros povoadores, contando os casos tanto ao certo, como se houvessem passado por seus dias: nem a idade, que em alguns passava de cem anos, lhes tirava a memória, e outros tomavam por intercessores, alguns Índios seus parentes que em nossa companhia vinham. Acrescentava em nós os desejos de satisfazer a todos o grande desejo que êles mostravam de se quererem fazer Cristãos. Dávamos-lhes esperanças de algum tempo virem Padres, que mais devagar lhes declarassem os mistérios de nossa santa fé, por nós termos de voltar para Pernambuco: e por não ficarem de todo desconsolados, lhes declarava o P. Diogo Nunes os mistérios da fé, dando-lhes notícia do verdadeiro Deus, e da bem-aventurança, prêmio dos bons, e do inferno, castigo dos maus».

Mas os Padres não voltaram tão depressa. Sobrevieram epidemias e ficaram quási três anos: «Nós nos ocupávamos da saúde espiritual e corporal dos enfermos, sangrando-os e dando-lhes outras mezinhas que os desejos de os ver sãos nos ensinavam, e sendo Gentios diziam que tudo o que de nós tinham ouvido era verdade, e desejavam levar a cada um de nós à sua Aldeia, para que os curássemos e fizéssemos Cristãos. Porém satisfizemos a êstes desejos com lhes levantar cruzes altas ao som de charamelas, e o Padre Diogo Nunes lhes declarava o que representavam; até que o Senhor, que nelas derramou seu sangue, seja servido que êles se aproveitem dêle, e a nós dê forças e graça para o servirmos». E assim «temos corrido» tôda a Ilha[1].

1. Morais, *História*, 80-82; cf. certificado de Alexandre de Moura, em S. L., *Luiz Figueira*, 42.

Os Padres moravam na cidade. Não consta o nome destas Aldeias que assim percorreram e catequizaram. Mas a tradição conserva o nome de uma, a *Aldeia de Uçaguaba*, na margem esquerda do Igarapé do mesmo nome, que vem desaguar no Rio Anil em frente da cidade de S. Luiz. Constituiram essa Aldeia os Índios, que os Padres Manuel Gomes e Diogo Nunes trouxeram na Armada de Alexandre de Moura, e, com êles, alguns índios da terra, dos muitos que pela Ilha andavam dispersos, alguns já catequizados pelos Padres Capuchinhos franceses. Os dois Padres visitaram outras Aldeias das 27, que segundo Cláudio d'Abbeville, tantas eram as da Ilha do Maranhão [1].

A Aldeia de Uçaguaba, por ali se instituir a primeira catequese dos missionários portugueses conforme ao estilo das missões do Brasil, chamou-se por antonomásia, a *Aldeia da Doutrina*. Os escritores maranhenses identificam essa aldeia com a actual povoação de *Vinhais* [2].

2. — Como em tôda a parte, também no Maranhão procuraram os Padres ter fazendas para o granjeio da vida, já que não podia ser de outra forma. As primeiras terras, que possuiram os Padres do Maranhão, foi uma légua em quadra, no sítio *Anindiba*, interior da Ilha, correndo a leste para Itapari. Foi doada ao P. Luiz Figueira antes de 1625, para o futuro Colégio, por Pedro Dias Moreno, antigo artilheiro da armada da conquista, e sua mulher Apolónia Bustamante [3].

---

1. A citação é do próprio P. José de Morais, *História*, 76.

2. Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, I (1860) 77; César Marques, *Dic. do Maranhão*, 327. Segundo êste a Aldeia de Uçaguaba teria passado depois à posse da Câmara, e já era com certeza da administração dos Padres de Santo António quando a 1 de Agôsto de 1757 foi elevada a vila com aquêle nome de Vinhais, que é o de uma vila de Portugal, em Trás-os-Montes (César Marques, *Dic. do Maranhão*, 557).

3. Morais, *História*, 132, 273; César Marques, *Dic. do Maranhão*, 555. Já em 1663 os marcos de Anindiba tinham sido «bulidos», diz Bettendorff, por simplicidade ou maldade dos homens (Bett., *Crónica*, 76). Abriram-se mais tarde rumos de 10 palmos de largo, mas crescia o mato, e só se acabariam as contendas se se renovassem cada ano, mesmo depois de demarcado. Tôdas as complicações se concluiriam em 1732, quando se tombaram, por decreto de El-Rei (Morais, *História*, 132-133). Durante o longo debate deve ter havido compras e composições, pois segundo o *Inventário* de 1760 as terras estendiam-se «pelo espaço de duas léguas», uma a mais do que a primitiva, de Luiz Figueira.

Nestas terras de Anindiba ou adjacentes se construiram pelo menos três ermidas ou igrejas, a primeira por Luiz Figueira, dedicada a Nossa Senhora da Luz[1], outra dedicada a Santo Inácio, já existente em 1665, e estavam aqui localizadas quatro Aldeias de Índios, governados por Juroboca, filho de negro e índia, *cafuso*, como expressamente se diz[2]; outra de S. João, aldeia que se suprimiu por volta de 1690, por se verificar insalubre o sítio em que estava[3]. Concentrou-se depois tudo numa grande Fazenda, cujos índios em 1730 eram 273, com mais 13 catecúmenos[4]. Em 1760 principiava a construir-se Casa, de claustro, de pedra e cal; a vivenda, que existia antes, era também de pedra e cal, grande. A igreja dispunha de côro, púlpito, retábulo, imagens, quadros e uma sacristia bem provida de ornamentos. Além de pequena livraria, Anindiba possuía as oficinas indispensáveis ao tráfego de uma fazenda bem administrada; três teares de pano de algodão; uma engenhoca ou moenda com seu alambique, oficina de ferreiro, fábrica de farinha, roças, canaviais, e cultivo de fumo e algodão[5].

Era a vida civilizada, com as suas indústrias e culturas. Mas custara um século de canseiras, desde aquele tempo em que visitaram as Aldeias no interior da Ilha os primeiros Jesuítas e com êles o próprio Vieira: «Fazem-se estas missões pela maior parte por terra e a pé, não sem grande trabalho, por ser a terra muito rasa e afogada de matos e [não penetrarem dentro dela as virações] com que Deus fez habitável a zona tórrida, a mais abrasada da qual são estas terras em que vivemos. Até às nove horas, por serem os caminhos mal abertos, e os orvalhos extraordinariamente grossos, não se pode caminhar senão molhados até o joelho e com perigo da saúde»[6]. Mas com tudo isso, perseveraram, e um século depois, saneado o local e escolhido o melhor sítio, Anindiba já podia ser vila. E o foi de facto, a 11 de Junho de 1761, chamando-se *Paço do Lumiar*[7].

---

1. Morais, *História*, 133; Bett., *Crónica*, 473.
2. *Bras. 26*, 12v.
3. Bett., *Crónica*, 44.
4. *Bras. 10(2)*, 338.
5. *Inventário*, 29v-30v.
6. *Cartas de Vieira*, I, 388.
7. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 556.

3. — Em frente da misericórdia da cidade de S. Luiz, do outro lado do Rio Anil, existe a pequena *Ilha de S. Francisco*. Pertencia ao Colégio. Comprara-a o P. António Vieira, portanto antes de 1661, por «um frontal e um missal». Era própria para a cultura de banana e laranja. Boas águas [1].

Anos depois adquiriu-se de Maria Sardinha, por 120$000 reis, as terras de S. Marcos [2]. Entre S. Marcos e a Ilha de S. Francisco, medeava um alagadiço. Fez-se uma «passagem de pedra e cal», tanto para a gente como para irem aí nos feriados, os Padres e estudantes do Colégio [3]. Também na Ilha se estabeleceram Salinas, que renderam 1.500 alqueires de Sal em 1670 [4]; e, junto a S. Marcos, uma Olaria, à qual, no período de construção intensa do século XVII, se veio juntar outra, dentro da própria cidade [5]. Em 1690, reitor do Maranhão, mandou, diz êle, «concertar e cobrir a ermida de S. Marcos e fazer-lhe um retàbulozinho, pondo-lhe um belo painel de Nossa Senhora e uma imagem de vulto de S. Marcos, feita e pintada de novo, com suas portas fechadas, além disso mandei cobrir a ermidinha de S. Francisco, em a Ilha, pondo-lhe sua varanda para a banda do mar, para os Padres poderem lá estar em os dias do sueto, acomodando outra casa para o mesmo efeito; finalmente fiz pôr em via a Olaria e Salinas e fazer corrente tudo o mais, para o bem do Colégio, à custa da indústria e trabalho do irmão Manuel da Silva» [6].

A Olaria, que em 1760 se descreve «junto ao igarapé, em terras de S. Marcos», possuía casa de residência e capela, onde existiam pelo menos as imagens de S. Francisco Xavier, Nossa Senhora e Santo António. O facto de vermos mencionado em primeiro lugar a de S. Francisco Xavier faz-nos supôr que fosse a êle consagrada.

Em S. Marcos, que era capela também pertencente ao Colégio, fez-se pequena casa de residência. E na capela, as estátuas do Santo Evangelista e da Senhora de Monserrate, «ambas grandes» [7].

---

1. Bett., *Crónica*, 225.
2. Bett., *Crónica*, 263-264; *Bras.* 26, 47-47v.
3. Bett., *Crónica*, 308, 455.
4. *Bras.* 9, 266v.
5. Discriminam-se perfeitamente as duas em 1744 (Arq. Prov. Port. *Pasta 177* (15); Bett., *Crónica*, 292.
6. Bett., *Crónica*, 455.
7. *Inventário*, 24-24v.

4. — Mais para o interior da Ilha de S. Luiz ficava a *Fazenda de S. Brás*. Deve ter-se constituído na segunda década do século XVIII. Propôs o P. João de Vilar ao Geral que decidisse se se devia aceitar ou não. Responde o Geral que não tinha elementos para decidir[1]. Em 1744 diz-se que eram tres léguas de terra, herdada de Gabriel Pereira[2]. Mas o *Inventário* tem que era apenas "uma légua de terra em comprido e meia de largura, comprada e já tombada".

Comprada, diz-se, e não herdada

A igreja de S. Brás era de 125 palmos de comprido, com seu côro e púlpito, e uma sacristia. Ao todo, seis estátuas.

Além da residência, a Fazenda de S. Brás possuía um engenho manual de descascar arroz, fábrica de farinha, moenda de cana com o seu alambique e oficina de tecelão. Entre os produtos agrícolas desta fazenda nomeiam-se expressamente o milho, o arroz, gergelim, favas, algodão, cana de açucar e tabaco[3].

5. — Uma das boas fazendas do Colégio do Maranhão era a de Nossa Senhora da Vitória, em *Amandijuí*, com a sua igreja de taipa de vara, e casa de sobrado para moradia dos religiosos com 12 aposentos. Possuía um engenho *novo*, e um alambique, oficina de ferreiro, oficina de tecelões com urdideira, teares, pentes e liços, para trabalharem dois oficiais juntamente; oficina de carpintaria, sobretudo para a fábrica de canoas; casa de forno, com uma roda grande, de bois, de ralar mandioca, mais uma pequena, de mão, quatro fornos e seis cochos. Entre os produtos desta fazenda mencionam-se, arroz, algodão, mandioca, milho e feijão carrapato. A servidão era ao todo 76 pessoas, em 1760; capazes de trabalhar, 20 homens e 22 mulheres; mas aos outros 34, incapazes para o trabalho, não faltava nada na própria fazenda[4].

6. — Na costa, junto ao Estreito, havia outra fazenda da Companhia, Nossa Senhora de Belém de *Igaraú*, uma légua de terra que o seu proprietário P. Inácio da Costa, secular, doara à Casa da Madre de Deus, como se disse. Tinha apenas uma capelinha, enquanto se

---

1. *Bras. 25, 7.*
2. Arq. Prov. Port., *Pasta 177* (15).
3. *Inventário do Maranhão*, 28-28v.
4. *Ib.*, 29-29v.

não fazia igreja nova. Plantações de arroz, mandioca, milho, cana de açucar, tabaco, bananas e «árvores frutíferas sem número». Olaria, casa da farinha, ferraria e «engenho de moer cana, novo». Na igreja, seis imagens e alguns objectos de prata. Já pertencia à Madre de Deus em 1744 [1].

7. — Em 1659 o P. João Maria Gorzoni trabalhava na Aldeia de S. Gonçalo «por outro nome *Taiuaçu Coarati*, sita dentro da mesma Ilha do Maranhão, para a banda do Itapicuru, à beira-mar» [2]. O Missionário fez ali salinas para dar sal aos Índios. Refere-se a êsse facto Vieira [3]. Em 1750 fala-se da Aldeia de S. Gonçalo, mas na «Capitania de Icatu», e que era de visita do missionário de Itapicuru [4].

8. — A *Aldeia de S. José* foi, dentro da Ilha, aquela em que os Jesuítas mais exercitaram o seu apostolado com os Índios, de maneira permanente, desde que tomaram conta dela no tempo do P. Vieira, até o fim [5]. A Residência, com o nome de S. Inácio, atendia a 6 Aldeias, disseminadas pelas redondezas (Ilha e terra firme) [6]. As casas e igreja da Companhia, que ali existiam no fim do século XVII, foram obra do P. António Vaz [7]. As seis Aldeias reuniram-se numa, S. José, e foi Aldeia de serviço de El-Rei. Esta circunstância prestava-se a complicações e a abusos das autoridades, e a pouco e pouco os índios foram-na desamparando, fugindo para as Capitanias do Piauí, Ceara e até para a Serra de Ibiapaba, escreveu a El-Rei o P. José Vidigal em 1734, ano em que eram apenas uns 20 ou 25 Índios; 40 anos antes eram mais de 300 *Tupinambás*, belicosos, que tinham ajudado a

---

1. *Inventário*, 32; Arq. Prov. Port., *Pasta 177* (15).
2. Bett., *Crónica*, 145.
3. S. L., *Novas Cartas*, 299; cf. Bett., *Crónica*, 146.
4. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 24v; cf. Bett., *Crónica*, 530. César Marques refere que a Aldeia de S. Gonçalo de *Tibiri*, era em 1692 da Câmara de S. Luiz, *Dic. do Maranhão*, 327; e havia outra Aldeia de S. Gonçalo, no *Rio Itapicuru*. Mais do que uma, portanto, ou a mesma, no decorrer dos tempos, em diferentes sítios.
5. Bett., *Crónica*, 146; *Bras.* 26, 13.
6. Carta de Bettendorff, de 15 de Janeiro de 1672, *Bras.* 9, 302; Morais, *História*, 391.
7. Bett., *Crónica*, 470.

CAPÍTULO IV

Rio Itapicuru

1 — Morte, à mão dos bárbaros, dos Padres Francisco Pires e Manuel Moniz e do Ir. Gaspar Fernandes; 2 — Aldeia de S. Miguel; 3 — Morte, ainda às mãos dos bárbaros, do P. João de Vilar; 4 — Aldeia Grande e Aldeia Pequena dos Barbados; 5 — A Aldeia e Seminário das Aldeias Altas (Trezidela-Caxias); 6 — Outras missões.

1. — A actividade dos Jesuítas no Rio Itapicuru deve ter começado com missões volantes, desde o tempo dos primeiros Padres Manuel Gomes e Diogo Nunes, continuadas por Luiz Figueira, que enviou a êsse rio o P. Lopo do Couto.

É êste o primeiro nome expresso dos missionários do Itapicuru [1]. A princípio não se aventurariam muito longe, que eram paragens pouco seguras, e mal afamados os índios de corso do Rio Itapicuru.

Estas missões foram sempre trabalhosas, difíceis e ingratas, e assinalaram-se com sangue e não uma só vez. Foi o primeiro, o dos próprios Jesuítas que nele se estabeleceram, Padres Francisco Pires e Manuel Moniz e Irmão Gaspar Fernandes. Não se trata de martírio propriamente dito e por isso nem se organizou processo canónico nem insistem nêle os primeiros documentos. Bettendorff, fonte principal das informações que nos restam, ainda conheceu pessoalmente algumas pessoas que estiveram presentes ao morticínio, no engenho de António Moniz. O capitão-mor tinha um filho natural, Ambrósio Moniz, que encomendara aos Padres da Companhia durante a sua menoridade, deixando-lhes durante 12 anos, o usofruto daquêle seu engenho para os encargos do sustento e educação[2]. Os

---

1. Morais, *História*, 139.
2. *Bras. 8*, 188.

Padres tomaram conta do Engenho do Itapicuru, quando o evacuaram os Holandeses em 1644[1]. Os Jesuítas do Maranhão eram então três ao todo, quando muito quatro, e estavam três nêsse engenho em Agôsto de 1649, quando um simples castigo, mandado dar pelo Superior a uma índia desmandada, provocou a catástrofe. Escreve Bettendorff:

«Em tempo do Governador Luiz de Magalhães, que em o ano de 1649 sucedeu e governou quatro anos, sucederam as mortes dos Padres Francisco Pires, Manuel Moniz, e o Irmão Velho, e de um Irmão, que os Tapuias *Uruatis* com seu principal *Botiroú* mataram no Itapicuru[2]. A ocasião foi a seguinte. Tinha o Padre Francisco Pires mandado açoutar uma escrava por seus desmandos em matéria do sexto, do que ficou tão sentida, que fugiu para os *Uruatis* seus parentes; queixou-se do castigo que se lhe tinha dado: êstes, como gentios bárbaros, que não sabem ponderar as culpas naquela matéria, por viverem sem razão como animais do mato, irritados do que haviam de ter por bem feito, propuseram tomar vingança, tirando a vida aos Padres; com êste máu intento foram-se um dia para o engenho com seu principal *Botiroú* armados de arcos e frechas, e sobre isso de suas «ibirassangas», que são os paus com que quebram a cabeça; chegaram ao engenho em tempo que lá estavam todos os três com uns catorze homens brancos postos na casa de purgar; avisaram êstes aos Padres da chegada dos Tapuias armados, dizendo-lhes não parecia isto bem. Os Padres, acostumados a ver lá aquêle gentio, não fizeram caso, parecendo-lhes que com um tiro de espingarda os afugentariam todos, mormente em tempo que se achavam tantos homens brancos na fazenda.

Foram-se os Tapuias dispondo, entretanto, pelo terreiro com não usada ousadia, o que vendo os Portugueses que estavam na casa de purgar, dispararam uma arma de fogo sem bala, não mais que para lhes meter medo e fazê-los retirar; êles, como vinham com mau intento e cheios de vingança, em vez de se retirarem, vendo que com

---

1. BNL, *Apontamentos*, fg. 4516, f. 98.

2. Parecem quatro pessoas e talvez fôssem, mas os mortos violentamente foram só três, como diz Bettendorff mais abaixo. Se havia mais algum irmão teria ficado em S. Luiz e morreria também por essa época. Talvez, porém, aquela frase «o Irmão Velho, e de um Irmão» encubra algum êrro de leitura, ou do copista no manuscrito que serviu de base à impressão.

o tiro de espingarda pegara fogo na casa coberta de palha e se ia queimando tôda, animaram-se e dando urros investiram à casa, fugindo os brancos todos, ficando os três Padres como inocentes cordeirinhos nas bôcas dos lobos, os quais lhes quebraram as cabeças, recebendo êles os golpes postos de joelhos e com as mãos juntas, pois a um dêles mataram, estando desta sorte entre umas paroleiras, ao outro junto ao rio para se embarcar em uma canoinha. Pareceria esta morte desastrada a alguns que não consideram a ocasião dela; porém sabendo que a ocasião não foi alguma culpável acção, mas um justo castigo dessa escrava desonesta e desaforada, naquela parte, para sua emenda e salvação da alma, não se póde dizer senão que foi morte gloriosa do acatamento divino e um modo de martírio, padecido pela virtude da castidade e justiça. Mortos os Padres com tanta crueldade, vendo-se os bárbaros, vitoriosos, e terem saído com a sua vingança, cativaram alguns escravos que lhes pareceram, e se não tinham acolhido para os matos ou para o rio, e entre êles está uma, Maria, a qual depois de ter sido no sertão mulher ou, para melhor dizer, manceba de um principal, voltou para o Maranhão, e vive ainda hoje na roça de Mamaiacu, do Colégio do Grão-Pará.

Logo que na cidade de S. Luiz do Maranhão, tiveram notícia da morte dos Padres do Colégio de Nossa Senhora da Luz, foi a justiça com seus Ministros ao engenho para tomar conhecimento de tudo, e achando os três Padres mortos pelos Tapuias *Uruatis*, enterraram-nos lá, na igreja da fazenda, por se não poderem levar ao Colégio e fizeram inventário do engenho, e de tudo que nêle acharam. Tomou entrega do que lá havia, pertencente ao engenho, o testamenteiro do defunto António Moniz Barreiros, que tinha sido casado com Dona Jerónima, um António Roiz Gama; e não foi possível acudir tão depressa que se não tivessem perdido várias coisas, principalmente papeis tocantes à fazendas dos Padres. Vendeu-se o engenho na praça e arrematou-o o Sangento-mor, sem embargo de estar vivo António Moniz, filho natural do senhor dêle, o qual [eu ainda conheci] viveu muitos anos, até que feito superitendente da Casa Forte sôbre o Rio Negro, faleceu já de muita idade»[1].

---

1. Bett., *Crónica*, 69-71; cf. Morais, *História*, 232-237; o filho do Capitão-mor que nos *Apontamentos* e em Morais, é *Ambrósio*, em Bettendorff é *António* Moniz.

A morte dos três Jesuítas foi a 28 de Agosto de 1649 [1]. Nada sabemos da vida do P. Manuel Moniz e do Irmão Gaspar Fernandes [2].

De Francisco Pires sabemos que era homem de merecimento e de virtude, já sacerdote e pároco em Portugal, quando entrou na Companhia. Com um ano de noviciado embarcou com Luiz Figueira. Escapou do naufrágio da Ilha do Sol, concluiu o noviciado no Maranhão, de idade de 46 anos [3]; e depois do falecimento de Amodei, ficou superior [4].

Êste sucesso trágico interrompeu a actividade dos Jesuítas no Itapicuru, e em todo o Estado. Só se reatou no tempo de Vieira, que ainda veio achar em aberto a questão, que se seguiu, e êle solucionou, fazendo se nomeassem ao órfão novos curadores, desinteressando-se êle totalmente de quaisquer possíveis direitos ao usofruto do engenho já então vendido a terceiros [5].

Vieira tentou por sua vez subir o Itapicuru, para descobrimento e catequese dos «Índios *Ubirajaras*, chamados por outro nome os *Barbados*». Tendo já assente tudo com o Capitão-mor, êste frustrou a expedição, ocupando os índios, que a deviam acompanhar, em proveito próprio. Teria sido a primeira entrada de Vieira e do Rio Itapicuru, estabelecendo-se talvez já então no seu curso as Aldeias que só mais tarde se fundaram [6].

Os índios *Caìcaís*, com cuja nação se identificaram depois os *Uruatis*, matadores dos Padres, temendo guerra com os Portugueses, fugiram e andaram de corso muitos anos, até que em 1671, por intermédio do P. Pedro de Pedrosa, pediram pazes ao Governador Pedro César de Meneses, que lhas concedeu, ajustadas com Bettendorff, então Superior da Missão, que narra o facto e descreve as cláu-

---

1. *Hist. Soc.* 47, 21, 27; Bibl. Vit. Em., f. ges. 3492/1363, nº 6.

2. Bett., *Crónica*, 224, cita o P. Manuel Moniz, êrro do copista; trata-se do P. Manuel Nunes. O P. Manuel Moniz foi do reino, e já achou falecido o P. Amodei, portanto depois de Novembro de 1647 (Morais, *História*, 227).

3. Carta do P. Amodei, de 3 de Dezembro de 1646, *Bras. 3(1)*, 254; A *Hist. Prop. Maragn.*, 305-314, confunde-o com outro Padre, de igual nome, da Província do Brasil.

4. E nessa qualidade, a 26 de Janeiro de 1648, passou uma certidão a favor do Provedor-mor da Fazenda do Maranhão, Manuel Pita da Veiga, cujo treslado autêntico está no AHC, *Maranhão*, caixa 1.

5. *Cartas de Vieira*, I, 344; Bett., *Crónica*, 68-76.

6. *Cartas de Vieira*, I, 385, 423-424; Id., *Resposta aos Capítulos*, 233; Barros, *Vida do P. Vieira*, 141; Lúcio de Azevedo, *Hist. de A.V.*, *I*, 233.

sulas. O Governador convocou a Câmara e os Prelados das Religiões. Presidiu o mesmo Bettendorff e o P. Pedrosa, êste como pacificador. Data das pazes solenes: 10 de Setembro de 1671 [1].

Apesar de tão repetidos esforços de pacificação, a história catequética do Rio Itapicuru revela-se agitada e precária. Só a fixação, paulatina, firme e forte, das Aldeias, havia de criar, com o tempo, clima propício para a pacificação definitiva.

2. — As primeiras Aldeias, de que achamos notícia, na Capitania do Itapicuru, são a de S. Gonçalo e a de S. Miguel, e ali se situou algum tempo também no sítio da Nazaré, a Aldeia dos *Guajajaras* do Rio Pinaré. Mas, verificando-se logo inconvenientes graves, voltou a Aldeia para o seu lugar no Maracu [2].

Já nos referimos a S. Gonçalo, a propósito da Aldeia do mesmo nome, na Ilha de S. Luiz e ainda voltaremos a falar ao tratar, no Capítulo seguinte, do Rio Monim [3].

A *Aldeia de S. Miguel* não estêve sempre no mesmo sítio. Foi grande centro de catequese, com bela igreja de taipa de pilão, obra do P. João de Vilar [4]. E era quási só o que havia de civilização em toda a Capitania de Itapicuru ao começar o século XVIII, desamparada dos Brancos, por causa das terríveis, contínuas e traiçoeiras incursões do gentio [5].

3. — De uma traição destas ia ser vítima aquêle ilustre Jesuíta. E desde a sua morte fecunda, se pode datar verdadeiramente a abertura dêste rio à vida civilizada. Da reacção, que logo se produziu, brotaram nas suas margens, não só novas aldeias mas até a instrução, com um seminário indígena.

Em 1719 o gentio *Guanaré*, das margens do Itapicuru, enviou à cidade de S. Luiz oito índios da sua nação a pedir missionário. Ao mesmo tempo oferecia o seu concurso contra os *Barbados* que infestavam aquelas terras.

---

1. Carta de Bettendorff, de 15 de Janeiro de 1672, *Bras.* 9, 301-301v.
2. Bett., *Crónica*, 468-470.
3. Bett., *Crónica*, 568-569, 347, 455-457, 511, 672.
4. Bett., *Crónica*, 19, 568-569.
5. Bettendorff discrimina assim êstes Índios: *Calcaíses*, *Uruatises*, *Guazínases*, *Guanarés*, e procuravam catequizá-los os Padres Antão Gonçalves e João Valadão, *Crónica*, 19, 509-513; cf. Heriarte, *Descrição*, 213.

Os *Guanarés* nomearam expressamente o P. João de Vilar como o missionário, que desejavam e em quem confiavam. Já o conheciam do tempo em que os aldeou nêsse mesmo Rio, mas de cuja Aldeia fugiram dentro de poucos meses. Esperançado o P. Vilar em que enfim os poderia reduzir à fé, apesar do perigo, aceitou e foi.

A 24 de Agosto de 1719, partiu João de Vilar da Aldeia de S. Miguel.

«Em uma pequena canoa, com os oito *Guanarés*, e para o acompanhar, se embarcaram também com êle o P. Gonçalo Pereira, missionário do Itapicuru, o Irmão António Gonçalves coadjutor temporal, o capitão Francisco Soares Pinto, português, singular amigo de todos os da Companhia, e afectuosíssimo venerador do Padre João de Vilar. Juntamente alguns neófitos daquela Aldeia, que puderam ter lugar na canoa. Foram pelo rio acima, até que chegaram, aos 27 de Setembro [1], a um lugar, onde o estavam esperando uma inumerável multidão de *Guanarés*. Sairam a terra e era para admirar a festa e alegria mútua do Padre Vilar e dos Bárbaros. Passou-se o tempo em abraços e saùdações, em receber e dar alguns presentes, não se podiam esperar mostras de mais benevolência e humanidade, até que se fizeram horas de jantar. Os *Guanarés*, vendo que os nossos queriam comer, se retiraram para o bosque, significando que os queriam deixar comer sem os molestar.

«Depois de jantar armaram as rêdes em uma tenda feita de paus e coberta com os ramos das árvores para defensa do sol. Deitaram-se a dormir. Pouco descansou o Padre Vilar, como que só estivesse com o cuidado de que, vindo logo o Senhor, o achasse vigilante; ao tempo em que os outros dormiam estêve rezando o Ofício Divino. Acabada a reza, quando todos já estavam acordados, viram sair do bosque a multidão de *Guanarés*, armados uns com paus tostados, outros com arcos e frechas, armas tôdas que antes tinham escondido. Logo o Padre Vilar e os seus companheiros entenderam ao que vinham, e que o primeiro recebimento fôra só para explorar a gente e armas que levavam; e então conhecendo que não havia de que temer, e que o lugar era acomodado para executarem a sua maldade e porem-se a salvamento, sem risco de poderem receber dano, vinham resolvidos a os matarem.

---

1. É êrro do tradutor ou do copista. No original: «appulit VII Kal. Sept.», que corresponde a 26 de Agôsto.

Brevissimamente correndo e levantando alaridos do modo bárbaro que costumam nas guerras, estiveram sôbre os nossos que não esperavam tal visita e hospedagem. O primeiro que experimentou a sua desumanidade foi o Padre João de Vilar, que recebendo a pancada de um pau, com que a ferocidade cruel de um bárbaro lhe atirou à cabeça, caiu morto em terra, subindo a sua ditosa alma a viver eternamente, gloriosa, no Ceu. Os mais seus companheiros parte foram mortos, parte escaparam com muitas feridas; e outros, ou porque puderam fugir, ou porque tiveram ânimo e destreza para se defenderem, matando alguns inimigos, sairam sãos e salvos. O Capitão, Francisco Soares Pinto, foi, entre os que se livraram, o que recebeu mais enormes e crueis feridas. O Padre Gonçalo Pereira recebeu duas frechadas, das quais uma lhe penetrou o peito tão profundamente que com grande dificuldade se pôde curar. O Ir. António Gonçalves foi dos primeiros que sem ser ofendido se recolheu à canoa, que foi o refúgio de todos os que se livraram com a vida, entregando-a à corrente do rio, que brevissimamente os pôs em distância, onde a frecharia dos bárbaros lhes não podia fazer dano. Alguns dos neófitos da Aldeia de Itapicuru ficaram cativos, e não se sabe o que com êles usaria a desumanidade dos *Guanarés*.

A causa porque obraram tão infame traição não se pôde averiguar com certeza, pois esta só dêles se poderá saber, se algum dia se cativarem alguns na guerra que se lhes manda fazer. O que com mais probabilidade se discorre, é que os Tapuias *Barbados*, se valeram dos *Guanarés*, com quem estão confederados, para suas espias, e que com o pretexto de se quererem fazer cristãos, os mandaram investigar e conhecer as determinações e aprestos que os Portugueses tinham para a guerra, que sabiam lhes queriam fazer. No lugar onde os estavam esperando, que é onde fizeram as referidas mortes, estavam os *Guanarés* e também grande número de *Barbados*. E logo que se certificaram dos oito embaixadores e juntamente do Padre Vilar, que imaginava que estas duas nações estavam inimigas, e cuidava que tôda aquela multidão eram sómente *Guanarés*, que os Porgueses estavam para sair à campanha antes de um mês, e que aceitando a oferta que lhes mandaram fazer de os ajudarem naquela guerra, trataram de se expedir brevissimamente, se resolveram a serem êles os primeiros que rompessem em hostilidades, e a ser o Padre João de Vilar o primeiro a quem dessem a morte, para que ficassem entendendo os Portugueses que quando assim usavam de

tal arrojamento com quem lhes queria tanto bem, o que fariam aos mais Portugueses que lhes intentavam fazer mal. O que se pode ter por certo é que para êstes bárbaros Tapuias, confinantes do Brasil, obrarem qualquer maldade, basta um leve antojo, que se lhes represente na fantasia: são os ânimos, pela sua crueldade e desumanidade, inclinados a homicídios. Tem-se experimentado que em quanto se não domesticarem com o poder das armas, todo o trabalho se perde sem fruto com êles»[1].

Era o dia 26 de Agôsto de 1719[2]. Avisados os soldados da fortaleza do Itapicuru, subiram logo, e três dias depois do morticínio, recolherem o corpo do Padre, e o conduziram para baixo, sepultando-o na igreja de S. Miguel do Itapicuru, que êle próprio havia construído.

João de Vilar era, na ocasião da sua morte, o Jesuíta de mais autoridade no Maranhão. Tinha nascido em Tancos (Patriarcado de Lisboa)[3], no dia 13 de Maio 1663[4]. Entrou na Companhia em Lisboa, no Noviciado da Cotovia, a 31 de Março de 1662[5]. Veio para o Maranhão, já secerdote, em 1688[6], fêz a profissão solene, no Pará, a 3 de Maio de 1700[7] e foi missionário no Xingu, e outras Aldeias, «Religioso e prègador insigne», dizia ainda em vida dêle, Bettendorff[8]. Homem sem presunção e de grande amor ao trabalho.

---

1. *Ilustre morte que padeceu o Venerável Padre João de Vilar, da Nossa Companhia, depois de sua religiosa e Santa Vida no Estado do Maranhão*, em Melo Morais, *Corografia*, IV, 385-388. Melo Morais diz que a extraiu de um manuscrito, cuja fonte cala. O *ms.* está em Évora, Cód. CXV/2-13, f. 318-323. E no mesmo códice, em latim, f. 392; *Bras. 10*, 229-232; *Venerabilis Patris Joannis Villar e S. J. post vitam religiosissime actam mors illustris*. Cf. também Termo da *Junta das Missões*, no Maranhão, no Palácio do Governador, dia 7 de Agosto de 1720 Arq. P. do Pará, cód. 907, *Alvarás, Descimentos, Juntas das Missões* 1727 (*sic*) — 1732.

2. Já fizemos a correcção do texto. Outros traduziram *VII Kal. Sept.*, por 7 de Setembro, o que corresponderia não às *Calendas*, mas aos *Idos* de Setembro, como se vê em *Elenchus Impressus pro anno 1720*. Mas o original, que temos presente, diz claramente *VII Kal Sept.*, e é êsse efectivamente o dia em que deveria ter chegado, saindo a 24 de Agôsto da Aldeia de S. Miguel.

3. Na transcrição de Melo Morais, erradamente, *Pancas*.

4. *Bras. 27*, 28.

5. Na transcrição de Melo Morais, erradamente, 1683.

6. Bett., *Crónica*, 436-441.

7. *Lus. 12*, 112-113.

8. Bett., *Crónica*, 458.

«Destemeroso», diz Camilo Castelo Branco, traduzindo Mury[1]. João de Vilar foi mestre de noviços[2], Reitor do Maranhão Vice-Superior da Missão e vinha para êle patente de Superior dela, quando já o encontrou morto.

Quando em S. Luiz se soube da fatal notícia, fizeram-se exéquias solenes na Igreja do Colégio. «Cantaram os religiosos do Carmo e das Mercês, veio assistir o Bispo, com todo o clero; o senado da câmara, com todos os ministros de justiça; o capitão-mor da praça com todos os oficiais de guerra e soldados; não houve nêste dia Português na cidade, que não concorresse à nossa igreja. Aqui era muito para louvar a Deus, ouvir a cada um manifestar o conceito que tinha dêste bom Padre. Diziam que não podiam deixar de venerar por santo depois de morto, aquêle, em cuja vida nunca alguem tinha notado coisa alguma, que não fôsse muito justa e conforme às regras e Instituto da Companhia; que pelas suas orações tinha Deus suspendido o castigo que mereciam por seus pecados; que o tinham por verdadeiro mártir, porque vendo o grande risco em que expunha a sua vida, desprezou todo o perigo, só para plantar e dilatar nossa santa fé, dizendo que mais estimava a morte por esta causa, do que a vida»[3].

A Aldeia de S. Miguel, do serviço de El-Rei, e cujo maior tesouro foi possuir o túmulo de João de Vilar, era habitada em 1730 por 307 índios, dos quais 56 catecúmenos[4]. Êstes catecúmenos deviam ser *Caìcaís*, por êsse tempo descidos para a Aldeia de Itapicuru com o fim de refazerem o núcleo antigo de *Tobajaras*[5].

---

1. Mury, *História de Gabriel Malagrida*, 26.

2. Cf. Carta do P. Geral, em Lúcio de Azevedo, *Os Jesuitas no Grão-Pará*, 394.

3. *Mors illustris*, *Bras. 10*, 229; *Lus. 58*, 541-543v; em Melo Morais, *Corografia*, IV, 390. Confrontando os dois textos, verifica-se que a *Ilustre Morte* é versão livre do latim. Com a data de 30 de Maio de 1714, João de Vilar enviou ao Geral uma *Relatio Status Maragnonensis Missionis*, onde nota as qualidades que devem ter os missionários e os perigos em que andam, *Bras. 10*, 110-111; Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-13, f. 427.

4. *Bras. 10(2)*, 338.

5. Em 1730 tinham vindo ao Maranhão, quatro índios *Caìcaís*, com o seu principal a pedir ao Governador, missionário, e que o ajudaria a fazer guerra às nações *Aranhí*. Ofereceu-se o P. João Tavares. Mas o Governador lembrou que no ano passado os *Guanarés* com idêntico pedido mataram a João de Vilar; e era de parecer que se tomassem precauções, e se constasse qualquer dôlo grave da parte dos mesmos *Caicais*, ou de outro gentio dessas partes, *Barbados*, *Guanarés*, *Aranhís*,

Foi missão da Companhia até 2 de Dezembro de 1757 [1].

Em 1760 o Colégio do Maranhão possuía nestas paragens, a «Campina do distrito de Itapicuru», algumas terras de criação, nos Campos dos Piriris e na chamada Jaguaroca: eram duas léguas de terra «campina», com o seu curral de gado e suas 1.000 cabeças; e outras duas léguas de «mata», rio Itapicuru acima [2].

4. — A seguir à morte do P. João de Vilar, manifestou-se reacção conjugada das armas e da catequese que terminou enfim com a fixação dos índios em Aldeias de paz.

A primeira, acima de S. Miguel, foi a dos *Guanarés*, mencionada já no Catálogo de 1726 [3], que é o próprio ano da pacificação dos *Barbados* [4]. Mas êste trabalho de pacificação, conexo com a dos *Caìcaís*, vinha já de 1723 em que o P. Manuel de Brito depositava boas esperanças [5]. Malagrida, com perigo da vida, dispôs-se a descer os *Caìcaís*, mas, segundo informações de 1725, por uma epidemia, que sobreviera, êstes índios já haviam então fugido para o mato e já tinha voltado à cidade o P. Malagrida [6]. Não foi porém trabalho baldado, e ficou aberto o caminho.

Pouco depois, em 1730, em vez de Aldeia de *Guanaré*, aparece a *Aldeia nova dos Barbados*, nêsse ano com o altíssimo número de 459 pagãos catecúmenos, além de 173 já cristãos [7].

A catequese que começou pela *Aldeia Grande*, estendeu-se pouco depois a outra Aldeia de *Barbados*, que os Catálogos, a partir de 1753, mencionam, como *primeira* e *segunda*, e se distinguem depois

---

Copinhorons, *Xotins*, etc. se pudessem captivar, ou se não quisessem aldeiar-se ou fizessem menção de pegar no arco etc,. Entre os Deputados da Junta unânime com o parecer do Governador estava o P. José Vidigal, Reitor do Maranhão. — Arq. do Pará, cód. 907, *Alvarás, Descimentos e Junta das Missões 1727-1732*.

1. Caeiro, *De Exilio*, 469. No mapa do *Estado do Maranhão*, de Abranches de Moura, vê-se S. Miguel na margem direita do Itapicuru.

2. *Inventário do Maranhão*, 24v; César Marques, *Dic. do Maranhão*, 361.

3. *Bras. 27*, 38.

4. Cf. «Carta Régia e Termo da Junta das Missões», de 30 de Março de 1726, que damos no *Apêndice E*, e Cartas Régias, a João da Maia da Gama de 1 e 4 de Fevereiro de 1727, em que El-Rei se regozija com o facto, estas últimas já publicadas nos *Anais do Pará*, I, 242-245.

5. *Bras. 26*, 233.

6. *Bras. 25*, 27v; *Bras. 26*, 234.

7. *Bras. 10(2)*, 338.

com os nomes de *Aldeia Grande* e *Aldeia Pequena dos Barbados*, que algum tempo tinham andado desavindos[1].

A redução dos *Barbados*, que tantos anos resistiram às armas portuguesas, realizada agora, é obra, pelo que toca à *Aldeia Grande*, sobretudo do P. Malagrida; e, pelo que toca à *Aldeia Pequena*, do P. João Tavares, ao qual se deve a posição definitiva de ambas nos lugares em que ficaram[2]. Deu a sua ajuda eficaz o Governador João da Maia da Gama, consciencioso e ardente promotor da pacificação e catequese dos Índios, o Mem de Sá do Norte[3].

Com a obra civilizadora concorria outra de carácter prático, pois o Itapicuru era passagem para o interior do Piauí, que assim ficou assegurada. Os últimos missionários dos *Barbados* foram, na *Aldeia Grande*, o P. Domingos Tavares; e na *Aldeia Pequena*, o P. António da Silva. Quando os Índios entenderam que lhos iam tirar, convidaram-nos a refugiar-se com êles nas selvas. Os Missionários recusaram a oferta, aconselhando-os à submissão, largando as Aldeias no mês de Dezembro de 1757. Mas poucos Índios *Barbados* se submeteram ao novo regime. Quási todos se acolheram aos matos[4].

5. — Chegou a vez da fundação de *Aldeias Altas*, operada em 1741 pelo P. António Dias, a 15 jornadas da bôca do Itapicuru[5]. Aldeias Altas eram antigas povoações de Índios, abandonadas, quando os Jesuítas se estabeleceram nelas. Conservando o nome no plural, era na realidade uma só Aldeia.

---

1. Cf. Carta Régia de 11 de Fevereiro de 1730 a Alexandre de Sousa Freire, *Anais do Pará*, III, 288. Segundo os *Apontamentos* da BNL, fg. 4516, f. 160v, as duas Aldeias situavam-se ambas no Rio Itapicuru em 1726, o que não destroi o facto da desavença, a que aliás se refere também César Marques, *Dic. do Maranhão*, 43-44.

2. Caeiro, *De Exilio*, 488.

3. Morais, *História*, 387-388; Mury, *Hist. de Gabriel Malagrida*, 33-43, onde se desenvolve o que consta das fontes, que citamos ou transcrevemos. A 9 de Junho de 1734 conta José Vidigal a El-Rei que êstes *Barbados*, durante 50 anos deram que fazer aos Portugueses. E que ainda se não tinham, então, reduzido todos, por imprudência dos Capitães-mores, Arq. da Prov. Port., *Pasta 177* (*1*, f. 4.)

4. «*Barbati* intra breve tempus in sylvas universi prope emigrarunt, palam testati ubi Jesuitae in Pagos redirent, se quoque redituros», Caeiro, *De Exilio*, 472.

5. BNL, f. g. 4516 (*Apontamentos*) f. 25. Aldeias Altas, a partir do Catálogo de 1743, vem com o nome: *Missio Superior in campis*, — *Bras. 27*, 125v.

Nas Aldeias Altas administravam os Jesuítas dois estabelecimentos separados, Aldeia dos Índios, com a sua residência e igreja, e um Colégio Seminário, que algum tempo até 1753, vemos chamar-se de *Guanaré* e depois *Seminário de Aldeias Altas*.

Os mesmos emissários do govêrno que tomaram conta das Aldeias dos *Barbados*, subindo a seguir o rio, tomaram conta também das Aldeias Altas, da sua igreja e casas [1].

Entregue a Aldeia, ainda continuou a casa de educação, aonde vinham buscar instrução meninos não só do Itapicuru mas do Piauí e Minas da Natividade de Goiás.

O Seminário de Aldeias Altas possuía património próprio, constituído por alguns bens, sobretudo uma roça onde havia forno de «corar louça e telha», e devota capelinha; e duas fazendas de criação, a *Fazenda do Sêco*, com data de três léguas de terra, e a *Fazenda da Prata*, que custara seis mil cruzados.

O Seminário propriamente dito, além das casas de moradia e classes, dispunha de boa igreja, consagrada a Nossa Senhora de Nazaré, cuja imagem, de 5 palmos, estofada, «com seu manto de primavera e coroa de prata», tinha sido oferecida pelos benfeitores da casa, o sargento-mor Manuel da Silva e sua mulher. Continha outras imagens, bons paramentos e alguns objectos de valia.

A igreja nova, já aberta ao culto, estava em via de acabamento com os materiais necessários reùnidos. Ia-se formando a livraria [2].

O P. António Dias, director dêste estabelecimento de ensino, era ao mesmo tempo quem governava a Aldeia dos Índios. Nela cessou em 1758 o govêrno dos Jesuítas, recebendo o nome de *Trezidela* [3]; no Seminário, em 1760. Nas terras desta Aldeia e Seminário está hoje a Cidade de *Caxias das Aldeias Altas* ou simplesmente *Caxias*, na margem direita do Itapicuru. *Trezidela* fica em frente na outra margem do rio.

6. — Sem indicação do lugar, enumera-se entre as missões do Maranhão em 1743, a de «*Goegoe*» [4]; e lê-se que o P. João Rodrigues

---

1. Cf. Caeiro, *De Exilio*, 472.
2. *Inventário do Maranhão*, 31-31v.
3. Caeiro, *De Exilio*, 472; César Marques, *Dic. do Maranhão*, 122, 538.
4. *Bras. 27*, 124v. Hoje escreve-se *Gueguês*. A grafia antiga mostra que se devem pronunciar os *uu*: Güêgüês ou Güêgüês...

falecido em 1746, expôs «a sua vida a grandes perigos pelo bem e salvação do gentio *Gùêgùê*»[1]. Como êste Padre, a 16 de Fevereiro de 1744, fez a sua profissão solene na Aldeia de Guanaré[2], daqui devia ser o ponto de irradiação para aquela missão dos *Gùêgùês*.

No seu permanente esfôrço de penetração e catequese, iam os Jesuitas percorrendo todo o interior, estabelecendo casas e aldeando os Índios, conforme as circunstâncias o permitiam ou aconselhavam. E ao mesmo tempo, a pé, a cavalo, ou pelas vias de água, prègavam missões volantes, como a extraordinária de Manuel da Silva até *Pastos Bons*, em que o Padre ia de terra em terra, prègando os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, levando consigo a imagem de Nossa Senhora e um pequenino cofre para o Santíssimo Sacramento. É narrativa curiosa, protótipo destas missões, em que se fica a conhecer o fervor e espírito da gente do interior e também as dificuldades que era preciso vencer e sofrer em tôdas as missões e mais ainda naqueles tempos e lugares de comunicações difíceis. Pastos Bons fica em pleno sertão entre o Alto Itapicuru e o Rio Parnaíba[3].

---

1. *Lembrança dos Def.*, 13v.
2. *Lus. 16*, f. 162-162v.
3. Carta Ânua do P. Manuel da Silva ao Vice-Provincial Caetano Ferreira, de Pastos Bons, 16 de Julho de 1745, Bibl. de Évora, cód. CXV/2-13, f. 313-317v, publicada, sem indicação da fonte, em Melo Morais, *Corografia*, IV, 496-410.

CAPÍTULO V

Rio Monim

1 — Fazendas do Monim e Iguará; 2 — Aldeia de S. Jacob de Icatu.

1. — A catequese do Rio Monim começou com missões volantes e, segundo José de Morais, deu-lhes princípio o P. Lopo do Couto, enviado por Luiz Figueira, a quem foi assinado como campo de actividade a «terra firme de Itapicuru, Moni e Iguará»[1]. Não nos restam mais notícias senão, e é ainda o mesmo cronista a fonte, que o P. Lopo do Couto tirou muitos bárbaros do mato, «para viverem, aldeados, uma vida mais civil[2].

Os primeiros Padres pensaram certamente em missionar o Iguará, a isto se deve referir a «Consulta sôbre se conceder aos Padres da Companhia a Aldeia dos *Iguaranos*», datada de 19 de Novembro de 1646[3].

Refere-se também Bettendorff às lutas contra os *Caìcaís* do Rio Monim[4] e consta de documentos oficiais o estabelecimento do gado no Rio Monim em 1703, passado para ali do Rio Canindé, e das guerras em 1707 ao gentio de corso das suas margens[5].

Construiu-se uma casa forte no Rio Iguará. Os Índios fugiram e um Padre da Companhia cometeu a imprudência de os acolher. A 16 de Novembro de 1718 El-Rei ordena ao Superior que o remova, o que supõe que êle não andaria longe dessas paragens[6].

---

1. Morais, *História*, 139.
2. Morais, *Ib.*, 140.
3. Cf. *Indice de Documentos*, em *Anais da BNR*, LXI, 153, nº 160.
4. Bett., *Crónica*, 513-517.
5. Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 311, 362.
6. «Provisão ao Superior das Missões da Companhia para remover ao Padre Manoel dos Reis da Missão da Aldeia do Icatu por ter elle acolhido e ocultado os

Depois melhoraram as condições da região e em 1734 comunica o P. José Vidigal a El-Rei que no alto Monim ou propriamente no Rio Iguará, «as mais famosas campinas», começaram a povoar-se de gado vacum e cavalar, a seguir à redução dos *Barbados* pelos Jesuítas[1].

Nesta actividade pastoril também colaboraram os Padres e nos meados do século XVIII aparece nos Catálogos a Fazenda do «Muni», pertencente à Casa de Exercícios da Madre de Deus[2].

Era a fazenda de Nossa Senhora da Conceição, que em 1760 possuía uma igreja pequena, mas nova, de pedra e cal, coberta de telha. Bem provida de imagens: Nossa Senhora da Conceição, Santo Inácio, Nossa Senhora do Rosário, S. Francisco Xavier, Santo António, tôdas com os seus resplandores de prata, como também do mesmo metal o cálice e duas âmbulas. Boa casa de vivenda, de sobrado, engenho de açúcar, alambique de aguardente, teares, ferraria, olaria, e todos os mais requisitos indispensáveis a uma fazenda em regra[3]. O catálogo de 1740 assinala, entre o Rio Monim e o Rio Pereá, a Fazenda de *Tatuaba*, que não aparece nos catálogos seguintes[4].

2. — Na margem direita do Monim fica a *Vila de Icatu* que estêve primitivamente sôbre a baía de S. José, a três léguas da sede actual[5]. Há nos documentos da Companhia, aqui e além, referências à antiga Icatu, onde os Jesuítas iam a ministérios, e se ocupavam com os Índios da sua Aldeia, que em 1698 se chamava Aldeia de S. Jacob e era da visita do P. João de Vilar[6]. Outra Aldeia, junto a Icatu, era a de S. Gonçalo do Icatu[7]. Depois os Jesuítas deixaram de ir lá. Escreve o P. José Vidigal em 1734: «Houve mais nesta Capitania, junto da Vila de Icatu, duas Aldeias populosas, uma de *Igaruanas*, senhores e habitadores destas terras, e outras da nação *Tobajara*, baixados da Serra de Ibiapaba, as quais estão totalmente extintas». E dá a razão: «As duas Aldeias se extinguiram, porque foram

---

Índios fugidos do trabalho da Caza forte do Rio Iguará», Bibl. de Évora, cód. CXV/2-12, f. 121.

1. Cf. Carta de José Vidigal a El-Rei, *Pasta 177* (1, f-5).
2. *Bras*, *27*, 184-184v.
3. *Inventário do Maranhão*, *37*.
4. *Bras*. *27*, 108.
5. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 1.
6. Bett., *Crónica*, 19.
7. Bett., *Crónica*, 530.

confiadas a capitães-mores que só tinham «os olhos nos Índios das ditas Aldeias para se enriquecerem ou ao menos remediarem»[1]. Na Bibliotéca de Évora há muitas Cartas Régias, referentes a Icatu e a sua vida local[2].

O P. João Tavares deixou uma «Breve Descrição das grandes recreações do Rio Muni». Mas a relação abrange mais, incluindo a Ilha de S. Luiz, que tem a «forma de uma cobra em arco»[3].

---

1. Carta de Vidigal a El-Rei, do Maranhão, 9 de Junho de 1734, Arq. Prov. Port., Pasta 177(1).

2. Cód. CXV/2-18.

3. Bibl. de Évora, cód. CV/1-7, f. 165ss. A descrição é de 1724 e parte dela já anda publicada, cf. César Marques, *Dicionário do Maranhão*, 322.

CAPÍTULO VI

Rio Parnaíba

1 — Primeiras explorações do Parnaíba e expedições aos Teremembés (1676-1679).
2 — Fundação de Tutóia, Aldeia de Nossa Senhora da Conceição.

1. — Os primeiros Jesuítas que atravessaram o Parnaíba, chamado, por Vieira, Paraguaçu, foram os Padres Pedro de Pedrosa e António Ribeiro em 1656, na sua ida do Maranhão para Ibiapaba, tomando então pela primeira vez também contacto com os *Teremembês*, de cujas ciladas habilmente se livraram. Seguiram-se-lhes quatro anos depois o próprio P. Vieira com o P. Gonçalo de Veras [1].

Nenhuma destas viagens tinha como termo o Parnaíba. A primeira exploração jesuítica dêste rio foi em 1676, com o Padre Pier Consalvi e o Irmão António Ribeiro (outro, diferente daquele primeiro, que era Padre) numa tropa que enviara o Governador Pedro César de Meneses a explorar êsse rio. Viagem de «meses». Encontraram gentio de «língua travada», que lhe deram notícias de que já nas campinas do interior (Piauí) andavam homens brancos «que iam sôbre uns cavalos».

Pôs-se o Padre à fala com êles, por intérprete. Os Índios rodearam-nos com seus machetes como de quem se dispunha a descarregar. Voltou o Padre à canoa. E, depois de ainda falar com êles e verificar que era cedo para reduzir tais índios, mais prontos para o ataque do que para as pazes, «veio a tropa para baixo, sem se tirar daquela viagem mais proveito que o descobrimento do rio e suas terras com aquelas com que vão confinar». Contou o Ir. António Ribeiro, que deveriam ter chegado à altura da Serra de Ibiapaba. O mesmo Irmão

---

1. Cf. supra, p. 26.

António Ribeiro fez «um mapa dos rios e terras em que tinham entrado»[1].

Entretanto, para desimpedir as comunicações entre o Maranhão e o Ceará, impunha-se a redução dos *Teremembés* ou a bem ou a mal. Êles eram o terror destas paragens e os próprios estrangeiros aproveitavam a sua hostilidade contra os Portugueses para carregarem âmbar e pau violete[2]. Preparou-se pois outra expedição em que iria em 1678 o P. António Pereira. Por deficiência de organização e falta de suficiente garantia, a entrada não chegou a efectuar-se.

Vieira vivia então em Lisboa. Conhecedor directo dos locais, foi consultado pelo Conselho Ultramarino: O Rio Parnaíba, diz êle, «sai ao mar entre o Maranhão e o Ceará por oito ou nove bôcas, que vulgarmente se cuida são rios diferentes, os quais todos eu vi e passei. Pela maior bôca destas sai também a maior corrente do rio, que é largo de um tiro de mosquete, e mui profundo, e entra pelo mar, com tal ímpeto, que em uma das viagens que fiz por aquela costa, estando duas léguas ao mar sôbre ferro, batia no costado do navio com notável fôrça e arruido de que depois conheci a causa. Donde venha êste rio, não há notícia certa, mas pelas que me tinham dado no Pará os índios *Tupinambás*, tenho conjectura, que nasce de uma lagoa, onde naquele tempo havia muitos índios de língua geral, e pelos nomes dos peixes que achei na bôca do mesmo rio, e dos que se diz haver na dita lagoa serem os mesmos, entendi que se comunicam; e tinha tenção de fazer êste mesmo descobrimento, quando os moradores amotinados, por não ser de escravos, impediram êstes e outros desígnios de grande serviço seu, e de Deus.

«Que o descobrimento se faça, julgo será muito conveniente pelos meios da paz; mas não entendo como possa ser só com vinte índios e duas canoinhas, e que nelas se possam levar mantimentos para cinco meses, ferramentas, resgates, e mais coisas necessárias para seguir a viagem, e contentar o gentio. Eu, quando fiz esta jornada, fui a pé pela praia, levando cincoenta índios e uma canoa para passar os rios: esta canôa em umas partes se levava às costas com varais, em outras rodando sôbre êles pela areia, e quando era fôrça ir pelo mar, sempre ia alagada; mas dado que as duas canoinhas possam navegar as quarenta léguas de costa, que há do Maranhão ao rio (o

1. Bett., *Crónica*, 313-314; *Bras.* 26, 45v-46v.
2. Berredo, *Anais do Maranhão*, 229.

que se não deve fazer, senão no inverno, em que acalmam as ventanias), depois de entrarem da bôca do rio para dentro, sem conhecimento dêle, nem dos seus braços, nem das cachoeiras, ou pontos que póde ter, em que será necessário arrastar as canôas por terra, e subi-las por montanhas e penhascos, não alcanço como isto se possa fazer com vinte índios, e como êstes se livrarão dos tapuias bárbaros, que cruzam as campinas e bosques daqueles sertões, e outras muitas dificuldades, que mais facilmente se topam, de perto, do que se podem discorrer de longe. Assim que, o meu parecer seria, que algumas canoas fôssem maiores, em que, as coisas necessárias se conduzissem com segurança, ao menos até à bôca do rio, e muito maior o número dos índios, que dali por diante prosseguissem o descobrimento; e que com êles, além dos dois sertanejos (que nenhum é prático do dito rio), fôssem quatro mamalucos com armas de fogo, com que se possam defender dos tapuias, e que depois de descoberto o rio, e o que nêle e por êle se achar, com o *Roteiro*, que fará o Padre, se saiba o que é necessário para a missão ou jornada principal»[1].

A opinião de Vieira era pois que se fizesse entrada missionária, mas com alguma garantia de defesa. E sucedeu que o Governador, Inácio Coelho da Silva veio do reino decidido também a levar por diante a expedição, e um caso recente, provocando a indignação geral, ateou êsses desejos. Deu à costa um navio nas terras dos *Teremembés*, que mataram os náufragos, despojando-os dos seus haveres, atrevendo-se alguns a ir ao próprio Maranhão vender o furto. Foram presos e condenados à morte[2].

Com isto, entendeu o Governador que se devia dar à expedição feição militar de represália ou extermínio, para segurança e tranqüilidade pública, desimpedir as comunicações, e reconhecer o Rio Parnaíba. Convidou a irem nela os Padres da Companhia. Duvidaram êles se conviria ir numa expedição com tais intúitos. Reùniram-se os consultores primeira e segunda vez, mas o Superior, com quem o Governador instava que fôsse para conter os soldados e pacificar os Índios, decidiu a dúvida pela afirmativa, fundado nos antecedentes dos *Tremembés* e que sempre algum bem faria. Foram pois da Companhia o mesmo Superior (P. Pier Consalvi), o P. Gonçalo de Veras, que já tinha atravessado o Parnaíba com Vieira, e o Ir.

1. Vieira, *Obras Várias*, I, 216, 217.
2. Bett., *Crónica*, 319-320.

pintor João de Almeida. A tropa de guerra era comandada pelo Capitão-mor Vital Maciel Parente, mameluco, filho natural de Bento Maciel Parente [1]. Eram trinta canoas e um barco grande com cento e quarenta soldados e quatrocentos e setenta índios aliados [2]. Saíram de S. Luiz a 15 de Abril de 1679. Depois de grandes trabalhos, encontraram os *Teremembés* descuidados e destroçaram-nos a 6 de Junho, não poupando a ninguém, que de 300 índios só se salvaram trinta e sete inocentes, sendo mortos todos os mais, homens, mulheres e crianças. E às crianças, escreve o Governador, os índios da expedição, travando delas pelos pés, mataram-nas cruelmente, «dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores» [3].

«Foi incrível a nossa dor, escreve o Missionário, pela carnificina dos inocentes, e quando celebramos missa, em longas e gravissímas palavras, afeamos-lhes a acção, tanto aos Portugueses como aos Índios». Todos prometeram daí em diante não repetirem a façanha. E a expedição voltou ao Maranhão, onde entrou no dia 7 de Agôsto, não sem primeiro explorarem o Parnaíba. E eis o que nos revela a carta inédita do P. Consalvi: Subiram o rio. Encontraram os «*Caribuçes, Caicaiçes, Aindoduçes, Guaçinduçes, Critices*» e os *Anapurus* que mudavam de sítio [4].

Ao cabo de mês e meio temeu-se que faltassem provisões e os remeiros iam adoecendo; calculando com razão que ainda ficariam longe as nascentes do Parnaíba, decidiram voltar. Tomando a al-

---

1. *Bras.* 9, 320v.
2. Garcia, em *HG*, III, 298.
3. Garcia, *Ib.*, 299.
4. A carta é em latim: mas os nomes das tribus vêm como os reproduzimos. Na margem direita do Rio Parnaíba, mostra a *Carta Potomográfica do Estado do Maranhão* de José Abranches de Moura (1926) o Rio Anapuru, entre os rios Longá e Cajueiro. O Catálogo de Cunha Rivara traz duas Cartas Régias em que fala dos *Anaperus:*

a) «Carta Régia de 27 de Janeiro de 1703 ao Governador do Maranhão, aprovando o que fez, de mandar um Missionário da Companhia bem provido, aos Índios da nação *Anaperus* que habitam pelo Rio Parnaíba acima na costa dos Lençóes, os quais Índios haviam feito petição para descer para os Distritos da Cidade do Maranhão», Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, fl. 287v.

b) «Carta Régia, de 16 de Abril de 1709, ao Governador do Maranhão sobre a Guerra que se há de fazer aos Índios *Anaperus* que mataram ao Ajudante Manoel dos Santos, e a seis Religiosos», Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18,f. 414. Êstes religiosos mortos não são da Companhia.

tura do sol, pelo astrolábio que levavam consigo, acharam a altura de 6 graus da parte do Sul [1].

Subiram muito acima de Teresina. E bem podiam ser êstes os primeiros brancos que viram as paragens da actual capital do Piauí, em concorrência com os criadores de gado que refluiam do sertão...

2. — O castigo dos *Teremembés*, como foi de morte, não lhes serviu a êles para a catequese, nem aos que sobreviveram, que mais se embrenharam nos matos. Ainda pensou depois o P. Gonçalo de Veras em catequizar os Índios do Parnaíba, os que por êle e os seus companheiros tinham sido tratados com benignidade. Mas as portas do rio estavam nas mãos dos *Teremembés*, e, comenta Vieira, «suposta a guerra dos *Teremembés*, me parece emprêsa ao presente dificultosa, como também a de se abrir caminho por terra, o que tudo demanda muita dilatação, e fruto, que não pode amadurecer nem colher-se senão depois de alguns anos» [2].

Vieira conhecia a matéria. De facto levou anos. Entretanto, como a guerra lhes tinha vindo do Maranhão, os *Teremembés* declinaram mais para o Ceará e alguns se foram sujeitando do lado do Camocim, e com recomendação expressa de Lisboa para que fôssem bem tratados [3].

A redução dos Teremembés, das bôcas do Parnaíba, só se efectuaria em 1722, por obra do P. João Tavares, cognominado o «apostolo dos *Teremembés*». Foram êles próprios que o pediram [4].

---

1. Carta do P. Pier Luigi Consalvi, ao P. Oliva, do Maranhão, 20 de Setembro de 1679, *Bras. 26*, 74v-76v; cf. *Bras. 26*, 45, 63. O dia do combate, 6 de Junho, é dedicado a S. Norberto, «cujus vitam eadem die per imagines descriptam elegantissimas lustraveramus», diz Consalvi, sem acrescentar mais. Ia na expedição o Ir. João de Almeida. Dêle deviam ser essas "elegantíssimas" pinturas da vida de S. Norberto.

2. *Cartas de Vieira*, de 2 de Abril de 1680, III, 433.

3. Cf. Carta Régia ao Governador Artur de Sá de Meneses, de 28 de Novembro de 1687, Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 106; Garcia em *HG*, III, 299.

4. "Provisão de 24 de Abril de 1723, ao Governador do Maranhão aprovando o que tem feito para o fim de se aldearem os Índios *Taramambezes* e o ter-lhes dado para Missionário o Padre da Companhia João Tavares, que êles pediram. Descreve os costumes daqueles Índios marítimos, que se podem chamar *Peixes Racionaes* &", na Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 615v.

A Missão já aparece no Catálogo de 1723 com a menção de *nova:* «Nova Missão dos *Teremembés* de Nossa Senhora da Conceição»[1]; e em 1730 constava de 233 índios ainda pagãos, que aprendiam a doutrina[2].

João Tavares situou-a nas praias dos Lençois, «num sítio a que os Índios chamam Tutóia, onde faz barra principal um dos braços do Parnaíba, chamado Santa Rosa e também canal de Tutóia»[3].

O Missionário pediu e obteve em 1724 para a Aldeia duas léguas de terra e a Ilha dos Cajueiros. Mas não se deixaram em paz essas terras. Vieram meter-se nelas quatro fazendeiros, os três irmãos Lopes e um primo seu Manuel da Rocha, que introduziram os seus gados, nos campos da Aldeia, seguindo-se contenda que durou anos. A 25 de Janeiro de 1728 El-Rei ordena ao Governador do Maranhão que defenda os *Teremembés* e o seu Missionário que há 5 anos tinha padecido trabalhos e fomes para os aldear e que se lhes conserve a Ilha dos Cajueiros que os Irmãos Lopes perturbavam; e que êles se prendessem[4].

Alexandre de Sousa Freire dava mostra de proteger os perturbadores e êle próprio era um dêles. Queria o Governador tirar da Aldeia de Tutóia alguns Índios para seu serviço e dá as razões. El-Rei nega-lhos e ordena-lhe que guarde inviolavelmente as condições com que os *Teremembés* se sujeitaram a aldear-se.[5]

As condições di-las José Vidigal: «aldearam-se com pacto de não servirem, alegando que tinham visto brancos açoitarem os índios que servem. E no entanto serviam e eram úteis aos brancos, nas pastagens do gado vacum e cavalar e podem ser muito úteis à Coroa na vigia da Costa»[6].

---

1. *Bras.* 27, 47v.
2. *Bras.* 10(2), 338.
3. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 24v; José Ribeiro do Amaral, *Estado do Maranhão V (Hidrografia)* no *Dic. Hist. Geogr. e etnogr. do Brasil*, II, 262.
4. Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 657v; *Anais do Pará*, II (1902) 208. A 7 de Julho de 1730 El-Rei confirma as duas léguas de terra e a Ilha dos Cajueiros e torna insistir com o Governador que castigue os perturbadores, Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 699v (tem a data de 8 de Julho); *Anais do Pará*, III, 307-309. A 29 de Novembro de 1731 volta El-Rei a pedir contas ao Governador por não ter prendido aquêles irmãos e o seu primo Manuel da Rocha, *Ib.*, V (1906) 350.
5. Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 687; *Anais do Pará*, III, 279.
6. Carta de José Vidigal a El-Rei, de 9 de Junho de 1734, Arq. Prov. Port., *Pasta 177*, 1.

Dada a ordem régia mediram-se as terras. Mas ainda se não concluíram as dúvidas [1].

Quanto à questão dos irmãos Lopes e primo Rocha parece que a pendência terminou, resolvendo-se os Padres a comprar o gado que êles ali introduziram [2]. E assim começaria a criação de gado de Tutóia, onde vinte anos depois estava em grande aumento, constituindo, independentemente do gado privativo da Aldeia, meio de subsistência para quási tôdas as Casas da Vice-Província: Colégio e Seminário do Maranhão, Casa da Madre de Deus, Tapuitapera e Vigia [3].

Tutóia recebeu em 1 de Agôsto de 1758 o nome de *Vila-Viçosa*. Prevaleceu porém o nome primitivo de Tutóia que ainda é o actual [4].

O fundador de Tutóia, P. João Tavares, natural do Rio de Janeiro, tinha ido para o Maranhão, como mestre de Filosofia e Teologia, com a faculdade de voltar, acabada a missão que o levou. Não voltou, por amor dos *Teremembés* [5].

---

1. Cf. "Provisão de 18 de Março de 1733 ao Governador José da Serra sôbre a posse dos Índios *Taramambezes* nas 4 legoas de terra que teem, e Ilha dos Cajueiros; e controversia sobre isto com o Padre José Lopes da Companhia de Jesus", Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 713; *Anais do Pará*, VI (1907) 186.

2. Cf. César Marques, *Apontamentos para o Dicionário*, 355. Parece que com os Lopes houve depois não só paz, mas amizade. O Ir. Luiz Gonzaga, indo do Maranhão a Pernambuco, para se ordenar, adoeceu gravemente e faleceu a 25 de Setembro. "Morreu na Parnaíba em casa de D. Feliciana e se enterrou seu corpo na *capela dos Lopes*" (*Lembrança dos Def.*, 9v)

3. *Inventário do Maranhão*, 23-25.

4. César Marques, *Apontamentos para o Dicionário*, 355; Caeiro, *De Exilio*, 473-481, 561, conta pormenorizadamente os sucessos em que Tutóia ou Antotoia, como também se dizia, passou pelas transformações de 1758 e 1760, quando a deixaram os Padres Luiz Barreto e Bernardo Rodrigues.

5. Faleceu a 11 de Julho de 1743, no Maranhão (*Lembrança dos Def.*, 12v). Um ano antes dizia o catálogo: "P. João Tavares, américo-português, do Rio de Janeiro, com 63 anos, nasceu a 24 de Setembro de 1679. Foi Vice-Reitor do Colégio do Maranhão, ensinou Gramática, Filosofia e Teologia 6 anos, foi missionário 12. Agora é operário no Colégio do Maranhão. Entrou na Companhia a 11 de Julho de 1697. Professo de 4 votos" (*Bras.* 27, 110). Morreu com 64 anos, no próprio dia do seu aniversário, como Nóbrega.

CAPÍTULO VII

Rio Mearim

1 — Indústria pastoril: Fazendas de Serranos, Morcegos, Matadouro, Cachoeira e Mouxão; 2 — Exploração do Rio Mearim e Arraial Velho dos Mineiros; 3 — A missão dos Gamelas; 4 — A guerra dos Acroás; 5 — Na Aldeia de Nossa Senhora da Piedade; 6 — Etnografia dos Gamelas; 7 — Lapela.

1. — Os trabalhos dos Jesuítas no Rio Mearim revestiram duas feições diversas, em diversos tempos. Começaram por ser de carácter pastoril e concluíram sobretudo com o carácter colonizador e catequético. Nêste rio procuraram os Padres meios de subsistência para o Colégio do Maranhão, iniciando nêle a criação de gado. O Governador Rui Vaz de Siqueira concedeu em 1663 ao P. Manuel Nunes, por data e sesmaria, uma légua de terra, de ambos os lados do rio, com «tudo o que houvesse por dentro do sertão»[1]. Sempre nêste rio ficou alguma criação; mas com o tempo a fôrça dela deslocou-se para o Rio Pindaré. Em 1760 estava tudo reduzido a um sítio chamado *Serranos*, na bôca do Rio Mearim, com ¾ de légua campina e um curralete de gado, que pertencia ao Colégio[2].

Pertencentes à Casa de Exercícios da Madre de Deus, como parte do seu património, havia também duas Fazendas, a dos *Morcegos*, doação do P. António de Matos Quental, e a Fazenda do *Matadouro*, confinante com aquela. Esta segunda doara-a o P. Inácio da Costa, que em 1760 tornou a ficar com ela[3].

No mesmo *Inventário*, e subordinado ao título comum de «fazendas do Rio Mearim pertencentes à Madre de Deus», vem a Fazenda da Cachoeira, «com uma légua de cumprido e meia de largo

1. Bett., *Crónica*, 225, 246.
2. *Inventário do Maranhão*, 24v.
3. *Ib.*, 36v.

havida por compra». Fazenda secundária, sem igreja. Contígua à fazenda havia uma sorte de terra chamada *Mouxão*. Fêz também um Manuel Nunes da Silveira doação a Nossa Senhora, de três léguas de terra, tôda pantanosa, e nos servia agora só para retirar para ela os gados das outras fazendas no tempo do verão, em que secavam os pastos delas, e nesta ficavam frescos. Porque no inverno tudo alagava e ficava debaixo das enchentes dos rios»[1].

2. — A catequese foi extremamente difícil, porque o rio era infestado pelo gentio de corso e porque as condições de vida e segurança dos missionários, precárias. Mas as tentativas de estebelecimento datam de 1673: «Agora se descobriu um Rio chamado Mearim, aonde há muito gentio para onde, depois de o Governador ordenar uma grande tropa, veio a êste Colégio pedir missionários com tanto encarecimento que não deixou lugar a lhe negarem; assim que é fôrça que vá um dos dois que aqui estamos»[2].

A falta de missionários obstou então à fixação dos Jesuítas no Mearim, pois com dois Padres apenas em todo o Maranhão não era possível imobilizar um no Mearim, com o gentio de corso que periodicamente baixava, e contra o qual periodicamente se havia de fazer guerra[3].

Com tais alternativas e rebates chegamos a 1751. Entre os índios de Corso, que mais se tinham assinalado, estavam os *Gamelas*. Convindo fundar entre êles missão, uma Provisão Régia de 21 de Maio de 1751 encarrega os Jesuítas de fazerem o «*Descobrimento*» do Rio Mearim, dando-lhes para isso a competente escolta[4].

Escolhido o P. António Machado, a êle escreveu o Governador Mendonça Furtado, a 14 de Agôsto do mesmo ano, as instruções de como a devia fundar, instruções acertadas, um tanto ingénuas, metendo-se o Governador a superior hierárquico e religioso do Padre. Entre as coisas úteis diz-lhe que os Índios na escola aprendam português e até os de mais capacidade, latim; aos outros, artes e ofícios.

---

1. *Inventário do Maranhão*, 36v. Há outra *Cachoeira*, mais conhecida, em Marajó, facto que nos embaraçou na identificação desta fazenda. Mas no *Inventário*, a Fazenda da Cachoeira aparece como se diz no texto.

2. Carta de Francisco Veloso, 26 de Junho de 1673, *Bras.* 26, 31.

3. Na Bibl. de Évora existem várias Cartas Régias sôbre essas incursões, defesa e guerra contra êles, Cód. CXV/2-18, 173v, 235, 259v.

4. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 381.

Depois, agricultura e que se administre justiça. E que agora, sim, vai começar a idade de oiro das Aldeias, que até aí, tinha sido tudo errado... [1].

Foi o Padre. Saiu do Maranhão a 15 de Agôsto de 1751, estando na praia do Colégio a despedir-se dêle os dois Governadores, D. Luiz de Vasconcelos e Mendonça Furtado. E a 22 de Setembro de 1751 já escreve da *Aldeia* ou *Arraial de Nossa Senhora da Piedade*, que fundara, dirigindo-se ao Governador Mendonça:

«Dando conta da minha vida e viagem, digo que cheguei quarta-feira, dezoito de Agôsto ao engenho do Sr. Vitoriano Pinheiro. Aqui descarreguei a canoa, e deixando-a, por muito grande, para a dilatada viagem que intentava, tomei duas mais maneiras, e me parti para cima dia de São Bartolomeu.

Naveguei dez dias pelo Mearim acima, padecendo muitas calamidades de infinita praga, muitas chuvas, e dormia ao sereno. Disse missa ao domingo em um Igarapé, em que levantei uma cruz e pus por nome o *Igarapé de S. João*, por ser em dia da Degolação de S. João Baptista.

Em todos os dez dias, que naveguei pelo rio acima, não encontrei paragem que me levasse os olhos para a situação de uma Aldeia, pois as beiradas do rio são indignas, por ordinário muito baixo, que alaga no inverno, cheio de *ipueiras*, cercado de pequenos lagos, e com infinita praga sem nunca melhorar [2]. Todos iam desconsolados, os soldados não havia quem os tivesse mão, já dizendo que estavam no reino do *Acroá* com tão poucas armas, já afirmando que os tinham enganado, pois nunca lhes disseram seria a viagem tão dilatada. Era-me necessário exortá-los com têda a fôrça de razões e retórica mais conveniente para os conter e animar. Chegamos finalmente ao pé da primeira povoação dos *Gamelas*. Aqui me arranchei, que não quis tomar Aldeia alguma determinadamente por rezão das suas parcialidades, pois tomando alguma, os da outra não queriam vir. Mandei mensageiros com tôda a presteza; vieram logo dois principais, com parte da sua gente, e o filho de outro, porque o pai estava doente. Muitos traziam suas mulheres, e estas suas crianças de peito. Faziam

---

1. Arq. P. do Pará, cód. 588.

2. *Ipueira* = pântano, alagadiço: de *ipu*, banhado, lagôa, *oêra*, que foi. Cf. Bernardino José de Sousa, *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* (S. Paulo 1939) 215.

o número, todos êstes, que me vieram visitar, entre pequenos e grandes, de seiscentos. Presenteavam-me com bolos, batatas, mindobins, etc., e eram de mim recompensados com facas, velórios, anzóis, etc. Era já dia de Nossa Senhora da Luz [8 de Set°.] e como os das últimas Aldeias não chegassem, que são as mais populosas, acabada a missa, mandei praticar os que presentes estavam se queriam ser cristãos, amigos dos brancos e vassalos de S. Majestade, e como dissessem que sim, fiz com que assim o prometessem na forma e cerimónia do nosso juramento, o que fizeram os dois principais nas minhas mãos estando revestido nas vestiduras sacerdotais. Acabada esta cerimónia, nos encaminhamos todos para o rio. Aqui mandei que os soldados tirassem as balas das espingardas e as deitassem ao rio, e os principais quebrassem suas frechas e atirassem com elas ao rio, em sinal do amor e amizade que uns e outros se prometiam, o que tudo fizeram, disparando juntamente os soldados as armas embocadas para o mesmo rio, entre muitas vozes e festivos vivas a Deus e a S. Majestade.

E fez esta cerimónia tanta mudança e alteração naqueles bárbaros, que um Principal, subindo para cima, fez no meio do terreiro uma fervorosa prática aos seus com tôdas as expressões que lhes dita a sua barbaridade, exortando a todos os seus à nossa amizade, pois já tinham com quem comer e matar o seu inimigo *Acroá*, que é todo o seu ponto, e com que me quebram continuamente a cabeça, que me causa isto sumas angústias, pois se os desenganar, temo algum levante, e para os entreter, não os consente o seu fervor. Acabado isto, mandei fazer um têrmo autêntico de tudo o que tinha passado o qual remeto a V. Exª. e em nome de S. Majestade passei cartas de vassalagem aos ditos Principais.

Como não achei em todos os dez dias, que naveguei pelo rio acima, paragem que me contentasse melhor que o *Arraial velho dos Mineiros*, distante da povoação do Mearim três dias, e livre da cachoeira que passei, pois até ela pode navegar qualquer canoa, me determinei mudar para êle.

Mandei praticar o gentio e responderam que sim, que viriam para baixo. Assim mandei que fôssem desfazer suas roçazinhas e viessem. Partiram, ao parecer contentes, para as suas Aldeias. Eu, estando já para partir para baixo, me sobreveio nova detença, porque chegaram os das Aldeias mais longe e mais populosas. Mandei-lhes fazer a mesma prática, ao que responderam, que sim, mas com algum

sentimento, por eu não ir viver com êles nas suas terras, gôsto a que eu não pude satisfazer, por ser muito pela terra dentro e muito distante da vila do Mearim. Parti finalmente para baixo e já estou nêste *Arraial Velho dos Mineiros*, arrumando casa e Igreja ao menos por remedeio. Aqui faço tenção de fundar uma Aldeia, e a outra daqui mais abaixo uma légua pouco mais ou menos, porque o número destas gentes e suas parcialidades se não podem acomodar em uma só Aldeia. Êles vêm chegando, porém alguns tornam logo outra vez, sem se despedirem, como assim fêz um Principal, que quis por sua própria vontade vir comigo, não obstante mandar eu tantas vezes praticá-lo que fôsse primeiro a sua terra para trazer consigo a sua gente; mas êle, não estando por tôdas estas práticas, se me veio meter na canoa, e depois, sem mais nem mais, uma madrugada nos deixou êle e sua mulher. Notável é a inconstância destas gentes. Eu bem creio que enquanto me sentirem alguma coisa que lhes dar estarão comigo, porém ao depois, desampararão tudo. Deus os fade melhor. *António Machado* »[1].

3. — Dois anos depois, o Padre Machado fez uma *Relação da Missão dos Gamelas*. E, reassumindo o que dissera a Mendonça Furtado, continua a narrativa da sua obscura odisseia e dos tragos de morte porque passou, muito semelhantes aos de Nóbrega e Anchieta em Iperoig, para que os antigos Jesuítas acabassem a sua obra no Brasil como a tinham começado. Até no prolixo, a carta é parecida à de Anchieta. Tudo igual. Mudaram apenas as circunstâncias. E à frente do Govêrno não havia a lealdade de Mem de Sá, senão a duplicidade de Mendonça Furtado, e no Reino em vez de D. João III era D. José I.

« Depois que, nêste *Arraial Velho dos Mineiros*, por outro nome o *Arraial da Piedade*, constituí meu pobre domicílio com casa e igreja, principiei a ser um ludíbrio da fortuna, não havendo mal, que me não acompanhasse até às portas da morte, as quais se em alguma ocasião de minha desmarcada aflição se me abrissem, entraria por elas com sumo gôsto; pois passando aqui alguns dias com paz e sossêgo, esperando pelos Tapuias para os aldeiar nêste sítio, como êles tinham ajustado comigo, vieram dez dêles, dando por notícia,

1. Arq. do Pará, cód. 673. Cópia, sem indicação de lugar nem de data. A data e lugar dá-os Francisco Xavier de Mendonça Furtado na carta com que responde a esta, Ib., cód. 588.

que em seu seguimento viriam os mais, e ficavam preparando suas ubás, e mantimentos para trazerem.

Passados alguns dias, fugiram todos dez, e levaram consigo um rapaz de sua própria nação, chamado Manuel, que já sabia alguma coisa da nossa língua, por ter andado sempre comigo, e ter estado algum tempo no Maranhão, e Mearim. Este rapaz foi o diabo incarnado, que se foi meter entre o gentio; principiou a espalhar que os brancos estavam levantando-se e preparando-se para os ir matar e amarrar, e que já tinham esquartejado ao seu parente Gaspar, que nos servia de língua, e tinham pôsto sua cabeça à borda do rio, atravessada em um pau.

Alterou-se o gentio, como era justo, com semelhante nova: trataram de fabricar muitos arcos e frechas; algumas aldeias mais pequenas desempararam os sítios em que estavam, e se incorporaram com outras maiores, e nunca mais desceu algum para onde nós estávamos.

Eu bem compreendi, que esta sua tardança, e nem sequer vir algum pedir ferramenta, coisa que tanto estimam, era causada de alguma desconfiança do gentio; mas como não tinha asas, não podia voar. Esperava por algum socorro do Maranhão, de farinha, ou dinheiro, para a comprar, mas os Snrs. ministros da fazenda real, nem farinha, nem dinheiro, nem coisa alguma das que ficaram de dar, davam, tomando muitos pretextos para não cumprir as repetidas ordens de Sua Majestade, que Deus guarde, as do Sr. General, a sua mesma palavra, no que tudo eu fiado, me tinha metido ao golfo, e me via agora com a água pela barba, sem haver quem me acudisse.

Contudo, no meio desta falta, meditava comigo ter que partir para os Tapuias, com alguns soldados, a saber da sua tardança; porém os soldados me atroavam os ouvidos, requerendo muda, e para remate de tudo, caímos quási todos doentes, e eu com êles, de agudas febres, que degeneraram em maleitas muito desesperadas.

Aqui em parte, principiei a ceder à fortuna, e visto não ter nêstes desertos modos nem remédio, com que curar tantos doentes, determinei mandá-los para o Maranhão, e fui com êles até o engenho do Sr. Vitoriano Pinheiro de Meireles, onde já se achava o Padre Pedro Maria Tedaldi, meu companheiro, de partida para a mesma cidade. Deixei quatro soldados e alguns Índios no Arraial da Piedade para guarda da casa. Despedi os doentes para o Maranhão, e querendo eu voltar para cima, de tal sorte me acometeram as febres maleitas

diárias, que me não foi possível, e não tive mais remédio, que ficar-me curando em casa do Sr. Vitoriano Pinheiro Meireles».

Adoecendo mais ainda, o P. António Machado desceu ao Maranhão, encarregando a Aldeia ao Capitão-mor José de Meireles Maciel Parente, que encontrou naquele engenho, com alguns índios e soldados. Melhorando, voltou. E continua:

«Chegado ao Arraial da Piedade, tornei a recair das maleitas, mas assim como estava, pedi ao capitão-mor José de Meireles, que partisse para as Aldeias dos Tapuias, a buscar alguns refens; porque eu determinava, se Deus me desse saúde, ir ao Maranhão, e os queria levar comigo. Fez a sua jornada com mais dois soldados, dos quatro que ainda tinha, um índio e o língua Gaspar. Foi nela bem sucedido, trouxe os refens desejados, e com êles, já livre de maleitas, porém mal convalescido, parti para o Maranhão, a buscar algum socorro de mantimentos, e desfazer muitas falsas novas que de mim e dos *Gamelas*, lá se tinham espalhado.

Do Maranhão algum socorro trouxe de farinha, ainda que não tanto, quanto era necessário, mas a carestia do ano não permitia mais. Quando cheguei ao Arraial da Piedade achei aqui muita gente de uma *Aldeia* chamada *Piuburi*, os quais notavelmente me perseguiram por tôda a casta de ferramenta, e como não podia contentar a todos, lhes disse, que daria àqueles que quisessem ficar aqui de-todo. Ajustaram-se sete casais, e ficaram. Faziam por todos, entre mulheres e filhos, o número de vinte e dois, os quais fizeram suas casas, com ânimo de não tornarem para a sua terra; os mais se foram contentes com algumas dádivas, e prometendo que para o verão futuro haviam de vir todos.

Os sete casais, que ficaram comigo no sítio da Piedade, se conservaram em paz até o 1° de Fevereiro do seguinte ano de 1752, dia em que baptizei uma criança que estava quasi *in extremis*, e lhe pus o nome de Inácio, para render êste obséquio ao meu Santo Patriarca, a quem justamente, e a cujo nome eram devidas as primícias desta nova cristandade. Porém não deixou o comum inimigo de fazer declarada guerra a uns tão felizes princípios; porque nêste mesmo dia, tentou a um Índio, de semblante carregado e génio feroz, para que me matasse.

Principiou êste o seu insulto, entrando-me em casa com um pau na mão, pedindo-me que lhe desse um machado para encavar naquele pau. Eu lhe tinha dado havia poucos dias um, e por isso repugnei,

perguntando-lhe, que tinha feito ao que eu lhe tinha dado ? Respondeu que o dera a um seu parente; repliquei-lhe que eu lho dera para êle se aproveitar dêle e não para o dar. Afirmou ao língua, que lhe estava dizendo isto, com vozes e semblante irado: *pois se não mo déreis, vos hei de matar*, e mandou buscar o arco e frechas por um seu filho, e no entanto levantou o pau que trazia na mão para me dar com êle na cabeça, cujo golpe evitei do melho modo que pude, e saltando para o terreiro, chamei por três pretos que tinha alugado, da bandeira de Jacinto de Sampaio, e lhe mandei que pegando nas espingardas, vissem se podiam tirar das mãos daquele Tapuia o arco e as frechas, e que aos pés dêle lhe quebrassem tudo.

Não tiveram os pretos ânimo, para semelhante acção, mas como tomaram as armas de fogo, e o língua António Filipe já tinha levado molas e queria atirar ao Tapuia, se eu lhe não fosse à mão, intimidou-se o Tapuia, pois é notável o medo que têm das armas de fogo, e assim largando o pau, arcos e frechas, se pôs no terreiro encostado a um pau, com cara de réprobo, onde estêve bastante tempo, até que se ausentou.

Os mais Tapuias, tanto que souberam e presenciaram em parte o caso, principiaram a dar suas desculpas, pedindo-me que os não matasse, ao que respondi que eu os não queria matar, antes pelo seu bem espiritual e temporal, é que estava com êles nas suas terras, e da parte daquele seu nacional, era que tinha principiado o tumulto e ameaças de morte. Ficaram alguma coisa sossegados com a minha prática, mas, não obstante ela, pela uma hora depois de meio dia fugiram todos. Mandei logo atrás dêles o língua Gaspar, da sua nação, para que visse se os podia reduzir, a que tornassem, prometendo-lhes tôda a segurança. Já não pôde alcançar senão uma mulher, a qual respondeu, que não tornava; porque cá os queríamos matar, e não se puderam seguir mais por causa de uma grande chuva e trovoada.

Não sei explicar os cuidados e aflições, que me causou êste caso; porque além de me ter visto já com a morte diante dos olhos, me atormentava o não saber que fizesse. Vinha-me ao pensamento embarcar as coisas, e ir-me de-todo para o Maranhão; mas ao mesmo tempo me cortava o coração, o compreender que então se perdia tudo, e se acabava de um golpe o negócio de tantas almas, no qual eu já tinha padecido tanto e feito tantos dispêndios.

Essa noite, depois da fugida, para me acautelar de alguma traição, mandei preparar bem as armas, e dispus sentinelas do-

bradas, e a mais rigorosa sentinela fui eu próprio; pois tôda a noite não dormi, com cuidados e sobresaltos».

A opinião do Missionário era que importava a todo o transe construir um forte acima das Aldeias dos Tapuias, «mudando para lá os soldados, que junto às povoações do Mearim se conservam em uma palhoça, que tem o nome de forte, e aonde os soldados comem escusadamente o sôldo de El-Rei, sem fazerem mais que vadiarem pelas fazendas alheias, fazendo coisas indignas, *et piarum aurium* ofensivas.

«Fui, requeri, propus com tôda a eficácia, assim de palavras como de lágrimas, representando o desamparo, em que me achava, e quantas almas remidas com o sangue de Jesus Cristo se perdiam, e como tôdas as coisas iam cada vez a pior, e o pouco remédio que eu lhe podia pôr, pela total falta de meios, e nenhumas providências que se davam, esquecendo-se todos do bem comum, e do particular, pois além do mal que se seguia de se perderem as almas, se punham em evidente perigo as fazendas de gado do Mearim, que seriam um almôço para o gentio, se êste se desenfreasse, e com as armas as quisesse conquistar».

Mas tudo foram dificuldades e, no Maranhão, ofereciam outras soluções ineficazes, quando o Missionário, «só requeria a mudança do forte para cima das Aldeias».

Assim ia o Missionário, isolado nas selvas, tratando entre mil cuidados de descer os *Gamelas* para a beira do rio.

4. — «Quando estava com êstes maiores cuidados, recebi uma carta do Sr. Governador do Maranhão, na qual me ordenava, que desse Índios dos *Gamelas*, línguas e guias da mesma nação para se incorporarem com a bandeira de Jacinto de Sampaio, ao qual mandava que fôsse dar guerra ao *Acroá*, inimigo do *Gamela*.

Muito me alterou esta resolução, pois me servia de impedimento para o descimento que intentava, e por me parecer, que no Maranhão não havia ordem de Sua Majestade, para se fazer guerra ofensiva ao gentio, inimigo dos *Gamelas*, porque ainda que se referiam a uma ordem que havia, para se fazer guerra ofensiva ao *Acroá*, êste Gentio, inimigo dos *Gamelas*, não era *Acroá*, senão no nome, que na realidade eram uns parentes dos *Gamelas*, dêles rebelados, de sua mesma nação, língua e costumes, e o *Acroá* sentenciado, quer fôsse *Acroá-Miri*, quer *Acroá-Açu*, era gentio do sertão

de Minas [1]. Mas, como não era juiz nesta causa, e as despesas da fazenda real já estavam feitas, e Jacinto de Sampaio, cabo da tropa, preparado, lavei as mãos nêste negócio; dei a Jacinto de Sampaio os línguas e todos os Tapuias que êle pudesse agregar pelas aldeias para que, em nenhum tempo se queixasse de mim.

Partiu dêste sítio da Piedade, Jacinto de Sampaio, com a sua bandeira, para as Aldeias dos Tapuias, e deixando a sua bagagem no pôrto da *Aldeia Grande dos Gamelas*, marchou a tropa a buscar o inimigo. Para principio da desgraça, sucedeu adoecer o cabo da bandeira, Jacinto de Sampaio, e ficou na *Aldeia Grande dos Gamelas*, cometendo a emprêsa ao capitão-mor Francisco de Almeida, a Marcelino José, sobrinho do dito cabo, e ao ajudante João Pereira Brandão.

No fim de três dias chegaram à terra *Acroá*, e de noite despediram um *Gamela* a espiar, êste trouxe por novas, que a Aldeia dos inimigos estava queimada, e o inimigo se tinha mudado; ao outro dia pela manhã partiu a tropa, e chegando à Aldeia queimada, se dividiram em pareceres. O Capitão-mor Francisco de Almeida era de voto, que aqui se emboscasse, esperando por algum, que viesse em busca de mantimentos, dos muitos que ainda tinham deixado. Os outros foram de parecer, que seguissem para diante; nisto é que ajustaram, e a poucos passos, encontraram com uns Tapuias, que vinham buscar mandioca; êstes assim que viram os *Gamelas*, lhes perguntaram, que queriam por aquelas terras E como não recebessem resposta, nem à primeira nem a segunda pergunta, desconfiados fugiram. Foram três Gamelas em seu seguimento, com alguns soldados da bandeira, e Marcelino José deu um tiro em um Tapuia, o qual tiro foi causa de se não fazerem presas; porque o inimigo que estava bem perto, na sua nova Aldeia, logo que ouviu o tiro, se alvoroçou e fugiu, pondo-se de emboscada.

Foram seguindo depois do tiro os três *Gamelas* e dois soldados da bandeira, chamados António Pereira e Domingos Teles, e depois de terem subido uma ladeira, ao descerem para o plano, deram de-

---

1. *Tinha razão o Missionário.* E de-facto, ainda nêsse mesmo ano Mendonça Furtado comunica para Lisboa que mandou supender a guerra aos *Acroás* e *Timbiras*, porque só tinha vindo ordem régia para a guerra aos *Gûêguês* (*Anais do Pará*, II (1902) 92. Notemos que entre as Missões dependentes do Colégio do Maranhão, aparece em 1752 a dos «*Acoroás*» sem indicar em que rio era, *Bras. 27*, 184v.

repente com a Aldeia nova dos Tapuias, aí situada, da qual ainda estavam fugindo as mulheres e crianças, e os Tapuias já estavam de emboscada, e logo que viram os cinco inimigos principiaram do mato a atirar muitas frechas que ainda uma delas, deu bem perto dos olhos do soldado Domingo Teles. Os dois soldados, com alguns mais da tropa que iam chegando deram alguns tiros e mataram um homem, com algumas mulheres e crianças. Chegou finalmente a tropa, a tempo que já todos os Tapuias tinham fugido, e não os quiseram seguir, como os *Gamelas* lhes diziam; mas queimando a Aldeia, se retiraram com tôda a pressa para a bagagem, levando quatro presas: dois rapazes, uma criança de peito e uma velha.

Postos na bagagem, se resolveu Jacinto de Sampaio, a descer pelo Mearim com tenção de subir pelo Rio Guajeú, para dar em outra Aldeia. Executou esta resolução, com pior fortuna: porque subindo pelo Rio Guajeú, deixando o rio, entrou pela terra dentro, com o intento de os acometer pelas costas, estando êles descuidados, e esperando que viessem pelo rio acima. Ao entrar pela terra dentro, andou muitos dias passando lagos e fazendo pontes, até que se lhe acabaram todos os mantimentos, os quais acabados, voltou para trás, e se recolheu com tôda a tropa para o seu arraial de S. José. Eis o fim que teve esta emprêsa, nem podia ter outro, pois era fundada na ambição de presas, sem por mim ser requerida, ou por meus Superiores, que como tínhamos a nosso cargo as *Missões dos Gamelas*, enquanto por êles não requerêssemos guerra contra seus inimigos, pelos meios ordinários, me parece, se não devia esta dispôr como se dispôs».

5. — «No tempo em que a tropa andou por fora, passei muitas calamidades, no sítio de Nossa Senhora da Piedade. A 8 do mês de Agôsto, despedi dêle a quatro Índios que comigo tinha, três do Maracu, e um do Acarará, por me requererem fortemente a sua muda, e me ameaçarem com a fugida, se os não mudasse. Foram em uma canoinha pertencente a estas missões na qual esperava, que logo se me mandasse a outra muda: porém nestas esperanças se passaram os meses de Agôsto, Setembro, Outubro, até 24 de Novembro, dia em que aqui chegou o Padre Missionário Francisco Ribeiro, que vinha para a *Aldeia Grande dos Gamelas*.

Só a Deus é manifesto, o que padeci nêste desamparo. Dois rapazes unicamente tinha em minha companhia, pois até um homem branco, que comigo assistia, indo em uma ocasião caçar ao mato, per-

mitiu Deus, que nêle se perdesse, e por mais diligências que se fizeram, não apareceu, senão dai a cinco semanas, mais feito estátua da morte, que homem vivente. Dos dois rapazes um dêles adoeceu, e me foi preciso para meu sustento, ir muitos dias, com um caniço ao rio, a pescar algumas piranhas, e muitas semanas passei sem comer coisa que padecesse morte, por não ter quem mo buscasse. Depois que o rapaz convalesceu, indo com êle uma ocasião, para baixo a me confessar, tornou êle a adoecer, e então estas sagradas mãos que pela bondade de Deus — *nullis meis meritis* — nasceram para a sobrepeliz e estola, se condenaram ao remo, até me pôr em casa.

Nem se descuidava nêste tempo, o comum inimigo de me atropelar, com fortissimas tentações, até me querer levar ao precipício de uma morte violenta, representando-me o total desamparo de Índios, em que me achava, e que nunca seria socorrido, e o alvorôço em que andavam êstes matos entre *Gamelas* e *Coroados*, uns capitais inimigos, e outros pouco amigos, e que a escapar eu das garras de uns, viria infalivelmente a ser despôjo de outros, sendo despedaçado e comido por êles, e que à vista disto não tinha que fazer jamais com o mundo. Aumentava tôdas estas tentações com me trazer à memória que eu tinha consumido a maior parte do que me tinha dado a fazenda real sem fruto, como diziam tôdas as cartas, que me vinham do Maranhão, e que assim já não havia de ter cara para outra vez lá aparecer e passear diante dos ministros da fazenda real. Com estas e semelhantes sugestões me atormentava muito e muito nesta solidão.

Tôdas estas tentações, fazia eu muito para repelir com repetir amiudadamente aquelas palavras — *In te Domine speravi, non confundar in aeternum*. Oh! que terrível é a solidão, cheia de cuidados! Por isso com muita razão, diz o texto *Vae soli!* — porque ainda que nela haja mais lugar de levantar o pensamento a Deus também por outra parte, tem o demónio mais ocasiões de tentar, sem o tentado se poder valer dos Padres espirituais e confessores».

O P. Francisco Ribeiro, vinha para se estabelecer na *Aldeia Grande dos Gamelas* e para lá seguiu efectivamente. Mas eis que um mês depois voltou o Padre, «lastimando suas desgraças, pois os Tapuias não faziam mais que importuná-lo por ferramentas e farinhas como é seu costume, sem lhe darem ou procurarem coisa alguma. E vendo quanto impossível era a sua conservação, determinava partir para o Maranhão, a informar desta verdade, e tomar o expediente, que lá melhor se julgasse, e com efeito partiu desta Missão para a

INTERIOR DA IGREJA DO COLÉGIO DO MARANHÃO
(HOJE SÉ CATHEDRAL)

A talha do altar-mor ainda é do tempo dos Jesuítas

cidade, a 4 de Janeiro de 1753, onde se achava depois de tantos trabalhos sem fruto» [...]

6. — «Resta por ora, para complemento desta narração, brevemente descrever os costumes desta gentilidade. Habitam êstes Tapuias em um centro de mato, que está no meio de dois rios Guajeú e Mearim, e os vai acompanhando até suas cabeceiras, as quais se terminam no sertão, em uns dilatados e famosos campos, com pouca distância das cabeceiras de um rio às cabeceiras do outro. São êstes dois rios, pelas beiradas muito baixas, quasi incapazes de povoações, por alagarem em muita parte, e pelos muitos lagos e *ipueiras* que têm; e também pela muita praga de tôda a casta de mosquitos, que de noite e de dia, importunam de tal sorte, que se fazem as habitações quási insofríveis. Só são boas as ditas beiradas para canas de açúcar, pelo que podia haver nos ditos rios muitos e famosos engenhos reais, pois duram os canaviais, tendo bom trato, dez, quinze e vinte anos. Nêste centro, que é terra alta e boa para tôda a casta de lavouras, é que habitam êstes *Gamelas*, gentio sem fé, nem lei, nem rei. A nenhuma divindade adoram, nem reconhecem superior na terra, nem no céu. Os chamados principais são alguns mais alentados e abalizados, que os praticam para as guerras e caçadas: porém se êles não querem fazer o que o praticante lhes diz, êle os não pode obrigar, nem êles se querem sujeitar a govêrno algum. Andam de-todo despidos, tanto mulheres, como homens, e só se compõe o seu ornato em se tingirem de *urucú*, que é fruto que dá com abundância nas suas terras, e entre êles de muita estimação. Criam largos cabelos, e os homens, logo desde pequenos, furam o beiço de baixo, e nele encaixam uma rodela de pau, que fechando o beiço, lhe vem a cobrir o de cima, e chega quási a dar no nariz.

Dizem que usam destas gamelas (que daqui veio à nação o nome de *Gamelas*) para se fazerem formidáveis a seus inimigos, batendo com elas nos dentes quando guerream. O seu sustento é alguma caça, e uns bolos que fazem de mandioca, mas como não têm providência alguma em guardarem, quando no tempo do inverno as mandiocas estão verdes, se sustentam para o conduto, do coco e palmito das palmeiras bravas. São muito dados ao cantar, e dançar com o seu bárbaro modo, de tal sorte, que nisto gastam muita parte da tarde e noite e findam ao amanhecer, cuja música acabada, preparam os arcos e frechas e vão caçar um dia por outro. As caças e todo o mais

sustento, cozem em umas covas que fazem debaixo do chão cercadas de fôlhas, e cobertas com terra e pedras, e desta sorte de cozinhar usa quási todo o gentio, a que chamam *miaribu*. Nas guerras, comem seus inimigos; são pobríssimos, por extrêmo, donde nasce fazerem muita estimação de quem tem muito que lhes dar, principalmente ferramentas para fazerem suas roças. Usam só de uma mulher, e quando dela se enfadam a largam com facilidade, e pegam em outra. Amam-se muito entre si, de tal sorte, que poucas ou nenhumas são as contendas, que os aldeanos têm entre si; dêste modo de trato ou amor, tem resultado muitas vezes quando algum morre, enterrarem-se com êles vivos, mulher e filhos, por não poderem sofrer o rigor do *matarão* (que êste é o nome que dão na sua língua às *saùdades*). Enterram-se sentados, e na sua cova, lhes deitam tôdas aquelas pobres alfaias, do que em vida possuem. Não usam de género algum de bebida, que é o único bem que têm» ([1]).

---

1. António Machado, *Breve Relação do que tem sucedido na missão dos Gamellas desde o anno de 1751 até 1753*, em Melo Morais, *Corografia*, IV, 347-361, que a publica sem declarar o nome do autor nem a origem do documento, que êle diz ter. Indica-a Rivara, I, e o manuscrito está em Évora, cód. CXV/2-14, a nº 20, junto à carta que a 24 de Agôsto de 1753 escreveu ao P. Bento da Fonseca, e que também Melo Morais, publica, *ib.*, 212-215. Nela desabafa o Missionário com o Procurador da Companhia em Lisboa, para que êle ponha a sua influência a favor da Missão: «O que deu a fazenda real se consumiu com o descimento que fiz de uma Aldeia, dos seus matos para a beira do rio, onde vivo, e em o estabelecimento da dita Aldeia, e mais algumas dádivas que dava aos que das Aldeias dos matos me vinham visitar. Agora não há com que fazer novos descimentos nem com que contentar aos que das Aldeias do mato me vêm ver mais por buscar anzóis, facas e machados que por outra coisa» [...]. «Uma das coisas que mais me amofinam é o ver-me nêstes matos cercado de bárbaros pobríssimos, que me estão pedindo continuamente, de comer, porque êles nem para si trabalham, e tôda a casta de ferramentas, e eu não as tenho para lhas dar». Carta do P. António Machado ao P. Bento da Fonseca, 24 de Agosto de 1753, Bibl. de Évora, cód. CXV/2-14, números 8 e 20; em Melo Morais, *Corografia*, IV, 212-215; cf. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 381, onde se diz que as *Aldeias dos Gamelas* eram 11. Naquele códice de Évora, há o desenho de um índio *Gamela* (1753), com a seguinte nota explicativa: «forma do novo gentio q̃ veyo a esta cidade do Maranhão á presença do Sr. Gnl. q̃ por uzar de hum infeite tão abominavel como hê o grande batoque q̃ trazem no beiço de bayxo, do tamanho da palma de hũa mão cauzou admiração nesta Cidade, a cujo Gentio lhe dão o nome de *Gamelas* por assim o representar o beiço q̃ traz e a postura com que se pinta hê a forma em q êles costumão dançar & no som de grandes urros».

7. — Assim eram os *Gamelas* e esta Missão. E mostra praticamente o desconhecimento insanável de Mendonça Furtado sôbre a civilização dos Índios; e como é facil, dentro de palácios, decretar para selvagens nos matos, escolas de artes e ofícios, e latim.

Mais realista e conhecedor do seu gentio, tratou o P. Machado de se equilibrar, quebrando as resistências, e atraindo os *Gamelas*, pouco a pouco. E com a sua prudência e abnegação ia alcançando resultados positivos, que consistiam, nêsses começos sobretudo, em manter-se sem abandonar o campo. E não o abandonou. Mas os mesmos que o tinham mandado, lho fizeram deixar, três anos depois em 1757.

Bem garantiu êle que era deitar tudo a perder irremediavelmente. Não lhe deram ouvidos. Transformaram a Aldeia em *Lugar de Lapela*. Os Índios já aldeados, não tardaram a desamparar a Aldeia, voltando à barbárie[1]. E os *Gamelas* são hoje apenas recordação histórica[2].

---

1. Cuciro, *De Exilio*, 465-469.

2. Cf. Curt Nimuendajú, *The Gamella Indians* («Primitive man», vol. 10, nº 3-4, p. 1-4). Nimuendajú diz que os *Gamellas*, tribu «extinta» de Maranhão, têm andado confundidos com os *Timbiras*, mas constituíam provavelmente grupo linguístico diferente.

CAPÍTULO VIII

Rio Pindaré

1 — Primeiras Aldeias dos Guajajaras; 2 — Lutas no sertão; 3 — Aldeia de Maracu (Viana); 4 — Engenho de S. Bonifácio; 5 — Aldeia de S. Francisco Xavier do Carará (Monção); 6 — As pseudo-minas de oiro do Alto-Pinaré; 7 — A redução dos Amanajós e a "Relação Abreviada".

1. — O Rio Pindaré, que outrora se dizia Pinaré, é o maior afluente do Rio Mearim, e teve, historicamente, mais importância do que êle. Dava-se até como autónomo e principal. O conhecimento completo da hidrografia maranhense fá-lo modernamente tributário do Mearim. No Pindaré ou Pinaré (usaremos os dois nomes, segundo os documentos) trabalharam sempre os Jesuítas desde 1653 até 1760, e, além da catequese, tornou-se êste rio sustentáculo económico do Colégio do Maranhão.

Quem primeiro entrou nêle, da parte dos Portugueses, foi Bento Maciel Parente em 1616, enviado por Jerónimo de Albuquerque[1]. Mas depois os Jesuítas decobriram e palmilharam os seus afluentes e cabeceiras, não ficando recesso, por oculto ou distante, que êles não conhecessem, estabelecendo Aldeias, fundando fazendas, um grande engenho, e abrindo veredas na mata, incluindo uma, desde Maracu, através do Turiaçu, até o Pará.

Os Jesuítas, que iniciaram a catequese nêste rio, foram Francisco Veloso e José Soares, entre os Índios *Guajajaras* em 1653. Enviou-os António Vieira que dá também as primeiras notícias.

«São êstes índios de língua geral, mais semelhante porém à dos *Carijós*, que nenhuma outra do Brasil. Estão hoje muito [diminuidos] com guerras, principalmente por uma que as nossas armas lhes foram

---

1. *Hist. Proprov. Maragn.*, 427.

dar. Os que lá vivem, junto às cabeceiras do Rio Pinaré, que é um dos muitos que desembocam nêste Maranhão, e também têm aqui duas Aldeias, uma pequena como são tôdas, e outra menor que pequena. Pela comunicação destas Aldeias, haverá dois anos que se desceu do sertão parte dos índios que lá haviam, e assentou em um sítio do mesmo rio, chamado Itaquí, distante como dizia sessenta léguas desta cidade.

Em todos êstes dois anos não houve quem desse notícia alguma de nossa santa fé, a êstes pobres, havendo porém, quem os fôsse ensinar a trabalhar, e aproveitar-se, segundo dizem, de seus trabalhos: morriam muitos à fome e sem baptismo, miseráveis no corpo e muito mais miseráveis na alma.

A estas duas obras de misericórdia partiu o Padre Francisco Veloso, o qual chegou ao Itaquí depois de oito dias de navegação no rio, saltou em terra, e não achou ninguém dos que ia buscar, porque, como ouviram dizer que ia o *Abaré*, que quer dizer Padre, e era coisa que não tinham visto em sua vida, e de quem tinham ouvido falar com grande respeito, fugiram e se esconderam nos matos. Foi tão demasiada a reverência que os teve cheios de temor. Mandou-os o Padre desassombrar pelos outros índios de sua nação, que levava consigo: e depois que vieram os primeiros, e viram a benignidade com que os Padres os tratavam, e quão liberalmente repartia com êles o pouco que trazia para seu sustento, fizeram-se tão domésticos e familiares que grandes e pequenos nunca lhe saiam de casa. A primeira coisa que o Padre fêz foi escolher três índios, dos de maior capacidade e mais principais, e mandá-los por embaixadores aos outros que estão no sertão, avisando-os de que era vindo de Portugal, por mandado de El-Rei, a buscá-los, e fazê-los filhos de Deus, que são os têrmos com que se explica o ser cristão; e que ficava já naquêle rio com seus parentes, prevenindo-lhes casas e mantimentos, para que quando viessem, tivessem em que viver. Com êste recado lhes mandou um presente de ferramentas, e outras coisinhas, conforme nossa pobreza, por ser costume nestas nações, como nas da Ásia, não haver visita ou embaixada senão acompanhada de presente. Prometeram os embaixadores que dentro em três luas tornariam com resposta, e não pediram menos tempo, porque dista de aí ao sertão dos *Guajajaras* mais de quarenta jornadas. Despachada esta embaixada, começou o Padre a tratar da sua, [como] chamou S. Paulo à pregação do Evangelho. [A confiança] com que os Índios o buscaram servia muito para

o que se pretendia, porque todo o dia se gastava no catecismo, o qual tomavam com tanto gôsto, que nunca foi necessário que o Padre os chamasse, antes êles buscavam e chamavam o Padre muitas vezes, ainda dentro nas horas que estavam reservadas para descansar do trabalho. Coisas contam os Padres nêste gênero que não há senão admirar os poderes da graça divina, e dar-lhe infinitas, por nos ter escolhido e trazido a ser instrumento dela.

Não eram êstes Índios mais que setenta almas, porque os demais ou eram mortos à fome, ou fugindo dela, se tinham outra vez tornado para os matos. Com esta pequena escola gastava o Padre os dias e parte da noite ensinando-os: e aprenderam todos com tanta facilidade que até os muitos velhos e muito meninos, em espaço de menos de três semanas (coisa que não pudera ser senão fôra gente de grande entendimento e juízo), estiveram capazes de receber o Baptismo. Baptizou o Padre primeiro aos Principais, com a maior solenidade e festa que foi possivel, e depois todos os outros, com tanta consolação de ambas as partes como se os Índios conheceram tão bem o que recebiam como os Padres o que lhes davam»[1].

Procuraram os Padres sustentar-se na terra; mas nem a terra, o dava, nem do Maranhão lhe enviavam com quê. E assim se viram forçados a descer, acompanhando-os aquêles sententa Índios. Vieira, que narra isto, e que os examinou, dá notícia dos intoleráveis sofrimentos dos Jesuítas nesta primeira missão ao Rio Pindaré.

Com êste grupo de *Guajajaras* e com *outros* se situou a primeira «Aldeia dos Padres» do Maranhão. Aquêles outros eram remanescentes da de Gregório Mitagaia e seu filho Lázaro, trazidos de Pernambuco pelo P. Luiz Figueira, primeiro núcleo da *Aldeia da Doutrina*, na Ilha do Maranhão[2].

Depois desta incorporação dos *Guajajaras*, a «Aldeia dos Padres» estêve em diversos lugares e com diversos nomes, Aldeia de Itaquí, Aldeia de Cajuipe, Aldeia de Capitiba ou Cajutiba»[3].

---

1. *Cartas de Vieira*, I, 394, 397; Morais, *História*, 400, 405, 408; *Hist. Proprov. Maragn.*, 425.

2. «Razões por que os Padres devem ser restituídos à sua Aldeia do Maranhão» em Melo Morais, *Corografia*, IV, 243. Melo Morais, traz: «Razões porque os Padres devem ser restituidos às Aldeias», título incorrecto que generaliza o que só se refere a uma.

3. Assim lemos num autógrafo de Bettendorff (1676): «Aldeia de Cajutiba, nova residência de Nossa Senhora da Conceição do Pinaré», *Bras.* 26, 40, 46.

Cajuipe, Capitiba, Cajutiba, parecem denominações ou leituras diferentes do mesmo nome [1].

2. — Em 1678 apareceram nas proximidades desta Residência de Nossa Senhora da Conceição os Índios selvagens. Um índio dos Padres, já manso, subiu o rio a investigar quem seriam, e os bárbaros trespassaram-no com uma frecha, matando-o. O P. Consalvi, que então ali estava, pediu socorro ao Maranhão, por intermédio de Bettendorff. Enviou-lhe o Capitão-mor uma fôrça de 12 soldados e 24 índios guerreiros, dos chamados «cavalheirotes». Consalvi, com o Ir. Manuel Rodrigues e os índios da Aldeia, foi em busca dos bárbaros que acharam fortificados na sua clássica cerca. Propondo-lhes paz, recusaram. Intervieram então os soldados. Dos Portugueses morreu um; dos contrários, dez. E, tirando alguns, que fugiram, os mais renderam-se aos Portugueses. Êste pequeno combate feriu-se à tardinha. Se tivesse sobrevindo a noite sem se render a cêrca, diziam os Portugueses que todos ali ficariam. Para que tal não sucedesse crê o mesmo Consalvi que se repetiu o milagre de Josué, pondo-se o sol uma hora mais tarde. Foi a expedição em Outubro e Novembro de 1678 [2].

Passava-se isto em pleno sertão do Pindaré, muitos dias acima da Aldeia da Conceição, e a êsse sertão foram diversas vezes os Padres com incríveis trabalhos e fomes, como a entrada do Padre António da Cunha e Irmão Manuel Rodrigues, que descreve Bettendorff [3].

Assim decorreram anos até que o P. Pero de Pedrosa, concluída a visita de 1681, começou a trabalhar no Pindaré. E verificando que em Capitiba os índios fugiam facilmente para o sertão e que o *Lago Maracu* era mais acomodado, nêle estabeleceu definitivamente a *Aldeia dos Guajajaras* em 1683 [4].

---

1. Sôbre estas Aldeias e trabalhos dos Padres, cf. Bett., *Crónica*, 81-83, 271; Morais, *História*, 408-415. Em 1677 trabalhavam nessa residência de Nossa Senhora da Conceição do Pindaré o P. António Pereira e o Ir. Manuel Rodrigues, *Bras.* 26, 43v.

2. Consalvi narra tudo, difusamente, em latim, *Bras.* 26, 72-74v; cf. *ib.*, 52-52v; *Bras.* 9, 310-311v.

3. Bett., *Crónica*, 333.

4. Bett., *Crónica*, 83, 344; Morais, *História*, 415.

3. — Bettendorff alcançou de El-Rei que esta Aldeia de Nossa Senhora da Conceição sôbre o Lago do Maracu ficasse definitivamente adstrita ao serviço do Colégio [1].

Esta famosa Aldeia teve que sustentar grandes embates contra entidades oficiais desafectas que queriam manejar facilmente os índios. Mas o Govêrno central sustentou sempre os Padres nêste ponto. A 1 de Fevereiro de 1701 recomenda El-Rei ao Governador que deixe a «Aldeia do Pinaré, no sítio em que se acha» e se guarde com os índios dela o Regimento quanto à sua liberdade, salários e serviço [2]. Informou também o Governador Berredo contra os Padres e que El-Rei consentisse em se tirarem índios da Aldeia. Responde El-Rei que êle, Governador, guardasse os privilégios estabelecidos; e se não tirassem índios do Maracu excepto no caso de necessidade pública, como seriam expedições de guerra [3].

A *Aldeia de Maracu* tinha, em 1730, 404 índios, incluindo uma dezena de catecúmenos [4].

Aqui tinha o Colégio de Maranhão a sua principal fonte de receita para construção e beneficiamento do seu próprio edifício, da igreja e formação. Consistia sobretudo na criação de gado, com 6

---

1. Morais nota o facto, advertindo que se deve fiar em Bettendorff, mas que não vira o documento, *História*, 245-417. A prova está pelo menos numa carta de El-Rei, de 23 de Março de 1688, ao Governador Artur César de Meneses. Recusando-se a entregar a Aldeia do Pindaré aos Padres da Companhia, El-Rei ordenou-lhe que a entregasse e se ativesse inviolavelmente às suas ordens e regimentos, *Anais do Pará*, I, 92-93; cf. também Carta Régia a Fernão Carrilho, Tenente General do Maranhão, não admitindo a sua proposição de mudar para as cabeceiras do Mearim a Aldeia concedida aos Padres da Companhia no Maracu, Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 247. A êste facto se devem referir as «Razões» indicadas na p. 187 nota 2.

2. *Regimento das Missões*, 66.

3. «Provisão ao Governador do Maranhão para que sem embargo das razões que allega, se guarde aos Religiosos da Companhia o privilégio de se lhes não tirarem os índios da Aldeia do Maracu, salvo em necessidade pública de guerra, ou outra inevitável», Bibl. de Evora, cód. CXV/2-18, f. 595v. Publicada, com a data de 5, em *Anais do Pará*, I, 178, Cf. «Provisão ao Governador do Maranhão que se guarde inviolavelmente o Privilégio, que tem o Collegio dos Padres da Companhia da Cidade de S. Luiz do Maranhão, para se lhes não tirarem índios da Aldeia de Maracu: e dê a razão porque lho não tem guardado», Bibl. de Evora, cód. CXV/2-18, f. 645v. Sôbre os atropelos de Sousa Freire e do Capitão-mor Francisco de Almeida, cf. *Anais do Pará*, III, 277, 281, 286.

4. *Bras.* *10*(2), 338.

currais, cinco de gado vacum, um de gado cavalar, todos com as casas adequadas ao fim da cada qual: Curral de Ibacá, Curral de S. José, Curral de Baixo, Curral do Meio, Curral de Cima e Curral das éguas. O *Inventário* calcula o gado vacum em 15.600 cabeças «grosso e miudo» e o cavalar em 500[1]. Os currais deviam de ter toponímicos próprios e entre outros achamos nos documentos *Jacareí* e *Arassatuba*[2]. Desta última fazenda, ao tomarem o gado para o Govêrno, disse o P. Joaquim da Cunha que êle pertencia unicamente ao Colégio, procedente todo do adquirido ao princípio por esmolas para sustento e manutenção dos Padres[3]. Perto de Maracu, havia terras dadas de sesmaria pelo Capitão-mor de Tapuitapera. Para elas se tinham mudado os currais do Rio Mearim, por ser mais fácil a administração. E eram o «remédio do Colégio»[4].

No dia 8 de Julho de 1757 Maracu recebeu o título de *Vila de Viana*[5]. A *Aldeia de Maracu*, sujeita no inverno à praga dos mosquitos, no verão era considerada o lugar mais aprazível e ameno de todo o Estado[6].

4. — De-fronte, à vista da Aldeia do Maracu, ficava a fazenda e *Engenho de S. Bonifácio*, «o maior nervo do Colégio do Maranhão, em terras do mesmo, por carta de data e sesmaria, fundação do P. Manuel de Brito, de boa memória nos anais da Vice-Província».[7] Prosperou rapidamente. A Casa de Engenho, que eram 60 palmos em quadra, tinha «um bom engenho corrente e moente, mais dois engenhos já usados, mais um engenho, que se estava acabando de fazer, e madeira para outro». A Casa do alambique tinha seis alam-

---

1. *Inventário do Maranhão*, 29v.
2. *Bras.* 27, 125v.
3. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 533.
4. Bett., *Crónica*, 455, 510.
5. Era superior da Aldeia o P. Manuel das Neves, que não còrou de acamaradar com os espoliadores e com os elogios de Mendonça Furtado, cf. *Anais do Pará*, V (1906) 265; VI (1907) 11. Caeiro diz dêle: «Praecerat Pago Emmanuel Nevius tum Jesuita, paulo post e Societate dimissus, quem deinde haud puduit inter Covettii satellites volitare, et ad socios modo suos spoliandos, calumniandosque manum et operam praebere», Caeiro, *De Exilio*, 462.
6. Bett., *Crónica*, 344; Morais, *História*, 415.
7. Morais, *História*, 415. Já se refere a êste engenho como coisa nova (*in nova* mola saccharia incepta) o Cat. de 1723, *Bras.* 27, 49v.

biques novos, dois usados, com seis cochos de água, oito de garapa e as mais miudezas necessárias para fazer aguardente». Além da casa de purgar açúcar, havia oficinas de tecelões, carpintaria, serraria, ferrraria, onde se fabricavam foices, machados, enxadas. A Casa de Canoas, com um bergantim novo, de leme, e tolda de madeira, de 44 palmos de comprido, e mais 10 canoas, entre grandes e pequenas.

Na casa de fazer farinha, além do forno havia duas rodas de ralar mandioca, 24 «tipitis» e 4 «gurupemas». A roça era capaz para 700 alqueires de farinha. Nesta famosa fazenda, quando a deixaram os Jesuítas, cultivava-se cana, cacáu (3.600 pés), laranjeiras e limoeiros, 4.000 pacoveiras e «60 e tantos pés de café».

A casa de vivenda dos Religiosos era de madeira coberta de telha, com seis aposentos forrados.

A igreja «rebocada e caiada», era velha e já havia madeira lavrada para a «nova» que se pensava construir. O retábulo pintado era de Nossa Senhora da Luz, com o menino nos braços. Estátuas: S. Bonifácio, S. Pedro, S. Paulo, S. António, Santo Cristo, S. João Evangelista. Alguma prata e bons ornamentos [1].

5. — O Catálogo de 1723 traz a nova missão dos *Guajajaras* no Rio Pindaré. É a *Aldeia de S. Francisco Xavier*, descidos pelo P. Luiz de Oliveira [2]. Estêve primeiro situada no *Alto Pindaré*. Pela carta régia de 31 de Janeiro de 1730, se vê que ficava situada 5 dias acima do porto do Caru. Com efeito, tratava-se da sua mudança «do sítio em que se acha para o do «Cairu» cinco dias de viagem pelo rio abaixo» [3]. Nêste mesmo ano de 1730 a Aldeia tinha 779 índios, dos quais 326 catecúmenos [4]. Consoante Morais, a Aldeia de S. Francisco Xavier mudou-se efectivamente para o pôrto do Caru; e acrescenta que, apesar de descida pelos Jesuítas, ficou do serviço de El-Rei [5]. Não deve ter sido êste ainda o sítio definitivo, mas aquêle em que ficou a chamar-se *Aldeia de Carará*, e era na margem direita

---

1. *Inventário do Maranhão*, 32v33: «Inventário do q̃ se achava no engº. de S. Bonifacio do Maracú no dia 12 de Junho, em q̃ foram presos por ordem de S. Mage. os religiosos que nelle estavão». Cf. Caeiro, *De Exílio*, 559.
2. *Bras. 27*, 49v; BNL, *Apontamentos*, 161.
3. *Anais do Pará*, III (1904) 277.
4. *Bras. 3*(2), 338.
5. Morais, *História*, 415-416.

do Pinaré, quando a 16 de Julho de 1757 se elevou a vila com o nome de *Monção*[1].

Caeiro narra assim o facto: «A Aldeia de Acarará de nada servia aos Jesuítas, mas corria fama entre o vulgo de que no seu campo havia minas de oiro, e que êles tiravam dali muito, que às escondidas levavam para o Colégio. Pelo estilo fácil e costumado das outras, a Aldeia foi mudada em Vila. Ficou director Bento Maciel Meireles e em vez do pároco Jesuíta João Nepomucemo Szluka pôs-se Miguel Morais Rêgo, a quem, conforme aquela fama, Lobato deu esperanças de grandes riquezas. Mas êle, percorrendo tudo à roda com suma diligência, não achando o menor indício de oiro, antes de três meses voltou para a cidade, mofando do decantado oiro de Acarará; e afirmava que as riquezas da Aldeia eram trabalhos, perigos e desgostos intoleráveis, que só os Jesuítas eram capazes de aceitar. E assim, saíndo os Jesuítas, Monção teve em três anos quatro vigários[2].

6. — O caso das pseudo-minas de Oiro do Pinaré deu que falar, e originou uma verdadeira lenda que o tempo não conseguiu destruir totalmente, de «*riquíssimas* minas de oiro no Alto Pindaré», que haviam minerado os Jesuítas. O assunto revestiu aspecto agudo no tempo do Governador Alexandre de Sousa Freire, e êle e Paulo da Silva Nunes exploraram-no contra os Jesuítas. As minúcias dêle, conduzir-nos-iam longe. Em resumo, diz Alexandre de Sousa Freire, na sua justificação a El-Rei, que quarenta dias depois de tomar posse do govêrno do Estado, organizara uma expedição às «minas de oiro do Pindaré» que não deram resultado por desgraça sua e pelas «industriosas cavilações da Companhia», diz êle[3]. A insinuação do Governador, sob pena de serem palavras sem sentido, vem a ser que as minas existiam e que os Jesuítas impediam o seu descobrimento para as utilizarem em seu proveito. A «cavilosa» acusação deu os seus frutos no tempo de D. José. No entanto os Jesuítas, por êssas e outras acusações de igual veracidade, sairam do Pindaré em

---

1. Caeiro, *De Exilio*, 463; César Marques, *Dic. do Maranhão*, 417; J. Ribeiro do Amaral, *Ephemerides Maranhenses* (Maranhão 1923) 44.

2. Caeiro, *De Exilio*, 462-464; Szluka e não Rua, é o sobrenome do P. João Nepomuceno, natural da Boémia.

3. Bibl. de Évora, cód. CXV/2-13, f. 215v. Alexandre de Sousa Freire tomou posse em S. Luiz a 14 de Abril de 1728, César Marques, *Dicionário*, 270.

1760. Todos os seus recantos ficaram patentes a quem quer, e até hoje, a pesar dos esforços empregados, ninguém descobriu nem deu com as tais minas «riquíssimas» do Rio Pindaré[1].

A lenda das minas de oiro levou ao Alto-Pinaré o Padre D. João da Cunha, egresso dos Agostinhos Descalços o qual numa daquelas tropas falou e tratou com alguns índios e fêz depois um requerimento sôbre o qual informou em 1732 o P. José Vidigal[2].

Desejava João da Cunha ficar com a administração dêsses índios e alegava que êles molestavam os Portugueses *confinantes* dêsse sertão. Informa José Vidigal, e aqui está a parte útil para a demonstração das distâncias e situação das Aldeias da Companhia: «Nêste sertão não habitam Portugueses, como é notório a todo o Maranhão e a mim, assistente nêle há 38 anos; e muito menos *confinantes*; da última povoação do Rio Pinaré até a Aldeia de S. Francisco Xavier, feita com *Guajajaras* no Rio Pinaré, se gastam vinte e tantos dias em canôa bem remada. Desta Aldeia, até se topar com o gentio bravo ou que ainda não está aldeado, sempre se gastará um mês; e vem a ficar a última povoação dos Portugueses daquele Rio Pinaré, distante do gentio bravo como dois meses»[3].

---

1. Não se podem chamar *minas* os resquícios de oiro que aqui e além podem aparecer e de-facto aparecem sem nenhum valor industrial, que só existe quando se ganha mais do que se gasta na sua exploração. Cf. Luiz Caetano Ferraz, *Compêndio dos Mineraes do Brasil em forma de dicionário* (Rio 1929) 251. Mas a lenda continua. José Ribeiro do Amaral (*Estado do Maranhão*, § IX, *Minerais e constituição geológica*, no *Dic. Hist. e Geogr. do Brasil*, I, 269) afirma que existem minas de oiro em diversas localidades do actual Estado do Maranhão, e que essas informações lhas dera «um cavalheiro de tôda a respeitabilidade», cujo nome cita, e que êle próprio vira «garrafas de oiro em pó». E que *devem* existir outras em Piranhas, nas cabeceiras do Rio Pindaré, Gurupi, etc. Depois de ter dito tudo isto, aceitando-o como verídico, conclue, destruindo em três linhas o que asseverara em muitas: «não *se deve*, entretanto, a informações tais dar todo o crédito, porque geralmente os curiosos, que se dizem mineiros, confundem as pirites amarelas com pedras contendo oiro»...

2. O requerimento começa assim: «Diz o Padre Dom João da Cunha Presbitero do habito de Sam Pedro natural da Villa de Alagoas do Estado de Pernambuco, que havendo sido Religioso profeço em a Religião dos Agostinhos Descalços, e repudiado da mesma em razão de se entender que o suplicante por alguns annos andara nos certõens do Estado do Brazil sem as licenças necessárias dos seus Prelados»...

3. Confrontem-se estas distâncias com a localização actual dos *Guajajaras*, dada por S. Frois Abreu, *Na Terra das Palmeiras*, pref. de Roquette-Pinto (Rio 1931) 99.

Resumindo a sua opinião sobre as pretensões do Padre D. João da Cunha, diz José Vidigal que a «verdade pura, lisa e sincera, é que, indo-se à indagação de minas de oiro do Rio Pinaré», foi-se também êle, D. João, «por se inculcar inteligente. Aquêle gentio *Guajajara* tinha visto já no seu sertão várias vezes Padres da Companhia, que de quando em quando lá iam, como o P. Estêvão Gandolfi, o P. João Maria, o P. Manuel Rodrigues, o P. Inácio Ferreira, o qual os deixou aldeados com cabos competentes, dados pelo Governador, para assim os ter contentes de algum modo, visto que pela penúria não lhes deixara Padres o P. Sebastião Pereira, o qual lhes assistiu por dois anos, e vindo abaixo foi cá necessário para acudir a outro gentio».

Assim se faziam já entradas periódicas ao Alto Pinaré; e quando lá foi D. João da Cunha «estavam preparados o P. Manuel de Abreu e o P. João Tavares para irem ao mesmo sertão; e, como viram que partia tropa para lá, se abstiveram até verem o fim da tropa. Tanto que esta desceu tôda, logo os Padres mandaram missionários os quais aldearam o resto dos *Guajajaras* que andava dividido em Maloca».

Enquanto a tropa do oiro andou pelo Alto Pinaré, o P. D. João da Cunha aldeou os Índios e fêz igreja. Todavia como o fim da expedição era o oiro, e êste não aparecia, entraram os soldados de dar maus tratos aos Índios para os obrigar a descobri-lo. A um o «esparraram no ar, cada braço a cada árvore e cada pé a cada tronco, e lhe punham um grosso madeiro atravessado por cima das cadeiras e lho iam deixando cair pouco a pouco; e, quando o miserável tapuia já queria arrebentar, gritava, *basta, basta, que já vou mostrar oiro*, o tiravam. Andava o pobre em correntes, não achava oiro, davam-lhe muita pancada». E desceu o P. D. João da Cunha, «saiu-se do Maranhão, e se acabaram as suas missões. Foram os Padres da Companhia, efectuaram a missão, como fica dito e como costumam, porque os seus oiros, são as almas»[1].

Vale a pena aproximar dêste caso, o que sôbre minas de oiro tinha escrito o P. Vieira já em 1662 a propósito das do Rio Pacajá: «No princípio do ano de 1656 foi o P. João de Souto-Maior

---

1. Informação do P. José Vidigal e tôda a mais documentação em *Anais do Pará*, V (1906) 351-359, com alguns erros: o P. João *Maria* (Gorzoni) aparece João *Maya*; e Manuel Rodrigues não foi *Padre* mas *Irmão*.

na missão dos *Pacajás*, por outro nome chamada a *Viagem do Oiro*, título lustroso com que muitos moradores daquele Estado enganaram muitas vezes os ministros de El-Rei, ainda aos Governadores, sendo o seu principal e verdadeiro intento cativar Índios e tirar de suas veias o oiro vermelho que foi sempre a mina daquele Estado»[1]. *História do Futuro*, esta, sim, que tão fielmente se realizou, em vida de Vieira e depois da sua morte, até que uma Provisão Régia, de 1730, determinou que os povos do Maranhão não «entendessem com minas e se aplicassem à agricultura que é o que mais lhe convinha», enderêço colonial agrícola da mais alta sabedoria[2].

7. — O último acto importante dos Jesuítas no Rio Pindaré, foi a redução dos Índios *Amanajós*, que por muito tempo tinham resistido à empresa da civilização. Em 1755 o P. David Fay, missionário dos *Guajajaras*, na *Aldeia de S. Francisco do Carará*, conseguiu praticar os *Amanajós* a que se descessem e aldeassem.

Como sabe, o «Regimento das Missões», legislação vigente no Estado do Maranhão e Grão-Pará até 28 de Maio de 1757[3], confiava aos Padres o encargo de descer os Índios e situá-los em Aldeias, à sombra das leis portuguesas, sob a sua obediência e autoridade. Segundo essas leis, o Padre na Aldeia era o chefe, ou em tupi, *murubixara*.

Os *Amanajós* eram contrários aos Índios *Guajajaras*. O Missionário, repetindo a cena de Iperoig entre *Tamoios* e *Tupis*, queria que os *Amanajós* vivessem em bons têrmos com os *Guajajaras* e se ajudassem reciprocamente contra os índios de corso quando viessem atacar as Aldeias e roças, harmonia prévia, indispensável, para a eficácia da catequese em Aldeias limitrofes. Contudo Mendonça Furtado que, por ordem do irmão, Sebastião José, buscava pretextos para destruir as missões, apoderou-se destas pazes entre Índios, meio comum desde os tempos de Nóbrega e Vieira, e elevou-o à cate-

---

1. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 236.
2. Não acabaram ainda então os desvarios. Cf. César Marques, *Apontamentos para o Dicionário*, 138, 144, onde se narra a credulidade de várias pessoas de responsabilidade entre os quais o Governador Gonçalo Pereira Lobato sôbre outras pseudo-minas de oiro no sertão de Iguará em 1759.
3. Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 338.

goria de *tratado político* «cedicioso», mandando desterrado o Padre para o Reino, onde veio a falecer nos cárceres de S. Julião em 1767.

O Governador explica tudo isto com «clareza e digestão», em carta de 18 de Outubro de 1757 [1]. Felizmente, guarda-se nos Arquivos a correspondência dêste período. Entre ela está a carta de David Fay, de 26 de Julho de 1757, ao P. Francisco de Toledo, seu Superior, que o convidara a responder às acusações de Mendonça Furtado. Fay jura, pelos Santos Evangelhos, que a acusação é falsa [2]. O que não impediu Sebastião José de reduzir a artigos o pseudo-tratado dos *Amanajós* e de publicar alguns na sua *Relação Abreviada*.

Transcrevemos dois:

Artigo III: «Se [os *Amanajós*] querem ser filhos dos Padres, sujeitando-se ao govêrno dêles, obedecendo-lhes, ficando os Padres *murubixaras* (isto é Capitães-Generais) dêles, que hão-de tratar dêles como de seus filhos? — Responderam que querem ser filhos dos Padres».

Artigo IX: «Se fôr alguma coisa extraordinária, v. g. inimigo, e que quando os *Guajajaras* (isto é Brancos) dirimirem, se os *Amanajós* os querem ajudar? — Responderam que querem fazer boa camaradagem e que hão-de ajudar os *Guajajaras*, porém que isso *vicissim* devem fazer os *Guajajaras*».

Repare-se nos dois parênteses, encaixados nos artigos pelo autor da *Relação*. No primeiro dá a *murubixaras* o sentido falso de *Capitães-Generais;* no segundo transforma os *Guajajaras*, de Índios em *Brancos*. O branco em tupi é *Cariuá*, que o ouvimos e falamos mil vezes com os Índios do Rio Negro; em tupi antigo, *caribá*. Mas para os fins da propaganda perseguidora convinha dar a entender que não se tratava de combinação comum de índios entre si (*Amanajós e Guajajaras*), mas entre Índios e Brancos, contando com a ignorância européia dos têrmos indígenas. Feita a dupla falsificação, o autor da *Relação Abreviada* podia comentar à vontade:

«De sorte que o *Capitão General* e *Brancos* do Estado ficavam, nestas convenções iguais em tudo aos índios, e os Padres como *Capitães-Generais* Eclesiásticos, superiores a todos» [3].

---

1. *Anais do Pará*, V (1906) 271-274.
2. *Lus. 87*, 1.
3. *Relação Abreviada*, 49-51.

(Foto L. Galvão 1942 Coleção do Museu Nacional do Rio)

ALDEIA MODERNA DE GUAJAJARAS DO ALTO PINDARÉ

(CAMIRANGA)

Com falsificações conscientes como esta, recheio habitual da *Relação Abreviada*, se envenenou a Europa e as Côrtes, incluindo a Pontifícia e cruelmente se atentou contra a liberdade individual. E para evitar que as vítimas, homens beneméritos da civilização do Brasil, desmascarassem essas falsificações, fecharam-se-lhes as bôcas, incomunicáveis, nas masmorras do Estado[1].

1. *A Relação Abreviada da Republica que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal e Espanha estabelecerão nos Dominios Ultramarinos das duas monarchias* saiu anónima e sem lugar nem data da impressão. Está, também, na *Colleção dos Breves Pontificios e Leys Regias*, Número IV. É um pequeno libelo de 85 páginas in-16º, e a parte que se refere ao Maranhão ocupa 27, matéria apenas de um artigo de jornal ou revista. O seu autor é Pombal. Poderia ter-se servido de amanuenses, como na *Dedução Cronológica*, em cujo frontispício se diz «*dada a luz* pelo doutor José Seabra da Silva», mas de tal modo a emendou Pombal, que «estas correcções, que a minuciosa pena do ministro traçou sobre o texto primitivo, da mão de um escrevente subalterno, mostram que a teia do famoso libelo, a começar no plano, até às particularidades da execução, é *tôda obra sua*», diz Lúcio de Azevedo (*Os Jesuítas no Grão-Pará*, 356). Para a *Relação*, poderia também servir-se Sebastião José dalgum escrevente, na parte material da obra. Mas José Caeiro, coevo, e que conhecia bem os acontecimentos e o mais secreto dêles, diz abertamente que o autor é Sebastião José, e que, pelo que toca ao Maranhão, se serviu dos papeis de seu *irmão* Mendonça Furtado e dos de seu *tio* Paulo de Carvalho, patrono de Paulo da Silva Nunes (*Apologia*, 59). Se Teresa Margarida Jansen Moller van Prat teve alguma parte nêsse reduzido escrito como parece insinuar Ernesto Enes, e a que alude Alcêu Amoroso Lima (*Os filhos de José Ramos da Silva*, na *Rev. da Academia Brasileira de Letras*, 60 (1940) 92, o serviço dessa mulher não passaria de amanuense, assalariada ou não, que outra qualquer interferência é desmentida pelo estilo, grosso, sem arte nem elevação, bem caracterizado do valido de D. José. Pelo fundo calunioso e pelas desgraças que produziu, se nos fôssemos a guiar por motivos diferentes dos objectivos, preferíamos que não fôsse português, nem também brasileiro, o autor de uma obra que não honra a ninguém. Mas além do argumento intrínseco, do estilo, da matéria e da intenção, o testemunho explícito de Caeiro não deixa margem a dúvidas.

CAPÍTULO IX

Alcântara e dependências

1 — *Fundação da Casa-Colégio;* 2 — *Aldeias de Serigipe, S. Cristóvão e S. João;* 3 — *Fazendas do Pindaré, Peri-Açu, Gerijó e Pericumã.*

1. — Em frente da cidade de S. Luiz, do outro lado da baía de S. Marcos, ficava a vila de Tapuitapera, depois vila e hoje cidade de Alcântara, numa posição elevada e sàdia. A ela vinham sempre os Jesuítas, mas só nela se estabeleceram no século XVIII e não chegaram a estar meio século. A princípio era povoação de pequenos recursos, pobre[1]. Quando os Jesuítas a deixaram em 1760, Alcântara era «a melhor vila de todo o Estado em comércio e riqueza dos seus habitantes»[2].

Os Jesuítas entraram desta maneira. Em 1713, prestando serviços à terra o P. Luiz de Morim, Visitador, os moradores ofereceram-lhe uma casa; e por empenho do Capitão-mor, a Câmara e o povo, pediram que os Padres aí abrissem Colégio. Não se mostrou de acôrdo o Donatário Francisco de Albuquerque. E por isso El-Rei, em carta de 6 de Novembro de 1714 ao Governador do Maranhão, mandou sobreestar no estabelecimento do Colégio até ulterior resolução[3].

Não se conformaram os moradores e tomaram o caminho que lhes estava indicado: obter a anuência do Donatário. Alcançada ela, tornaram os oficiais da Câmara a representar a El-Rei a necessidade «que tinham aquêles moradores de quem lhes doutrinasse os seus filhos, assim nos bons costumes como nas boas letras, e por isso se obrigaram a recorrer aos Padres da Companhia para fundarem na-

1. Bett., *Crónica*, 21.
2. Morais, *História*, 16.
3. *Bras. 125*, 4v; *Anais do Pará*, I, 142.

quela vila seu domicílio». Como já havia unanimidade entre os moradores, o capitão-mor e o Donatário, El-Rei concedeu licença nos têrmos pedidos: «Provisão de 2 de Fevereiro de 1716 concedendo licença aos Padres da Companhia para fundarem um Hospício na Vila de Tapuitapera, distrito da Capitania do Cumã, unicamente para seis religiosos, que ensinem a ler, escrever, latim e doutrina cristã»[1].

Erecta a Casa de Tapuitapera, cumpriram-se logo as condições, abrindo-se duas classes, uma de ler e escrever, outra de latim. Um prègador assegurava na Vila os sermões e doutrinas públicas semanais[2].

Pensaram os Jesuítas, em particular o P. Manuel da Mota, que muito acrescentou a Casa de Tapuitapera, em a elevar à categoria de Colégio, questão puramente de regime interno da Companhia, não conseguindo o seu desejo por deficiência de rendas próprias certas, sem as quais não é possível a nenhuma casa ter categoria de Colégio segundo o Direito e as Constituições da Companhia.

Assim chegamos a 1760. «Como esta casa se ia agora fazendo de novo, não continha ainda mais que dois pequenos corredores em cima e dois em baixo». Simples sobrado, portanto. A igreja ainda era a primitiva, «porquanto se estava acabando a nova». Era da invocação de Nossa Senhora do Pilar. Dignas de menção: três imagens «perfeitíssimas», representando outros tantos passos da Paixão de Cristo: *Horto, Ecce Homo, Cristo Crucificado*[3].

A igreja nova, que se estava concluindo, faltando-lhe os Jesuítas, parou para sempre; a livraria, pequena, mas escolhida, saiu da terra[4].

Os Padres deixaram Alcântara no dia 17 de Junho de 1760. Os moradores deram provas de notável sentimento. E consideraram a desgraça dos Jesuítas «como a sua própria desgraça»[5].

2. — A Catequese dos Jesuítas nos arredores de Tapuitapera deve ter começado com os primeiros Padres, a seguir à conquista e no

---

1. Bibl. de Evora, Cód. CXV/2-12, f. 142; César Marques, *Dic. do Maranhão*, 6.
2. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 3.
3. *Inventário do Maranhão*, 34.
4. César Marques, *Dic. do Maranhão*, 6. Uma lista de 1750 menciona os Padres que dirigiram a casa desde o seu início: 1 — Manuel da Mota, 2 — José de Mendoça, 3 — Carlos Pereira, 4 — Manuel da Mota, segunda vez, 5 — Miguel Inácio, 6 — José Martins, «que actualmente a governa», BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 26v; cf. Morais, *História*, 16.
5. Caeiro, *De Exilio*, 556.

tempo de Luiz Figueira e consta que havia por ali 10 Aldeias de *Tupinambás*, que se foram extinguindo, de modo que em 1734 só restava uma, insignificante.

Ainda no tempo do P. Vieira, se estabeleceram numa dessas Aldeias, a de *Serigipe*, pela terra dentro. Residia nela, por volta de 1661, o P. Mateus Delgado, que vinha prègar muitas vezes a Tapuitapera a convite dos moradores [1]. Nessa Aldeia faleceu pouco depois. E com o tempo a Aldeia acabou, e com os restos dela se fundou outra, São Cristóvão, que também já não existia em 1750 [2].

Estabelecendo-se os Jesuítas em Tapuitapera, convinha-lhes ter Aldeia própria perto, não só para exercitarem a catequese, como para garantirem os serviços indispensáveis à manutenção da Casa. Requereram pois à Côrte, comprometendo-se a descer êles próprios do mato os índios para a nova Aldeia. D. João V concede-o a 29 de Março de 1722 [3].

É a Aldeia de S. João, na baía de Cumã, que em 1730 constava de 79 índios e a 4 de Outubro de 1757 ficou a chamar-se *Lugar de São João de Córtes* [4].

3. — Para as despesas, construção da Casa e Igreja de Tapuitapera, e elevação da Casa a Colégio, iam os Padres organizando os indispensáveis recursos.

Em 1738 possuiam já uma fazenda chamada Timbatuba (ou Timbotuba) que nêsse ano se tratava de vender, talvez para com o seu produto se comprar outra mais apropriada [5].

Em 1760 as fazendas da Casa de Tapuitapera, conforme o *Inventário*, eram quatro, uma no Pindaré, outra em Peri-Açu, outra em Gerijó e a quarta no Pericumã, destinadas sobretudo à criação de gado [6]. Na de Gerijó existia igreja capaz; e, nela, várias imagens, entre as quais *S. Lourenço* [7].

---

1. Bett., *Crónica*, 21, 87, 146.
2. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 26v.
3. A Provisão foi registada no Maranhão a 5 de Junho de 1722. César Marques, *Dicionário do Maranhão*, 3.
4. *Bras. 10(2)*, 338; César Marques, *Dic. do Maranhão*, 173.
5. *Bras. 25*, 84v.
6. *Inventário do Maranhão*, 34-35v.
7. Id., *ib.*, 35.

A mais importante destas fazendas era a de Pericumã, com molinete de cana e alambiques de aguardente. Tinha grande casa de sobrado com varanda em cima, já habitada, não porém totalmente concluída. Um dos aposentos, «estava servindo de igreja, por ainda não estar feita a nova».

Entre as imagens da Fazenda de Pericumã uma era de Nossa Senhora do *Pilar* [1]. Notamos êste pormenor da imagem, como a da fazenda anterior, *S. Lourenço*, para os aproximar do que diz César Marques, ao descrever em 1864 a freguesia de *S. Lourenço do Pericumã:* «Ainda não tem igreja, devendo servir para o culto divino uma capela, boa e grande, existente na Fazenda *Pilar*, construída de pedra e cal, enquanto se não edifica a matriz no lugar *São Lourenço*»... [2].

S. Lourenço, Pilar... A tradição indica ainda outras localidades desta região, onde trabalharam os Padres. Para ver que a tradição tem fundamento, basta recordar o duplo facto, que os Jesuítas se comunicavam por terra, entre o Maranhão e o Pará, e que era grande o número de Aldeias que a princípio por ali existiam, nomes que se perderam, nem constam dos documentos. Seria uma destas localidades, *Turi-Açu*, cuja igreja actual é da invocação de S. Francisco Xavier [3].

---

1. Id., *ib.*, 34.
2. César Marques, *Apontamentos para o Dicionário, 28.*
3. Observemos que César Marques, ao dá-la como antiga missão dos Jesuítas, coloca no Turi-Açu a expedição de 1679 contra os *Teremembés*, quando na realidade foi ao Paraguaçu (Parnaíba).

LIVRO TERCEIRO

PARÁ

CAPÍTULO I

Cidade de Belém do Pará

1 — Os primeiros Jesuítas; 2 — O Colégio de Santo Alexandre e suas oficinas de escultura e pintura; 3 — Igreja de S. Francisco Xavier; 4 — Outras igrejas reedificadas ou construídas de novo; 5 — O Seminário de Nossa Senhora das Missões; 6 — Reitores do Colégio.

1. — Pará significa Rio. E entre os inúmeros rios do Brasil só êste ficou sendo Pará, por antonomásia, porque também o Amazonas é o maior do Brasil e não há outro maior no mundo. Sem ser a sua foz, o Pará é a porta e sentinela do Grande Rio. Nêste cenário único em que a actividade dos Jesuítas iria também revestir caracteres diversos do resto do Brasil, a natureza, em gestação e mutação pelos rios da Amazónia, ainda não tinha concluído, nem concluíu ainda hoje, a sua tarefa criadora. E, sem o parecer, isto reveste consequências morais. Notou-o Euclides da Cunha. A emprêsa moral, educativa, económica, sanitária, social e libertadora dos Jesuítas sofreria as conseqùências materiais dêste meio em formação, contraditório e dramático. Ao Maranhão chegaram na primeira armada: aqui, só depois, e logo com oposições e debates. Mas quando firmaram pé, deram fundamento ao prolóquio célebre, *quem vai ao Pará, parou...* [1].

Só afastados pela violência se retiraram, deixando porém atrás de si uma obra a que o recuar dos tempos irá avolumando a grandeza cristã, nos seus diversos aspectos, assistência religiosa, moral e catequética, aldeamentos e entradas, construção de grandes edifícios

---

1. Diga-se de passo que aludindo à benignidade do clima, João Daniel averba já o trocadilho regional, *quem vai ao Pará, parou*, no seu livro *Thezouro Descoberto no Maximo Rio Amazonas*, Quarta Parte (Rio 1820) 46.

e templos, com oficinas de artes e ofícios, liberdade dos indios, actividades agrícolas, científicas, ensino...

A 25 de Dezembro de 1615, dia em que a Igreja Católica celebra o nascimento de Cristo no *Presépio de Belém*, saiu de S. Luiz do Maranhão, Francisco Caldeira de Castelo Branco, e, subindo e torneando a costa, ao cabo de 18 dias, dentro da Baía de Guajará, desembarcou no sítio em que lhe pareceu mais acomodado para a construção de um forte e de uma cidade.

Recordando o dia de sua saída do Maranhão, chamou à pequena fortaleza, de madeira, que ali se ergueu, Forte do *Presépio de Belém;* à povoação, que fundara, cidade de *Nossa Senhora de Belém;* e à região *Feliz Lusitânia* [1].

Depois dos «Prolegómenos» de Capistrano de Abreu, em que se anotam aqueles 18 dias para a viagem, alguns ficaram indecisos entre 11 e 12 de Janeiro de 1616, outros fixam a 12 de Janeiro, a chegada de Francisco Caldeira, e portanto, a fundação da cidade [2].

Caldeira e os mais da expedição não foram os primeiros Portugueses que estiveram em terras paraenses nem pertence isso à nossa história. E, também, ainda que sem consequências imediatas, estêve com certeza nelas a bandeira paulista de Pero Domingues, em 1614 [3].

---

1. Faria, *História Portuguesa*, 15, publicada por Studart, aceita esta origem, segundo o testemunho decisivo do membro da mesma expedição, Capitão André Pereira, confirmado pelo P. Jacinto de Carvalho, na sua *Chrónica*, da Bibl. de Évora, cód. CXV/2-11; cf. Lúcio de Azevedo, *Nota sobre a verdadeira data da fundação do Pará*, na *Revista de Estudos Paraenses*, Tomo II, fasc. I-II (1895) 69-73. Manuel Barata, *A Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco* (Pará 1916)5, transcreve aquele trecho do P. Jacinto de Carvalho, e nada adianta de essencial ao que já tinha dito Lúcio de Azevedo. Com isto, verifica-se não ter fundamento a data de 3 de Dezembro de 1615, dada por Berredo, Domingos de Araújo e muitos outros.

2. Cf. entre outros Artur Reis, *A Política de Portugal no Vale Amazónico*, 6. Cf. também Rodolfo Garcia sôbre esta matéria, em *HG.*, II, 214.

3. Quem faz a observação, e dá para a bandeira de Pero Domingues, o ano de 1614, é a *Historia Proprovinciae Maragnonensis*, 190, 192. Nas *Páginas* demos notícia desenvolvida dêste códice, pertença actual do ilustre escritor paulista Yan de Almeida Prado.

E pois aludimos a Almeida Prado, êle próprio faz o estudo do Amazonas no período anterior aos Jesuítas em *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil*, II (S. Paulo 1941) 385ss.

O P. António de Araújo, ao escrever, por volta de 1623, a Relação dessa bandeira, fazia-o já com o pensamento de facilitar a catequese dos Jesuítas no Pará [1]; e, antes de António de Araujo, tiveram o mesmo pensamento Pero Rodrigues, que fôra Provincial do Brasil, e Manuel Gomes, o primeiro missionário Jesuíta do Maranhão [2].

Quem primeiro, entre os Capitães, teve a idéia de chamar Jesuítas foi Manuel de Sousa de Eça, que pediu dois religiosos da Companhia e dois de Santo António, e que fôssem línguas, para irem com êle ao Grão-Pará. Pedia-os para um duplo fim: a conversão dos gentios dessa terra, e também para impedirem as falsas doutrinas: «*que os estrangeiros, que a ela vão pela parte do Norte, ensinam*»...

A Côrte deferiu o pedido a 28 de Julho de 1621 [3]. Mas, quando os Padres de S. Luiz pensaram em iniciar a empresa em Belém, o Procurador do Povo, temendo que os Jesuítas «se opusessem à sua rapacidade no cativeiro dos Índios», respondeu negativamente, alegando que já tinham outros religiosos. Era o rebate inicial do que ia ser a eterna luta.

O primeiro Jesuíta, de quem consta com certeza pisasse terras do Pará, foi Luiz Figueira. Baena e outros colocam a cena do procurador em Abril de 1626 [4]. Não vimos porém documento coevo que o prove. Em abril de 1636, sim, estava Figueira no Pará, onde muitos moradores pediram a sua permanência, fazendo então o Procurador aquela e outras alegações, que o Padre já esperava. Aliás Figueira, na sua volta de Camutá foi recebido e tratado fidalgamente em Belém antes de voltar ao Maranhão e seguir para Lisboa [5]. Depois de Luiz Figueira passaram pelo Pará, os dois Jesuítas Cristóvão de Acuña e André de Artieda, descidos de Quito com Pedro Teixeira, e, enfim, em 1653 os Padres João de Souto-Maior e outros por ordem do P. António Vieira, e ainda nêsse ano o mesmo Vieira. Com êles começou na realidade o estabelecimento da Companhia de Jesus no Pará.

---

1. Cf. S.L., *Páginas*, 99-111.

2. *Informação do Rio Maranhão e do Grande Rio Pará*, pelo P. Pero Rodrigues, da Baía, 8 de Fevereiro de 1618, *Bras. 8*, 255-255v; *Informação do Rio Pará e das suas relações com as Indias de Castela ou Venezuela*, de Lisbôa, 22 de Janeiro de 1621, *Bras. 8*, 336v-337; Cf. *Apêndices A* e *B*.

3. AHC, *Pará, Apensos*, I, 1621.

4. Baena, *Compêndio das Eras*, 20; *Hist. Proprov. Maragn.*, 193.

5. S. L., *Luiz Figueira*, 57-59, 181-188.

2. — O caso passou-se assim. A 5 de Dezembro de 1652 aportou a Belém, o Capitão-mor Inácio do Rêgo Barreto [1]. Com êle tinham chegado do Reino ao Maranhão, entre outros, os Padres João de Souto-Maior e Gaspar Fragoso, que segundo José de Morais, teriam desembarcado no Pará ao mesmo tempo que o Capitão-mor [2]. Mas diz-nos o mesmo cronista que o P. Souto-Maior prègara no Maranhão, a 2 de Dezembro dêsse mesmo ano [3]. Não sendo possível a viagem em 3 dias, tem que se dar outra data ou para a prègação ou para a chegada. Como a prègação se fez realmente [4], a data da chegada é que é outra, não Dezembro, senão Janeiro de 1653 [5].

Naturalmente, os Jesuítas buscaram cómodos, primeiro provisórios, depois fixos. Para os provisórios entenderam-se com os Religiosos das Mercês; para os efectivos entraram em negociações com a Câmara. À Câmara apresentaram a carta de D. João IV, que traziam para os oficiais dela:

«Eu El-Rei vos envio muito saudar. Ordenei aos Religiosos da Companhia da Província do Brasil, que, por serviço de Deus, e meu, tornassem a êsse Estado e fundassem nêle as Igrejas necessárias com o intento de doutrinar e encaminhar ao Gentio dêle a abraçar nossa Santa Fé, principal obrigação minha nas Conquistas. E, porque lhes será de grande ajuda vosso favor e assistência, vos encomendo muito e mando que lha deis em forma que tenha eu muito que vos agradecer. Escrita em Lisboa, a 23 de Setembro de 1652. *Rei*. O Conde de Odemira. Para os oficiais da Câmara do Pará» [6].

Não se falava, nesta carta de El-Rei, em escravos de brancos ou em índios forros, só do «gentio». Das conversações e combinações se lavrou o auto seguinte: «Aos 26 dias do mês de Janeiro de 1653 anos, nesta Cidade de Belém, Capitania do Grão-Pará, estando presentes os Oficiais da Câmara, e o Padre Reitor João de Souto-Maior,

---

1. Berredo, *Anais do Maranhão*, 85.
2. Morais, *História*, 294.
3. *Ib.*, 270.
4. *Cartas de Vieira*, I, 326-327.
5. Consta de uma certidão jurada do licenciado Mateus de Sousa Coelho, passada a 1 de Março de 1654, transcrita pelo mesmo Morais, que não reparou nas datas para as acertar como convinha: «Certifico que os Padres João de Souto-Maior, em *Janeiro de 1653*, e o Padre Mateus Delgado, *vindo*, depois ao Pará»... Morais, *História*, 432.
6. BNR, Cód. MXX-29-47, transcrita em Barata, *Efemérides*, 145.

que vinha *fazer casa para ensinar a Doutrina e Latim aos filhos dos moradores*, pelo Procurador do Conselho foi dito ao dito Padre Reitor, que havia de assinar um têrmo, em que não havia de entender com escravos dos brancos, a que o dito Padre Reitor disse, que êle queria assinar o dito têrmo de em tempo nenhum entender com escravos de brancos, nem ainda queria administração de Índios forros, mais que ensinar-lhes a Doutrina, e que para isso levava muito em gôsto, que êste têrmo se fizesse; e declarou mais, que esta obrigação ficava nos mais, que viessem a suceder-lhe. E assinou com os ditos Oficiais» [1].

Era então esta realmente a opinião do P. Vieira e do P. Souto-Maior, que o representava. Mas note-se de passo, que o seu compromisso não podia juridicamente obrigar a El-Rei, autoridade superior nessa matéria, tanto à Companhia como à Câmara. Bastava que a Lei viesse a determinar o contrário quanto à administração dos índios forros, para caducar, essa cláusula particular. E foi o que sucedeu com a lei de 1655 agenciada pelo próprio P. Vieira, quando verificou pessoalmente que os índios forros o eram só de nome.

Em todo o caso, com êsse acto do P. Souto-Maior, ficou aberto o caminho aos Jesuítas para se estabelecerem em paz. Ao chegar, recolheram-se à Misericórdia [2] e os Padres das Mercês cederam-lhes uns terrenos na *Campina*, onde ergueram modesta casa e capela, coberta de palha, para o lado do mato, lugar melancólico e insalubre. Não se prestando para Colégio, trataram com diligência de arranjar outro melhor. E com tanta felicidade e destreza se houve João de Souto-Maior, que Vieira anuncia, logo em Maio, que «já tem o melhor sítio da terra, princípios de Colégio», e a simpatia geral [3].

Ficava o sítio junto ao Forte do Presépio, lavado dos ventos, onde os antigos chamavam *Portão*, bem no princípio da cidade [4]. As dificuldades que ainda se suscitariam sôbre êsse local dissipou-as a Regente do Reino, D. Catarina [5].

O sítio era, não há dúvida, magnífico, e, como convinha para um colégio, central, na intersecção dos dois grandes bairros da cidade.

---

1. Berredo, *Anais do Maranhão*, 86-87.

2. Morais, *História*, 296-297.

3. *Cartas de Vieira*, I, 326-327; Bibl. de Évora, *Apontamento*, cód. CXV/2-14, nº 17, f. 209; Morais, *História*, 320-321; Bett., *Crónica*, 22, 74, 79, 80.

4. Morais, *História*, 295, 308, 316-317.

5. Lúcio de Azevedo, *Hist. de A. V.*, I, 246; Morais, *História*, 298, que narra tudo por menor, e aqui e ali vai corrigindo Berredo.

A cidade de Belém do Pará, diz Morais, «está situada em uma ponta triangular sôbre uma grande baía ou rio, chamado Pará, que terá de largo três léguas e oferece uma vista deliciosa aos olhos. Divide-se em dois Bairros, um chamado a *Cidade*, da parte do Poente, e outro, da parte do Nascente, chamado a *Campina* [1]. Em um e outro bairro se vêm tôdas as ruas direitas, à corda, e ornadas de casas nobres e muitos palácios, que ainda na Europa conservaram êste nome. E como a maior parte destas se acham junto à praia, fica sendo a cidade de uma perspectiva admirável» [2]. «Na parte do triângulo, em que está o *Bairro da Cidade*, tem uma bela praça ornada com suntuosas casas e com a Igreja e Colégio da Companhia de uma parte, e, defronte, a Catedral. Desta parte correm para o Sul três grandes ruas e duas de maior comprimento para o *Bairro da Campina*, que são as que dão comunicação entre um e outro bairro» [3].

Tal era o sítio do Colégio e da cidade de Belém do Pará em 1760. E hoje, se a cidade se deslocou mais para os bairros novos, a caminho do Marco da Légua, pouca diferença faz ainda a Praça do Colégio dos Jesuítas, apenas com a estátua de D. Fr. Caetano Brandão no meio dela. Mas no comêço, à chegada dos Padres, tôda a cidade se resumia nas «quatro choupanas» que recorda Vieira, em 1662, no célebre sermão da Epifania, prègado na Capela Real; e entre estas choupanas se devem contar aquelas primeiras moradas dos Jesuítas junto ao Forte, donde sairiam depois outras maiores e mais nobres, que seriam o Colégio de Santo Alexandre. E assumiriam tal importância citadina, que em vez de receber a denominação do Forte, é o Colégio quem lho dá: *Forte do Colégio* [4].

O nome de Santo Alexandre vem de umas relíquias, trazidas de Roma e dadas pelo Papa Urbano VIII, dos mártires Santo Alexandre

---

1. A Igreja de Sant'Ana, que ainda existe, edificou-se para ser a matriz do Bairro da *Campina* — o que fixa o ponto central dêsse Bairro. Cf. Baena, *Compêndio das Eras*. 259-260.

2. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, f. 165v-166. O Colégio dava para a praça onde estavam os símbolos municipais, Polé, Pelourinho e Cadeia, que em 29 de Janeiro de 1734 uma carta régia mandou mudar, por inconveniente em tal praça, para outro local (*Anais do Pará*, VI (1907) 219. E transferiu-se o Pelourinho para o lugar que recebeu o seu nome de Largo do Pelourinho, e é hoje o *Mercado* (Barata, *Efemérides*, 198).

3. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, f. 166v.

4. Cf. Carta do Governador, a El-Rei, Setembro de 1732, *Anais do Pará*, V (1906) 404.

e S. Bonifácio. Determinou-se que S. Bonifácio ficasse no Maranhão e S. Alexandre no Pará, patrono do Colégio que se ia fundar[1].

Assim pois, junto ao *Presépio*, ergueu Souto-Maior uma casa e igreja. O primeiro lanço do primitivo Colégio concluíu-se em tempo do Visitador Francisco Gonçalves. Mas, sendo tudo junto ao mar, a casa aluiu com risco dos moradores; tirou-se-lhe a telha e cobriu-se de pindoba, e dêsse modo ficou até 1670, ano em que se iniciaram, com novos alicerces, as grandes obras de que resultou o Colégio actual, completo já nas suas linhas essenciais no século XVII, mas onde se fizeram constantes remodelações e aumentos em particular o grande lanço novo da fachada, obra dos meados do século XVIII[2].

A *Crónica*, de Bettendorff, escrita em 1698, enuncia diversas fases da construção: em 1670, uma parede da banda do mar, um pátio da banda da cidade, um muro que cercava o quintal[3], cêrca importante para separar o Colégio, das ruas e do bulício, e para poderem repousar os Missionários quando voltavam das entradas e missões. E três anos depois: «Chegado que fui ao Pará, achei os Padres do Colégio com saúde, a parede da borda do mar levantada, a casa coberta de telha, o pátio cercado de um muro de taipa de pilão com suas varandas ao redor sôbre colunas, também a cêrca cercada do mesmo, pela diligência do Padre, novo Reitor, Bento Álvares, e do irmão Manuel da Silva, sub-intendente. Das obras tôdas não faltava mais que uma escada para a sacristia, e uma janela para o pátio, o que tudo se fêz em breve tempo, pelo modo que hoje se vê: abriu-se também a portaria ao meio por não estar bem na direitura da porta do Colégio de dentro. Ao Padre António da Silva, sobrinho do Padre Vice-reitor, ao qual tinha admitido por noviço, mandei tomar à sua conta a horta para couves, e o pátio para parreiras, laranjeiras da China e flores para a igreja. Era uma beleza ver tudo bem limpo e cheio de várias curiosidades, e não há dúvida que seria hoje um paraisozinho, se se conservara assim»[4].

---

1. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, f. 116v.
2. Bett., *Crónica*, 75; *Bras.* 9, 265v.
3. Bett., *Crónica*, 75; *Bras.* 9, 265v.
4. Bett., *Crónica*, 295, 254-255. Em 1692 acabou-se e aperfeiçoou-se o «corredor novo com o da portaria» (*Crónica*, 534). Num singelo esbôço gráfico, enviado a Roma, em 1671, pelo mesmo Padre Bettendorff, vê-se ao centro o pátio, rodeado todo, nos quatro lados dêle, de varandas (*deambulacra interiora*); e depois ao *sul*, um corredor que dava para a praça; ao *norte*, um corredor entre a varanda

O *Catálogo dêste Colégio de Santo Alexandre*, de cêrca de 1718, descreve-o em forma de quadra e com as últimas obras: os muros da cêrca, de pedra e cal, *feitos de novo*, «e principiam da esquina da torre, com consentimento da Câmara, e carta para meter dentro dêles um pedaço de terra em que ficam pátios e quintais pequenos para flores, despejos da sacristia e árvores preciosas que já tem. Nêstes muros se fez uma casa por modo de tôrre com seu frontispício, com um meio corpo de grades que serve para os *Passos* públicos da cidade e tem um painel pintado, representando a *Coroação de Cristo*[1]. Também se fizeram a *primis fundamentis* [isto é desde os alicerces], no pedaço do corredor novo, pelas cordas da capela-mor em que ficam, duas janelas, rasgadas uma para baixo com grades, uma para cima com gelozias, dois cubículos, um para botica e serve entretanto ao *Irmão escultor e rapazes que aprendem* [reparemos nêste pormenor], e por cima, da mesma sorte, outros dois cubículos, um para o P. Superior, servindo um para a cama, a livraria, e o oratório, e outro para sala de consultas, com uma janela rasgada para o nascente, com uma gelozia e duas ordinárias para o norte, entre as quais fica um nicho com um crucifixo e suas cortinas de seda, fronteiro à porta principal e também à porta que passa para o outro cubículo»[2].

As obras iam padecer interregno. As incalculáveis despesas, que tão sucessivas obras supõem, endividaram o Colégio. À vista delas, chama-se a atenção de Roma aos Reitores que não podem fazer obras sem fundos económicos antecipados[3], aviso que não impede, passado algum tempo, novas obras, para melhor acomodação ou ornato exterior ou interior do Colégio de S. Alexandre.

No interior merecem menção particular a Capela Doméstica e a Livraria.

A Capela Doméstica, interior ou da Comunidade, dedicada a S. Francisco de Borja, já existia em 1718, e era por cima da Sacristia, com as mesmas dimensões dela, do lado do Poente, e com três janelas para o pátio. Mas, para a sacristia ter mais pé direito, a Capela não

---

e os cubículos, que davam para o mar; ao *oriente*, ao longo da varanda, a igreja; ao *ocidente*, pegado à varanda, um corredor e daí para o exterior os novos aposentos que se iam construir nêsse ano (*Bras. 27*, 2v).

1. Como se vê, é uma das estações da Procissão dos Passos.

2. Arq. da Prov. Port., *Pasta 177(21)*; em Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 352, 356-357.

3. *Bras. 25*, 22.

IGREJA DE S. FRANCISCO XAVIER DO COLÉGIO DE S. ALEXANDRE DO PARÁ

Estado atual, com uma sineira e dois nichos do frontão, tapados. No da esquerda, a objetiva revela a existência da estátua de S. Inácio, que realmente aí está e se entaipou, depois da saida dos fundadores.

ficou ao nível do corredor do Colégio, e para o acesso à porta da Capela, havia, e ainda há hoje, uma escada. Duas tribunas assomavam para a Capela-mor da igreja do lado do Evangelho. Esta Capela da Comunidade era forrada de volta de cordel e com retábulo. E além das imagens e ornatos, havia nela uma cadeira de talha, para as práticas, e arquibancos em roda, para a Comunidade[1].

A Livraria ficava no corredor da banda do Poente, e constava de mais de 2.000 volumes, com a sua oficina de encadernação. Ornavam-na, fóra o mobiliário de madeira *coatiara*, uma «perfeita imagem» de Nossa Senhora, grande, com o menino nos braços, a *Sedes Sapientiae*, e um quadro de dois palmos do tradutor da *Vulgata*, S. Jerónimo, «de singular estimação». Nos corredores havia dois grandes quadros, um de S. Francisco Xavier, outro do P. António Vieira[2].

O Colégio tinha dois pátios, o de cima e o de baixo. Para o *de cima* ou do Colégio propriamente dito, dava de um lado o lanço da sacristia e da Capela Doméstica e dos outros três, os Corredores com as classes, habitações, refeitórios, botica e demais cómodos. O pátio *de baixo*, para o lado do *Ver-o-pêso*, e nêle, fóra do recolhimento do Colégio, se aglomeravam as oficinas, carpintaria, cozinha dupla para sãos e doentes, forno, casa de hóspedes, casa dos servos, e as procuraturas ou depósitos, acnde refluía tôda a vida material e económica das Aldeias e Missões espalhadas pelo sertão, desde o Salgado à beira-mar, até ao Amazonas, de rio em rio, até ao Madeira e Javari.

No mapa da cidade, de 1753, publicado por Lúcio de Azevedo, na primeira edição de *Os Jesuítas no Grão-Pará*, vê-se perfeitamente a estrutura geral que acabamos de descrever sumariamente: o lanço do Colégio ou corredor, que dá para o Largo da Sé (hoje Paço Arquiepiscopal, *mais alto que os outros dois:* o aglomerado de casas, entre o corredor (que é hoje Seminário), e a práia, tudo cercado com um muro que ia até à Alfândega. Nêsse muro, a Portaria do Carro, junto a Ver-o-Peso.

Saindo os Jesuítas, dispôs a carta Régia de 11 de Junho de 1760, que o Colégio e mais pertenças fôssem aplicados à Mesa da Mitra, para servirem de *Palácio do Bispo, Seminário Diocesano* e *Capela Episcopal*, com a obrigação de o Bispo, logo que se reatassem as relações com Roma, alcançar da Santa Sé, o indispensável beneplá-

1. Cf. Catálogo, em Lamego, *A Terra Goitacá*, 355.
2. *Inventário do Maranhão*, 10.

cito[1]. Os Prelados não tomaram logo conta do Colégio, e pensou-se um momento em fazer dêle Colégio de Nobres para a educação da mocidade. Desmoronando-se o projecto, propôs o Governador Ataíde Teive que a *parte nova* ficasse Palácio do Bispo, suprimindo-se assim a verba que se gastava com o arrendamento do prédio em que êle morava[2].

Entretanto o Colégio ficou muitos anos entregue ao abandono e a ocultas depredações. Naturalmente, «carecia de algumas indispensáveis obras de consertos e reparos para a precisa acomodação» do Prelado, D. Fr. João Evangelista Pereira, quando nêle se apresentou em 1772. O Governador João Pereira Caldas propôs no ano seguinte que se gastasse nessa reparação o que se tinha outrora destinado à construção da Casa do Bispo; e acrescenta, que o Seminário, «outra parte do edifício do mesmo Colégio», e a Igreja, por aquêle mesmo abandono, também necessitavam de reparações[3].

Destas reparações surgiu pendência entre o Governador e Prelado; e da correspondência de ambos para a Côrte conclue-se que as oficinas do pátio inferior serviram algum tempo de Armazem de guerra, à falta do próprio nacional; e se vê também que alinhamentos se fizeram então[4].

Hoje, o que resta do antigo Colégio dos Jesuítas, que ainda é muito, pertence à mitra, e é, com algumas acomodações, Palácio Arquiepiscopal, Cúria e Seminário.

3. — Junto ao Colégio de Santo Alexandre construiram os Jesuítas a sua igreja de S. Francisco Xavier. Aplicado e adaptado o Colégio a Palácio Episcopal e a Seminário, começou-se a transformar indevidamente o Patrono do Colégio em orago da igreja. Ainda no século XIX ela conservava o seu legítimo orago, S. Francisco Xavier[5].

---

1. Bibl. do Pará, cód. 882, *Alvarás, Cartas Régias e Decisões*, 1757-1761, s/n.
2. Baena, *Compêndio das Eras*, 290; Barata, *Efemérides*, 55-56, traz a história do Palácio do Bispo que se começou, e nunca se concluiu, no Largo da Sé.
3. Bibl. do Pará, cód. 698, *Correspondência dos Governadores com a Metrópole: Reinado de D. José I*, 1772-1777.
4. Cf. Almeida Pinto, *O Bispado do Pará*, em *Anais do Pará*, V (1906) 91-96.
5. Cf. Têrmo de entrega da Igreja de S. Francisco Xavier, à Irmandade da Misericórdia, em 1 de Março de 1798 (Barata, *Efemérides*, 42).

Esta igreja é um dos grandes monumentos artísticos e históricos do Pará, pleno de dignidade, equilíbrio e nobreza.

Na construção dela distinguem-se três fases, ou antes a igreja actual é a terceira erguida pelos Jesuítas no mesmo lugar, aproveitando-se nada ou pouco, de umas para outras, excepto as espécies ornamentais, moveis.

A primeira igreja tinha um só altar, o de S. Francisco Xavier, e edificou-a o P. João de Souto-Maior, em 1653, de taipa e coberta de telha, que logo se tirou, por as paredes a não aguentarem, cobrindo-se de côlmo de *ubuçu*[1]. Mais ermida que igreja, era ainda muito semelhante à pobre choupana da «Campina», erguida provisoriamente alguns meses antes, quando os Padres chegaram.

A segunda igreja foi mandada edificar pelo reitor do Colégio, Francisco Veloso. Superintendia aos trabalhos de construção o mesmo que dirigia os do Colégio, P. Bento Álvares[2]; e a primeira Missa nela disse-a João Maria Gorzoni. No dia seguinte, 3 de Dezembro de 1668, dia do Santo Patrono, celebrou Bettendorff a missa solene inaugural assistindo o Governador e enorme concurso de povo. Os Irmãos Mercenários concorreram com o seu côro músico, prègando o celebrante.

Decidiu-se então definitivamente o título da igreja. Havendo dúvidas, o Visitador Manuel Juzarte confirmou que se chamasse de *S. Francisco Xavier*, a saber que o *Colégio* se chamaria de *Santo Alexandre* «e a *igreja, de S. Francisco Xavier*, porquanto a sua santa imagem foi sempre de posse da igrejinha velha; e determinou que assim fôsse, dedicando-se então a igreja a S. Francisco Xavier e o altar colateral da banda direita à Virgem Nossa Senhora da Consolação, e o da banda esquerda a Santo Alexandre, cujo túmulo dourado logo se expôs à veneração»[3].

---

1. *Bras. 26*, 13v; Bett., *Crónica*, 74, 102, 250; Morais, *História*, 321-322.

2. O P. Pier Luigi Consalvi dez anos mais tarde, para demonstrar a necessidade do Colégio ter alambique seu, argumentava com o facto de o P. Bento Álvares gastar 2.000 cruzados na compra de aguardente para os *trabalhadores que construiram a igreja* (*Bras. 26*, 54v).

3. Carta de Bett., *Bras. 9*, 261v, que dá expressamente o ano de 1668. Quando mais tarde escreveu a *Crónica*, equivocou-se na data da partida do visitador Manuel Juzarte, que foi no mesmo ano de 1668 (e não 1669), e assim parece atrasar tudo um ano (*Crónica*, 250ss).

Cristóvão Domingos foi o arquitecto desta segunda igreja e do seu altar-mor; os altares laterais debuxou-os e pintou-os o Ir. João de Almeida que «por ter sido companheiro de um engenheiro sabia debuxar e pintar mui bem»[1].

Veremos na redução dos Nheengaíbas, do Marajó que o P. João de Souto-Maior deixara entre êles, como penhor, um crucifixo, que Vieira depois recolheu na expedição de 1659. Para perpetuar o feito, colocou-se na cruz que encimava o sacrário dourado[2].

A igreja, na largura, comprimento e altura, era bem proporcionada e elegante, e, então, a melhor de todo o Estado[3]. E foi-se enriquecendo pouco a pouco. Em 1670 já a sacristia se ornava com belos embutidos de tartaruga e os quadros da vida de Cristo, que pintara o Ir. Baltasar de Campos, flamengo; e a 31 de Julho de 1696 expuseram-se no altar-mor duas imagens de vulto, que o P. Bento de Oliveira mandou fazer pelo entalhador Manuel João, o qual também tinha feito, por ordem do mesmo Padre, o *Cristo Crucificado*, grande, da Capela Doméstica, com o *Ecce-Homo* e mais as imagens da *Paixão*[4].

Quanto à igreja actual, e é esta a terceira fase, não achamos a data concreta de quando começou. Mas já em 1714 insta o Geral com o Vice-Reitor, Tomás do Couto, que se conclua, parada por

---

1. Bett., *Crónica*, 254.
2. Id., *Ib.*, 143-144; *Cartas de Vieira*, I, 558-562.
3. *Bras.* 9, 265v, 305.
4. Bett., *Crónica*, 604. O local exacto desta Igreja onde ficava ?

No esbôço gráfico de Bettendorff de 1671, ela ocupava, partindo do corredor do norte até à praça, todo o lado oriental externo do Colégio, correspondente ao pátio, para o qual dava um corredor ou varanda (*Bras. 27*, 2). Tinha pois a mesma disposição que a actual. Ainda hoje, por detrás do altar-mór existem vestígios impressionantes talvez de primitivos janelões ou pórticos, desnivelados, do antigo Colégio. Um perito de arquitectura, poderia determinar, com exactidão o que isso representava no velho Colégio ou na velha igreja de Francisco Veloso. Parece-nos empresa fácil, conjugando a notícia do esbôço de Bettendorff com mais estas duas: O *Livro dos Óbitos*, feito em 1730, mas descrevendo sepulturas de anos anteriores, diz, referindo-se à do P. António Coelho, falecido em 1709: «foi sepultado na *capela-mor* do Colégio, na *Igreja velha*, cuja sepultura fica e está agora junto (sem se meter outra em meio) ao pé do arco direito da *Capela-mor nova*»; no dia 31 de Agôsto «tocando o sino a trovões mui rijos», «faleceu de um corisco» o cafús Lourenço, alfaiate e Livreiro. Foi enterrado no corpo da Igreja, junto às grades da *Capela de S. Francisco Xavier*, que agora é da *Boa Morte* (*Livro dos Óbitos*, 6v, 58).

falta de recursos[1]. Mais feliz, concluiu-a o seu sucessor, Manuel de Brito, que regeu o Colégio de 1715 a 1720, e do qual se diz que fez obras «magníficas, a saber, continuar e acabar esta igreja, lançar um formoso muro de pedra e cal, desde a igreja até à Alfândega»[2].

Inaugurou-se em 1718 ou 1719. Sentimos embaraço em determinar com exactidão e plena certeza essa data. É certo que já se pensava em a abrir em 1716 e, pelo teôr da carta, em que isto se diz, nêsse mesmo ano[3]. No dia 31 de Julho de 1718 inaugurou-se a Capela de Santo Inácio, e tudo se preparava para daí a 4 meses, dia do Padroeiro, S. Francisco Xavier, a 3 de Dezembro dêsse mesmo ano de 1718, se inaugurar também solenemente a Igreja. Mas costuma dar-se a data de 21 de Março de 1719[4].

Ao concluir-se o período jesuítico, em 1760, a igreja de S. Francisco Xavier tinha, além da capela-mor, oito capelas laterais, fundas, com as seguintes invocações: Nossa Senhora do Socorro, Santo Inácio, Santa Quitéria, S. Bartolomeu, Santo Cristo, Santo Alexandre «titular do Colégio», Nossa Senhora da Assunção, S. Miguel.

As capelas não se erigiram tôdas o mesmo dia, e a de Santo Inácio, como vimos, inaugurou-se antes da própria igreja[5]. É sabido como os Jesuítas cuidavam com empenho do ornato e magnificência

---

1. *Bras. 25*, 1v, 3: «Collegium Paraense iam multo aere alieno gravatum». — Tinha dívidas.

2. *Livro dos Óbitos*, 12.

3. *Bras. 25*, 10v.

4. Carta do P. Aníbal Mazzolani, de 12 de Agosto de 1718, *Bras. 26*, 217v. Diz Braga Ribeiro, que a igreja se abriu ao culto em 21 de Março de 1719, cerimónia presidida por D. Fr. José Delgarte, Bispo do Maranhão (*Dic. Hist. Geog. e Etnogr. do Brasil*, II, 226). Observemos todavia que êste estudo de Braga Ribeiro contém mais de uma inexactidão. Não nos repugna porém admitir aquela data e bem pode ser que a dilação de 3 meses obedecesse ao desejo de os Jesuítas terem presente o Prelado, e êste, convidado, não pudesse vir antes.

5. No «Catálogo dêste Colégio de Santo Alexandre, seus bens, oficinas, fazendas, servos, gados, dispêndios, e dívidas activas e passivas», sem data, publicado (não todo) por Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 353, mencionam-se só três capelas: S. Miguel, S. Bartolomeu, e S. Quitéria. Ainda não se fala de S. Inácio, o que pode marcar a data-limite dêste catálogo: antes de 31 de Julho de 1718, em que foi certamente inaugurada. Em todo o caso, no próprio Catálogo se cita o ano de 1718, como o daquele em que se diz se fizeram, de novo, duas imagens de Santa Quitéria para os altares, o que se explicaria melhor se o Catálogo fôsse de algum tempo depois.

destas capelas. A de S. João Baptista, na igreja de S. Roque é uma das maiores celebridades artísticas de Lisbôa. Não fêz excepção o Pará. O Geral em 1731 louvava o trabalho que então se tinha em as ornar [1]. A Capela do Santo Cristo foi instituída pelo P. João de Sampaio, grande missionário do Rio Madeira (desde Abacaxis a Santo António das Cachoeiras e Trocano), a cuja Missão ficou a pertencer [2].

As Aldeias e Missões do Interior da Amazónia, assim como as paróquias de todos os lugares e tempos contribuem para os respetivos seminários, também elas concorriam, conforme as suas possibilidades, para o embelezamento da sua igreja central no Pará. Os donativos não podiam vir em dinheiro, que o não havia: recolhiam-se géneros e mandavam-se para o Colégio. Depois expediam-se para o Reino. Em troca vinham ornatos ou meios de se fazerem: um missionário oferecia um cális, outro um retábulo ou imagem, aqueloutro um frontal, e ainda outro um altar [3].

Às vezes também pessoas de fora, que nem sempre tinham igual zêlo. A Capela de S. Bartolomeu estava a cargo de um cónego da Sé, proprietário de todo o seu ornato, motivo por que o altar ainda não estava dourado. A relíquia de S. Bartolomeu expôs-se à veneração pública pela primeira vez no dia 24 de Agosto de 1708 [4].

A Igreja tinha e tem duas tôrres. Rematava o frontão uma formosa cruz de jaspe. Na cornija mestra, três nichos ostentavam estátuas de S. Inácio, S. Francisco Xavier e S. Francisco de Borja, que também desapareceram dos locais. O nicho central encheu-se com uma cruz sem beleza; e os dois nichos laterais emuraram-se sim-

---

1. *Bras. 25*, 49v.

2. *Bras. 25*, 91.

3. Na carta de 23 de Maio de 1757, em que Mendonça Furtado tão errôneas interpretações dá sôbre os negócios dos Jesuítas, faz a insinuação de falsário ao P. Visitador Francisco de Toledo, paulista, porque lhe representou que a Aldeia de Trocano, no Rio Madeira, devia ao Colégio 900 e tantos mil reis. Cf. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Tomé Joaquim da Costa Côrte-Real, ministro da Marinha, em Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 403-409. Aquí fica a explicação dessa dívida. E tôdas as demais insinuações malévolas de Furtado têm explicação semelhante. Dê-se tempo ao tempo, — e aos documentos.

4. *Bras. 26*, 207-210. Sôbre a *posse* desta relíquia mandou a Roma um atestado autêntico o P. Gorzoni, a quem tinha sido dada. Questão de propriedade, não de autenticidade.

plesmente, deixando dentro as estátuas, ao menos de um lado (que a vimos nós, dentro do nicho, pela parte interior da igreja).

No tempo dos Jesuítas ambas as tôrres tinham sinos e eram cinco. Hoje só uma, a outra está no abandono, com as ventanas das sineiras tapadas.

Informaram-nos que ao fazerem na Calçada do Colégio terraplanagens, aluiu a tôrre; e ao ser restaurada não se colocou nela o enorme mostrador do relógio que era de horas e quartos; o mostrador vimo-lo mutilado dentro desta mesma tôrre, que já por sua vez entrou na lenda da Amazónia. Chama-lhe o povo, talvez pelo mistério do entaipamento em que jaz, *A Tôrre da Mulher Sêca*. Uma moça, que atentou contra a mãe, e querendo-lhe bater com o cabo de uma, vassoura, ficou nêsse instante como um esqueleto... *É a Mulher Sêca!*

Um dos sinos tinha a sua história. Na questão das fronteiras com a Audiência de Quito, na expedição de represálias de 1710, veio um sino entre os despojos. O sino colocou-se na tôrre do Colégio, e, diz o Cronista, pitoresca e inofensivamente, que «bem mostra, no tínulo de metal, que é castelhano gritador» [1].

A sacristia, dependência natural da igreja, ao lado esquerdo de quem entra, é do comprimento da capela-mor e braço do Cruzeiro. Magnífica, não desdiz das demais sacristias da Companhia de Jesus, cujo modêlo mais notável é a da Baía. Também esta do Pará possuía em 1718 dois grandes armários «com molduras de jacarandá e pau amarelo por modo de xadrês», que já se consideravam velhos em 1760, estando-se então a fazer outros; e entre estas duas datas se fabricou o grande arcaz de 25 gavetas, com fechaduras e argolas de bronze dourado, que tomava um lado todo da sacristia, encimado ao centro por um retábulo de madeira. Eram notáveis os seus quadros e lâminas.

Fale o *Inventário* de 1760:

I) *Retábulo* de madeira, grande: «No meio, um nicho grande com suas vidraças e dentro uma imagem grande de Cristo Crucificado, de marfim: a cruz e o calvário de pau ébano, com resplandor de prata, tudo preço de 18 moedas; duas imagens de madeira, de palmo e meio estofadas, uma de S. João, outra da Senhora»;

---

1. Morais, *História*, 540.

II) «12 quadros, de 3 palmos e meio, todos com vidraças, pendurados no mesmo retábulo»;

III) «Mais 1 de S. Borja e outro de S. João Francisco Regis, todos com molduras douradas»;

IV) «Mais 4 quadros de 4 palmos»;

V) «Mais 4 maiores de 8 ou 9 palmos»;

VI) «10 lâminas de cobre, para ornato da sacristia com variedade de preciosas molduras».

O *Inventário* discrimina a seguir a indumentária, ornamentos e vasos sagrados [1]. E procede com discriminação idêntica e fidedigna para a igreja e cada uma das suas capelas, alfaias, estátuas, pinturas. Por confronto, e pela amostra, se vê já que com o exílio dos Jesuítas mais alguma coisa se exilou...

Estas obras de arte, nem tôdas eram de arte perfeita, mas muitas o eram; e se algumas vieram de fora, outras sairam já das oficinas de escultura e pintura dos Jesuítas. Os seus principais Colégios não eram só escolas de Belas-Letras e Ciências, entravam já pela técnica, com as suas escolas de Artes e Ofícios, e incipientes Academias de Belas-Artes. Vimos nêste do Pará aquela oficina reservada «*ao Irmão escultor e rapazes que aprendem*»...

O mestre, escultor e também pintor, era nessa época o Ir. João Xavier Traer, alemão de nação, natural do Tirol, da região de Bríxia, hoje Itália [2].

No mesmo período se distinguia também, como mestre de pintura e nesta Missão, o Ir. Luiz Correia, português, de Castanheira (Patriarcado de Lisboa). E dava-se com êle a particularidade de querer ajudar seus pais pobres, com a venda dos próprios quadros [3]. Antes de Traer e Correia floresceu ainda, além do francês João de Almeida e do flamengo Baltasar de Campos, já citados em Bettendorff, o português José de Moura, debuxador e pintor, de Oliveira do Conde, a quem uma referência de 1715 considera benemérito da Missão [4].

---

1. *Inventário do Maranhão*, 8-9v.

2. *Bras. 27*, 28; *Livro dos Óbitos*, 17-17v. Traer nasceu a 23 de Outubro de 1668. Entrou na Companhia de Jesus em Viena de Áustria, a 27 de Outubro de 1696. Veio para a Missão do Maranhão e Pará em 1703 e faleceu a 4 de Maio de 1737, em naufrágio no mar, diante da Aldeia, actual cidade, de Maracanã. Dedicou a sua arte às obras do Colégio e Igreja do Pará (*Ib.*).

3. *Bras. 25*, 83.

4. *Bras. 25*, 8v.

Para o fim tinha fama o Ir. Agostinho Roiz, pintor e escultor, de Lisboa, que depois da saída da Companhia, e saído êle próprio dela, ainda ficou no Pará. Dêle achamos esta efémeride concreta, referente ao ano de 1757: «Hoje, 4 de Dezembro, Nossa Senhora da Conceição, imagem nova que fêz Agostinho Roiz (seu feitio custou 70 mil réis), foi da Sé em procissão para Santo António, com a comunidade do Carmo, Mercês e Ordem Terceira»[1].

Traer, Correia, Moura e Roiz, são nomes que surgem pela primeira vez. Mas devem-se ter em conta, daqui em diante, na história da Arte Brasileira, do norte, a sugerir identificações ou a marcar influências. Se fôssemos a dar à sua arte, o carácter da origem nacional teríamos um verdadeiro ecletismo. Em todo o caso, o isolamento do Pará e a intervenção dos Índios dão aspectos inéditos a esta arte, sobretudo à sua admirável obra de talha, num como retorno artístico que impressiona. Diz João Daniel: «No Colégio dos Padres da Companhia, na cidade do Pará, estão uns dois grandes anjos por tocheiros, com tal perfeição, que servem de admiração aos Europeus, e são a primeira obra que fez um Índio daquele ofício; e se a primeira saiu tão de primor, que obras primas não faria depois de dar anos ao ofício? Na mesma igreja se admiram alguns púlpitos por soberbos nas suas miudezas e figuras, obras de outros Índios»[2].

O *Inventário*, que se limita geralmente à simples narração objectiva, faz aqui excepção para dizer que êstes púlpitos, «de fábrica moderna» eram de «extrêma beleza». Êste juízo é o que sôbre êles lavrou José de Morais, que, na sua modestia de expressão, o tempo corroborou e ampliou: A igreja «parece não desmerecer o agrado dos homens de bom gôsto, pela perfeição dos seus retábulos e púlpitos»[3].

Depois que saiu das mãos dos Jesuítas, a Igreja de S. Francisco Xavier do Grão-Pará passou por outras, que algumas vezes a deixaram ao abandono e próximo da ruina. As reparações, que se seguiram, nem sempre as guiou um critério superior, de acôrdo com a história e a arte.

---

1. *Diário de 1756 a 1760*. Falamos aqui apenas do Norte do Brasil.
2. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, III, 40.
3. Morais, *História*, 191.

A êste monumento nacional esperamos voltar um dia em estudo de conjunto sôbre a Arte Jesuítica no Brasil [1].

4. — Os Jesuítas intervieram na construção ou reedificação doutras igrejas. E logo ao chegar, cs Padres Souto-Maior e Gaspar Fragoso encontraram a matriz de Nossa Senhora da Graça desmantelada. Reedificaram-na, estimulando a piedade dos moradores [2]. Esta igreja serviu até 1748. Demolida nêsse ano, ergueu-se no mesmo local a Sé [3]. Concluiu-se em 1771, mas já edificada até o arco da Capela-mor, em 1775, foi nêste ano consagrada a 23 de Dezembro. No dia 24 recolheu-se a ela o Santíssimo Sacramento, levado da Capela de S. João Baptista, que servia interinamente de Catedral. Depois, nas três oitavas seguintes, prègaram um Padre Carmelita, outro Franciscano e outro Jesuíta, Aleixo António [4].

Ao mesmo zêlo do P. Souto-Maior e Fragoso atribue o P. Morais a erecção das Capelas do Santo Cristo, junto ao Colégio e ao Forte, e a Capela de S. Jcão Baptista [5]. na qual, poucos anos depois, no Motim de 1661, esteve prêso António Vieira. A Capela actual data do século XVIII, obra do arquitecto António José Landi, consagrada a 23 de Junho de 1773. Está no mesmo lugar da Capela erigida pelos esforços daqueles Padres [6].

Havia no Pará a confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos. Quando D. Catarina da Costa, legou ao Colégio da Companhia uma légua de terra, em Ibirajuba, deixou-a com uma pensão àquela confraria. O Colégio do Pará, por actividade e diligência do P. José de Sousa, resgatou êsse fôro, construindo, à sua custa, como compensação, a Igreja do Rosário [7]. Ficava perto do Carmo. Ainda

---

1. Tal estudo ainda está longe de se realizar com pleno conhecimento de causa. Os diversos elementos, arquitectura, escultura, pintura, mobiliário, artes decorativas e aplicadas, que o hão-de constituir, apenas se começam agora a inventariar. Mas já se iniciou com brilho e seriedade. Prova disto, entre outros, é o artigo de Lúcio Costa, *A arquitetura jesuítica no Brasil*, escrito com competência crítica, e publicado na *Revista do Serviço do Património histórico e Artístico Nacional* (V, 1-100), magnificamente ilustrado por obra e graça dêste mesmo *Serviço*.

2. Morais, *História*, 190-191, 422-423; Barata, *Efemérides*, 75.

3. Abreu e Lima, *Synopsis*, 243.

4. Baena, *Compêndio das Eras*, 244.

5. Morais, *História*, 423.

6. Baena, *Compêndio das Eras*, 292, 293.

7. *Inventário do Maranhão*, 203; Morais, *História*, 423.

a vimos há trinta nos. Quando voltamos ao Pará em 1941, já não existia. Deixada ao abandono, o tempo arruinou-a, e acabaram de a demolir os homens.

5. — Mais feliz, ainda que não sem vicissitudes, e não na mesma casa, foi o *Seminário de Nossa Senhora das Missões*, que os Jesuítas fundaram no Pará. Como se sabe a esta obra dos Seminários andam vinculados os Jesuítas desde as suas origens. Além de outros, no Brasil, três grandes nomes, Manuel da Nóbrega, Alexandre de Gusmão, Gabriel Malagrida, merecem menção particular: princípio, meio e fim...

A Nóbrega se devem os primeiros seminários, em que se formasse o primeiro clero do Brasil. As circunstâncias, ainda demasiado primitivas da terra no século XVI, não lhes consentiram vida permanente, mas os seus germes ficaram nos Colégios da Companhia, verdadeiros seminários, também, do clero brasileiro[1].

Ao P. Alexandre de Gusmão se deve o primeiro seminário interno do Brasil, o do Belém da Cachoeira, na Baía, onde estudou, entre muitos outros, o inventor da aeronáutica, Bartolomeu Lourenço.

De Gabriel Malagrida vem novo e definitivo impulso para a criação de seminários diocesanos. O Alvará de 1751 conferia o poder de erigir seminários em qualquer parte da América, e, de facto, fundou alguns: Pará, Maranhão, Paraíba, Baía, e se não chegou a fundar o do Rio de Janeiro, também expressamente nomeado no Alvará, foi porque a Rainha Mãe desejou a presença de Malagrida em Lisboa, e êle para lá foi, por sua desgraça ou glória. No mesmo Alvará, se declara El-Rei, «em razão dos dízimos que cobra», na obrigação de erigir um seminário em cada diocese do Brasil, sem prejuizo de outros, que se poderiam fundar em condições fiscais menos favoráveis. Para os Seminários da Baía e do Rio assinava a côngrua de 300$000, e, para os outros, 200$000 anuais[2].

---

1. *Na obra dos seminários do Brasil*, Nóbrega foi o verdadeiro precursor coincidindo a sua iniciativa, com a própria ideia dos Seminários na Igreja Universal: «The present system of Catholic seminary education really began with the Council of Trent (1545-1563) and the word *seminary* was probably used for the first time in its present sense by Cardinal Pole in 1556» (Jerome V. Jacobsen, *Educational Foundations of the Jesuits in Sixteenth-Century New Spain* (Berkeley 1938) 266).

2. Alvará, em César Marques, *Dicionário do Maranhão*, artigo *Recolhimento de Nª. Sª. d'Anunciação e Remédios*, 475-481; cf. *Instruções secretas*, 423.

A ideia do Seminário do Pará data de 1679. A base era a mesma: os índios adultos estavam ao serviço dos brancos. Com êles nada ou pouco se fazia.

Com os filhos dos brancos a dificuldade era de carácter moral. Dizia o P. Jódoco Peres, que vivendo em suas casas entre moças nuas, não era possível educarem-se e manterem-se cristãmente. O único meio seria fundar um seminário, onde os meninos, fora dêsse ambiente, se instruissem em letras e doutrina, e com isto se elevasse a moralidade pública [1]. Esta medida de bom-senso ficou só em desejos, voltando a agitar-se de novo qùarenta anos mais tarde, por influxo de Jacinto de Carvalho. É êle próprio que o narra de Lisboa, ao Superior da Missão, dando conta das suas relações existentes com os Ministros do Conselho Ultramarino:

«Da Missão, dos gentios, dos Cristãos, dos trabalhos que padecíamos, de tudo informei a todos, com muita individuação, e, de seu moto-próprio, sem eu o pedir, resolveram fazer uma proposta a El-Rei para que mandasse fundar um Seminário de Índios, para que escrevesse a Nosso Reverendo Padre que mandasse sujeitos para essa Missão, para que nos acrescentasse as rendas; o traslado da proposta mando ao P. João de Vilar, a quem V. Reverência a pode pedir, quando queira ver o crédito e estimação da Companhia com que êstes ministros falam a El-Rei, e gloriar-se de nos ver cá tão bem acreditados no mesmo tempo em que lá nos desacreditam tanto. A proposta subiu acima aonde estêve até agora, por não haver Junta das Missões, para onde El-Rei a remeteu, mas agora como se levantou de novo esta Junta, e sejam os Deputados dela os Padres João Sêco, Luiz Gonzaga, Manuel de Oliveira, João de Oliveira, João Tavares, Lourenço Ferreira, todos asistentes em S. Roque, e dois Padres de S. Domingos, e um [Zacharias ?] Barros, dos Quintais, espero que se mandará fundar o Seminário. Bem sei que todos se hão de rir de intentar querer criar Índios para Sacerdotes, mas êste Seminário, quando se faça, sempre é para crédito da Companhia, e, quando os Índios não sirvam para Sacerdotes, servirão para catequistas e criar-se-ão de forma que os brancos não zombem dêles» [2].

---

1. Carta de 10 de Abril de 1679 de Jódoco Peres, *Bras.* 26, 60-61.

2. Carta do P. Jacinto de Carvalho ao Superior do Maranhão, P. Manuel de Seixas, de Lisboa, 18 de Março de 1720, Arq. Port., Pasta 177, nº 22, f. 5; cf. «Para se representar a sua Maj.^e^ que será conv.^te^ que no Pará se faça hũ Semi-

Estas e outras propostas de fundação dum Seminário, generosas e clarividentes, para a formação da Juventude e do clero criundo da própria terra, ainda desta vez se não concretizaram em factos. Mas a ideia ia vincando-se, até que, por iniciativa de Malagrida, o Seminário se abriu a 16 de Junho de 1749. Conta-o Mury, na tradução de Camilo Castelo Branco:

«A mais valiosa obra do apóstolo, no Pará, foi a fundação de um seminário. Atravessaram-se-lhe muitos obstáculos, como sucede a tôdas obras de Deus. O bispo Bulhões não denegava licença; mas as condições eram tão pesadas, que Malagrida entendeu recusá-las. Graças à intervenção do Padre Aleixo António, a quem êle muito queria, Bulhões desceu-se algum tanto de suas exigências. Fundou-se, pois, o Seminário, e aos 16 de Junho de 1749 celebrou-se a instalação solene dos novos alunos. Dignou-se o Bispo presidir à festividade, vindo ao cair da tarde, seguido de grande multidão, à igreja do Colégio; e logo que o Prelado se assentou em um trono pomposamente ornado de colgaduras, cercado dos jovens alunos, Malagrida desenvolveu pungentemente aquelas palavras do Salvador: «Deixai que as criancinhas venham para mim». Feito o discurso, seguiu para o novo Seminário uma procissão: todos admiravam o recolhimento e modéstia dos moços seminaristas, os quais, chegados à santa vivenda, ajoelharam diante da estátua da Santa Virgem, e cantaram em dois coros *Salve Regina*, em saùdação de aquela que consentia ser-lhes mãe. E brevemente outros alunos abasteceram suas fileiras, e teve Malagrida a glória de ver prosperada uma obra que êle sabia ser utilíssima àquelas povoações» [1].

---

nário no qual se criem athé sincoenta Indios e q̃ sua educação doutrina e admissão se encarregue ao P. das Missões da Companhia de Jesus». Consulta do Conselho Ultramarino, de 4 de Novembro de 1719, Torre do Tombo, *Jesuítas*, Maço 88.

1. Mury, *Hist. de Gabriel Malagrida*, 110-111. O pensamento de erecção de Seminário em Malagrida, deve ter começado com a sua ida à Baía, onde em 1736 fundara o primeiro, alargando depois o pensamento para os dois Estados portugueses da América. Em 1747 já tinha fundado, além do da Baía, outro na Paraíba (e também dois Recolhimentos de mulheres, um na Baía outro em Iguaraçu). Nesta data, mais nenhum Seminário nem Recolhimento (Cf. Carta de Rogério Canísio a D. Mariana de Áustria, de 22 de Abril de 1747, em Lamego, *A Terra Goitacá*, 439). A fundação pois do Seminário do Pará, de que fala Baena, *Compêndio das Eras*, 222-228, no ano de 1745, e que outros seguem, não a achamos comprovada nos documentos coevos. O que não significa que se não tratasse já dêsse seminário, do angariamento de subsídios, e das combinações com o Prelado, Fr.

O traje dos novos seminaristas era beca azul com canhões e estolas encarnadas.

A intenção que presidiu à fundação era que o Seminário fôsse diocesano. Além dos donativos locais, que Malagrida conseguiu angariar em 1749 no total de 4.431$081 reis, começou El-Rei a dar duzentos mil reis anualmente. E com êste património se constituiu, de-facto, sob a jurisdição episcopal, desde 1751, continuando porém sob a direcção dos Jesuítas até 1760.

Ao mesmo tempo pensava Malagrida em fundar no Pará um *Recolhimento* de *Moças*, e outro Seminário de Meninos em Cametá [1]. O Seminário de Cametá fê-lo gorar o Governador Mendonça Furtado com interpretações que o empeceram então e para sempre. O Recolhimento de Moças fê-lo gorar, também para sempre, o Bispo D. Miguel de Bulhões, dizendo que o faria êle melhor [2]. Em todo o caso, se não se fundou o *Recolhimento*, ao menos abriu-se, no Pará, uma *Escola de Meninas*, que os Jesuítas também dirigiram até à hora do exílio, ficando depois aos cuidados de um cónego [3].

Vingou, felizmente, o Seminário de Belém do Pará. Em 1760 tinha na sua capela «uma grande imagem nova da Senhora das Missões, título do mesmo Seminário» [4]. Ornavam-no outras diversas imagens,

---

Guilherme de S. José, sôbre a forma prática de sua instituição pelos Jesuítas, ao qual se mostraria contrário e seriam aquêles «muitos obstáculos», a que se refere Mury.

1. Cf. *Petição do Missionário P. Gabriel Malagrida, para erigir o Seminário de Camutá*, BNL, Col. Pomb. 642, f. 166; Porto Seguro, *HG*, IV, 177; João Francisco Lisbôa, *Obras*, vol. II, 201.

2. Cf. «Representação de Malagrida à Rainha Mãe», em Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 442-443; Carta de Mendonça Furtado, do Pará, 27 de Janeiro de 1754, nos *Anais do Pará*, III (1904) 173. Aliás Mendonça Furtado tinha nas *Instrucções Secretas*, § 25, sugestão para com qualquer pretexto dificultar a criação dêsses estabelecimentos, *Instruções Secretas*, 423-424. Bom exemplo dessa política de duplicidade é a carta do mesmo Governador ao P. Bento da Fonseca, do Pará, 15 de Outubro de 1752, em que tenta justificar-se nêsse caso do Seminário de Cametá, Melo Morais, *Corografia*, IV, 205-210.

3. *Hist. Pers. Maragn.*, do P. Matias Rodrigues, 17.

4. *Inventário do Maranhão:* Esta imagem *nova* devia ser a mesma ou cópia (Malagrida levava sempre consigo a imagem de Nª. Sª. das Missões) daquela com que êle, em companhia de Mendonça Furtado, desembarcou no Maranhão, dia 26 de Julho de 1751. E diz Mury: «O Governador Mendonça (que ainda não tinha desafivelado a máscara) e mais três altos dignitários do Estado, quiseram pessoalmente conduzir ao Colégio dos Jesuítas a milagrosa imagem de Nossa Senhora das Missões» Mury, *História do P. Malagrida*, 125.

um painel da Senhora da Conceição, de 8 palmos de comprido; e alguma prata e paramentaria, e ia aumentando o modesto património com alguns imóveis que lhe assegurasse os fins educativos.

O Seminário, nêsse ano, constava de «3 salas, que de comprimento e largura, tinham mais de 30 palmos, tôdas estavam por ordem, em um corredor de sobrado, e por baixo tinha outras tantas correspondentes; junto à terceira sala tinha um cubículo e por baixo outro correspondente; junto a êste corredor estavam mais 2 salas ainda por acabar: pela outra parte do corredor, imediatamente, estavam umas casas das quais fêz doação António da Costa e sua mulher ao mesmo Seminário. Constavam as duas casas de 3 salas, ainda maiores do que as do corredor novo, em uma das quais estava o refeitório, em a outra a dispensa, e na outra a Procuratura. Tôda esta correnteza tinha chãos, que lhe serviam de quintal, no meio dos quais estava um poço e algumas árvores de fruto. Tinha mais *umas casas grandes que serviram de seminário antigamente*»[1].

As primeiras casas compradas por Malagrida ficavam no Bairro da Campina junto ao Convento de Santo António, «no fim da Rua que se lança em linha recta desde o Largo das Mercês até às ditas casas». Nestas casas permaneceu o Seminário dez anos. Até que exigindo grandes consertos, o Seminário passou em 1759 dessa primeira habitação «para outras casas no Largo em que está o Palácio, bem defronte da portaria do Seminário *actual*, que então era dos Jesuítas». Êste *actual* reporta-se, não aos tempos de hoje, mas à última década do século XVIII, por volta da qual dava estas informações Alexandre Rodrigues Ferreira[2].

---

1. *Inventário do Maranhão*, 10.

2. São uns *Apontamentos* de Alexandre Rodrigues Ferreira que em 1919 se compuseram na Imprensa Nacional do Rio, mas que não chegaram a imprimir-se. Consultamos, por obsequiosa atenção de Rodrigo M. F. de Andrade, a composição a granel, inçada de erros, mas a pesar dêles utilizável, e com estas indicações concretas que resolvem definitivamente o caso das sucessivas estâncias do Seminário. Todos os autores, desde Baena até agora, eram, nêste ponto, omissos, incompletos ou erróneos. Refere Baena (*Compêndio das Eras*, 235) que o Bispo Bulhões estabeleceu o Seminário em 1751, na parte primigénia do Colégio de Santo Alexandre, o que não se coaduna com a letra dos documentos. A 7 de Abril de 1759 visitou-o D. Miguel de Bulhões, recebido com a cortesia e festas escolares, que é costume nas visitas dos Prelados (*Diário de 1756-1760*). O memorialista, que estava no Colégio, refere antes, que o Prelado tinha ido na véspera ao Colégio: quando fala do Colégio, diz «veio», quando do seminário diz «foi»... locais dis-

Em 1756 e 1760 estava à frente do Seminário, como Regente ou Reitor o P. Manuel Ferreira, e já o tinham sido o P. Aleixo António, que sucedeu a Malagrida e que por sua vez passou o cargo em 1751, ao P. José António. Em 1753 era Professor de Filosofia o P. Silvestre Rodrigues, e de Gramática o P. Manuel Monteiro. Também ocupou algum tempo o cargo de Vice-Reitor do Seminário o P. Cristóvão de Carvalho [1].

A importância e utilidade do Seminário do Pará, para a educação e instrução de mocidade, é óbvia. Escreve João Daniel: Os Jesuítas da cidade « davam estudos gerais aos menores, com um muito numeroso seminário de meninos em que ordinàriamente havia para cima de 30 ou 40, obra das mais úteis de tão magnífica cidade para evitar os inconvenientes que antes padeciam os moradores, que de ordinário assistem nos seus sítios, muito distantes da cidade; e para que os seus filhos estudassem lhes tinham na Cidade ao menos um servo para pescador, outro para o acompanhar, e uma ama para tratar dêle, além da assistência que de seus sítios lhes faziam com as frutas, farinhas, e outros víveres, cujos gastos cercearam e evitaram com a ereição do Seminário, além da doutrina e estudo, que aprendem os seus filhos » [2].

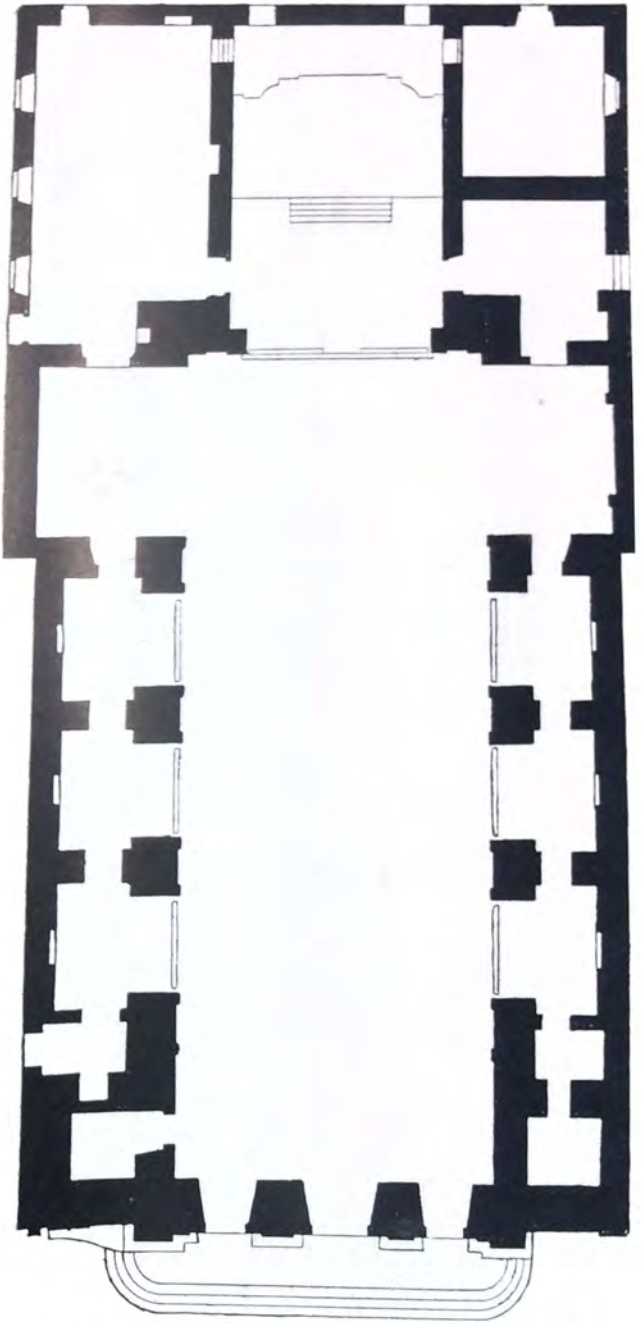
Colige-se dêste testemunho, de quem estêve pessoalmente no próprio Seminário, que êle revestia a feição moderna de *Colégio-Internato*. Nêle recebiam educação os filhos dos moradores dispersos

---

tintos, e possivelmente distantes, Também assim se compreende melhor como Melo de Castro, em Junho de 1760, quando recebeu ordem para o destêrro dos Padres, mandou «passar aquêles Padres, que se achavam no Seminário, para o Colégio, reduzindo-os por esta forma a uma *única e idêntica* reclusão, como V. Majestade determina» (Carta de 5 de Agosto de 1760, *Anais do Pará* VII (1913) 155). A Carta Régia de 11 de Junho de 1760 ordenou que parte do Colégio se aplicasse a Seminário (Bibl. do Pará, cód. 882, *Alvarás, Cartas Régias e Decisões de 1759 a 1761*, s/pag.). E de-facto, o Governador Pereira Caldas, referindo-se em 1772 ao Seminário diz já que «era outra parte do mesmo Colégio».

Em resumo: O Seminário, fundado pelos Jesuítas, estêve primeiro no extrêmo da Rua do Açougue, que depois se chamou da Indústria e hoje tem já outro nome; depois, no Largo do Palácio, em frente da portaria; e em terceiro lugar, no Colégio de Santo Alexandre. Sôbre êste assunto, cf. ainda Carta de Malagrida à Rainha mãe, em Lamego, *A Terra Goitacá*, 442; Carta de Francisco Wolff à mesma Rainha, de 1 de Fevereiro de 1752, *ib.*, 320; Mury, *op. cit.*, 127.

1. *Bras. 27*, 189; Arq. da Prov. Port., *Pasta 176* (16).
2. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2.ª P., 114.



PLANTA DA IGREJA DE S. FRANCISCO XAVIER

(COLÉGIO DO PARÁ)

(Da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira)

Em 1756 e 1760 estava à frente do Seminário, como Regente ou Reitor o P. Manuel Ferreira, e já o tinham sido o P. Aleixo António, que sucedeu a Malagrida e que por sua vez passou o cargo em 1751, ao P. José António. Em 1753 era Professor de Filosofia o P. Silvestre Rodrigues, e de Gramática o P. Manuel Monteiro. Também ocupou algum tempo o cargo de Vice-Reitor do Seminário o P. Cristóvão de Carvalho [1].

A importância e utilidade do Seminário do Pará, para a educação e instrução de mocidade, é óbvia. Escreve João Daniel: Os Jesuítas da cidade «davam estudos gerais aos menores, com um muito numeroso seminário de meninos em que ordinàriamente havia para cima de 30 ou 40, obra das mais úteis de tão magnífica cidade para evitar os inconvenientes que antes padeciam os moradores, que de ordinário assistem nos seus sítios, muito distantes da cidade; e para que os seus filhos estudassem lhes tinham na Cidade ao menos um servo para pescador, outro para o acompanhar, e uma ama para tratar dêle, além da assistência que de seus sítios lhes faziam com as frutas, farinhas, e outros víveres, cujos gastos cercearam e evitaram com a ereição do Seminário, além da doutrina e estudo, que aprendem os seus filhos» [2].

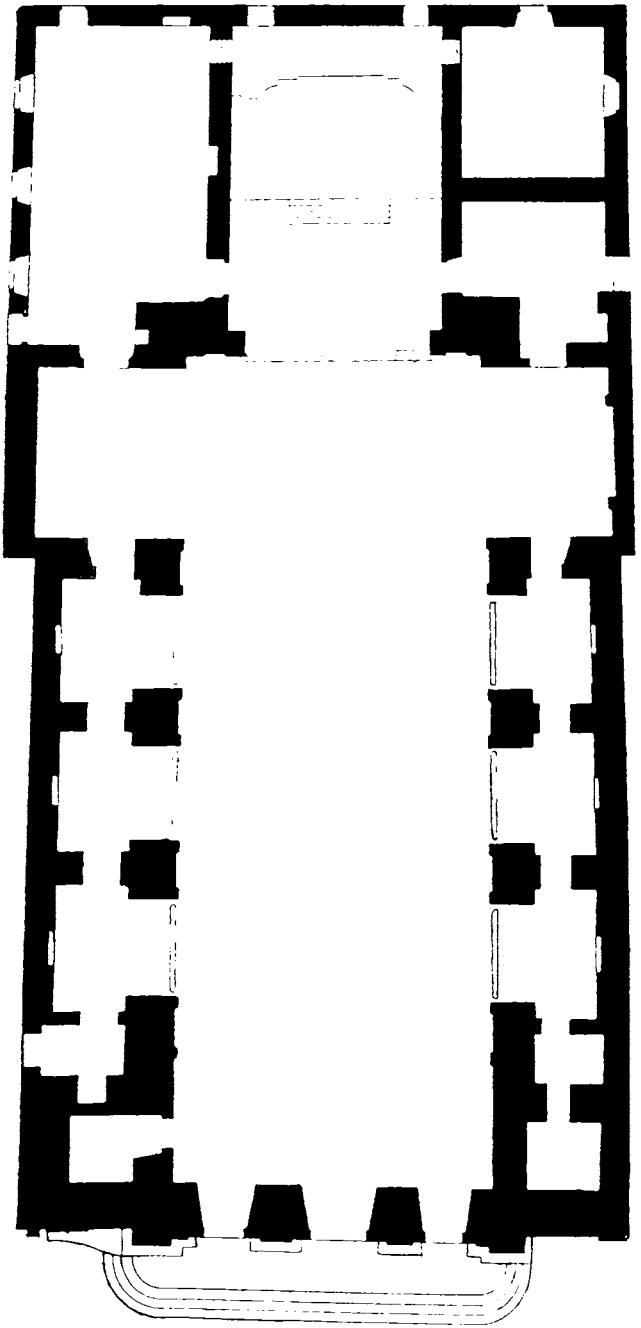
Colige-se dêste testemunho, de quem estêve pessoalmente no próprio Seminário, que êle revestia a feição moderna de *Colégio-Internato*. Nêle recebiam educação os filhos dos moradores dispersos

---

tintos, e possivelmente distantes, Também assim se compreende melhor como Melo de Castro, em Junho de 1760, quando recebeu ordem para o destêrro dos Padres, mandou «passar aquêles Padres, que se achavam no Seminário, para o Colégio, reduzindo-os por esta forma a uma *única e idêntica* reclusão, como V. Majestade determina» (Carta de 5 de Agosto de 1760, *Anais do Pará* VII (1913) 155). A Carta Régia de 11 de Junho de 1760 ordenou que parte do Colégio se aplicasse a Seminário (Bibl. do Pará, cód. 882, *Alvarás, Cartas Régias e Decisões de 1759 a 1761*, s/pag.). E de-facto, o Governador Pereira Caldas, referindo-se em 1772 ao Seminário diz já que «era outra parte do mesmo Colégio».

Em resumo: O Seminário, fundado pelos Jesuítas, estêve primeiro no extrêmo da Rua do Açougue, que depois se chamou da Indústria e hoje tem já outro nome; depois, no Largo do Palácio, em frente da portaria; e em terceiro lugar, no Colégio de Santo Alexandre. Sôbre êste assunto, cf. ainda Carta de Malagrida à Rainha mãe, em Lamego, *A Terra Goitacá*, 442; Carta de Francisco Wolff à mesma Rainha, de 1 de Fevereiro de 1752, *ib.*, 320; Mury, *op. cit.*, 127.

1. *Bras. 27*, 189; Arq. da Prov. Port., *Pasta 176* (16).
2. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2.ª P., 114.



PLANTA DA IGREJA DE S. FRANCISCO XAVIER

(COLÉGIO DO PARÁ)

(Da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira)

pelo interior. E não necessariamente para a vida eclesiástica. Mas pelo título, *Seminário de Nossa Senhora das Missões*, e pelas intenções dos fundadores, êle seria o ambiente apto para a eclosão de vocações sacerdotais e formação dos que se decidissem por ela. Dêle realmente procede, como de primeira fonte, o actual Seminário Arquidiocesano do Pará [1].

6. — Dos Vice-Reitores do Seminário fica dito. Resta, conforme ao sistema adoptado para os grandes Colégios, dar também para o de S. Alexandre, a lista dos Superiores e Reitores. Vale a nota de sempre sôbre datas-limites.

P. João de Souto-Maior (1652-1653). Fundador e Primeiro superior da Casa.

P. Manuel de Sousa (1653-1655). «Vai por Superior para deixar mais livre ao P. Souto-Maior nas coisas da conversão» [2].

P. Manuel Nunes (1655-1661). Trata-se do P. Nunes, o «velho» para distinguir de outro que aparecerá depois [3].

P. Francisco Veloso (1661). No Motim dêste ano ficou superior até à partida do P. Vieira [4].

P. João Filipe Bettendorff (1661-1663). Substitue o P. Veloso, desde a partida de Vieira, até à volta do Reino do mesmo P. Veloso, para onde também fôra por causa do motim [5].

P. Francisco Veloso (1663-1668). Ao voltar de Portugal retoma o cargo [6].

P. Manuel Nunes, «o Velho» (1668-1669 ?). Nomeado outra vez pelo Visitador Juzarte, que em 18 de Setembro de 1668 seguiu para Portugal [7].

P. Bento Álvares (1669 ?-1674). O seu govêrno deve ter começado em 1670 ou mais provavelmente em 1669, pois substituiu o P. Nunes,

---

1. Sôbre as vicissitudes ulteriores dêste Seminário, cf. Dom António de Almeida Lustosa, *Dom Macedo Costa* (Rio 1939) 47 ss.

2. *Cartas de Vieira*, I, 335; Morais, *História*, 424.

3. Bett., *Crónica*, 88-89, 155; *Cartas de Vieira*, III, 730-731.

4. Bett., *Crónica*, 74, 155. Na primeira destas páginas, por lapso do copista, em vez de Francisco Veloso, lê-se Francisco Telles. O êrro foi seguido. Cf. Bibl. de Évora, Cód. CXVI/2-14, nº 15, f. 202; *Rev. do Inst. Bras.* 57, P. 1ª. (1894) 147.

5. Bett., *Crónica*, 185.

6. Bett., *Crónica*, 223.

7. *Bras.* 9, 259; Bett., *Crónica*, 250, 254.

que pediu para ser aliviado do cargo, não muito depois da saída do Visitador Juzarte [1].

P. Francisco Veloso (1674-1679). Outra vez, e, desta, com patente de Reitor, enviada pelo P. Geral. Recebeu-a sendo reitor do Maranhão, que logo deixou para tomar posse do novo cargo [2].

P. António Pereira (1679-1682 ?). Entra no govêrno a 15 de Maio de 1679 [3].

P. Jódoco Peres (1682-1683). «Vieram patentes de reitor do Pará ao P. Jódoco Peres, o qual governou com muita satisfação, indo o P. António Pereira seu antecessor para a Missão de Gurupatuba e Tapajós»: «passou-se isto pelo ano de 1682» [4].

P. Francisco Ribeiro (1683-1689 ?). Segundo Bettendorff, veio patente de Roma para ser Reitor ao P. Pier Luigi Consalvi, mas ficou em seu lugar como vice-reitor Francisco Ribeiro [5]. A 20 de Julho de 1687 o P. Ribeiro pedia ao Geral que o aliviasse do cargo e que já era reitor havia 4 anos [6]. Mas ainda o era em 1688, quando pediu a pública-forma do processo jurídico relativo às mortes dos Padres no Cabo do Norte [7].

P. João Carlos Orlandini (1689-1693). O Catálogo de 1690 já o dá como reitor [8].

P. Manuel Nunes, «o Moço» (1693 ?-1694). Reitor, por patente de Roma [9].

P. João da Silva (1694-1696). Vice-Reitor, governando dois anos [10].

P. Bento de Oliveira (1696-1700). Tinha ido para o Maranhão como Superior da Missão em 1693. Voltou para Portugal, onde ainda governou diversas casas, vindo a falecer em Lisboa a 4 de Janeiro de 1725 [11].

---

1. Bett., *Crónica*, 254; *Bras. 9*, 302v.
2. Bett., *Crónica*, 300, 302. Faleceu a 28 de Julho de 1679; Bett., *Crónica*, 324; no *Livro dos Óbitos*, a 29.
3. *Bras. 26*, 70; Bett., *Crónica*, 335.
4. Bett., *Crónica*, 346.
5. Bett., *Crónica*, 326.
6. *Bras. 3(2)* 239.
7. *Bras. 26*, 186.
8. *Bras. 27*, 7.
9. Bett., *Crónica*, 571, 547.
10. Bett., *Crónica*, 573, 599-600; *Bras. 26*, 182.
11. Sommervogel, *Bibl.* V. 1915, cita-o por ter deixado, em português, uma *Novena de Santa Quitéria*, impressa no Colégio das Artes, Coimbra, 1711.

P. António da Cunha (1701-1708). Envia-lhe a patente o P. Geral em carta de 8 de Janeiro de 1701. Foi Reitor 8 anos [1].

P. Inácio Ferreira (1708-1711). Já era reitor em 1708. Faleceu em 1712, sendo Superior da Missão [2].

P. Tomás do Couto (1711-1715). Faleceu, sendo Vice-Reitor. Já o devia ser a 2 de Fevereiro de 1712, pois é êle quem recebe a profissão do P. Manuel de Brito [3].

P. Manuel de Brito (1715-1720). Tomou posse em 1715 [4].

P. Domingos da Cruz (1720-1722). Nomeado a 31 de Julho de 1720. Faleceu no cargo em 1722 [5].

P. Domingos de Araújo (1722-1723). Aparece nêste período, em diversas *Juntas de Missões*, do Pará, como Reitor ou Vice-Reitor (ambas as expressões se mencionam) [6].

P. Luiz de Mendoça (1723-1726). Nomeado a 26 de Junho de 1723. A 12 de Setembro de 1726, concluido o triênio, diz que deixa o cargo por motivo de saúde e pede para voltar à sua Província do Brasil. Concede-lha o Geral, em carta de 22 de Março de 1727, agradecendo-lhe os serviços prestados à Missão [7]. Em seu lugar deve ter ficado, interinamente, algum Padre com o mesmo ofício, cujo nome não consta.

P. José de Sousa (1727-1730). Posse a 20 de Dezembro de 1727. A patente tinha-lhe sido enviada a 9 de Fevereiro de 1726 [8].

P. José da Gama (1730-1732). Posse a 10 de Dezembro de 1730. Por motivos que teve, o Geral removeu-o do cargo, e nomeou para o substituir o P. Jacinto de Carvalho, então em Lisboa, que pediu para voltar à Missão, não chegando porém a embarcar [9].

---

1. Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 392; *Bras. 27*, 20v.
2. *Bras. 27*, 24.
3. *Livro dos Óbitos*, f. 8; *Lus. 13*, 225-226.
4. *Bras. 27*, 29.
5. *Bras. 27*, 43; «Morte da serafino e corrispondente al suo s^to^. zelo, pazienza, disprezzo di se stesso», diz Malagrida, *Bras. 26*, 224.
6. Arq. P. do Pará, cód. 907.
7. *Bras. 27*, 47v; *Bras. 25*, 41v.
8. *Bras. 25*, 34v.
9. Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-11, f. 26; *Bras. 25*, 57v; *Bras. 25*, 54v, 56v.

P. João Teixeira (1732-1738). Posse a 14 de Agôsto de 1732. Reconduzido em 1735. Ainda era reitor em 26 de Fevereiro de 1738. Foi reitor 6 anos [1].

P. Inácio Xavier (1738-1741). O P. Geral envia-lhe a patente a 11 de Fevereiro de 1737. Era reitor em 1740 e foi-o durante 3 anos [2].

P. João Ferreira (1741-1744). Posse a 14 de Agôsto de 1741. A 19 de Setembro de 1743 recebeu La Condamine, na Fazenda de Ibirajuba, e aí o agasalhou fidalgamente alguns dias até vir para a cidade [3].

P. Manuel Ferreira (1744-1748). Posse a 15 de Agôsto de 1744. Ainda assina o termo de *Junta de Missões* no Pará, de 10 de Fevereiro de 1748 [4].

P. Caetano Xavier (1748). Superior da Casa da Vigia e Reitor do Pará [5].

P. Júlio Pereira (1748-1751). O Catálogo de 1750 diz que ia no segundo ano de reitorado [6].

P. Aleixo António (1751-1753). Vice-Reitor, desde o dia 21 de Dezembro de 1751 [7].

---

1. *Bras. 27*, 62; *Bras. 25*, 67v; *Bras. 25*, 84v; *Bras. 27*, 110; Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 314.

2. *Bras. 25*, 81.

3. *Bras. 27*, 110; La Condamine, *Relation abrégé d'un voyage fait dans l'intérieur de L'Amérique Meridionale* (Paris 1745) 172-173; Garcia em *HG*, IV, 114. Ficou em contacto epistolar com o sábio francês a quem comunicou, com provas certas, a ligação, contestada até então na Europa, do Rio Negro com o Orinoco. Exilado para Portugal, foi deportado para a África, donde passou a Roma. Em 1777 pediu o Rei de França à *Propaganda Fidei* missionários para Caiena. Não os tendo a *Propaganda*, o Papa ofereceu quatro antigos Jesuítas, um dos quais o P. João Ferreira. Em Maio de 1778 já se sabia na Europa que tinham sido bem recebidos pelos Índios, e que tratavam de reùnir em Conani os restos dos índios das missões portuguesas do Cabo do Norte (Carayon, *Doc. Inédits*, IX, 241, 279-281). Parece que quando se divulgavam na Europa aquelas notícias, já êle tinha falecido, em Abril dêsse mesmo ano de 1778, cf. Sommervogel, *Bibl.*, III, 683, onde também dá notícia dos seus escritos, impressos e inéditos. O P. João Ferreira é um dos raros Jesuítas do Brasil que, a seguir ao exílio, conseguiram voltar e morrer em terras de América.

4. *Bras. 27*, 123v; Arq. do Pará, *Junta de Missões*, cód. 1086, f. 86.

5. Arq. Prov. Port., Pasta 177(16).

6. *Bras. 27*, 152v.

7. *Bras. 27*, 184v. Cf. Ass. aut. na *Junta de Missões*, Bibl. P. Pará, cód. 1086, 112v.

P. Caetano Xavier (1753-1757 ?). Reitor desde 26 de Outubro de 1753 [1].

P. Domingos António (?-1757). Já era Reitor a 15 de Setembro de 1757 em que, nessa qualidade lhe escreveu o Bispo Bulhões. Era reitor a 28 de Novembro de 1757, dia em que foi desterrado para Portugal [2].

P. Inácio Estanislau (1757-1760). Nomeado Vice-Reitor pelo Visitador Francisco de Toledo, antes de êste partir para o exílio. O Bispo Bulhões escreve ao P. Estanislau, a 18 de Agôsto de 1759, agradecendo-lhe os votos de boa viagem. Por sua vez exilado, Inácio Estanislau faleceu nos cárceres de S. Julião da Barra a 1 de Fevereiro de 1777, pouco antes da libertação geral dos sobreviventes, que foi no mês seguinte [3].

1. *Bras. 27*, 188v.
2. Carta em Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 297; *Diário de 1756-1760*.
3. *Diário de 1756-1760;* Arq. Prov. Port., Pasta 176, 19; Apêndice ao Cat. de Portugal, de 1903.

CAPÍTULO II

Ilha de Joanes ou Marajó

1 — *A embaixada do Crucifixo;* 2 — *A redução dos Nheengaíbas pelo P. António Vieira;* 3 — *A Aldeia de Joanes;* 4 — *Indústria pastoril;* 5 — *Fazendas de Marajoaçu;* 6 — *Fazendas do Arari.*

1. — A imensa porção de terra, que é a Amazónia, divide-se em dois grandes Estados, o Pará e o Amazonas, e no Território do Acre. Nêste último não missionaram os Jesuítas de Portugal. Quando muito fizeram alguma entrada de reconhecimento pelo Rio Abunã, depois que fundaram Santo António das Cachoeiras.

Nas missões houve muitas vezes simultaneidade; e, nalgumas do actual Estado do Amazonas, antes mesmo que noutras regiões do Pará. Convindo dar uma ordenação aos capítulos, depois do Maranhão vem o Pará e depois do Pará o Amazonas. Dentro do Estado do Pará começamos por abrir a grande porta que está na sua bôca, a Ilha de Joanes ou Marajó, e, contornando pelo Cabo do Norte até à fronteira do Estado do Amazonas, fixamo-nos, enfim, na margem direita do grande rio, que foi também o maior campo missionário da Companhia de Jesus nesta região.

Na grande Ilha de Joanes, os trabalhos dos Jesuítas repartem-se em três fases sucessivas e de características diferentes: a da redução da Ilha, ou dos seus principais habitantes, os *Nheengaibas*, à vida cristã e convívio com os Portugueses, fase de carácter não só religioso, mas nacional e internacional, por ser o Marajó, e a margem esquerda do Amazonas campo então de competições estrangeiras; a seguir, a administração da Aldeia de Joanes; e a terceira fase, económica, quando a Vice-Província do Maranhão, procurava recursos não apenas para as necessidades da catequese, edifícios e vida corrente, mas também para a autonomia missionária a que tendia, buscando os meios

de criar, educar e formar na própria terra os futuros missionários, obra que não poderia fazer-se sem avultados recursos: é o período das fazendas e criações famosas.

Do primeiro período, o da redução, seja o seu próprio artífice, quem no-lo conte. Diz Vieira:

«Na grande boca do rio das Amazonas está atravessada uma Ilha, de maior comprimento e largura, que todo o reino de Portugal, e habitada de muitas nações de Índios, que por serem de línguas diferentes e dificultosas são chamados geralmente *Nheengaíbas*. Ao princípio receberam estas nações aos nossos conquistadores em boa amizade; mas, depois que a larga experiência lhes foi mostrando que o nome de falsa paz, com que entravam, se convertia em declarado cativeiro, tomaram as armas em defensa da liberdade, e começaram a fazer guerra aos Portugueses em tôda a parte.

Usa esta gente canoas ligeiras e bem armadas, com as quais não só impediam e infestavam as entradas, que nesta terra são tôdas por água, em que roubaram e mataram muitos Portugueses, mas chegavam a assaltar os índios cristãos em suas Aldeias, ainda naquelas que estavam mais vizinhas às nossas fortalezas, matando e cativando; e até os mesmos Portugueses não estavam seguros dos *Nheengaíbas*, dentro em suas próprias casas e fazendas de que se vêem ainda hoje muitas despovoadas e desertas, vivendo os moradores destas Capitanias dentro em certos limites, como sitiados, sem lograr as comodidades do mar, da terra e dos rios, nem ainda a passagem dêles, senão debaixo das armas.

Por muitas vezes quiseram os Governadores passados, e ùltimamente André Vidal de Negreiros, tirar êste embaraço tão custoso ao Estado, empenhando na emprêsa tôdas as fôrças dêle, assim de índios como de Portugueses, com os cabos mais antigos e experimentados; mas nunca desta guerra se trouxe outro efeito mais que o repetido desengano de que as nações *Nheengaíbas* eram inconquistáveis, pela ousadia, pela cautela, pela astúcia, e pela constância da gente, e mais que tudo pelo sítio inexpugnável, com que os defendeu e fortificou a mesma natureza.

É a Ilha tôda composta de um confuso e intrincado labirinto de rios e bosques espessos; aquêles com infinitas entradas e saídas, êstes sem entrada nem saída alguma, onde não é possivel cercar, nem achar, nem seguir, nem ainda ver ao inimigo, estando êle no mesmo tempo debaixo da trincheira das árvores, apontando e empregando as suas frechas. E porque êste modo de guerra, volante e invísivel,não tivesse o

estôrvo natural da casa, mulheres e filhos, a primeira coisa que fizeram os *Nheengaíbas*, tanto que se resolveram à guerra com os Portugueses, foi desfazer e como desatar as povoações em que viviam, dividindo as casas pela terra dentro a grandes distâncias, para que em qualquer perigo pudesse uma avisar às outras, e nunca ser acometidos juntos. Desta sorte ficaram habitando tôda a Ilha, sem habitar em nenhuma parte dela, servindo-lhes porém em tôdas, os bosques de muro, os rios de fôsso, as casas de atalaia, e cada *Nheengaíba* de sentinela, e as suas trombetas de rebate» [1].

Era preciso penetrar esta fortaleza silvestre. Para a conquistar a Deus, para desfazer o encanto, e prevenir alianças com os Holandeses. O Governador André Vidal de Negreiros, a pedido da Câmara do Pará, convocou a Junta de Missões em Setembro de 1655, sôbre a guerra que faziam aos Portugueses os Índios da Ilha de Joanes. E resolveu-se que aos *Aruãs* e *Anajás* se podia logo fazer guerra, porque êles a começaram, sem os Portugueses terem dado motivo. Aos *Nheengaíbas* não, porque algum motivo lhes tinham dado. Que a êstes se propusessem primeiro pazes e se êles as não aceitassem com as garantias necessárias, então se lhes fizesse guerra [2].

Para propor as pazes aos *Nheengaíbas* organizou-se uma tropa em fins de 1655, sob o comando do Sargento-mor Agostinho Correia. Da Companhia iam os Padres João de Souto-Maior e Salvador do Vale. Mas apenas chegou às suas terras, os Índios desapareceram. E no dia

---

1. *Cartas de Vieira*, I, 556-558, 588, 462.

2. O têrmo que se lavrou desta Junta, é assinado pelos que a ela assistiram: «Governador e capitão geral André Vidal de Negreiros, o Provedor da fazenda de S. Majestade Antonio Coelho Gasco, que também serve de ouvidor desta Capitania, o P. Pedro Vidal, Vigário da Igreja Matriz dela, e assim mesmo serve de Vigário geral, Frei Estêvão da Natividade Vigário Provincial da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, Frei João das Chagas Prior do Convento desta cidade da mesma Ordem, Frei Bartolomeu Ramos de Castro Comissário da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, Frei Lucas de Sousa Franca comendador do Convento da mesma Ordem sito na mesma cidade, Frei Francisco de Alcântara Custódio da Ordem de Santo António, Frei António da Madre de Deus guardião do convento da mesma cidade, o P. António Vieira da Companhia de Jesus Superior da Missão dêste Estado e o P. Manuel Nunes, superior da Missão desta Capitania. Em esta cidade de Belém aos... de Setembro de 1655», *Cópia do assento da Junta de Missões sobre a guerra aos Índios da Ilha de Joanes*. Documento em nosso poder, oferecido pelo investigador Frazão de Vasconcelos. Letra coeva, do próprio P. Vieira ou outra parecida com a sua. Está em branco o dia em que se realizou a Junta.

em que os Portugueses estavam desprevinidos, no mais cerrado da escuridão, são assaltados repentinamente pelos *Nheengaíbas*, que desfecham as setas para o barracão de palha onde estavam. Muitos ficaram feridos. E entre os urros dos Índios, o inopinado do ataque, e os gemidos dos feridos, que clamavam assistência, Souto-Maior acendeu uma candeia. Gritavam-lhe os Portugueses a apagassem, pois seria mais fácil alvo. Mas os agressores em vez disso, ao verem a luz, cuidando ser emboscada dos cabos da tropa, puseram-se em fuga. A tropa ficou ali três meses, até que se tornou insustentável a permanência naquelas paragens. Não havia mantimentos. E os cabos militares desenganaram-se que não era pela paz, mas pelas armas, que se haviam de domar aquêles Índios.

O P. Souto-Maior teve então uma ideia. Tinha-se tomado um índio principal. Deu-lhe liberdade e enviou-o aos seus, com propostas de paz, e que os Portugueses as cumpririam fielmente. Não tendo outro sinal, deu-lhe como penhor, o Santo Cristo que levava.

O principal não voltou. E diante do cepticismo e murmuração da tropa, disse o P. Souto-Maior a Agostinho Correia, que o repetiu ao P. António Vieira que «aquêle Senhor, que se deixara ficar entre os *Nheengaíbas*, havia de ser o missionário e apóstolo dêles e o que os havia de converter à sua fé»[1].

O certo é que o Crucifixo permaneceu quási quatro anos entre aquêles bárbaros e pagãos, e durante êsse tempo cessaram os habituais latrocínios e fez-se enfim a paz com o P. Vieira[2]. Diz êle, dirigindo-se a El-Rei:

2. — «Chegou finalmente no ano passado de 1658 o Governador D. Pedro de Melo, com as novas da guerra apregoada com os Holandeses, com os quais algumas das nações dos *Nheengaíbas* há muito tempo tinham comércio, pela vizinhaça dos seus portos com os do Cabo do Norte, em que todos os anos carregam de peixe-boi mais de vinte navios de Holanda. E entendendo as pessoas do govêrno do Pará, que, unindo-se os Holandeses com os *Nheengaíbas*, seriam uns e outros senhores destas Capitanias, sem haver fôrças no Estado, ainda que se ajuntassem tôdas, para lhe resistir, mandaram uma pessoa particular ao Governador, por meio da qual lhe pediam socorro e licença para logo, com o

1. *Cartas de Vieira*, I, 558.
2. Bett., *Crónica*, 94.

maior poder que fôsse possível, entrarem pelas terras dos *Nheengaíbas*, antes que com a união dos Holandeses não tivesse remédio esta prevenção, e com ela se perdesse de todo o Estado.

Resoluta a necessidade e justificação da guerra, por voto de tôdas as pessôas eclesiásticas e seculares, com quem V. M. a manda consultar, foi de parecer o Padre António Vieira que, em quanto a guerra se ficava prevenindo em todo o segrêdo, para maior justificação, e ainda justiça dela, se oferecesse primeiro a paz aos *Nheengaíbas*, sem soldados nem estrondo de armas que a fizessem suspeitosa, como em tempo de André Vidal tinha sucedido. E, porque os meios desta proposição da paz pareciam igualmente arriscados, pelo conceito que se tinha da fereza da gente, tomou à sua conta o mesmo Padre ser o medianeiro dela, supondo porém todos que não só a não haviam de admitir os *Nheengaíbas*, mas que haviam de responder com as frechas aos que lhe levassem semelhante prática, como sempre tinham feito por espaço de vinte anos, que tantos tinham passado desde o rompimento desta guerra.

Em dia de Natal do mesmo ano 658, despachou o Padre dois Índios principais, com uma carta patente sua a tôdas as nações dos *Nheengaíbas*, na qual lhe segurava que, por benefício da nova lei de V. M., que êle fôra procurar ao Reino se tinham ja acabado para sempre os cativeiros injustos, e todos os outros agravos que lhe faziam os Portugueses; e que, em confiança desta sua palavra e promessa, ficava esperando por êles ou por recado seu, para ir às suas terras, e que em tudo o mais dessem crédito ao que em seu nome lhe diriam os portadores daquele papel.

Partiram os embaixadores, que também eram de nação *Nheengaíbas*, e partiram como quem ia ao sacrifício (tanto era o horror que tinham concebido da fereza daquelas nações até os de seu próprio sangue) e assim se despediram, dizendo que, se até o fim da lua seguinte não tornassem, os tivéssemos por mortos ou cativos.

Cresceu e mingou a lua aprazada e entrou outra de novo, e já antes dêste têrmo tinham profetizado o mau sucesso todos os homens antigos e experimentados desta Conquista, que nunca prometeram bom efeito a esta embaixada; mas provou Deus que valem pouco os discursos humanos onde a obra é de sua providência.

Em dia de Cinza, quando já se não esperavam, entraram pelo Colégio da Companhia os dois embaixadores, vivos e mui contentes, trazendo consigo sete principais *Nheengaíbas*, acompanhados de muitos outros índios das mesmas nações.

Foram recebidos com as demonstrações de alegria e aplauso que se devia a tais hóspedes, os quais, de um comprido arrazoado, em que desculpavam a continuação da guerra passada, lançando tôda culpa, como era verdade, à pouca fé e razão que lhe tinham guardado os Portugueses, concluíram dizendo assim. *Mas, depois que vimos em nossas terras o papel do Padre grande, de que já nos tinha chegado fama, que por amor de nós e da outra gente da nossa pele se tinha arriscado às ondas do mar alto, e alcançado de El-Rei para todos nós as coisas boas; pôsto que não entendemos o que dizia o dito papel, mais que pela relação dêstes nossos parentes, logo no mesmo ponto lhe demos tão inteiro crédito, que, esquecidos totalmente de todos os agravos dos Portugueses, nos vimos aqui meter entre suas mãos e nas bôcas das suas peças de artilharia; sabendo de certo, que debaixo da mão dos Padres, de quem já de hoje adiante nos chamamos filhos, não haverá quem nos faça mal.*

Com estas razões tão pouco bárbaras desmentiram os *Nheengaíbas* a opinião que se tinha de sua fereza e barbaria, e se estava vendo nas palavras, nos gestos, nas acções e afectos com que falavam, o coração e a verdade do que diziam [1].

Queria o Padre logo partir com êles às suas terras, mas responderam, com cortesia não esperada, que êles até àquele tempo viviam como animais do mato, debaixo das árvores; que lhes déssemos licença para que logo fôssem descer uma aldeia para a beira do rio, e que, depois que tivessem edificado casa e igreja, em que receber ao Padre, então o viriam buscar muitos mais em número para que fôsse acompanhado como convinha, sinalando nomeadamente que seria para o S. João, nome conhecido entre êstes gentios, pelo qual distinguem o inverno da primavera.

---

1. A primeira notícia desta embaixada deu-a Vieira a um fidalgo do Conselho Ultramarino: «Em suma as nações dos *Nheengaíbas*, que são sete, na bôca do Rio das Amazonas, e as mais belicosas da conquista, e que nunca pudemos domar por armas, e contra as quais, a requerimento do povo do Pará, se queria intentar uma guerra impossível e sôbre as fôrças de todo o Estado, que tôdas era necessário se empregassem, e provavelmente se haviam de consumir nesta guerra, como já se consumiram outras maiores; estas nações, senhor, vieram o mês passado, a sujeitar-se à fé, e vassalagem de S. M., por meio de sete embaixadores seus, sem mais empenho que uma fôlha de papel, por ir firmada com o nome de Jesus em um sinete da Companhia. Tanto crédito tem conciliado com os bárbaros a fama e a experiência de que só os Padres da Companhia os defendem das opressões dos Portugueses, e a promessa de que hão-de viver debaixo do seu amparo, patrocínio e doutrina», *Cartas de Vieira*, I, 486-487.

Assim o prometeram, ainda mal cridos, os *Nheengaíbas*, e assim o cumpriram pontualmente; porque chegaram às Aldeias do Pará, cinco dias antes da festa de S. João, com dezassete canoas, que com treze da nação dos *Combocas*, que também são da mesma ilha, faziam número de trinta, e nelas outros tantos Principais, acompanhados de tanta e boa gente que a fortaleza e cidade se pôs secretamente em armas.

Não pôde ir o Padre nesta ocasião por estar mortalmente enfermo; mas foi Deus servido que o pudesse fazer em 16 de Agôsto, em que partiu das Aldeias do Camutá em doze grandes canoas, acompanhados dos Principais de tôdas as nações cristãs, e de sòmente seis portugueses com o Sargento-mor da praça, por mostrar maior confiança. Ao quinto dia de viagem entraram pelo rio dos *Mapuaises*, que é a nação dos *Nheengaíbas* que tinha prometido fazer a povoação fora dos matos, em que receber aos Padres; e duas léguas antes do pôrto, sairam os Principais a encontrar as nossas canoas, em uma sua grande e bem esquipada, empavezada de penas de várias côres, tocando buzinas e levantando pocêmas, que são vozes de alegria e aplausos com que gritam todos juntos a espaços, e é a maior demonstração de festa entre êles; com que também de tôdas as nossas se lhe respondia.

Conhecida a canoa dos Padres, entraram logo nela os Principais, e a primeira coisa que fizeram foi presentar ao P. António Vieira a imágem do Santo Cristo, do P. João de Souto-Maior, que havia quatro anos, tinham em seu poder, e de que se tinha publicado que os gentios a tinham feito em pedaços, e que por ser de metal a tinham aplicado a usos profanos; sendo que a tiveram sempre guardada e com grande decência, e respeitada com tanta veneração e temor, que nem a tocá-la nem ainda a vê-la se atreviam.

Receberam os Padres aquêle sagrado penhor com os afectos que pedia a ocasião, reconhecendo êles, os Portugueses, e ainda os mesmos Índios, que a êste Divino Missionário se deviam os efeitos maravilhosos da conversão e mudança tão notável dos *Nheengaíbas*, cujas causas se ignoravam. Logo disseram que, desde o princípio daquela lua, estiveram os Principais de tôdas as nações esperando pelos Padres naquele lugar; mas que, vendo que não chegavam ao tempo prometido, nem muitos dias depois, resolveram que *o Padre grande* devia de ser morto, e com esta resolução se tinham despedido, deixando porém assentado antes, que, de ali a catorze dias, se ajuntariam outra vez todos em suas canoas, para irem ao Pará saber o que passava, e se fôsse morto o Padre chorarem sôbre sua sepultura, pois já todos o reconheciam por pai.

Chegados enfim à povoação, desembarcaram os Padres com os Portugueses e Principais cristãos, e os *Nheengaíbas* naturais os levaram à igreja, que tinham feito de palma, ao uso da terra, mas muito limpa e consertada, a qual logo se dedicou à sagrada imagem, com o nome de *Igreja do Santo Cristo*, e se disse o *Te Deum laudamus* em acção de graças.

Da igreja, a poucos passos, trouxeram os Padres para a casa que lhe tinham preparado, a qual estava muito bem traçada, com seu corredor e cubículos, e fechada tôda em roda, com uma só porta, enfim, com toda clausura que costumam guardar os missionários entre os índios.

Mandou-se logo recado às nações, que tardaram em vir mais ou menos tempo, conforme a distância; mas enquanto não chegaram as mais vizinhas, que foram cinco dias, não estêve o demónio ocioso, introduzindo nos ânimos dos Índios, e ainda dos Portugueses, ao princípio por meio de certos agoiros, e depois pela consideração do perigo em que estavam se os *Nheengaíbas* faltassem à fé prometida, tais desconfianças, suspeitas e temores, que faltou pouco para não largarem a emprêsa e ficar perdida e desesperada para sempre. A resolução foi dizer o P. António Vieira aos cabos que lhe pareciam bem as suas razões, e que conforme a elas se fôssem embora todos, que êle só ficaria com seu companheiro, pois só a êles esperavam os *Nheengaíbas*, e só com êles haviam de tratar.

Mas no dia seguinte começou a entrar pelo rio em suas canoas, a nação dos *Mamaianases*, de quem havia maior receio por sua fereza; e foram tais as demonstrações de festa, de confiança e de verdadeira paz, que nesta gente se viram, que as suspeitas e temores dos nossos se foram desfazendo, e logo os rostos e os ânimos, e as mesmas razões e discursos se vestiram de diferentes côres.

Tanto que houve bastante número de Principais, depois de se lhe ter praticado largamente o novo estado das coisas, assim pelos Padres como pelos Índios das suas doutrinas, deu-se ordem ao juramento da obediência e fidelidade; e, para que se fizesse com tôda a solenidade de cerimónias exteriores (que valem muito com gente que se governa pelos sentidos) se dispôs e fêz na forma seguinte. Ao lado direito da igreja estavam os Principais das nações cristãs, com os melhores vestidos que tinham, mas sem mais armas que as suas espadas; da outra parte estavam os Principais gentios, despidos e empenados ao uso bárbaro, com seus arcos e frechas na mão, e entre uns e outros os Portugueses. Logo disse missa o P. António Vieira, em um altar ricamente ornado

que era da Adoração dos Reis, à qual missa assistiam os gentios, de joelhos, sendo grandíssima consolação para os circunstantes vê-los bater nos peitos, e adorar a hóstia e o cális com tão vivos efeitos daquele preciosíssimo sangue que, sendo derramado por todos, nêstes mais que em seus avós teve sua eficácia.

Depois da missa, assim resvestido nos ornamentos sacerdotais, fêz o Padre uma prática a todos, em que lhes declarou pelos intérpretes a dignidade do lugar em que estavam, e a obrigação que tinham de responder, com limpo coração e sem engano, a tudo o que lhes fôsse preguntado, e de o guardar inviolavelmente depois de prometido. E logo fêz preguntar a cada um dos Principais se queriam receber a fé do verdadeiro Deus, e ser vassalos de El-Rei de Portugal, assim como são os Portugueses e os outros Índios das nações cristãs e avassaladas, cujos Principais estavam presentes: declarando-lhes juntamente que a obrigação de vassalos era haverem de obedecer em tudo às ordens de S. M., e ser sujeitos a suas leis, e ter paz perpétua e inviolável com todos os vassalos do mesmos senhor, sendo amigos de todos seus amigos, e inimigos de todos seus inimigos; para que nesta forma gozassem livre e seguramente de todos os bens, comodidades e privilégios que pela última lei do ano de 1655 eram concedidos por S. M. aos índios dêste Estado.

A tudo responderam todos, conformente, que sim; e só um Principal, chamado *Piié*, o mais entendido de todos, disse que não queria prometer aquilo. E como ficassem os circunstantes suspensos na diferença não esperada desta resposta, continuou dizendo que — *as preguntas e as práticas, que o Padre lhes fazia, que as fizesse aos Portugueses e não a êles; por que êles sempre foram fieis a El-Rei, e sempre o reconheceram por seu senhor desde o princípio desta conquista, e sempre foram amigos e servidores dos Portugueses; e que, se esta amizade e obediência se quebrou e interrompeu, fôra por parte dos Portugueses e não pela sua: assim que os Portugueses eram os que agora haviam de fazer ou refazer as suas promessas, pois as tinham quebrado tantas vezes, e não êle e os seus, que sempre as guardaram.*

Foi festejada a razão do bárbaro, e agradecido o têrmo com que qualificava a sua fidelidade; e logo o Principal, que tinha o primeiro lugar, se chegou ao altar onde estava o Padre, e lançando o arco e frechas a seus pés, pôsto de joelhos, e com as mãos levantadas e metidas entre as mãos dos Padre, jurou desta maneira:

Eu Fulano, Principal de tal nação, em meu nome e de todos meus súbditos e descendentes, prometo a Deus e a El-Rei de Portugal, a fé de nosso

Senhor Jesu Cristo; e de ser (como já sou de hoje em diante) vassalo de S. M.; e de ter perpétua paz com os Portugueses, sendo amigo de todos seus amigos e inimigos de todos seus inimigos; e me obrigo de assim o guardar e cumprir inteiramente para sempre.

Dito isto, beijou a mão do Padre, de quem recebeu a bênção; e foram continuando os demais Principais por sua ordem na mesma forma.

Acabado o juramento, vieram todos pela mesma ordem abraçar aos Padres, depois aos Portugueses, e ùltimamente aos Principais das nações cristãs, com os quais também tinham até então a mesma guerra que com os Portugueses: e era coisa muito para dar graças a Deus ver os extremos de alegria e verdadeira amizade com que davam e recebiam êstes abraços, e as coisas que a seu modo diziam entre êles.

Por fim, postos todos de joelhos, disseram os Padres o *Te Deum laudamus*, e, saindo da igreja para uma praça larga, tomaram os principais cristãos os seus arcos e frechas que tinham deixado fora, e, para demonstração pública do que dentro da igreja se tinha feito, os Portugueses tiravam as balas dos arcabuzes, e as lançavam no rio e disparavam sem bala; e logo uns e outros Principais quebravam as frechas, e tiravam com os pedaços ao mesmo rio, cumprindo-se aqui a letra: *Arcum conteret et confringet arma*. Tudo isto se fazia ao som de trombetas, buzinas, tambores e outros instrumentos, acompanhados de um grito contínuo de infinitas vozes, com que tôda aquela multidão de gente declarava sua alegria; entendendo-se êste geral conceito em tôdas, pôsto que eram de mui diferentes línguas.

Desta praça foram juntos todos os Principais, com os Portugueses que assistiram ao acto, à casa dos Padres, e ali se fêz têrmo jurídico e autêntico de tudo o que na igreja se tinha prometido e jurado, que assinaram os mesmos Principais; estimando muito, como se lhes declarou, que os seus nomes houvessem de chegar à presença de V. M., em cujo nome se lhe passaram logo cartas, para em qualquer parte e tempo serem conhecidos por vassalos.

Na tarde do mesmo dia deu o Padre seu presente a cada um dos Principais, como êles o tinham trazido, conforme o costume destas terras, que a nós é sempre mais custoso que a êles. Os actos desta solenidade, que se fizeram foram três, por não ser possível ajuntarem-se todos no mesmo dia; e os dias que ali se detiveram os Padres, que foram catorze, se passaram todos, de dia em receber e ouvir os hóspedes, e de noite em contínuos bailos, assim das nossas nações como das suas, que,

INTERIOR DA IGREJA DE S. FRANCISCO XAVIER, DO COLÉGIO DE S. ALEXANDRE DO PARÁ
(ESTADO ACTUAL)

como diferentes nas vozes, nos modos nos instrumentos e na harmonia tinham muito que ver e que ouvir.

Rematou-se êste triunfo da fé com se arvorar no mesmo lugar o estandarte dela, uma formosíssima Cruz, na qual não quiseram os Padres que tocasse índio algum de menor qualidade; e assim foram cinqùenta e três Principais os que a tomaram aos ombros e a levantaram, com grande festa e alegria assim dos cristãos como dos gentios, e de todos foi adorada. As nações de diferentes línguas que aqui se introduziram, foram os *Mamaianás*, os *Aruãs* e os *Anajás*, debaixo dos quais se compreendem *Mapuás*, *Paucacás* [*Sacacas?*], *Guajarás*, *Pixipixis* e outros.[1] O número de almas não se pode dizer com certeza; os que menos o sabem dizem que serão quarenta mil, entre os quais também entrou um Principal dos *Tucujus*, que é província à parte, na terra firme do Rio das Amazonas, defronte da Ilha dos *Nheengaíbas*, e é fama que os excedem muito em número, e que uns e outros fazem mais de cem mil almas.

Deixou os Padres assentados com êstes Índios que no inverno saíssem dos matos, e se fizessem suas casas sôbre os rios, para que no verão seguinte os pudesse ir ver todos a suas terras, e deixar alguns Padres entre êles, que os comecem a doutrinar; e com estas esperanças se despediu, deixando-os todos contentes e saùdosos. Pareceu aos Padres trazerem consigo, até tornarem, a imagem do Santo Cristo, a qual, por comum aplauso e devoção do clero, das Religiões e da República, foi recebida na cidade do Pará, em soleníssimo triunfo, dando todos a glória de tamanha emprêsa a êste Senhor, e confessando todos que só era e podia ser sua[2].

Êste é, Senhor, por maior, e sem casos particulares e de muita edificação por brevidade, o fruto que colheram êste ano na inculta seara do Maranhão os missionários de V. Majestade, e êstes os aumentos da fé e da Igreja que conseguiram com os seus trabalhos; não sendo de menor consideração e conseqùência as utilidades temporais e política

---

1. Como êstes tinham sido visitados primeiro pelo P. João de Souto-Maior, Palma Muniz, buscando a primeira origem da actual cidade, Município de Anajás, transcreve a asserção aliás verosímil, de António Figueira no I Congresso de História Nacional, que «ao Padre Souto-Maior coube penetrar a Aldeia dos *Anajás*», Palma Muniz, *Limites Municipais*, 105.

2. Sôbre êste assunto, cf. Roberto Southey, *História do Brasil*, IV (Rio 1862) 250.

que por êste meio acresceram à Corôa e Estados de V. Majestade, porque os que consideram a felicidade desta emprêsa, não só com os olhos no céu senão também na terra, têm por certo que nêste dia se acabou de conquistar o Estado do Maranhão; porque, com os *Nheengaíbas* por inimigos, seria o Pará de qualquer nação estrangeira que se confederasse com êles; e, com os *Nheengaíbas*, por vassalos e por amigos, fica o Pará seguro e impenetrável a todo o poder estranho »[1].

Os Índios *Nheengaíbas* ou *Ingaíbas*, assim reduzidos, aldearam-se primeiro no sítio de *Mapuá*, diz João Daniel, que dá notícia desta nação, da sua língua e hábitos entre os quais predomina o extremo ciume dos Índios pelas próprias mulheres. E chega a tanto o abuso que « nas suas doenças, quando é preciso falarem para exporem ao seu Padre as suas moléstias, não hão de ser elas, mas os maridos os que falem. Por êstes e outros abusos, com que tratam a suas mulheres piores que escravas, tomam elas tanta pena, que algumas vezes se têm matado a si mesmas: e quando não chegam a êsse extrêmo de desesperação, andam amofinadas, tristes, magras e macilentas, sendo que em quanto menores e donzelas são bem estreadas e lindas. Tirados êstes abusos, no mais são afáveis, robustos, trabalhadores, e sofredores da fome e sêde; porém, a grandes diligências dos seus missionários, iam perdendo os seus abusos »[2].

Com os *Nheengaíbas* se fundou, pouco depois, a grande Aldeia dos *Ingaíbas* ou de Guaricuru nesta região das Ilhas e dos Furos.

3. — Na própria Ilha do Marajó, a actividade missionária, assim iniciada pelos Jesuítas, coube mais aos Padres Franciscanos, porque lhes veio esta Ilha na repartição geral das Aldeias da Amazónia em 1693. Antes dessa repartição, os Jesuítas tiveram à sua conta a Aldeia de Tipucu, ou dos Sacacas, ou ainda, com nome mais célebre, Aldeia de *Joanes* ,vocábulo aportuguesado dos Índios que deram o nome à Ilha[3]. Os Padres da Aldeia dos *Tupinambás*, na Ilha do Sol, iam alí periodicamente. Em 1661, entre as instruções, que deu o P. Francisco Veloso ao P. João Maria Gorzoni, está uma « que de dois em dois meses se haviam

---

1. *Cartas de Vieira*, I,558-569; Barros, *Vida de Vieira*, 274ss, 280ss; *Hist. Proprov. Maragn.*, 662-698; Lúcio de Azevedo, *Hist. de A. V.*, I, 314.
2. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, na *Rev. do Inst. Bras*, III, 178-180.
3. Bett., *Crónica*, 26; Morais, *História*, 196.

de mudar os Índios dos Joanes»[1]; e o Catálogo de 1678 ainda traz a «Aldeia de Tipucu vulgo Joanes»[2].

Passou depois para os Padres de Santo António, e escreve cêrca de 1750 o Autor dos *Apontamentos*, que a Aldeia tinha obrigação de pesqueiro, isto é um couto de pesca. «Nela coutou El-Rei um lugar, que hoje se chama *Pesqueiro*, onde é contínua a pesca de tainhas. Pescam-se, secam-se e cada 15 dias vêm para a cidade do Pará 30 a 40 mil. E para isso não precisam os pescadores de mudar de sítio»[3].

A Aldeia de Joanes, recebeu depois o nome de Monforte, mas passado tempo recuperou o antigo nome de Joanes. E «é a mais antiga fundação jesuítica da região Marajoara», diz Palma Muniz[4].

4. — Marajó é famosa pela sua indústria pastoril. Nela «se admiram escreve José de Morais, as maiores e mais dilatadas campinas que tem o Estado, para as criações de gado vacum e cavalar em uma quási maravilhosa produção»[5]. Nesta Ilha tiveram também os Jesuítas as suas principais fazendas. Mas a criação começara no Maranhão. Do Brasil tinham vindo para a Ilha de S. Luiz, no tempo do P. Figueira, algumas novilhas, e Vieira, ao chegar em 1653, já encontrou algumas vacas na fazenda do Colégio de Nossa Senhora da Luz[6]. Depois êle próprio, em 1659, para início da reprodução cavalar, pediu ao Provincial do Brasil lhe remetesse «um cavalo e duas éguas, que seriam de grande alívio para a Missão»[7]. Ao gado vacum e cavalar se juntou logo o bovino e se estendeu pouco e pouco por todo o Estado, desde o Maranhão ao Amazonas.

No Pará a primeira criação, em pequena escala, foi ainda na terra firme, durante o govêrno do mesmo Vieira.

---

1. S. L., *Novas Cartas*, 301; Bett., *Crónica*, 24.
2. *Bras 26*, 53.
3. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 30.
4. Palma Muniz, *Rev. do Inst. do Pará*, IV, 391. Êste ilustre autor atribue à Companhia de Jesus a fundação de outras povoações da Ilha do Marajó. Não consideramos fundação a simples passagem ou visita dos Padres. Não achando pois, confirmadas tais fundações nos documentos antigos da Companhia, omitimo-las aqui. Contudo das sete grandes fazendas de gado que os Jesuítas possuiram nesta Ilha posteriormente devem provir algumas povoações modernas.
5. Morais, *História*, 196.
6. *Cartas de Vieira*, I, 279.
7. *Cartas de Vieira*, III, 728.

Na Ilha de Joanes, a primeira fazenda do Colégio do Pará foi-lhe deixada pelo Padre secular, Licenciado João de Sousa Ferreira, autor do *Noticiário Maranhense* e da *América Abreviada*. Deixou-a, com algumas cabeças de gado que o Reitor do Colégio, João Carlos Orlandini, aumentou durante o seu govêrno (1689-1693). Ao mesmo tempo, pediu-se ao Donatário, António de Sousa de Macedo, em vez daquela fazenda, uma ou duas léguas, em frente de Mortigura. Trouxe de Lisboa, em 1693, essa data de terras o P. Bento de Oliveira, mas ficava para a banda do mar e com algumas condições onerosas.

Manuel Nunes tentou fixar nela parte dos Índios *Tupinambás*, da Fazenda de Mamaiacu, e fundar Residência. Ainda se cortou o campo de tabocas, mas as ferramentas quebravam-se nas pedras; e verificou-se logo que à terra, naquele sítio, o que lhe faltava em fartura lhe sobrava em mosquitos. Em todo o caso insistiu-se em aproveitar a terra; e Domingos de Sousa, procurador do Donatário,tirando as condições onerosas iniciais, deu, por sesmaria, já sem condição alguma, aquelas terras ou outras. Sobrevieram porém novas dificuldades. Os Índios *Tupinambás* não quiseram ficar nelas de boa vontade, os Padres e Irmãos achavam-se pouco dispostos a vencer com tanta freqùência os perigos da baía de Marajó, indo e vindo; e sucedeu que os Padres das Mercês já tinham feito currais precisamente nas terras da sesmaria dada agora aos Jesuítas. Para se não abrir demanda, os Padres da Companhia acharam preferível desistir. E, assim depois de se ter tentado a criação no Marajó, o mesmo Superior da Missão, Bento de Oliveira, retirou o gado, parte para a cidade, parte para Jaguarari.

«O certo é, comenta Bettendorff, que se no Pará se tivesse pedido data dos pastos, defronte de Mortigura, ao Capitão-mor Domingos de Sousa, podia-se esperar que ficasse remediado o Colégio, por ser paragem farta de caça, jabutis, peixe e ter terras para muito algodão, mas fica esta diligência para outro tempo e sujeitos que a quiserem fazer»[1].

A diligência fê-la vinte anos mais tarde outro Reitor, Manuel de Brito[2]. E em 1718 já se menciona uma fazenda de gado «na Ilha grande Joanes, no Rio Marajó[3].

---

1. Bett., *Crónica*, 550, 571.
2. *Diário de 1756-1760*.
3. Arq. da Prov. Port., *Pasta 176(27)*.

Além desta Fazenda do Rio Marajó, outras se estabeleceram depois no Rio Arari, e não só para o Colégio, mas para *usos pios* e devoções particulares, cujo rendimento era privativo dessas entidades, a que com todo o escrúpulo se aplicava. Diz-se expressamente a aplicação da *Fazenda do Santo Cristo* e da *Fazenda de Santa Quitéria*, que era o ornato e aumento das respectivas Capelas na igreja do Colégio. Em 1734 eram seis as fazendas: *Santa Quitéria*, *Santo Cristo*, *S. Miguel*, *Nossa Senhora do Rancho*, *Nossa Senhora do Marajó* e a *Fazenda dos Pobres*, que aos pobres se destinava. Cada qual com a sua marca e contra-marca, o que não deixava de acarretar dispersão e complicações administrativas. E consultou-se se não seria conveniente uniformizar a sua administração. Deram-se vários pareceres, sendo um, de 1739, que se vendessem, e o produto se aplicasse aos respectivos fins ou se colocasse a render em condições de segurança [1]. Mas, à parte o trabalho, que davam, nada aparecia em condições de maior segurança; e não temos indício de que se vendessem. Cremos, sim, que se reùniram para maior comodidade de administração. Daí a algum tempo tôdas as Fazendas se agrupavam em dois grandes centros, *Fazenda do Marajó* (Marajoão ou Marajoaçu), e *Fazenda do Arari* [2]

5. — A *Fazenda do Marajó* tinha «seis léguas de terra de frente, correndo pelo rio acima». Constituíam esta Fazenda, os currais de *S. Brás*, *S. Francisco Xavier* e *Nossa Senhora do Rosário*. A residência central era no Rosário, casa e igreja cobertas de telha, com o indispensável para o culto e para moradia de três pessoas, e tudo o mais de uma fazenda simples, tear e roda de mandioca. Para os cavaleiros, casa à parte. Em S. Brás e S. Francisco, apenas, as casas dos cavaleiros.

O *Inventário* apurou em 1759, «2550 cabeças de gado vacum, pouco mais ou menos, 72 cavalos de serviço, e mais um lote de 8 éguas com seus filhos. Havia, além disso, 20 cabeças de gado suíno ao todo» [3].

---

1. Arq. da Prov. Port., *Pasta 176 (25); Bras. 25*, 90v.

2. Os locais destas Fazendas e dos currais respectivos podem-se ver no *Plano da Ilha do Marajó*, de que há uma «cópia extraida do original existente neste imperial Arquivo por ordem do Illmo e Exmo Sr. Barão de Bagé, Presidente desta Provincia do Gran-Pará, pelo engenheiro Hugo de Fournier, em 20 de Março de 1892», *ms.* do Inst. Hist. Bras., G, 5-E 86.

3. *Inventário do Maranhão*, 12v.

6. — As *Fazendas do Arari* eram o mais importante grupo: Nossa Senhora dos Remédios, Menino Jesus, Santo Inácio, e S. José.

Com a Fazenda de S. José deu-se um caso, só compreensível e possível naquelas terras e distâncias, prova mais uma vez de que não há que fiar em asseverações alheias, sem verificação própria. O clérigo Manuel do Couto moveu pleito ao Colégio do Pará, alegando que o Curral de S. José caía dentro das demarcações de outro seu. Ninguém se deu trabalho de ir verificar e êle ganhou a causa. Algum tempo depois o P. João de Sousa teve êsse cuidado: «vi todos os marcos, não só de *Santa Quitéria* e *S. José*, mas também os que estão no rio e campinas do Marajoete e Maguã, o que me custou muito trabalho, padecendo um dia inteiro». Passou no *Curral de Pororoca* e chegou ao de *S. José*. Viu com espanto que o marco das campinas caía dentro da demarcação do P. Couto, mas o Curral de S. José estava distante coisa de ¼ de légua, «e, com estarmos de fora, nos lançou fora, dizendo que estávamos dentro...

As terras destas quatro fazendas, diz o *Inventário*, « eram três léguas de frente, principiando das Mercês até o Lago Grande, e com três de fundos as quais foram compradas por 600$000 reis. Não têm outra utilidade que para pasto de gados. Têm mais duas léguas pela baía do dito Lago Grande, com uma de fundos, que pediu D. Teresa, em seu nome, para nós[2]. Mais duas no fim oa testada, que se trocaram por outras de Florentino da Silveira Frade[3].

A *Fazenda de Nossa Senhora dos Remédios* possuia capela da mesma invocação, de 80 palmos de comprido e trinta de largo, coberta de telha e tudo o que era necessário para a celebração da missa. A Residência,

---

1. Carta do P. João de Sousa ao Reitor do Pará, de Mortigura, 20 de Junho de 1745, Arq. da Prov. Port., *Pasta 176* (30). Aquêle Padre Manuel do Couto requereu a El-Rei a faculdade de administrar os índios de uma Aldeia e descer mais 200 casais para cultivar uns cacoais que possuia. Concede-lho «por uma *vida*» a Carta Régia de 1 de Abril de 1734, e que possa descer 100 casais, mas com a condição de os ir descer um Padre da Companhia, o qual indagará se os índios, praticados pelo P. Couto, descem ou não livremente, e da mesma forma como se têm feito para outros moradores do Estado (*Anais do Pará*, VI (1907) 170; VII (1910) 254.

2. *No Catálogo Nominal dos Posseiros de Sesmarias* nos *Anais do Pará*, III (1904) 144, vem uma Teresa Xavier de Carvalho, a quem foi concedida uma sesmaria no Rio Arari, a 6 de Maio de 1745, como se vê no Livro 12, p. 120v.

3. Florentino da Silveira Frade foi nomeado por Mendonça Furtado em 1757, fiscal da arrecadação dos dízimos do gado nesta Ilha do Marajó, *Anais do Pará*, V (1906) 224.

coberta de telha, com quatro aposentos, era de 80 palmos de comprido e 60 de largo. Assobradada com «uma sala em cima, com varandas por todos os lados». Outra casa, para o pessoal e os aprestos comuns para os cavalos de serviço, selas, freios e esporas. E «o mesmo havia nas fazendas de S. José, do Menino Jesus e Santo Inácio».

A quantidade de gado em tôdas estas fazendas do Arari «seriam 48 até 50 mil cabeças de gado; 160 cavalos pouco mais ou menos, para benefício das mesmas fazendas; mais 45 éguas, pouco mais ou menos, entre grandes e pequenas».

O *Inventário* conclue com esta nota: « Depois que nos tiraram os gados, ainda que não sabemos o número das cabeças, que os ministros régios mandaram cortar no açougue, sabemos contudo que fizeram 11.000 cruzados, os quais puseram em depósito, esperando nova resolução de Lisboa. O P. Giraldo Ribeiro, quando lhe tomaram conta dos currais, deu aos ministros régios em conta, 130.000 cabeças de gado, porém parece-me que o Padre se enganou, pela pouca experiência que tinha, o que julgo que seria a conta, acima dita, de 48 a 50 mil cabeças»[1].

Quanto à data e modo do sequestro, anota o *Diário de 1756-1760:* « Aos 19 de Fevereiro era supra [1759] partiu para Arari, o Doutor João Inácio de Brito, Juiz de Fora, que foi tomar posse das nossas terras para sua Majestade, que Deus guarde. E as terras digo são currais, e assim os curralinhos de Marajó, e o modo de os tomar, como poderíamos chamar, cala-se». O modo conta-o o próprio Mendonça Furtado. Mandando exibir aos Padres os títulos *legais* (sesmarias, compras e doações) das suas terras, reúniu-se em casa do Bispo, com mais três funcionários e todos cinco interpretaram-nos como lhes ditava a sua premeditação do sequestro, declarando *ilegais* aqueles títulos, alguns bem antigos, e *tombados* com os requisitos da lei e da au-

---

1. *Inventário do Maranhão*, 12-13. No Arq. do Pará, *Correspondência dos Governadores do Pará com a Metrópole, 1759-1761*, cód. 46, f. 32v, o Governador Manuel Bernardo de Melo e Castro, em carta escrita, a Tomé Joaquim da Costa Côrte Real, do Pará, 30 de Julho de 1759, dá conta do gado que havia nestas fazendas e os administradores que colocou à frente de cada qual. Sôbre a quantidade do gado das Fazendas do Arari mostra a sua estranheza supondo má fé no Padre Giraldo Ribeiro, *Anais do Pará*, II, 152-153; *Ib.*, X, 245-246. O homem de bom senso preferirá a interpretação singela e honesta do anotador do *Inventário*. Giraldo Ribeiro, desterrado no ano seguinte, 1760, faleceu na travessia do mar do Pará a Lisboa (Arq. da Prov. Port., *Pasta 188*, 18).

toridade suprema. Diz o Governador que comunicou o facto ao Reitor do Colégio, o qual logo «me veio buscar, dizendo-me que estava pronto para executar as ordens de S. Majestade»[1]. Resposta que não foi um acto de reconhecimento da ilegalidade dos bens, mas de acatamento à autoridade real em nome de quem Mendonça Furtado falava ou dizia falar. Sôbre os bens da Companhia caíram sôfregos os pretendentes alegando serviços. Os que tomaram parte nos despojos ficaram a chamar-se «Contemplados», como são conhecidos no Arquivo do Pará. As suas petições contêm elementos que ajudam a delimitar as terras ou parcelas destas Fazendas famosas[2].

1. Carta de Mendonça Furtado a Tomé Joaquim, 22 de Fevereiro de 1759, em *Anais do Pará*, X (1913) 27.

2. Cf. Palma Muniz, «Os contemplados» na *Rev. do Inst. do Pará*, I, 71-78; Artur Reis, *A politica de Portugal no Vale Amazónico*, 99.

CAPÍTULO III

Cabo do Norte

1 — A Guiana e antecedentes internacionais; 2 — Expedições de reconhecimento e o mapa da região; 3 — Missão e morte dos Padres António Pereira e Bernardo Gomes às mãos dos bárbaros, 4 — Causas e circunstâncias do martírio; 5 — A cruz de 34 palmos...

1. — Na margem esquerda do Amazonas há uma região, verdadeira e grandissima ilha, cuja fímbria de água vai do Oceano Atlântico, pelos Rios Amazonas, Negro, Cassiquiare e Orinoco, até se perder outra vez no mar. É a Guiana que consta hoje de cinco parcelas: Guiana Brasileira, Venezuelana, Inglesa, Holandesa e Francesa. A Guiana Brasileira, que ainda nos mapas do século XIX se chamava Guiana Portuguesa, foi incorporada ao Brasil nos séculos XVII e XVIII e constitue um dos grandes episódios da conquista, mal conhecido ainda, nem por isso menos impressionante, e com os seus aspectos heróicos.

Parte da Guiana foi Capitania de Bento Maciel — *A Capitania do Cabo do Norte*[1] que descia do mar, desde as fronteiras do Govêrno de Caiena, pela costa, entrando no Amazonas até Gurupatuba, rematando de novo, pelo sertão acima desconhecido, até fronteiras igualmente desconhecidas. A luta pela posse dêsse vasto território transparece em todos os escritos da época e logo também nos dos primeiros Jesuítas, Manuel Gomes, Luiz Figueira e António Vieira, vibram os rebates e se chama a atenção para os perigos.

Quando os Jesuítas entraram em acção, o vasto território do Cabo do Norte era paragem que pleiteavam Portugueses, Franceses, Ingleses e Holandeses. E se, como em tôdas as missões, o fim era catequético,

---

1. Concessão de 14 de Junho de 1637, em Porto Seguro, *HG*, III, 185.

nesta houve a intenção expressa de incorporar definitivamente essas terras ao grande todo do Brasil.

A 1 de Abril de 1680 recomenda El-Rei que as primeiras Missões, a fazer pelos Padres da Companhia, sejam «da outra banda do rio das Almazonas, para a parte do Cabo do Norte», não só para a conversão dos Índios, mas também para conservar essas terras na devida obediência e fidelidade [1].

A ordem Régia é de 1 de Abril. No dia seguinte o P. Vieira, que não foi alheio a ela, escreve de Lisboa ao Superior do Maranhão: «Quanto a outras missões, em que havemos de residir, com os índios em suas terras, a primeira que se deve fazer como Sua Alteza deseja, *pelo que importa à conservação do Estado*, é a do Cabo do Norte, passando a outra banda do Rio das Almazonas, que segundo as minhas antigas notícias deve ser a nação dos *Tecujus*. Espera-se que de lá venha muito particular informação de tôdas aquelas terras, rios e portos, de que se não tem bastante conhecimento, e da distância e lugares em que está a nova conquista dos holandeses, e dos navios que ali mandam e do comércio que têm com os índios, e de que nações êstes sejam, e se a dita conquista fica além ou aquém dos padrões, que alí se puseram, no tempo da divisão das terras entre Castela e Portugal; e se se pudessem ver os mesmos padrões, e a forma e inscrição dêles, tudo será tão bem recebido como desejado, e de tudo se espera informação dos nossos missionários, a mais exacta que puder ser; pelo que importa que vá a êste descobrimento a pessoa de maior inteligencia e indústria, da qual parece que seria bom companheiro o Padre Conrado, pela arte que tem de debuxar, mandando-se cá um mapa daquele tracto de terras, mares e rios, e da navegação e fundo de que são capazes, com o rumo dos ventos, etc. Para esta emprêsa e as demais irá, com aviso de Vossa Reverência tudo o que fôr necessário, e, de presente, além dos provimentos que de lá se pediram, mandamos nêste navio dez quintais de ferro, um quintal de aço, cinqùenta dúzias de facas, e quatro maços de velórios» [2].

2. — Para impedir as comunicações dos estrangeiros com os Índios do Estado do Maranhão, estas ordens e sugestões foram prontamente obedecidas. O Superior, P. Pier Luigi Consalvi, nobre romano, fêz as

1. Bibl. de Évora, cód. CXV/2-12, 91; Bett., *Crónica*, 425.
2. *Cartas de Vieira*, III, 434; *Bras.* 9, 315.

explorações indispensáveis e prévias para o estabelecimento de Aldeias. O P. Aloísio Conrado Pfeil, suiço, de Constança, pintor e matemático, debuxou todos os sítios, rios e terras, mapa que levou para Lisboa, em 1685, o Superior do Maranhão, P. Jódoco Peres (Perret), também suiço, de Friburgo, antigo Prof. da Universidade de Dilinga, que o ofereceu a El-Rei: «um grande mapa novo e belo, do grande Rio das Amazonas, delineado e feito pelo P. Aloísio Conrado Pfeil, insigne matemático, para aí ver as terras e rios que tinha, desde o Pará até o marco do Cabo do Norte pela costa, sita aquém do Rio de Vicente Pinzón, e pelo Rio das Amazonas arriba, até onde chega o distrito destas conquistas do Estado do Maranhão. Alegrou-se sua majestade muito com o Mapa e o guardou em seu camarote, onde, diz Bettendorff, o vi depois sôbre um bufete»[1].

Onde estará o mapa de Conrado Pfeil, importantíssimo, pois é anterior ao do P. Samuel Fritz, que provavelmente se utilizou dêle, quando se encontrou com Pfeil no Pará quatro anos depois?

Pfeil levantou outro mapa, mais ampliadc, de tôda a Missão, isto é, de todo o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, que se enviou para Roma. Jódoco Peres escreve, de Coimbra, ao Geral, a 27 de Agôsto de 1685: «Remeto a Vª. Paternidade o mapa da nossa Missão do Maranhão, feito pelo P. Aloísio Conrado Pfeil, com a exactidão que pôde, depois que comigo foi roubado, pelos piratas, de todos os seus instrumentos matemáticos»[2].

Mas isto era já em 1685. Cinco anos antes, Consalvi, Pfeil e Ir. Manuel Juzarte, português, navegaram o Rio Araguari e mais paragens do Cabo do Norte. Os Franceses tinham cativado alguns escravos. Os Jesuítas pagaram-lhos, e restituiram-nos à liberdade, avisando os Franceses de que se achavam fora da jurisdição de Caiena e que não voltassem a semelhantes proezas; e levantaram uma cruz em Tabarapixi, que viram ainda em 1687 os Padres que ali volta-

---

1. Bett., *Crónica*, 345, 346, 402.

2. *Bras. 26*, 112. «Mitto ad V. P. mappam nostrae Missionis Maragnonensis a P. Aloysio Conrado Pfeil elaboratam accuratione qua potuit; postquam una mecum a 'pyratis, omnibus suis instrumentis mathematicis spoliatus fuit». Aqueles piratas eram 3 ingleses, 3 holandeses e 3 alemães, que em um navio assaltaram em 1684 outro menor em que o P. Jódoco Peres, Pfeil e mais alguns sairam do Maranhão por causa do *Motim do Estanco*, a caminho de Pernambuco. Bettendorff narra pormenorizadamente os dolorosos tormentos que aquêles piratas infligiram a cada um (*Crónica*, 383).

ram, com o Capitão-mor do Pará, António de Albuquerque Coelho de Carvalho [1].

Com estas informações podia El-Rei proceder à sua habitual política de fundar fortes nas fozes dos rios, próximos a fronteiras ou contestados, «prova da larga visão conquistadora dos Portugueses» [2]. E logo a Côrte urgiu o duplo movimento missionário e militar, do levantamento de fortes e fixação de Missionários, quer da Companhia quer de Santo António. El-Rei escreve a Gomes Freire de Andrade que faça as fortalezas, que entender, e que «aos Padres da Companhia de Jesus tenho ordenado que façam uma nova Missão pelo Cabo do Norte, e os achareis com a disposição que costuma adiantar o seu zêlo nas matérias do serviço de Deus Nosso Senhor e meu».

O Governador dividiria êsse território, para demarcação clara de jurisdições,entre os Padres de Santo António e os da Companhia, «e com o cuidado dêstes Missionários podereis conseguir que os missionários franceses não queiram a prática dos *Aruãs* e que os Índios não busquem a comunicação alheia, esquecidos da própria e natural do meu domínio» [3]. Gomes Freire era diligente:

«Tratei prontamente, diz êle, de esquipar canoa que a tôda a pressa fôsse a buscar o Engenheiro [4], para o que me vali daqueles Índios, que os moradores têm casados com suas escravas, e de outros privilegiados até àquêle tempo, por serem da Aldeia do Bispo, juntos também aos que António Albuquerque mandou conduzir da sua Vila do Camutá, lhe fiz aprestar as mais canoas em que êle havia de passar ao Cabo do Norte com os práticos e soldados, que o acompanharam; e, com todo o fornecimento necessário, partiu desta cidade, em ***dois de Junho***, levando consigo os Missionários da Companhia, e entre êles o P. Aloísio Conrado, homem insigne nas Matemáticas e Fortificações, a quem persuadi a que quisesse fazer a Vossa Majestade o serviço de se achar nesta função, tanto para observar os sítios convenientes para fortalezas como para desenhá-las, em caso que o Engenheiro se desencontrasse do Capitão-mor (o que assim não sucedeu) e porque êle dá conta a Vossa Majestade da diligência que fêz sôbre o que lhe ordenei (de onde voltou a 14 de Junho), o farei eu só da resulta dela.

1. Id., *Ib.*, 345, 432.

2. Hélio Viana, *Formação Brasileira* (Rio 1935) 116.

3. Carta Régia, de 21 de Dezembro de 1686, a Gomes Freire de Andrade em Berredo *Anais do Maranhão*, II, 272-274; Melo Morais, *Corografia*, II, 146.

4. Pedro de Azevedo Carneiro.

Conferi a sua relação com o Governador Artur de Sá e Meneses e com os Ministrcs de V. Majestade, chamando também os homens, soldados e práticos, de quem esperava que com acêrto votassem nesta matéria, e com a informação do Padre Aloísio Conrado e do Engenheiro, se assentou sem contradição que no Rio Araguari, na bôca de seus lagos (porta por onde os Estrangeiros entram de inverno a comerciar com o gentio das Amazonas), se fizesse uma Casa Forte, porque, impedido êste passo às pequenas canoas que o navegam, não fica outra entrada para os sertões mais que a de voltarem a costa; e sem o auxílio dos Índios *Aruãs* (que agora lhe não fica fácil), todo aquêle risco das pororocas e correntes lhe será infrutuoso, principalmente fabricando-se a outra fortaleza, que também se desenhou, no sítio de Cumaú, aonde já estêve outra, que as Armas Portuguesas ganharam aos Ingleses. É a terra sàdia e capaz de ser povoada, por que tem pasto para gados, é muito fértil de mantimentos e fica perto do Gurupá, tem pôrto de mais de vinte e cinco braças, aonde todos cs anos vêm navios franceses à pescaria do peixe-boi

Em tôda a Costa, que viu o Capitão-mor, se não achou outra baía capaz de se chegar a ela com embarcações. Trouxe notícias de que no Cabo Orange, e no Rio de Vicente Pinzón se podia fortificar, para fazer duas grandes e importantes povoações, mas como as informações dadas por índios pedem boa averiguação, e também, para nos avizinharmos tanto a Caiena, se necessitava de novas ordens de V. Majestade e sempre para conservá-las e socorrê-las era preciso ter feito os Fortes sobreditos, entendi que por ora bastava assegurar, com êles, os sertões, do comércio dos Franceses, e amparar a nova missão que já está introduzida»[1].

3. — Para esta missão partiram pois, a 2 de Junho de 1687, os Padres António Pereira, natural do Maranhão, o P. Bernardo Gomes, de Pernambuco, e o P. Aloísio Conrado Pfeil[2]. O primeiro, homem de notáveis dotes, o segundo jovem sacerdote, e o terceiro com aquelas qualidades exímias de matemático e geógrafo, não porém, no mesmo grau, de missionário.

---

1. Carta de Gomes Freire, a El-Rei, de 19 de Julho de 1687, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVI (1922) 182-183.
2. Bett., *Crónica*, 425-427.

Para a organização do seu mapa, o P. Pfeil, já tinha estado no Cabo do Norte, e foi agora de novo para indicar o melhor local para a futura Aldeia. Como vimos, acompanhou-os o Capitão-mor António de Albuquerque. Passaram o Araguari e chegaram ao Lago Camacari. Dentro dêsse Lago está a Ilha Camanixari, deserta, apenas então com quatro casas de Índios e poucas árvores. Nela os deixou o Capitão-mor e o P. Pfeil. Os dois Padres, que ficavam naqueles confins, numa situação semelhante à de Nóbrega e Anchieta em Iperoig, não quiseram escolta de soldados para evitar os seus desmandos e maus exemplos aos neófitos que iam catequizar. O Capitão-mor e o P. Pfeil voltaram para o Pará, não sem passarem antes pela Aldeia de Tabarapixi, de Índios *Maraúnus*, lugar ameno onde Pfeil já tinha estado e escolhera para futura residência sua, e onde logo, com ajuda dos soldados, edificou a casa que deixou pronta, excepto na cobertura. Ao que parece também aqui se construiria um Forte.

Ficando pois sós, e alojados em casa do Principal *Macuraguaia*, iniciou-se a catequese como em tôda parte, pela reacção contra a bebedice e a poligamia. Ergueram-se as paredes de uma igreja. Tudo parecia correr bem, quando se meteu a sizânia. É notável que os martírios da Companhia deram-se quási sempre nas vizinhanças de estrangeiros: Pero Correia e João de Sousa, no caminho do Paraguai; Francisco Pinto nas proximidades do Maranhão, ocupado por Franceses; aqui, agora, em terras portuguesas, mas de que os de Caiena buscavam apropriar-se.

Os Índios nessas circunstâncias são perigosos. É uma das suas inferioridades. Não se sobrepôs a ela o Principal *Macuraguaia*, que, sendo amigo dos Padres, nem soube prevenir o perigo nem avisar a tempo, ausentando-se na maior fôrça dêle.

Pensavam também os Padres em retirar-se, quando se foram congregando os *Oivanecas* e adiante, umas mulheres com seus presentes de peixe assado e frutas para os entreter e convencer a que se não retirassem, que aquêles índios se fariam cristãos. Nisto estavam, quando os índios irromperam e os mataram a ambos.

O Reitor do Pará, Francisco Ribeiro, ao ter notícias dêste sucesso, transmite-o assim para Roma, ao P. Tirso Gonzáles, eleito Geral havia pouco:

«Por feliz princípio do govêrno de Vossa Paternidade, oferece a V. P. esta nossa Missão as primícias de dois Mártires, filhos dela, mortos pelos bárbaros gentios da Costa do Cabo do Norte. Já V. P.

terá sabido como S. Majestade, que Deus guarde, encomendou com muito encarecimento ao P. Superior desta Missão, P. Jódoco Peres, mandasse novos missionários da Companhia ao Cabo do Norte onde até então não tinham ido nossos, e estava o gentio daquela banda, sem a luz da Fé e, sendo vassalos de El-Rei de Portugal, se bandeavam com os Franceses de Caiena, que por ali lhes ficavam vizinhos e tratavam com êles seus negócios e lhes vendiam os escravos feitos contra a lei do nosso Rei, e do negócio da Fé se não tratava nada.

Uma e outra coisa quis o nosso Rei remediar: a Fé que se ensinasse pelos nossos Missionários; e o comércio e mal levados escravos, com fortalezas, que mandou fazer por aquela costa.

Foi eleito, para dar princípio àquela Missão o P. António Pereira, o melhor e mais capaz sujeito dela, por sua virtude, mais que medianas letras, o melhor língua de todo o Estado, o mais noticioso da Missão, como quem de menino acompanhou e lidou com o P. António Vieira, que o recebeu na Companhia, e o mais que V. P. saberá das informações que dêste sujeito têm ido aos antecessores de V. P. Tinha êste por seu companheiro um novo sacerdote, por nome Bernardo Gomes, natural de Pernambuco, sujeito de muita virtude.

Estando o P. António Pereira com seu companheiro, pacífico, na sua Missão, em uma Aldeia, e mui amado dos seus paroquianos, na ausência que fizeram os soldados Portugueses a virem buscar aprestos para a nova fortificação (que só tinham ido a ver o sítio, não querendo o Padre ficassem com êles soldados, por não ver as ofensas de Deus que semelhante gente usa nas tais Aldeias), se amotinou o gentio; e, fugindo ao Padre todos os seus doutrinados, o deixaram só. E vendo-se assim, quis passar para outra Aldeia e estando com o seu fato arrumado, veio outro gentio, que às vezes vinha à dita Aldeia, e detêve o Padre para que se não fôsse, que êles assistiriam com êle, e logo viriam outros muitos. Sossegou-se o Padre, e foi dizer Missa. Estando nela, e ajudando o Padre seu companheiro, deram os bárbaros nêle, e com as suas armas que são uns fortes paus, quebraram a cabeça primeiro ao P. António Pereira, revestido e pôsto no altar, e logo a seu companheiro, e quatro índios crioulos, que o Padre levara consigo das nossas Aldeias domésticas. Por onde não ficou ninguém que referisse as circunstâncias do sucesso, mais que a confissão dos cúmplices, atrás de quem foram os Portugueses, na

segunda ida que fizeram àquelas partes, e os alcançaram, indo-se já metendo no amparo dos Franceses »[1].

Êstes Portugueses, o Capitão-mor com boa guarnição de soldados, tinham ido do Pará àquelas paragens antes de lhes constar o morticínio. Iam com o P. Conrado Pfeil para se instalar na Aldeia de Tabarapixi, que êle escolhera. Chegaram a 10 de Novembro. E tratavam já de levantar casa e igreja, quando sobrevieram as primeiras notícias. Averiguadas e confirmadas, enviou o Capitão-mor, a 27 de Novembro, uma escolta de 19 Portugueses e 50 Índios para prender os culpados. Foram de sítio em sítio até a Maimaimé [*sic*, mas será Maiacuré ?] onde se achavam acolhidos. Da escaramuça resultou que uns fugiram, outros morreram e ficaram prisioneiros 35, entre homens e mulheres. Dos mortos foi o assassino de Bernardo Gomes, como confessou sua mulher, da Aldeia de Cassiporu; entre os presos estavam os matadores de António Pereira.

Feitas as investigações legais, a justiça condenou à pena capital os dois responsáveis imediatos. Os outros degredaram-se para a nova povoação de Icatu, no Maranhão. El-Rei mandou agradecer ao Capitão-mor, António de Albuquerque, em Carta Régia de 31 de Maio de 1688, «o castigo que deu aos Índios de nação *Maraunus*, que mataram ao Padre Missionário da Companhia, António Pereira, estando revestido para dizer missa, e a seu companheiro o P. Bernardo Gomes, e puseram fogo à casa, com o que arderam os corpos, roubando o que acharam, e o mais pertencente à Igreja »[2]. A consulta do Conselho Ultramarino, de 17 de Maio, dá razão do agradecimento de El-Rei ao Capitão-mor pela rapidez do castigo, impedindo que os delinqùentes passassem a Caiena «por não ser de utilidade do Estado que os Franceses tivessem tão bons guias naquele sertão »[3]. Dois anos depois, deu-se amnistia geral aos Índios que ainda andavam fugidos por êsse e outros crimes[4].

4. — Na devassa para averiguar as *causas* da morte dos Padres, apurou-se que foi: «em ódio da fé, e por querer tirar ou proibir as

---

1. Cartas do P. Francisco Ribeiro, do Pará, 10 e 15 de Janeiro de 1688, *Bras.* 26, 164-165v.

2. Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 124v.

3. Cf. Rodolfo Garcia, *O Diário do P. Samuel Fritz*, na *Rev. do Inst. Hist.*, 81 (1917) 383.

4. Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 148.

Com esta remetto a V.R. a copia do sacrilego e cruel martirio do doutrinador na expulsão dos Indios, o qual deu o Sr. com seu sacrificio a Deus, mas dos nada mostros de arrependimento da tão iniqua acção. E sigo cuidar que tendo ocasião oportuna farei certeira ver o que fizerem a Deus. Ver. Por mi pasado de estando assi nados nelle grados, e clerigos. Tambem remetto copia do requerimento e protestos, que fez o Sr. Sebastião Peres no seu nome, e em nome de seus Irmãos de Lera. D.s Comp.e de V.R. pelo e seos Sacrificios me encomendo. Para 22 de Novembro de 1685

Filho e Subdito em o.s de V.R.

Bras. 26.

An.o Pereyra

120 v

mo efficit de hac computatione cum P. Antonio Pereira, illum eiusdem sententiae fuisse; et quia res adeo clara est, nulla mihi suggerit causa dubitandi, quin audita quaestione hac, omnes ad unum sint idem judicaturi 28 die Julii 1687

Franciscus Ribeyrius

Aloysius Conradus Pfeil

Hac computatione certes omnino faciendo
Para 20. July. 1687.

Jodocus Perez.

Bras. 26.

153

Autógrafos de Missionários do Cabo do Norte

1. *Antônio Pereira* (1685), celebre missionário, martirizado pelos Índios selvagens do Cabo do Norte.
2. *Francisco Ribeiro* (1687), reitor do Pará que transmitiu para Roma a notícia do martírio.
3. *Aloísio Conrado Pfeil* (1687), missionário do Cabo do Norte, matemático, pintor e cartógrafo.
4. *Jódoco Peres* (1687), antigo Prof. de Universidade de Dilinga, missionário do Maranhão e Pará, onde exerceu cargos de govêrno e promoveu a Missão do Cabo do Norte.

bebedices, amancebamentos, e ritos gentílicos», que assim se exprime a sentença jurídica da autoridade eclesiástica local[1].

Quanto às *circunstancias*, variam as testemunhas, mesmo juramentadas (e é mais uma prova da pouca fé que merecem as informações ou testemunhos dos Índios não civilizados): uma velha disse que o Padre estava sentado na rêde a ler, e esta é a opinião de Bettendorff, que diz tê-la ouvido da bôca da própria velha[2]. Mas outro índio disse (e são palavras do auto) «que pelo que representava pelo Sol, seriam oito para nove horas do dia, que nêsse tempo estava o dito Padre revestido, pôsto no altar, dizendo missa, porquanto declarou que estava revestido, com velas acessas, e um livro aberto e o lia; e o seu companheiro, com roupeta preta, estava de trás dêle logo, com os joelhos no chão»[3].

O *tempo* foi em 1687, provavelmente em Setembro. Como se sabe os Índios não têm noção do mês e dia. Contam pela lua. Perguntando o P. Pfeil e os Portugueses a um índio quando foi o morticínio dos Padres respondeu, constante, que na terceira lua, isto é, três meses depois da sua chegada, em Junho, à Ilha de Camunixari[4].

Quanto ao *lugar*, Bettendorff descreve a Ilha, «Camunixari, sita em o Lago Camacari pela altura do Norte, 1°,8', comprida de um quarto de hora, e, no demais muito estreita e cercada de outras ilhas muito chegadas a ela; o lago porém terá de largura perto de duas horas, com outros dois lagos, que o estão seguindo»[5].

---

1. Bett., *Crónica*, 478.
2. Id., *ib.*, 428.
3. «Treslado do exame q̃ se fez por ordem da Justiça na Cidade do Grão Pará a hum Indio de Nação *Maraunu* sobre as mortes dos Padres Antonio Pereira e Bernardo Gomes, an. 1687», Torre do Tombo, *Jesuítas*, maço 88. Estas declarações reduziram-se a auto, nas pousadas do Desembargador e Ouvidor Geral do Estado, Doutor Miguel da Rosa Pimentel, a 24 de Dezembro de 1687. — Pública-forma legal e reçonhecida (*Bras. 26*, 166-167). Nêstes e noutros instrumentos judiciais, aparecem os nomes dos índios matadores e cúmplices, criminosos vulgares de que se não ocupa a história.
4. Bett., *Crónica*, 430. Em «Setembro» no Cabo do Norte, pelo Gentio, *Livro dos Óbitos*, 3-4; *Hist. Soc. 49*, 15, 30. Sommervogel, *Bibl.*, VI, 493, dá a morte a 30 de Outubro de 1687.
5. Bett., *Crónica*, 430. Êste Lago Camacari, ao menos no nome, deve ser aparentado com o Rio Macari (Pinto, *Hidrografia*, II, mapa nº 15). Mas adverte-nos um Roteiro do século XVIII, existente na Bibl. de Évora, cód. XVI/2-15, nº 15, que o *Rio Macari ou Amacari* as pororocas o levaram a tomar outro curso e a de-

Mortos os Padres, seguiu-se a orgia do costume. Os selvagens assaram-nos e comeram-nos, excepto alguns crânios, que guardaram para beberem os seus vinhos, e algumas canelas para as suas gaitas e pontas de flechas.

Sôbre os destroços dos Padres, e dos seus quatro companheiros, amontoando lenha, botaram fogo a tudo, incluindo as casas; e, depois de enterrar os ossos para desaparecerem os vestígios do seu nefando crime, fugiram para Maimaimé, aonde os foi, enfim, surpreender a justiça. O P. Pfeil, guiado por um índio cúmplice das mortes, descobriu os ossos enterrados e os trouxe para o Pará. E a 2 de Outubro de 1688 colocaram-se em breves urnas, na Igreja de Santo Alexandre, não a actual, mas a anterior, no altar-mór, da banda da Epístola [1].

O P. Bernardo Gomes, pernambucano, morto na flor da vida, por Deus e pela Pátria — e é esta a sua glória e os seu epitáfio — não tem outra história, senão a dos seus estudos, que apenas concluíra, e a de seu fervor [2].

O P. António Pereira, maranhense, admitido na Companhia pelo P. Vieira, levado na onda do motim de 1661, embarcou para Portugal em Junho de 1662, sendo já Irmão Estudante. Continuou os estudos em Portugal, donde passou à Baía a estudar Teologia [3]. Da Baía voltou a Lisboa, a ordenar-se, e dali seguiu para o Maranhão em 1674. Ficou prègador e mestre de noviços [4].

Depois foi missionar os *Guajajaras*, do Rio Pinaré, e trabalhou na Aldeia de Capitiba [5]. Em 1679 substitue o P. Veloso no Reitorado do Pará. Por volta de 1682 passa à missão de Gurupatuba e ao Tapajós [6]. Eleito procurador a Lisboa, em 1684, ficou sem efeito a sua

---

sembocar no mar desde 1727, perto de Macaré (Em Melo Morais, *Corografia*, II, 216-217). Cassaporu é Cassiporé.

1. *Livro dos Óbitos*, 3-4; Bett., *Crónica*, 478.

2. Tinha-o trazido de Pernambuco para o Maranhão, em 1680, o P. Pero de Pedrosa (Bett., *Crónica*, 329). Bernardo Gomes estudou e ordenou-se de sacerdote no próprio dia ou na véspera de ir para o Cabo do Norte, *Bras. 26*, 154. Bettendorff, *Crónica*, 425, diz que foi ordenado no primeiro domingo de Junho, e logo abaixo, que partiu a 2 de Junho. Ou êsse dia ou a véspera era domingo, ou há equívoco nestas datas.

3. Bett., *Crónica*, 199, 222.

4. *Bras.*, 26, 38, 40; Bett., *Crónica*, 303.

5. *Bras. 26*, 43v; Bett., *Crónica*, 83, 271.

6. Bett., *Crónica*, 346.

ida, por intervenção do P. Pier Luigi Consalvi [1]. Ao ir à Côrte o Superior Jódoco Peres, em 1684, António Pereira assume o govêrno da Missão, como Vice-Superior dela. Pensava o Geral em que êle fôsse Vice-Reitor do Maranhão, mas Jódoco Peres acha que não poderá, pois do Maranhão lhe escrevera o mesmo P. Pereira que desejava ser aliviado do cargo de Vice-Superior, sob pena de sucumbir, e que sendo natural do Maranhão, e morto ao mundo, seria preferível que fosse reitor no Pará [2].

António Pereira sabia a Língua Geral, como quem a aprendeu na infância, e nela compôs um «Catecismo para instrução dos meninos nos rudimentos da fé com exercício quotidiano de manhã e de tarde» [3].

Era valente, e, pelo seu trato, estimado de todos. A sua virtude, notável. Vieira refere-se a êle duas vezes, uma ainda em vida do P. António Pereira, quando se tratou de ir uma expedição ao Rio Parnaíba, para a qual se oferecera, e se não efectuou por circunstâncias alheias à sua vontade:

«É o P. António Pereira, bem conhecido por suas virtudes, e nêste Colégio de Santo Antão [de Lisboa], aonde se veio ordenar; e acabados os seus estudos de Teologia, tornou para o Maranhão, donde é natural: é muito prático na língua da terra, e de seu zêlo e valor tenho eu boas experiências por me haver acompanhado pelo Rio das Amazonas e outros, em ocasiões não menos arriscadas» [4].

A outra vez foi em 1691, já depois da morte do P. António Pereira:

«Nas terras do Cabo do Norte permitiu [Deus] que matassem ou martirizassem o maior sujeito que lá tínhamos. Era português e de maior idade»... [5].

«Português», ainda que nascido no Brasil, porque então tudo era o mesmo; «de maior idade», isto é, com tino e com o sentimento pleno da responsabilidade, e, por isso, o maior missionário do norte do Brasil, no seu tempo, diz Vieira. E com Vieira ficamos.

---

1. *Bras. 26*, 131.
2. *Ib.*, 131v.
3. Cf. Sommervogel, *Bibl.* VI, 493.
4. «Informação que por ordem do Conselho Ultramarino deu sobre as coisas do Maranhão ao mesmo Conselho o Padre António Vieira», *Obras Várias*, 216.
5. *Cartas de Vieira*, III, 618-619.

5. — A ida dos Padres ao Cabo do Norte tinha sido por ordem régia de 21 de Dezembro de 1686 ao Governador Gomes Freire, que repartira essas Missões, entre os Padres da Companhia e os de S. António. Pensou o Governador Artur de Sá e Meneses em anular essa ordem, mas El-Rei escreveu-lhe em 24 de Março de 1688, e dizia que em vista da informação do mesmo Gomes Freire: «vos encomendo muito e mando, como por esta faço, que não consintais se altere a dita repartição e que continueis e façais continuar a observância dela»[1].

Nestas circunstâncias sucedeu ao P. Pereira, como Superior da Missão do Cabo do Norte, o P. Aloísio Conrado Pfeil, que fundou a sua residência a 12 horas do Forte. Dedicou-a ao Santo, seu onomástico, S. Luiz Gonzaga. Ali estava só, entre os sicários, que poucos meses antes foram comparsas e cúmplices da morte dos Padres, quando a 28 de Junho de 1688, chegou ao Araguari o Vice-Governador de Caiena, Pedro de Ferrolles, vindo pelos lagos interiores, com três capitães e trinta soldados, em três canoas. Estava a ausente o Capitão-mor António de Albuquerque. Os Portugueses espantados com tal visita, e temendo que êles quisessem tomar a fortaleza, mandaram chamar o Padre Missionário à sua Aldeia para se avistar com Ferrolles. Explicou êle que vinha para tratar e discutir com o Capitão-mor a posse daquelas paragens. Houve de parte a parte as cortesias da praxe e o Padre de tal modo se houve que salvou então a Fortaleza e a terra, retirando-se Ferrolles para Caiena, onde foi criar dificuldades aos Padres Franceses que lá estavam[2].

Quando os Jesuítas foram à Missão do Cabo do Norte em 1687, o Superior escreveu do Maranhão ao Geral da Companhia que proibisse aos Padres de Caiena viessem a territórios portugueses, por ser contra a vontade de El-Rei de Portugal[3]. Ferroles levou isso a mal. O certo é que quando Francisco de Sousa Fundão retomou a Fortaleza de Macapá em 1697 já lá encontrou o Jesuíta francês P. Cláudio de Lamousse que, por serem então os Jesuítas os únicos Missionários de Caiena, tinha vindo a acompanhar os índios da

---

1. *Anais do Pará*, I, 93.
2. Carta de Pfeil, de 27 de Fevereiro de 1691, *Bras*, 9, 364v. Cf. Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et L'Amazone* (Paris 1861) 27.
3. *Bras*. 26, 154.

expedição francesa. Pelas condições da capitulação voltou para Caiena [1].

Transformadas assim aquelas terras em campo de contestações e de futuras batalhas, não era possível a catequese. Os Índios ora se punham de um lado, ora de outro. Entre tantas flutuações, perigos e contrastes, a Missão não prosperava. Aliás Pfeil, homem de ciência e leal à Corôa, mas sempre em discrepância com os Padres Portugueses e Brasileiros, revelou-se menos apto para obra estável, e largou a Missão do Cabo do Norte, que ficou a ser, depois de 1693, da jurisdição dos Padres de Santo António [2].

E recomeçaram as lutas e deu-se a invasão dos Franceses que chegaram ao Amazonas, tomando a fortaleza de Macapá, como dissemos, e também a do Paru, logo retomadas pelos nossos, e transformadas, no dizer de Bettendorff, em matadouro «de índios e brancos» [3]. Contudo todo êste sangue derramado não ficou inútil, a começar pelo primeiro dos dois Padres António Pereira e Bernardo Gomes.

Numa capelinha de folhagem celebrou missa votiva, em honra de Santo Inácio o P. Pfeil em 1689. E ergueu duas cruzes. A que elevou no sítio, que fôra túmulo de António Pereira, media 34 palmos de altura, e ali ficou erguida para o céu, na serenidade da floresta [4]. É certo que ainda levou tempo a reconhecer-se a fecundidade daquele sangue e os efeitos daquela cruz. Ainda os gloriosos filhos de S. Francisco ali trabalharam muito, ainda as guerras da Europa repercutiram na Colónia, ainda se sucederam os *Tratados*. Só a 1 de Dezembro de

---

1. Bett., *Crónica*, 623, 628. Varnhagen narra uma incursão de Ferrolles, a 30 de Junho de 1685, com pormenores tão semelhantes que dir-se-ia a mesma (Porto Seguro, *HG*, III, 302). Mas o autógrafo de Pfeil é claro e em *1688* era efectivamente Missionário no Cabo do Norte. Supomos que êste forte, de que a residência do P. Pfeil distava 12 horas, é o que ficava na boca do Rio Batabouto, que menciona Ferrolles no seu *Rapport*, referente a êsse mesmo ano de 1688, e ao qual alude Artur Viana, *As Fortificações da Amazónia*, nos *Anais do Pará*, IV (1905)248.

2. «Não é bem passar em silêncio a Missão do Cabo do Norte que ainda que dela se tirou pouco fruto nos acreditou tanto com a feliz morte dos Padres António Pereira e Bernardo Gomes. Foi em seu lugar o P. Aloísio Conrado, religioso de grande zêlo das almas; mas como dêstes Índios se não esperava fruto algum, e ser de grande detrimento aos Missionários, os largou totalmente e se ocupou em outras missões aonde fez maior fruto». O P. Pfeil passou dali para a Missão do Rio Negro, *Carta Ânua de 1696*, escrita por Miguel Antunes, *Bras.* 9, 428.

3. Bett., *Crónica*, 48, 627-628, 671.

4. Bett., *Crónica*, 462.

1900, com o admirável Barão do Rio Branco, se terminou a contenda. Mas a cruz alta, de 34 palmos, cravada em 1689 no sertão de Camunixari tinha lançado raízes há muito e tomado posse definitiva do Cabo do Norte para a Terra de Santa Cruz[1].

---

1. Cf. J. Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial* (Rio 1928) 267-268; José Carlos de Macedo Soares, *Fronteiras do Brasil Colonial*, Cap. IV, *Fronteiras entre a Colónia Portuguesa e a Francesa* (Rio 1939) 105-108; Fernando António Raja Gabaglia, *As Fronteiras do Brasil* (Rio 1916) 305-311. O laudo final foi dado pelo govêrno da Suiça. Suiço era o P. Pfeil que erguera aquela cruz dos Jesuítas. Mera coincidência histórica evidentemente. Mas, a quem quiser interpretar os factos históricos à maneira de Bossuet, fica livre o caminho para ver nessa coincidência alguma coisa mais...

Mais tarde, nas *Instruções Secretas* de 31 de Maio de 1751 a Mendonça Furtado, recomendava-lhe a Côrte que abrisse novas missões no Cabo do Norte, e que nas terras, não expressamente dadas a outras comunidades, preferisse os Padres da Companhia e lhes entregasse os novos estabelecimentos. (Cf. Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 422). Resolução que não se chegou a efectuar. O «Maranhão conquistado a Jesus Cristo e a Corôa de Portugal», do P. Bento da Fonseca, *ms.* da Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-14, nº 1, consagra o capítulo VI ao Cabo do Norte e faz um bom resumo da resposta que o próprio Bento da Fonseca deu às razões de La Condamine que confundiu o Rio Vicente Pinzón com o Rio Araguari. O Autor invoca sobretudo o Tratado de Utrecht de 1713, mas faz outras importantes considerações históricas (Cf. Melo Morais, *Corografia*, II, 213-215). Em 1778 veio morrer, missionário do Cabo do Norte, em Conani, o antigo Reitor do Pará, P. João Ferreira. Cf. supra, na lista dos Reitores do Pará, p. 232.

CAPÍTULO IV

Baixo Amazonas

1. — *Aldeia de Gurupatuba (Monte Alegre); 2 — Aldeia de Urubuquara (Oiteiro-Prainha); 3 — Aldeia de Jaquaquara; 4 — Rio Paru, Jari e Anauerapucu; 5 — De Gurupatuba para cima; 6 — Aldeia de Santa Cruz do Jamundá (Faro).*

1. — O Baixo Amazonas recebe os grandes afluentes na margem direita; na esquerda também desaguam alguns, ainda que secundários. E, nêstes da esquerda, também missionaram os Padres da Companhia iniciando a catequese até à divisão das Aldeias de 1693. Destas missões da esquerda do Amazonas a mais importante foi *Gurupatuba*, actual cidade de *Monte Alegre*, facto geralmente desconhecido pelos autores modernos [1].

A primeira catequese, em regra, da *Aldeia de Gurupatuba*, pode datar-se de 1657, quando por ali passaram os Padres Francisco Veloso e Manuel Pires, «o clérigo de Paredes», «sonhador de coisas futuras»... A Aldeia, naturalmente, já era conhecida antes dessa data, como escala das expedições militares ao sertão amazonense. Por ali passariam Pedro Teixeira, Costa Favela, e outros capitães. Ali tocariam alguns sacerdotes seculares e regulares, como os Franciscanos e Mercenários espanhois, que desceram de Quito, ali estiveram os Jesuítas que igualmente desceram de Quito na volta de Pedro Teixeira, um dos quais Cristóvão de Acuña cita expressamente Gurupatuba, como a última Aldeia de Índios, «que teem os Portugueses a favor

---

1. Cf. Ferreira Penna, *A Região Ocidental do Pará* (Pará 1869) 131; Teodoro Braga, *Noções de Corografia do Estado do Pará* (Pará 1920) 471; Palma Muniz na *Rev. do Inst. Hist. do Pará*, vol. 14, p. 390; Manuel Barata, *Efemérides Paraenses*. Os três primeiros atribuem a fundação aos Padres da Piedade; e Barata coloca-a fora de sítio, à margem direita do Amazonas, onde nunca estêve.

da sua Coroa»[1]... Tudo isto, porém, é ainda Gurupatuba gentia, cuja origem se perde na indiscriminação dos tempos, alvores indecisos, de que vai emergir, em 1657, com a catequese daqueles dois missionários, que percorreram o Amazonas até ao Rio Negro[2].

Bettendorff, falando de Francisco Veloso, escreve que «por todo o caminho não fêz o Padre Missionário senão doutrinar, levantar cruzes e baptizar, em caso de suprema necessidade»[3]. Não diz o Cronista que Aldeias ficavam «por todo o caminho». Mas uma delas era Gurupatuba, e tôdas as Aldeias do Vale Amazónico tinham sido confiadas aos Jesuítas, dois anos antes, ao voltar do Reino o P. António Vieira. A 8 de Dezembro de 1657, dia de Nossa Senhora da Conceição, bem podiam estar ainda na Aldeia, Francisco Veloso e Manuel Pires, que a 5 dêsse mês ainda não haviam regressado ao Pará[4]. Como a igreja de Gurupatuba se dedicou depois a Nossa Senhora da Conceição, por ordem ou confirmação de Bettendorff[5], aquêle dia 8 de Dezembro de 1657 marcaria a primeira data histórica, fundamental, na vida cristã e civilizada de Gurupatuba.

Em 1658, nova entrada missionária: Francisco Gonçalves, antigo Provincial do Brasil, e o mesmo Manuel Pires sobem até o Rio Negro, e ainda mais avante que os primeiros[6]; em 1659, Vieira vai ao Rio Tapajós; em 1660, Manuel Pires, pela terceira vez, e, desta, com o P. Manuel de Sousa, sobem o Amazonas, indo morrer o segundo

---

1. Acuña, *Nuevo Descubrimiento*, na *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 28, 1ª. P. (1865)251. Acuña escreve *Curupatuba*, Maurício de Heriarte, companheiro também de Pedro Teixeira, *Corupatuba* e chama *Província de Corupatuba* a essa região, a cujos índios «acodem os Padres da Companhia com o pasto da doutrina cristã», *Descrição*, 222.

2. Vieira diz que a expedição do P. Francisco Gonçalves foi ao Rio Amazonas e Rio Negro; e logo escreve que antes dêle tinha ido o P. Veloso «aos *mesmos* rios». *Cartas de Vieira*, I, 551-552. Cf. Artur Reis, *História do Amazonas*, 45. Francisco Veloso era de Famalicão, onde nasceu em 1619. Entrou na Companhia, no Rio de Janeiro. Prègador insigne, falava a língua tupi «com todos os chistes dela», nem houve outrem que o igualasse». Faleceu no Colégio do Pará, de que era Reitor, no dia 29 de Julho de 1679. Cf. S. L., *Novas Cartas*, 286, onde por lapso imprimiram 27 em vez de 29; Bett., *Crónica*, 324, também antecipa de um dia a sua morte.

3. Bett., *Crónica*, 108.

4. *Bras. 3* (2), 312v.

5. *Crónica*, 486.

6. *Cartas de Vieira*, I, 553-554.

entre os *Condurises*, acima do Estreito de Óbidos[1]; e em 1661, o P. João Filipe Bettendorff com o Ir. Sebastião Teixeira, de passo para o Tapajós, demoram-se algum tempo em Gurupatuba, deixando-nos, enfim, por escrito, o que fêz e o que viu. O que fêz foi doutrinar, baptizar os meninos e celebrar missa na igreja, que encontrou já feita pelos Missionários precedentes; o que viu foi a povoação no mesmo duplo local em que hoje se divide. Escrevemos há 18 anos: «A parte baixa da povoação está situada à raiz de um pequeno monte, que se vai estreitando cada vez mais até se extinguir suavemente no Rio. A grande massa do monte, logo a dez metros das casas, é a floresta espêssa, cerrada, equatorial, avançando sôbre a casaria *como proa gigantesca de um navio*, atufado de verdura que abrisse, à linha de água, a espuma esbranquiçada dos edifícios»[2]...

Ao estudar agora as origens de Monte Alegre, achamos a imagem orográfica, que nos impressionara então. A Aldeia de Gurupatuba, que o missionário cronista viu em 1661, dividia-se em duas partes: «uma, que estava em uma ponta do monte, sobre o igarapé, e se chamava *Caravela* pelos brancos; outra parte estava em riba do monte, *onde está hoje;* e, acrescenta, como me encaminhava para êle, muito de madrugada, vieram os Índios, postos por fileira, com candeiinhas de cera preta em as mãos, receber-nos e levaram-nos para a sua Aldeia». Aqui na parte alta da povoação, se lhes deparou modesta igreja em que o Padre celebrou missa, administrou os sacramentos e ensinaram êle e o Irmão Teixeira a doutrina aos Índios[3].

Nem todos os missionários tiveram o mesmo cuidado em nos relatar o que fizeram. Outros por ali continuaram a passar, mas é ainda o mesmo Bettendorff, ao voltar a ela, em 1669, com o P. Pier Luigi Consalvi, que nos deixa a notícia de que erigiram uma cruz, e que de uma rocha elevada caía uma fonte de água clara, e que o peixe era em abundância, e, mais ainda, o peixe-boi[4]...

Pela sua admirável posição topográfica, Monte Alegre é considerada sanatório e chamam-lhe actualmente, e o merece, «Mirante do Baixo Amazonas»...

---

1. Bett., *Crónica*, 118.
2. S. L., *A pedra misteriosa*, em *Mensageiro*, Março de 1924.
3. Bett., *Crónica*, 160-161.
4. *Bras.*, 9, 262-263.

O cronista jesuíta do século XVII, como tôda a gente que a viu, também se enamorou de Gurupatuba. A Aldeia «tem ares moderadamente bons, águas excelentes, carne, peixe e tartarugas em abundância. Tem riquíssima vista por tôdas as partes. Para a banda do Norte se descobrem belos altibaixos com rochedos altos, os quais em certos tempos dão estalos, sinais de algum mineral... No vale corre uma ribeira em a qual se acham umas pedrinhas lindas e algumas delas de preço... [E até constava que os Portugueses] pela terra dentro, por um igarapé ou rio chamado Iriquiriqui [na nomenclatura de Acuña] seis dias de viagem, acharam grande quantidade de oiro pela praia de um regato ou rio pequeno... Para a banda do Sul, se descobre o Rio das Amazonas, com muitos altos mui vistosos. Para a banda de Leste, também se oferece parte do Rio e altos montes. E para a banda do Oeste ou Poente ocorre logo uns matos com duas pedras mui grandes»...

Nem passaram despercebidas ao Missionário pesquisador as várzeas mais distantes que poderiam ser pastios magníficos para gado, os campos que os Índios arroteavam para milho, e a cópia de peixe quando os lagos secavam...[1]

Pouco se demoraram em Gurupatuba Bettendorff e Sebastião Teixeira. O têrmo da sua viagem em 1661 era o Tapajós, aonde iam aldear os Índios dêsse Rio, no núcleo que veio a ser mais tarde Santarém[2]

Desde 1657 continua Gurupatuba a ser freqùentada e catequizada regularmente pelos Missionários da Companhia de Jesus, que ou faziam viagem pelo Amazonas acima ou viviam nalguma das missões mais próximas, Urubuquara ou Tapajós. Até que, finalmente, por 1681, além da igreja própria — e essa teve-a logo desde a primeira visita — começou a ser Residência, a princípio de passagem e pouco depois fixa, em ambos os casos em casa própria, cuja edificação e

---

1. Bett., *Crónica*, 33-34.

2. O Ir. Sebastião Teixeira, português, que veio com o P. António Vieira em 1655, foi missionário zeloso e «serviu muito à missão». Mas, sendo ainda novo, não soube resistir à sedução de uma índia do Tapajós, filha de um principal. Saiu da Companhia e casou com ela, aspirando depois à chefia da tribu, assunto que teria encantado José de Alencar, — romance em todo o caso que acabou mal, pois falou-se que morreram envenenados, êle e a mulher, pelos índios rivais (Bett., *Crónica*, 341-342).

progressão esquematiza assim o cronista: «Nela fizemos eu e o P. António da Silva residência e após de nós o P. João Carlos, melhor, e após dêle o P. Manuel da Costa, ainda melhor»[1].

O P. António da Silva estava em Gurupatuba pelos anos de 1681; João Carlos Orlandini pelos de 1687; e Manuel da Costa, que viveu algum tempo com êste último e depois ficou à frente da casa, terminou o seu mandato em virtude da lei de 1693, que dividiu as Missões do grande vale entre os diversos Institutos Missionários, cabendo as da margem esquerda do Amazonas, desde Gurupatuba à boca do Rio Gueribi, aos Padres da Piedade[2]. Os edifícios já então acabados, eram os melhores de tôdas as missões do Estado e avaliavam-se na soma, considerável para o tempo, de 900$000[3]. Nêste primeiro período da existência civilizada da Aldeia (*período jesuítico*), Gurupatuba transformou-se em Missão central do Baixo Amazonas. Em 1689, dependiam dela não só Gonçari, Urubuquara e Jaquaquara, mas a própria Missão do Tapajós, que era visitada e catequizada pelos Missionários de Gurupatuba[4].

Em Gurupatuba viveram alguns missionários de nome e ali faleceu e se enterrou, a 2 de Fevereiro de 1691, o zelosíssimo P. Manuel de Borba, natural de Alcântara (Maranhão), quando ia na tropa do Rio Madeira. Também se achava então ali, homisiado e acolhido à

---

1. Bett., *Crónica*, 33. Na cópia, defeituosíssima, da *Crónica*, lê-se *a par de nós, a par dêle...*, erro evidente e fácil de cometer pelo copista apressado.

2. A Ânua de 1696 ainda se refere aos trabalhos dos Padres João Carlos Orlandini e Manuel da Costa em Gurupatuba, mas como de quem já a tinham deixado (*Bras.*, 9, 428).

3. Bett., *Crónica*, 546.

4. Id., *ib.*, 467. A Aldeia de Gonçari ou Cuçari ficava na margem direita do Amazonas, em frente de Gurupatuba. Nunca foi residência fixa. Era a que El-Rei dera como dotação do Colégio do Pará para serviço dela, em vez de Mortigura (Bett., *Crónica*, 525; Morais, *História*, 318). Mas ficando longe do Colégio e, portanto, de dificil serventia, a Companhia fez cessão dela em mãos do Governador Artur de Sá e Meneses, com a condição de descer outra para mais perto, *Carta Régia de 16 de Fevereiro de 1691, ao Governador do Maranhão concedendo ao Superior das Missões, que desça do sertão outros tantos indios como os da Aldeia de Cossari, da qual desiste*, Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 149. Desceu-se para Mamaiacu, da qual se originou depois Curuçá, João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 1ª. P., p. 66; Morais, *História*, 318. A Aldeia de Gonçari, abandonada, indica-se no Mapa das Missões da Companhia, de 1753, apenas com a designação de «Barreiras de Cuçari», e diz Morais que em 1759 se chamava Gonçaritapera (*História*, 508).

protecção dos Padres Jesuítas de Gurupatuba, à espera do perdão que se mandara pedir à Côrte, o Capitão Eugénio Ribeiro, que tomara parte activa, alguns anos antes, em 1684, no *Motim do Estanco*, no Maranhão [1].

De todos os Missionários de Gurupatuba, o que mais fêz por ela foi Manuel da Costa, natural de Coimbra, a quem, pelas casas que levantou e actividade que exerceu, considera José de Morais o seu verdadeiro fundador [2].

Com a entrega, feita por êste Missionário, da Igreja e Residência, aos Padres da Piedade, que lhe vieram suceder, termina a história jesuítica de Gurupatuba, não porém a sua história missionária. Os novos Missionários da Piedade foram dignos sucessores dos fundadores jesuítas.

Agassiz que viu ainda por acabar a actual igreja de Monte Alegre, não hesita em a classificar de catedral [3]. Antes dêle, porém, já o célebre escritor, P. João Daniel, dizia que o seu baptistério era de tais proporções que «podia servir para qualquer catedral da Europa» [4]. Será ainda o mesmo baptistério? Não é ociosa a dúvida, sabendo-se que tantos objectos históricos e de arte levaram sumiço na perseguição dos meados do século XVIII, que também atingiu Gurupatuba, tendo de se retirar dela os seus Missionários. A Aldeia foi elevada a vila em 1758, com o nome de Monte Alegre [5]. Nem sempre foram acertadas tais mudanças toponímicas. Esta, contudo, sugerida por uma vila de Portugal em Trás-os-Montes, quadra bem à primitiva aldeia, hoje cidade. *Alegre* é na verdade êste sàdio *monte*, mirante risonho e pitoresco, que quebra amavelmente a monotonia da selva, oferecendo aos olhos do homem, com as serras vizinhas do Ererê,

---

1. *Livro dos Óbitos*, 4. Na *Memória* do P. Barnabé Soares, autor das *Cartas de Claro Silvio*, e então presente em S. Luiz como Visitador, lê-se que Manuel Bequimão, depois de se proclamar a sí próprio Procurador do povo, ofereceu o mesmo cfício a Eugénio Ribeiro, que o não aceitou, ficando então Jorge de Sampaio, *Bras. 3* (2), 172; Bett., *Crónica*, 485.

2. Morais, *História*, 507.

3. Agassiz, *Voyage au Brésil*, 103.

4. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2ª. P., 122-123.

5. Palma Muniz, *Patrimonios*, 21; Cf. S. L., *A fundação do Gurupatuba ou Monte-Alegre, «mirante do Amazonas»* no *Jornal do Comércio* (Rio), 31 de Agôsto de 1941.

Pai-Tuna, Itauajuri, e com a floresta e os Rios Gurupatuba e Amazonas, um espectáculo que jamais se esquece, amplo, característico e nobre.

2. — A meio caminho entre Jaquaquara e Gurupatuba, ficava a *Aldeia de Urubuquara*, visitada igualmente pelos Padres.

«A Aldeia de Urubuquara, que está em um alto ao pé de um monte que sobe a modo de pão de açúcar, tem bôas, mas poucas terras, muito boas águas e ares melhores, muito peixe e tartarugas; nelas fêz o P. José Barreiros uma nova residência, com igreja e casas»[1]. A Igreja era da invocação de S. Francisco Xavier e já se nomeia esta invocação em 1678[2]. Quando em 1693 se dividiram as Aldeias, retirou-se o Padre, levando consigo o que pertencia à Companhia e era possível levar. As Casas, que deixava, avaliaram-se em 200$000[3]. A Ânua de 1696 refere os últimos ministérios nesta Aldeia: «Também se enviou novamente missionário para as Serras de Urubuquara, o P. José Barreiros, e achando só 80 Índios, com suas boas práticas juntou perto de 500 almas, das quais baptizou a maior parte e baptizaria todos os mais se nêste tempo, na divisão das Missões, não ficassem nela os Religiosos de Santo António, a quem se deu»[4].

Aquelas *Serras de Urubuquara* dão a posição da Aldeia, não à margem do Amazonas, na foz do Rio Urubuquara, senão no interior dêle, como se vê no Mapa de Samuel Fritz[5]. Em 1758 passou a denominar-se Lugar do *Oiteiro*, transferindo-se depois para onde hoje é *Prainha*[6].

3. — A *Aldeia de Jaquaquara*, desde a primeira expedição dos Jesuítas ao Amazonas, foi Aldeia de visita, o mesmo que Gurupa-

---

1. Bett., *Crónica*, 33, 340.
2. *Bras.* 9, 311v.
3. Bett., *Crónica*, 546; Morais, *História*, 507.
4. *Bras.* 9, 428.
5. Cf. Emundson, *Journal*, 46/47; e no Atlas do Barão do Rio Branco, nº. 86b; Carrez, e não à margem direita, mas à esquerda, *Atlas Geographicus Societatis Iesu* (Paris 1900) 41.
6. Palma Muniz, *Limites Municipais*, 639; Barata, *Efemérides*, 39; Ferreira Pena, *A região ocidental do Pará* (Pará 1869) 132.

tuba com que algumas vezes se confunde[1]. Em 1679, o P. António da Silva, que sabia a língua, e Jódoco Peres, estabeleceram-se nela, numas casas que Vital Maciel Parente, que ali estivera noutro tempo, deixara feitas. Tinha então poucos edifícios. O do Capitão Mateus e mais tres ou quatro. O Principal Casimiro acudia aos Padres e todos eram seus afeiçoados. Os Índios dos arredores aos domingos reùniam-se na Aldeia para ouvir missa e a doutrina que lhes fazia o P. António da Silva, e para ali tratou o mesmo Padre de descer os Índios *Aracajus*[2]. Entre as Missões do Cabo do Norte citam-se em 1678 conjuntamente S. Inácio e S. Francisco Xavier[3]. Esta última era Urubuquara. Cremos que S. Inácio seria Jaquaquara. Daqui, nêste período, iam visitar as Aldeias mais próximas, Urubuquara, Gurupatuba, e Gonçari[4]. A casa, onde assistiam os Padres queimou-se, salvando-se apenas o altar portátil. Mas o P. António da Silva, com Bettendorff, que por ali passou de visita, ergueram outra de sobrado, com três cubículos, refeitório ao meio, dispensa ao canto, e corredor espaçoso para a banda do mato e «todos os mais cómodos requisitos». Verificando que o sítio, pôsto que alegre e espaçoso, com belíssima vista para o Amazonas não tinha terras boas para os Índios fazerem as suas roças e por isso se tinham retirado os *Aracajus*, preferiram Urubuquara e Gurupatuba para residências fixas[5]. Quando Samuel Fritz passou por Jaquaquara, no dia 31 de Julho de 1691, disse missa na capelinha já deserta. A Aldeia e a capelinha ficavam no *pôrto* e a povoação quasi a uma légua num outeiro, entre campinas com formosa vista[6].

4. — Diz o P. José de Morais que o Missionário residente em Jaquaquara tinha por missão visitar a *Aldeia do Rio Paru*[7]. Nêste

1. Bett., *Crónica*, 160, 259; *Bras.*, 9, 263v, 289v.
2. Bett., *Crónica*, 325. Na pág. 33 tinha dito que era o P. Manuel da Silva.
3. *Bras.* 26, 53.
4. Bett., *Crónica*, 325.
5. Bett., *Crónica*, 339-340.
6. *Diário*, na *Rev. do Inst. Bras.* 81 (1917)389. Não encontramos indícios dessa povoação em quási nenhum mapa moderno do Estado do Pará: mas vemos no mesmo lugar ou cercanias da primitiva Aldeia de Jaquaquara, a povoação de *Oteiro* (Oiteiro) no mapa de Thomas W. Whiffen, *The Amazon River with its northern affluents*, em Paul Fountain, *The river Amazon from its sources to the sea*, Londres, 1914.
7. Morais, *História*, 507; Barata, *Efemérides*, 193.

assim como nos dois mais para a foz do Amazonas, os Rios Jari e Anauerapucu, tendo ficado à administração dos Padres Franciscanos, depois da divisão de 1693, foi limitado trabalho dos Jesuítas.

No *Rio Jari*, em 1715 tinham formado os Padres da Conceição duas Aldeias novas [1]. Mas pelos anos de 1709 e 1710, trabalharam lá os Padres da Companhia, cremos que por efeito de rivalidades entre o Governador Cristóvão da Costa Freire e o Ouvidor Geral. O Governador encarregou os Padres da Companhia do descobrimento dos Índios dêsse Rio, não obstante pertencerem já à jurisdição dos Religiosos Franciscanos, a quem El-Rei mandou dar as Missões do Jari em 1701 [2]. El-Rei aprovou as ordens do Governador, e com palavras injustas, que nós hoje não aprovaríamos: «Sem embargo de se escandalizarem os outros Religiosos, como afirma o Ouvidor, pois será isto meio para que êles se emendem e procedam como os da Companhia, vendo que só dêstes se faz caso para o serviço de Deus e Meu» [3]. Supomos que a esta época se deve referir a descida dos Gentios do Jari para a Aldeia de Curuçá, dos Padres da Companhia [4].

Para o *Rio Anauerapucu*, durante a missão do Cabo do Norte, desceram os Jesuítas «duzentas para trezentas almas» [5]. E do mesmo Cabo do Norte, com ser êsse território da jurisdição dos Padres de Santo António, e com o seu beneplácito, desceram os Padres da Companhia alguns índios *Teiroses*, que situaram na Aldeia dêsse rio, farta e boa. Da Residência dos *Nheengaíbas*, foram lá os Jesuítas algum tempo, periodicamente, para a assistência espiritual dos índios. Depois entraram estas paragens definitivamente na zona missionária dos filhos de S. Francisco.

Voltemos ao Baixo Amazonas.

5. — Na sua margem esquerda entre os Rio Gurupatuba e Jamundá, na costa e nos veios de água, tentaram também os Jesuítas, no século XVII, a primeira estabilização de Aldeias. Ficando esta zona mais tarde fóra da sua circunscrição missionária, a actividade

---

1. Provisão de 4 de Junho de 1715, Bibl. de Évora, CXV/2-18, 520.
2. *Regimento das Missões* [68].
3. Carta Régia, ao Governador, de 2 de Julho de 1710, publicada nos *Anais do Pará*, I, 130; Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 444, 403.
4. Morais, *História*, 318.
5. Bett., *Crónica*, 348.

dêles no século XVIII limitou-se a entradas. Convém contudo recordar aquêles primeiros passos da civilização e catequese.

No lugar onde o Amazonas se estreita e é hoje a *Cidade de Óbidos*, ponto obrigatório de escala, para quem quer que suba ou desça o grande rio, havia a nação dos *Índios Pauxis*. Por ali passariam as primeiras expedições ao Solimões e Rio Negro, e expressamente se narra que os Padres Salvador do Vale e Paulo Luiz visitaram os *Pauxis* em 1660 e desceram parte dêles para o Xingu [1].

Por estas alturas existiu também a *Aldeia de Muruapig*, visitada em 1671-1672, pelo P. Pier Luigi Consalvi, ao voltar dos Tupinambaranas. O Principal com os seus índios pediram-lhe o baptismo, que êle, por não poder deter-se (vinha doente), adiou para melhor oportunidade, erguendo entretanto uma igreja de palha, como recordação e posse cristã [2].

Naquele ano de 1660 os Padres Manuel de Sousa e Manuel Pires foram em missão aos *Aruaquis* com intento de ficar entre êles, e ali edificaram a primeira igreja. Adoecendo gravemente o P. Manuel de Sousa, faleceu e enterrou-se «na Aldeia dos bárbaros *Condurises*». Os seus ossos trouxe-os depois Simão dos Santos e ficaram na ermidinha velha de S. Francisco Xavier do Colégio do Pará [3].

---

1. Bett., *Crónica*, 124.

2. Ânua de 1672, *Bras. 9*, 289v. Onde ficava esta Aldeia ? Nas cabeceiras do Rio Cuminã ou Erepecuru, vemos o afluente Murapi. É tão semelhante o nome que supomos ser o daqueles índios que tivessem então descido ao Amazonas ou que depois subissem. Num manuscrito latino dos Jesuítas se fundou o primeiro dos grandes exploradores modernos de Cuminã, P. Nicolino José de Moura, para o subir em busca dos *Campos Gerais*, que aquêle manuscrito indicava ao sul das Montanhas de Tumuc-Humac. Cf. A. M. Gonçalves Tocantins, *Os primeiros expedicionários dos Campos Gerais das Guianas* em *Anuário de Belém em comemoração de seu tricentenário* (1616-1916), organizado por Inácio de Moura (Pará 1915)147; Pinto, *Hidrografia*, 255; Avelino Inácio de Oliveira, *Através da Guyana Brasileira pelo Rio Erepecuru, Estado do Pará* (Rio 1938)8.

3. *His. Propr. Maragn.*, 718-720; Bett., *Crónica*, 119. Ficava o Rio dos *Condurises* 36 léguas abaixo da Ilha dos *Tupinambaranas*, diz Bettendorff (*Crónica*, 57); e consoante João de Sousa Ferreira, esta Aldeia, de que foi pároco algum tempo o P. Manuel de Sousa, servia de estalagem dos brancos que iam ao sertão, aos quais fornecia remeiros, *Noticiário Maranhense*, na *Rev. do Inst. Bras. 81*, 306; Cf. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 238-239.

SACRISTIA DA IGREJA DO PARÁ

Bem proporcionada. Teto pintado. Arcaz de pau-santo. Na parede faltam os quadros que outrora a embelezavam.

6. — Em 1678 existia a *Aldeia de Santa Cruz do Jamundá*, e dela dependiam os mesmos índios *Condurises*, os *Babuises* e outros [1].

Por não haver missionários para tôdas as Aldeias, ficou a dos *Condurises* a ser visitada pelo dos *Tupinambaranas*. E passavam por ela igualmente os Superiores quando faziam a visita geral das Aldeias, como Bettendorff, durante o seu superiorado (1690-1693): «Acabada a visita da Residência dos *Tupinambaranas* fui-me aos *Condurises*, da banda de além, pois pertenciam à visita do P. António da Fonseca [Missionário dos *Tupinambaranas*]. Muito me agradou a entrada para aquêle rio, e o rio mesmo, não só por grande e claro, mas por muito alegre, por suas belas práias de areia e lindos oiteiros, que de uma e outra banda o acompanham. Queria ir vê-lo até às cabeceiras»... Não foi, porque estava ausente o principal da Aldeia e nela achou uns brancos que necessitavam de seu socorro espiritual.

Mas daqui se vê, que os Jesuítas em geral se não contentavam com a ourela dos rios e penetravam em profundidade [2]. «Continuei minha viagem, diz êle, pelo Rio das Trombetas, e procurando as Aldeias principais pelo Rios das Amazonas abaixo e pelas Ilhas dos *Ingaíbas*, dei comigo em Parijó, Aldeia principal da Capitania de Cametá» [3]. No mapa de Fritz os *Condurises* ficam entre cerros, abaixo do Rio das Trombetas. Pela descrição de Bettendorff se vê que ficavam acima, pois descendo o Rio Amazonas antes de entrar no Trombetas, passou pelos *Condurises* «36 léguas abaixo da Ilha dos *Tupinambás* para a banda do Norte» [4].

Na *Aldeia de Santa Cruz do Jamundá* passaram os missionários, umas vezes com mais demora, outras menos, conforme as necessidades da catequese ou dificuldades dela. Não se pôde demorar o P. Pier Luigi Consalvi, pelo mesmo motivo de saúde, que o não deixou ficar em Muruapig [5].

---

1. *Bras. 26, 53.*
2. Bett., *Crónica*, 494. Nesta Aldeia lhe deram umas araras, mais belas que as de outras regiões, das quais mandou sete, ao Núncio Nicolaini, que conhecera em Lisboa, e não chegaram ao seu destino, por naufrágio no mar.
3. Id., *Ib.*, 499.
4. Id., *Ib.*, 57.
5. *Bras. 9*, 289v.

A *Aldeia de Jamundá* passou, em 1693 à administração dos Padres da Piedade. Desta Aldeia, mudada depois para outro sítio, procede a actual *Cidade de Faro*, nos limites do Estado do Pará[1].

1. Morais, *História*, 415-416; Palma Muniz, *Patrimónios*, 222. Octaviano Pinto, *Hidrografia*, 236, traz esta reflexão: «No tempo dos Governadores floresceu êste torrão, teve lavoura, e teve indústria, porém, depois a ambição dos directores, no tempo do *Directório*, criado pela lei de 6 de Junho de 1755, revogado em 1798, fêz com que os Índios fugissem e fôsse decaindo na prosperidade, a ponto de chegar ao estado em que está hoje».

CAPÍTULO V

Aldeias de baixo até ao Salgado ou Costa-mar

1 — Primeiras Aldeias; 2 — Casa-Colégio da Vigia; 3 — Fazenda de S. Caetano; 4 — Aldeia do Cabu ou dos Tupinambás (Colares); 5 — Maguari, Muribira e Mocajuba; 6 — Aldeia de Tabapará; 7 — Fazenda de Mamaiacu (Porto Salvo); 8 — Fazenda de Curuçá; 9 — Aldeia de Maracanã; 10 — Aldeia de S. João Baptista de Gurupi; 11 — Aldeia de Caeté (Bragança).

1. — Os Jesuítas começaram a trabalhar simultaneamente na cidade e nas Aldeias, em 1653, no próprio ano de chegada. Os Índios das Aldeias dos arredores do Pará já tinham sido zelosamente catequizados pelos Padres de Santo António e outros missionários, mas a maior parte estava então ao abandôno, sem igreja e sem cruz, nem sacramentos.

Atenderam a êsse desamparo os Padres Manuel de Sousa e Mateus Delgado. Deram uma volta por elas, ou juntos ou separados. E, demorando-se em cada uma algum tempo, ensinaram a doutrina, ergueram cruzes (e ensinaram aos Índios a fazê-las), levantaram igrejas de palma, celebraram missa e administraram os sacramentos.

Diz um dêles, Mateus Delgado: «As Aldeias em que se levantaram igrejas foram: Tupinambás, Saparará, Maracanã, Mortigura, Nheengaíbas, Bócas, Guarapiranga, mais outra de Tupinambás e a do Faustino» [1].

Morais distribue e discrimina estas «Aldeias de El-Rei, espalhadas pelo distrito da cidade, que eram nove, pela ordem seguinte: para a parte da costa e barra do Pará, a dos Tupinambás, Saparará, e Mara-

---

1. Certificado do P. Mateus Delgado, de 20 de Fevereiro de 1654, em Morais, *História*, 430-432.

canã; para parte de cima, correndo para o sertão, Mortigura, que por então era do serviço dos Padres, *Bócas*, e *Nheengaíbas*; e mais perto da cidade, Tupinambás de cima, Guarapiranga, e a do Faustino, da administração do Reverendo Vigário Manuel Teixeira »[1].

As Aldeias dos arredores do Pará, com o centro em Belém, dividem-se naturalmente em dois grandes grupos, as de *baixo* e as de *cima*, abrangendo as fazendas respectivas. Algumas são hoje cidades.

2. — De Belém, para a banda de baixo, até ao Salgado ou « Costa-Mar », como diz com elegância e concisão João Daniel, a mais importante Casa da Companhia foi a da Cidade da *Vigia*, terra de grandes tradições paraenses.

Já era vila, quando os Jesuítas, a pedido dos próprios moradores, se estabeleceram nela, e em tão boa hora, que nenhuma outra casa, em todo o Estado do Pará, excepto o Colégio de S. Alexandre, adquiriu tão rápido prestígio.

Iam ali, muitas vezes os Padres, e das suas Aldeias vizinhas concorriam com índios para os moradores e sobretudo para as obras da igreja de Nª. Sª. de Nazaré, quando se pensou em erguer-lhe um grande templo. Os Vigilenses queriam estudos na sua terra, e entabolaram negociações com os Padres da Companhia. Pretendiam, nada menos, que a casa fôsse Colégio, isto é, se organizasse, com vida e bens próprios, independente do Colégio do Pará. Êste movimento operou-se na terceira década do século XVIII. E já em 1729 se andava a construir a casa. Para se alcançar licença oficial, sugeriu-se que se oferecesse o título de fundador a D. José, Príncipe do Brasil[2]. Cremos que a sugestão não foi seguida. Mas alcançou-se licença; e o diploma régio de D. João V têm a data de 11 de Maio de 1731[3].

Activaram-se os trabalhos de construção. Os moradores insinuaram que lhes seria grato ficasse superior José de Sousa, então reitor do Pará[4], e há indícios de que acumulou os dois cargos, ficando assim ane-

---

1. Morais, *História*, 430. Entre os 300 casais de índios encomendados, dados a Pedro Teixeira pela sua entrada a Quito, contava-se a Aldeia do Faustino (Garcia em *HG*, III, 188). Era do « serviço » do Vigário da Matriz, e seu sobrinho mandou queimar as casas feitas para os Padres (Morais, *História*, 445-446).

2. *Bras.* 26, 264.

3. Palma Muniz, *Limites Municipais*, 741.

4. *Bras.* 26, 277; Morais, *História*, 195.

xa a casa da Vigia ao Colégio de S. Alexandre. Separou-se dêle juridicamente em 1740, com esperança de que assim, autónoma, seria mais útil à própria terra [1].

Não há *fundação* de Colégio, sem bens próprios com que se possa sustentar sôbre si. A casa da Vigia a princípio ainda necessitou do auxílio do Colégio do Pará e dos missionários das diversas Aldeias, e teve necessidade de enviar anualmente uma canoa à recolha do cacau [2]. Mas tanto a boa administração dos Padres como a generosidade dos Vigilenses consolidou em breve os seus fundos de reserva e subsistência, para garantir os estudos. Em 1760 eram os seguintes: Um pequeno terreno anexo ao Colégio, que ia, de uma parte, até às casas de Domingos Pereira Lomba e Domingos Pereira de Brito, e de outra até à praia, e de outra até um braço de mar chamado Tojal: ao todo umas 200 braças. Possuía outro terreno, na rua que passava junto à igreja, mas separado dela; e ainda junto à vila, no sítio da Rocinha, um campo de 137 braças com árvores frutíferas (laranjeiras, cafeeiros novos e antigos, e pés de cacau, novos). Fora da vila, pertencia-lhe um terreno de 60 braças, no lugar chamado *Caminho Grande*. No sítio de *Bacurijiba*, algumas plantações em terreno alugado. Possuía mais ¾ de léguas no Rio Guarimá, e duas léguas no Rio Camarupi de uma e outra banda dêle, na Ilha de Marajó, que havia de servir para criação de gado [3].

Com êstes bens já a casa podia realmente *fundar-se*, subsistir e prosperar.

Com os seus réditos, e com donativos dos Vigilenses, ergueu-se a Casa que tinha 18 cómodos e as oficinas necessárias. Construiu-se a igreja. E começaram as aulas, de primeiras letras e Latim. As de Latim abriram-se entre 1732 e 1735. Não se mencionam ainda no Catálogo da primeira data, mas já no da segunda; e, consoante desejavam os Vigilenses, com o P. José de Sousa, como Superior e verdadeiro fundador da igreja e Casa da Vigia, onde faleceu em 1752 [4].

Em Carta sua, de Mocajuba, a 18 de Agosto de 1747, refere-se êle a que as carregações de géneros para o Reino, de 1742, 1743, e 1744, ficaram por conta da Casa da Vigia, o que explica, com estas e outras

---

1. *Bras. 25*, 99v.
2. *Bras. 27*, 109.
3. *Inventário*, 15, 17-18.
4. *Bras. 27*, 71; Sommervogel, *Bibliothèque*, VII,1406.

aplicações de bens e géneros, o terem sido possíveis tais obras, como as da Igreja e seu ornato, as da capela interior e da livraria.

Que existe de tudo isto ? A Casa-Colégio desapareceu. Ao lado esquerdo da igreja, separada dela por uma estreita rua, há hoje uma residência particular. Do lado do quintal têm uns arcos antigos. Disseram-nos, quando ali estivemos em 1941, que a casa fôra «convento»...Os arcos que dariam, para o pátio interior, clássico em tôdas as casas maiores da Companhia, supomos ser ainda os do antigo Colégio.

A igreja, da Senhora Mãe de Deus, ainda existe, e é grande, e um dos mais interessantes, antigos e ricos monumentos do norte. Arrancando lateralmente das duas tôrres, circunda-a, do lado direito e esquerdo, uma colunata original e pomposa. Ainda conserva interiormente, os seus altares e formosas imagens; e no seu tesoiro ainda se admiram, conservadas com zêlo e amor pelos Vigilenses, algumas pratas preciosas do tempo dos Jesuítas, gomil, turíbulo, naveta, e outros objectos de valor que constam do antigo *Inventário* [1].

A sacristia está quási intacta, com os seus belos paineis da Vida da Senhora (eram 10, um deteriorou-se), as suas pinturas e, entre outras obras de arte, as estatuazinhas de um presépio, que recorda, pela sua formosura, as de Machado de Castro.

Todos os visitantes se extasiam diante delas e os escritores nortistas reconhecem o que diz por todos Palma Muniz: «No Colégio da Mãe de Deus distribuiram os Jesuítas a instrução, que muito concorreu para o progresso da Vila e dos seus habitantes» [2].

A livraria da Vigia constava de 1010 volumes [3]. Vimos em diversos documentos vários projectos para a aplicação dêsses livros; não conseguimos apurar com segurança o destino último que levaram.

Em 1760 viviam na Casa da Vigia cinco Padres e um Irmão. Arrastados na perseguição geral, foram conduzidos entre soldados, a 23 de Junho, para o Colégio do Pará [4].

---

1. *Inventário do Maranhão*, 15v-16; João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 1ª. P., 67.

2. Palma Muniz, *Limites Municipais*, 742.

3. *Inventário do Maranhão*, 19-23. Publicamos o catálogo desta livraria, *Uma biblioteca portuguesa no Brasil nos tempos Coloniais — Casa da Vigia, Pará* em *Brasilia*, I (Coimbra 1942) 257-267; cf. *Autores e Livros*, suplemento literário de *A Manhã* (Rio), 19 de Outubro de 1941.

4. *Status Provinciarum Transmarinarum — Apêndice ao Catálogo Português de 1906* (Lisboa) p. XIII.

A igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus, foi no ano seguinte aplicada a Matriz da Vigia e nela se celebra a festa de Nossa Senhora de Nazaré, cuja igreja, em construção, foi logo abandonada, e não passa hoje de imponentes ruinas. É culto que remonta ao século XVII. Já em 1697 o P. José Ferreira «visitou na Vigia,de passagem, a milagrosa imagem de Nossa Senhora de Nazaré» e «é o que lá têm de melhor, que de tôdas as partes se freqùenta de romeiros que vão lá fazer as suas romarias e novenas»[1]. Nos *Programas*, que anualmente se imprimem, das grandes festas de Nazaré, na Vigia, na antiga igreja da Companhia, vem esta *nota histórica:*

«Os alicerces da nossa Igreja foram lançados no dia 11 de Junho de 1702 pelos Padres da Companhia de Jesus. A primeira Festa de Nazaré foi celebrada em 1750, isto olhando-se ao antigo Compromisso existente no Arquivo do Tesouro». A data de 1702 parece-nos cedo demais, para início da antiga igreja da Companhia, actual matriz; a de 1750 tarde de mais para comêço das Festas a Nª. Sª. de Nazaré, já tão venerada e milagrosa na Vigia em 1697. Artur Viana, no seu artigo *Festas Populares do Pará*[2], historia os começos da *Festa de Nazaré*, em Belém, que coloca nos meados do século XVIII, de uma tôsca imagem do pobre Plácido, venerada na sua choça da antiga estrada do Utinga, no lugar, que é hoje a Praça de Nazaré. Viana não têm uma palavra para a Festa de Nazaré na Vigia; e fala de Ruderico e dos Visigodos. Para achar a origem imediata da festa do Pará, bastava prolongar um pouco a estrada de Utinga e, por algum atalho, chegar ali, à Vigia, não muito distante, por onde entrou no Estado do Pará a devoção da Nazaré.

3. — Os bens da Casa da Vigia reverteram ao Estado em 1760 e foram vendidos em hasta pública, excepto as duas Fazendas maiores de *Tabatinga* e *São Caetano*, com uma légua cada qual[3]. Tabatinga possuía igreja, bela e nova, e ignoramos se ainda existe. São Caetano tinha-a também, mas já velha[4].

Desta Fazenda de São Caetano, que fôra próspera, procede o Município e cidade de *São Caetano de Odivelas*, igualmente próspera[5].

---

1. Bett.,*Crónica*, 21-22,630.
2. *Anais do Pará*, III, 225-245.
3. *Inventário do Maranhão*, 15, 17-18.
4. *Ib.*, 17-18.
5. Palma Muniz, *Limites Municipais*, 679.

4. — Mais perto da cidade de Belém ficava a *Aldeia dos Tupinambás*, visitada em 1653 pelo Padre Mateus Delgado. Chamavam-se *Tupinambás de baixo* ou *Tupinambás novos*, para se distinguirem da outra Aldeia de Tupinambás, ou *Tupinambás de cima*, que se dispersou depois. Mas muitos dos seus índios, com outros, descidos do Tocantins pelo P. Francisco Velcso em 1655, levou-os o mesmo P. Veloso primeiro «para o Guajará, junto à Ilha do Sol», e depois desta Aldeia de Guajará ainda o mesmo P. Veloso, os mudou para a « Ilha do Sol à beira-mar, que hoje [1698] se chama Ilha dos Tupinambás por lá morarem até o presente, suposto que mudados mais para a terra adentro».

Tal foi a origem desta grande *Aldeia dos Tupinambás de baixo*, ou *Aldeia do Cabu*, em que se mandou fazer «uma valente igreja», «que parecia uma sé»; e a Aldeia de tal modo se construiu, que da porta da igreja se via tôda. Os seus índios, os melhores frecheiros do Pará, notabilizaram-se sempre por sua dedicação aos Jesuítas. E tornou-se notável centro missionário, do qual dependia durante algum tempo a assistência aos Índios dos Joanes, com o seu célebre pesqueiro de tainhas [1]. Depois decaiu, mudando-se os Índios, parte por fugirem aos trabalhos da fábrica do Anil que ali intentou fazer o Governador Pedro César de Meneses, parte por terem no Igarapé da Vigia melhor caminho que na costa brava [2]. Nêste Igarapé está, na terra firme, a Fazenda de Mamaiacu a que muitos daqueles Índios se aplicaram. Colocou-os depois o Governador Alexandre de Sousa Freire, contra as ordens régias, no Rio Guamá em 1729, mas restituiu-os depois à mesma Fazenda [3]. Com tantas mudanças, a Aldeia propriamente dita reduziu-se muito, e tinha em 1730 apenas 226 índios [4]. Mas reconstituiu-se e já tinha mais, quando Mendonça foi em pessoa a *Cabu* para chamar-lhe *Vila de Colares*. «E aqui, depois de fazer em pouco tempo, o que já noutras Aldeias fizera, voltando-se para o Jesuíta Caetano Xavier, presente, lhe chamou a atenção para a rapidez com que de uma Aldeia se fazia uma vila. O Padre não respondeu. Mas no seu interior pensava que não tinha sido tão fácil juntar ali com seu trabalho e suores tôda aquela gente. Em vez do Padre da Aldeia, Sebastião Freire, ficou nela o Cónego do Pará, Narciso dos Anjos, forçado por Bulhões. A esta no-

1. *Bras 26*, 13v.
2. Bett., *Crónica*, 111, 297; Morais, *História*, 478.
3. Morais, *História*, 319.
4. *Bras. 10* (2), 338.

va vila lhe anexou Mendonça o *Lugar* de Tabapará, porque se resolveu que as Aldeias pequenas se chamassem *lugares*»[1].

5. — À conta dos Missionários dos Tupinambás estava a *Aldeia de Maguari* e a *Aldeia de Muribira* ou *Miribira*[2]. Pelo modo de falar do cronista, a Aldeia de Maguari data do tempo do P. Vieira. Referindo-se a ordens suas, diz: «Por aquêle tempo se fêz também uma Resedência bela em a Aldeia de Maguari, do principal Tomé, pelo P. Manuel Nunes»[3]. Em 1678 chamava-se Santo António de Maguari[4].

Em 1750 quási se indentificava Cabu com Muribira: «Cabu na ponta de Muribira»[5]. Com o nome de Muribira existe hoje uma povoação junto à Vila do *Mosqueiro*, a que está ligada por uma linha de carris urbanos[6].

Mocajuba (que se não deve identificar com a Aldeia de *Mocajubas*, a duas léguas de Camutá onde estêve Vieira em 1653)[7] é uma pequena propriedade que na lista geral do Catálogo se insere entre *Gibrié* e *Mamaiacú*[8]. É a actual povoação de *Mocajuba* na Ilha de Colares[9]

---

1. Caeiro, *De Exilio*, 444. Cabu aparece nos manuscritos, Cabu, Caby, Caaby; cf. BNL, fg. 4529, doc. 58, *Carta do Padre Cristóvão de Carvalho ao P. Bento da Fonseca*, com a lista dos Missionários desta Aldeia. Entre êles, José de Morais, o cronista, que o diz também na sua *História*, 319.

2. Bett., *Crónica*, 24, 671.

3. Id., *ib.*, 89.

4. *Bras. 26*, 53. Onde ficava? Da actual vila de Benfica, «situada em um dos braços do Rio Maguari, margem direita», diz Teodoro Braga que fora «administrada pelos Jesuítas», *Corografia*, 362.

5. BNL, fg. 4516 (*Apontamentos*) 21-21v.

6. Pinto, *Hidrografia*, I, 432.

7. *Cartas de Vieira*, I, 365.

8. *Bras 3* (2), 338.

9. Paulo da Silva Nunes, inventariando os bens dos Missionários de todo o Estado, fala assim de Mocajuba, pertencente aos da Companhia: «A segunda fazenda era o engenho de lavrar açúcar no sítio de Mocajuba, que compraram a Pedro da Costa Raiol e se ouviu dizer ao Reitor do Colégio do Pará, o P. João de S. Paio, que só em farinhas, algodão e mais frutos e criações que lhe deixou o vendedor nas terras do dito engenho, rendeu ao Colégio mais de seis mil cruzados» (cf. Melo Morais, *Corografia*, II, 475). Procuramos o nome de Pedro da Costa Raiol, entre os *Posseiros de Sesmarias*, se teria essa: não aparece nem no *Catálogo* de Artur Viana, nem no de Palma Muniz (*Anais do Pará*, III, X); procuramos, entre os

6. — A Aldeia de *Taupará* ou *Sapará* ou *Tabapará* pertencia à administração dos Jesuítas desde os primeiros tempos da Missão, e por volta de 1663 aí se situou a primeira roça dos Padres [1]. Constava em 1730 de 191 índios [2]. Quando José de Morais estêve em Cabú missionou também Tabapará. E diz: «Por falta de terras, em que lavrassem os índios no lugar antigo, a mudei para quási sôbre a costa uma légua por terra, distante do antigo sítio, onde fiz Igreja e casas novas, com consentimento do Governador e Capitão General João de Abreu de Castelo Branco que a deu a requerimento dos mesmos Índios, estando no sítio de Matias Caetano, onde se achava convalescendo, não muito distante de Tabapará (que sem preceder esta licença a não quis mudar); e porque não quero fique sepultada a verdade com o tempo, digo ser tão falso o de que me arguiram os moradores da Vigia, que eu mudara a dita aldeia sem licença do Governador, contra as ordens de Sua Majestade, como é verdadeiro que a dita aldeia é do serviço privativo dos pobres, e mais que todos necessitados, moradores da mesma vila, pelos descerem à custa da sua fazenda, do interior do sertão, para se servirem dêles por repartição, nas suas necessidades, como fizeram sempre, até que o Governador e Capitão General Mendonça, absoluta e potencialmente, os mandou ajuntar com os Índios de Cabu, aldeia do serviço real destinada para a arrecadação dos dízimos; o que não poderá deixar de redundar em grave prejuízo dos miseráveis moradores. E se disserem que quando fui missionário lhes não dava os Índios que me pediam, não era por falta de vontade, mas pela penúria dos ditos índios, e ter já dado os poucos, que havia, para as obras da Igreja da milagrosa imagem da Virgem Senhora de Nazaré, por concordata que com os seus freguêzes fêz o Reverendo e zeloso Vigário, de cederem dêles os moradores enquanto durasse a obra, que hoje se acha muito adiantada e grandiosa, tudo devido à religião e cordial devoção dêstes fervorosos

---

reitores do Pará, o P. João de S. Paio: não está, nem foi; procuramos nos documentos da Companhia e no *Relatório* oficial do Bacharel António da Cruz Dinis Pinheiro, se Mocajuba seria engenho de açúcar, e não era. O engenho era Ibirajuba, no Moju (*Relatório*, em Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 414). Com êste mesmo espírito de *engrandecer* a Companhia, inclue-se na mesma lista, a Aldeia de Una, nesta região como sendo dela. De documentos mais fidedignos não consta.

1. Bett., *Crónica*, 224. Não confundir com Tapará.
2. *Bras. 10* (2), 338.

Vigilenses, cujo direito ao serviço dos Índios de Tabapará quis perpetuar nesta história »[1].

7. — A *Fazenda de Mamaiacu*, no Igarapé da Vigia, deve datar-se de 1663, ano em que o P. Francisco Veloso, voltou depois de Motim de 1661, a tomar conta, do Colégio do Pará, como reitor, em substituição de Bettendorff. Conta êste o que fêz o P. Veloso: «O P. Francisco Veloso, como achou a Casa de Santo Alexandre pobríssima e com pouca gente, que o P. Superior da Missão tinha pôsto em a Ilha do nosso irmão Pedro Dorsais, depois de uns dias de descanso, passou às Aldeias de Missionários, e mudou nossa gente para Mamaiacu, pondo-lhe Juliana por feitora, casando-a primeiro com José *Curemim*, da casa »[2]. Esta Fazenda estêve em função da Aldeia dos Tupinambás (Cabu) e da de Tabapará. Diz o mesmo Bettendorff, referindo-se ainda à actividade do P. Francisco Veloso, em 1663: «Alguns Índios *Tupinambás*, que estavam morando em Guajará, onde o P. Manuel Nunes, algum dia lhes tinha assistido, se mudaram com o seu principal, *Tucano*, para ajudar a quem os tinha trazido do seu sertão, para a roça dos Padres, que no princípio se situava no Tabapará »[3].

As casas da Fazenda fizeram-se por volta de 1669[4]. Alcançou-se licença de El-Rei para ser aqui a roça ou Aldeia privativa do Colégio em vez de Gonçari; os *Maraguases* que se desceram para êsse efeito, enquanto não tinham terras próprias, ficaram em Mamaiacu e trabalhavam por salário que se lhes pagava[5]. Não tardou porém a transferir-se para Curuçá a sede da Aldeia do Colégio, ficando Mamaiacu, apenas terra de lavoura. Em 1730 tinha 152 Índios[6].

Depois disso, construiu o P. João Teixeira nova casa e igreja no pôrto dessa fazenda em terras que se lhe acrescentaram por doação da Câmara e compra particular[7]. Destinava-se a socorrer, em caso de necessidade, as Fazendas do Marajó. Mas o Visitador, Francisco de

---

1. Morais, *História*, 319-320.
2. Bett., *Crónica*, 223.
3. Aqui lê-se *Tapará*, mas é *Tabapará;* como se lê também *Moniz* em vez de *Nunes* (1698), Bett., *Crónica*, 224.
4. Bett., *Crónica*, 255.
5. Bett., *Crónica*, 525-528.
6. *Bras. 10(2)*, 338.
7. Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 306-307.

Toledo, vendo vir já a perseguição, mandou cessar tudo, em fins de 1756 [1]. No ano seguinte a Fazenda foi transformada em *Lugar de Nossa Senhora de Porto Salvo*, como se fôsse simples Aldeia de Índios, confiada à Administração dos Jesuítas, coisa que Mendonça Furtado se empenhou em demonstrar, fundado em que num dado momento, certos vizinhos da fazenda invadiram as terras delas e os Padres para os arredar eficazmente, invocaram que era Aldeia de Índios do Colégio. Era de facto Aldeia de Índios, mas ao serviço do Colégio. Mendonça Furtado assume só a primeira parte e suprime a segunda. Mamaiacu era Aldeia ou Fazenda dada por El-Rei para sustento do Colégio de S. Alexandre desde o século XVII. Os seus índios eram livres, a quem o Colégio pagava; as terras, tirando aquêles pedaços legitimamente adquiridos, eram de El-Rei. Mas os benefícios e produtos dêsses índios, não eram pertença da Aldeia, em comum, senão do Colégio, a cujo serviço estavam os Índios e cujos serviços o Colégio pagava, como todos os moradores e melhor que êles.

Mandando Furtado que os Jesuítas se retirassem e largassem tudo, o P. José de Morais, o que iria ser o ilustre autor da *História*, tantas vezes citada, representou-lhe, em nome do Reitor a situação verdadeira da Fazenda. Mendonça Furtado, esquecendo-se de que antes de Sebastião José de Carvalho houve reis de Portugal, que também davam leis e concediam licenças, e que antes dêle, houve governadores que também tinham poderes e alcançavam confirmações régias, entendeu, com interpretações demasiado pessoais que tôdas as licenças eram nulas, e que Mamaiacu era simples Aldeia de Índios e que os Padres não tinham direito algum. E se porventura os Padres não se curvavam logo diante do seu veredicto e faziam requerimentos ou escreviam cartas a expor o assunto, êle, não como juiz ou autoridade, mas como parte no processo, tachava as suas cartas de «insultantes e descomedidas», o seu protesto de «escandaloso», a sua defesa de «afectação, orgulho e atrevimento desta corporação de gente»: «obstinação, desobediência e tirania». — Tal é, com efeito a literatura oficial dêste Governador e em particular a carta em que êle comunica para Lisboa a notícia dêste sucesso de Mamaiacu e o de Curuçá [2].

---

1. *Diário de 1756-1760.*
2. Carta de Mendonça Furtado, de 20 de Outubro de 1757, em *Anais do Pará*, V (1906) 249-254.

8. — No *Curuçá* tiveram os Jesuítas Aldeia e Fazenda. A Aldeia sucedeu a Gonçari e Mamaiacu como Aldeia dada por El-Rei para prover ao sustento e gastos do Colégio do Pará, e obedeceu a uma dupla ideia, a de ficarem os Índios mais ao abrigo das investidas dos colonos, e beneficiarem a fazenda, de duas léguas de terra, que deixara ao Colégio Francisco Rodrigues, antigo noviço da Companhia [1].

Os Índios da Aldeia de Curuçá eram livres e apesar de serem dados para o serviço do Colégio, recebiam salário. O núcleo principal dela foram Índios do Rio Jari descidos pelos próprios Padres [2]. Em 1730 eram 499 [3]. Por volta de 1700, João de Sampaio, que ainda não era Padre, «construiu e estabeleceu as Salinas» de Curuçá [4]. Além destas Salinas, cultivava-se mandioca e algodão, e chegou, diz Palma Muniz, a um alto grau de prosperidade. A Fazenda de Curuçá veio a chamar-se *Vila Nova de El-Rei*, em 1757, na mesma ocasião que Mamaiacu, sendo erecto o seu pelourinho a 3 de Julho [5].

9. — A *Aldeia de S. Miguel de Maracanã*, no Salgado ou «na Costa-Mar» é uma das que os Jesuítas visitaram em 1653 e nela erigiram uma igreja de palma [6]. Em 1656 o P. João de Souto-Maior levou o seu principal Copaúba (Lopo de Sousa) à jornada do Pacajá, com outros Índios de Maracanã. Levou-o o Padre um pouco contra a sua vontade, mas como os *Pacajás* eram parentes de Copaúba, a sua ida seria útil [7]. Êstes Índios *Pacajás* dão-se como o núcleo primitivo da Aldeia de Maracanã, aldeados a princípio no Rio Marapanim [8].

---

1. Arq. da Prov. Port., Pasta 176, 27; Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 362 João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 1ª. P., 66; Bett., *Crónica*, 664.

2. Morais, *História*, 245, 318.

3. *Bras. 10* (2), 338.

4. *Livro dos Óbitos*, 30.

5. Palma Muniz, *Rev. do Inst. do Pará*. IV, 385; *Diário de 1756-1760*.

6. Morais, *História*, 430.

7. Cf. João de Souto-Maior, *Diário da Jornada que fiz ao Pacajá no ano de 1656*, publicado por Lúcio de Azevedo, na *Rev. do Inst. Bras.*, *77*, 2ª. P., 167.

8. Cf. Carta do P. António Baptista ao P. Bento da Fonseca, BNL, fg. 4529, doc. 61. António Baptista foi o último missionário Jesuíta de Maracanã (Caeiro, *De Exilio*, 447; BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 28v-29. Referindo-se Teodoro Braga ao actual município e cidade de Marapanim, diz que foi «iniciada a civilização local pelos Padres Jesuítas», numa «fazenda, por êles denominada *Bom Intento*, em fins do século XVII» (*Corografia*, 448); Palma Muniz, *Limites Municipais*, 372.

A Aldeia de Maracanã já tinha mudado duas vezes de sítio até ficar «onde se acha em o tempo presente», 1689. Copaúba faleceu muito antes, nêste último sítio «com os sacramentos da Santa Madre Igreja», sucedendo-lhe seu filho, Francisco de Sousa [1].

Copaúba ou Capaúba, se por um lado tinha qualidades e era estimado, por outro deu que fazer aos missionários, e foi um dos pretextos do Motim de 1661. Começou tudo por o P. Gorzoni ter procurado apartá-lo de uma mulher com quem vivia amancebado. A seguir a êste incidente, aquêle Principal, chamou Padres de outras Ordens ou Clérigos, enquanto viveu, «que seriam mais ou menos seis anos». O seu filho Francisco logo tornou a chamar os Jesuítas. Diogo da Costa, que era missionário de Maracanã em 1698, ainda que «não tinha os 25 casais concedidos pela lei aos missionários, tinha os necessários para seu sustento e suas viagens, para as ocasiões em que lhe eram necessários, e como é mui zeloso do culto divino, tinha, para maior devoção de seus Índios, mandado fazer umas três imagens de vulto, uma de Nossa Senhora da Ajuda, outra de S. Miguel Arcanjo, outra de S. Francisco Xavier, e juntamente renovar a pintura de Santo António Português, com que encheu todos os nichos do retábulo que êle mesmo tinha traçado e mandado fazer, por sua direcção, por Martinho, cunhado do Principal, e outros Índios carapinas de Maracanã, tendo ido os mesmos Índios por sua devoção ao cacau para pagamento de tôdas aquelas obras, com que ficou mui ornada sua igreja de taipa de pilão, que se fêz anos há, em tempo de Lopo de Sousa» [2].

Depois disto, sendo Superior o P. António Coelho, por falta de missionários, deixou várias Aldeias entre as quais Maracanã. Não sendo aprovada superiormente esta retirada, passados dois anos, em 1702, voltaram os Padres da Companhia de Jesus que ficaram com a Aldeia, a seu cargo, até o fim [3]. A autoridade que o Principal tinha ou tomava, influído pelos brancos, deu sempre desgôsto aos Padres: «Diz o missionário que para o trabalho das Salinas não vão moças solteiras, e o Principal das Aldeia as manda», duplo inconveniente social, o daquêle trabalho não ser para as mulheres e o de provocar desordens morais. O Principal já tinha passado o cargo ao filho, mas ainda mandava, e os

1. Betr., *Crónica*, 89-90.
2. Betr., *Crónica*, 630.
3. *Pezumento das Missões* [77].

brancos faziam-no perder o juízo com aguardente e alcançavam dêle os Índios que queriam... Desgostos comuns destas missões [1].

Esta Aldeia famosa foi objecto de legislação especial, por ser apenas obrigada ao serviço das Salinas reais e a dar pilotos às canoas que iam para o Maranhão. Quer dizer, estava isenta da repartição dos Índios pelos moradores e de dar trabalhadores para os serviços indispensáveis, do Missionário e do Culto. «Tôdas estas quatro povoações, Maracanã, Curuçá, Tabapará e Cabu ou Colares careciam do privilégio de poderem mandar ao sertão e colheita de suas riquezas, as suas canoas com 25 índios como tinham tôdas as mais, com cujo produto pagavam aos Índios remeiros e proviam as suas Igrejas e casas os seus respectivos missionários, por cuja causa eram estas 4 as mais pobres, vivendo os seus missionários, quási de esmola. Agora porém já tôdas correm a mesma igualdade, porque elevadas a ilustres vilas e com côngrua suficiente, de 60 cu 80 mil reis, aos seus párocos, quando os seus antecessores missionários só tinham 30!» [2].

Em 1730 Maracanã contava 1042 Índios, com mais 11 catecúmenos, sinal de que era antiga, com tão poucos índios novos [3]. A igreja de Maracanã ainda conservava em 1750 o cális que lhe dera o P. António Vieira, objecto, por isso, de grande estimação [4].

Maracanã recebeu em 1757 o nome de Vila de Nova Sintra. Em 1885 foi elevada a cidade, cuja instalação se realizou a 2 de Fevereiro de 1886; e em 1897 recuperou o nome primitivo, tradicional e histórico, de Maracanã [5].

10. — Nos limites dos actuais Estados do Pará e Maranhão, a *Aldeia de S. João Baptista* no *Rio Gurupi*, perto da Vila de Vera Cruz, sede da Capitania do mesmo nome, foi fundada pelo P. António Vieira, e segundo Bettendorff, o primeiro superior dela foi o P. Jácome de Carvalho, a quem logo substituiu o P. Bento Álvares. O cronista

---

1. Carta do P. Francisco Wolff, à Rainha, de 1 de Fevereiro de 1753, em Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 321-322.

2. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 1ª. P., 70.

3. *Bras. 10* (2), 338.

4. BNL., Fg. 4516, *Apontamentos*, 28v, onde, além das notícias aqui insertas, se lêem os nomes dos seus missionários; Bett., *Crónica*, 22, 613-614; Heriarte, *Descrição*, 217; João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 1ª. P., 65.

5. Teodoro Braga, *Corografia*, 443-445; Palma Muniz, *Limites Municipais*, 367-368.

supõe que Jácome de Carvalho viesse com Vieira em 1655, mas veio em 1659[1].

Com Vieira quem veio foi o P. Álvares, verdadeiro fundador da Residência, uma grande casa em quadra com igreja de taipa de pilão, coberta de telha, e com um pátio ajardinado ao centro, e tudo com a maior perfeição[2]. Ajudara muito às obras o Índio António, destro carapina, que o P. Bento Álvares, deixando em 1688 a Casa de Gurupi, levou consigo para Jaguarari[3]. Não estavam concluídas as casas em 1661, quando Bettendorff passou pela Aldeia, «uma boa hora distante da vila». Estava com o P. Bento Álvares o Ir. Inácio de Azevedo, «um bom músico e algum dia valente soldado. Moravam os Padres ainda em suas casas velhas de pindoba, e ia-se acabando o belo quadro de casas com sua igreja tudo de taipa de pilão. Havia em a Aldeia muitos Índios de várias nações que os Padres tinham descido para lá com o Capitão-mor João de Herrera, nosso irmão, casado pelo P. Superior António Vieira com D. Catarina da Costa, depois nossa irmã por carta de irmandade, que lhe veio de Roma»[4].

A Aldeia de Gurupi, cresceu muito com os Índios *Apotiangas*, que o P. Bento Álvares desceu do Periá[5].

O Capitão-mor de Gurupi, João de Herrera da Fonseca, no Motim de 1661, como o de Gurupá, defendeu os Padres, e quis fortificar o igarapé, cedendo por fim a rogos dos mesmos Padres[6].

Em 1669 era Superior o P. Salvador do Vale e ao mesmo tempo Professor de Teologia, que então se ensinava nessa casa. Mas sentindo-se extremamente enfêrmo, retirou-se para Maranhão em 1670[7].

Mudando-se a sede da Capitania para o Caeté, a Aldeia seguiu-a. Já em 1655 se dizia que êstes belos edifícios eram quási inúteis por se estar a mudar a vila[8]. E com ela mudaram-se alguns índios, que um Padre acompanhou. Mas a transferência jurídica da Aldeia data de 1672[9].

---

1 Bett., *Crónica*, 88; *Cartas de Vieira*, III,732.
2 Bett., *Crónica*, 249.
3 Id., *ib.*, 255
4 Id., *ib.*, 155 «Nosso Irmão»... Cf. supra, *História*, Tomo II, p. 446, nota 4
5 Moraes, *História*, 194-195.
6 Bett., *Crónica*, 175-176.
7 *Bras.* 9, 261, 264; Bett., *Crónica*, 262, 282.
8 *Bras.* 26, 14.
9 *Bras.* 9, 286

ALTAR-MÓVEL PÉTREO DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO XAVIER

(Obra dos Jesuítas do Paraná e de Santa Catarina, p. 121)

11. — A *Aldeia de S. João Baptista*, no seu novo lugar *Caeté* bem diferente da anterior, próspera e pacífica, ia ter vida de contrastes e difícil. Para que os Padres mudassem também insistiram o Donatário da Capitania do Caeté que assim passou a denominar-se, Manuel de Mello, e os moradores. E diziam que só queriam os Jesuítas (*quod alios nec haberent nec vellent*). Como os Padres teriam que abandonar a nova e grande residência de Gurupi, prometeram os interessados que fariam outra igual (*alias sedes se aedificaturos his similes spopondent*). O Donatário empenhou nisso o próprio Governador Pedro César de Meneses. Os Padres, ainda que com prejuízo seu, mas com benefício da república, escrevem para Roma que estavam a fazer a mudança, em Janeiro de 1672[1]. Quem primeiro estêve no Caeté foi o P. Pero Francisco Cassali, vindo do Ceará. Mas quem os Caetenses queriam era o P. Gonçalo de Veras[2]. E já ao passar em Caeté Bettendorff em 1674, «o P. Gonçalo de Veras, que também era Vigário da Vara para os brancos nos agasalhou com tôda a satisfação, não faltando as danças dos moradores que à bôca da noite vieram com suas violas fazer festa a seu Vigário Geral, e juntamente a mim que ia em sua companhia. Morava o Padre Missionário, *por aquêle tempo*, em umas casas que o P. Pero Francisco tinha feito, do tempo do seu superiorado, que depois se mudaram para Aldeia, onde estão *de presente*»[3]. Êste presente é 1698; no intervalo se deu a mudança. E fê-la o P. António Vaz. Na nova Aldeia construiu casas e igrejas, tudo em quadra consoante a *Visita* do P. António Vieira[4].

Não houve desgostos graves extraordinários. Mas aqui e além há indícios de que não faltavam: No Necrológio do P. António Vaz se lê que o Capitão-mor Amaro Cardoso não respeitava a honestidade das índias, e que por isso o Padre teve muito que padecer[5]; e o P. João Carlos Orlandini também os teve por parte do Capitão-mor, que cremos ser o mesmo do tempo de Padre Vaz. O caso vem narrado longamente por Bettendorff. Em resumo, era uma questão de regime das Aldeias. E choveu a papelada contra o Padre, «papeis falsíssimos», diz o mesmo cronista, testemunha de tudo. Foi preciso ao Superior

1. *Bras.* 9, 266, 302.
2. *Bras.* 26, 36.
3. Bett., *Crónica*, 301.
4. Bett., *Crónica*, 480.
5. *Lembrança dos Def.*, 7.

da Missão ameaçar o Capitão-mor de que tiraria o Padre da Aldeia. Mas sobreveio uma epidemia de bexigas e o Padre João Carlos foi a providência de todos [1]. E eis o «Capitão-mor do Caeté e todos os moradores, totalmente trocados, porque tendo sido dantes tão contrários ao Padre João Carlos, por engano do inimigo, que não trata senão da perda das almas, achou-os tão amigos, diz o Superior da Missão, que o Capitão-mor estava convertido todo, e feito um devotão do Padre e os mais tão amantes dêle que era o seu-ai-Jesus, e não sem razão, porque sendo o P. João Carlos, homem de Deus, não trata, dias e noites, senão do bem e salvação não só dos Índios, mas também dos Brancos, suprindo as vezes do seu Pároco, que lhes falta, e acudindo-lhes em suas doenças e necessidades, como médico experimentado, com as mezinhas que lhe ensinava a sua muita caridade» [2].

Estas reviravoltas são o pão-nosso dos missionários. Nos momentos de paz, adoração; nos momentos de zanga, «papeis falsíssimos».

Nem sempre os Padres guardariam a justa medida na defesa dos Índios; os colonos excediam-na, com a desvantagem de terem a parte menos simpática, como aquêle Capitão-mor que antes das pazes com o Missionário, «até fazia puxar as raparigas, em lugar de bois para fazer andar uma engenhoca de aguardente que tinha» [3].

Mas havia alguém ainda mais culpado; era a legislação de báscula, que encarregando os Padres de uma tarefa odiosa aos colonos, ora autorizava os Padres, ora os desautorizava: e êles na Aldeia que se aviessem com essas incongruências !...

Na matéria da administração dos Índios, os documentos legais relativos a Caeté, conservados na Biblioteca de Évora, e noutros Arquivos, e de que trataremos, em conjunto, na questão única, raiz de tudo, a liberdade dos Índios, é elucidativa e exemplo prático do terreno movediço em que os Jesuítas tinham que exercitar uma actividade, que tantas bênçãos e tantos ódios lhes acarretava. Examinando os diplomas governamentais, verificamos que o seu sentido geral se desenvolve, num movimento de ascensão e recuo, em dois círculos fechados.

---

1. Bett., *Crónica*, 586.
2. Bett., *Crónica*, 631. A Aldeia do Caeté constava, em 1730, de 490 Índios, 218 de sexo masculino, e 272 do feminino, e 4 catecúmenos, *Bras. 10* (2).
3. Bett., *Crónica*, 480.

Partamos de 1684. Nêste ano as Capitanias colocam-se no direito comum a todo o Estado. Quer dizer: aos Missionários competia a administração espiritual e tutorial dos Índios. Em 1693 atenua-se esta administração; e em 1699 tira-se totalmente. Em 1706 volta-se à legislação de 1684, e confirma-se depois. Primeiro círculo, em que se não ficou, porque ainda se tornou a tirar a administração dos Índios e ainda depois a dar.

Insurgem-se os moradores em 1738 por a administração dos Índios continuar a cargo dos Padres da Companhia [1]. Confirma-se a administração, cerrando-se assim em 1741 o segundo círculo, que estalou num levante, com a conivência do Vigário de Caeté, Francisco Dias Lima, contra os Missionários, a 24 de Novembro dêsse ano, sendo arrombadas as suas casas e impedidos de cumprir a sua missão legal. Depois, para justificar a façanha, engendrou-se nova fornada de «papeis falsíssimos», em que os Missionários são acusados de incendiários públicos, mandatários de assassinatos e outros absurdos semelhantes, com que nas terras pequenas, de um simples *diz-se*, imprudente ou malévolo, se faz um *foi* absoluto [2].

A presença do Vigário naqueles distúrbios revestiu o aspecto mais grave da questão, porque o próprio Bispo D. Fr. Guilherme de S. José, em despachos seus, o favorecia contra os Padres [3].

O Provincial da Companhia, quando soube da violência, dirigiu ao Governador do Estado a seguinte representação:

«*Illm°. Exm°. Snr.*: Representa a Vossa Excelência o Padre José de Sousa, da Companhia de Jesus, Provincial da mesma Companhia nêste Estado, em como Sua Majestade foi servido ordenar, em carta de 20 de Fevereiro de 1706, que as Aldeias das terras dos Donatários estejam sujeitas ao seu *Regimento*, e reais Leis sem diferença das outras: a observância do qual muito recomenda a Vossa Excelência, e em carta de 11 de Abril de 1740, escrita *ex vi* de uma representação feita pelo porteiro-mor José de Sousa e Melo, Donatário da Capitania do Caeté, foi servido ordenar que a Aldeia da dita Capitania estivesse sujeita no temporal e espiritual ao Reverendo Padre Missionário, concedendo ao dito Donatário ou ao seu Loco-Tenente, 25 Índios cabendo na repartição: a observância do qual também muito recomenda

1. Arq. da Prov. Port., *Pasta 176* (34).
2. Ib., *Pasta 176* (17).
3. Ib., *Pasta 177* (8).

a Vossa Excelência. Não obstante porém estas repetidas reais determinações, promulgadas para a conservação, e aumento da dita Aldeia, e quietação dos Missionários, o Loco-Tenente Manuel Ferreira da Silva e Albuquerque, sem respeito às reais determinações, expulsou os Missionários, usurpando para si a jurisdição temporal, e a espiritual para o Vigário daquela Capitania, a quem violentamente introduziu na Aldeia, prendendo e depondo ao legítimo Principal, e introduzindo a um notório criminoso por Regente da Aldeia sem atender que o depôr e criar Principais toca privativamente a Vossa Excelência, fazendo outrossim o dito Loco-Tenente repartição dos Índios, privando aos Missionários dos 25, que sua Majestade lhes concede, e só dando-lhes 4 Índios, para lhes pescar e caçar, repartindo também índias, cuja repartição privativamente toca ao Superior das Missões, como consta do *Regimento* de Sua Majestade, e o Capitão-mor Felix Joaquim Souto-Maior, que de presente se acha na dita Capitania, conservando as mesmas desordens, e sem o devido respeito aos Missionários, prendendo-lhes o pescador que lhes tinham assinado, mandando prender e castigar publicamente índias da Aldeia: e representando o Reverendo Padre Missionário Manuel da Costa, ao Loco-Tenente uma carta de Vossa Excelência em que mandava conservar ao legítimo principal por êle Loco-Tenente deposto, respondeu publicamente que não tinha Vossa Excelência govêrno nem mando algum naquela Capitania, como também nem Sua Majestade, o que tudo é notório pois publicamente o têm muitas vezes proferido: pelo que requer a Vossa Excelência, de parte de Sua Majestade, faça eficazmente observar tudo o que Sua Majestade têm determinado sôbre as Aldeias, sitas nas terras dos Donatários. *Item* requer a Vossa Excelência mande dar satisfação das opressões e injúrias feitas pelo Loco-Tenente, Capitão-mor e moradores daquela Capitania à Companhia de Jesus e aos seus Missionários, e não deferindo Vossa Excelência a êstes seus requerimentos, requer e pede certidões autênticas para se queixar a Sua Majestade com esta mesma representação»[1].

Aberta a devassa, tirou-se residência às autoridades coniventes e os responsáveis foram chamados a contas[2].

---

1. Ib., *Pasta 176* (35).

2. «Provisão Régia de 18 de Junho de 1744, ao Governador do Maranhão para que mande um dos Ouvidores Geraes deste Estado, ou Pará, qual escolher, à Villa e Capitania do Cayté, de que é Donatario o Porteiro-mor, a devassar da ex-

Os Jesuítas voltaram à Aldeia. O resultado principal dêstes lamentáveis factos foi a verificação de que as Donatarias dificultavam a administração geral e que convinha suprimi-las. Em 1753 suprimiu-se a de Caeté, revertendo à Corôa. Ao seu Donatário deu-se uma indemnização na metrópole [1]. Nessa reversão, Caeté perdeu o seu primitivo nome e o de Sousa (Sousa do Caeté) e começou a chamar-se *Bragança*, em 1754, reconstituindo-se com colonos açoreanos [2]. Continuaram ainda os Jesuítas na Aldeia alguns anos com a simpatia de uns, os mais pobres, e a hostilidade de outros, as autoridades, até Julho de 1757, em que voltou para o Pará o último missionário de Caeté [3].

O bairro nordeste de Bragança ainda hoje se chama *Aldeia* [4]. Desde 1854 é cidade, e uma das mais importantes do Estado.

---

pulsão que se fez aos Padres da Companhia de Jesus, Missionarios della; e a suspender e tirar residencia a Manoel Ferreira da Silva e Albuquerque, Loco-Tenente do dito Donatario, e a Felix Joaquim Sotto-mayor, Capitão-mor, da dita villa; e a executar outras mais diligencias», Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 732.

1. Barata, *Efemérides*, 129, 168.
2. Palma Muniz, *Patrimónios*, 169; *Anais do Pará*, II, 52-55; IV, 162.
3. *Diário de 1756-1760*.
4. Pinto, *Hidrografia*, 424-425; Palma Muniz, *Limites Municipais*, em *Anais do Pará*, VIII(1913) 269.

CAPÍTULO VI

Aldeias de cima até à região das ilhas e dos furos

1. — *Aldeia de Mortigura (Conde); 2 — Fazenda de Gibirié; 3 — Aldeia do Guamá; 4 — Fazenda de Jaguarari, no Rio Moju; 5 — Fazenda de Ibirajuba; 6 — O Rio Pacajá e a «Jornada do Oiro»; 7 — Aldeia de Sumaúma (Beja); 8 — Aldeia de Aricaru ou dos Nheengaíbas (Melgaço); 9 — Aldeia de Arucará (Portel); 10 — Aldeia dos Bócas e Araticum (Oeiras).*

1. — Mortigura foi a primeira Aldeia da Companhia no Pará. Deu-lha o Governador Inácio do Rego Barreto em 1653, por fôrça da Provisão de El-Rei que mandava dar uma Aldeia ao Colégio. Os Padres Mateus Delgado, Manuel de Sousa e o próprio Vieira, todos três estiveram nela êsse ano [1]. Em 1658, Manuel David Souto-Maior propôs que Mortigura, então «arca de Noé», cheia de Índios, se não aplicasse unicamente a serviço do Colégio e entrasse na lei igual da repartição [2]. Assim se fêz. E nos seus dois sítios sucessivos, ficou sempre, depois, Aldeia de repartição, administrada pelos Jesuítas.

A sua primeira igreja foi de palma. Em 1655 o P. Francisco da Veiga construiu a Residência de S. João Baptista [3]. Bettendorff estêve nela em 1661, como companheiro do P. Veiga, e mestre de ler e escrever. Referindo-se a essa Mortigura de 1661, chama-lhe *Mortigura-a-Velha*, em contraposição de *Mortigura-a-Nova*, que também

---

1. *Cartas de Vieira*, I, 363-364; Morais, *História*, 318.

2. Manuel David Souto-Maior, *Parecer sobre as Missões do Maranhão*, em *Studart, Documentos*, IV, 94. Manuel *David* ou *da Vide*, que ambas as formas se encontram.

3. Bett., *Crónica*, 89.

se continua a chamar simplesmente *Mortigura*, e que, no novo sítio, já tinha à sua conta, em 1696, nove Aldeias de Índios [1].

Em 1730 Mortigura constava de 637 Índios [2]. Sete anos depois o P. Geral congratula-se com o P. Bucarelli por ter erguido nova e formosa igreja, enriquecendo-a com retábulos doirados, cálices e ornamentos preciosos e lâminas singulares [3].

João Daniel diz que Mortigura chegara a ter milhares de índios; e de uma vez, que se temeram inimigos, o Missionário ofereceu-se a disputar-lhes o passo com 600 arcos; e que a sua gente poderia ter sido mais que a de Belém se os moradores os não ocupassem, aos Índios e Índias, em lhes criar os filhos, e nas roças e na fabricação de farinha, ficando muitos por lá [4].

Nota final: «Hoje, 6 de Março [de 1757] chegaram [a Belém]. Suas Excelências [o Governador e o Bispo] de principiar a *Vila do Conde* em Mortigura» [5].

2. — No mapa de 1753 achamos, pouco distante de Mortigura, a *Missão de Gibirié* (aparece também escrito Gibiré e Gibrié). Era uma Fazenda, doada ao Colégio do Pará, antes de 1709, por Francisco Rodrigues Pimenta, com a condição de nunca se vender [6]. Em 1730 os seus índios eram 87[7].

Segundo o *Inventário*, constava de três léguas de terra, com dois cacoais, e duas roças grandes. Havia nela serralharia, serraria e dois

---

1. Bett., *Crónica*, 156-157; *Bras. 9*, 429v. Da primeira Aldeia de Mortigura (a Velha) se visitava em 1655 a *Aldeia de Carnapió*, onde o P. Vieira tinha erguido uma bela igreja a S. Simão e S. Judas. Ainda se visitava em 1661, de 15 em 15 dias (Bett., *Crónica*, 157). Mas com o Motim dêsse ano «destruiu-se a Aldeia de Carnapió» (Vieira, *Memorial de Doze Propostas*, 186). Os Padres aproveitaram, depois, da casa e igreja, o que era digno disso, transportando parte para o Pará, parte para Jaguarari (Bett., *Crónica*, 255).

2. *Bras. 10*(2), 338.

3. *Bras. 25*, 77; *Lembrança dos Def.*, 14v.

4. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2ª. P., 117.

5. *Diário de 1756-1760*. Na BNL, fg. 4539, Doc. 36, nºs. 3 e 4, guardam-se duas listas: uma de 1750, feita por Francisco Wolff, com os nomes dos seus missionários e índios que estiveram nas Aldeias de Camutá, Mocajuba e Moju; e outra, dos Índios, que se apresentou ao Senhor General.

6. Bibl. de Évora, *Ordinationes*, Cód. CXVI/2-2, 134; Arq. Prov. Port., *Pasta 176*, 27.

7. *Bras. 10* (2), 338.

teares e casa de canoas. A Residência, com ser pequena, dispunha dos cómodos indispensáveis, a que nem faltava uma estante de livros.

A igreja media 55 para 60 palmos de comprido e 25 de largo. O orago, S. Francisco Xavier. E além desta imagem, mais outras e diversos paineis. Os objectos e ornamentos da praxe não ricos, mas dignos [1].

3. — De Mortigura se ia visitar a *Aldeia do Guamá*. Não era Aldeia de missionário fixo, por falta dêle, e sobretudo porque os moradores traziam ocupados e dispersos as mais das vezes os seus índios. Depois da repartição das Aldeias em 1693, a do Guamá ficou à Companhia de Jesus [2]. No Guamá se aldearam, antes do fim do século XVII, os *Araras*, que tinha reduzido o P. António da Silva, missionário dos *Abacaxis* [3]; e em 1698 uns cem *Maraguases*, indevidamente escravizados, e que os Jesuítas, examinando o caso, declararam livres [4]. Nêste mesmo ano a Aldeia do Guamá estava ao cuidado do P. Miguel Antunes, que ia de tempos a tempos, para os ensinar, e administrar os sacramentos. Contaria então a Aldeia até duzentas almas. Era de assistência difícil, em que o missionário, a mais dos trabalhos comuns a tôdas as Aldeias, passava privações, porque o «sítio em que está a Aldeia é muito faminto e falto de peixe». Pensava-se então em a mudar mais para cima, para o *Rio Capim*, onde constava ser maior a fartura e poder-se alí assentar Aldeia maior [5]. Mas José de Morais, ao descrever êstes dois rios Guamá e Capim, em 1750, já se não refere a Aldeia da Companhia, que por alí existisse [6].

No *Rio Guamá*, não longe de Belém, possuía a Casa da Madre de Deus do Maranhão, meia légua de terra, que lhe doara Manuel Monteiro de Carvalho [7].

---

1. *Inventário do Maranhão*, 12. Em nenhum autor moderno achamos referência a Gibirié, que nos elucide sôbre o seu destino.

2. Bett., *Crónica*, 633, 657.

3. Id., *ib.*, 632.

4. Id., *ib.*, 24.

5. Id., *ib.*, 657, 671.

6. Morais, *História*, 496-497.

7. *Inventário do Maranhão, Bras. 28; Anais do Pará*, X(1926) 245. No *Catálogo nominal dos Posseiros de Sesmarias*, de Artur Viana, nos *Anais do Pará*, III(1904) 119, diz-se que foi concedida a 18 de Julho de 1734. Há alguma confusão na denominação do Rio Guamá, trazendo-o alguns cartógrafos até à cidade de

4. — Subindo um pouco mais, no *Rio Moju*, teve o Colégio do Pará as suas primeiras propriedades privativas e numa delas, engenho. Comunica-se em 1671 que o Colégio possuía havia alguns anos uma Fazenda, feita por Francisco Veloso [1]. Não se diz onde ficava. Mas Bettendorff, narrando a origem da *Fazenda de Jaguarari*, no Rio Moju, diz que Bernardo Serrão Palmela e sua mulher Isabel da Costa, vendo-se já idosos, fizeram doação dela ao Colégio de S. Alexandre, quando o P. Veloso era seu reitor (1663-1668), com a condição de os Padres os sustentarem enquanto vivessem, «o que se fêz a contento dêles, até que Deus os levou para si». Eram as terras de *Bom Jesus de Jaguarari* (ou Jaguararipe), que incluiam também as de *Juquiri* [2].

A primeira casa e Igreja de Jaguarari foi obra do P. Manuel Nunes e logo as melhorou ou refêz o P. Bento Álvares, passando para ali, de Gurupi, com o peritíssimo Índio António Carapina [3].

O *Inventário* de 1760 discrimina assim estas fazendas com as suas oficinas e anexos:

1) «Meia légua de terra de frente, que principia no *Rio Acará*, e corre pelo *Rio Moju* acima até o sítio, que chamam *Ribeïra*, e uma légua de centro».

2) «De frente do mesmo *Rio Moju* tem outra meia légua de terra, onde se fazem as lavouras».

3) «Tem mais um sítio na mesma terra com uma roça nova».

4) «Tem mais um sítio pelo mesmo rio acima, adiante da *Taboca*, à mão direita, com meia légua de terra e duas léguas de centro com dois cacoais» [4].

Belém, outros parando-o na confluência do Capim. Dêste último número é Palma Muniz, segundo o qual vem «lançar as suas águas junto da cidade de Belém com o nome de Guajará», *Limites Municipais*, 703.

1. *Bras.* 26, 13v.

2. Bett., *Crónica*, 251-253; *Bras.* 9, 262; Morais, *História*, 498. Morais diz que foi a segunda Fazenda do Colégio. A primeira foi Mamaiacu, fundação que data de 1663, princípio do reitorado do mesmo Francisco Veloso, mas não eram terras da propriedade do Colégio.

3. Bett., *Crónica*, 225.

4. Talvez se refira a um dêstes cacoais o que participa Melo de Castro, que as fazendas dos Jesuítas no Rio Moju eram «as de Borajuba, Jaguarari, Gibrié e um cacoal no igarapé chamado de Maria Nunes» (Carta do Pará, de 5 de Agôsto de 1760, *Anais do Pará*, VIII(1913, 156.

Jaguarari não possuía engenho e, por isso era menos importante que a de Ibirajuba. Ainda assim tinha moenda para aguardente, olaria, e fornos para farinha, e residências e capelas em cada um dos sítios. No primeiro e principal, a Residência era assobradada, com 10 aposentos; e a igreja nova, com a sua sacristia e tôrre, e sete imagens e alguns ornamentos [1]. A Fazenda de Jaguarari passou a mãos de particulares e foi mais tarde título de Barão (o Barão de Jaguarari) [2].

5. — A célebre *Fazenda de Ibirajuba* começou por volta de 1670. O seu proprietário capitão-mor de Gurupi, João de Herrera da Fonseca, a quem o P. Vieira casou com D. Catarina da Costa [3]. e de cujo falecimento se dá notícia no ano de 1674, diz que tinha feito nela um engenho para a Companhia com a ajuda desta [4]. Deixou-o à Companhia, e o usufruto a sua mulher, ou, como ela própria escreve ao Geral, deixou-lhe os bens a ela se não se tornasse a casar; e se se casasse, ao Colégio do Pará. Ela casou-se segunda vez com o Capitão João Pereira Seixas (filho do Capitão-mor Francisco de Seixas Pinto), que tratou de fazer composição com o reitor do Colégio, que deu 4.000 cruzados. Seixas faleceu em 1691 e ainda deve ter havido alguma dúvida depois disso, finalmente resolvida a bem, de mútuo acôrdo [5]. Pelo *Inventário do Maranhão* se infere que D. Catarina da Costa, com carta de Irmandade, para cortar tôdas as possíveis dúvidas, ao falecer mais tarde, deixou em testamento ao Colégio do Pará todos os seus bens.

Os bens de Ibirajuba constavam de três propriedades:

1) Uma légua de terra, onde era o engenho. Possuía-a D. Catarina da Costa, «aforada pelos senhores da Confraria da Senhora do

1. *Inventário do Maranhão*, 11-11v.

2. Octaviano Pinto traz uma lista de estabelecimentos agrícolas, das margens do Moju, alguns desaparecidos durante a Cabanagem. Lemos, entre outros: Jaguarari, Ribeira, Itaboca, Moju-mirim, «acima do igarapé Guajará-una», que foi uma fazenda dos Jesuítas, e Juquiri (*Hidrografia*, I, 392). E na *Carta do Municipio de Belém*, de Palma Muniz (1905), assinala-se à direita do Rio Moju, o «Lago Jaguarari», bastante grande e o «Igarapé Laranjeira», citado mais adiante a propósito de Ibirajuba.

3. Cf. S. L., *Novas Cartas*, 283; Bett., *Crónica*, 155.

4. *Bras. 26*, 36.

5. Bett., *Crónica*, 611; *Bras. 26*, 174-175v, 186; Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão Pará*, 392.

Rosário» do Pará. O Colégio ficou com esta pensão de fôro, que mais tarde resgatou, construindo à sua custa a igreja do Rosário, junto ao Carmo.

2) A *Ilha de Arauaí*, que D. Catarina possuía, por data, do Governador Pedro César de Meneses. Teria légua e meia de circúito, e nela havia, em 1760, cinco canaviais [1].

3) Meia légua de terra, «entre os Riachos chamados das *Laranjeiras* e *Guajará-mirim*». Doou-a ao Colégio «Francisco de Banhes, se me não engano no nome» — diz o redactor do *Inventário* [2].

Ibirajuba era Fazenda modêlo: engenho de açúcar e de aguardente, canaviais, um cacoal, que teria dois mil pés, e alguns de café, frutas de espinho e da terra, duas roças de farinha e dois meloais.

Os Índios da Fazenda em 1730 eram 174 e mais 16 catecúmenos; em 1760, o seu pessoal eram 102 pessoas de ambos os sexos, contando as crianças.

Quando se deixou, era *novo* o engenho, com suas casas de vivenda. A Residência assobradada, com 250 palmos de comprido, e 6 aposentos, altos, e outros 6 baixos. Pequena livraria. E entre os livros, a *Crónica do Brasil*, de Simão de Vasconcelos.

Como grande fazenda que era, Ibirajuba tinha oficinas de carpintaria e torneiro, utensílios de pedreiro, 2 teares, uma tenda de ferreiro e serralheiro; uma olaria, a casa das canoas com 9 feitas e três principiadas; e guindaste.

Passando de Quito para a Europa, Carlos de La Condamine, no seu trabalho de medição do arco do Equador, estêve em Jaguarari,

---

1. No ano de 1671, o Colégio do Pará possuía apenas uma légua de terra (a de Jaguarari) e mais três léguas, que êsse mesmo ano de 1671 dera ao Colégio, em nome de El-Rei, o Governador Pedro César de Meneses (*Bras. 26, 27*). Não se diz onde. No *Inventário*, está que o Colégio possuía os bens de Jaguarari como «herdeiro que foi do testamento de D. Catarina da Costa, a qual tinha carta de data da Ilha de Arauaí, passada pelo Governador Pedro César de Meneses». Sabemos que em 1734 o P. Geral deu licença para o Colégio vender três lotes de terras suas: Guajará-una, Mereti (palavra emendada no original que também se poderia ler Meruig ou Merssig) e Suaçurana (*Bras. 25*, 62).

2. Francisco de Banhes não aparece no *Catálogo dos Posseiros de Sesmarias*, *Anais do Pará*, III, 50-59. Mas podia ser que já a tivesse de outrem. No Catálogo há todavia outros Franciscos a quem isso poderia quadrar.

em 1743, antes de descer ao Pará onde tivemos «a fortuna de o tratar por nosso hóspede até a sua partida», diz José de Morais [1].

A igreja tinha 80 palmos de comprido, côro e púlpito, altos forrados e e cintados. Retábulo de talha doirada, com diferentes imagens estofadas, entre as quais três da invocação de Nossa Senhora (Nazaré, Conceição e Rosário), a de Cristo Morto, a de S. Francisco de Borja e a de S. António. Ornamentos necessários, modestos, quási sem prata. Padroeiro do Engenho, S. Francisco de Borja. Mas a igreja era de N. S. de Nazaré, e teve a honra de presenciar, no dia 20 de Novembro de 1757, a profissão solene de João Daniel que assina: «In ecclesia Nostrae Dominae a Nazareth in Ebyrujubensi Collegii Paraensis Praedio» [2]. O engenho de Ibirajuba ficava a 4 h., de Belém, por água [3].

A 15 de Junho de 1760 passou para a fazenda real [4].

---

1. Morais, *História*, 484. La Condamine consagra umas linhas a esta Fazenda: «Le 19 de Septembre, prés de quatre mois aprés mon départ de Cuenca, j'arrivai à la vue du Pará...; nous prîmes terre à une habitation dépendente du Collège des P. P. Jésuites. Le Provincial [le R. P. Joseph de Sousa] nous y reçut, et le Recteur [le R. P. Jean Ferreyra] nous y retint huit jours, et nous y procura touts les amusements de la campagne, tandis qu'on nous preparoit un logement dans la ville. Nous trouvâmes le 27, en arrivant au Pará, une maison commode et richement meublée, avec un jardin d'ou on découvroit l'horisont de la mer, et dans une situation telle que je l'avois desirée, pour la commodité des mes observations». — *Relation abrégée*, 172-173.

2. *Lus. 17*, f. 266.

3. No *Itinerário da Viagem da expedição exploradora e colonizadora do Tocantins em 1849*, pelo Tenente Coronel João Roberto Aires Cameiro, vai êste marcando as distâncias e tempo gasto na viagem de sua galeota e mais canoas da expedição. Os primeiros lugares por onde passou são os mesmos antigos. De Belém ao Engenho de Borajuba, 4 h.; dêste ao engenho de Jaguaraíbe, 3, 1/2 h.; dêste a Jaruaçu, 1, 1/2 h.; dêste ao Engenho Juquiri, 6, 1/2; dêste ao Engenho de Sumaúma, 3 h., *Anais do Pará*, VII (1910) 12-14.

4. *Inventário do Maranhão*, 13. Pôs-se no ano seguinte em hasta pública, o «Engenho de Borajuba situado no Rio Moju com tôda a sua fábrica, casas, igrejas, terras e escravatura». Arrematou-a Baltasar do Rêgo Barbosa, capitão-mor e governador da Ilha de Joanes por «quarenta e sete mil cruzados, trezentos e sessenta mil reis». Ficando nessa família entrou mais tarde, já no século XIX, em partilhas, e assim se desfez. Nos autos de arrematação ainda se fala em Rio Moju, mas, explicando-se mais, diz-se que começava no «igarapé Janipaúba, seguindo pela margem direita, acima do *Rio Acará*» (Cf. Barata, *Efemérides*, 150-152).

6. — Mais para cima de Mortigura e Sumaúma, e depois da bôca do Tocantins, fica a Região dos Furos e das Ilhas, por onde o Rio Pará se comunica com o Amazonas, região característica onde os Jesuítas, desde os primeiros, desenvolveram intensa actividade. Descreve-a assim Henrique Santa Rosa: «As ilhas e os canais que se mantêm na parte ocidental da Ilha de Marajó, denominada a região das «ilhas» ou que recamam o grande trecho da foz do Amazonas abaixo do Xingu até ao oceano, ou nas margens do Rio Pará e da embocadura do Tocantins, como em tôda a costa da região do Salgado, com os seus inúmeros *paranás*, e *furos*, são o resultado dessa obra prodigiosa de uma formação recente, que, de um ano para outro, assume diversas feições. Para dar idéia do labirinto que por essa forma se produz, basta contemplar o mapa da referida região insular, compreendida entre o furo e o Estreito do Tajapuru do lado do Ocidente, e o Rio de Breves, o Rio dos Macacos, o Rio Aramã e o Anajás, do lado oposto; limitada ao sul pelas baías de Bócas e de Melgaço, e ao Norte pelo Rio Amazonas e Canal do *Vieira Grande;* e observar como por esta reduzida extensão de 2234 q^{m2} circulam tão numerosos canais, tais são o furo do Jaburu e o da *Companhia*, o Rio Jacaré e o Jacarezinho; o furo Japichaua e o Itaquara, o Arauaí e o Mututi, interceptados por uma centena de outros secundários, retalhando a superfície em mais de 200 ilhas» [1].

Nesta região administraram os Jesuítas três grandes Aldeias, *Aricuru*, *Arucará*, e *Bócas*, e a ela vem dar o Rio Pacajá, que nos começos da Conquista era nome de alta sugestão, e ainda em 1640 João Teixeira, na sua *Descrição*, o desenhou como grande braço que ia dar ao Amazonas. Tinha êste Rio tradição sangrenta e corria que nêle havia oiro. A Côrte deu ordens expressas ao Governador André Vidal de Negreiros que tentasse a sua descoberta.

A expedição ficou célebre sob o nome de «Entrada» ou «Jornada do Oiro». Foi nela João de Souto-Maior. E dela nos deixou um precioso *Diário* que não concluiu, porque a morte o surpreendeu a meio da jornada [2].

---

1. Henrique Santa Rosa, *Hidrografia do Estado do Pará*, no *Dic. Hist., Geogr. e Etnogr. do Brasil*, II, 95.

2. *Diário da Jornada que o Padre João de Sotto Mayor fez ao Pacajá em 1656*, com prefácio de Lúcio de Azevedo, na *Rev. do Inst. Bras.*, 77,2ª. P., 157-179.

«Aos 11 de Fevereiro de 1656 partimos de Belém para o descobrimento do oiro. Era Capitão da tropa Pedro da Costa. Constava de três canoas. Nelas iam 32 brancos com mineiros e o piloto que também ia para arrumar a altura. Índios 190, todos gente escolhida». Vencidas as cachoeiras e infinitas dificuldades, chegaram ao fim da jornada a 4 de Abril. O Padre fez logo a igreja de pau a pique, e nela celebrou a Semana Santa com a cândida solenidade, que êle próprio descreve, naquelas matas hostis. Assim como descreve os trabalhos inauditos, os baptismos, as desconfianças, as doenças alheias e próprias, de que viria afinal a morrer, sem voltar ao Pará. Página comovente e real!

O fim da jornada era em busca de minas de oiro, o «El-Dorado», o «Lago Doirado», que a imaginação situara, por ali, no Amazonas, sem se saber bem onde. Escreve Souto-Maior: «Acabada a estacada e casas dos brancos, os que para isto estavam com os Índios, que ou já tinham convalescido ou ainda não tinham adoecido, se partiram a caminho das serras a buscar o metal que por fugir e haver medo dos homens, dizem que se fêz amarelo: muitas diligências fizeram, muitas serras subiram, muitos rochedos picaram, muitas areias dos ribeiros, mais claras que as águas, lavaram, mas debalde».

Quando se soube o fim trágico da expedição, prègou Vieira o sermão, que anda nas Antologias, em que nota o facto mil vezes verificado, e no Brasil mais que em nenhuma outra parte, que a prosperidade estável não está na indústria extractiva, mas na posse efectiva da terra pela agricultura. E, depois, escreve a El-Rei, arredondando os números, como é costume seu: Fala da *Entrada do Oiro:* «Gastaram nela dez meses quarenta Portugueses, que a ela foram com duzentos Índios. Dêstes morreram a maior parte pela fome e excessivo trabalho; e também morreu o P. João de Souto-Maior, tendo já reduzido à fé e à obediência de V. Majestade quinhentos índios que eram os que naquela paragem havia da nação *Pacajá* e muitos outros da nação dos *Pirapés* que também estavam abalados para vir». E vieram. Outras minas não se acharam[1].

João de Souto-Maior, natural de Lisboa, tinha 33 anos de idade. O seu Necrológio diz uma simples frase, que é tudo: «homem santo»[2].

---

1. *Carta do P. Vieira a D. Afonso VI*, do Maranhão, 20 de Abril de 1657; *Cartas de Vieira*, I, 462; *Resposta aos Capitulos*, 236.

2. *Livro dos Óbitos*, 2v.

Dois ou três anos depois, recolheram-se os seus despojos e se sepultaram na igreja velha de S. Francisco Xavier, do Pará, que êle fundara, excepto a cabeça que levou para Lisboa seu irmão Manuel David Souto-Maior. Infelizmente os seus restos mortais não se mudaram para a igreja nova, «onde deveriam ter um mausoleu» [1].

7. — Anexa a Mortigura andou algum tempo a Aldeia de *Sumaúma* ou *Sumaima*, fundação posterior. Ainda no Catálogo de 1723 aparece englobada naquela, e com uma terceira: Aldeia de Mortigura, Sumaúma e Tocantins, com um só missionário para tôdas três, Marco António Arnolfini [2]. Sôbre a Aldeia do Tocantins falaremos ao tratar dêsse Rio. Ainda aparecem unidas as mesmas três em 1730, mas já com os seus índios discriminados na estatística geral dêsse ano. Sumaúma tinha então 323 índios [3].

Pela proximidade do Pará, quando os Índios entenderam a intriga dos governantes contra os Jesuítas, desaforaram-se também contra seu missionário, que a 16 de Novembro de 1753 comunica tão deploráveis sucessos à Rainha D. Mariana [4]. Quatro anos depois, a Aldeia passou a vila: «Hoje, 6 de Março»]de 1757[chegaram ao Pará o governador Mendonça e o Bispo Bulhões, «de principiar a vila de *Beja* em Sumaúma» [5].

Sumaúma ou Beja pertence hoje ao Município de *Abaeté*; mas, diz Octaviano Pinto, «em Beja se devem procurar as legítimas origens de Abaeté» [6].

8. — A «*Aldeia de Aricuru* ou dos *Ingaíbas*, (que assim se escrevia vulgarmente a palavra *Nheengaíbas*) também aparece com o nome de Guaricuru e Uaricuru, e o seu primitivo núcleo data de 1653,

---

1. *Hist. Proprov. Maragn.*, 645; Bett., *Crónica*, 97-102; Barros, *Vida*, 210-215; Morais, *História*, 501; Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão Pará*, 85; Id., *Hist. de A. V.*, 291-293.

2. *Bras. 27*, 48.

3. *Bras. 10* (2), 338. Cf. outra «lista dos Índios de Sumaíma», pelo P. Francisco Wolff, na BNL, fg. 4529, doc. 35, nº 2.

4. Cf. Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 288.

5. *Diário de 1756-1760;* Caeiro, *De Exilio*, 435. Sôbre Beja escreve Palma Muniz: «A sua origem é ligada à fundação Jesuítica da *Aldeia de Mortigura*, uma das primeiras reduções dos Padres Jesuítas no Grão Pará», Palma Muniz, *Rev. do Inst. do Pará*, IV, 387.

6. Pinto, *Hidrografia*, 388.

IGREJA DA SENHORA MÃE DE DEUS, DA VIGIA

Notável monumento da 1.ª metade do século XVIII. A fotografia, apertada, diminue-lhe a perspectiva. No frontão, ao centro, o medalhão da Mãe de Deus.

quando os Padres Manuel de Scusa e Mateus Delgado a visitaram, levantando uma igreja. Mas a erecção formal dela, como Aldeia da Companhia, data de 1661 [1]. Em Dezembro de 1660, Vieira, ainda no Maranhão, escreve a El-Rei que tencionava ir ao Rio das Amazonas, e «assentar uma missão nas nações dos *Nheengaíbas*» [2]. Fundou-se pois a Aldeia dos Nheengaíbas ou Guaricuru em Março de 1661, pelo próprio Vieira que deixou como primeiro superior o P. Manuel Nunes, que tinha sido Reitor do Colégio do Pará. Deu-lhe por companheiro o P. João Maria Gorzoni. E ali estavam por ocasião do Motim de 1661 [3]. Por causa do motim, que desterrou muitos missionários, e depois ainda por falta dêles, Aricuru ficou largo tempo sem o seu próprio, sendo assistida de Tapará [4]. Todavia já em 1668 vivia nela o P. Gaspar Misch [5], e a pouco e pouco se reconstituiu, tornando-se, em breve, centro de outras Aldeias, como se diz que era de quatro, em 1678, cada qual com sua igreja, ainda que sem missionário, visitadas tôdas do Pará [6].

Depois, teve missionário fixo, e prosperou rapidamente. Era ponto de escala dos que iam ou vinham do sertão amazónico [7]. A 3 de Setembro de 1689, ao passar por Aricuru o P. Samuel Fritz, governava a Aldeia, o P. António da Silva [8]. Êste Padre, em vez da pequena igreja de 1669 [9], ergueu outra, bela, que ficou a ser uma das melhores de todo o Estado [10]. S. Miguel de Guaricuru em 1730 tinha 1009 Índios e 152 catecúmenos [11].

Chama-se *Melgaço* desde 1758 [12].

---

1. Morais, *História, 431.*
2. *Cartas de Vieira,* I, 572.
3. Carta do P. Vieira, do Rio das Almazonas, 24 de Março de 1661, em S. L., *Novas Cartas,* 299-300; *Cartas de Vieira,* I, 591-592; Bett., *Crónica,* 155.
4. *Bras. 26,* 13v.
5. Bett., *Crónica,* 259.
6. *Bras. 26,* 53. Além dela própria, «Uaricuru dos Ingaíbas», eram as dos «*Mamaianases, Mapuases* e *Bócas,* divididos por aquelas ilhas em várias paragens delas», Bett., *Crónica,* 488.
7. *Bras. 9,* 428v.
8. *Diário* na *Rev. do Inst. Bras., 81,* 383-384, 338-339.
9. *Bras. 9,* 263v.
10. Bett., *Crónica,* 488, 527.
11. *Bras. 10* (2), 338.
12. Pinto, *Hidrografia,* 362; Palma Muniz, *Rev. do Inst. do Pará,* IV, 390; Id., *Limites Municipais,* 518; Morais, *História,* 501; BNL, *Apontamentos,* fg. 4516, f. 170v.

9. — *A Aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Arucará*, na terra firme, entre o Rio Pacajá (2 léguas) e o Rio Anapu (a um tiro de mosquete), era de *Mamaianases*, uma das que dependiam da Aldeia de Aricuru. Tornou-se autónoma depois, e desenvolveu-se muito: em 1730 contava 1505 índios [1]. *Vila de Portel* desde 1758 [2].

Arucará chegou a ser a mais populosa das Missões da Companhia nesta região. Constava de *Nheengaíbas*, *Mamaianases*, *Orichecas* e *Pacajases*. «Os *Nheengaíbas* e *Mamaianases*, destas 2 missões, hoje vilas, são os que fizeram guerra aos Portugueses por mais de 20 anos, finalmente reduzidos pelo Grande Padre Vieira e outros Jesuítas» [3].

10. — *A Aldeia dos Cambócas ou Bócas*, foi uma das visitadas em 1653 pelos Padres Manuel de Sousa e Mateus Delgado, com a erecção de uma igreja [4]. Fundou-a depois em regra o P. Gorzoni, talvez em 1661, quando estêve em Aricuru. Construiu casa e igreja, que ocuparam depois os Padres Mercenários por intervenção de Feliciano Correia. Bettendorff visitou-os em 1668, e concedeu-lhes tôdas as licenças necessárias para administração dos Sacramentos, interinamente, até haver missionários da Companhia e êles ali ficaram por algum tempo [5]. Mas já do P. Manuel Galvão, jesuíta falecido em 1695, se diz que fôra missionário dos *Bócas* [6]. Em 1697, o P. João Ângelo construiu «casas, belamente feitas, com traça nova», e uma linda igreja [7]. Em 1730, Bócas era a mais povoada, então, de tôdas as Aldeias, da Companhia, no Maranhão e Grão-Pará, com 1788 Índios, dos quais 164 ainda gentios, que se catequizavam [8].

---

1. *Bras. 10* (2), 338; *Bras. 27*, 48; Morais, *História*, 502; BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, f. 171; *Ib.*, fg. 4529, doc. 54, que é uma carta do P. Manuel Ribeiro, da Aldeia de Arucará, de 12 de Novembro de 1753, pela qual se vê entre outros assuntos, que a Aldeia concorria para o embelezamento da Igreja de Santo Alexandre, mandando pedir de Lisboa um frontal para o Altar-mor dela.

2. Palma Muniz, *Limites Municipais*, 619; Teodoro Braga, *Corografia*, 502; Pinto, *Hidrografia*, 362, dizem ser o orago Nossa Senhora da Luz. O Catálogo de 1723 dá aquêle, de Nossa Senhora da Assunção (*Bras. 27*, 28).

3. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2ª P., 119.

4. Morais, *História*, 431.

5. Carta de Bettendorff, *Bras. 3* (2), 111; *Bras. 9*, 311v; *Bras. 26*, 53; Bett., *Crónica*, 259.

6. *Bras. 9*, 428v.

7. Bett., *Crónica*, 660.

8. *Bras. 10* (2), 338.

A *Aldeia de Araticum* procede da Aldeia dos Bócas. Em 1738 o Missionário dos Bócas, Manuel dos Reis, mudou-os para o Rio Araticum começando daí em diante a nomear-se indiferentemente Aldeia dos Bócas e Aldeia de Araticum, prevalecendo por fim esta última denominação. A razão da mudança foi que os índios tinham as suas roças nêste rio. Era-lhes difícil ir à Aldeia dos Bócas para o cumprimento dos seus deveres religiosos. O Missionário mudou a Aldeia, e resolveu-se a dificuldade [1].

Em 1747 e 1748 houve epidemia geral de cursos de sangue e no de 1749 de sarampo. Grassaram com incrível violência e sucumbiram mais de 500 pessoas, operando o missionário de Araticum prodígios de caridade para lhes assistir: «servia de pároco, de médico, de enfermeiro, de cozinheiro e outros semelhantes ofícios, – diz êle próprio, o P. Inácio Estanislau. Passada a peste, reavivou-se a Aldeia e edificou-se igreja nova [2].

João Daniel escreve: Compunha-se de Índios de diversas nações, *Nheengaíbas*, *Maraùnuns*, etc., que os Padres iam descendo para refazerem os quadros: «das mais bem doutrinadas e, por, isso, sua gente meiga e afável». Preparava-se o missionário para descer novos Índios em 1757; e ainda vieram os caciques de três nações. Quando souberam que iam sair os Padres não houve meio de os deter, que não fugissem para os matos [3]. Desde 20 de Janeiro de 1758, que a Aldeia de Araticum se chama *Vila de Oeiras*, hoje Município do mesmo nome [4].

---

1. Morais, *História*, 500. Êste mesmo ano de 1738, marca a primeira data histórica do Município de Breves, na Ilha do Marajó, relacionado com esta Aldeia, na sua origem: «19 de Novembro de 1738, data em que D. João rei de Portugal, fêz notar a sua carta de confirmação e sesmaria, dada a Manuel *Breves* Fernandes, morador na Missão dos Bócas, dando-lhe uma sorte de terras de duas léguas de comprido e uma de largo no Rio Parauaú», Teodoro Braga, *O Municipio de Breves*, 1738-1910 (Pará 1911) 33.

2. «Relação», de Inácio Estanislau, Bócas em Araticum, 31 de Agôsto de 1751 (Arq. Prov. Port., *Pasta 177* (24).

3. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2ª P., 118.

4. Porto Seguro e nota de Garcia, *HG.*, IV, 312; Palma Muniz, *Limites Municipais*, 592.

CAPÍTULO VII

Rio Tocantins

1 — Aldeias de Camutá, Inhaúba e Parijó; 2 — Entrada de António Vieira, 3 — Preparativos e contradições; 4 — A viagem; 5 — A «viração» das tartarugas; 6 — Os «touros de água» ou jacarés; 7 — As canoas e as cachoeiras da Itaboca; 8 — Entre os Índios; 9 — Entrada de Francisco Veloso e Tomé Ribeiro aos Tupinambás, 10 — Entrada de Tomé Ribeiro aos Carajás; 11 — Entrada de Manuel Nunes e Tomé Ribeiro aos Poquiguaras; 12 — Entrada de Gaspar Misch; 13 — Entrada de Gonçalo de Veras aos Catingas, Aruaquis e Nambiquaras; 14 — Entrada de Manuel da Mota e Jerónimo da Gama aos Jaguaris e Tocaiúnas; 15 — A Aldeia da Itaboca.

1. — O primeiro Jesuíta que estêve no Rio Tocantins foi Luiz Figueira em 1636. O Capitão-mor e Donatário de Camutá Feliciano Coelho de Carvalho, com quem já tinha estado no pôrto de Una, quando Figueira alí chegou dois meses antes, recebeu-o na sua Capitania, com grandes demonstrações de estima. Figueira prègou e depois foram ambos visitar as Aldeias do Rio Tocantins que eram umas cinco ou seis, «por aquêle aprazível rio acima como quinze léguas». Nomeia-se em particular a Aldeia de Boigig, em que os Índios fizeram festas à sua maneira. Prègava-lhes o Padre e com isto se gastaram 5 ou 6 dias, o que corresponde um dia a cada Aldeia. Voltando ao Camutá, daí partiu para Gurupá em 9 de Abril. Com ser rápida a visita, o Padre, como observador que era, notou a fecundidade das águas, sobretudo em tainhas e tartarugas. Destas afirmavam os moradores se apanharam naquele ano trinta mil [1].

A seguir ao Padre Figueira, esteve em Camutá, em 1653, o Padre António Ribeiro, a informar-se da terra e dos seus Índios [2], e depois

---

1. S. L., *Luiz Figueira*, 59-60, 192-194; *Hist. Propr. Maragn.*, 206.
2. *Cartas de Vieira*, I, 357.

dêle, no mesmo ano, António Vieira e outros, na entrada que fizeram ao Tocantins, até acima da grande e difícil Cachoeira da Itaboca. Pelo interior, tinham chegado já ao Tocantins os Paulistas, antes mesmo da fundação da Cidade de Belém [1].

A Aldeia do Camutá já estava agora em sítio diferente daquele em que a encontrou Luiz Figueira, e onde nêsse mesmo ano de 1636, faleceu, a 15 de Setembro, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro Governador do Estado, cujos despojos, mais tarde, com a assistência e prègação de Bettendorff, se transladaram ao Pará, e dali para Tapuitapera ou Alcântara [2].

No segundo sítio de Camutá, por volta de 1655, construiu o P. Tomé Ribeiro uma Residência, de S. João Baptista, por ser êsse já o Padroeiro da Igreja dos Brancos [3]. E endireitaram-se os novos ranchos dos Índios de tal maneira que parecia uma vila de Portugueses. Nesta Residência de S. João Baptista de Camutá assinou Vieira em 1659 a sua célebre carta ao Bispo do Japão, *Esperanças de Portugal*, que seria invocada contra êle na *Inquisição*. Aqui trabalharam muitos Padres, aqui faleceu Francisco Gonçalves, que foi Provincial do Brasil e Visitador do Maranhão, e aqui estava em 1672 o P. Manuel Nunes, «O velho», antigo reitor do Pará, e Superior da Missão. Tinha então à sua conta quatro Aldeias, uma das quais a dos *Catingas* descidos no ano anterior pelo P. Gonçalo de Veras [4].

Camutá, apesar de ser Capitania, doada em 1633 a Feliciano Coelho de Carvalho, não possuía a Vila, da praxe em tôdas as Capitanias. El-Rei em 1675 manda que se faça [5].

Por causa da epidemia de varíola de 1662, que desmantelou a Aldeia de Camutá, o P. Manuel Nunes, algum tempo antes de falecer em 1676, mudou a Aldeia para S. Pedro e S. Paulo de Inhaúba [6].

---

1. Cf. S. L., *Uma grande bandeira paulista ignorada*, em *Páginas*, 99-111.
2. Bett., *Crónica*, 26-27.
3. Bett., *Crónica*, 89.
4. *Bras.* 9, 287.
5. *Carta régia de 26 de Junho de 1675, ao Governador do Maranhão mandando conservar a António de Albuquerque Coelho na posse da sua Capitania do Camutá, a qual está obrigado a povoar dentro de 3 anos com 30 cazaes brancos de foro do Estado, com Igreja, Caza de Câmara, cadea e governo politico. E outrosim que se façam as demarcações da dita Capitania*, Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-18, f. 65v.
6. Bett., *Crónica*, 569-570, 636.

Também algumas vezes se diz S. Pedro e S. Paulo dos Ingaibas [1]. E entretanto que os Jesuítas trabalhavam em Inhaúba, ia-se desenvolvendo uma daquelas quatro de 1672, a Aldeia de Nossa Senhora do Socorro de Parijó, que já em 1690 era a principal da Capitania de Camutá [2].

A região de Cametá passou, depois, para a administração dos Padres da Piedade [3].

Com isso não cessou totalmente a actividade dos Jesuítas no Rio Tocantins. Ainda em 1721-1722 entraram nêle e fundaram uma Aldeia. E em 1751 o P. Malagrida apresentou na côrte de Lisboa uma «Petição para erigir o Seminário de Camutá» [4]. A petição foi ouvida, e houve dois benfeitores, Nicolau Ribeiro e sua mulher, que doaram bens para a fundação; mas intrometendo-se o Governador e o Bispo omitiram na provisão a cláusula de que êsses bens haviam de servir também «para se fabricar casa, capela e para sustento dos Padres, que em tal Seminário assistirem». E ficou em nada tão útil instituição [5].

2. — A primeira grande entrada dos Jesuítas ao Rio Tocantins foi a do P. António Vieira, levando consigo os Padres Francisco Veloso, António Ribeiro e Manuel de Sousa [6]. Tirando a de Luiz Figueira até o Xingu, foi também a primeira grande entrada missionária dos

---

1. Id., *ib.*, 488.

2. Id., *ib.*, 499, 488. Em 1698 transferiu-se a Aldeia de «Inhaúba de riba, para a de Parijó de baixo», Id., *ib.*, 671. E aqui a Aldeia «com nome de *sítio*, tem igreja de taipa de pilão e casa dos Padres, de taipa de mão», Id., *ib.*, 27. Cândido Mendes de Almeida identifica a Aldeia de Parijó, em nota a Morais (*História*, 500) com a actual cidade de Camutá; e Manuel Barata cita sem restrições tal identificação (*A Capitania do Camutá*, na *Rev. do Inst. Bras.* 69, 1ª P., 186). Na *Corografia* de Teodoro Braga (p. 389) entre as povoações do Município de Camutá, há uma, *Parijó*, a 2 milhas da cidade, e com «uma importante igreja da Nossa Senhora do Socorro». Na Planta do Património do Conselho Municipal de Cametá, de Palma Muniz (*Patrimónios*, 76/77), Cametá encontra-se unida pela «estrada Parijós» à Aldeia de Parijós, na margem direita do igarapé Curimã.

3. Morais, *História*, 197.

4. BNL, Col. Pomb., 642, f. 166.

5. Cartas do P. Wolff, à Rainha D. Mariana, de 1 de Fevereiro de 1751 e 25 de Novembro de 1753, e Representação à mesma Rainha de Gabriel Malagrida, em Lamego, *A Terra Goitacá*, III, 319-323, 442.

6. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 234.

Jesuítas em tôda a Amazónia. As entradas posteriores, umas teriam dificuldades maiores que esta; outras seriam objecto de observações maiores. Nem tôdas porém tiveram a mesma pena para as descrever e por esta se ajuizarão as demais, de que pode ser protótipo. Além do carácter histórico do assunto, encerra verdadeira beleza literária, pitoresca, realista, de pura e desinteressada arte. E é o primeiro grande aproveitamento literário de motivos amazónicos. Nesta narrativa dirige-se Vieira, pouco depois de voltar em 1654, ao P. Francisco Gonçalves, então Provincial do Brasil, que dois anos mais tarde viria compartilhar com êle os mesmos trabalhos:

«Aos 5 de Outubro de 1653 cheguei a esta Capitania do Pará, e depois da boa vinda, me convidou o Capitão-mor Inácio do Rêgo Barreto, para uma missão ao Rio Tocantins, aonde êle e já outros antes dêle tinham mandado alguns índios principais das nossas Aldeias, a persuadir outros do sertão a praticá-los, como cá dizem, para que quisessem descer e viver entre nós. Aceitei o oferecimento, pela grande fama que em todo êste Estado há do Rio Tocantins, assim na multidão da gente quási tôda de língua geral, como em outras muitas comodidades para uma gloriosa missão. E pôsto que o intento, com que saímos do Maranhão, foi de passar logo ao Gurupá, e entrar pelo Rio das Amazonas, a todos nos pareceu, que, tendo esta entrada os fundamentos que a forma do Governador prometia, a não largássemos; porque dela, se Deus nos favorecia, podíamos lançar os mais firmes alicerces de nossos intentos, que são fazer grande número de cristãos da nossa doutrina, e independentes de todo outro govêrno, para com êles penetrarmos os sertões, e levarmos a Cristo por tôda esta imensidade de terras e mares, o que sem êste primeiro fundamento será impossível.

Em 23 de Novembro chegou um dos embaixadores com um Principal e um seu filho, e alguns outros índios do sertão, com novas de que nove aldeias estavam abaladas, e já à beira do rio para descer, e que no sertão ficavam outras quatro, as quais não queriam vir nem deixar suas terras. Passaram êstes Índios novos por uma Capitania dêste Estado, cujo Capitão-mor os acompanhou com uma carta, em que aconselhava ao Governador que àquelas quatro aldeias rebeldes se lhes fôsse logo dar guerra, por que além do serviço que nisso se fazia a S. M., seria com grande utilidade do povo, que por esta via teria escravos, com que se servir. De maneira que, ao não quererem deixar suas terras uns homens que não são nossos vassalos,

se chama por cá rebelião, e êste crime se avalia por digno de ser castigado com guerra e cativeiros. Para que se veja a justiça, com que nêste país se resolvem semelhantes emprêsas, e com serem as coisas tão justificadas como isto, houve logo um prelado de certa Religião, que sem lhe pedirem conselho o deu ao Governador, e ao Vigário geral, para que a dita guerra se fizesse. No mesmo dia em que chegaram os Índios novos, os mandou o Capitão-mor que nos viessem ver. Nós os festejamos e brindamos; e pôsto que estranharam a aguardente, que é o vinho da cana, que cá se usa, êles nos prometeram com muita graça que se iriam acostumando, e nós o cremos.

O Governador despachou logo ordens a tôdas as Aldeias, para que aprestassem as mais coisas e mantimentos que fôsse possível, e que até 10 de Dezembro estivessem juntas no pôrto da cidade, porque até dia de Santa Luzia determinava que partissem, como com efeito se fêz. Eu avisei também aos Padres Francisco Veloso e Manuel de Sousa, que andavam nas Aldeias de baixo, se fizessem prestes, e viessem nas canoas daquelas Aldeias; e porque o Padre António Ribeiro andava doutrinando as do Camutá, que é na bôca do Rio Tocantins e tinha tomado larga informação da gente dêle, e me tinha escrito que desejava não só ir a esta emprêsa mas ficar lá entre aquelas gentilidades, eu lhe escrevi que estava do mesmo parecer, em caso que achássemos as coisas como se nos referiam, e que ou viesse logo a aprestar-se, com o Padre Gaspar Fragoso, seu companheiro, ou me avisasse do que lhe parecesse necessário, assim para ir como para ficar, porque lhe levaria tudo o melhor aviado que pudesse. Com êste aviso se despediu logo uma canoa expressa, mas não tornou, nem tive resposta dos Padres até a minha partida».

3. — «Enquanto estas coisas se dispunham, foi o Governador descobrindo os seus intentos, que tinha nesta jornada, que eram totalmente opostos aos nossos; porque pretendia trazer os Índios a si, e, com pretexto de não haver mantimento, reparti-los por casa dos Portugueses, que era o mesmo que cativá-los e vendê-los, e da mesma sorte tinha prometido muitos a diferentes Religiões, e para connosco era ainda mais liberal nas promessas, dizendo que podíamos levar para a nossa Aldeia de Mortigura, que é a que nos deu por fôrça da provisão de El-Rei, todos os que quiséssemos, e que também nos daria mais com que acrescentar a nossa Aldeia do Maranhão, entendendo que esta melhoria, com que nos queria interessar na

jornada, nos taparia os olhos para que não reparássemos nos inconvenientes dela.

Descoberto êste pensamento, desejei muito consultá-lo com todos os Padres, mas não estávamos então mais que o Padre Souto-Maior e eu. Encomendamo-lo a Deus e resolvemos em três coisas: primeira, que em nenhum caso aceitássemos nem só um índio para alguma das nossas Aldeias, nem de aqui nem do Maranhão, porque nunca se pudesse dizer que tirávamos os Índios aos outros e os tomávamos para nós; segunda, que em caso que os índios se houvessem de repartir ou de espedaçar, na forma que o Governador dizia, que não levássemos a jornada à nossa conta, porque não era bem que prometêssemos aos Índios, o que se lhe não havia de guardar, e muito menos nesta primeira entrada, que era a que havia de acreditar ou desacreditar a verdade; terceira, que em qualquer caso era bem que fôssemos a esta missão, principalmente porque em semelhantes mudanças sempre morriam muitas pessoas, a cujas almas era bem que acudíssemos, e juntamente para não perdermos a posse dêste Rio, que tínhamos por uma grande importância para nossos santos intentos.

Com esta resolução nos fomos ao Governador, e, em presença do Vigário Geral, lhe dissemos sôbre ela com muita clareza tudo o que convinha. Sentiu-o êle grandemente, e bem quisera que nós desistíssemos da jornada, para mandar a ela quem êle queria, por se conformar com seus intentos, mas apelando eu para as ordens de Sua Majestade, mais por medo que por vontade, conveio em que os Índios se poriam em quatro Aldeias, em que nós os doutrinássemos e defendêssemos, e para os lugares que fôssem acomodados. A isto se nomearam duas aldeias junto a esta cidade, uma vizinha à Aldeia de Mortigura, e outra na boca do rio Tocantins, pela comodidade da correspondência com os Padres que ficassem no sertão; e para nestas aldeias haver prevenção de casas e mantimentos, que vêm em pouco tempo, o Governador daria índios, que se ocupassem nêste trabalho, e eu nomearia um Padre, que superintendesse a êle, e visitasse entretanto tôdas estas aldeias.

Capitulado assim sôbre esta primeira batalha, se descobriu ao outro dia a segunda, de que já tínhamos alguma notícia, e foi que os religiosos de Santo António pretendiam que esta missão fôsse comum de dois, e queriam ir a ela juntamente connosco, alegando que êles foram os primeiros que vieram ao Pará, e que El-Rei os mandara

também a estas missões. O Governador foi o que nos veio com esta proposta, o qual lhes tinha prometido a jornada, mas eu respondi que me parecia muito justo, e que me edificava muito o zêlo que aquêles Religiosos tinham de ir às missões, e que o campo era tão largo, que podíamos todos trabalhar na seara, sem nunca se encontrarem os arados. Que esta emprêsa dos Tocantins havia muitos dias que estava por nossa conta, e que irmos juntos à mesma missão era coisa inaudita e impraticável: porque nem era justo que os Padres de Santo António fôssem à nossa ordem, nem nós, indo à sua, poderíamos obrar com a liberdade que convinha; e irem diferentes cabeças seria dar ocasião a discórdias, que são as que perturbam todos os bons efeitos, e mais havendo de tratar com gente tão suspeitosa e tão vária como os índios bárbaros, que íamos buscar; quanto mais que, entre todos os Padres de Santo António, não havia um que soubesse a língua da terra, com que vinha totalmente a ser inútil a sua jornada; que depois que aprendessem a língua então poderiam fazer muitas entradas, e empregar seu zêlo nêsses sertões, e, se o quisessem desde logo fazer, que nós não lhes tapávamos os rios, antes os serviríamos e ajudaríamos quanto em nós fôsse possível.

Estas sós razões dei ao Governador, porque sabia que as havia de comunicar aos ditos Religiosos; mas a maior de tôdas era que, indo êles connosco, haviam de trazer índios, e todos os que trouxessem os haviam de repartir consigo e com os seus devotos, que é o que El-Rei não queria, e o total inconveniente que se pretende atalhar. Consta-nos tanto ser êste o intento daqueles Religiosos, que tenho em meu poder o capítulo autêntico de uma carta de crença que o seu Revmo. Custódio trouxe ao Governador, mandada pelo Capitão-mor acima dito, em que êle se oferecia a pagar os gastos dos índios, que os Padres de Santo António trouxessem para o seu convento, e para o engenho dêle; mas para que nos não cansemos com mais provas, ao dia seguinte no-la trouxe o mesmo Governador, dizendo que já tinha ajustado a demanda dos Padres de Santo António, e que se contentavam que fôsse a sua canoa, e lhe viesse carregada de índios. Perguntei-lhe se ia também a dos Religiosos do Carmo, e a dos Religiosos das Mercês; e se fôssem estas três, porque não iriam a dos moradores? Não teve que responder, e acabou-se a questão. Desta maneira ficámos desembaraçados da companhia dêstes Religiosos, que pôsto que de Portugal até ao Maranhão, e do Maranhão até aqui, no-la fizeram muito santa e boa, e nos edificaram muito,

sendo agora tão diferentes os seus intentos nesta parte, nos serviriam de grande impedimento e estôrvo. Sós partiremos e sôbre nós sós cairão as murmurações e ainda as pragas de todos, que como viviam destas entradas, e dos escravos que nelas se faziam, quantos índios ganharmos para Cristo tantos imaginam que lhos roubamos a êles.

Veio enfim a véspera de Santa Luzia, e chegaram os Padres Francisco Veloso e Manuel de Sousa às quatro da tarde com catorze canoas; e porque o Governador queria que logo pela manhã partissem, e nos pareceu que não estavam aviadas as coisas para tanta pressa, fomos todos à sua casa, e lhe disse que eu não queria ser como alguns generais da nossa terra, que têm a armada em Belém e não sabem o que levam nela. Que antes de partirmos havíamos de saber o número de canoas, de índios, de farinhas, de ferramentas e de tudo o mais pertencente à jornada. Era noite, não houve por então lugar para mais que promessas, que foram largas, e ficámos em que pela manhã iríamos todos a ajustar tudo.

Fomos ao amanhecer, e achámos o Governador ocupado com o regimento que já se estava copiando. Aqui, esperando o têrmo, lhe pedi que antes de se copiar o queria ver, e quási não havia nêle palavra que não fôsse contra as ordens de El-Rei, e contra o que tínhamos assentado. Em suma, tinha-se assentado que os índios viessem para quatro Aldeias, e a disposição tôda a dava ao capitão da jornada, como se nós não fôramos nela, e só para o rol que se havia de fazer dos índios nos mandava que o fizéssemos.

Bem quisera êle que nós com esta ocasião abríssemos mão da emprêsa, e nos lançou uma prancha bem larga para que saíssemos dela; mas eu não fiz mais que puxar pela ordem de El-Rei, que parece a ditou o Espírito Santo só para êste caso. Mostrei-lhe como as missões não eram coisa que lhe estivesse encomendada a êle, senão a mim, e que o que a êle tocava era só dar-me canoas, índios e tudo o mais que eu pedisse, nem eu queria outra coisa. Disse que não entendia assim a ordem de El-Rei, porque se se houvesse de entender assim, era tirar-lhe o bastão. Fiz-lhe um requerimento que me desse o cumprimento a êle, e saí, tendo por certo que havia obrar mais com êle êste escrúpulo que tôda outra razão; e, porque não perdêssemos a posse da jornada, mandámos logo tomar três canoas, e levar para elas as nossas rêdes e uns paneiros de farinha (que assim se chamam cá), e algumas ferramentas e resgates que pudemos ajuntar;

porque tendo prometido o Governador que os daria, também se arrependeu desta promessa, dizendo, que êle os daria aos Índios, quando viessem.

Já estávamos para sair de casa, quando chega o Vigário Geral, com uma ordem nova do Governador, por escrito, em que mandava que, sem embargo do regimento que tinha dado ao capitão e cabo da expedição, se seguisse em tudo o melhor conselho e ordem do Padre António Vieira, pela confiança que fazia da sua pessoa, etc. Respondi ao Vigário Geral que nós não íamos às missões por ordem do Capitão-mor, nem pelas confianças que fazia de nós, senão pelos poderes que nos dava El-Rei para isso, o qual ordenava a êle, não que nos mandasse, senão que nos desse tudo o que lhe pedíssemos. Que a emenda do regimento, para vir em forma, havia de dizer que na direcção da jornada, e no tocante de trazer, ou deixar, ou pôr os índios em qualquer parte que quiséssemos, seguisse o capitão o que lhe dissessem os Padres, por mandar assim Sua Majestade. E persisti tanto nêste empenho, porque como esta missão é a primeira, e a que ha-de servir de exemplo às demais, convém muito que se não perca nada de jurisdição, e que os Governadores não mandem sôbre nós na disposição dos índios; porque seria o mesmo que cativá-los, por nosso meio, com maior deformidade que até agora, e impedir-se totalmente a conversão dos gentios».

4. — «Partiu o Vigário Geral com a resposta, e juntamente nós para as canoas, mas, antes de chegarmos a elas, me trouxe o mesmo, outra terceira ordem na última forma que eu lhe tinha dito, e o Capitão-mor acrescentou de bôca ao cabo que em tudo servisse e obedecesse aos Padres, muito mais que à sua pessoa; com que nos despedimos.

Partimos finalmente em dia de Santa Luzia à uma hora da tarde, e pôsto que as demais canoas tomaram o caminho de dentro, que é por entre os rios [1], nós com as nossas três canôas (porque nos era necessário falar com o Padre Mateus Delgado que estava na Aldeia de Mortigura) tomámos por fora, que é um pedaço de costa de mar. Chegámos a esta já ao sol pôsto; a distância era de três léguas, as canoas pequenas, a noite escura, os mares grossos, que quebravam

1. Moju.

nos baixos de pedra de que tudo está cheio; mas levou-nos Deus a salvamento.

Chegámos às 10 horas da noite, e aqui achámos o Padre António Ribeiro, que ia em demanda da cidade, conforme o aviso que recebera, e no mesmo dia tinha chegado àquêle pôrto com a canoa alagada. Pareceu que de ali voltasse logo connosco, pôsto que houvesse de ficar o Padre Gaspar Fragoso seu companheiro, o qual ficou tão maltratado do naufrágio, que por esta e outras coisas não pôde prosseguir viagem. O Padre Mateus Delgado ficou com ordem de assistir as três aldeias, a que se tinha assentado viessem os índios do descimento, e fazer tôda a diligência para levantar casas e recolher mantimentos com que começar a sustentar-se.

No dia seguinte, 14 de Dezembro, partimos de Mortigura, com a maré da tarde, os Padres António Ribeiro, Francisco Veloso, Manuel de Sousa e eu, cada um em sua canoa, e começamos a navegar por um mar de água doce. Derrotou-nos a escuridade da noite, e o Padre António Ribeiro e eu a passámos amarrados às árvores de uma ilha, que nos serviram de âncoras e amarras, que estas embarcações não trazem outras. Chamámos os companheiros mas nem êles ouviram as nossas, nem nós as suas buzinas. Ao outro dia fomos aportar junto a um pôrto chamado Marapatá, onde também pouco depois foi o Capitão com as suas canoas. Pasmaram todos de nos acharem ali, porque segundo os grandes ventos e marés, com que tínhamos passado os rios a primeira noite da partida, todos entenderam que era impossível atravessarmos a costa de Mortigura, nem atrever-nos a tomá-la. Então nos disseram a grande temeridade que tínhamos feito, e nos contaram alguns naufrágios que ali tinham sucedido, e que aquela costa estava infamada pela mais arriscada de todos êstes mares; e dos que nela se perdem poucos escapam por causa dos baixos, e todos de pedra. O mesmo nos disseram depois todos os que souberam a hora e maré, em que tínhamos passado. Démos graças a Deus de nos ter livrado, e conhecemos que é tão particular a Providência com que nos faz mimosos, que não só nos livra dos perigos, senão ainda do receio dêles; por que verdadeiramente nós passámos aquela costa, sem saber nem temer o perigo que nela havia, que se o soubéssemos, nunca tal temeridade cometeríamos; mas como detendo-nos aquela noite, era fôrça que desencontrássemos ao Padre António Ribeiro, com que a viagem ficava retardada e descomposta, quis Deus que êle se alagasse e ficasse na aldeia, e que

nós chegássemos a ela, para que tudo se dispusesse como convinha, e não se perdesse momento.

Deixando o Capitão naquele lugar, porque ainda esperava por algumas canoas, nós com as nossas no mesmo dia nos partimos para a Aldeia do Camutá, onde tínhamos que fazer. É esta aldeia a maior de tôdas as desta Capitania, e indo eu em demanda dela, já de noite, sobreveio tão grande travessia de vento que não foi possível tomar terra. A canoa do Padre Francisco e a minha se recolheram em um rio, não muito distante, em que passámos a noite. O jejum desta e da passagem foi em todos mais que de Advento, porque a canoa do Padre Manuel de Sousa, em que vinha a pobre dispensa, sempre ficava tão longe do refeitório, que não era de proveito nem era necessário tocar à mesa. Com a manhã da terça-feira chegamos a Camutá, onde só achamos o Padre Manuel de Sousa, e o Padre António Ribeiro não aparecia. Chegou de aí a duas horas, tendo navegado tôda a noite. Aqui soubemos ter chegado dois dias antes uma canoa do Rio Tocantins com alguns índios novos, dos que íamos buscar, e que estavam na Aldeia de Mocajuba.

Logo partimos para esta Aldeia distante duas léguas, a tomar fala com êles, e não nos disseram coisa de novo, só os achámos menos contentes do que fôra bem que estivessem, porque, havendo chegado ao sábado, logo ao outro dia, por hóspedes, os mandaram carregar *pindoba* para fazerem uma casa para os tabacos de certa personagem. Eis aqui o agasalho que lhes fazem! Eis aqui o porque os mandam buscar! E eis aqui o porque êles não querem vir, e porque os Portugueses, e a fé que prègam, está tão pouco acreditada nos sertões!

De Mocajuba viemos a fazer noite à casa de Baltasar Fontes de Melo, que é o Capitão-mor da Capitania do Camutá, aonde tínhamos ajustado de nos ajuntar todos. Preguntei ao nosso Capitão que canoas tinha ? que gente ? que bastimentos ? etc. E respondeu-me que não sabia, porque nada lhe fôra entregue por conta, e que algumas canoas não tinham chegado ainda, por virem mal esquipadas. Mostrei ao Capitão-mor do Camutá a ordem de El-Rei, e pedi-lhe que nos desse alguns índios de remos: respondeu em público que os não tinha, e tirando-me à parte deu a causa de os não ter, que era estarem todos ocupados com os canaviais e tabacos dos dois maiorais, secular e eclesiástico. Como a razão era tão poderosa apelei para Deus, de donde só podia vir o remédio, assim como só dêle vem o castigo.

Nenhum Governador, dos que até agora vieram ao Maranhão, tornou para Portugal, ou logrou o que ajuntou com o sangue dêstes miseráveis, e não bastam êstes exemplos para se acabarem de desenganar os que lhes sucedem.

Na quarta-feira fomos alojar na Aldeia última, que está na bôca do Rio Tocantins, e as demais canoas, até se acabarem de ajuntar por respeito das cachoeiras, que há muitas nêste rio. Nesta Aldeia, como em tôdas as outras por onde passámos, se fêz doutrina aos índios, como era costume, e afirmo a Vª. Revª. que vi em tôdas elas uma coisa, que muito me consolou e admirou, foi que não havendo antes de virmos, em tôdas estas Aldeias, um só índio que soubesse as orações, nem entendesse ou desse conta do menor mistério de nossa Santa Fé, depois que os nossos Padres fizeram aqui a sua missão, as deixaram de tal maneira ensinadas e instruídas, que sabem tôdas as orações do catecismo, e respondem a tôdas as preguntas dêle e em tôdas as Aldeias ficam mestres, que em ausência dos Padres ensinam aos demais todos os dias, com grande pontualidade e perfeição. Tudo isto se venceu em tão pouco tempo à pura fôrça, não cessando os Padres de pela manhã até à noite, já em comum, já em particular, e lutando juntamente com os donos dos tabacos, que tôdas as horas que os Padres ocupavam na doutrina tinham por perdidas, e lhes faziam tanta instância para os lançarem das Aldeias, que só faltava lançarem-nos delas às punhadas. Tanto cega o interesse, tanto sofre Deus, e tanto é bem se sofra por amor dêle!

Enfim chegaram as canoas, que com duas que vão adiante, e outras duas que hão-de ir depois, fazem tôdas o número de vinte. Quando o Capitão-mor tratou ao princípio desta jornada, me disse por muitas vezes que haviam de ir a ela setenta canoas, e com efeito no dia antes da partida se ajuntaram perto de quarenta, não entrando em conta as que poderiam ir das Aldeias do Camutá; mas como viu que se lhe impediram os intentos, divertiu parte das canoas e da gente para outros, que lhe importavam mais. Iam nestas dezasseis canôas um Capitão com oito oficiais reformados, portugueses, duzentos índios de remo e arco, quarenta cavaleiros, e de gente de serviço até sessenta, que fazem por todos mais de trezentas pessoas. E porque não faça dúvida o nome de cavaleiros, é de saber que entre os Índios destas partes é costume de se armarem alguns cavaleiros, e isto com grandes cerimónias a seu uso. Dêstes se chamam também cavaleiros os que, por nascimento ou por ofícios, são como a gente

IGREJA DA MÃE DE DEUS DA VIGIA

Com belas colunatas laterais, caso único, ou extremamente raro, em igrejas do Brasil. Reproduz-se a colunata da esquerda. A porta dá para a Sacristia.

nobre, e êstes nem remam, nem servem aos Portugueses, e só os acompanham na guerra, e dêles se escolhem os que hão-de mandar aos demais: e assim como esta dignidade se dá no sertão aos que fazem grandes façanhas, assim a dão cá os Capitães-mores aos que mais se assinalam nos seus tabacos».

5. — «Com esta frota partimos pelo Rio Tocantins, aproveitando-nos da enchente da maré, que só até aqui nos acompanhou, prometendo-nos muita felicidade na jornada, por ser em dia de Nossa Senhora da Expectação, a 18 de Dezembro. À meia noite fizemos *paboca*, que é frase com que cá se chama o partir, corrompendo a palavra da terra, e nos dias seguintes passámos as praias da viração. Parecerá que se chamam assim por correr nelas vento fresco; mas a razão, por que os Portugueses lhe deram êste nome, é a que direi a Vª. Revª. Nos meses de Outubro e Novembro saem do mar e do rio do Pará grande quantidade de tartarugas, que vêm criar nos areais de algumas ilhas, que pelo meio dêste Tocantins estão lançadas. O modo da criação é enterrarem os ovos, que cada uma põe em número de oitenta até cem, e cobertos com a mesma areia os deixam ao sol e à natureza, a qual, sem outra assistência ou benefício da mãe, os cria em espaço pouco mais ou menos de um mês. Destas covas saem para as ondas do mar por instinto da mesma natureza, a qual também as ensina a sair de noite, e não de dia, pela guerra que lhe fazem as aves de rapina, porque tôda a que antes de amanhecer não alcançou o rio a levarão nas unhas. Sáem estas tartaruguinhas tamanhas como um caranguejo pequeno; mas nem esta inocência lhes perdoaram os nossos Índios, comendo e fazendo matalotagem, porque são delícia, e havia infinidade delas. Os Portugueses as mandam buscar aqui, e as têm por comer regalado, e a mesma informação nos deu também o Padre Manuel de Sousa, o qual está já tão grande prático que, sendo todos os outros que aqui viemos, *mazombos*, êle é o que menos estranha esta diferença de manjar.

A estas mesmas práias vem, no seu tempo, quási todo o Pará a fazer a pesca das tartarugas, que cada uma ordinariamente pesa mais de uma arroba, e assim as têm em currais ou viveiros, onde entra a maré, e as sustentam sem lhes darem de comer, salvo algumas folhas de *aninga*, arbusto que nasce pela borda dos rios, sustentando-se delas quatro e seis meses. A carne é como a de carneiro, e se

fazem dela os mesmos guisados, que mais parecem de carne que pescado.

Os ovos são como os de galinha na côr, e quási no sabor, a casca mais branca e de figura diferente, porque são redondos, e dêles bem machucados se fazem em tachos as belas manteigas do Pará; e o modo com que se faz esta pesca requere mais notícia que indústria, pela muita cautela e pouca resistência das tartarugas. Quando vêm a desembarcar nestas práias trazem diante duas, como sentinelas, que vêm a espiar com muita pausa; logo depois destas, com bom espaço, vêm oito ou dez, como descobridores do campo, e depois delas, em maior distância, vem todo o exército das tartarugas, que consta de muitos milhares. Se as primeiras e as segundas sentem algum rumor voltam para trás, e com elas as demais, e tôdas se somem em um momento; por isso os que vêm à pesca se escondem todos atrás dos matos, e esperam de emboscada com grande quietação e silêncio.

Sáem, pois, as duas primeiras espias, passeiam de alto a baixo tôda a práia, e como estas acham o campo livre, sáem também as da vanguarda, e fazem muito devagar a mesma vigia, e como dão a campanha por segura entram à água e voltam, e depois delas sai tôda a multidão do exército com os escudos às costas, e começam a cobrir as práias e correr em grande tropel para o mais alto delas. Aplica-se cada uma a fazer sua cova, e quando já não sáem mais, e estão entretidas umas no trabalho, outras já na dor daquela ocupação, rebentam então os pescadores da emboscada, tomam a parte da práia e remetendo às tartarugas não fazem mais que ir virando e deixando, porque em estando viradas de costas não se podem mais bulir, e por isso estas práias e estas tartarugas se chamam de *viração*.

Há diferença de outros modos de pescaria, com que se toma ou uma ou outra espécie delas: porque afora estas tartarugas do mar, que são inferiores, a que os Índios chamam de viração, e de ordinário magras, há outras criadas em lagos, e mortas com arpões nas pontas das flechas, e estas são as mais singulares; como também outra espécie, que sempre vive em terra, que em as Índias de Castela se chamam *icotéas*, e aqui *jabotis*, que é sustento muito geral em tôdas estas partes, e foram os que nesta jornada nos mataram muitas vezes a fome. Nascem êstes jabotis e vivem sempre na terra, sem nunca entrarem no mar nem nos rios, e contudo estão julgados por peixe, e como tais se comem nos dias em que se proibe a carne, por se ter

averiguado que têm o sangue frio [1]. Sustentam-se muitos dias e muitos [2] sem outro alimento que o dos próprios fígados, que são grandes e muito saborcsos, e nos dias em que êstes se consomem morrem também êles. São comer muito sàdio, não só para os sãos mas também para os enfermos; e verdadeiramente quem os comer sem memória do que parecem, não só podem servir para a necessidade, senão para o gôsto.

Na manhã do outro dia, que foi o de S. Tomé, nos receberam os matos com alvorada de passarinhos, coisa nova e que até aqui não experimentámos, antes tínhamos notado quási não haver pássaros do mato no Pará, havendo infinitas aves marítimas, e de muito alegres côres, em todos seus rios. A razão natural desta diferença, nos pareceu ser não só a do sítio, senão a do clima, porque depois que partimos do Camutá fomos sempre inclinando para o Sul, e êstes três dias últimos direitos a êle, com que nos fizemos hoje quási em dois graus para cá da linha; e como o Pará está quási debaixo dela, a moderação, com que aqui vem já inclinada a intemperança da Equinocial, dará mais lugar à criação e conservação das aves terrestres, principalmente das menores.

Muito desejámos trazer astrolábio para notar com certeza as alturas dêste rio; mas como a êste pôrto vêm tão raros návios, e é mais rara ainda a curiosidade, não o achámos; governámos a esmo pelo sol, e êste basta, com conhecimento dos ventos, para saber a que rumo pouco mais ou menos navegamos. Ficarão as averiguações mais exactas para os que depois de nós vierem, que esperamos não seja muito depois. O argumento infalível de estarmos desviados da linha é que, nos primeiros dois dias, nos alcançaram as trovoadas, que no Pará, por estar debaixo dela, são quotidianas, e de então até hoje nunca mais ouvimos trovoar, nem vimos chuveiro; e esta pode ser também a razão de já aquí haver mais aves destas pequenas, pois mostra a experiência quanto mal faz o abalo dos trovões à criação de outras maiores antes de crescerem».

---

1. Era a opinião mais favorável à gente pobre, que assim o podia utilizar nêsses dias de abstinência. Fr. Cristóvão de Lisboa, nas suas acusações ao P. Luiz Figueira, que defendia a opinião mais favorável, capitula as suas alegações de «mentira». Carta de 26 de Outubro de 1626, nos *Anais* da BNR, 26, p. 397. Como se vê, por esta carta de Vieira, 28 anos depois, a doutrina de Luiz Figueira era a corrente e os jabotis eram «julgados por peixe».

2. *Sic*, em todos os exemplos conhecidos: talvez seja: *e muitos meses*.

6. — «A tarde dêste mesmo dia de S. Tomé [21 de Dezembro] tivemos festejada com touros de água, que vimos de palanque, porque estando nós alojados em um assento sôbre o rio, à sombra de árvores, com as canoas abicadas em terra, vieram dois crocodilos (que aqui chamam jacarés) a rondar-no-las por fora. Não provaram nêles os índios as frechas, porque já sabem que as conchas de que estão armados são impenetráveis a elas, sendo que as frechas de cana, a que chamam *tacoáras*, não há sáia de malha tão forte, nem tão dobrada, que lhes resista, e, se são tiradas de boa mão, passam uma porta de madeira rija de parte a parte. Os nossos soldados porém empregaram nêles as suas espingardas, mas com o mais acertado efeito que se pudera imaginar, porque a um meteram três balas na cabeça; e pôsto que a cada tiro mostravam sentir o golpe, saltando e mergulhando abaixo, tornavam logo a sair acima, e a nadar como antes, tão alheios de fugir nem temer, que antes buscavam o lugar de onde sentiam que viera a ferida. Com a quarta bala finalmente mergulhou e não apareceu mais, com que entendemos que morto se fôra ao fundo. Seriam êstes crocodilos de catorze palmos de comprido, e não eram dos maiores que há nêstes rios. Têm a bôca muito rasgada e disforme, e os dentes tão fortes, agudos e juntos, que o braço ou perna que alcançaram, de um bocado a cortam cerce, e o mesmo fazem aos remos se andam assanhados. Uma coisa nos afirmam aqui pessoas práticas (sôbre o que suspendo o meu assenso) e é que êstes crocodilos, que se criam de ovos como as aves e tartarugas, o modo com que os chocam é pelos olhos. Fazem o ninho à borda da água, e às vezes em parte onde a água lhes chega e os cobre, e logo o crocodilo está desde o rio com os olhos fitos nos ovos, e perseveram assim os dias necessários, sem se divertirem mais que por breve tempo a comer, como as aves. Desta maneira os fomentam com a vista, e lhes comunicam aquele calor vital com que os animam. Padece isto as mesmas dificuldades da víbora conceber pelos ouvidos, e de o basilisco matar com os olhos».

7. — «O dia depois de S. Tomé gastámos em espalmar e calefetar as canoas, e acabar de prevenir cordas, para passar as cachoeiras em que de aqui por diante havemos de entrar. E não cause estranheza o calefetar das canoas, porque pôsto que aqui se fazem de um só pau, como no Brasil, são porém abertas pela proa e pela pôpa, e acrescentadas pela borda com falcas, para ficarem mais altas e

possantes; e assim as costuras destas, como os escudos ou rodelas com que se fecham a proa e pôpa, necessitam de calafeto. Os armazens, de que se tiram todos êstes aprestos, são os que a natureza tem prontos, em qualquer parte dêste rio aonde se aporta (o mesmo é nos mais), que é coisa verdadeiramente digna de dar graças à providência do Divino Criador, porque indo nesta jornada trezentas pessoas (é o mesmo como se foram três mil) em embarcações calafetadas, breadas, toldadas, velejadas e não providas de bastimentos mais que uma pouca de farinha, em qualquer parte, que chegamos, nos achamos prevenido de tudo a pouco trabalho. A estopa se faz de cascas de árvores, sem mais indústria que despi-las. Destas mesmas, ou outras semelhantes, fazem os índios as cordas muito fortes, e bem torcidas e cochadas, sem rodas, carretilhas, nem outro algum artifício. Os toldos se fazem de vimes, que cá chamam *timbós titicas* e certas fôlhas largas a que chamam *ubi*,tão tecidos e tapados que não há nenhuns que melhor reparem do sol, nem defendam da chuva por mais grossa e continuada, e são tão leves que pouco pêso fazem à embarcação. O breu sai da resina das árvores, de que há grande quantidade nestas partes, e se breiam com êle não só as canoas, senão os navios de alto bordo, quando querenam, tão bem como o nosso, senão que êste é mais cheiroso. As velas, se as não há ou rompem as de algodão, não se tecem, mas lavram-se com grande facilidade, porque são feitas de um pau leve e delgado, que com o benefício de um cordel se serra de alto abaixo, e se dividem em tabuinhas de dois dedos de largo; e com o mesmo de que fazem as cordas, que chamam *embira*, amarram e vão tecendo as tiras como quem tece uma esteira, e êste pau de que elas se formam se chama *jupati*, e estas velas, que se enrolam com a mesma facilidade que uma esteira, tomam tanto e mais vento que o mesmo pano.

É um louvar a Deus. Tudo isto se arma e sustenta sem um só prego, o que se não vê em uma canoa para o intento, pois todo o pregar se supre com atar, e o que havia de fazer o ferro, fazem os vimes, a que também chamam *cipós*, muito fortes, com que as mesmas partes da canoa se atracam; e tudo quanto dela depende vai tão seguro e firme como se fôra pregado. Nos bastimentos há a mesma facilidade, porque primeiramente a aguada vai debaixo da quilha, e em qualquer parte, e em qualquer hora que se tira, é fresca e muito sàdia. Em abicando as canoas à terra saem os índios, uns à caça, outros à pesca, e a pouca detenção trazem de uma outra muitas vezes

em grande abundância, e sempre o que basta para todos. No mesmo tempo (sendo inverno) se ocupam outros em fazer as casas, que se fazem todos os dias, quando se não tem por melhor passar à sombra de arvoredo, que sempre é verde, alto e tapado. As casas são ordinariamente cobertas de palma, e, quando na jornada vai tropa de Portugueses, se fazem tão largas e reparadas que mais parecem para viver, que para as poucas horas para que são levantadas.

Aqui será bem que se note que os indios são os que fazem as canôas, as toldam, as calafetam, os que as velejam, os que as remam, e muitas vezes, como veremos, os que as levam às costas, e os que, cansados de remar as noites e os dias inteiros, vão buscar o que hão de comer êles e os Portugueses (que é sempre o mais e melhor); os que lhes fazem as casas, e, se se há-de marchar por terra, os que lhes levam as cargas e ainda as armas às costas. Tudo isto fazem os tristes índios, sem paga alguma mais que o chamarem-lhes cães, e outros nomes muito mais afrontosos; e o melhor galardão, que podem tirar destas jornadas os miseraveis, é acharem (o que poucas vezes acontece) um cabo que os não trate tão mal. Jornada tem havido em que, dos índios que partiram, não voltaram ametade, porque o puro trabalho e mau trato os mataram.

Em 23 de Dezembro navegámos até nos vir pôr ao pé das cachoeiras, que foi como virmos até agora pelos vales dêste rio, para de aqui em diante subir aos montes dêle. É o rio até aqui da largura de meia légua, quási sempre igual, salvo aonde algumas ilhas, que tem pelo meio, o dividem em dois canais. Estreita-se poucas vezes, mas nunca tanto que fique em menos largura que a de quarto de légua. A água para beber é excelente; vai agora um pouco turva por ser de inverno, e levar muitas águas de monte, mas os que passam o rio em verão acham a água tão clara que, em duas e três braças, vêem o fundo dêle, e escolhem o peixe que se há-de matar com a frecha.

Muitas coisas nos contam da sua fertilidade, em outra conjunção de tempo, desta abundância de pescado. O que nós até agora experimentámos não se pode chamar abundância nem falta. As terras de uma e outra banda do rio não são rasas como as do Pará, mas levantadas mais em oiteiros que em montes. Por uma parte e por outra tudo são arvoredos agrestes e sem fruto, pôsto que no princípio do rio nos convidaram com uma fruta do tamanho e côr das nossas camcesas: é a espécie dos *gùités* do Brasil, porém, êstes têm muito

menor caroço e sem couro; chamam-lhes os índios *titiribás;* se o açúcar fôra menos dôce, dêle e de gemas de ovos parece se pudera imitar, na cor e no sabor, a massa de que é composta esta fruta.

Tornando ao rio, as práias pela maior parte são de areia ou picão, e nenhuma parte há em todo êle que seja de lodo. A isto atribuem os naturais, e parece com razão, não haver em todo êste rio a praga dos mosquitos, que infeccionam muitos outros desta América, e os faz quási inabitáveis. A corrente até aquí é lenta, mas de maneira que a sentem os remos e distingue a vista. Do fundo não podemos dizer coisa certa, porque o não medimos, mas encalhadas as canoas com as pôpas em terra, estavam ordinariamente com as proas em três e quatro braças de água, com que entendemos que pela madre terá de doze a quinze para cima.

Chama-se o Rio dos *Tocantins*, por uma nação de Índios dêste nome, que quando os Portugueses vieram ao Pará o habitavam: mas desta, como de muitas outras, apenas se conserva hoje a memória e muitas ruinas de uma pequena aldeia. Tanto pôde em tão poucos anos a inumanidade e a cobiça, inimigas da conservação dêste gentio.

Amanheceu o dia 24, véspera de Natal e depois do sol bem fora, por ser muito necessária a luz, começamos a acometer a primeira cachoeira, em que houve grandes dificuldades: a primeira foi uma corrente de água tão viva e furiosa que, para as canoas a vencerem, era necessário descansarem primeiro os remeiros, comerem e tomarem novos alentos. Então se punha cada canoa por si como cavalo na carreira, enfiando à água com tôda a fôrça dos ventos, e não sendo o espaço, que se havia de vencer, mais que do comprimento de duas braças, nenhuma o fêz sem grande detenção e resistência. Algumas canoas houve que tornaram atrás, e não levaram a corrente senão da segunda e terceira vez; e uma, que era a maior e mais pesada, por totalmente não poder passar, a deixamos até à volta. De aqui atravessámos, por entre pedras e redemoinhos de águas, a umas penhas muito altas que estão no meio do rio; e encostadas a elas se começaram a arrastar as canoas por um despenhadeiro de água, tão estreito e tão íngreme que era necessário lançarem-se primeiro cordas à parte de cima, e puxando por elas uns índios, e arrastando outros a canoa por cima das pedras, e quási sustentando-a, desta maneira, com grande vigor e excessivo trabalho, se foram subindo tôdas, uma e uma.

Aqui deu lugar o rio a que se remasse um bom espaço, até que demos em uma ladeira de pedra e água muito comprida, pela qual foi necessário irem subindo as canoas como por uma escada, à pura fôrça de cordas, de braços e de gente, já fincando-se sôbre umas pedras, já encalhando-se, e já virando-se em outras. Foi êste trabalho excessivo, principalmente por ser tomado no rigor do sol, e, para que fôsse de alguma maneira vencível, proveu a Divina Providência êste lugar de umas árvores não muito altas, nascidas nas mesmas penhas, as quais serviram nesta escada como de mainéis, em que os índios se firmavam para poderem tirar pelas cordas, e sustentarem-se a si e à canoa contra a fôrça da corrente. São estas árvores, por uma parte, tão fortes que basta fazer prêsa em uma pequena rama, para suster a canoa contra todo o pêso da água, e, por outra parte, tão flexíveis que, se é necessário passar a canoa por cima dos ramos, e ainda das mesmas árvores abatidas, cedem e tornam a surgir sem quebrar: como nascem nas pedras e na água, parece que das pedras tomam o duro, e da água o flexível, e de ambas o remédio para vencer a mesma dificuldade que ambas causam. Dão uma fruta semelhante e menor que as *goiabas* e *araçás* do Brasil, de que se duvida se é espécie, mas não se come nem pode comer, porque é dura como as pedras de que nasce. Na subida dêste muro, e na passagem desta escada tão intrincada de pedras, que achámos depois dela, se gastou todo o dia, de maneira que quando chegámos a tomar pôrto era quási ar pardo.

Tínhamos determinado fazer alto nêste dia mais cedo que nos outros, para gastar têda a tarde em adereçar uma capela de palma, em que celebrar com mais decência os mistérios desta sagrada noite, mas não tivemos lugar para mais que de engenhar uma pequena choupana, mal coberta com as toldas das canôas, onde armámos o nosso altar. Parece quis o benigno Senhor renovar aqui os seus desamparos, porque tudo era o mesmo que representava. Não nos achámos aqui juntos mais que os Padres Francisco Veloso, Manuel de Sousa e eu, porque o Padre António Ribeiro com a sua canoa não pôde avançar tanto, e ficou em outro lugar, aonde também aportaram algumas canoas que não estavam connosco, e por esta tardança e apartamento vieram uns e outros a ter a consolação da santa missa aquela noite. O Padre António Ribeiro contentou-se só com a água sem farinha: os demais, ainda que o comê-la foi a consoada, não tiveram mais sôbre a farinha que um pouco de peixe sêco; mas Deus

tempera de maneira êstes regalos, que os não trocaram os que gostam dêles pelos maiores do mundo. O trabalho tão extraordinário de todo o dia parece que pedia o descanso da noite, mas tôda ela se passou em vela, sôbre a terra nua da choupana, oferecendo cada um ao Menino nascido, não só os desamparos de seu Belém, mas as saùdades da devoção e concêrto, que esta santa noite celebra nos Colégios da Companhia.

À meia noite dissemos três missas, que todos ouviram; as demais se disseram às suas horas e no dia comungaram alguns Portugueses e alguns índios. Por celebridade do dia não fizemos jornada nêle. No de Santo Estêvão e S. João, fomos continuando a nossa viagem sòmente a remo, que, sendo um tão pesado trabalho, em respeito do passado parecia género de descanso. As correntes aqui são muito arrebatadas, a largura do rio quási a mesma, mas menos limpa por estar todo êle embicado de pedras, que não deixam de fazer grande estôrvo à navegação. O rumo com que navegámos êstes dias é inclinado cada dia mais para Leste, de sorte que ao amanhecer, já o sol é quási pela proa.

No dia dos Santos Inocentes, que foi domingo, entrámos nas segundas cachoeiras, chamadas da *Taboca*, as quais estão reputadas por muito mais dificultosas e medonhas que as primeiras; mas nós, por vir já o rio muito cheio com a água do monte, pois que tivemos grande trabalho e dificuldade em as vencer, não foi tanto como o passado. São mais de dez os passos em que as canoas se sobem por cordas, e se gastaram nestas fadigas dois dias inteiros; o rio aqui não é espraiado e igual, mas vai todo dividido em muitos braços, em que se despenha por entre grandes penedias e ilhéus, que tem aberto com o pêso da corrente ou correntes.

Estas correntes se encontram umas com as outras, a lugares, e fazem tão fortes remoinhos, e abrem tão grandes covas no meio da água (o que chama caldeirões), que muitas vezes as canoas se viram nelas. Enfim acabámos de passar o maior perigo à segunda-feira 29 de Dezembro, e se fechou a tarde e a alegria com uma vistosa montaria de porcos monteses, que naquela conjunção iam atravessando o rio para a outra banda, e deram às nossas canoas muito que festejar e comer. Ter vencido nesta viagem a *Taboca* é ter passado na Índia o Cabo da Boa Esperança; mas não quis Deus que lográssemos êste gôsto, sem mistura de grande pesar e perplexidade, em que no primeiro dêstes dois dias nos vimos».

8. — «Pelo que viamos obrar o Capitão, muitos dias havia que suspeitávamos que o Capitão-mor lhe tinha dado outra ordem, em contrário à última com que satisfez ou se livrou dos meus requerimentos. Nêste dia pois, me disse o Capitão havia de mandar duas canôas diante, a avisar da sua vinda aos índios que íamos buscar, para que o viessem receber, e êle lhes praticar e ordenar o que haviam de fazer, e por aqui muitas outras coisas, em que se fazia totalmente dono da Missão.

Pareceu-me não dissimular mais, como até aqui tinha feito, por entrarmos já no ponto essencial da gentilidade e sua conversão. Quis-lhe explicar a ordem de S. M. e a do Capitão-mor, e tirando-as para lhas mostrar, êle se levantou em altas vozes, tapando os olhos e os ouvidos para as não ler nem ouvir. As palavras irreverentes, com que então nos tratou em particular e em comum, e os descomedimentos que disse, e quem é a pessoa que os disse, calo, porque não é isto o que sentimos, nem sentiríamos coisa alguma se nos deixassem exercitar o a que viemos: e se não nos impediram os frutos dos nossos trabalhos, em tudo o mais lhe déramos grata licença, para que nos tratasse muito pior. Depois que estêve menos colérico ou menos frígido declarou, e por todos os modos que podia nos manifestou, que ainda que o Capitão-mor nos tinha dado aquela ordem, depois dela lhe dera outra. O mesmo disse depois em particular ao Padre António Ribeiro, e um soldado chamado António Furtado, que vem com o nome de ajudante, e deve trazer a ordem da emprêsa e a explicação dela, praticando na matéria com o Padre Francisco Veloso, lhe disse: *Ah! Padre, quem pudera falar!* [1]

Afirmo a Vª. Revª., Padre Provincial, que em tôda esta viagem vim muito edificado da paciência e sofrimento dos Padres que nela

---

1. Na Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-11, f. 64, há um «Traslado de um Requerimento, que os Oficiais da Câmara desta Cidade de Belém, Capitania-mór do Grão-Pará, mandaram fazer ao Capitão-mór e Governador destas Capitanias Ignácio do Rego Barreto. Em 1653: «Requerem que os Padres da Companhia não vão aos Tocantins a descer e praticar os Índios. Tendo primeiro ajustado com Vieira a viagem e recebendo depois o Requerimento da Câmara, o Governador não teve a coragem da clareza, de dizer que não a uns ou a outros. E *em público* a entrada era dos Missionários, e *pela calada* da Câmara. Depois, no sertão, uns e outros que se aviessem.

vão; porque sendo os trabalhos e perigos, que todos os dias padecem, tantos e tão continuados, e as incomodidades dêste género de vida, ainda para os bárbaros que nêle se criam, tão ásperos de levar, a grandeza do coração e a alegria do rosto, com que os passam e desprezam, é admirável, e muito para louvar a Deus. Mas chegados a êste ponto de se nos impedir, e por tais meios, o fim de nossos desejos e trabalhos, sem nos valerem leis de Deus nem ordens do Rei, confesso a Vª. Revª. que a todos nos faltava a paciência e quási o ânimo; e se não nos alentáramos com os exemplos das contradições, que padeceram os Apóstolos e o mesmo Cristo, pôsto que as padeceram de gentios e idólatras, e não de cristãos, como nós, estaríamos perto de entender que ainda não é chegado o tempo de se segar êste pão.

Algumas horas passámos nêste dia, cada um calado para seu cabo, como anojados. Assim nos resolvemos a encomendar o negócio a Deus, e não resolver nada nêle, até chegar a ver, e de aí (se fôr conveniente) ir adiante um de nós a desfazer êstes enganos, ou ao menos até tirar a máscara, para que não tenha a obediência alguma escusa, ou aparência dela, diante de Sua Majestade. Mas no outro dia, 30 de Dezembro, depois de ter tomado pôrto, nos alvoroçou e alegrou a todos a vista de uma canoa que vinha rio abaixo, e foi a primeira embarcação e as primeiras pessoas que encontramos em todo êste rio, tendo já navegado por êle a nossa canoa mais de cento e trinta léguas. Os que vinham na canoa foram logo levados ao Capitão, o qual os recebeu, e despachou a canoa para baixo no mesmo dia, sem no-lo fazer saber, nem de nós se fazer nenhum caso. Vinha nesta canoa um índio principal, da Aldeia dos *Tocantins* de que acima fizemos menção, o qual em outra canoa trazia suas mulheres, que eram sete ou oito, e êle cristão, dos que até agora se usavam por cá; e porque tinha já notícia que nesta tropa vinham os Pais *Abunás* (*hoc est*, Padres, de vestido preto), que assim nos chamam, deixou a canoa das mulheres metida no mato, temeroso de que lhas tirássemos, como se vai fazendo a todos.

Este índio é um dos que, há muito tempo, foi mandado a praticar cu persuadir os que nós agora íamos buscar, e levava à cidade uma alegre embaixada, que é novas causas de se vir fazer guerra às quatro aldeias desta mesma nação, que como dissemos, não querem descer com os demais. As causas são tôdas falsas, como já temos averiguado, e, quando foram verdadeiras, não se podem chamar justas causas. A principal, que alegam, é que os anos passados morreu

nesta aldeia uma índia, mulher de um dos nossos sujeitos, e que os das outras quatro aldeias lhe vieram desenterrar os ossos, e lhe levaram a caveira para as suas terras, e lá lha quebraram como costumam fazer às dos inimigos. Esta vingança, tão ridícula e tão bárbara, quer agora o indio que leva a embaixada, e querem também os portugueses, e portugueses religiosos, que se venha vingar com outra mais bárbara.

Em companhia dêste índio vieram seis da nação a que íamos buscar, filhos e sobrinhos dos Principais, com os quais, e com os dois que vieram desde o Pará, não temos perdido tempo, declarando-lhes a tenção de Sua Majestade e a nossa, em que parece que vão bem instruídos e nos têm prometido que não hão de admitir senão o estar juntos e ser filhos dos Padres e vassalos de El-Rei. Pasmei de ver quão familiar é êste nome de rei, e quão continuamente o trazem na bôca; e querendo eu saber que conceito faziam da palavra, e o que cuidavam que era rei, responderam: *Jará omanó eyma*, que querem dizer: *senhor que não morre*. Explicamos-lhe que imortal era só Deus, mas por êste alto conceito, que fazem êstes gentios do nosso rei, mareciam ao menos que, em prémio da imortalidade que lhe atribuem, os defendesse eficazmente de tantas violências»[1].

Quando Vieira viu que não adiantava a sua presença, «trazendo consigo o P. Francisco Veloso, voltou logo ao Pará, deixando os outros dois Padres em companhia dos Índios, para que ao menos não faltasse remédio a suas almas. Mas chegados os ditos Padres ao Pará, o que conseguiram do Capitão-mor e o que conheceram nêste caso e no Maranhão foi desengano de que não podia haver conversão da gentilidade, enquanto as missões não estivessem totalmente isentas do poder e interesse dos que governam»[2]. Vieira já estava no Pará em Janeiro de 1654.

A conclusão desta missão ao Tocantins, escreve o mesmo Vieira a El-Rei, como S. M. já «foi informado, aquêles Índios se repartiam

---

1. *Cartas de Vieira*, I, 355-383; Barros, *Vida do P. Vieira*, 142-146; *Hist Propr Maragn.*, 441; Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 65-67; Id., *Hist. de A. V.*, I, 239; Hernani Cidade, *Padre António Vieira*, I, 88

2. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 234.

e despedaçavam por onde quis a cobiça de quem então governava: agora achei que muitos estavam vendidos por cativos»[1].

9. — Logo no ano seguinte subiu o Tocantins o Padre Francisco Veloso com o P. Tomé Ribeiro. Conta-c ainda Vieira: «Nêste mesmo ano mandaram os Padres uma embaixada (como cá dizem) à nação dos *Tupinambás*, que dista trezentas léguas pelo mesmo rio acima, e é a gente mais nobre e mais valorosa de tôdas estas terras; e levaram tais novas alguns dos que de lá vieram que, indo os Padres buscar a todos, houve muitos que não quiseram vir, dizendo que do bom trato que lhe faziam os Padres bem certificados estavam, mas que só dos Portugueses se temiam, e que enquanto não tinham maiores experiências de se guardarem as novas ordens de Vossa Majestade que os Padres lhes contavam, não se queriam descer para tão perto dos Portugueses. Isto disseram e fizeram dos mais velhos daquela nação, e dos que pareciam entre êles mais prudentes, a quem seguiam os de sua obediência. Mas outros, a quem Deus parece tinha escolhido, se vieram de mui boa vontade com os Padres. Chegaram a esta cidade do Pará na oitava de Todos os Santos, com sessenta canoas carregadas desta gente, em que vinham mais de mil almas, das quais no caminho foram algumas para o céu; dos demais estão já baptizados os inocentes, e os adultos se vão catequizando.

Chegados êstes Índios, sucedeu uma coisa digna de se saber, para remédio de muitas que nêste Estado se usam do mesmo género. Haverá oito anos que se fêz uma entrada a esta mesma nação dos *Tupinambás*, de que foi por cabo um Bento Rodrigues de Oliveira, e trouxeram muitos dos ditos índios por escravos: sucedeu pois que, entre os que agora vieram, muitos acharam cá seus irmãos e parentes e, sendo filhos dos mesmos pais e das mesmas mães, uns são livres, outros são escravos, sem mais razão de diferença que serem uns trazidos pelos Padres da Companhia e outros pelos oficiais das tropas». E depois continua: «Uma destas nações é a dos *Catingas*, que sempre foram inimigos dos Portugueses, e com guerras e assaltos têm feito muitos danos às nossas terras que lhes ficam mais vizinhas;

---

1. *Cartas de Vieira*, I, 449-450. Mais tarde declara que desta missão aos *Poquis*, com outros Padres desceram-se mais de «oitocentas almas», *Obras Varias*, I, 214.

mas já ficam de paz, assim connosco como com outra nação, também amiga, com quem traziam guerra. Demais destas trouxeram os Padres notícias de outras nações, que habitavam por todo aquele Rio dos Tocantins, muitas das quais falam a língua geral, e se espera que com pouca dificuldade se reduzirão à nossa fé» [1].

A missão saiu do Pará no dia 24 de Junho de 1655 e voltou à cidade no dia 8 de Novembro do mesmo ano [2].

10. — Na lista das expedições de maior «empenho» enumera Vieira a do P. Tomé Ribeiro aos *Carajás* [3]. Não nos ficaram pormenores. Lê-se na *Historia Proprovinciae Maragnonensis*, que chegou aos *Carajás* e *Poquiguaras*. Mas frustrou-se a entrada, porque os bárbaros mataram alguns dos índios cristãos que levava [4]. O mesmo diz André de Barros [5]. E ambos assinalam que ia com Tomé Ribeiro o P. Ricardo Careu, chegado do Brasil pouco antes de 5 de Dezembro de 1657 [6]. Isto fixa o ano 1658, aliás indicado por Vieira [7]. O extrêmo laconismo que rodeia esta entrada não nos permite senão conjecturas Os *Carajás* habitavam as margens do *Araguaia*. E o próprio desenlace dela faz-nos supôr que de-facto ali chegou.

11. — Em 1659, nova expedição: «Foi a esta missão o P. Manuel Nunes, lente de prima de Teologia em Portugal e no Brasil, Superior da casa e missões do Pará, mui prático e eloqùente na língua geral da terra. Levou quatrocentos e cinqùenta índios de arco e remo, e quarenta e cinco soldados portugueses de escolta, com um capitão de infantaria. A primeira facção em que se empregou êste poder foi em dar guerra ou castigar certos índios rebelados, de nação dos *Inheiguaras*, que o ano passado, com a morte de alguns cristãos,

---

1. *Cartas de Vieira*, I, 450-451, 581. Noutra carta informa Vieira que os Índios baixados foram em números redondos: 1.200 (*Ib.*, 555).
2. Bett., *Crónica*, 109-112, onde se equivoca no ano, dando o de 1658. Mas o próprio Bettendorff, referindo-se, a p. 113, à entrada do P. Nunes, em 1658 diz que a de Veloso fora «havia três anos».
3. *Cartas de Vieira*, I, 581.
4. *Hist. Prop. Maragn.*, 645.
5. Barros, *Vida do P. Vieira*, 262.
6. *Bras. 3 (1)*, 312.
7. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 238.

tinham impedido a outros índios da sua vizinhança que se descessem para a Igreja, e vassalagem de V. M.

São os *Inheiguaras* gente de grande resolução e valor, e totalmente impaciente de sujeição, e tendo-se retirado com suas armas aos lugares mais ocultos e defensáveis das suas brenhas, em distância de mais de cinqùenta léguas, lá foram buscados, achados, cercados, rendidos e tomados quási todos, sem dano mais que de dois índios nossos levemente feridos. Ficaram prisioneiros duzentos e quarenta, os quais conforme as leis de Vossa Majestade, a título de haverem impedido a prègação do Evangelho, foram julgados por escravos e repartidos aos soldados.

Tirado êste impedimento, entenderam os Padres na conversão e condução dos outros índios, que se chamam *Poquiguaras*, em que padeceram grandes trabalhos, e venceram dificuldades que pareciam invencíveis. Estava esta gente distante do rio um mês de caminho, ou de não caminho, porque tudo são bosques cerrados, atalhados de grandes lagos e serras, e eram dez aldeias as que se haviam de descer, com mulheres, meninos, crianças, enfermos, e todos os outros impedimentos que se acham na transmigração de povos inteiros. Enfim, depois de dois meses de contínuo e excessivo trabalho e vigilância (que também era mui necessária), chegaram os Padres com esta gente ao rio, onde os embarcaram por êle abaixo para as aldeias do Pará, em número por todos até mil almas.

Não se acabou aqui a missão, mas, continuando pelo rio acima, chegaram os Padres ao sítio dos *Tupinambás*, de onde haverá três anos tínhamos trazido mil e duzentos índios, que todos se baptizaram logo, e, por ser a mais guerreira nação de tôdas, são hoje gadelha destas entradas. Os *Tupinambás*, que ficaram em suas terras, seriam outros tantos como os que tinham vindo, e eram os que agora iam buscar os Padres; mas acharam que estavam divididos *em dois braços do mesmo rio*, um dos quais, por ser na força do verão, se não podia navegar. Avistaram-se com êstes por terra, e, deixando assentado com êles que se desceriam no inverno, tanto que as primeiras águas fizessem o rio navegável, com os outros, que eram quatrocentos, se recolheram ao Pará, tendo gastado oito meses em tôda a viagem, que passou de quinhentas léguas.

Deixaram também arrumado o rio com suas alturas, diligência que até agora se não havia feito, e acharam pelo sol que tinham chegado a mais de seis graus da banda do Sul, que é pouco mais ou

menos a altura da Paraíba [1]. Os índios, assim *Tupinambás* como *Poquiguaras*, se puseram todos nas Aldeias mais vizinhas à cidade, para melhor serviço da república, a qual ficou êste ano aumentada com mais de dois mil índios escravos e livres: mas nem por isso ficaram nem ficarão jamais satisfeitos seus moradores; porque, sendo os rios desta terra os maiores do mundo, a sêde é maior que os rios» [2].

O Tocantins decididamente atraía os Jesuítas. E não apenas com intúito catequético. Dada a exploração geográfica e a medição da altura, pensava agora António Vieira numa exploração mais vasta, subindo o Tocantins ao descobrimento das cabeceiras do Rio Iguaçu, «em que há fama está a nação dos *Tupinambás*» [3]. Vieira não foi, por o afastarem do seu campo de acção. Mas as entradas continuaram.

12. — Em 1668 subiram o P. Gaspar Misch, e o Ir. João de Almeida, de onde voltaram por fins de Setembro ou princípios de Outubro. Esta entrada foi por ordem do Governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho e a Câmara do Pará. Deixando o Rio entraram no sertão dos *Poquis*, mas êstes estavam levantados. O próprio Padre Misch correu perigo de morte. Desceram muitos índios *Poquis* e *Tupinambás*, que os Jesuítas, contra o parecer de outros, se recusaram depois a considerar cativos. Reùnida a Junta das Missões, apesar da oposição dos Jesuítas, prevaleceu o parecer contrário. O Cabo da tropa, sargento-mor João de Almeida Freire, ficou com bom quinhão e mandou dizer missa em acção de graças, em Santo António. E gabou-o o prègador «como se tivera feito grandes proezas, comparando-o com os antigos mais valentes guerreiros» [4].

13. — Em 1671 efectuou-se outra grande entrada, a do P. Gonçalo de Veras e Ir. Sebastião Teixeira. A preparação remota desta expedição data de 1669 em que chegaram à Residência de

---

1. Estiveram, portanto, entre os dois Estados modernos de Goiás e Maranhão.

2. *Cartas de Vieira*, I, 554-556; Bett., *Crónica*, 112-115, que segue e copia Vieira; Morais, *História*, 473. O P. Tomé Ribeiro foi com o P. Nunes nesta expedição, como tinha ido na do P. Veloso, isto é, nas três de 1655, 1658, 1659; Vieira, *Resposta aos Capitulos*, 238.

3. *Cartas de Vieira*, I, 583.

4. Bett., *Crónica*, 257; *Bras.* 9, 260v-261.

SACRISTIA DA IGREJA DA SENHORA MÃE DE DEUS, DA VIGIA

Nas paredes, magníficas telas da vida de Nossa Senhora. Tecto colorido, partido em quatro caixotões, alusivos a quatro alegorias marianas da Escritura: *Electa ut Sol, Pulchra ut Luna, Stella Matutina, Stella Maris,* esta última no caixotão da gravura.

Cametá alguns gentios *Aruaquis* que desceram o Tocantins gastando muitas semanas. Um dêles, que dizia ser filho do Principal dos *Aruaquis* (20 Aldeias), contou que foi enviado pelos pais a pedir o socorro dos Padres, «pois tinham sido invadidos pelos Portugueses do Brasil a que chamam Paulistas ou de S. Paulo», que penetraram o seu sertão, com bombardas e espingardas e levaram cativos os Índios de 15 aldeias. E êle com as cinco Aldeias restantes, tinham escapado. Fugindo, vieram descair ao Tocantins e encontraram os *Guarajus*, que os receberam mal e detiveram injustamente. Ouvindo que uns Padres *Abunás*, vestidos de negro, eram protectores dos Índios, desceram a pedir auxílio para os seus que estão entre os *Guarajus*, porque temia-se que fôssem comidos ou vendidos. O Superior recebeu-os com benevolência e deu-lhes esperanças que seriam libertados das mãos dos *Guarajus*». E comunicou o caso ao Governador[1].

Fez-se primeiro uma pequena entrada, às ordens de Francisco Mendes de Siqueira, ajudante do Capitão-mor, António Pinto da Gaia, que gastou um mês na jornada, e desceu 228 índios[2].

Mas que era isso para os índios que se dizia haver? O Governador pediu Missionários e organizou-se expedição em regra, com o P. Gonçalo de Veras e o Ir. Sebastião Teixeira. O Governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho mandou por cabo da tropa o sargento-mor Francisco Valadares.

Escreve o próprio missionário, Gonçalo de Veras: «A 17 de Março de 1671 saímos do Colégio de S. Alexandre do Grão Pará e voltámos, graças a Deus, salvos e incólumes, a 29 de Setembro do mesmo ano. Poderíamos ter chegado antes, se ao Cabo da Tropa êste mando de sete meses lhe não tivesse parecido sete dias, quando a mim me parecera sete anos[3].

No princípio de Maio passámos o Rio Apii ou da Salsa [Salsaparrilha], onde eu e todos os mais que íamos já doentes, recuperamos a saúde. A 21 chegámos ao Rio Araguaia e a 25, dia do Espírito Santo, vieram a nós 30 *Aruaquises* com seus arcos e nos dias seguintes mais

---

1. Carta de Bett., *Bras.* 9, 262.

2. Certidão de António Pinto da Gaia, no Pará, 6 de Fevereiro de 1671, em Melo Morais, *Corografia*, IV, 346-347.

3. Ao subir, passaram em Cametá, donde seguiram na segunda-feira de Páscoa, despedidos pelo Governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, ao som de bombardas e tubas (*Bras.* 9, 266).

cem *Aruaquises* com 30 *Caatingas* e finalmente com os escravos contamos 900 [1].

Durante o caminho dei o baptismo aos meninos para que, por desleixo dos pais, não morressem sem êle; e de facto alguns morreram, mas baptizados. Alguns adultos também faleceram na sua gentilidade, por nos ser totalmente desconhecida a sua língua. *Judicia Dei abyssus multum!* » [2].

De 70 canoas, com que voltamos das terras dos Bárbaros [3], ficaram 8, com o seu principal, pouco abaixo das *Tabocas*. Avisei o Cabo que as socorresse. Respondeu que os deixava aos moradores de Belém para os irem buscar se quisessem. Calculo que eram uns 100. Os *Caatingas*, por assim parecer ao P. Manuel Nunes, Missionário do Rio Tocantins, deixei-os no mesmo rio, recomendados à sua protecção. Com os mais cheguei a esta cidade do Pará, onde os moradores logo a ocultas desviaram alguns; nem me valeu a lista em que levava o nome de todos, nem todo o cuidado, que pus, impediu que aqui e ali os escondessem. A Câmara, com o parecer dos Padres, distribuiu-os pelas Residências. Mandaram-se 90 para Mortigura levados por um Português, que só entregou ao Padre 50, deixando os outros pelas fazendas. Eu parti com os outros para a Ilha do Sol, e lhes ensinei os mistérios de Deus para receberem o baptismo [4].

---

1. Êstes escravos eram *Naimiguaras:* «Os índios *Naimiguaras*, índios de língua geral vieram por escravos, todos julgados por tais pela Junta que manda Sua Magestade» (Bett., *Crónica*, 290).

2. «Totalmente desconhecida a sua língua»... Confirma-o Ehrenreich, que nos seus *Antropologisch Studien üeber die Urbewohner Brasiliens* (Braunschweig 1897) coloca os *Carajás* entre as línguas isoladas; Cf. Estêvão Pinto, *Os Indígenas do Nordeste*, I (S. Paulo 1935) 236.

3. Tinham subido com 7 mal aviadas: «Septem cimbis male instructis ê Para solvimus, et septuaginta omnino refertis, eodem reversi sumus per Fluvium Tocantins, ubi Patris Francisci Velloso tristia naufragii loca cum stupore ac timore conspeximus. Ingentes rupes sunt, quas Lusitani nostri *Cachoeiras* vocant, per quas tota fluvii maximi vis, summa celeritate, ac summo fragore ex alto in imum decident in varios in se reducta giros convolvitur, ac tandem orbes suos rursum explicans celeris ad instar sagittae profertur. Animus erat periculosum illud iter, et tot cimbarum charybdim tentare, sed quia humiliores erant aquae per latus, qua viam nobis tutiorem aperiebat, transivimus» (*Bras.* 9, 287v).

4. Em *Bras.* 9, 287, precisa-se mais: Êstes *Aruaquis* formaram uma Aldeia no Pará, dependente da Residência do Espírito Santo, da Ilha do Sol (hoje Ilha de Colares); Cf. Bett., *Crónica*, 290; deve referir-se a êstes Aruaquis a *Carta Régia, de 9 de Setembro de 1684, ao Bispo do Maranhão para que dê cumprimento às ordens*

Os *Caatingas*, tanto nas suas terras como no Pará, diziam que não tinham descido senão por amor dos Padres. Alguns anos antes tinham fugido para suas terras, quando viram os seus Padres expulsos pelos Portugueses [1661]; e agora voltavam porque os tornavam a ver diante dos seus olhos. Não posso deixar de referir o que sucedeu no sertão com os *Carajás*. Iam êles em 25 canoas bem armados com seus arcos e flechas e outras armas de guerra. Apenas viram chegar os Portugueses, empunharam as armas, e puseram as canoas em posição de guerra, mas logo que advertiram que vinham também Padres da Companhia de Jesus, remando com mais fôrça atiraram os arcos a meus pés e rodearam-nos, e, para darem mostras de sua confiança e generosidade, não tornaram a pegar nas armas, vindo oferecer os seus pequenos presentes, aos quais eu correspondi com os que permitia a minha pobreza».

Gonçalo de Veras pediu à Câmara do Pará que ao menos desse a farinha para sustentarem aquêles índios. Não deu. E teve êle que prover. Ajudou-o o Reitor do Colégio, Bento Álvares, e o Vigário do Pará, «homem muito liberal para com os pobres» [1].

14. — Depois desta grande entrada cessaram as notícias nêste rio, referentes aos Jesuítas, que se ocuparam noutros sectores. Mas ainda nêste rio fizeram uma entrada em 1721-1722, a chamado dos Índios *Jaguaris* e *Tocaiúnas*. Foram a ela os Padres Manuel da Mota e Jerónimo da Gama [2].

---

régias sobre a repartição dos índios, declarando que incompetentemente tomou alguns da Aldeia dos Aruaquises, que nunca foi da repartição, Bibl. de Evora, cód. CXV/2-18, f. 88v.

1. Gonçalo de Veras dá estas notícias a Bettendorff, que as traduziu para o latim (e nós agora retraduzimos para português) na sua *Carta Ânua* de 21 de Julho de 1671, *Bras.* 9, 303-303v; cf. *ib.*, 265-266. A região era habitada por 17 nações, diz Gonçalo de Veras, e entre elas nomeia 12: *Caatingas, Poquises, Tembeucaçus, Guarajus, Tocoanhus, Mocuras, Carajauaçus, Nambiquaruçus, Carajás, Carajapitangas, Oquituiaras* (ou *Quitajarases*), *Aruaquises*. Os *Carajás*, com quem fêz as pazes, diz que eram «viri robustissimi gigantea statura» (*Bras.* 9, 287). Os *Naimiguaras, Naimiquaras* ou *Nambiquaruçus*, tem hoje a denominação de *Nambiquaras*. Mas sôbre a aplicação dêste nome a povos diversíssimos, cf. Roquette-Pinto, *Rondonia*, 4ª ed. (S. Paulo 1938) 49.

2. Cf. *Real Ordem de 25 de Fevereiro de 1722, mandando ao Governador João da Maia da Gama que dê ao P. Manuel da Mota, soldados e índios, do Pará, para a Missão do Tocantins, a chamado dos Jaguaris e Tocaiúnas, que pediam Padres da Companhia e que era necessário para se fazerem cristãos e vassalos seus. — Anais*

Além dos *Tocaiúnas* ou *Taquenhunas* e *Jaguaris* ou *Guararises*, citam-se mais os Índios *Oroeporás*, coisa nova, diz André de Barros, que êles descobriram e praticaram [1].

15. — Desta missão e Índios se formou a *Aldeia da Taboca* ou *Itaboca* na margem do Tocantins. Mas dando logo a peste nos Índios, o P. Arnolfini, que os aldeara, levou os sobreviventes para junto de Mortigura [2].

Com ela se fechou a actividade dos Jesuítas, no Rio Tocantins, intensa e importante, não tanto sob o aspecto de aldeiamentos, como de penetração e descida de Índios, que deixando os costumes bárbaros, ingressaram no convívio dos brancos e da civilização, no sentido especial que se deve dar a esta palavra naqueles tempos e lugares [3].

---

do Pará, I, 193-194; Bibl. de Évora, Cód., CXV/2-18, f. 602v. A 30 de Dezembro de 1724 o P. Geral agradece ao Governador Maia da Gama, o favor que dá à «nova missão que se abre no Rio dos Tocantins», *Bras. 25*, 24v.

1. Barros, *Vida do P. Vieira*, 91.

2. Caeiro, *De Exilio*, 493; Morais, *História*, 499; BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 170. Com o nome de *Aldeia do Tocantins*, unida à de Mortigura e Sumaúma, e tôdas três sob a administração de Arnolfini, já aparece no Catalogo de 1723 e nêle persevera até 1735 (*Bras. 26*, 23v). Em 1730 constava de 436 índios (*Bras. 10* (2), 338).

3. Conserva-se em Évora, datada de Abacaxis, 20 de Maio de 1727, a relação desta última entrada: «Breve relação da entrada, que o R. P. Manuel da Motta, da Companhia de Jesus, fez pelos rios Tocantins e Taquanhunes na era de 1721 para 1722, sucessos que teve, gentes que desceo, e deixou praticadas, as quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos, que com ellas padeceo o R. P. Missionário Marcos Antonio Arnolfini», Bibl. de Évora, cód., CXV/2-11, f. 332-345. Entre as fontes para a *Historia Proprovinciae Maragnonensis*, citadas por Matias Rodrigues, há a seguinte: *Detectio Fluvii Tocantis a P. Emmanuele da Motta* — Descobrimento do Rio Tocantins pelo P. Manuel da Mota (*Bras. 27*, 1).

José Morais dá um resumo desta entrada e refere-se ao apontamento «que nos deixara» o P. Mota e a outros, «que nos deixara o P. Jerónimo da Gama, meu mestre que foi, e que viajou com suas peregrinações por mar e por terra, quanto vai do Cabo do Norte, e Rio das Amazonas até o Rio da Prata, cabo do Sul, limites do dominio Português nas partes da América. Êste missionário, sendo-o da tropa em que era cabo Domingos Portilho, o mais insigne sertanista que teve o Estado» recuperou a saúde ao chegar ao Rio da Saúde, entrando depois no Rio Tacaiúnas (Morais, *História*, 472-473).

Na Bibl. de Évora, cód. CXV/2-14, nº. 23, segundo referência de Cunha Rivara, I, há uma *Notícia das Missões dos Jesuítas no Maranhão, desde 1712 a 1757*, autógrafo do P. Jerónimo da Gama, datado do Funchal, 20 de Abril de 1757. Talvez se refira a esta *Notícia* o P. José de Morais.

CAPÍTULO VIII

Gurupá e rio Xingu

1 — *Luiz Figueira em Muturu (Pôrto de Mós); 2 — Reflexos em Gurupá do Motim de 1661; 3 — Aldeias do distrito de Gurupá; 4 — Aldeia de Itacuruçá (Veiros); 5 — Aldeia de Piraviri (Pombal); 6 — Aldeia de Aricari (Sousel); 7 — Entradas ao Rio Xingu.*

1. — No braço sul do Rio Amazonas, fica a fortaleza de Gurupá. À sua roda se agruparam algumas Aldeias de Índios que se espraiaram Xingu acima, até Maturu, ou Muturu, hoje Pôrto de Mós. Na fortaleza de Gurupá trabalharam e estiveram muitas vezes os Jesuítas, mas não tiveram nem quiseram ter casa própria. Negaram-se expressamente a aceitá-la, quando o Capitão Manuel Guedes Aranha, por volta de 1690, a pediu. Nem por isso Gurupá deixou de ser ponto de escala e de andar imiscuída à vida dos Jesuítas, nesta região, e nem sempre em colaboração com êles...

Em Abril de 1636 o P. Luiz Figueira, acompanhado do Ir. João de Avelar estêve nesta zona, primeiros Jesuítas que a visitaram.

Era Capitão da Fortaleza, Pedro da Costa Favela, então ausente. O seu Alferes, com os mais Portugueses e Índios receberam-nos com afecto. Enquanto o Capitão não chegou, Luiz Figueira visitou as Aldeias dos Índios até Muturu, em uma «fermosa e desabafada chã». Figueira administrou os Sacramentos e casou o Índio Cristóvão, «mancebo mui engraçado e de bom natural, discípulo dos Padres de Santo António». A noiva, moça gentia, catequizou-a o Padre Figueira e a baptizou, antes de celebrar o matrimónio cristão, na igreja, que o Padre ali achara [1].

---

1. Nisto se corrige a Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão Pará*, 47, onde diz que o P. Figueira deixou «igreja e residência levantadas», e a Barata, *Efemérides*, 193, que dá o P. João Maria Gorzoni como fundador de Maturu. Cf. James

Em presença de Luiz Figueira ergueu-se uma grande Cruz defronte da igreja. E dispunha-se já a regressar, quando as índias o rodearam e cercaram:

— «*Não te vás, Pai, não te has-de ir; não nos deixes sem remédio; já te temos aqui*».

E a isto acrescentavam mil razões, a que o Padre tornou a dar as suas já dadas, e outras de novo. E dizia:

— *Deixai-me já, filhas, já vejo e sei quanto desejais de ter Padres e mestres, isto mesmo direi aos meus Padres para que gostem de vos vir consolar e ensinar; bastam já estas mostras que tendes dado; deixai-me ir.*

E com isto forcejou o Padre para se ir, mas debalde, porque o tinham fortemente prêso, e não contentes com isso, uma delas disse às outras:

— *Levantemo-lo e levemo-lo.*

Nisto as que estavam pegadas no Padre, que eram tôdas as que podiam chegar a êle, umas pela cintura, outras pelos braços, outras pelos pés, mas com tôda a composição e decência, o levantaram direito no ar, e o levaram até à porta da Igreja, aonde se tinha levantada a Cruz; e o terreiro todo cheio de gente da mesma aldeia, e de outras e dos remeiros da canoa do Padre, todos vendo o espectáculo. Nêste passo, molestado já o Padre da importuna piedade destas índias, fala alto aos Índios, estando ainda nos ares, dizendo:

—*Filhos, acudi-me, livrai-me destas.*

Então bradaram muitos dizendo:

— *Ora basta já, basta já!*

E com isto puseram o Padre no chão, e o largaram, o qual então, com boas palavras se foi andando para o pôrto donde o tinham trazido, e se foi embarcar com a maior pressa que a modéstia permitiu».

Em Gurupá já encontrou o Capitão Costa Favela que «festejou muito sua estada e vinda».

A. Williamson, *English Colonies in Guiana and the Amazon* 1604-1668, Oxford, 1923: no mapa *Settlements on the Amazon*, 1602-5, aparece Maturu da seguinte forma *Orange* (*Materu*). Barata leu em Morais que os Jesuítas tiveram as Aldeias da bôca do Xingu «umas de visita e outras de residência. E esta de Maturu fundara o P. João Maria Gorzoni» (*História*, 506). «Esta» deve entender-se «Residência», não «Aldeia». A conquista de Maturu aos Holandeses em 1623 por Luiz Aranha de Vasconcelos, jornada de que foi capelão o Padre de S. António Fr. Cristóvão de S. José, narra-a pormenorizadamente, Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, IX, 381-386; e transcreve-a Rodolfo Garcia em anotação ao *Diário do Padre Samuel Fritz*, na *Rev. do Inst. Bras*, *81* (1917) 394-396.

Os Índios da Aldeia de Gurupá, antes de o Padre se retirar para o Pará, ofereceram-lhe os seus filhos:

— «*Pai, é possivel que te hajas de ir e não has-de levar contigo alguns filhos nossos para os ensinares a ler e a falar português, para que nos saibam dizer o que falam os Portugueses, quando vêm às nossas casas ? Leva alguns que melhor te parecer. Vê quais queres!*».

Passado o primeiro espanto, o Padre escolheu dois. Mas não era para ficarem no Pará ou Maranhão, senão para irem a Portugal. Disse-lhe o pai de um, logo apoiado pelo outro:

— «*Tu, Pai, vai à tua terra, leva êste meu filho e não to dou para o deixares no caminho, mas para o levares contigo, para que veja teus parentes os Padres, e para que veja também o Rei, e tudo o que por lá houver*».

O Capitão Pedro da Costa Favela despediu o Padre com saùdade, amizade e honra, acompanhando-o até ao pôrto e mandando disparar a artilharia do forte.

O P. Luiz Figueira não voltou. Êle, e os Padres prometidos e vindos, encontraram a morte no mar ou às mãos dos Índios *Aruãs*, mas Gurupá estêve presente nas suas negociações de Lisboa, para a organização da hierarquia, pensando em fundar ali uma paróquia com ordenado certo (40$000) [1].

2. — Só com reatamento da Missão do Maranhão em 1652 é que seria possível o cumprimento da promessa. E não se esquecia. O P. Manuel Nunes, a 22 de Maio de 1653 escreve do Maranhão para Roma: «O P. Superior António Vieira deve avisar a Vossa Paternidade do estado das coisas: eu me ando aviando para ir fundar casa no Gurupá que dista daqui pouco menos de duzentas léguas, onde está a maior fôrça da gentilidade e onde o clima é muito doentio; mas Deus é sôbre tudo; nêle espero que me dê saúde e graça, para que a tenham na alma tantos gentios e tão necessitados de quem lhes ensine a verdadeira fé e dê notícias do seu verdadeiro Deus» [2].

Ocupado porém o P. Manuel Nunes noutros ministérios, talvez só em 1655, depois que Vieira chegou do Reino, com a lei da liberdade dos Índios, de 9 de Abril, é que enviou a Gurupá «dois religiosos que

1. S. L., *Luiz Figueira*, 60-62, 65, 196-200.
2. *Bras. 26*, 2.

tomassem à sua conta as Aldeias daquele distrito»[1]. Levaram mais de cem Índios libertados para serem restituídos às suas terras do Rio Amazonas e espalhar a grande nova[2].

Mas o Capitão Manuel de Carvalho e o sargento-mor Lourenço Rodrigues eram já diferentes de Pedro da Costa Favela; e a boa nova, para êles, foi má. Amotinaram os soldados e o povo, e foram lançar os Missionários P. Manuel de Sousa e seu companheiro nas margens do Rio Moju[3]. Comenta Lúcio de Azevedo: «Os habitantes de Gurupá, que à sombra da fortaleza formavam uma povoação, vivendo exclusivamente do tráfico, julgavam-se pela distância fora do alcance da justiça ou talvez, mal informados, não sabiam ainda que homem era o Governador».

André Vidal de Negreiros pôs côbro ao abuso, desterrando os dois responsáveis militares para o Brasil e os soldados para a Índia, livrando Vieira a êstes de maiores castigos[4]. Nesta reacção contra a lei da liberdade dos Índios tiveram mais parte os capitães e soldados que o povo, e daí em diante Gurupá ficou porta franca para a passagem e actividade dos missionários e até lugar de refúgio em que resgatou ou desmentiu a acusação que anotou Lúcio de Azevedo. E por um caso semelhante, de liberdade dos Índios, defendeu a liberdade dos Padres. No Motim do Maranhão e Pará de 1661 acolheram-se vários ali, e o Capitão-mor Paulo Martins Garro, o Ouvidor, e outros, bizarra e generosamente os defenderam, até que em 1662 vieram de Belém e os levaram. Mas, como sempre, os Jesuítas não tardaram a voltar, para prosseguir a obra da catequese.

3. — O estabelecimento efectivo dos Jesuítas nesta região começou com o P. Salvador do Vale e o P. Paulo Luiz, enviados por António Vieira.

Salvador do Vale «fêz a igreja da Residência de Nossa Senhora do Destêrro em a Aldeia de Tapará, ficando-lhe a de S. Pedro junto à Fortaleza de Gurupá»[5].

---

1. O P. Manuel de Sousa e seu companheiro, diz André de Barros, *Vida de Vieira*, 203.
2. *Cartas de Vieira*, 448-449.
3. Vieira, *Resposta aos Capítulos* (7º).
4. Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 80; *História de António Vieira*, 306.
5. Bett., *Crónica*, 89.

Pelo modo de falar de Bettendorff, isto devia passar-se em princípios de 1656, pouco depois de Vieira voltar de Portugal. Na realidade foi em 1660. Narra o mesmo Cronista que indo aos *Pauxis* o P. Salvador do Vale e o P. Paulo Luiz desceram 600 Índios os quais se puseram «em um sítio novo e aprazível, que está em a bôca do Rio Xingu e das Amazonas». Enquanto se situavam os Índios, ambos os Padres adoeceram e ao parecer mais gravemente o P. Vale.

Veio da fortaleza o Capitão Paulo Martins Garro com muitos soldados para visitarem o Superior P. Vale, mas mudaram-se as sortes e sucumbiu Paulo Luiz. E vendo a morte trocada, acompanharam-no, «carregando-o até à sepultura» e foi disposição do céu, diz Bettendorff, «que todos se achassem presentes aquela tarde em a Aldeia, sem serem avisados, como acaso, para que seu servo tivesse honra de sepultura em a igreja de Nossa Senhora do Destêrro da Aldeia de Tapará» [1].

Bettendorff não indica o ano, mas consta que o P. Paulo Luiz faleceu em 1660 [2]. Parece inferir-se que aquêles Índios *Pauxis* se não situaram propriamente em Tapará, mas perto, talvez em Boavista, pois se não estiveram presentes aquêles homens, o Padre não teria as honras de ser sepultado na igreja de Nossa Senhora do Destêrro, de Tapará. Nessa ou noutra, tudo na mesma região. Descrevendo-a já depois que ela tinha passado à administração dos Padres da Piedade, José de Morais cita por esta ordem: Arapijó (Carrazedo), Caviana (Vilarinho do Monte), Boa-Vista, Tapará e Muturu (Pôrto de Mós); e acrescenta: «Tôdas estas Aldeias foram primeiro dos Padres da Companhia, umas de visita e outras de residência» [3]. Acrescente-se a estas, a Aldeia de S. Pedro, junto à fortaleza. E tôdas possuiam igreja e casa, mas pela sua proximidade umas das outras, só numa viviam de assento os Missionários, ora em Tapará, ora em Muturu, e nem sempre seguidamente, por falta dêles. Nêste caso eram visitados ou dos Missionários dos *Nheengaíbas* ou do Xingu, ou vice-versa. E, com elas, em 1678 a Aldeia de S. Aleixo dos *Coanises*, Índios da margem esquerda em frente de Tapará, no igarapé que unia o Xingu ao Amazonas [4].

---

1. Bett., *Crónica*, 125-126, 178.
2. *Livro dos Óbitos*, 3.
3. Morais, *História*, 505-506.
4. *Bras.*, 9, 289; *Bras.*, 26, 53; Bett., *Crónica*, 326.

Em 1665 era missionário do Tapará o P. João Maria Gorzoni, e, à sua jurisdição tinha 12 Aldeias que visitava [1]. Entre elas estavam as do Xingu, e daqui se podem datar as casas da Companhia em Maturu fundadas por êle, e os primeiros albores de Itacuruçá, já visitadas por outros antes dêle, como em 1661, Tomé Ribeiro e Gaspar Misch [2].

Depois de 1670 Tapará decaiu em pouco tempo. A actividade missionária ia-se internando mais pelo Xingu acima, onde, distante da fortaleza, se desafogava mais a vida e era mais fácil a catequese. Os Padres realmente não eram suficientes para atender a tantas Aldeias que cada dia se constituíam. Bem pedia o Superior da Missão que lhe enviassem Padres do Brasil ou da Europa. Não os havia. E Francisco Veloso avisa melancolicamente que se vão deixando as Aldeias: «No Gurupá, tôdas, sendo uma residência de muita importância e de muitas conseqüências» [3]. Em 1678 não havia no Gurupá nenhum missionário [4]. Por isso, não podendo o Superior satisfazer ao pedido do Capitão Manuel Guedes Aranha, que lhe pediu Padres para a sua fortaleza, o Capitão recorreu a Portugal e obteve Religiosos da Piedade a quem fundou Hospício em Gurupá, e sob cuja administração, depois da repartição geral das Aldeias em 1693, ficaram as desta região, desde Tapará a Muturu. Mas já então estava fundada a Aldeia de Itacuruçá.

4. — A *Aldeia de Itacuruçá*, orago S. João Baptista, foi a Aldeia principal dêste rio e chamava-se ordinariamente *Aldeia do Xingu*. A sua fundação atribue-se expressamente ao P. João Maria Gorzoni.

---

1. *Bras 26*, 13v.

2. Bett., *Crónica*, 155; *Cartas de Vieira*, I, 592. Gorzoni, italiano da diocese de Mântua, chegou ao Maranhão em 1659. Em 1660 veio para o Pará e no ano seguinte passou a trabalhar com os *Nheengaíbas*, sendo pouco depois envolvido no Motim do Pará e embarcado para Portugal. Voltou em 1662. Ensaiou o govêrno no Colégio do Maranhão, mas revelando pouco jeito para êsse ministério, dedicou-se às missões em diversas Aldeias, sobretudo no Xingu, onde estava em 1698 quando Bettendorff redigiu a sua *Crónica*, «têso como se fôra moço, sendo de setenta e três anos de idade ou pouco menos» (*Crónica*, 223). Tinha nascido em 1627 e faleceu no Colégio do Pará a 10 de Outubro de 1711. «Grande Missionário», *Livro dos Óbitos*, 7.

3. Carta de 26 de Junho de 1673, *Bras*. 26, 31.

4. *Bras*. 26, 51.

Bettendorff durante o seu superiorado (1690-1693) visitou-a, e diz que no Xingu achou os Padres António Vaz e Gorzoni, mas êste mal contente por Manuel Guedes Aranha lhe ter desmantelado a Aldeia: «Tinha o P. João Maria com o seu incansável zêlo feito uma Aldeia muito estendida e populosa, em um alto sôbre o Rio Xingu, e ajuntando muitos Índios de várias nações, que com o P. António Vaz, seu companheiro, ia doutrinando em uma igreja nova, muito capaz, alevantada para êste fim». Mas indo ao Rio Negro, à volta achou que o Capitão-mor da fortaleza de Gurupá, Guedes Aranha «sem mais autoridade que a sua, tomou parte dos Índios da Aldeia do Xingu, já feita e acabada pelo P. João Maria, e a mudou para uma Aldeota mais abaixo, chamada *Muturu*, da qual com êste acrescentamento e os de outras Aldeias dos Padres, além de uns poucos tirados do sertão, que depois fugiram muitos, fêz uma grande bastante, pondo-lhe um homem branco para a governar contra as leis de Sua Majestade, com que teve o P. João Maria algum desgôsto com êle»[1].

Para evitar contendas, retirou-se da Aldeia, e ficou o P. António Vaz, que em breve a reconstituiu[2].

Infere-se desta narrativa que o P. Gorzoni fundou a Aldeia de Itacuruçá, em ano indeterminado, todavia não muito antes de 1690, quando a deixou «já feita e acabada», o que denota não ser coisa antiga. A Aldeia tomou grande incremento depois dêste debate, prolongado até à completa decisão da Côrte que em 1694 determinou que o Xingu, a partir de Itacuruçá, continuasse a ser zona missionária dos Padres da Companhia[3]. Em 1695 retomou-se a Aldeia que em 1730 constava de 878 Índios, e mais 76 catecúmenos[4]. Era então

---

1. Aquêles «poucos Índios tirados do sertão» aparecem nas queixas de Guedes Aranha transformados em «muitas Aldeias». Cf. «Carta Régia, de 19 de Fevereiro de 1691, ao Governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, para que mande reedificar o convento, que antes houve na Fortaleza de Gurupá, para nêle se recolherem os Padres da Província da Piedade, ou Carmelitas Descalços, que El-Rei lá manda por Missionários; por se queixar Manoel Guedes Aranha, Capitão da dita Fortaleza, que os Missionários da Companhia lhes embaraçam e prohibem as muitas Aldeias de Índios, que com grande despeza de suas fazendas têm reduzido e contratado se desçam para junto daquela Fortaleza», Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18 f. 143v.

2. Bett., *Crónica*, 489-491; *Bras.* 9, 428v.

3. Bett., *Crónica*, 573, 580-581.

4. *Bras.*, *10* (2), 338.

missionário o P. Mazzolani, que ali estava desde 1718 em substituição do P. Orlandini, falecido o ano anterior [1]. O seu último missionário foi Cristóvão de Carvalho [2]. Retirando-se, Itacuruçá recebeu o nome de *Veiros*, que hoje é «simples expressão geográfica» [3].

5. — A *Aldeia de Piraviri* formou-se, desdobrando-se a *Aldeia de Itacuruçá*, para separar Índios de nações diferentes que, juntos naquela Aldeia, brigavam entre si. Ainda não estava fundada em 1723 e diz Morais que se erigiu em 1730 [4]. Mas fundou-se em 1727, talvez pelo Padre António Vaz, falecido no Colégio do Maranhão em 1728 e do qual já se diz que foi Missionário «da Aldeia de Piraquiri no Xingu» [5]. Missionaram aquí, entre outros, os Padres Sebastião Fusco e Manuel Afonso, que para ela desceram os *Curibaris* [6].

A Aldeia em 1730 contava 733 Índios, e mais o elevado número de 345 que eram catecúmenos, isto é, não cristãos ainda, recentemente descidos das brenhas [7]. Vinte e um anos depois, eram 921. E contavam-se entre êles os selvagens *Muruãs* que puseram em perigo de vida o seu missionário. Em 1755 pôs-se a Aldeia mais em forma. Edificaram-se casas para os missionários e Índios e um trapiche para utilidade pública [8]. Possuía boa igreja e imagens. Aparece com outros nomes: *Piraquiri*, *Piriquiri*, *Pirauveri*...

Em 1758, chamaram-lhe Pombal, e prosperou tanto que dela diz actualmente Manuel Buarque: «Passamos Pombal, que já foi vila, e agora é tapera» [9].

---

1. *Bras. 26*, 219; *Bras. 27*, 48.
2. Caeiro, *De Exilio*, 447.
3. Manuel Buarque, *Recordações do Xingu* (Pará 1940) 35; Carlos Borromeu, *Antigas Aldeias no Rio Xingu* (Pôrto de Mós — Xingu 1940) 5-7, onde agrupa diversas notícias de interesse local. Em 1938 achou êle, na capelinha arruinada, a imagem de S. João Baptista, «obra artística antiga, estilo português».
4. Morais, *História*, 506.
5. *Lembrança dos Def.*, 7.
6. Caeiro, *De Exilio*, 493; cf. Morais, *História*, 504.
7. *Bras. 10*(2), 338.
8. *Litterae Annuae Missionis Piraquiri de anno 1755 in 56*, do P. Lourenço Kaulen, *Bras, 10*, 481-484v.
9. Manuel Buarque, *Recordações do Xingu* (Pará 1940) 35; Carlos Borromeu, *Antigas Aldeias no Rio Xingu* (Pôrto de Mós — Xingu 1940); Morais, *História*, 198; Palma Muniz, *Limites Municipais*, 732.

6. — A *Aldeia de Santo Inácio de Aricari* (*Aricá, Aricará*) última de Xingu, ficava na margem esquerda acima de Piraquiri, e achamos o seu nome pela primeira vez no catálogo de 1723 [1]. Mas deviam-na ter fundado os Jesuítas alguns anos antes (não muitos). Em 1730 contava 970 Índios cristãos e 182 catecúmenos [2]. A esta Aldeia incorporou depois, em 1736, o P. Luiz de Oliveira, os *Jurunas* «ferocíssimos e antropófagos vorazes», como se exprime o Geral, congratulando-se com êle [3]. Mas não perseveraram e deve referir-se a êste facto o que escreve João Daniel: «Entre as muitas nações do Amazonas, que comem carne humana é muito abalizada a nação *Juruna*, cujas povoações são nas matas do Rio Xingu, coisa de 15 dias de viagem. [...] É esta nação das mais marciais, têm muitas outras contrárias com que pelejam, cujos prisioneiros codeam e guardam o unto dos mesmos em panelas para tempêro dos mais guizados. Têm outro distintivo das mais nações, indicado no seu nome de *Jurunas*, que é terem as bôcas pretas, porque *Jurú* quer dizer bôca, e *una* significa preta. Além das bôcas pretas, também o são as barbas e meio rosto ou meias faces: fazem êste seu distintivo, quando meninos, com tinta bem preta, e sabem embuti-la ou introduzi-la na carne com tanta arte que nunca se tira nem perde a sua viveza até à morte, parecendo natural e nada artificial. Pois de tal modo se têm intrincado e co-naturalizado na carne, que não é possivel tirar-se, por mais esfregações que lhe façam e remédios que apliquem; e o que mais é, que ainda que se esfole a pele, como já têm feito alguns, que têm descido dos matos para o cristianismo, por se verem envergonhados entre os mais, sempre a bôca e faces perseveram negras. Muito preciosa e prezada seria pelas donas brancas e europeias esta tinta e indústria de a aplicar, para com ela perpetuarem os sinais pretos que tanto apetecem, e com que não sei se enfeitam ou se afeiam os seus carões: talvez que no discurso da obra a descrevamos. Foram êstes *Jurunas* praticados por um missionário e aldeados no ano [...] porém, arrependidos, por inconstantes, determinaram voltar para as suas matas; talvez por saùdades das suas caçadas e pingues olhas da saborosa carne dos seus contrários. A ocasião e pé que os motivou a repedarem foi ter o dito seu

1. *Bras. 27*, 48.
2. *Bras. 10* (2), 338.
3. Carta de 11 de Fevereiro de 1737, *Bras. 25*, 78v; Caeiro, *De Exilio*, 489, fala de outros Padres e Índios que ali trabalharam.

missionário mandado alguns meninos para a cidade, ou querê-los mandar a aprender alguns ofícios mais precisos nas povoações; e também com intento de segurar melhor os adultos, por presumir que não intentariam a fuga, por não deixar os filhos que queria o Padre fôssem como refens. Porém, pelo contrário disso mesmo, tomaram motivo para tornarem a embrenhar-se nas suas matas; e para não irem sem matalotagem ajustaram fazê-la das carnes do mesmo Padre, de um Branco que estava na sua companhia, e de alguns Tapuias mansos que tinha consigo.

Houve porém um que, com ser da mesma nação, achou deformidade no intento dos mais, e ocultamente avisou o missionário, que sem mais demora atou às de vila Diogo com o dito branco e dois Índios mansos, por um atalho de terra, em que por três dias nada comeram, e só se deram por seguros de irem ao atalho, e serem comidos, quando já vizinhos a uma missão antiga. E vendo os *Jurunas* com a fuga do Padre estar descoberta a sua traição, receando que fôsse alguma tropa castigá-los, também se puseram em apressada fuga»[1]. O último missionário de Aricari foi o P. Manuel dos Santos, que fundara a Aldeia do Javari[2]. Aricari recebeu em 1758 o nome de *Sousel*, vila de Portugal. Decaiu logo, e em 1864 a povoação mudou-se para o lugar de Cruajó, na outra margem do Xingu, em frente, que passou a chamar-se Sousel, ou Sousel-o-Novo, em oposição ao outro Sousel ou Sousel-o-Velho. Em 1938 encontrou-se nas ruinas da antiga Residência e Igreja dos Jesuítas, que era das melhores nas Missões, um Crucifixo, considerado na região como relíquia preciosa e conhecido com o nome de «Cristo de Aricari»[3].

---

1. João Daniel, *Tesouro Descoberto* na *Rev. do Inst. Bras.*, *III*, 172-173.

2. Caeiro, *De Exilio*, 447.

3. Morais, *História*, 198, 506; Carlos Borromeu, *Antigas Aldeias do Rio Xingu*, 3; Teodoro Braga, *Corografia*, 551, que diz que «do aldeamento dos Índios, fundado em 1639 pelos Padres da Companhia, vem a origem de Município». Vem dos Jesuítas, não dêsse ano. Do Município de Sousel se formou mais tarde o de Altamira. Palma Muniz, procurando estabelecer as origens de *Altamira*, escreve: «O lugar foi criado com as antiquíssimas missões dos Jesuítas, os primeiros pioneiros da civilização que venceram por terra a Volta Grande do Rio Xingu. A data dessas primeiras excursões deve ser fixada antes de 1750». Passado mais de um século, retomaram a missão os Padres Capuchinhos. E com esta «missão restauraram-se os fundamentos da actual *Vila de Altamira*» (Palma Muniz, *Limites*, 99-100).

7. — Das entradas dos Jesuítas feitas ao Rio Xingu ficou memória de algumas.

A de Luiz Figueira e João de Avelar em 1636, que se distinguiu não pela penetração, mas pela prioridade, pois aqui nêste rio se iniciou a catequese jesuítica da Amazónia. O trabalho de penetração operou-se gradativamente, por diversos missionários, até que em 1668 o P. Pero de Pedrosa e o Ir. António Ribeiro foram mais longe. Da fôlha de serviços de Pero de Pedrosa consta, como vimos ao tratar do Ceará, que foi «o primeiro português que penetrou o sertão dos Índios *Tacanhapes*, navegando o formidável rio dos *Juruinas*, na Capitania do Pará, em que gastou dois meses» [1].

Estavam de volta no dia 18 de Setembro de 1668 [2].

A formação das novas Aldeias do Baixo Xingu teria suscitado outras entradas a buscar Índios para as abastecer. João Maria Gorzoni, que voltava às missões de Xingu, escreveu ao Geral que esperava baixar 15 Aldeias [3]; e tinha mandado «seis embaixadores aos *Jurunas*, nação pouco distante do Xingu, para se descerem, conforme tinham dado esperanças, mas foram traídos e mataram os enviados, os quais tinham ido às suas terras com confiança de amigos, por terem então parentes seus em a Aldeia de Xingu» [4].

Também pouco antes de 1726 subiu êste Rio, numa tropa de resgates, o P. Francisco Cardoso [5].

A última expedição ao Xingu, por Padres da Companhia, realizou-a o P. Roque Hundertpfundt, à roda de 1750: «Subiu, acima das primeiras e mais dificultosas cachoeiras, cinco semanas de viagem, que, pela dificuldade das cachoeiras, poderão ser sòmente 150 léguas» [6].

O Jesuíta, que ia a serviço da catequese, encontrou os Índios *Curibaris*, *Jacipoias*, no interior do Rio Iriri, e depois voltando e con-

---

1. Cf. supra, p. 34.
2. *Bras.* 9, 259-260; Bett., *Crónica*, 276-277.
3. *Bras.* 26, 184; Bettendorff diz que eram vinte da nação *Curabares* e se não chegaram a descer por o impedir um tal Manuel Pais que, por alí andava na colheita de cravo (*Crónica*, 490).
4. Bett., *Crónica*, 490.
5. Bibl. de Évora, cód., CXV/2-12, 138.
6. BNL, fg. 4516, *Apontamentos*, 172.

tinuando viagem, encontrou-se entre os *Jurunas*, que lhe comunicaram que daí a 60 léguas tinham visto bois, cavalos, e ovelhas... a civilização que subia pelo outro lado [1].

1. Id., *ib.*; Morais, *História*, 504, 505, que é, à letra o mesmo dos *Apontamentos*, com uma ou outra palavra diferente. Morais diz que o Xingu é navegável por *três* meses; nos *Apontamentos*, lê-se *dois*. Em Morais, *margens* do rio; nos Apontamentos, *bordas*. E pouco mais. Octaviano Pinto dá o P. Roque Hundertpfundt como «primeiro explorador do Xingu», numa lista que inclue Carlos von den Steinen e vem até 1897, com Henri Coudreau (*Hidrografia*, 315). Como se vê pelos documentos, a primazia cabe a Pedro de Pedrosa.

NAVETA DE PRATA DA IGREJA DA VIGIA

Peça dos Jesuítas que, com outras, se conservam ainda nesta Igreja. O espigão da proa recorda a cabeça do jacaré, elemento da fauna amazónica.

CAPÍTULO IX

Rio Tapajós

1 — Primeiros Jesuítas no Tapajós; 2 — Fundação da Aldeia dos Tapajós (Santarém) e reminiscências do «matriarcado» amazónico; 3 — Iburari (Alter do Chão); 4 — Arapiuns ou Cumaru (Vila Franca); 5 — S. Inácio (Boim); 6 — S. José de Maitapus (Pinhel); 7 — Santa Cruz e Aveiro; 8 — A «Breve Notícia».

1. — O Rio Tapajós foi reconhecido pela primeira vez em 1626 por Pedro Teixeira, em companhia de Fr. Cristóvão de S. José, insigne capucho de Santo António. Já então os índios do Tapajós tinham relações com os Castelhanos, que desciam o Amazonas. Mas a colonização propriamente dita começou com a catequese dos Jesuítas, diz Palma Muniz, o qual acrescenta que os estabelecimentos dos Jesuítas no Tapajós «foram notáveis pelo seu progresso e desenvolvimento» [1].

Devem ter passado pela bôca dêle Francisco Veloso e Manuel Pires em 1657, e no ano seguinte o P. Francisco Gonçalves e o mesmo Padre Pires, na ida ao Rio Negro. Todavia, o primeiro Jesuíta que a história deve registar, como indo expressamente ao Tapajós, foi António Vieira, no primeiro semestre de 1659. Lúcio de Azevedo faz do Gurupá, limite das entradas de Vieira ao Amazonas: «Quando muito a foz do Rio Xingu, aonde tinha mandado súbditos: o rio na corrente íntegra, limpo de margem a margem, e antes de se dividir em dois braços, entre os quais fica o Arquipélago de Marajó, é duvidoso que jamais visse» [2].

---

1. Palma Muniz, *Limites Municipais*, 308, 663-664.
2. Lúcio de Azevedo, *História de A. V.*, I, 288.

Vieira viu o Amazonas, limpo de margem a margem, e chegou ao Tapajós, di-lo o próprio Vieira, levando como cabo da tropa, Manuel David de Souto-Maior [1]; e voltou do Tapajós gravemente enfêrmo, sendo viaticado, dia do Corpo de Deus dêsse mesmo ano de 1659, motivo porque que adiou algumas semanas a ida aos *Nheengaíbas* [2].

Dois anos depois enviou os Padres Tomé Ribeiro e Gaspar Misch, êste recém-chegado de Lisboa. Sairam os dois de Gurupá no dia 31 de Maio de 1661 e acharam a Aldeia dos Tapajós, com índios de seis tribus diversas. No dia seguinte ao da chegada, os Índios com mulheres e filhos vieram ofertar-lhes os habituais presentes: mandioca, milho, galinhas, ovos, beiju, mel, peixes e carne de moquém. E por sua vez receberam as dádivas que mais ambicionam: espelhos, facas, machados, velórios, vidrilhos, etc. Os Padres celebraram a festa da Ascensão do Senhor, à portuguesa, com tiros e morteiros. Houve missa, fez-se a catequese, realizaram-se baptismos e antes de descerem ao Pará, os Padres ergueram, entre expectação e comoção geral, no terreiro da Aldeia, uma grande Cruz [3].

Passado um mês, depois das festas do Espírito Santo, chegou ao Tapajós, enviado por Vieira, o P. Bettendorff e o Ir. Sebastião Teixeira. Recebimento semelhante ao anterior. Mas o Irmão caiu em melancolia e com sezões. O Padre foi deixá-lo em Cametá e tornou a subir, levando em sua Companhia o Alferes João Correia [4].

Iniciada a catequese, acorreram também os Índios já baptizados por Tomé Ribeiro e Gaspar Misch. Ergueu-se casa e igreja de taipa de mão. O próprio Missionário pintou o retábulo de «murutim», tendo «ao meio Nossa Senhora da Conceição pisando em um globo a cabeça da serpente, enroscada ao redor dêle, com Santo Inácio à banda direita e S. Francisco Xavier à esquerda». E teria também instituído o Recolhimento da Madalena, para regeneração e preservação de moças, se as perturbações do Pará o

---

1. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 218; cf. S. L., *Não teria estado na Amazonia o grande missionário do Amazonas?* no «Jornal do Comércio» (Rio), 15 de Fevereiro de 1942.

2. *Cartas de Vieira*, I, 548, 561.

3. *Litterae P. Gasparis Misch, ex Para in America ad Flumen Amazonum*, 28 Julii 1662, na Real Bibl. de Bruxelas, cód. 6828-69, p. 421.

4. Bett., *Crónica*, 59, 161-163, 592.

não obrigassem a voltar em breve[1]. Quando mais tarde tornou a passar no Tapajós explica melhor que a Residência erecta em 1661, se chamava *Residência de Santo Inácio*, e que à Missão Geral do Rio Amazonas se dera o nome de *Imaculada Conceição*, ou de *Nossa Senhora da Conceição*[2].

2. — O missionário levava ordem de Vieira «que fizesse a Residência no outeiro onde hoje [êste hoje são 37 anos depois, em 1698] está a fortaleza, e chegasse a Aldeia para o pé do monte. Tudo se intentou e roçou-se o monte, deixadas as duas árvores que até o presente com êle se vêem, e chegou-se a Aldeia para ela, mas não do meu tempo», que o impediu aquêle motim[3]. Não tardou porém a cumprir-se a ordem de Vieira, ligado assim à primeira página urbana da que havia de ser depois cidade de Santarém. Em Agôsto de 1665 a Aldeia dos Tapajós já era a mais importante das Missões do Pará, caminho por onde os Portugueses passavam nas suas entradas ao Solimões e Rio Negro. Era missionário dela então o mesmo, que citamos em 1657, Padre Manuel Pires, o «Clérigo de Paredes, homem santo»[4].

Entre os Índios do Rio Tapajós merece figurar na história o nome de Maria Moaçara, principalesa, repetidamente mencionada nos começos da civilização dêste rio. Era esta índia quem governava o Tapajós, e tratando-se do Rio das Amazonas é sugestivo. Não nos detemos com a lenda das *Amazonas*, já suficientemente estudada. Mas parece-nos ver nêste caso, aliás repetido nesta região, uma reminiscência do matriarcado primitivo. É uma índia, Tomásia, mulher de Alexandre, que em Gurupatuba moveu o P. António da Silva, a ir ver, doutrinar e baixar os Índios seus parentes[5]; foi uma índia que matou o P. Carmelita que tinha violado a correspondência de Vieira, e capitaneou os Índios, que êle trazia, e com êles voltou para o sertão[6]; a uma índia, Juliana, se encomendou a direcção de uma

1. Bett., *Crónica*, 169, 172.
2. *Bras.* 9, 263.
3. Bett., *Crónica*, 173.
4. *Bras.* 26, 13v-14.
5. Bett., *Crónica*, 325.
6. Bett., *Crónica*, 236-237.

fazenda no Pará[1]; e já no Itapicuru encontramos outra principalesa[2].

Maria Moaçara, do Tapajós, foi de tôdas a mais reputada nos anais da Companhia. Quando Bettendorff passou nessa Aldeia, em 1669 estava ausente a *Cunhã Moaçara*. Diz que a tinha casado dez anos antes com o índio Roque, falecido nêsse intervalo. Voltando do Alto Amazonas, o Padre já a achou na Aldeia. Nela havia também um índio, que era o chefe ou sargento-mor dela, com quem ela se poderia casar. Mas ela, como vestia à portuguesa, já não queria casar com índios, e andava de mal com o sargento-mor. Era o «matriarcado» primitivo a desdobrar-se no instinto feminino da elevação a um estágio reputado superior. Dois anos depois, Maria Moaçara casou-se com Rafael Gonçalves, português do Brasil (três partes português e uma parte africano). Realizou o casamento o P. Pier Consalvi que narra o facto[3]. Maria Moaçara conservou ainda alguns anos, até à morte, êsse «principalado», que passou ou se quis passar por linha feminina, a uma parente sua, próxima[4]. Caso digno de registo e de estudo etnológico, nêste país das Amazonas. Não será um caso da cultura matrilinear, de que fala Schmidt ?[5].

À morte de Maria Moaçara, por volta de 1678, a Aldeia dos Tapajós chamava-se de *Todos os Santos*, e continha quatro nações principais das línguas «*Aretuses*, *Arapiunses* e *Tapiruenses* ou *Serranos*»[6].

Esta denominação de *Todos os Santos* é singular e vê-se a mobilidade destas denominações, *Santo Inácio*, *Todos os Santos*, *Nossa Senhora da Conceição*... Esta última, Nossa Senhora da Conceição, que a principio tinha por âmbito regional, todo o Baixo Amazonas, prevaleceu finalmente, como orago próprio da Aldeia.

A Aldeia dos *Tapajós* desenvolveu-se rapidamente. Com a catequese se ensinava a ler e escrever e os cantos de sempre. El-Rei

---

1. Bett., *Crónica*, 223.
2. Bett., *Crónica*, 511, 512.
3. *Bras.* 9, 290.
4. Bett., *Crónica*, 344.
5. Wilhelm Schmidt, (tr. de Sérgio Buarque de Holanda), *Ethnologia Sul-Americana* (S. Paulo 1942) 95; cf. Ângelo Guido, *O Reino das mulheres sem lei* (Porto Alegre 1937) 146.
6. *Bras.* 26, 53; cf. *Bras.* 9, 311v. *Serranos* eram os índios das Serras de Gurupatuba, cf. Heriarte, *Descrição*, 222.

D. Pedro II chegou a pensar em estabelecer nela uma Vila com Colégio da Companhia [1].

Não se fêz então Vila, mas fortaleza, e precisamente no lugar que Vieira indicara, Bettendorff roçara, e Manuel Pires ocupara. A Fortaleza fê-la o Capitão Manuel da Mota, amigo do P. João Maria Gorzoni, missionário que em 1696 já tinha construído Residência e belas hortas e estava para edificar igreja de taipa de pilão [2]. Sucedeu-lhe em 1698 o P. Manuel Rebelo, como «anjo do céu». Vinha para restaurar e aumentar a Aldeia, que de «populosíssima» que era, «se tem destruido pela muita cobiça dos moradores brancos do Estado» [3].

E longo tempo depois, em 1719, escrevia ainda o P. Jacinto de Carvalho: «Nesta residência há já mais de 23 anos que preside o P. Manuel Rebelo». E o fruto deve ter sido magnífico, porque o mesmo cronista acrescenta: «A esta Aldeia pertencem não só os *Tapajós*, mas outras nações em particular os *Arapiuns* e *Corarienses*, os quais todos são já para cima de trinta e cinco mil Cristãos» [4].

É notável a cifra de Índios, civilizados, e certamente foi êste o período mais próspero da Aldeia dos Tapajós. Não impediu que dentro dêsse período houvesse dares e tomares, e que a defesa dos Índios não revestisse também os seus perigos. Foi o que sucedeu com o P. António Gomes, um dos missionário do Tapajós, em 1706, contra quem puxou da espada o cabo de uma tropa de resgates [5].

---

1. Bett., *Crónica*, 36.

2. Bett., *Crónica*, 618; Morais, *História*, 509. Escreve Hércules Florence: «Chegamos a Santarém no dia 1º de Julho de 1828. Do pôrto avista-se o Amazonas, que aí tem duas léguas de largo. Assente na confluência dos dois rios e à margem oriental do Tapajós, é povoado bonito e bem situado em terreno plano que desce de uma rampa suave para a água. Numa eminenciazinha a E. vêem-se ainda as ruinas de um fortim construido pelos *holandeses* quando até aí levaram suas conquistas» (Hércules Florence, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829* (S. Paulo 1942) 205. Como todos os livros de viagens há nêste muita coisa útil. A descrição de Santarém é exacta. Mas aquela falsa atribuição do fortim aos holandeses é amostra do pouco crédito que merecem em geral os viajantes quando saem fora do seu campo próprio, que é a observação directa.

3. Bett., *Crónica*, 35, 673.

4. *Bras. 10*, 204.

5. O P. António Gomes faleceu, nesta Aldeia, a 23 de Junho de 1706, não sabemos se em conseqùência dos ferimentos recebidos. Cf. *Livro dos Óbitos*, 6v. Em *Hist. Soc. 51*, f. 12, dá-se o dia 22 de Julho, o que denota erro de leitura no

As Aldeias dêste rio foram-se constituindo com missionários e sedes distintas. Em 1730, a *Aldeia dos Tapajós*, só a Aldeia propriamente dita, constava de 793 Índios [1].

A 3 de Julho de 1757, apresentou-se a tomar conta dela um Padre cura por ordem do Bispo Bulhões. Luiz Álvares, seu Missionário, entregou-lha, negando-se porém a dar-lhe posse jurídica e a assinar o auto, por não ter poderes de seu Superior hierárquico [2].

Em 1758 elevou-se a Vila, com o nome de *Santarém*. Pouco depois escrevia João Daniel que o Rio Tapajós tinha na sua entrada uma fortaleza sôbre rocha viva. Ao pé, uma pequena povoação de Portugueses. «Tem também quási imediata uma povoação de Índios, intitulada antes a Missão do Tapajós, hoje baptizada Vila de Santarém». É «bela paragem para uma formosa cidade, e pelo

---

nome do mês. Na Bibl. de Évora, conservam-se vários documentos referentes a esta agressão. Note-se como o «golpe de espada», que era em 1706, se transformou, em 1710, em simples «pancadas»:

a) «Carta Régia de 28 de Maio de 1706 ao Ouvidor Geral do Pará para que tire devassa, e prenda a Francisco Soeiro de Vilhena, que indo nomeado por Cabo de uma tropa de resgate puxou pela espada para dar com ela no Missionário da Aldeia dos Tapajós, o Padre António Gomes, da Companhia de Jesus», Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 340v.

b) «Carta Régia de 16 de Abril de 1709 ao Governador do Maranhão que o Ouvidor Geral do Pará vá logo à Aldeia dos Tapajós a devassar o delicto, que cometeu Francisco Soeiro de Vilhena, dando no Padre António Gomes, Missionário da Companhia de Jesus, na mesma Aldeia», *ib.*, 412.

c) Outra, da mesma data sôbre o mesmo assunto, ao Ouvidor Geral do Pará, *ib.*, 413.

d) «Carta Régia de 2 de Julho de 1710 ao Governador do Maranhão que advirta ao Ouvidor Geral do Pará, António da Costa Coelho, o mal e demasia, com que se houve com o Padre Manuel Rebelo, Missionário dos Tapajós, quando a esta Aldeia foi tirar devassa das pancadas, que haviam dado no Padre António Gomes», *ib.*, 441.

1. *Bras. 10* (2), 338.

2. Auto em J. Barbosa Rodrigues, *Rio Tapajós* (Rio 1875) 23. Não se julgue isto menos digno da parte do missionário. Quem sabe Direito Canónico dá-lhe razão. O Prelado hierárquico do Missionário era o Superior da Missão com quem o Bispo se devia entender previamente, e por intermédio do qual devia partir a ordem de transmissão de poderes. O Bispo, prescindindo dêle e dando ordens directas ao Missionário, atropelava os trâmites habituais do direito.

tempo adiante o virá a ser»[1]. Foi clarividente o escritor Jesuíta. Santarém é hoje cidade e das melhores e maiores do Estado.

Da igreja e antiga residência nada existe hoje. A igreja era bela e grande; a residência, anexa, em sítio aprazível, também vasta, possuía uma varanda monumental com seus dísticos latinos[2].

3. — Em 1722, menciona o Catálogo a *Aldeia de Iburari, Ibirarib, Borari, Morari...*, administrada pelo Missionário do Tapajós[3] e em 1730 contava 235 Índios[4]. A sua proximidade da Aldeia do Tapajós dificultava o sustento dos Índios, e por isso o P. Manuel Ferreira a mudou em 1738, mais para cima, sete léguas, no mesmo lado direito do Tapajós[5].

Henri Coudreau, que passou por aqui em 1895, ficou maravilhado com o pitoresco da região: «Desde o principio, a margem direita se alteia, exibindo uma série de colinas que continuam as de Santarém. A margem esquerda, primeiramente baixa, eleva-se a seguir, sensivelmente. E logo até Itaituba as duas margens oferecem alternada ou simultaneamente, paisagens de verdadeira beleza, das quais uma das mais notáveis é a da montanha de *Alter do Chão*, tronco de cone meio desnudo que se alça bruscamente sôbre a riba»[6].

A Missão de Iburari, em 1757, ficou assim a chamar-se Vila de *Alter do Chão*[7].

4. — Os Índios Arapiuns foram reduzidos e aldeados pelo P. Manuel Rebelo, pouco antes do seu falecimento em 1723[8]. *A Aldeia de Nossa Senhora da Conceição dos Arapiuns* tinha, em 1730, o elevado

1. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2ª. P., 124.

2. Cf. no tômo seguinte desta *História* (IV) o cap. consagrado às *Belas-Letras e Teatro*.

3. *Bras. 27*, 48.

4. *Bras. 10* (2), 338.

5. Morais, *História*, 510.

6. Henri Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, tr. de A. de Miranda Bastos (São Paulo, s/d)16.

7. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2ª. P., 124. João Daniel dá dos *Arapiuns* que tratou pessoalmente, notícias de caracter etnográfico, *ib.*, na *Rev. do Inst. Bras.*, III, 168; Palma Muniz, *Rev. do Inst. do Pará*, IV, 387; J. Barbosa Rodrigues, *Rio Tapajós*, 50, onde há mais algumas notícias que convém lêr com precaução.

8. *Livro dos Óbitos*, 10.

número de 1069 Índios. Nêste mesmo ano de 1730, cita-se a Aldeia Nova de *Cumaru*, com 166 Índios, muito menos, portanto, que a dos *Arapiuns*, mas ainda perfeitamente distinta [1].

Daí em diante aparece ora um nome ora outro, prevalecendo por fim o de *Cumaru*, em lugar sàdio e farto, diz João Daniel [2]. O P. Júlio Pereira estabeleceu nela o principal dos *Corbereís* com todos os seus Índios [3]. Depois, em 1758, chamou-se *Vila Franca*. Bettendorff não fala ainda desta Aldeia no século XVII, mas refere-se a um João *Cumaru*, Índio afamado na guerra, feito por isso Capitão-mor dos *Tupinambaranas*, já falecido em 1698 [4]. Segundo Ferreira Pena, «a matriz construída pelos Índios, no tempo dos Jesuítas, seus missionários, durou até 1848» [5]. Existiu ali grande pesqueiro [6].

5. — A *Aldeia de Santo Inácio*, no Tapajós, procedeu da Aldeia de *Tupinambaranas*. O Catálogo de 1735 ainda traz esta Aldeia; o de 1740 já a de S. Inácio. Nêsse intervalo deve ter sido a mudança. José de Morais diz que foi pelo ano de 1737 e que o P. José Lopes, para a livrar da malignidade dos ares, em que estava a Aldeia dos *Tupinambaranas*, a mudou em pêso para o novo sítio do Tapajós [7]. O novo sítio não só não era faminto, mas muito alegre, ventilado e sàdio [8].

A Aldeia tornou-se muito populosa com novos índios ali aldeiados pelo mesmo P. Lopes, e pelos Padres António Moreira e Manuel Afonso [9]. Em 1758 chamou-se *Vila de Boim*. Ainda hoje, a igreja é da invocação de S. Inácio [10].

---

1. *Bras. 10* (2), 338.
2. *Tesouro Descoberto*, 2ª. P., 125.
3. Caeiro, *De Exilio*, 490.
4. Bett., *Crónica*, 37.
5. Ferreira Pena, *A região ocidental do Pará, Resenhas estatísticas das Comarcas de Óbidos e Santarém* (Pará 1869) 103.
6. Palma Muniz, *Rev. do Inst. do Pará*, IV, 382.
7. Morais, *História*, 510.
8. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2ª. P., 125.
9. Caeiro, *De Exilio*, 490-492, que cita os nomes dêsses Índios, cuja leitura fica sujeita a rectificação. Mas de uma delas, *Gurupás*, fala também João Daniel, que conta o fim trágico dêsses índios. Fugindo da Aldeia foram morrer às mãos dos índios *Jaguins* seus contrários, *Tesouro Descoberto*, na *Rev. do Inst. Bras.*, III, 171. Êrro fácil de leitura pode transformar *Tapiuns* em *Jaguins*...
10. Barbosa Rodrigues, *Rio Tapajós* (Rio 1875) 51.

6. — A *Aldeia de S. José* ou *Maitapus*, diz José de Morais que a fundou o P. José da Gama em 1722 [1]. Todavia não a traz ainda o Catálogo de 1723. Vem já no de 1730 com 490 Índios. Muito bem situada e abundante. Em 1757 foi a única Aldeia amazónica dos Jesuítas (das propriamente ditas) que não teve o predicamento de vila. Por ter então pouca gente, recebeu o nome de *Lugar de Pinhel*. João Daniel supunha, poucos anos depois, que já estivesse desfeita, «porque os seus Índios, estranhando o novo govêrno dos Brancos, mataram o seu cabo ou Director, e o Vigário lhes escapou, escondendo-se pelos matos; e, vendo-se criminosos, certamente haviam de refugiar-se nos seus antigos matos» [2]. Pesquisando as origens remotas do actual município de *Itaituba*, fundado na segunda metade do século XIX, e que até 1853 dependeu da freguesia de *Pinhel*, Palma Muniz recorda a actividade dos Jesuítas nêste rio e nesta zona [3].

7. — João Daniel enumera, ainda no Tapajós, o *Sítio de Santa Cruz*, novo. Iam lá missionar os Padres da Companhia, mas não era Aldeia de sua administração, senão sítio de Portugueses [4].

A povoação de *Aveiro*, na margem direita do Tapajós, dá-a Barbosa Rodrigues como fundada pelo P. António Pereira [5]. Não temos elementos para o confirmar. Sabemos contudo que o P. António Pereira, deixando o cargo de Reitor do Pará, em 1682, foi missionar no Tapajós [6]. E os Jesuítas eram os missionários dêste rio. A Aldeia, sem ter residência fixa, ficou a chamar-se Taparajó-Tapera. É a povoação que, repovoada depois, se baptizou *Lugar de Aveiro* em 1781 [7].

8. — Os Jesuítas não fizeram longas entradas no Rio Tapajós, mas percorreram-no muitas vezes, e aos seus afluentes, até às cachoeiras, onde começava a praga dos mosquitos «piuns», que tornava inabitáveis aquelas altas regiões [8]. E a êste facto da praga, se unia

1. Morais, *História*, 510.
2. João Daniel, *Tesouro Decoberto*, 2ª. P., 125-126.
3. Palma Muniz, *Limites Municipais*, 307-310.
4. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 126.
5. J. Barbosa Rodrigues, *Rio Tapajós* (Rio 1875) 53-54.
6. Bett., *Crónica*, 347.
7. Palma Muniz, *Rev. do Inst. do Pará*, IV, 387; *Limites Municipais*, 117.
8. Morais, *História*, 510.

outro, o da alimentação. O ser o peixe a base da alimentação na Amazónia explica também que em geral as Aldeias nêste e noutros rios ficassem abaixo das cachoeiras, que detêm o peixe e empobrecem os rios [1]. Ainda hoje, lançando-se uma vista ao mapa, apenas se encontra povoação de importância, acima de Itaituba. Abaixo, os Jesuítas exploraram-no em tôdas as direcções, e dá-nos as últimas referências sôbre o Tapajós o P. Manuel Ferreira na sua «Breve Notícia» [2].

1. Cf. Agenor Couto de Magalhães, *Monografia Brasileira de peixes fluviais* (S. Paulo 1931) 14.

2. O P. Manuel Ferreira deixou-nos duas narrações autógrafas dêste Rio, existentes na Biblioteca de Évora. Levam ambas o nome de *Breve Notícia*. A primeira trata só de parte do rio, e verificamos que com mais individuação que a segunda; mas a segunda ocupa-se de todo o rio, e, entre outras coisas diz que tinham chegado ao *Rio Guarapês*, afluente direito do Tapajós, os Padres Domingos António e António Moreira, o primeiro, missionário de S. José, o segundo de S. Inácio; Cf. *Breve Notícia do Rio Tapajós*, datada de Tapajós, 16 de Agôsto de 1750, Évora, cód. CXV/2-15, Nº 6; *Breve Noticia do Rio Tapajós, cujas cabeceiras ultimò se descobriram no ano de 1742 por certanejos ou Mineiros do Matto Grosso, dos quais era Cabo Leonardo de Oliveira homem bem conhecido e dos mais experimentados nos certões das Minas*, escrita no Tapajós, a 14 de Agôsto de 1751. Acompanha esta segunda notícia um mapa do Rio Tapajós. Cunha Rivara juntou a esta *Breve Nottcia* uma fôlha do século XVIII em que se fala do P. Luiz Álvares, missionário do Tapajós em 1735 e 1742, Cód. CXV/2-15, nº 7.

LIVRO QUARTO

AMAZONAS

CAPÍTULO I

Rio Negro

1 — A primeira entrada e a Cruz de Tarumás, Francisco Veloso e Manuel Pires (1657); 2 — Exploração a fundo, Manuel Pires e Francisco Gonçalves; 3 — A Residência do Rio Negro; 4 — Os Índios Manaus; 5 — Últimas entradas.

1. — Excepto o que dá o nome ao próprio Estado do Amazonas, o Rio Negro é o mais importante de todo êle, e tão ousado que corre, algum tempo com o Amazonas ombro com ombro. Na sua confluência observa-se (e nós o vimos) o fenómeno da demarcação, às vezes com diferença de nível, entre as águas barrentas do Solimões e as escuras do Rio Negro, que por muito tempo ainda se distinguem, Amazonas abaixo, até enfim se absorverem nêle. As águas do Rio Negro, são como o seu nome, que elas lho deram: negras. Parece torrente monstruosa de tinta que se precipite das cachoeiras e se alargue ou retráia durante o longo curso. Quando porém lançamos o líquido num copo, para matar com êle a sêde, a água mostra-se levemente colorida, como alambre ou oiro esbatido.

A Barra do Rio Negro foi determinada em 1637 por Pedro Teixeira na sua jornada a Quito. Na volta, a 12 de Outubro de 1639, estava a flotilha portuguesa na bôca do Rio Negro, e dispunha-se a subi-lo à caça ao Índio, quando os Padres Cristóvão de Acuña e André de Artieda requereram ao Capitão-mor, «desenteresado de semejante empleo» que o não consentisse, alegando os danos que tal demora causaria. Era o que desejava ouvir Pedro Teixeira: e a viagem continuou rumo ao Pará [1].

Determinada assim a Barra do Rio Negro, e impedida a caça violenta aos Índios, ficou conhecida a porta por onde êles poderiam

---

1. Cristóbal de Acuña, *Nuevo Descubrimiento*, 123-128.

descer para a catequese e para a lavoura; e com essas tentativas de descimento, por modos suaves e pacíficos, operada 18 anos mais tarde, pelos Jesuítas do Pará, se deu início à colonização, exploração e catequese do Rio Negro e do actual Estado do Amazonas.

Êstes meios pacíficos e suaves não foram nem ainda seriam os de sempre no futuro. Mas houve real progresso quando Vieira, depois da sua ida ao Tocantins, verificando o abuso dos cabos da tropa, foi a Portugal pleitear a lei de 1655, em que se determinavam as condições justas (nós diríamos menos injustas) do descimento dos Índios, que os moradores reclamavam numa insistência unânime, descendo à força quantos achavam nas selvas sem atender a serem cativos ou livres; e isto com uma sêde, diz Vieira, que com ser o Amazonas o Rio maior do mundo, a sêde era maior que o rio... Com essa lei na mão, pensou em ir ao Amazonas o próprio Vieira em 1656. Mas deixando logo o cargo de Superior, outros foram por êle. A 22 de Junho de 1657 sairam do Maranhão, os Padres Francisco Veloso e Manuel Pires, para o Amazonas, fim da expedição, mas subiram também o Rio Negro, di-lo expressamente Vieira[1]. *É a primeira entrada histórica do Rio Negro.*

E, pois entraram, estiveram pelo menos na sua primeira Aldeia, a dos Tarumás. Refere Bettendorff, que os Missionários, iam doutrinando, erguendo cruzes e baptizando, em caso de extrêma necessidade. Tarumás não escaparia à regra. A cruz da Aldeia dos Tarumás foi a primeira do Rio Negro[2]. À sua sombra celebraram missa, a pri-

---

1. Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 237; *Cartas de Vieira*, I, 552; Bett., *Crónica*, 108; André de Barros, *Vida de Vieira*, 251; *Hist. Propr. Maragn.*, 596-597; Morais, *História*, 526; Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, I, 311-313; Joaquim Nabuco, *O Direito do Brasil — Primeira Memória* (Paris 1903) 59-60; Artur Reis, *História do Amazonas*, 45; Bernardo da Costa e Silva, *Viagens no Sertão do Amazonas* (Pôrto 1891)57; Gilberto Osório de Andrade, *Um complexo antropogeográfico — Lineamentos para uma geografia total da Amazónia* (Recife 1940) 130. Berredo ignorou ou calou as duas primeiras entradas dos Jesuítas ao Rio Negro. Como os seus *Anais* foram durante muito tempo, o guia único dos historiadores, a muitos induziu o seu êrro, incluindo a Ribeiro de Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro*, na *Rev. do Inst. Bras. 50*, 2ª. p., 126.

2. Os *Tarumás*, tribu *aruaque* ou *nu-aruaque*, ainda hoje existem nos confins do Brasil com a Guiana holandesa, em cujo mapa etnográfico se incluem. Cf. José Martín Alonso, *Las Guyanas*, em *La Geografía Universal — Descripción moderna*

meira também no Rio Negro, e dali voltaram ao Pará alguns meses depois [1].

2. — O fim desta primeira entrada era inicialmente o Amazonas; o progresso dela fêz que subisse também o Rio Negro e conhecesse experimentalmente a grande população dêle. A gente do Maranhão e Pará não descansou enquanto não voltou, agora com a intenção inicial de o subir. Mas não podiam ir a seu livre arbítrio. Segundo a lei de 1655 a entrada de resgates tinha de ser simultaneamente missão. Conta Vieira:

«O P. Francisco Gonçalves, Provincial que acabou de ser da Província do Brasil, foi em missão ao *Rio das Amazonas e Rio Negro*, que ida e volta é viagem de mais de mil léguas, tôda por baixo da linha Equinocial, no mais ardente da zona tórrida.

Partiu do Maranhão esta missão em 15 de Agôsto do ano passado, de 1658, e, atravessando por tôdas as Capitanias do Estado, foi levando em sua companhia canoas e procuradores de tôdas, para o resgate dos escravos que se faz naqueles rios; e foi esta a primeira vez em que o resgate se fêz por esta ordem, para que os interesses dêle coubessem a todos, e particularmente aos pobres, que sempre, como é costume, eram os menos lembrados.

Haverá catorze meses que continua a missão pelo corpo e braços daqueles rios, de onde se têm trazido mais de seiscentos escravos, todos examinados primeiro pelo mesmo missionário, na forma das leis de Vossa Majestade; e já o *ano passado* se fêz outra missão dêste género *aos mesmos rios*, pelo Padre Francisco Veloso, em que se resgataram e desceram outras tantas peças, em grande benefício e aumento do Estado, pôsto que não é esta a maior utilidade e fruto desta Missão.

Excede esta missão do resgate a tôdas as outras em uma diferença de grande importância, e é que nas outras missões vão-se salvar

---

del mundo, V., *América* (Barcelona 1931) 382; *Mappa Ethnographico da Região do Alto Rio Branco*, de Stradelli (1903) em Joaquim Nabuco, *Troisième Memoire*, III, 366/367; Estêvão Pinto, *Os Indígenas do Nordeste* (*S. Paulo* 1935) 33.

1. Ainda não tinham chegado em 5 de Dezembro de 1657, data em que o Visitador Francisco Gonçalves escreve, apreensivo, e conta que Veloso tinha adoecido de gravidade, já com 13 sangrias. Com os Padres tinham ido 300 índios, 25 Portugueses e o cabo da tropa de resgates, Vital Maciel Parente, *Bras. 3(1)*, 313; Vieira, *Resposta aos Capítulos*, 237.

sòmente as almas dos Índios e nesta vão-se salvar as dos Índios e as dos Portugueses: porque o maior laço das consciências dos Portugueses neste Estado, de que nem na morte se livravam, era o cativeiro dos Índios, que sem exame nem forma alguma de justiça, debaixo do nome de resgate, iam comprar ou roubar por aquêles rios. E a êste grande dano foi Vossa Majestade servido acudir por meio dos missionários da Companhia, ordenando Vossa Majestade que os resgates se fizessem sòmente quando fôssem missões ao sertão, e que só os missionários pudessem examinar e aprovar os escravos em suas próprias terras, como hoje se faz; e, depois de examinados e julgados por legitimamente cativos, os recebem e pagam os compradores, conseguindo os povos por esta via o que se tinha por impossível nêste Estado, que era haver nêle serviço e consciência.

Assim que, Senhor, por mercê de Deus e benefício da lei de Vossa Majestade, se têm impedido as grandes injustiças que na confusão e liberdade do antigo resgate se cometiam, que foi a ruina espiritual e temporal de tôda esta Conquista; sendo certo que, se o fruto dêste género de missões se computar e medir, não só pelos bens que se conseguem senão pelos males que se impedem e se atalham, se deve estimar cada uma delas por uma das grandes emprêsas e obras de maior serviço de Deus, que têm tôda a cristandade.

Além dêstes bens espirituais e temporais, se conseguem muitos outros por meio da mesma missão, em tôdas as terras por onde passa; porque se baptizam muitos inocentes e adultos, que estão em extrêmo perigo da vida, que logo sobem ao céu; e se descobrem novas terras, novos rios e novas gentes, como agora se descobriram algumas nações, onde nunca tinham chegado os Portugueses, nem ainda agora chegaram mais que os Padres. E assim como nas nossas primeiras conquistas se levantaram padrões das armas de Portugal em tôda a parte onde chegavam os nossos descobridores, assim aqui se vão levantando os padrões da sagrada Cruz, com que se vai tomando posse destas terras por Cristo e para Cristo[1].

---

1. «Chegaram os Padres até o *Rio Negro* e por êle acima a alguns gentios que nunca tinham visto Portugueses» (Vieira, *Resposta aos Capitulos*, 237).

Os Missionários deixaram a tropa de resgate mais abaixo e subiram o Rio Negro até aos «lagos, pelo sertão, que todos se enchem de peixe, jacarés e outros animais pelo rigor do inverno: mas com a fôrça do verão, com a fôrça das calmas que o sol causa em aquêle tempo, ficam tôdas as lagôas em sêco e os animais que em ela estavam metidos, por falta de água se acham mortos». Andou o P. Gon-

dos brancos nem as cousas dos Indios. Pello amor de
Deos perdoa V.P. os Abos neste desemparo com tantas al-
mas que perecem sem sacramto. ajudindelhes có alguns
Pes que da tanto esperamos, e nunca chegão. Nosso S.or
conserve a saude e vida a V.P. como tanto avemos mister
pera humilde abençoa de V.P. Maranhão 8 de Nov.ro
Dafuz 26 de Setembro de 1693.

Indigno filho de V.P. Francisco Veloso.

Bras. 26. 31

Do que tendo dito a V.P. se colhe a necessidade
que ha de Missões tem de se pensarem no Brasil. Nas terras
de Portugal não ha que pensar, pois vindo dela o P.
Richardo Pereira, não ouve de que lhe fizessem que o acom-
pandasse, não lhe sendo necessario a V.P. que Geralia he
grande, e o Norte vasto aonde se acha alas de seus
que está dizendo. Este ego mitto me, V.P. lhe ajude, e
cegria etc. Deus ampare mte. Me encomendo. Para V.
de Dezembro de 1693

filho indigno de V.P.
Francisco

Bras. 3 (I) 313

Pe. Geral, Companhia, Nossa Senhora Assistente de V.P. me encomendo.
Lisboa 16 de Julho de 1708.

Humilde Servo Em.o

João Maria Gorzoni.

Bras. 26. 210

Autógrafos de Jesuítas do Rio Negro e Solimões

1. *Francisco Veloso* (1673), primeiro missionário do Rio Negro.
2. *Francisco Gonçalves* (1657), o primeiro que explorou a fundo o Rio Negro. Tinha sido Provincial do Brasil e Procurador a Roma e a Lisboa, onde promoveu as missões da Amazónia.
3. *João Maria Gorzoni* (1708), famoso missionário do Rio Solimões, Xingu e outros rios.

Foi companheiro desta missão o Padre Manuel Pires, bem conhecido nêsse Reino com o nome de *O Clérigo de Paredes*, o qual depois da ermida e fonte milagrosa, que o deu a conhecer naquele sítio, estando retirado em um êrmo de Roma, fazendo vida solitária, por particular instinto do céu veio a pé a Portugal, e pediu ser admitido na Companhia, para servir a Deus nas missões do Maranhão; e já o têm feito nesta, e na do ano passado, pelo mesmo Rio das Amazonas, com grande zêlo das almas» [1]. Desta viagem voltou o P. Francisco Gonçalves, doente, «um retrato da morte», falecendo a 24 de Junho de 1660 [2].

Com o falecimento de Francisco Gonçalves coincidiu o Motim do Pará que tudo veio atrasar. Mas ainda nêsse mesmo ano voltou ao Amazonas o P. Manuel Pires, aos *Aruaquis*, e êle mesmo, o grande missionário e sertanista, tornou ao Solimões em 1671, onde andava a 21 de Julho [3].

çalves 10 mêses por êste sertão, mas adoeceu e por isso «se retirou para a mais gente que tinha deixado em o rio, por ser já tempo conveniente de se voltarem ao Pará; com o que, tendo resgatado setecentos escravos, e muitas Aldeias de Índios livres pousadas à borda do rio já domesticadas e postas em paz, se vieram tôdas alegremente para baixo». — Bett., *Crónica*, 133-134.

1. *Cartas de Vieira*, I, 551-554, 581; Bett., *Crónica*, 127-130; *Hist. Propr. Maragn.*, 647-649; Morais, *História*, 526; Barros, *Vida do P. Vieira*, 259-261.

2. *Cartas de Vieira*, I, 548. Há contradição nas datas entre esta carta, publicada por Lúcio de Azevedo, com a data de 12 de Novembro de 1659, e outra de 11 de Fevereiro de 1660 ou *28 de Novembro de* 1659, acima transcrita, e segundo a qual Francisco Gonçalves ainda não tinha voltado (pag. 552); na de *12 de Novembro* (pag. 548) diz que chegara «haverá 3 dias». O P. Gonçalves procurou em vão restabelecer-se em Cametá. Lê-se no *Livro dos Óbitos* que aí morreu a «23 de Julho de 1660». Mas, duas páginas mais adiante: «Nesta Missão [do Rio Negro] lhe deu uma febre lenta que acabou em ethica de que faleceu no Camutá, dia de Sam João Baptista, Padroeiro daquella Aldeia» (*Livro dos Óbitos*, 1-2). Deve preferir-se a data de 24 de Junho (S. João Baptista). O *Livro dos Óbitos* organizou-se mais tarde. Nêstes primeiros assentos, trasladados para êle, doutros cadernos, era fácil o êrro de *data*, não tão fácil o da *descrição do dia* (S. João). Aliás é esta, 24 de Junho de 1660, a data que dá Bett., *Crónica*, 134-135. Francisco Gonçalves, natural da Ilha de S. Miguel (Açores), onde nasceu em 1597, entrou na Companhia do Rio de Janeiro, com 16 anos de idade. Foi mestre de Teologia, mestre de Noviços, Procurador a Roma, Provincial do Brasil, Visitador do Maranhão e missionário insigne. «Homem de oração» (*Livro dos Óbitos*, 1-2; *Bras.* 9, 168-168v). A êle voltaremos quando tornarmos ao Sul e o incluirmos, na devida altura, na lista dos Provinciais do Brasil, em continuação do que fizemos para o século XVI.

3. *Bras.* 9, 265-265v.

Foi a primeira entrada dos Jesuítas do Pará, ao Rio Solimões, não propriamente ao Rio Negro, cuja bôca ultrapassaram, mas onde também estiverem [1]. E era a quarta entrada que o P. Manuel Pires fazia ao Amazonas, Rio Negro e Solimões, e sempre resistia incólume, enquanto os demais iam pagando à civilização do Brasil, e à glória de Deus o tributo da saúde ou da vida. Na primeira, Francisco Veloso, adoece gravemente; na segunda, Francisco Gonçalves adoece mais gravemente ainda, de doença de que afinal sucumbe; na terceira, com o P. Manuel de Sousa, vê-o morrer em plena missão no sertão dos *Condurises;* nesta quarta, e última sua, com o P. João Maria Gorzoni ao Solimões, o P. Manuel Pires veio mal da vista, e entrou o ano de 1672 «inteiramente cego». Não era ainda a vida, mas o que na vida mais se preza, que é a luz dos olhos [2]. Apesar de cego, ainda se pensou nêle para novas entradas. Bettendorff fala em duas com pequeno intervalo, esta de 1670-1671, em que o chefe da tropa era Manuel Coelho [3]; e outra, pelo modo de falar de Bettendorff, em 1673, ao «sertão do Amazonas» em que ia como cabo, António de Oliveira, entrada que não foi adiante, porque logo o cabo adoeceu e faleceu [4]. *O Livro dos Obitos* dá a morte do humilde e benemérito missionário, Manuel Pires, a 4 de Agôsto de 1678, sem especificar o lugar dela, no Colégio do Pará ou nalguma Aldeia vizinha [5].

3. — Seguiu-se um período de actividade derivada mais para os Tupinambaranas e Madeira, onde os Jesuítas tentavam fixar-se, enquanto se desenvolvia na Côrte a política de posse efectiva da Capitania do Cabo do Norte e do interior da Amazónia. E assim, a 22 de Março de 1688, El-Rei recomenda ao Governador que ajude os Padres da Companhia a introduzir uma missão fixa no Rio Negro [6]. E ainda

---

1. Bett., *Crónica*, 274.
2. *Bras. 9*, 302v.
3. *Crónica*, 272; Morais, *História*, 534.
4. *Crónica*, 293.
5. BNL, *Livro dos Óbitos*, f. 3.
6. Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-18, f. 113; confirma-o em *Carta Régia de 6 de Julho de 1691*, ao Governador, na Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 157. Mas a recomendação datava já de 1680: «que hũa das primeiras Missões que se fizerem seja aos Índios do Cabo do Norte mais vizinhos à nova conquista dos Olandeses» — *Lista dos despachos e Ordens que vam de S. A. 1680* (*Bras. 9*, 315v).

nêsse ano, no fim dêle, se organizou uma tropa de resgates, de que era capitão André Pinheiro e enviou-se como missionário experimentado o P. João Maria Gorzoni, que para essa emprêsa, deixou por algum tempo a sua missão do Xingu [1]. Gorzoni andava ainda pelo Rio Negro em Agôsto de 1689, e tratava de afeiçoar e dispôr os Índios para se fixarem junto da Casa Forte, que se não podia sustentar sem Índios aldeados na vizinhança.

Gorzoni baixou ao Pará e tratou dos preparativos para ir fundar em regra as Aldeias requeridas.

Para cabo da tropa, o P. Gorzoni indicou Faustino Mendes, seu amigo pessoal, que não promoveria dissidências. O Governador confirmou a escolha. As intenções que o missionário levava era formar duas Aldeias com residência fixa, para socorro e ajuda da Fortaleza do Rio Negro. Devia «formar a Aldeia de Matari para uma residência, e outra sôbre o Rio Negro, sôbre alguma paragem acomodada não muito distante da Casa Forte, para outra Residência Nova.»

Assim-o fêz o P. João Maria Gorzoni com o seu incansável zêlo, «porque praticou o gentio daqueles sertões e desceu as Aldeias para as paragens que se lhe ofereciam mais acomodadas para a saúde e sustentação, assim dos Índios como dos missionários que depois lhes haviam de assistir» [2].

Êstes missionários foram, em fins de 1692, os Padres Aluísio Conrado Pfeil, que, pelo que dêle sabemos não iria com extraordinário gôsto, e ficou na Aldeia de Matari; e o P. João Justo Luca que foi para a «*Residência do Rio Negro*» [3]. Qual era o sítio exacto desta Residência do Rio Negro, fundada pelos Padres da Companhia? Morais identifica-a como a Aldeia dos Tarumás, da invocação de Nª. Sª. da Conceição, onde os Padres já antes iam de visita [4]. Achamos mais natural que assim como a Residência dos Tapajós, no Rio do mesmo nome, era junto à Fortaleza, assim a Residência do Rio Negro, ficasse também junto à Casa Forte, pois era essa a recomendação de quem a mandou fundar, Superior e simultaneamente Cronista, o qual nos diz que isso, que recomendou, se fêz.

---

1. Bett., *Crónica*, 415-416.
2. Bett., *Crónica*, 522-525.
3. Bett., *Crónica*, 539.
4. Morais, *História*, 527.

O P. Pfeil morou dois meses em *Matari*[1]. Adoeceu gravemente e estêve para ser morto pelos próprios Índios. Retirou-se para a Residência do Rio Negro. O Capitão-mor tratou-o bem e mandou-o conduzir ao Colégio do Pará, onde chegou «entrevado». Do Pará, a 7 de Julho de 1693, por mão alheia, mas com assinatura autógrafa sua, escreveu ao Geral e dá conta dos seus trabalhos, como estêve para ser morto pelos Índios de Matari na própria sexta-feira santa dêsse ano, e como não poderia desenhar o mapa dos limites com Castela por estar meio paralítico das mãos[2]. Pouco depois de ter descido o P. Aluísio Conrado, adoeceu por sua vez o P. João Justo, dos trabalhos que teve não só na Residência, mas também nas entradas ao distrito da sua administração, doença que parecia mortal, mas de que veio a arribar, no Colégio do Pará[3].

Tantas doenças impressionaram os Superiores. E, junto com as mortes dos dois missionários do Cabo do Norte e a falta dêles para assegurar a vida das missões já estáveis, sem esperar o consentimento do Geral, que nunca o deu, representaram a El-Rei que não podiam continuar as do Rio Negro, apesar de ficarem com direito a elas na repartição de 1693. Acto precipitado que não foi do agrado, nem do Geral nem de El-Rei. Mas, em vista dêle, El-Rei, a 26 de Novembro de 1694, escreveu ao Governador que dada a escusa dos Padres da Companhia, mandasse Carmelitas[4]. E assim, em 1695 entraram os Religiosos do Carmo no Rio Negro e continuaram e desenvolveram estas missões que constituiriam o principal e glorioso campo do seu apostolado[5].

4. — Todavia, não se concluiu ainda a actividade dos Jesuítas no Rio Negro, que no século XVIII foi a grande fonte de Índios e ponto convergente das entradas e descimentos para as Aldeias do Baixo Amazonas e costa do Pará.

---

1. Não se confunda esta Aldeia de *Matari ou Amatari*, dos Jesuítas, na margem esquerda do Amazonas, perto da foz do Rio Negro, com S. José de Matari, muito mais abaixo, já próximo do Madeira. Confundem-nas alguns mapas. No de Octaviano Pinto (*Hidrografia*, II, folha 25) vêem-se ambas perfeitamente discriminadas.

2. *Bras.* 3 (2), 330-330v; *Bras.* 9, 428; Bett., *Crónica*, 539-541; 38-39.

3. *Bras.* 9, 428.

4. *Regimento das Missões*, 81.

5. Bett., *Crónica*, 39; Artur Reis, *História do Amazonas*, 54.

Nestas expedições, em que se iam explorando os diversos afluentes do Rio Negro (vemos citados entre outros o Rio Branco e o Rio Caburis) e nas entradas de resgates, segundo o *Regimento das Missões* era obrigatória a presença do Missionário para examinar e julgar se se tratava ou não de cativos ou livres. Tão doloroso e grave encargo confiou-se e impôs-se aos Padres da Companhia[1]. E como de cada caso se fazia registo, pela assinatura do Missionário, se infere a presença dêle em tal ou tal sítio. Em 1727 andava no Rio Negro o P. José de Sousa. Os registos são datados do «Rio Negro, Arraial de Nossa Senhora do Carmo e Santa Ana». Entre os vendedores de escravos contam-se «*Canajuari* sargento cavaleiro de *Manaus*» (noutro assento intitula-se «Índio cavaleiro de *Manaus*»), «*Bacuiamina*, principal de *Manaus*», «*Cabacabari*, principal de *Manaus*», «*Jupi*, índio cavaleiro de *Manaus*», «*Taijamari*, índio cavaleiro de *Manaus*», «*Huimanhana*, principal dos *Inuiranas*», «*Iiá*, principal dos *Cabuuris*». Entre os resgates há alguns como o seguinte: «*Murepaná*, índio da nação *Manau*, de idade pouco mais ou menos de trinta anos, com sinal R acima do peito esquerdo e outro preto na fonte esquerda. Aliado do principal *Guajuricaba*, escravo legítimo da Tropa de Guerra, pertencente aos gastos da Fazenda Real»[2].

Guajuricaba, citado nêste registo, é mais conhecido por *Ajuricaba* e era dos *Manaus*. Entre êstes havia muitos principais, amigos dos Portugueses, e em trato e boas relações com os Carmelitas, missionários do Rio Negro, e com os moradores do Pará. Mas num dado momento *Ajuricaba*, pôs-se contra os Missionários e arvorou na sua canoa a bandeira holandesa. Dizem uns que êle tinha a bandeira por tratar com os holandeses, directa ou indirectamente, outros que a tinha por a tomar em guerra aos *Caraíbas*, aliados dos Holandeses e inimigos dos *Manaus*. Os documentos paraenses são unânimes em afirmar que os Holandeses de Suriname entretinham relações comerciais com os Manaus e que entre êles se viam artefactos e armas dos holandeses, e

---

1. «Provisão régia, de 25 de Março de 1722, ao Provincial da Companhia, para que os seus Religiosos se não escusem de ir fazer os resgates», Bibl. de Évora, cód. CXV/2-12,128.

2. Êstes assentos de 1727 (entre 22 de Setembro e 17 de Outubro) vão todos assinados pelo P. José de Sousa e por João Pires do Amaral; alguns que são de Outubro de 1728, vão assinados só pelo cabo da tropa. — Arq. da Prov. Port., *Pasta 176*, nº 11.

isto de longa data e até ao Rio Madeira [1]. Artur Reis expõe assim o caso: «Documentos holandeses, dados a público por Joaquim Nabuco, entre êles o Relatório de 15 de Junho de 1724, dirigido à Directoria Central da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que explorava o Suriname, explicam o assunto, fazendo luz sôbre o que eram essas relações. Os *Manaus*, denominados Maganonts pelos Holandeses, eram aliados de Badón, cujo chefe, de nome Arune se dava ao comércio com o *Posthouder* da margem do Corenti. De Badón, os Manaus, em troca de escravos, feitos nos povoados aportuguesados, obtinham as mercadorias holandesas, as tais armas. As relações com a gente de Suriname por conseguinte, não existiam» [2].

Dentro da boa hermenêutica, a conclusão rigorosamente lógica é a seguinte: As relações dos *Manaus* com a gente de Suriname existiam através de Badón e os *Manaus* faziam escravos e os vendiam recebendo mercadorias em troca; simplesmente, o caminho e têrmo do negócio não era o Pará, mas Suriname ou seja a Guiana Holandesa. O certo é que *Ajuricaba* se tornou suspeito ao Govêrno do Estado, e bastava para isso o facto de, no ano de 1723, atacar a tropa de resgates às ordens de Manuel Braga, matando o principal Índio que a guiava e um soldado. Aberta a devassa, manifestou-se a culpabilidade de *Ajuricaba* e de outros que o acompanhavam.

As autoridades do Pará trataram de alcançar de Lisboa a licença indispensável para se lhe fazer guerra, contra a qual se pronunciaram os Jesuítas. Como sempre, a Côrte impôs que se tentassem primeiro meios pacíficos. O P. José de Sousa, da Companhia, encarregou-se dessa difícil missão. Avistou-se com *Ajuricaba*, o chefe entregou-lhe a bandeira holandesa, e recebeu a portuguesa. Fizeram-se as pazes e *Ajuricaba* recebeu 50 resgates para escravos e prometeu fidelidade a El-Rei.

Tudo parecia concluído à boa paz, quando se deu mais um caso da natural versatilidade dos Índios, muito comum nas regiões fronteiriças, quando intrigas estranhas a fomentam. A breve trecho, o irri-

---

1. Bettendorff escreve que os Índios do Rio Madeira por volta de 1684 «não fazem grande caso das ferramentas dos Portugueses porque lhes vem do *Rio Negro* outras muito melhores, que lhes trazem os Índios daquelas bandas, que contratam com os *estrangeiros* ou bem *com as nações que lhes são mais chegadas*» (*Crónica*, 356-357).

2. Artur Reis, *História do Amazonas*, 85-86.

quieto principal, esquecendo o compromisso tomado, voltou a atacar as Missões do Rio Negro.

Declarou-se então a guerra. *Ajuricaba* foi prêso, e quando o conduziam ao Pará, para ser julgado pelas autoridades do Estado, lançou-se à água, perecendo afogado [1].

A história diz-nos, pois, que *Ajuricaba* e os *Manaus* cativavam e vendiam os seus irmãos de raça e que, se não admitiam, para entreposto dos seus negócios, o Pará, cujos colonos eram já em grande número filhos da terra, isto é, brasileiros, admitiam pelo menos através de Badón, contra a unidade brasileira que se formava, o entreposto estrangeiro de Suriname... [2].

5. — Além de José de Sousa, outros Padres da Companhia estiveram no Rio Negro, para descimento de Índios, como nas tropas de resgates, em particular o célebre missionário do Rio Madeira, João de Sampaio; ali veio, das missões do Orinoco, o P. Manuel Román, que trouxe Francisco Xavier Morais, que lá foi em 1744, divulgando-se então a comunicação, pelo Cassiquiare, do Rio Negro com o Orinoco [3].

---

1. Cf. Carta de João da Maia da Gama, em Joaquim Nabuco, *O Direito do Brasil — Primeira Memória* (Paris 1903) 107-111.

2. Artur Reis em seu novo livro, *A Política de Portugal no Vale Amazônico* (Belém 1940), já não fala em *Ajuricaba*, e inclue nêle o capítulo *Mantendo a integridade territorial*, rectificação, tácita e documentada, da sua primeira opinião, sôbre aquêle Índio. Silva Araújo (*Dicionário*, 237) diz abertamente que *Ajuricaba* estava a sôldo dos holandeses da Guiana. Alexandre Rodrigues Ferreira refere-se ao «facinoroso» *Ajuricaba*, como vendedor de escravos aos Holandeses de Suriname e que entre êsses índios já havia armas de fogo, *Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro*, na *Rev. do Inst. Bras. 51*, 1ª. p., 5-6. O próprio Joaquim Nabuco, depois de rebater os argumentos da *Contra-Memória inglesa*, que pretendia fazer de *Ajuricaba* um argumento a favor das suas pretensões territoriais, concede que *Les Manaos fournissaient les esclaves directement aux Portugais et indirectement aux Hollandais de Surinam* » (*Troisième Memoire*, I, p. 31). Cf. Carta Régia de 23 de Janeiro de 1728 ao Governador Maia da Gama louvando-o pela guerra aos *Manaus* e *Maiapenas*, «de que resultara prender-se ao bárbaro *Ajuricaba*», e incitando-o a prosseguir até ficar desimpedido o caminho das Cachoeiras» (Bibl. de Évora, cód. CXV/2/2-18, f. 656v; *Anais do Pará*, II,207).

3. Silva Araújo, *Dicionário*, 212. O *facto* dessa comunicação já se conhecia desde o século XVII. Quando o P. Samuel Fritz estêve, por Fevereiro de 1696, nas proximidades do Rio Negro, soube da morte de três Padres no Rio Orinoco, acontecida a 7 de Outubro de 1648, «lo que prueba que habia communicación,

O último missionário Jesuíta do Rio Negro foi Aquiles Maria Avogadri, capelão oficial das tropas de resgates. Andava no Rio Negro em 19 de Janeiro de 1739 [1]; e lá andava sete anos depois na tropa de que era cabo Lourenço Belfort. Avogadri assina vários resgates, entre Outubro de 1745 e Fevereiro de 1746, no Arraial de Nossa Senhora da Penha de França e Santa Ana [2]. Ao contrário do que sucedia nos registos de 1727, êstes não indicam a que nação pertenciam os índios resgatados.

Aquiles Maria não estêve no Rio Negro todos êsses anos. Subia e descia e, numa dessas entradas, diz Morais, que subiu também o Rio Branco [3].

Por ocasião das Demarcações, ainda foi ao Rio Negro o P. Samartoni, Jesuíta matemático e astrónomo, e cremos que seria o último da antiga Companhia, fechando-se com a sua actividade científica, a dos Jesuítas que nêste rio, onde nunca administraram Aldeias nem possuiram fazendas, reveste, em suma, três caracteres: prioridade na doutrina e exploração ribeirinha, tentativas de pacificação dos Índios levantados, resgates e descimentos pacíficos para as Aldeias da Catequese [4].

---

aunque mal establecida, entre el Amazonas y el Orinoco», Jouanen, *Historia*, I, 500; F. Jaguaribe de Matos, *Les idées sur la Physiographie Sud-Américaine* (Lisboa 1936). — Separata de 1937, p. 30.

1. Di-lo a *Junta das Missões*, reùnida nêsse dia, Arq. P. do Pará, cód. 1086, 37.

2. Arq. da Prov. Port., *Pasta 176*, nº 13.

3. Morais, *História*, 526.

4. Cf. Caeiro, *De Exilio*, 487-493, onde se dão mais notícias sôbre descimentos do Rio Negro e sôbre as Aldeias, que os Índios descidos, povoaram.

CAPÍTULO II

Alto Amazonas

1 — O Rio dos Aruaquis; 2 — O Rio Urubu; 3 — Aldeia dos Tupinambaranas e adjacentes; 4 — Aldeia dos Abacaxis (Serpa-Itaquatiara).

1. — Consideramos, aqui, Alto Amazonas, a região compreendida entre as actuais fronteiras do Estado do Amazonas com o Pará, e a bôca do Rio Negro, onde o Amazonas começa a chamar-se Solimões. Os primeiros Jesuítas, que o sulcaram indo do Atlântico, foram em 1657 Francisco Veloso e Manuel Pires na sua célebre viagem em que também pela primeira vez entraram missionários no Rio Negro. Êles e a expedição do ano seguinte, com o mesmo P. Pires e o P. Francisco Gonçalves, tomaram contacto com os Índios da ribeira do Amazonas, sobretudo os *Aruaquis* e *Tupinambaranas* e viram as possibilidades de estabelecer residência nessas paragens.

Os *Aruaquis* moravam num «rio particular», diz Bettendorff, cujo nome não nos conservou, mas que se infere ser, na margem esquerda do Amazonas, entre o Jamundá e o Urubu; e os missionaram, em 1660, os Padres Manuel de Sousa e Manuel Pires, que levantaram cruzes, catequizaram e celebraram missa [1]. Numa Aldeia desta região, a 31 de Dezembro dêsse ano, ergueram igreja que consagraram à *Santa Cruz*. E, nessa Aldeia de Santa Cruz, fizeram a catequese habitual, «muitos baptismos e conversões maravilhosas» [2].

Ia como cabo da tropa, Domingos Monteiro, «o Pocu» e desceram-se 300 Índios, resgatados segundo a lei, mas que, sem ficarem repartidos entre os moradores menos abastados do Pará, como pa-

---

1. Bett., *Crónica*, 117-121, 233-234; *Cartas de Vieira*, I, 582.
2. Bett., *Crónica*, 118-119.

recia justo, foram levados para o Maranhão e «a todos enguliu a voracidade de um só»[1].

Aos *Aruaquis*, em 1663, fêz nova entrada, com um Padre Mercenário, o cabo da tropa António de Arnau Vilela, um dos amotinados de 1661. Conta Gaspar Misch que os *Aruaquis* lhe armaram cilada e o mataram, e «parece que êle deu ocasião a isso»[2]. Resolveu-se depois no Pará que se lhes desse guerra. O Governador queria forçar os Jesuítas a que a declarassem justa. Negaram-se. Não obstante, o Governador Rui Vaz de Siqueira, levou-a por diante e cativou quantos pôde[3].

Bettendorff, narrando os episódios desta entrada infeliz, diz que Arnau subiu pelo Rio dos *Aruaquis* «gentio de paz, onde tínhamos sempre estado com as nossas missões». Havia então 96 Aldeias de *Aruaquis*, índios de «língua travada», isto é grupo linguístico autónomo. O cronista dá sôbre êles notícias sumamente uteis à etnografia indígena[4].

2. — O *Rio Urubu* ficava também primitivamente entre os da jurisdição da Companhia. Por êle teriam passado os primeiros missionários que foram ao Solimões e Rio Negro e nêle estiveram os Padres da Missão de 1660 aos *Aruaquis*[5].

---

1. Barros, *Vida de Vieira*, 305-307; *Hist. Propr. Maragn.*, 718-720; João de Sousa Ferreira, *Noticiário Maranhanse*, na *Rev. do Inst. Hist.*, *81*, 306.

2. Entre os que escaparam está o autor do *Noticiário Maranhense*, e êle próprio o diz, — *Rev. do Inst. Histórico*, *81* (1917) 351.

3. Carta de Gaspar Misch, na Bibl. de Bruxelas, cód. 6828-69, p. 441.

4. Bett., *Crónica*, 204-206, 217-219, 234. Artur Reis identifica implicitamente o Rio dos *Aruaquis* com o Rio Urubu, quando diz que «António de Arnau Vilela, penetra o Urubu, onde cai vitimado pela gentilidade» (*A Política de Portugal no Vale Amazónico*, 16). Bettendorff, que também estêve no *Urubu* e o nomeia várias vezes, distingue dêle o Rio dos *Aruaquis*, a que chama «rio particular». Hoje nas margens do Jatapu, afluente do Atumã, nos terrenos intermediários, «vagam as tribus *Aruaquis*, *Perequis* e *Banauris*, que negociam com resgates e plantam roças. Índios de tribus diversas têm sido encontrados, mas que não falam dialecto conhecido dos naturais e conservam-se ainda no estado completamente selvagem», J. M. da Silva Coutinho, *Relatório sôbre alguns lugares da Provincia do Amazonas, especialmente o Rio Madeira* (Manaus 1861) 10-11. Outro grupo de *Aruaquis* vivia no Rio Tocantins.

5. Bett., *Crónica*, 118.

Não havendo missionários da Companhia para tantas Aldeias, estabeleceu-se no Urubu o P. Fr. Teodósio da Veiga, a instância da Junta das Missões, mandado pelos Prelados da sua Ordem das Mercês, e com licença do Superior dos Jesuítas, que era o P. Jódoco Peres[1]. Desta referência coeva de Bettendorff se infere a data da residência fixa na Aldeia, sabendo-se que Jódoco Peres começou a ser Superior em 1683. Segundo o modo de falar do Cronista, foi depois do Motim do Maranhão, de 1684, pouco depois, supomos. É certo que na primeira quinzena de 1689 já a Aldeia do Urubu estava fundada e próspera e nela se juntaram Fr. Teodósio da Veiga, o P. Samuel Fritz, que vinha de Quito, e o P. João Maria Gorzoni, com o cabo da sua tropa de resgate, André Pinheiro, na volta do Rio Negro[2].

Exploraram o Urubu e o Jatumã o P. Gorzoni e André Pinheiro (e cuidavam ter descoberto duas minas de oiro), assim como o explorou e reconheceu o Ir. Manuel dos Santos, da Companhia. A mina ou pseudo-mina do Urubu chamou-se *Conceição;* a do Jatumã, *Sacramento*. Bettendorff que também ali estêve, como superior que era da Missão, dá desta Aldeia, rio e costumes, boa e pormenorizada notícia[3].

Na repartição das Aldeias, em 1693, o Rio Urubu, pois já tinham ali missão, ficou aos Padres Mercenários[4]. Todos os documentos jesuíticos se referem a Fr. Teodósio da Veiga com o maior elogio como homem zeloso e caritativo que tantos anos missionou tôda aquela região desde o Urubu ao Rio Negro[5].

3. — Nestas paragens do Alto Amazonas existe uma grande ilha habitada por Índios *Tupinambás*, que segundo refere Acuña, fugindo da costa do Brasil, pelo interior, foram dar ao Madeira e, descendo-o,

---

1. Bett., *Crónica*, 491-492.
2. *Diário do P. Samuel Fritz*, na *Rev. do Inst. Bras.*, *81*, 382.
3. Bett., *Crónica*, 416, 492-495.
4. Bett., *Crónica*, 38.
5. Parece que estas missões se não conservaram depois à mesma altura, a ajuizar por diversas Provisões e Cartas Régias existentes na Bibl. de Evora, que já não competem à História da Companhia. Todavia uma ainda se refere a ela: «Provisão, de 17 de Agôsto de 1730, ao Comissário dos Religiosos de Nossa Senhora das Mercês, para que se regule nas Missões pelo que praticam os Padres da Companhia», — Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-18, 703.

se estabeleceram ali[1]. Recebeu por isso a ilha, o nome de *Ilha dos Tupinambás* ou *dos Tupinambaranas*, que ainda hoje se conserva, no singular, *Ilha de Tupinambarana;* e um Rio, que desagua perto, não longe de Parintins, tem nome semelhante, *Rio Tupinambará*. A Ilha, extremamente comprida, delimita-se ao norte pelo Amazonas, a oeste pelo Rio Madeira, e ao sul por furos que se sucedem até vir fechar na ponta, onde havia começado, no Amazonas, perto de Parintins. Ilha pantanosa e insalubre. Tentaram fixar-se nela os Jesuítas e nas terras adjacentes, que lhes pareciam acomodadas para povoação, mudando de sítio quando a experiência lhes mostrava outro melhor, exemplo frisante e doloroso do que custou a obra da civilização e do saneamento, que ainda hoje continua. Bettendorff escreve em duas páginas estas tentativas, não sem alguma confusão. Procuraremos ordenar os dados que nos subministra, completando-os com outros, de documentos inéditos.

O Cronista fala das seis Aldeias seguintes: S. Miguel de *Tupinambaranas*, *Andirases*, *Curiatós*, *Maguases*, *Abacaxis* e *Irurises*, esta última já dentro do Rio Madeira[2]. Do Madeira trataremos à parte, no capítulo seguinte. Mas são capítulos conexos que se completam mutuamente. Aqui, em particular, de *Tupinambaranas*, missão central das demais, e de *Abacaxis*, que depois de várias transferências veio a situar-se, ainda no tempo dos Jesuítas, na margem esquerda do Amazonas.

Os primeiros Padres, que se ocuparam dos *Tupinambaranas*, foram os já conhecidos Manuel de Sousa e Manuel Pires em 1660[3]. Em 1669, a Aldeia ficava então umas cinco jornadas acima do Rio Tapajós, «em uma ponta alta sôbre o rio». Pelo S. Miguel (29 de Setembro) dêsse ano, estiveram nela, além do P. Bettendorff, o P. Pier Luigi Consalvi, e o Ir. Domingos da Costa. Construiram igreja, que, por ser naquela época, dedicaram a S. Miguel. Com a praga dos mosquitos não havia meio nem de viver nem de dormir. Ao fim de algum tempo os Missionários acharam que era imprudente demorar-se mais, para não adoecerem êles e os remeiros. Abandonaram-na[4].

---

1. Acuña, *Nuevo Descubrimiento*, 129.
2. Bett., *Crónica*, 36, 37.
3. Bett., *Crónica*, 118.
4. *Bras. 9*, 263v; Bett., *Crónica*, 260.

E os Índios «mudaram-se uma jornada pouco mais pela terra dentro, sôbre um belo lago ou rio, que vindo parte dos *Andirases*, parte do Rio das Amazonas, vai dar pelos *Curiatós*». É esta a segunda posição da Aldeia dos *Tupinambaranas*, dada por Bettendorff, mas na lista geral das Aldeias de 1678, aparece (e é a única nessa região) com o nome de *Santa Cruz dos Andirases* e dela dependiam os *Curiatós* [1]. Foi esta a Aldeia que em 1689 achou o P. António da Fonseca, que veio para ficar de assento entre os *Tupinambaranas*.

E logo operou o Missionário terceira mudança, desta vez não total. Deixando parte dos Índios na Aldeia dos *Andirases* foi fundar a Aldeia dos *Tupinambaranas* um pouco mais para cima, num formoso outeiro «que olhava para um belo e espaçoso lago» com bons ares, boa vista e bons mantimentos. E, unindo-a pela origem, ao seu primitivo orago, construiu igreja e grande casa em honra de Santo Inácio. O chefe era João *Cumiaru*, afamado na guerra. Encontrou-se com êle o P. Fritz, na sua descida ao Pará. Passando na bôca do Rio Negro, a 26 de Junho de 1689, escreve que a «28 encontramos um cacique dos Portugueses, de nação *Tupinambarana*, chamado *Cumiaru*, que ia acompanhando a tropa de resgate. Os Índios *Cuchivaras*, que eu trazia, julgando que fôssem *Tarumás*, seus inimigos do Rio Negro, logo armaram suas frechas. Plantei minha cruz na proa, até que aproximando-se as canoas se reconheceram por amigos e o cacique *Cumiaru* me deu um índio guia para a Aldeia de Urubu» [2].

Desta Aldeia dos *Tupinambaranas* se atendiam e iam visitar outras a dos *Curiatós* e *Condurises*, para baixo, as dos *Andirases* e *Maraguases* para cima [3].

---

1. *Bras. 26, 53.*

2. *Diário do P. Samuel Fritz* na *Rev. do Inst. Bras. 81*, 381. À volta, subindo o Amazonas, o P. Fritz chegou à foz do Rio dos *Tupinambaranas*, no dia 17 de Agôsto de 1691, ao meio dia; e à *Aldeia Tupinambaranas*, às 8 da noite; aí descansou 9 dias; seguindo viagem, chegou ao Rio Urubu (a um areal duas léguas antes) a 2 de Setembro; e dois dias depois, a 4, ao Rio Madeira e Ilha dos *Tupinambaranas*, então habitada pelos *Gaiarisis*, — diz êle, *Ib.*

3. Bett., *Crónica*, 37, 467, 498-499; Morais, *História*, 516. O Rio dos *Maraguases* vem escrito em Morais *Maguês*, actuais *Maués*. Odorico Rodrigues de Albuquerque, no seu mapa *Reconhecimentos Geológicos no Vale do Amazonas — Campanhas de 1918 e 1919*, denomina Furo do Arauató a um dos furos ou bôcas do Rio Urubu.

Para aumentar a Aldeia, o P. António da Fonseca baixou para ela em 1696 alguns daqueles *Andirases* e *Curiatós* [1]. Aldeia pobre, mas bem governada; e a catequese progrediu e todos os Missionários, que por ali passavam, se edificavam do zêlo dêste grande primeiro apóstolo dos *Tupinambaranas*. António da Fonseca, demacrado e doente, cedeu o pôsto em 1697 ao P. João Justo de Luca, que por sua vez, adoecendo, foi substituído por outros. Em 1723 era Missionário de *Tupinambaranas* o P. Manuel dos Reis. E vemos com surpresa que se chama *Aldeia de S. Francisco Xavier dos Tupinambaranas* [2]. Sebastião Fusco, seu missionário em 1725, pediu ao Geral para se conservar nela, de modo permanente o Santíssimo Sacramento [3].

A Aldeia dos *Tupinambaranas* constava em 1730 de 495 Índios dos quais 284 catecúmenos, circunstância indicadora da grande percentagem de gentio que nela se doutrinava [4].

Por volta de 1737 os Índios de *Tupinambaranas* fizeram uma derradeira mudança desta vez para o Rio Tapajós, onde foram constituir a Aldeia de Santo Inácio, aparecendo-nos assim de novo a invocação primitiva da Aldeia [5].

Note-se, a-respeito destas invocações, que a *Aldeia de Abacaxis* administrava também *outra* Aldeia da invocação de *S. Francisco Xavier;* mas está na mesma página que aquela de *S. Francisco Xavier de Tupinambaranas*, perfeitamente discriminada e distinta. Cremos que havia dois pequenos sítios de *Tupinambaranas*, um de S. Francisco Xavier e outro de S. Inácio; e que êste último se mudasse sendo o anterior absorvido depois pela Aldeia dos *Abacaxis*. Palma Muniz introduz um terceiro orago, dizendo que aquela Aldeia que se mudara para o Tapajós era da invocação de *S. José*. Uma destas *Aldeias dos Tupinambaranas* apelidava-se *Guaiacurupá* («Guaiacurupá dos Tupinambaranas»), donde o P. Bartolomeu Rodrigues escreveu a carta sôbre esta região e o Rio Madeira, que publicaremos adiante ao tratar dêsse rio.

Expostos assim, sumariamente, os factos e a actividade missionária dos *Tupinambaranas*, renunciamos a identificar êstes lugares,

1. *Bras.* 9, 428.
2. *Bras.* 27, 48.
3. *Bras.* 26, 238.
4. *Bras.* 10 (2), 338.
5. Morais, *História*, 510.

onde as Aldeias e seus oragos tão facilmente aparecem como desaparecem; nem haveria lugar onde não estivessem os Jesuítas, de assento ou de passagem, nêste labirinto aquático. E ainda modernamente há quem recue diante da dificuldade de navegação, diferente se se trata de canoas ou de montarias, por aquela infinidade de furos alguns dos quais só praticáveis no inverno[1].

4. — «Uns três para quatro dias», acima do sítio, em que o P. António da Fonseca fundara a Aldeia dos *Tupinambaranas*, ficava a dos *Abacaxis*, «perto da bocaina do Rio Madeira», intimamente ligada àquela. Mas a bocaina do Rio Madeira não representa como se poderia crer, a bôca do Madeira, ao entrar no Amazonas, mas a sua confluência com o Canumã.

Fundou-a em 1696 o P. João da Silva. «Bom sítio, aprazível, boas terras, bons ares, muita caça e peixe»[2]. Pouco depois a *Aldeia dos Abacaxis* contava 500 Índios[3]. João da Silva pensava mudá-la para sítio ainda melhor; e em 1698 partiu para ela o P. Domingos de Macedo com o projecto de a desdobrar em duas, que ficassem à vista uma da outra, para se atenderem melhor[4]. Realizou a mudança ou fêz outra Aldeia nova, o P. Francisco Xavier Molovetz, pois dêle se diz que fundara a *Aldeia de S. Francisco Xavier*, e quando faleceu a 16 de Janeiro de 1709, na *Aldeia de Canumã*, se diz igualmente que a tinha fundado[5]. Deve ser uma e a mesma Aldeia. E é certamente

---

1. Silva Coutinho, *Relatório* (Manaus 1861) 8-11. Esta multiplicidade de furos e ilhas fluviais vê-se com nitidez na *Carte Potomographique speciale de l'Amérique du Sud* (1935) de F. Jaguaribe de Matos. A cidade de Parintins parece que está ligada ao nome de Tupinambaranas e portanto, remotamente à catequese dos Jesuítas. Diz António Bittencourt: «Êste local tem passado por diversas denominações: primitivamente chamou-se *Tupinambarana*, depois *Vila nova da Rainha*. Mais tarde de novo *Tupinambarana*. Depois *Vila Bela da Imperatriz* e por último, quando elevada a Comarca e cidade, *Parintins*. — António C. R. Bittencourt, *Memória do Município de Parintins* (Manaus 1924) 16. E Silva Araujo conta que «Os Indígenas a tem em supersticiosa apreensão; e não é sem acatamento que por ela passam, e dizem ouvir tocar sinos de noite, o que se atribue à tradição de *algum estabelecimento jesuítico* que, abandonado, tenha sido invadido pelo mato e em sua espessura perdidos os sinos», Silva Araujo, *Dicionário*, 219.

2. Bett., *Crónica*, 37, 56.

3. Id., *ib.*, 25, 615.

4. Id., *ib.*, 674.

5. *Bras.* 26, 211.

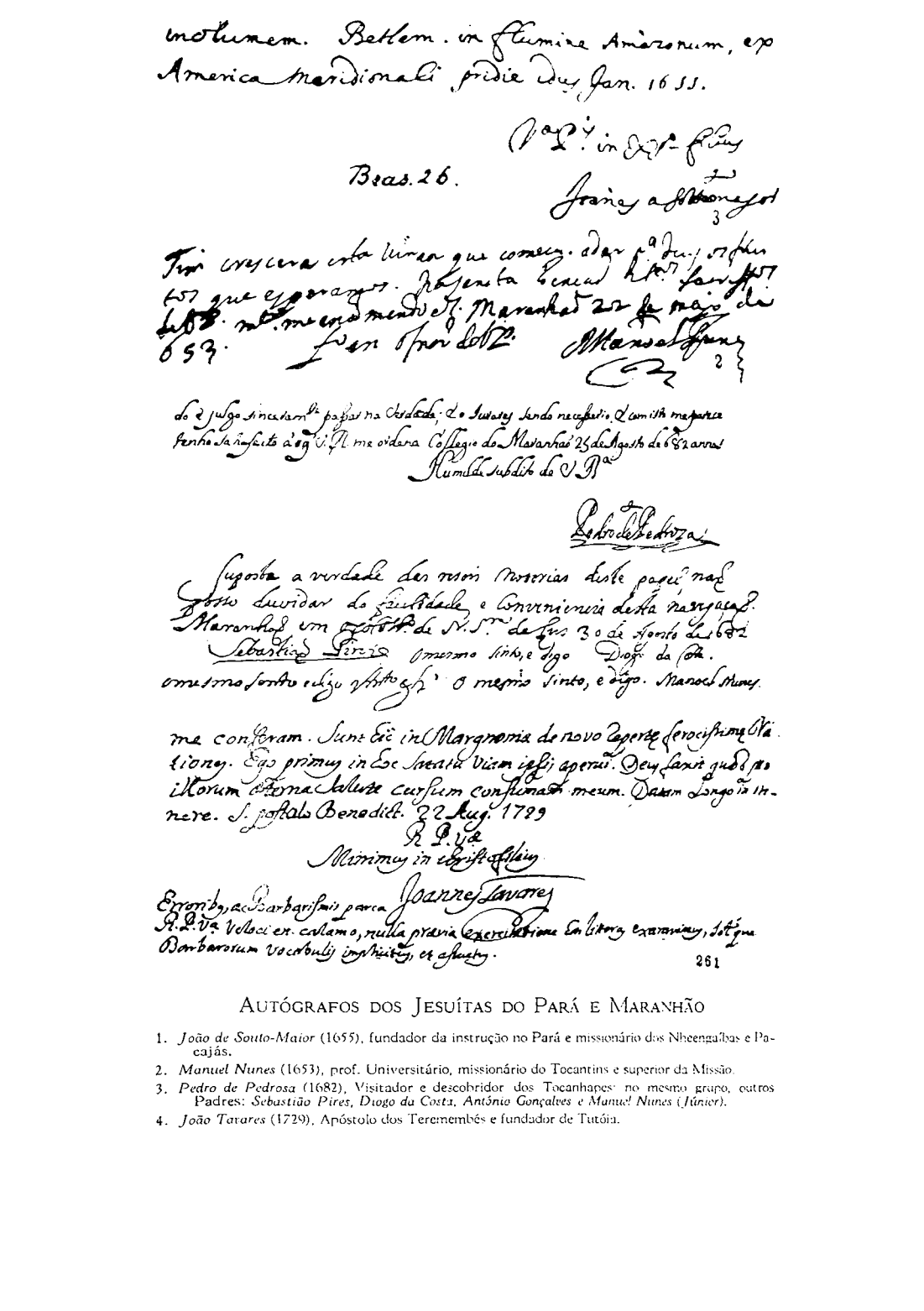
uma das que, com êsse orago, aparecem ligadas aos *Tupinambaranas*. No mapa moderno de Octaviano Pinto vemos duas povoações com o mesmo nome de Canumã, uma no ponto indicado da bocaina, outra mais dentro do Rio Canumã [1].

O grupo destas Aldeias era constituido em 1723 pelas três seguintes: *Nossa Senhora, S. Francisco Xavier* e *S. Lourenço*, e era missionário de tôdas o P. João de Sampaio, o grande missionário destas Aldeias do *Abacaxis* e Rio Madeira [2]. Para elas veio pouco depois de 1712, quando voltou de Portugal, aonde se fôra ordenar. Estabeleceu-se na *Aldeia de Canumã*. Mudou-a para os *Abacaxis* onde ergueu casa de sobrado, cómoda, e uma famosa igreja. Tinha grandes malocas à moda indígena, onde moravam 100 pessoas em cada qual. Aqui gastou o P. João de Sampaio o melhor da sua vida [3].

Êste grupo de Aldeias oferece, como se vê, uma variedade incrível [4]. A *Aldeia de Canumã* aparece em 1730 com 425 Índios. Depois desaparece dos Catálogos. Nêsse mesmo ano a *Aldeia dos Abacaxis*, distinta da de *Canumã*, contava 932 Índios [5]. A *Aldeia de S. Lourenço* também não torna a ser citada. E ainda nêsse de 1730 o P. Avogadri faz a profissão solene nos Abacaxis, numa Aldeia que se chama *Vera Cruz* [6]. A *Aldeia de Vera Cruz*, não com êste nome, mas com o de *Santa Cruz* lê-se outra vez no Catálogo de 1745; daí em diante nomeia-se *Aldeia de Santa Cruz* e *Aldeia dos Abacaxis*, ora uma ora outra, nunca as duas no mesmo Catálogo. Na sua entrada ao Madeira em 1749, José Gonçalves da Fonseca descreve-a na margem esquerda do Madeira, para onde tinha sido mudada do Furo dos Abacaxis [7]. E como não bastassem tantas denominações e mudanças, conta-nos João Daniel que a *Aldeia dos Abacaxis* estava primeiro sôbre o grande Lago de Sampaio, e que dali se mudara, para o Furo de Tupinambaranas, decaindo, mas ficando ainda suficientemente grande, diz o mesmo João Daniel, para receber, em 1757, o nome de *Vila de*

---

1. Pinto, *Hidrografia* (Mapas do Rio Madeira e afluentes).
2. *Bras. 27*, 48.
3. *Livro dos Óbitos*, 31.
4. Além das mudanças de sítio, a variedade provém de que umas vezes cita-se a Aldeia pelo nome do orago (S. Miguel, Santa Cruz, etc.) outras pelo nome dos Índios que a formavam (Tupinambaranas, etc.).
5. *Bras. 10* (2), 338.
6. *Lus. 15*, 39-40.
7. Cf. Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, II, 291-292.



Bras. 26.

261

Autógrafos dos Jesuítas do Pará e Maranhão

1. *João de Souto-Maior* (1655), fundador da instrução no Pará e missionário dos Nheengaíbas e Pacajás.
2. *Manuel Nunes* (1653), prof. Universitário, missionário do Tocantins e superior da Missão.
3. *Pedro de Pedrosa* (1682), Visitador e descobridor dos Tocanhapes: no mesmo grupo, outros Padres: *Sebastião Pires, Diogo da Costa, Antônio Gonçalves e Manuel Nunes (Júnior).*
4. *João Tavares* (1729), Apóstolo dos Teremembés e fundador de Tutóia.

Serpa[1]. E ainda, para rematar (se antes ou depois do predicamento de vila, discute-se, em todo o caso por esta ocasião) os Índios *Abacaxis* escolheram para nova sede, o lugar «chamdo *Itaquatiara* sôbre o Amazonas a dois dias de distância da sua habitação antiga». O toponímico de Serpa dado à Aldeia caiu. Manteve-se porém o de *Itaquatiara*, hoje cidade, ligada assim, na origem à vida, cheia de variedade e contrastes, da célebre *Missão dos Abacaxis* da Companhia de Jesus[2].

---

1. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2ª. P., 127. Entre a Aldeia de *Tupinambaranas* e a dos *Abacaxis* havia estreita ligação e, se se distinguiam no nome, nem sempre se distinguiam na sede da Aldeia. O P. Jacinto de Carvalho, que foi missionário desta região, descreve-as em 1719. «Do Rio Tapajós, a cento e trinta léguas, está situada a Residência dos *Tupinambaranas*, posta sôbre um Lago de cinco léguas de largo e vinte de comprido. Mas a dita nação habita não só junto dêle, mas de outros muitos, ao longo do Rio Amazonas, que recebe muitos rios nos quais diariamente se descobrem várias nações de lingua diversa. Dêstes, os *Coroés*, *Abacaxis* e *Comandis*, já cerca de quinze mil, se fizeram cristãos, maior parte dos quais todavia é constrangida a morrer sem sacramentos por não poder um só sacerdote satisfazer a todos e em lugares tão distantes entre si. Nos confins dos *Tupinambaranas* floresciam as Residências dos *Andirases* e *Maguases*, mas depois que foi chamado delas o P. Jacinto de Carvalho, por ocasião de repetidas doenças, durante cinco anos seguidos estiveram sem pastor», *Relação da Missão do Maranhão* do P. Jacinto de Carvalho, de Lisboa, 21 de Março de 1719, *Bras. 10*, 204.

2. Cf. Henrique A. de Santa Rosa, *Limites do Amazonas e Pará* (Belém 1937) 245; Silva Araujo, *Dicionário*, 166-167, 249; Bernardo da Costa e Silva, *Viagens no Sertão do Amazonas* (Porto 1891) 49; J. M. da Silva Coutinho, *Relatório sobre alguns lugares da Provincia, especialmente o Rio Madeira* (Manaus 1861) 4-5; Artur Reis, *História do Amazonas*, 53. De *Abacaxis* havia comunicação com Vila-Bela, de Mato Grosso, e disto se faz eco Mendonça Furtado, escrevendo para Lisboa que recebera cartas do Governador de Mato Grosso, via *Aldeia de Abacaxis*, e que quem lhas entregou no Pará, ouvira dizer que «de Vila-Bela até a dita, Aldeia tinham gastado somente vinte dias» (Carta de Mendonça Furtado, do Pará, 18 de Julho de 1754, *Anais do Pará*, III (1904) 217). Sôbre a *Aldeia de Abacaxis*, cf. ainda «Informação da Aldeia dos Abacaxis, e Rio da Madeira, que manda o Padre Missionário Teotónio Barbosa ao Padre Provincial, ano de 1748», Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-15, nº 4 (12 pag. fol). Cunha Rivara (*Cat.*, I, 51) leu *Teodoro* Barbosa, nome que não existe entre os Missionários da Amazónia. Sommervogel copiou a Rivara (*Bibl.* I, 888; VIII, 1762). Havia os Padres Teodoro da Cruz e Teotónio Barbosa. Trata-se dêste último, que o Catálogo de 1747 (*Bras. 27*, 149v) mostra efectivamente, como missionário da *Aldeia dos Abacaxis*. Durante tôda a permanência dos Jesuítas na Amazónia não consta, por documento nenhum coevo, que houvesse outros missionários nos *Abacaxis*, além dos Padres da Companhia.

CAPÍTULO III

Rio Madeira

1 — Aldeia dos Iruris; 2 — Conspecto geral dos Índios, descimentos e Aldeias do Madeira e de tôda a região; 3 — Aldeia de Santo António das Cachoeiras; 4 — Aldeia do Trocano (Borba-a-Nova).

1. — Grande afluênte direito do Amazonas, o «Rio das Madeiras» ou «da Madeira» ou simplesmente «Rio Madeira», foi «assim chamado pelos Portugueses, pela muita e grossa que trazia quando o passaram, mas o seu nome próprio entre os naturais que o habitam é *Caìari*»[1].

Desde 1669 sulcavam as águas do Madeira os Jesuítas, que fundaram então a primeira *Aldeia dos Tupinambaranas*, e, em 1672, um dos fundadores dela, o P. Manuel Pires, voltando ao Pará, do Solimões, com o P. Gorzoni, preparavam-se ambos para subir de novo o Amazonas e entrar ao Rio Madeira[2].

Depois, em 1683, o Superior da Missão, Jódoco Peres subiu por êle. Ao cabo de 9 dias chegou aos *Iruris*, para ver a possibilidade de estabelecer Residência entre êsses Índios. Bettendorff, narrando o caso, diz que Peres foi «o primeiro *superior* da Missão, que entrou por êle», o que não exclue entradas anteriores de outros Padres, que não fôssem *superiores* da Missão.

Jódoco Peres deixou bem dispostos os *Iruris*, e baixou com um filho do principal, que no Colégio do Pará, aprendeu além do português a língua tupí.[3].

---

1. Acuña, *Nuevo Descubrimiento, 128.*
2. *Bras 9*, 291-291v.
3. Bett., *Crónica*, 354-355.

Entretanto, verificou o Missionário que os Índios do Madeira recebiam ferramentas dos estranjeiros [Holandeses], por meio do Rio Negro, e que se impunha a ocupação efectiva dêsses Rios. O Governador, Gomes Freire de Andrade, em 1687, escreve ao seu successor Artur de Sá e Meneses, que os Índios pediam Missionários, e que êle já tinha tratado o assunto com os Padres da Companhia [1]; e por informações suas, El-Rei recomenda-os ao Governador, e que lhes dê ajuda para a nova missão do Rio Madeira [2].

Pelo Natal de 1688 partiram os Padres José Barreiros e João Ângelo Bonomi, levando consigo o filho do principal dos *Iruris*, já baptizado e conhecedor da língua geral. O principal *Mamorini*, iludido pelos brancos, ia fugindo dos Padres. Encontrando-se com êles dissiparam-se os enganos e voltou.

Logo se fundou casa e igreja nesta *Aldeia dos Iruris*. E aperfeiçoou-se tanto a Residência, de sobrado e lojas, que os brancos, que por ali iam ao cravo afamado daquele Rio, se maravilhavam. Além da *Aldeia dos Iruris* e dalgumas aldeotas, havia mais quatro grandes, a *Aldeia de Paraparixanas*, a *Aldeia de Aripuanãs*, a dos *Onicorés*, a dos *Tororises*. Eram cinco que «continham mais de vinte, porquanto cada roça daqueles principais era uma boa Aldeia de vassalos». Trataram os Padres com todos durante quási um ano, fazendo a catequese em regra. Mas ambos adoeceram e o P. Bonomi mais grave. E não houve remédio se não baixarem [3].

O P. João Ângelo Bonomi restabelecido voltou para a Missão em 1691 e foi recebido «como um anjo vindo do céu». Continuaram-se as construções da Aldeia, os Índios ergueram também para si casas de sobrado. E aumentava a catequese, quando o Missionário caiu de novo doente. Mais uma vez se teve de retirar. Na sua ausência foram os brancos e cativaram grande número de Índios com grande escândalo dos mesmos Índios, e protesto dos Padres; não poderião pensar os Índios que êles os tinham ajuntado para serem mais facilmente

---

1. Carta de Gomes Freire de Andrade, de 8 de Julho de 1687, em Studart, na *Rev. do Inst. do Ceará*, XXXVI (1922) 170-171.

2. Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, 113.

3. Bett., *Crónica*, 463-467. O Rio dos Iruris diz-se que é o actual Mataurá, Silva Araújo, *Diccionário*, 166; Bernardo da Costa e Silva, *Viagens no Sertão do Amazonas* (Porto 1891) 49.

cativos? Disto se queixaram efectivamente os Índios; e os Padres ainda mais que êles [1]. E assim os Jesuítas, desgostosos, e também por falta de missionários, se escusaram da Missão do interior do Rio Madeira, dando mais desenvolvimento à dos *Tupinambaranas*, já formada, e à dos *Abacaxis*, que cinco anos depois se estabeleceu e ficou praticamente a substituir a *Aldeia dos Irurises* [2].

2. — A saída dos Padres desta Aldeia não agradou a El-Rei, que o mostrou, nem ao P. Geral. Seguiu-se o inevitável debate, explicações, vantagens e desvantagens, desculpas. No princípio do século XVIII retomou-se todo o rio, concentrando-se a actividade dos Jesuítas nas *Aldeias de Canumã* e *Abacaxis*, em estreita ligação, como dissemos, com a *Aldeia de Tupinambaranas*. E é um dos missionários desta Aldeia que nos dá as notícias dos Índios do Rio Madeira, que prepararam e predispuseram as coisas para a expedição de Palheta. Carta importante que dá o ambiente local e idéia das inúmeras tribus de Índios que o habitavam.

Escreve o P. Bartolomeu Rodrigues ao P. Jacinto de Carvalho:

«Aqui tive uma carta de V.ª Rev.ª, em que me pedia algumas notícias do Gentio, que há por estas partes, e alguns casos de edificação.

Quanto ao primeiro, como V.ª Rev.ª têm estado por estas missões das Amazonas, pouco poderei dizer que V.ª Rev.ª não saiba; mas para obedecer e satisfazer a vontade de Vossa Reverencia farei uma simples numeração das nações que há, de que tenho notícia, começando do Rio da Madeira até êste Mariacoão; assim por me parecer que esta notícia é a que principalmente se requer nêste ponto, como também, porque outra notícia mais difusa de suas qualidades, costumes, e política, requer mais vagar.

Da bôca do Rio Madeira, até às terras dos *Guarajus*, se gastam três mêses. É povoado êste rio tanto da parte do Norte, como da parte do Sul, pelas nações seguintes: correndo para cima, pela parte do Norte, habitam êste sertão os *Oantas*, *Guajaris*, *Purupurus*, *Guareces*, *Capanás*, *Jãoens*, e *Pamas*. De tôdas estas nações, as mais populosas são os *Purupurues*, *Jãoens* e *Pamas*. Segue-se a das *Cajaripunás*,

---

1. *Bras. 9*, 427v-428.
2. Bett., *Crónica*, 37.

cuja multidão denotam as muitas e mui populosas aldeias, que debaixo dêste nome, ocupam grande parte dêste sertão. Por último, habita uma e outra parte do Rio da Madeira a grandiosa nação dos *Guarajus*.

Daqui para cima se não sabe de mais Gentio, não é porque o não haja; porque, assim como até aqui tudo é povoado de Gentio, será verosímil que o seja também para cima, pois que ninguém têm passado daqui que possa dar relação dêle.

Voltando para baixo, pela parte do Sul, a primeira, depois dos *Guarajus*, é a nação dos *Camateris*, depois a dos *Pamas*, que também habitam desta banda. Segue-se a dos *Abacaxis*, antigos *Chichirinins*, *Jaguaretus*, a dos *Purerus*, *Curupus* e dos *Manis*. Ocupam estas nações o espaço de dois meses de viagem, donde se poderá inferir o quanto são populosas. Entra aqui o Rio Ipitiá, povoado todo da nação *Arara*, tão numerosa, que igualam os que tem penetrado o seu sertão, às fôlhas do mato em que habitam. Depois os *Toras* ou *Toratoraris*, que são em tanta multidão, que as mais nações lhe chamam «o Formigueiro»; com estas também habitam os *Jaraguaris* e *Aruaxis*. Vão seguindo as nações dos *Mucas* e dos *Muras*. Aqui entrava a nação *Unicoré*, *Terari*, *Anhangatiinga*, *Aripuanã e Iruri*. Mas como destas nações há já poucos no mato, não faço delas menção.

Pelo Rio Pociçari, que também chamam dos Aripuanas, que se incorpora com o da Madeira, habita a nação *Jacarèguá*, e as duas vastíssimas nações dos *Cujés*, e *Tituans*.

Êste é o Gentio, de que tenho notícia, que habita os dilatados sertões do Rio da Madeira.

São habitadores do Rio de Canumã os *Guaipinas*, os *Muraguas*, *Pixunas* e *Carapaìanas*. Os principais destas duas últimas, estando eu êste ano na Aldeia de Canumã, me vieram falar em ordem a seu descimento. Como eu lá estava de visita, não pude mais fazer que hospedá-los bem, e mandá-los contentes, com alguns mimos que lhes fiz, e com promessa de que se lhes daria todo o adjutório, para se lhes cumprirem os bons desejos que mostravam.

No sertão do Rio Guarinamã, não sei se haja mais que a nação dos *Maraguás*. No Rio dos Magués, divididos pelos rios que entram nêste, são: dos *Comandís*, *Sapopés*, e dos *Ubuquaras*, se acham as nações seguintes: *Neutus*, *Aitoariá*, *Aneuguá*, *Opiptiá*, *Moguiriá*, *Aigobiriá*, *Sapopés*, *Periquitos*, *Pencoariá*, *Mucaioriá*, *Apanariá*, *Suariraná*, *Monçaú*, *Paramuriá*, *Surridiriá*, *Ubucuaras*, *Sapiuns*.

É povoado o sertão do Rio dos Andirás, das nações: *Unaniá, Guaranaguá, Abualuriá, Uipitiá, Riauiá, Acaicaniá, Pirapeiguá, Abuquá, Jacarauá, Piraguá, Piritiá, Avueteriá, Uemâtré.*

No sertão do *Rio Mariacoã*, «por outro nome» *Rio dos Acuriatós*, se contam os seguintes: *Mariarõí, Abucaoaniá, Muriciru, Janhanguá, Sacorimatiá, Itixinguaniá, Mutriutré, Arixaruí, Muraá, Mateupu, Ocpiporiá, Içuaiuá.* Pelo Rio Guamuru, que é, braço dêste, se entra nas terras do Gentio *Maniquera* e *Abiariá.*

Estas são as nações, de que tenho notícia, que habitam os dilatados sertões dos rios acima referidos, não contando aqui as quatro Aldeias já domesticadas, situadas nas enseadas do Rio *Canumá, Guarinamá, Andirás e Acuriatós: Omnes hae gentes petunt panem, et, cum multi necessarii sint qui frangant eis, non sufficit unus; ita miserae hae animae quot pereunt, fame pereunt*[1].

Quanto ao segundo requisito, direi primeiro bevemente os descimentos que tenho feito, depois que estou nesta missão dos *Tupinambaranas;* depois descerei a alguns casos particulares, que me têm passado pelas mãos.

O primeiro descimento, que fiz para esta Aldeia, foi parte da nação dos *Arerutus;* o segundo foi parte dos *Comandis*, e *Ubuquaras*, sendo que êste mais propriamente se pode dizer que foi de V.ª Rev.ª do que meu, que pôsto vieram depois de V.ª Rev.ª ter saído da missão dos *Andirases*, foi porque V.ª Rev.ª os tinha mandado buscar, cabendo-me a mim só o trabalho de os acomodar e doutrinar; o terceiro foi de dois principais *Andirases* com seus vassalos que habitavam as cabeceiras do Rio Mariacoã; o quarto foi dos poucos *Japucuitabijaras*, que havia nos *Maguês*, pôsto que isto mais se póde chamar mudança, que descimento; o quinto foi a nação *Puraiuaniá;* o sexto a nação *Capiurematiá*, ambos nêste *Rio dos Acuriatos;* o sétimo tôda a nação *Mujuariá*, com parte da nação *Monçaú* e *Ubuquara* do Rio dos *Maguês*. Por último os *Sapopés*, cujo descimento ainda se continua.

Para a *Aldeia dos Andirás* tenho descido parte da nação *Amoriá*, e parte da nação *Acaiuniá.*

Suaviza grandemente os trabalhos que se padecem nêstes descimentos, a consolação que resulta da consideração das muitas almas

---

1. Portanto, em 1714, data desta carta, quatro Aldeias, cujos locais se discriminam bem. Pena foi que nos não dissesse o nome dos seus oragos, para facilitar a identificação.

que se ganham para o céu, que *alias* [*alias*, em latim, *de outra forma*] sem dúvida se perderiam; e juntamente o ver a prontidão com que as crianças desta gente nova, e ainda algumas de maioridade, assistem à doutrina, em que brevemente instruidos, se fazem capazes de receber o santo baptismo, sendo criados no mato tão à sua vontade. Têm-me sucedido por várias vezes, praticar a alguns moribundos para os baptizar, e não se podendo êles explicar, os mesmos seus parentes ainda pagãos, lhes estavam sugerindo o que haviam de responder. Outros, perguntando-lhes se queriam ser baptizados, respondiam com estas palavras: que para isso vieram das suas terras. Indo há poucos tempos a visitar a *Aldeia dos Andirases*, achei onze inocentes da gente nova, e perguntando a seus pais se queriam que lhes baptizasse seus filhos, respondeu um, por todos, que se não quisessem que seus filhos se baptizassem, os não trariam à minha presença. Não há dúvida que tôdas estas coisas são o acepipe com que se temperam os inconsideráveis trabalhos que com esta gente nova se padecem.

Não só têm Deus Nosso Senhor mostrado sua bondade e misericórdia em os ter tirado das brenhas, onde como feras viviam totalmente esquècidos de sua salvação, submergidos nas trevas da ignorância, e cativos de suas paixões, a que como escravos serviam, tendo só em razão os ditames de seu depravado apetite, mas, ainda em casos mais particulares, em que resplandecem os singulares favores da Divina Providência.

Um principal *Andirás*, por nome *Samatiida*, e no baptismo Pascoal, dêstes novamente descidos, teve a dita de acabar o curso de sua carreira logo que recebeu o santo baptismo. Outro da mesma nação, por nome *Apemoalo*, e no baptismo Francisco, dois dias depois de baptizado, deu a alma a seu Criador, querendo Deus Nosso Senhor mostrar, pagando-lhe na mesma moeda, como lhe agradava o zêlo com que êste Índio procurava que nenhum dos seus morresse sem baptismo; pois logo que algum adoecia, inocente ou adulto, quer fôsse de dia, quer de noite, chovesse ou fizesse calma, estivesse são ou doente, êle em pessoa me avisava incontinente, para que lhe não faltasse com os Sacramentos.

Uma índia, também nova (que foi a que mais trabalho me deu), estando gravemente enfêrma, sendo instruída nos mistérios de nossa santa fé, pôsto que os confessava e cria; contudo no tocante ao baptismo, de nenhuma sorte vinha em o aceitar, mostrando-lhe eu que sem o baptismo era impossível salvar-se, e perguntando-lhe (já depois de

cansado) qual era a razão porque tanto repugnava o único remédio da sua alma, descobriu a soberba com que o demónio a enganava dizendo: não quero ser baptizada, porque logo meus parentes hão de dizer que já estive tão doente, que com medo me deixei baptizar. Entendendo eu que aqui já obrava pouco a brandura que com ela tinha usado, a repreendi asperamente da pouca estimação que fazia dos remédios que Cristo Senhor Nosso deixara no mundo à custa de seu precioso sangue, para nossa salvação; representando-lhe juntamente as penas do inferno, a que por sua soberba, voluntariamente se entregava, desprezando os auxílios que Deus naquela ocasião lhe oferecia. E assim advertindo-lhe que considerasse bem o que fazia, me despedi dela, deixando avisado aos que lhe assistiam, que se naquela noite entrasse em agonias de morte me avisassem. Pela manhã, levantando-me a fui logo visitar, e achei totalmente mudada, instruí-a novamente, e não só não repugnou, como também com muita paz, quietação e alegria, pediu o santo baptismo; e depois de recebido pouco tempo, pagou o tributo que todos nós devemos à natureza.

Não falo em um principal da nação *Moìoariá*, que foi a causa de se descer tôda a sua nação. Êste, depois de vencidos muitos obstáculos, que o demónio pôs a êste descimento, se aplicou tão deveras à doutrina, que não reparava em se meter no meio dos *curumins* a rezar, como criança, as orações e responder ao catecismo, em que brevemente ficou suficientemente instruído. Pediu instantemente o baptismo, e como para o receber com a devida disposição, era necessário largar duas amigas que tinha, por não poder casar com nenhuma, por impedimento que havia entre ambas, logo sem repugnância largou uma e outra, e assim disposto e baptizado, se casou com outra *in facie ecclesiae* com quem vive sem nota alguma. Êste pôsto que se lhe não tenha visto o fim, contudo como a morte segue o rumo da vida, como diz S. Bernardo, *mors umbra vitae*, não poderá deixar de ser bom o fim, quando os princípios são tão louváveis.

Com o desejo de converter a um principal do *Rio Guamuru*, me resolvi a ir a suas terras, e pôsto que por então não teve efeito aquêle descimento, não ficou contudo frustrado o trabalho, que naquela jornada de três semanas padeci; por quanto achei aí um Índio baptizado, gravemente enfermo, que confessado e recebida a Extrema Unção, deu a alma a Deus.

Tendo notícia que pelo *Rio Uamucá* vivia uma porção de gente, determinei mandá-la buscar, e depois de ter partido o embaixador,

que para êste efeito tinha despachado, me resolvi a segui-lo. Achei trinta pessoas, que tôdas trouxe comigo; entre estas, achei uma criança, nascida de poucos dias, e no seguinte dia reparando nela, vi que não podia viver muito, e assim foi; porque baptizando-a logo que a vi, não muito depois vôou a sua alma ao céu. Aqui entendi que o impulso que tive de fazer esta viagem, de que estava bem descuidado, foi de Deus dirigido à salvação desta alma. Dei por bem empregado o trabalho que nesta jornada padeci tanto por mar, como por terra, passando grandes calmas, por campinas descobertas, que atravessei, moléstias por igapós e matos serrados, que penetrei, por serem os meios da felicidade desta inocente alma, que sem dúvida pereceria.

A visita, que fiz a *Canumã* e *Abacaxis*, também não foi sem fruto; por que enquanto ali estive (não falando nos mais, que recebendo os Sacramentos faleceram) uma índia, em Canumã, parecia só esperar que eu chegasse. Havia muito tempo que esta Índia estava gravemente enfêrma. Logo que eu cheguei, recebendo com a devida disposição os Sacramentos da Penitência, Eucaristia, e Extrema-Unção, passou desta para outra vida. Outra nos *Abacaxis*, estando já nos últimos paroxismos, os primeiros passos que dei, foram da canoa a sua casa: confessou-se como permitiu o estado em que a achei, levei-lhe logo a Extrema-Unção, a qual recebendo deu a alma a Deus.

No fim desta narração, terá lugar o último caso, que agora há poucos dias me sucedeu nesta *Aldeia dos Tupinambaranas*. A 24 de Março, uma índia nova, de nação *Monçaú*, chegando-lhe os anúncios do parto, se ausentou de casa, e voltando sem a criança, pôsto que reparassem os de casa, não me deram parte do sucesso. Passada uma grande chuva que nêste meio tempo veio, mandei chamar o meirinho para uma diligência de pouca importância, mas de muita nesta ocasião, para ter um meio de se saber o que tinha sucedido; como êste era da mesma casa, em chegando me disse o que se passara. Perguntei à Índia pelo filho, respondeu-me que, por nascer morto o enterrara no mato; não me fiando eu no seu dito, mandei desenterrar a criança, que se achou sepultada ao pé de uma árvore, bastante longe da Aldeia. Vendo eu que ainda vivia, a baptizei.

Aqui se me ofereceu outro caso que passo a referir por ter seu princípio um menino, que estava presente. Vendo êste sucesso, rompeu nestas palavras: «Também a mulher do principal dos *Sapopés*, disse que, em parindo, havia de enterrar seu filho». Como esta tal estava na roça, mandei-a a tôda pressa buscá-la, e poucos dias depois de estar

na Aldeia pariu. Vendo eu no segundo dia a criança mal disposta a baptizei, e no seguinte a levou Deus para si. Esta sem dúvida, se não sucedesse o primeiro caso, se perdia; porque, pôsto que a mãe o não matasse como diziam, como êle não viveu mais que três dias, não se me havia de dar parte em tão breve tempo, tanto por ser gente nova, como por falta de canoa, e a roça ser longe, e da banda de além do rio.

Vamos outra vez ao primeiro caso. Como esta, no seguinte dia, ainda viesse suprir as cerimónias da igreja, tornei a perguntar à mãe, porque enterrara sua filha, me respondeu como da primeira vez, porque nasceu morta. Fôsse o que fôsse, hoje são 2 de Maio, ainda ela está viva, e bem disposta.

Êstes são os casos, que por ora me ocorrem dos vários que me têm sucedido. Ajuntarei aqui também os seguintes; que pôsto me não sucedessem a mim, contudo são dignos de memória.

Ao Padre Lourenço Homem, ouvi dizer que sendo missionário nos *Abacaxis* mandara desenterrar uma criança que sua mãe tinha enterrado no mato, e achando-a viva a baptizara, a qual pouco depois faleceu.

Conta o irmão Domingos Francisco, que estando na Aldeia de Canumá, ausente o Padre missionário, indo por acaso a uma roça, viu uma índia com uma criança nos braços, expirando. Logo que a índia o viu, se escondeu pelo mato. Gastou-se tempo considerável em se buscar. Finalmente achou-se, baptizou-se a criança, que durou poucas horas. Em outra ocasião, na mesma Aldeia, tendo notícia de que uma índia estava fechada em casa, para que lhe não baptizassem o filho, que estava para morrer, bateu à porta da dita índia, e como lhe não quisessem abrir, a abriu à força. Achou a criança, baptizou-a, e antes de chegar a casa o irmão, subiu a alma daquele inocente ao céu.

Em todos êstes casos bem se vê como Deus Nosso Senhor, por sua infinita bondade e misericórdia, com especiais favores, por meio de instrumentos fracos, socorre nos maiores apertos a seus predestinados.

Com isto me parece (*si me non fallit imago*) ter respondido aos dois pontos principais da carta de V.ª Rev.ª. Se fôr alguma coisa, *fortè*, de que V.ª Rev.ª possa lançar mão, *bonis avibus!* E se nada achar, digno da sua pena, não se perdem mais que estas duas folhas de papel; que o trabalho que tive em escrever não o dou perdido, antes muito bem ganho; por nascer de uma vontade pura de servir e obedecer a

V.ª Rev.ª., e ficando só comigo a pena de não poder servir a V.ª Rev.ª em tudo que pedia, aliviada porém na recomendação de seus Santos Sacrifícios. *Guaicurupá dos Tupinambaranas*, 2 de Maio de 1714. De V.ª Rev.ª muito servo e amigo em Cristo, *Bartolomeu Rodrigues* [1]».

Com entrada no Rio Madeira do P. João Sampaio, dotado de grande zêlo construtivo, a missão prosperou muito. E tornou-se tão notável o seu apostolado que de Roma, o P. Geral, a 13 de Julho de 1715, o louva em têrmos fora do comum [2]. Erigiu casas e igrejas, recolheu cacau para diversas obras do culto, ali e na igreja de Santo Alexandre do Pará, desceu Índios, catequizou-os e foi o maior apóstolo do Rio Madeira. E nêle ficou a recordação limnográfica da sua passagem, no *Lago do Padre Sampaio*, ou simplesmente *Lago Sampaio*, à beira do qual teve algum tempo a sua Aldeia [3]. A 4 de Junho de 1723, juntamente com um socorro de mantimentos,

---

1. Em Melo Morais, *Corografia*, IV, 361-372. Mas a nomenclatura dos Índios fica sujeita a rectificação de leitura pelo original de Évora, que segundo Cunha Rivara está no cód CXV/2-13, 309-311. A guerra actual (1942) impede-nos a consulta directa, impossivel, até por escrito. Bartolomeu Rodrigues faleceu, ali mesmo nos Tupinambaranas, seis meses depois, a 6 de Dezembro de 1714 (*Hist. Soc.*, *51*, 45). É natural de Copeiro, diocese de Coimbra, onde nasceu a 24 de Agôsto de 1674.

Aos 22 anos pediu a missão do Maranhão, para onde embarcou a 2 de Abril. A 19 do mês seguinte chega ao seu destino, entrando no noviciado, a 28 de Junho de 1696. Deu-se a aprender a língua tupi com tal ardor que saiu mestre e lhe valeu como título para a profissão solene, pois tinha sido pouco feliz nos estudos. Fê-la, no Pará, a 15 de Agôsto, nêste mesmo ano, entre a data desta carta e a da morte, que o colheu entre os seus Índios em pleno rendimento de grande missionário (*Bras. 9*, 416, 419; *Bras. 27*, 28; *Lus. 23*, 291-292v.; Bett., *Crónica*, 599, 649).

2. *Bras. 25*, 6v-7.

3. João de Sampaio nasceu na Abrunheira, diocese de Coimbra, em 1680. Entrou na Companhia em 1701 e veio noviço de Portugal em 1703. Antes de se ordenar, começou as Salinas de Curuçá. Indo ordernar-se a Portugal, voltou em 1712, inaugurando a sua carreira missionária na Aldeia de Canumã. Logo no principio dela, foi gravemente infamado por um índio, ou ébrio ou malicioso. Feitas as investigações, reconheceu-se a sua inocência, e o P. Geral, em carta de 22 de Setembro de 1714 ordena ao P. Superior da Missão, José Vidigal, que o console, e restabeleça a sua fama (*Bras. 25*, 3v). Com a sua actividade económica foi fundador (êle ou mais propriamente a sua missão) da Capela do Santo Cristo da Igreja de Santo Alexandre, do Pará (*Bras. 25*, 91). Mais tarde, da Aldeia de Trocano, passou, já alquebrado, para o Engenho de Ibirajuba, onde faleceu a 22 de Janeiro de 1743 (*Livro dos Óbitos*, 31; *Bras. 27*, 13v); João Daniel, *Tesouro Descoberto*, 2ª. P., 127.

enviados do Pará, chegou o P. João Sampaio ao Arraial de Francisco de Melo Palheta, que ia a descobrir as cabeceiras do Madeira. Demorou-se até o dia 10, e depois, na sua galeota, seguiu a expedição por espaço de um dia, despedindo-se e voltando para a Aldeia [1].

3.—Não tardou o P. Sampaio a subir de-novo o Madeira e a seguir mais avante. E desta vez para fundar a *Aldeia de Santo António das Cachoeiras* [2], já em território do actual Estado de Mato Grosso, «entre o Rio Jamari e a primeira Cachoeira do Madeira, diz o explorador José Gonçalves da Fonseca, e se compunha de gente que se praticou na ocasião que no ano de 1722 andou, com uma tropa de exploração por todo o Madeira, Francisco de Melo Palheta» [3].

Os Superiores do Pará achavam esta Aldeia demasiado longe e exposta aos ataques dos Índios selvagens e retiraram dela a João de Sampaio. Mas do Rio Madeira pediam o seu missionário e recorreram a Roma. O Geral, em 1727, achou melhor que êle voltasse [4]. E de facto já encontramos de novo o P. Sampaio em 1730 na Aldeia de Santo António das Cachoeiras com o P. Manuel Fernandes [5]. Há indícios de se assentar a Aldeia, desta vez, em lugar, perto, mas diferente do primeiro; e nêste ano constava de 338 Índios, a maior parte dêles ainda catecúmenos [6].

---

1. *A Bandeira de Francisco de Melo Palheta*, em Capistrano, *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, X (Rio 1930) 195-196.

2. Nos Catálogos vêm das seguintes fórmas: Santo Antonio *Cachoeirensium* (*Bras. 27*, 52), *Cachoeiras* (*Bras. 27*, 71, 84v), *Santo António* vulgo *Cachoeiras* (*Bras. 27*, 109).

3. Cf. Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, II, 294-295. Foi em 1723 como se viu.

4. *Bras. 25*, 38v. A 30 de Setembro dêste ano de 1727 enviou Sampaio uma relação da sua ida a *Cachoeiras*, e do que passou em fundar e estabelecer ali a missão. Referência a essa relação em *Bras. 25*, 44v. E ainda nêsse mesmo ano, a 5 de Setembro, escrevia El-Rei a Maia da Gama o informasse sôbre o Tapajós e o Madeira, as suas Aldeias e quem lhe parecia mais apto para as administrar, em *Anais do Pará*, II (1902) 189.

5. *Bras. 27*, 52.

6. *Bras. 10* (2), 338. Já depois da mudança da Aldeia de Santo António das Cachoeiras para Trocano, passou por Santo António, o Piloto António Nunes de Sousa que descreve assim o que viu: Passando o Rio Machado e o Rio Jamari, «pouco avante, à parte esquerda [subindo] está um igarapé e nêle uma Tapera, onde estêve situada uma *Aldeia da Companhia*, e pouco mais avante se encontra

A Aldeia de Santo António das Cachoeiras era considerada «a mais remota e trabalhosa em todo o género de trabalhos e *moléstias*, que ali indefectivelmente padecem os Missionários» [1].

Desta Aldeia irradiavam os Padres pelos rios vizinhos, incluindo o Madeira, até o Mamoré. Também missionaram no Guaporé, afluente do Madeira, centro do Mato-Grosso [2]. Mas para as missões do Guaporé o ponto de partida, depois, foi S. Paulo.

4. — A Aldeia de Santo António das Cachoeiras permaneceu no Catálogo até 1740. O seguinte, que é de 1744, traz já, e pela primeira vez, a *Aldeia de Trocano* que a substituiu [3]. Silva Araujo dá-lhe genealogia mais complicada [4]. José Gonçalves da Fonseca, que estêve nela em 1749, diz que a mudança se fêz para buscar melhor clima e para se livrarem das vexações dos bárbaros vizinhos. Com a mudança não se viram porém livres dos *Muras*, que tiveram algumas vezes o atrevimento de investir contra a *Aldeia do Trocano*, «e, para cautela de semelhantes insultos, vive o Missionário em uma casa entrincheirada de estacada, para dela se defender melhor de alguma invasão, socorrido de dois seculares, que lhe assistem» [5].

---

a primeira cachoeira», *Derrota desta cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará para as Minas de Mato Grosso, Arraial de S. Francisco Xavier, de que foi Cabo o sargento-mor Luiz Fagundes Machado, feita por mim António Nunes de Sousa Piloto Mestre aprovado, feita em 14 de Julho de 1749*. — *Rev. do Inst. Bras.*, LXVII, 1ª. P. (1906) 259.

1. *Livro dos Óbitos* (o do P. Manuel Fernandes), 32. As *molestias* dos que construiram a estrada de ferro Madeira-Mamoré vêm de longe...

2. «Pelos Padres da Companhia, diz Mendonça Furtado, tive notícia de que vinha para esta cidade um Regimento, e que Sua Majestade fôra servido reùnir as minas do Mato Grosso a êste Estado permitindo-lhe o comércio pelo Rio da Madeira, com que se aumentarão muito as ditas minas, engrossará o comercio, crescerão os rendimentos desta Alfândega, seguraremos a navegação do dito Rio naqueles limites, nos quais não tínhamos fôrça alguma com que repelir a qualquer violência que nos quisessem fazer os vizinhos», Carta de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Côrte Real, de 26 de Fevereiro de 1753, *Anais do Pará*, II (1902) 40.

3. *Bras. 27*, 123v.

4. *Diccionário*, 62-63.

5. Em Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, II, 295-296. Sôbre os *Muras* e seu ódio aos brancos e motivos dêle, cf. João Daniel, *Tesouro Descoberto*, na *Rev. Rev. do Inst. Bras.* III, 166-167.

A Aldeia de Trocano, que era então a mais alta povoação do Rio Madeira, teve apenas 14 ou 15 anos de vida jesuítica. Em 1751 o P. Aleixo António trouxe para ela muitos Índios do Rio Negro. Já tinha bôa casa de residência e angariavam-se fundos para a construção de uma igreja, quando tudo parou. O seu último missionário, Anselmo Eckart, recebeu amigavel e festivamente o Governador Mendonça Furtado, a 20 de Dezembro de 1755, que vinha já com o propósito de tirar a Aldeia aos Padres e de a fazer vila, que recebeu o nome de *Borba-a-Nova*.

A inauguração foi a 1 de Janeiro de 1756. Mendonça colocou em Borba uma pequena fôrça comandada por um dos seus tenentes, homem certamente impecável. Tendo saído os Padres da Companhia, Mendonça deixou também como pároco interino um dos seus capelães, secular, que levava consigo para o Rio Negro. Pouco depois, tenente e capelão brigam entre si. Mendonça retira o capelão e manda um religioso do Carmo; e explica: «Do Carmo, que tem com os Jesuítas uma antipatia notória». Mas pouco depois, nova briga entre o tenente e o carmelita. O carmelita queixa-se ao Governador. E êste em vez de averiguar o que haveria como chefe, escreve para Lisboa, como parte, que o Carmelita ficou «pior que o clérigo chegando até o ponto de me escrever cartas destemperadas». E a culpa, naturalmente, de quem havia de ser ? Dos Jesuítas. É isto, efectivamente, o que Mendonça escreve [1].

Trocano ministrou ainda outra ocasião para se conhecer a mentalidade do tempo, em particular a de Sebastião José de Carvalho. Havia em Trocano duas pequenas peças, ou canhões, trazidos para a missão do Rio Madeira muitos anos antes pelo P. José da Gama, para espantar os *Muras*. Na ocasião da inauguração da vila saùdaram o acto. Esta salva, em honra de Mendonça Furtado e da nova vila, iria celebrizar Trocano. Preferimos dar a palavra a Lúcio de Azevedo. Diz êle: «Tão obscura ficaria na História, a aldeia de Trocano como têm sido a vila que lhe sucedeu, não fôra o incidente dos canhões. Os que salvaram em presença de Mendonça eram duas peças de pequeno alcance, levadas para ali anos atrás, com assentimento do governador

1. *Anais do Pará*, IV (1905) 223. Seria talvez pela estada aqui daquele religioso Carmelita, em 1756, que Fr. André Prat, em *Notas Históricas sobre as Missões Camerlitanas no extremo norte do Brasil* (Recife 1941) 41, inclue Borba entre essas missões, para cuja fundação dá o ano de 1755.

João da Maia da Gama, não para defesa material, mas afim de, com o estrondo, afugentarem os selvagens, da nação hostil, dos *Muras*. Subjugados êstes Índios, inúteis jaziam no povoado as inocentes máquinas de guerra, excepto nas ocasiões de público regozijo, em que seus tiros acordavam os ecos da floresta. Nenhum cabedal fizera Mendonça dêste facto; seu irmão, porém, mais ardiloso, não hesitou em divulgar que se achavam os Jesuítas, a exemplo do Paraguai, fortificados em Trocano, sendo talvez os Padres alemães, desta Aldeia e dos Abacaxis, disfarçados guerreiros. E assim o descarado engano correu mundo »[1].

1. Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 320; Morais, *História*, 519; Artur Reis, *História do Amazonas*, 100. Na Bibl. de Évora existem interessantes relações manuscritas do Rio Madeira, tôdas ou algumas de origem jesuítica, Cód. CXV/2-13, ff. 325, 329, 332, 340; Cód. CXV/2-15, nº 5 (mencionadas em Cunha Rivara, *Catálogo*, I, 29-30). E cita-se o P. Bento da Fonseca, como autor de duas dessas relações.

CAPÍTULO IV

Rio Solimões

1 — Primeiros contactos; 2 — O P. Samuel Fritz e a sua descida ao Pará; 3 — A «Aldeia do Oiro», argumentos e vias de facto; 4 — A Aldeia de S. Francisco Xavier do Javari, fronteira definitiva do Brasil.

1. — O Amazonas, entre a confluência do Ucaìali no Peru e a bôca do Rio Negro, chama-se Solimões, do nome duma tribu que o habitava [1].

Do Ucaìali para cima, o seu nome é Marañón e foi campo de missões dos Jesuítas da Assistência de Espanha, a cuja história pertence. Como se sabe, as fronteiras actuais do Brasil só no século XVIII se assentaram definitivamente. E, pelo facto de serem paragens que Portugal e Castela pretendiam, aí se deram sucessos do carácter territorial e político, em que os missionários das duas Coroas se viram fatalmente envolvidos, pugnando os que iam de Espanha por Espanha, e os que iam de Portugal, por Portugal. Nem podia ser outro o caminho da lealdade e da honra.

Nesta pugna entre Castela e Portugal houve apenas breve interregno, aliás anterior aos Jesuítas nessa região, quando as duas coroas tiveram um mesmo e único soberano, momento histórico propício ao alargamento das fronteiras. Portugal aproveitou-o maravilhosamente, e a êsse escopo obedeceu aquela primeira e extraordinária jornada de Pedro Teixeira a Quito, a primeira de ida e volta no grande rio, de tão decisivas conseqüências históricas até para a actividade

---

1. Os *Yurimáguas* de Fritz, e, antes dêle, os *Surimanes* de Acuña que, com Pedro Teixeira, ficaram a ser, para sempre, *Solimões*.

missionária, jornada constantemente invocada por parte de Portugal, para a progressão metódica e sistemática da sua posse, rio acima[1].

Com Pedro Teixeira desceram os Padres Cristóbal de Acuña e André de Artieda, em 1639, e foram êstes os primeiros Padres da Companhia de Jesus que sulcaram o Solimões. Naturalmente, por serem missionários de Espanha, revindicaram depois êsse Rio para a sua coroa e requereram em Madrid promovesse e fomentasse nêle as missões da Companhia de Jesus, de Quito[2]. Da parte de Portugal,

---

1. Sôbre esta expedição, antecedentes e precursores, cf. Artur Reis, *A grande aventura de Pedro Teixeira pelas águas do Rio Rei* na *Revista do Inst. Hist. e Geogr. do Amazonas*, VI (1938) 333-349); Pedro Calmon, *História do Brasil*, II (S. Paulo 1941) 110-113, que dão outras fontes, sobretudo relativas à descida de Quito, em 1636-1637, do português Francisco Fernandes, com dois franciscanos espanhois Fr. Domingos de Brieva e Fr. André de Toledo, com mais alguns soldados e índios, facto consideravel que determinou a grande expedição de Pedro Teixeira. Cf. La Roncière, *Histoire de la Decouverte de la Terre* (Paris 1938) 234; Southey, *História do Brasil*, II, 424ss; Porto Seguro, *HG*, III, 186-195 e notas de Rodolfo Garcia; Múrias, *Portugal Imperio*, 191.

2. Cf. Requerimento que Acuña apresentou a Felipe IV, de Espanha, *Rev. do Inst. Bras. 28*, 1ª. P., 257ss. O P. André de Artieda fêz a profissão solene em S. Luiz do Maranhão, no dia 25 de Março de 1640, em mãos do P. Benedito Amodei (*Lus. 6*, f. 13), e nesse mesmo mês partiram ambos para Espanha. Pedro Teixeira, datado do Pará, 3 de Março de 1640, passou um certificado de grande louvor ao P. Acuña, «a que se debe dar crédito, mejor que a otro alguno de los que fueron en la dicha jornada». Na nomeação, em Quito, dêstes dois Padres se enumeram as suas qualidades: «En primer lugar al P. Cristóbal de Acuña, Rector de la casa de la ciudad de Cuenca y primer fundador de ella, persona de las partes de religión, letras, púlpito, prudencia y las demás que son notorias y pide semejante empresa, por haber corrido casi todas las provincias del Perú, Quito y Lima, Chile, Tucumán, Paraguay con todas las costas del Brasil, Río de la Plata y del Pará. Y que en segundo lugar nombra el dicho P. Viceprovincial para compañero del dicho P. Cristóbal de Acuña, al P. Andrés de Artieda, Maestro actual de Teologia en estos estudios de Quito, persona de las partes y letras, púlpito y religión que es notorio, práctico en las provincias del Nuevo Reino de Granada y Quito, y que a falta del dicho P. Cristóbal de Acuña puede suplir para los mismos efectos» (Documento de Arch. S. I. Romanum, citado por José Jouanen, *Historia de la Compañía de Jesús en la antigua Provincia de Quito*, I (Quito 1941) 350-351).

É novidade que o P. Acuña tivesse estado antes nas costas do Brasil e do Pará. Nas do Brasil compreende-se bem, no sul, visto ter estado no Rio da Prata. Nas do Pará, não constando tal facto nos documentos portugueses, deve entender-se que seria nas costas do norte, correspondentes às da Venezuela, que se consideravam prolongamento das do Pará, como se infere da carta do P. Manuel Gomes, *Apêndice B*.

organizaram os Jesuítas a primeira e grande expedição de Luiz Figueira, naufragada na Ilha do Sol, e depois a de Vieira, e iam entrando e avassalando o Amazonas até ao Rio Negro, quando o Motim de 1661 impediu o trabalho de penetração e ocupação missionária, pacífica e estável. Somente nove anos depois, acabados os ecos do motim e reconstituída a missão, puderam subir o Solimões os primeiros Jesuítas idos do Pará, Manuel Pires, que encontramos sempre nestas expedições iniciais, e João Maria Gorzoni, ambos numa tropa de resgates, enviada pela Câmara do Maranhão em 1670[1].

Nêste meio tempo os Padres de Quito e do Peru, descendo ao Rio Marañón e ao Solimões, tomaram contacto com os *Omáguas* em 1645, missão que adquiriu, no tempo do P. Samuel Fritz, notável desenvolvimento até às proximidades do Rio Negro[2]. Nessa região fundaram pois os Jesuítas hespanhois várias Aldeias, e se Castela não tirou delas todo o fruto que esperava, elas sem dúvida asseguraram-lhe a posse dos territórios entre o Javari e Iquitos.

A questão é longa e vasta. Não nos compete porém fazer a história dessas missões, senão nas suas relações com as portuguesas, primeiro com o P. Fritz, depois com o P. Sanna, e finalmente com o estabelecimento da missão portuguesa da Companhia no próprio Javari.

---

1. Ainda lá estavam em 21 de Julho de 1671, *Bras.* 9, 264-264v; Bett., *Crónica*, 272-275; Morais, *História*, 534.

2. «1645. — Baja el P. Cujía por el Marañón y dá con los *Omaguas* tipo de Indios enteramente particulares; hace amistad con ellos y regressa a Borja, de donde era Cura. El P. Cueva funda entre los *Mainas* los pueblecitos de San Luis Gonzaga y de San Ignacio», — José Felix Heredia, *La Antigua Provincia de Quito de la Compañia de Jesús y sus misiones entre infieles — 1566-1767* (Riobamba, Equador 1924) 11. Tudo com mais precisão e desenvolvimento, em Jouanen, *História*, I, 355ss, que utiliza as fontes clássicas do Amazonas espanhol de Manuel Rodríguez, *El Marañón y Amazonas*, L. 2, c. 6; Chantre y Herrera, *Historia de las Misiones de la Compañía de Jesús en el Marañón español* (Madrid 1901) L. 1, c. 16. Os *Omáguas*, que no mapa de Samuel Fritz se estendiam do Napo ao Japurá, são os *Cambebas*, das relações e documentos portugueses. Von Spix usa êste último nome. Juan de Velasco, (*Historia del Reino de Quito en la América Meridional* (Quito 1841-1844) chama aos Cambebas, os Fenícios do rio, pela sua habilidade na navegação. Cf. Markhan, *Expeditions*, 175-176) e nota de Garcia em *HG*, III, 191.

Samuel Fritz, missionário do Marañón e Solimões, dá conta ao Vice-Rei do Peru do estado da sua missão, do que tinha feito até 1689: «Tengo sujetos al Evangelio de Cristo treinta y ocho Aldeas de la provincia de Omaguas, la reducción de Nuestra Senora de las Nieves de la nación *Yurimagua* y dos Aldeas de la nación *Aizuruare*. En las ocho primeras reducciones de *Omaguas* he bautizado los pequenos y adultos; en las demás sólo los inocentes»[1].

No principio daquele ano de 1689 o P. Samuel Fritz caiu doente (hidropisia). E coincidindo com a enchente do rio, o missionário em vez de subir resolveu baixar o Solimões, em busca dos Portugueses, para mais rápida cura, e ao mesmo tempo ver se impedia que as suas missões fôssem atacadas por êles, advogando os direitos com que ali estava por parte de Espanha[2].

Na Aldeia do Urubu encontrou-se com o P. João Maria Gorzoni e o Cabo da tropa André Pinheiro. Não sendo fácil a cura, Gorzoni cedeu-lhe o irmão coadjutor, que levava consigo, e o Cabo deu-lhe um soldado, para o acompanhar, e uma canoa com que se dirigiu ao Pará[3].

2. — Tinha saido o P. Fritz em fins de Janeiro de 1689 da *Aldeia de S. Joaquim dos Omáguas* e chegou ao Pará a 11 de Setembro, «mais

---

1. *Noticias auténticas del famoso Rio Marañón y Misión apostólica de la Provincia de Quito en los dilatados bosques de dicho Rio* (Madrid 1889) 455. Cf. Astrain, *Historia*, VI, 620; Sommervogel, *Bibliothèque*, IX, 377. Destas Aldeias jesuíticas, em actual território do Brasil, os historiadores amazonenses fazem proceder, originariamente, algumas das suas actuais povoações: Olivença (*S. Paulo dos Cambebas*), Castro de Avelãs (Maturá), Tefé... Cf. Silva Araujo, *Dicionário*, 171-172, 200-201, 342. — Isto não exclue mudanças subsequentes, nem subsequentes actividades missionárias dos Carmelitas.

2. Levavam-no os Índios *Cuchivaras*, do Rio dos Cuchivaras, Cuchiguaras, de Acuña, o actual Purus (Porto Seguro, *HG*, III, 191), e que Markhan assinala com êstes nomes: «Rio Amaru-mayu, Madre de Dios, Purus, or Cuchiguara», Markhan, *Expeditions*, no mapa do vale. João Daniel escreve que até ao seu tempo, no Rio Purus, não havia estado ainda missão nenhuma, de nenhuma Religião (*Tesouro Descoberto*, 2ª. P., 130); mas êle próprio dá alguma notícia dos índios Purus (ib., *Rev. do Inst. Bras*,, III, 165).

3. Mais uma vez não tem razão Varnhagen, quando diz que Fritz passara ao Alto Amazonas, «a pretexto de mudar de ares»... Porto Seguro, *HG*, III 314. Rodolfo Garcia, nêsse mesmo lugar, rebate a Varnhagen; Cf. também Jouanen, *Historia*, I, 495.

morto do que vivo». Logo se manifestou decidido partidário dos direitos de Castela às terras do Solimões e Baixo-Amazonas. Impugnou a cédula da Real Audiência de Quito, de 1639, que reconhecia a Portugal o direito à Aldeia do Oiro, e impugnou-a com o fundamento de que não fora ratificada pela Coroa de Castela, por ter sobrevindo a Restauração de Portugal[1].

Quando Samuel Fritz chegou ao Pará, o reitor do Colégio era João Carlos Orlandini, e Superior da Missão Jódoco Peres. Orlandini tratou Fritz com exímia caridade, mas o Governador Artur Sá de Meneses convocou a Junta das Missões e determinou-se nela que o missionário, mesmo depois de restabelecido, não pudesse voltar ao Solimões, antes de ser consultado El-Rei de Portugal[2]. O Governador comunicou a resolução ao P. Jódoco Peres, que se comprometeu por escrito, a que assim o faria. Dera-se entretanto a mudança do govêrno da Missão, e o P. Bettendorff, seu sucessor, assumiu a mesma responsabilidade.

Coincidiu a descida do P. Fritz com o movimento de expansão missionária no interior da Amazónia. Já estava avisado para ir para as missões do *Rio Negro e Madeira até o Napo* o P. Aloísio Conrado Pfeil, que sempre se mostrou contrário aos Padres do Brasil (Portu-

---

1. Da sua viagem, debates no Pará, e volta à Missão, redigiu Fritz o seu famoso *Diário:* «Diario de la Bajada del Padre Samuel Fritz, Misionero de la Corona de Castilla en el Rio Marañón, desde S. Joaquin de Omaguas, hasta la Ciudad del Gran Pará por el año de 1689, y buelta del mismo Padre desde dicha Ciudad, hasta el pueblo de La Laguna, cabeza de las Misiones de Maynas, por el año de 1691». Deste *Diário há várias cópias* uma das quais na Bibl. de Évora, cód. CXV/2-15, letra do P. Bento da Fonseca (cf. Rivara, *Catálogo*, I, 27), junto com outros escritos do P. Fritz, de que Sommervogel dá notícia pormenorizada, primeiro como *ms.* (tomo III, col. 1003) e depois como impressos (tomo IX, col. 377), nas *Noticias Auténticas* publicadas por Marcos Jiménez de La Espada, em Madrid, no *Boletín de la Sociedad Geográfica*, tomos 26-33 (1889-1892) e, também em separado. Astrain faz as citações pelo volume autónomo *Noticias auténticas del famoso Rio Marañón* (Madrid 1889). Rodolfo Garcia, que teve «vaga informação» dêle, faz as citações pelo *Boletin*. Garcia traduziu o *Diário do P. Samuel Fritz* e inseriu-o na *Rev. do Instituto Histórico, 81* (1917) 353-397, antepondo-lhe uma erudita introdução e enriquecendo-a de notas, objectivas e seguras, como é seu estilo. Aqui as completaremos com algumas fontes inéditas (P. Pfeil) ou novas (Astrain), que o ilustre historiador não teve ao seu alcance. Pelo seu *Diário* na *Rev. do Inst. Bras.*, fazemos as citações.

2. *Diário*, 385; Bett., *Crónica*, 416-417, 468.

gueses e Brasileiros) e se achava menos bem disposto para ir, e até se inclinava à opinião do P. Fritz. Considerava-se vítima do ódio contra os estrangeiros, e faz do caso de Fritz um episódio dêsse movimento. Refere-se desagradavelmente a todos: aos dois Governadores e aos dois Superiores da Missão, aliás ambos estrangeiros como êle, mas, que se tinham integrado no ambiente local e nos interesses da Coroa Portuguesa em cujas missões trabalhavam[1].

---

1. «Pro appendice puncti, quod de Exterorum Nostrorum extirpatione tractanda operam pretium erit subjungere casum, hoc in Paraense Collegio, praesentem et memorabilem. P. Samuel Fritz Bohemus, Missionarius Provinciae Novi Regni, Professus 4 Votorum, ex populis suis Cambebis (qui ad Coronam Hispanicam absque ullo dubio vi *Ductae* illius celebris *Lineae* spectant) a vicina Lusitanorum in mancipia intentorum Tropâ opem extremae aegritudinis poscens, ab iisdem (bene aut male illi faciendi studio ?) ad hoc Collegium per flumen Amazonium deduci permissus est. Nondum urbem omnino tenuerat, mox contra Virum Bonum mussitare Arthurus Gubernator, quin et contra ius gentium et fas omne redire sanitati restitutum, imo nunquam auditum; neque dicto vel facto Regi vel legi noxium ad Cambebarum missionem prohibuit, utpote quod esset Lusitani iuris: ac super haec pro exploratore a paucis primo habitus est P. Samuel, ac dubitari caeptum verene e nostra Societate esset ? Eoque nomine apud Patrem Superiorem P. Jodocum Peres institit ut hominem detineret, donec Regem, quem de irrumpente Extero certiorem fecerat Arthurus quid cum illo fieri vellet rescriberet. Ad quod Gubernatoris consilium ac voluntatem Perezius fidelem sane operam suam contulit proprio motu, nullaque praehabita cum Consultoribus ut solet negotii discussione, metu ac potestate Arthuri deterritus affectate potius Regis partes modo quam solide ac prudenter Societatis nomen defendit, adeo ut et chirographo suo sponderet permissurum se haud esse ut Pater ad suos an nostros Cambebas ? revertatur. Gravem errorem a Perezio comissum esse dicimus omnes; clareque damnat et fatetur successor P. Bettendorffius: veluti et Albuquerquius, Arthurum, creatus iam Provinciae Praeses, inurbane severitatis arguit. Monui pro officio graviter principio Perezium Bettendorffiumque hodie, ne Praeposito Generali magnae cujusdam offensae quin et Catholico Regi materiem praeberent. Immo neque ad mutandum animum mollis Albuquerquio fuit; ne Reges inter amicitia minueretur. Sed effectum nihil. Regem suum Praeses potiorem quam caetera omnia habuit, extrahens politice negotium: et nostri vilificantur. Igitur tandem instinctu meo arietem admoturus ultimum, P. Samuel factâ quidem a diu renitente Bettendorffio potestate, decentissimo libello adductisque libere de impedito Catholico Rege, Christique S. Evangelio in Lusitaniam saltem proximo quatriduo hinc eo solutura navi, ad Regem mitti petiit, ut ei det rationem seque suis restituat insuper Albuquerquium ursit, ut distinctissimo calamo animi sui sententiam explicare ne gravaretur. In arcto est Superior: nec Albuquerquius respondet. Puto prohibendum P. Samuelem frui iure suo, neque navigare in Europam etiam permittendum. Primus Martii dies navigationi praestitutus

Pfeil, desconfiado e descontentadiço por temperamento, era matemático e geógrafo de valor e já tinha desenhado um magnífico mapa dos limites com a Guiana Francesa. Achava que a França não tinha direito às suas pretensões. Quanto a Castela não ia também plenamente de acôrdo com Fritz, que ignorando as realidades da ocupação, ainda fazia cair a Linha de Tordesilhas «pelo Rio Vicente Pinzón». Para Pfeil o meridiano passava, diz êle, «pouco mais ou menos, pela bôca do Rio Tapajós». Em todo o caso, convidado a levantar também o mapa dêsses limites, escusou-se, alegando doença, acrescentando porém àquela sua opinião que «talvez El-Rei de Portugal tivesse outros direitos»... [1].

Nesta frase se encerra, a-final, a questão. Menos se atendeu nela praticamente, a direitos teóricos, do que ao *uti possidetis iuris*, que foi o que veio a prevalecer em tôda a Amazónia, ontem como hoje, até ao Acre...

Provou-se mais uma vez que a Geografia e a ocupação são fontes de direito. Dando um salto ao futuro, concluída a querela com a América Portuguesa, continuou a pendência dentro da própria América Espanhola, nos países em que se repartiu nestas paragens. A ocupação efectiva peruana, facilitada pelo acesso e navegabilidade dos rios, prevaleceu contra o direito real da Audiência de Quito, hoje República do Equador, isolada pelos Andes, que dificultavam a comunicação mercantil e a saída dos produtos amazónicos nos rios que a banhavam. Até o Napo, de tantas tradições equatorianas, pertence hoje em grande parte ao Peru. Fritz trabalhava pois por uma causa

---

evolvet secreta. Ego vero cogor maturius obligare epistolam revehendus Mortigurensem in Residentiam ubi morabor, donec post menses aliquot ad extremi *Fluminis Nigri*, quod cum *Madeira* et *Urubu* fluviis usque ad fluvium *Napo* suum faciunt (at sane perperam ut credo) Lusitani, limitibus recens inchoandam missionem Residentiamque prout Rex jussit mittar; ita enim Superior Bettendorffius mihi insinuat exoptatque. Isthic vero facillime obviabo Hispanis vicinis, P. Samuelis raptu, ut sic dicam, haud dubie exasperatis; et fortassis cum talionis periculo, raptuque meo. Quid vero dato hujusmodi casu, partiumque et iurium conflictu agere me Admodum Reverenda Paternitas Vestra vellet? — interrogo. An resistere Hispanis vicinis a me et meis? An ad eos pro cavendo summo malo pacifice transire ac permanere deinde omnino cum ejus Provinciae Societatis Patribus? Servatis scilicet servandis fideque et cultu quem Utrique Regi Societas nostra debet?» — Carta do P. Aloisio Conrado Pfeil, ao P. Geral Tirso González, do Colégio de S. Alexandre, Pará, 27 de Fevereiro de 1691, *Bras.* 9, 365v-366.

2. *Bras.* 3 (2), 330-330v.

perdida de ante-mão. Não era porém então assim clara, como hoje, a predeterminação geográfica das nações, nem se tratava ainda senão de domínios de nações metropolitanas. E enquanto demorava a resposta de Lisboa, Fritz, apartado da missão, ansiava voltar a ela, ou subindo de-novo o Amazonas, ou indo a Lisboa, para de ali passar a Cartagena das Índias. Bettendorff, pelo compromisso assumido, e porque tomara a favor de Portugal a posição que Fritz tomara por Espanha (cada qual, lealmente, a favor das Côroas, em cujas terras missionavam) tratando-o com afecto, mas com firmeza, não consentiu nem uma coisa nem outra, até à resposta definitiva de El-Rei [1].

A resposta enfim chegou: que o Padre, aviado de todo o necessário e tratado com cortesia, pudesse voltar à Missão. Ordenava El-Rei que o Governador, já António de Albuquerque, lhe desse escolta, de que foi Cabo António de Miranda e na qual iria, como soldado, o futuro explorador do Madeira e introdutor do Café no Brasil, Francisco Palheta.

A expedição saiu do Pará, a 8 de Julho de 1691. Ao chegar aos limites da sua missão, Fritz convidou os Portugueses a voltarem. Todavia o Cabo Miranda insistiu em ir até os *Omáguas*. E com efeito só dali voltou, não sem intimar antes o P. Fritz a que se «retirasse daquelas Províncias por pertencerem à Coroa de Portugal» [2].

Fritz procurou mover no Peru, as autoridades responsáveis a que o ajudassem, e tratassem de ocupar eficazmente aquelas regiões. Não encontrou eco. Responderam-lhe, em suma, que terra havia muita na América, e que aquela não dava rendimento, nem era muito cómodo meterem-se com Portugueses...

---

1. *Diário*, 385; Bett., *Crónica*, 534-535. Fritz não faz nenhuma referência aos dois Superiores da Missão, que teve no Pará, durante a sua estada ali, Jódoco Peres e Bettendorff. A razão está na opinião dêstes Padres, missionários de Portugal, diferente da do missionário de Castela; e um dêles, Bettendorff, expressa claramente a sua opinião, tratando da Jornada de Pedro Teixeira em 1639 e do assento que êste fez à volta, nos Livros da Câmara, «da posse tomada e da demarcação feita por Provisão Real, de Quito, da Aldeia do Oiro, para a Coroa de Portugal» (Bett., *Crónica*, 54, 60).

2. Isto diz Fritz no seu *Diário* (p. 393). Nos seus *Apuntes acerca de la linea de la demarcación entre las Conquistas de Espana y Portugal en el Rio Marañón o Amazonas*, acrescenta que o Cabo António de Miranda, estendia até ao Rio Napo os direitos Portugueses. Estes *Apuntes* estão incluidos nas *Noticias Autênticas* (460-3). Cf. Astrain, *História*, VI, 624-625.

Desta descida de Samuel Fritz ao Pará, não resultou proveito nenhum positivo para a Coroa de Espanha nem para as Missões. Mas, além da ocasião, dada ao Governador do Estado do Maranhão e Pará, para afirmar a soberania portuguesa naqueles confins, ficaram dois documentos, de Fritz, o *Diário* da sua viagem, utilíssimo e concreto, e, depois, o *Mapa do Grande Rio Maranhão ou Amazonas*, que lhe deu maior nomeada, monumento precioso da Cartografia americana, de interesse directo, ambos, para a história do Brasil.

3. — Não terminou aquí a pendência. Quando o Cabo Miranda intimou o P. Fritz, respondeu-lhe êste que, sem querer decidir por si a questão, continuaria as missões religiosas. Por 1696 apareceu nas proximidades do Rio Negro. Vinha acompanhado de Castelhanos. Assim como os Portugueses desciam índios para o Pará, tratavam êles de os fazer subir para às terras da América Espanhola. Fritz encontrou-se com os Portugueses e tornou a ser notificado de que aquelas terras eram da Côroa de Portugal. Os Padres Carmelitas tiveram nêste facto intervenção directa, que El-Rei lhes mandou agradecer [1].

Começou então a propalar-se que os índios não queriam os Castelhanos e pediam missionários portugueses [2]; e El-Rei ordenou ao Governador que se o P. Fritz tornasse a ser encontrado no Solimões o trouxessem ao Pará e remetessem ao Reino [3].

Entretanto, os Religiosos Carmelitas portugueses iam-se estabelecendo no Solimões, enquanto Fritz com os seus companheiros,

---

1. Jouanen refere dois ataques dos Portugueses a *Omáguas*, um a 7 de Setembro de 1695, outro por Fevereiro de 1696, e que de nenhuma das vezes os Portugueses se encontraram pessoalmente com o P. Fritz. «Por Febrero de 1696, los *Yurimaguas* dieron nuevo aviso al P. Fritz de que los portugueses habían subido hasta sus tierras para recoger cacao y también cautivos para llevárselos prisioneros. Bajó immediatamente el P. Fritz a defender a sus súbditos, pero lo mismo que la otra vez los portugueses se habían ya retirado, por no encontrarse con el misionero» (Jouanen, *Historia*, I, 500).

2. Bett., *Crónica*, 619, 673; Carta Régia do Provincial de Nª. Sª. do Carmo, Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, 219. O pedido de missionários portugueses pelos Índios é contado de diversa forma pelo P. Fritz, facto que Rodolfo Garcia examina (p. 365).

3. Carta Régia, de 10 de Dezembro de 1697, Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, 216v.

entre os quais o P. João Baptista Sanna, continuavam irredutíveis nas suas pretensões, nessas paragens de fronteiras indecisas.

As coisas iam-se predispondo para um conflito. Veio dar-lhe ambiente a Guerra da Sucessão de Espanha. Dos campos peninsulares chegaram também àquêles sertões os seus reflexos. Entre o P. Fritz e o P. Molowetz, boémio e missionário português dos *Tupinambaranas*, havia correspondência em 1708, procurando o P. Fritz interessá-lo na sua causa. Mas o missionário de Portugal respondeu ao missionário de Espanha o que o Governador dizia: «Se essas missões são do rei Carlos III, tudo se ha-de compor; mas se pertencem ao Gabacho (Filipe V) nêsse caso o que temos a fazer é alargar quanto possível as nossas terras»...

Já antes disto, a 10 de Dezembro de 1707, se tinha apresentado na *Aldeia de Santa Maria dos Omáguas* uma pequena tropa de Portugueses. Era missionário João Baptista Sanna. O capitão português uma vez mais lhe fêz a notificação de sempre. Acompanhava a expedição Fr. António de Andrade, carmelita (não sacerdote, mas corista), que ia em busca de índios fugidos das suas missões. Estiveram em paz na Aldeia espanhola 8 dias, findos os quais arremeteram aos neófitos, cativando mais da metade; no outro dia soltaram-nos, excepto 12 famílias que os Portugueses conservaram, «por indicações de Fr. António». E assim desceram o Solimões com cêrca de cem índios cristãos, pensando os que ficaram, em fugir para lhes não suceder outro tanto.

Não seguiremos tôdas as reacções que se produziriam da parte de Espanha. Vamos direito aos factos, com a intervenção portuguesa. Em 1709 o capitão Inácio Correia, apresentou-se de novo nos *Omáguas*, à frente de uma exígua tropa. O Capitão convidou, em nome do Governador, ao P. Sanna a que se afastasse daquelas Aldeias, sob pena de o conduzir prêso até o Pará e daí a Lisboa. Protestou o Padre dando as costumadas razões. Todavia, retirou-se com as alfaias da igreja de S. Paulo, que ficou transformada em «cozinha, casa de jogo e rancho» dos soldados. E tratou de comunicar o sucedido a Quito, pedindo auxílio. De lá enviaram uma expedição que encontrou a 7 de Agôsto, numa Aldeia, o Capitão Inácio Correia, acompanhado de quatro soldados brancos e um negro. Prendeu-os a todos seis e levou-os consigo. Nada mais fêz. Nem seguiu ou tomou alguma Aldeia dos Portugueses, nem construiu fortaleza, nem deixou guarnição. Em compensação os Espanhois cativaram os Índios que

puderam: «Lo pior de todo fué que también robaron algunas mujeres a los indios cristianos, con lo cual dieron a éstos ocasión de decir, que los Espanoles eran tan malos como los Portugueses. Según el P. Maroni, esta expedición custó al erario 14.000 pesos»[1].

Não se fêz esperar a represália. O Governador, Cristóvão da Costa Freire, preparou uma expedição de 21 canoas, 130 soldados e 300 índios. José Antunes da Fonseca, seu comandante, destruiu as Aldeias e aprisionou 15 espanhois, os que achou. Entre êles estava o P. Sanna. As ordens agora eram mais apertadas. O missionário passou a Lisboa e não o deixando a côrte voltar às missões da América, nem convindo ao P. Sanna passar a Castela, alcançou licença de ir continuar a sua actividade apostólica entre as missões da Assistência de Portugal no Oriente[2].

A côrte de Lisboa aprovou a acção do Governador contra as Missões do Solimões, mas foi-lhe dizendo que não convinha levar a guerra a tão grandes distâncias, distraindo fôrças talvez necessárias para a defesa das fortalezas da costa e marinha, chave do resto[3]. A Côrte era prudente. Basta ver a data, 1710, e lembrar os Franceses e o Rio de Janeiro...

Quanto às Aldeias destruídas do Solimões, El-Rei ordenou que se estabelecessem logo outras e nelas se colocassem missionários. E que fôssem da Companhia de Jesus, pois da Companhia eram os que ali estavam por parte da Espanha. Não sendo possível, que fôssem do Carmo[4].

---

1. Archivo de Indias, 77-3-18. *Informe del P. Pablo Maroni al Presidente de la Audiencia de Quito*, 15 de Junho de 1731, cit. por Astrain, *Historia*, VII, 412.

2. Rodolfo Garcia, *Diário*, p. 36[?], em Porto Seguro, *HG*, III, 381. Emundson dá a entender que Sanna fôra ao Pará, menos como prisioneiro do que para falar com o Governador sôbre as violências cometidas nas suas missões (George Emundson, *Journal of the Travels an Labours of Father Samuel Fritz in the River of the Amazons between 1686 and 1723* (Londres 1922) 127. Mas é certo que já desde 1708 havia ordem para, se fôsse encontrado em terras de Portugal ou que êste contestasse, se conduzisse ao Pará e dali ao Reino. «Carta Régia ao Governador do Maranhão, de 20 de Março de 1708, para que mande vir para o Pará o P. Samuel Fritz Missionário Castelhano, e do Pará, para êste Reino, e também o P. João Baptista Sanna, que o dito P. Samuel mandára em seu lugar, em caso que sejam achadas dentro das demarcações daquele Estado», Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 382v; cf. *Ib*, f. 460-466.

3. Carta Régia de 13 de Agôsto de 1710, *Anais do Pará*, I, 133.

4. Carta Régia de 13 de Junho de 1711, *Anais do Pará*, I, 135.

A Companhia, no Pará e Maranhão, não tinha porém missionários para assumir essa emprêsa. Continuaram pois os do Carmo, que assim do Rio Negro se foram estendendo por essas bandas, numa actividade apostólica digna do maior louvor[1].

Samuel Fritz faleceu entre os índios da sua missão, a 20 de Março de 1725[2]. Astrain descrevendo a actividade e ida ao Pará do grande missionário intitula êsse parágrafo *Fadigas apostólico-políticas*. Há efectivamente, muito zêlo político na sua actividade missionária, encarnando em si próprio tôdas as revindicações espanholas nessa zona geográfica da Audiência de Quito. Convencido da sua razão, apresentou-a sempre lealmente. E deixou herdeiros das suas convicções. É notável a pertinácia com que os demais missionários repetem os seus argumentos, colocando os limites da Audiência às portas do Pará. Para êles a Bula de Alexandre VI e o Meridiano de Tordesilhas estavam em pleno vigor, como se não tivesse existido a questão das Molucas nem outros factos e tratados posteriores. Ainda em 1737 o assunto voltou a agitar-se. E com a particularidade de que os missionários espanhois, à falta de auxílio eficaz de Quito, procuraram-no com os próprios meios. O Visitador André de Zárate, entre outras medidas, que ordenou, foi que os « Índios fizessem cada 15 dias exercício militar com as armas que usa cada nação para que de êste modo estejam exercitados e destros em resistir e defender-se

---

1. Cf. «Carta Régia de 15 de Junho de 1706 ao Provincial do Carmo do Maranhão Fr. Vitoriano Pimentel, agradecendo-lhe o bem que se houve na diligência, que fêz ao sertão, a impedir ao Padre Samuel Fritz as descidas, que fazia pelo Rio das Amazonas abaixo; e como praticou e sossegou todo aquêle gentio», — Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 345. A atitude de Fr. António de Andrade não mereceu aprovação da côrte: «Provisão de 5 de Outubro de 1716 ao Governador do Maranhão avisando-o de que ao Provincial do Carmo se manda apartar da Missão dos *Solimões* e *Cambebas* ao Padre Fr. António de Andrade, e provêr outro em seu logar. E pede-se ao Governador uma relação do Rio das Amazonas, e das distâncias em que ficam as Missões assim da Cidade de Belém do Grão-Pará como de Quito; e que declare se há alguma demarcação feita natural ou ajustada por posse ou facto, por donde se separem os domínios da nossa parte e da de Castella», — Bibl. de Évora, cód. CXV/2-18, f. 541. Fr. António de Andrade foi morto pelos índios *Jumás*, no Lago Capucá. Fr. André Prat fala dêle duas vezes, como de dois religiosos diferentes (ns. 49 e 113), e põe a morte em datas também diferentes, 1720 e 1723 (*Notas históricas sobre as Missões Carmelitanas no Extremo Norte do Brasil* (Recife 1941) 252, 291.

2. *Elenchus impressus pro 1727*, Astrain, *História*, VII, 414.

nas entradas e invasões dos Portugueses»[1]. Ao mesmo tempo, repetiam-se os argumentos históricos da posse dessas terras dum lado e doutro. Do lado português, respondeu-lhes o governador João de Abreu Castelo-Branco, em estilo meio irónico, meio descortês, em todo o caso firme. Reúne todos os argumentos a favor de Portugal, entre os quais o que lhe parece ter maior fôrça, que é o Tratado de Paz, de 13 de Fevereiro de 1668, em que a Espanha cede a Portugal tudo o que êste possuía em 1640. Como a viagem de Pedro Teixeira fôra anterior a 1640, as demarcações entre a Audiência de Quito e o Govêrno do Estado do Maranhão e Grão-Pará, eram a suprema lei...[2].

O argumento era razoável. A dificuldade consistia em saber onde ficava exactamente o local da demarcação, a famosa *Aldeia do Oiro*, de que aos 16 de Agôsto de 1639 tomou posse Pedro Teixeira para Portugal. Assim como os Castelhanos pendiam para a foz do Amazonas, os Portugueses, pendiam para as suas nascentes. E quando menos se precataram, a *Aldeia do Oiro*, recuando de posição em posição, apareceu, nada menos que no Rio Napo...

Afinal, depois de intermináveis debates, preliminares e tratados, a fronteira fixou-se definitivamente, num argumento *de-facto*, e foi a posse efectiva, que ia ser ainda uma Aldeia de Jesuítas, mas desta vez, de Portugal[3].

---

1. Astrain, *Historia*, VII, 425.

2. Carta de João de Abreu Castelo-Branco ao Provincial da Companhia de Jesus de Quito, Pará, 18 de Novembro de 1737, Bibl. de Évora, cód. CV/1-3, f. 119; na *Rev. do Inst. Bras.*, tomo 67, 1ª. P., (1906) 335. «Do auto da posse que se tomou entre Portugal e os Dominios de Castela por Pedro Teixeira, Capitão-mor, por sua Majestade, das entradas e descobrimento de Quito e Rio das Amazonas» (*Ib*, 331-332); Berredo, *Annais*, 283-285. Diz-se aqui que o auto foi lavrado a *16* de Agôsto de 1639, «de fronte das bocainas do Rio do Oiro». Num traslado existente no AHC (cf. *Índice de Documentos*, nos *Anais da BNR.*, LXI (1940) 166, nº 241) lê-se «*Evajaris*, defronte das bocainas do Rio do Oiro, 26 de Agôsto de 1639». Não reparamos no lapso do *dia*, mas no local *Evajaris*, que não existe no primeiro, e faz lembrar o *Javari*, ou os Índios *Jívaros*, habitantes realmente do Rio Napo, por alturas do Rio Aguarico, invocado, por alguns, como local da *Aldeia do Oiro*. Documento magnífico se se provasse a sua autenticidade.

3. Sôbre a localização da *Aldeia do Oiro*, cf. discussão, em Morais, *História*, 540; Bettendorff colocava-a na bôca do Rio Japurá; a política da dilatação de território, diz Lúcio de Azevedo, foi achar, 90 anos depois de Pedro Teixeira, o padrão de madeira, intacto, nas margens do Napo... Cf. Lúcio de Azevedo, *História de A. V.*, I, 327-328.

4. — Na divisão das Aldeias de 1693 tôda a margem direita do Solimões coube à Companhia. Não lhe foi possível estabelecer-se nela, porque o seu campo de actividade revelou-se grande demais para os poucos missionários de que dispunha. Em 1690 não passavam de 54 para todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará, e com os encargos dos Colégios de S. Luiz e Belém. A margem esquerda atribuiu-se aos Padres Carmelitas; mas êstes também se estabeleceram na direita, com o aprazimento, aliás, dos Padres da Companhia[1]. Em 1747 veio ordem expressa de El-Rei para que a Companhia se estabelecesse no Solimões. O Governador, em contemplação dos Padres do Carmo, não executou a ordem régia. El-Rei insiste (1751) na execução dela, e ordena que os Jesuítas fundem duas missões uma no Rio Japurá e outra no Javari.

A ordem régia vinha nas *Instruções Secretas*, e nelas se encontravam também as condições com que se haviam de fundar, uma das quais, a jurisdição temporal, se reservava ao Governador[2]. Êste porém, sem mencionar a cláusula, a 8 de Novembro de 1751, comunica oficialmente ao Vice-Provincial, que promova com urgência a fundação dessas duas Aldeias, uma no Rio Solimões, entre a Aldeia de S. Pedro, da administração dos Carmelitas, e a bôca oriental do Rio Javari; outra na bôca mais ocidental do Rio Japurá, junto às primeiras cachoeiras, «onde entenderem que são mais úteis à conversão dos gentios e aos Domínios de Sua Majestade»[3]. Uma semana depois responde o Vice-Provincial, José Lopes, que a Aldeia do Javari se fará logo, e que irá o P. Manuel dos Santos com um companheiro; quanto à do Japurá, levam os Padres a incumbência de estudar o melhor local e condições de salubridade para se estabelecer na primeira ocasião[4].

1. Morais, *História*, 534.
2. *Instruções secretas*, 422.
3. *Arquivo Público do Pará*, códice 1096.
4. *Arq. P. do Pará*, códices 1096 e 588. Os Padres da Companhia, pelos acontecimentos adversos, que sobrevieram em breve, não chegaram a estabelecer se no Japurá. Tinham ido lá diversos Padres, e encontram-se vestígios disso nos seus *necrológios*. No do P. Lucas Xavier se diz que estêve no Japurá por volta de 1731 numa tropa de resgates, *Livro dos Óbitos*, p. 28v; cf. *Anais do Pará*, VI (1907) 133-137; e no do P. Heckel, falecido em 1741, se lê que, do Xingu «passou ao Rio Japurá, rio muito trabalhoso pela distância, e por doentio muito perigoso, unicamente afim de descer dêsses matos Índios para o grémio da Igreja», *Livro dos Óbitos*, 28v.

Surgiu logo, naturalmente, o assunto da jurisdição, que, conforme ao *Regimento das Missões*, ficava aos Missionários. Se Mendonça Furtado fôsse homem leal diria ao Vice-Provincial que, apesar de ser essa a lei, El-Rei, por se tratar de fronteiras, a derrogava desta vez, cometendo ao Governador essa função. Calou-se. Disse simplesmente que jurisdição ficaria para si. Respondeu o Vice-Provincial que sendo contra a lei, não poderia assumir tal encargo, «sem expressa ordem de S. Majestade derrogatória das leis reais do mesmo Senhor nêste Estado»[1]. Com essa lei particular derrogatoria das leis gerais, no bolso, prevaleceu-se logo Mendonça Furtado para responder que cumpria ordens, e como «nos seus domínios, tem Sua Majestade um poder real e absoluto, não vem de nada a servir o *Regimento das Missões* para o caso presente». E que o Vice-Provincial dissesse se aceitava ou não, e, nêste caso, quais as razões «para se opôr à execução desta Real ordem»[2]. Quer dizer: os Jesuítas se aceitassem posições contra a lei geral, seriam acusados de desobedientes; havendo uma lei particular que derrogava a lei geral, mas que se lhes ocultava, diante da sua estranheza e recusa, não se lhes pregunta porque não aceitam aquilo a que não estão obrigados, mas porque se «opoem» às ordens de Sua Majestade... A lisura de procedimentos não era realmente o forte de Mendonça Furtado. O Vice-Provincial respondeu simplesmente, com a resposta do bom senso: que, se o Governador lhe tivesse dito que essa fundação era contra as ordens de El-Rei por ordem do mesmo Rei, a teria logo executado, «porque, a Companhia em tôdas as partes, com muita especialidade nêste Estado, sempre teve por timbre o ser muito pontual em obedecer às reais ordens do seu Soberano»[3].

Subiram os Padres. E êles, Manuel dos Santos e Luiz Gomes, fundaram, como se lhes mandava, a Aldeia do Javari[4]. Deram-se por agravados os Padres Carmelitas. Recorreram a El-Rei, pelo Conselho Ultramarino, formulando duas queixas: que aquelas terras eram da sua repartição e que a ordem de 1747, ordenando a fundação

---

1. Carta do P. José Lopes, do Colégio de S. Alexandre, 3 de Janeiro de 1752, *Arq. P. do Pará*, cód. 1096.

2. *Arq. P. do Pará*, cód. 588.

3. Carta do P. José Lopes, do Colégio de Santo Alexandre, 17 de Janeiro de 1752, *Arq. P. do Pará*, cód. 588.

4. Morais, *História*, 542; Caeiro, *De Exilio*, 378.

de tais Aldeias era uma violência e ambição da Companhia. A 3 de Maio de 1753, o secretário de Estado escreve ao Governador, respondendo a ambas as queixas: Quanto à primeira, dá resposta idêntica à que Mendonça Furtado dera ao P. José Lopes: que El-Rei é senhor de «dispôr das terras dos seus domínios como melhor lhe parecer». Quanto à violência da ordem que se expediu no ano de 1747 e à ambição da Companhia: «não tem sombras de verdade, como Vª. Sª. sabe muito bem», diz o secretário de Estado ao Governador. E acrescenta que se El-Rei entregou o encargo de fundar essas duas Aldeias a Padres da Companhia, «de preferência a outros quaisquer», foi «por se entender que êles são os mais capazes para êstes estabelecimentos»[1]. Transcrevemos esta apreciação sem nenhuma espécie de complacência, que sempre achamos odiosas comparações entre Instituições que procuraram servir a Deus o melhor que puderam ou souberam, segundo o espírito de cada qual. Transcrevemo-la por ser histórica e porque convém recordá-la no momento em que na mesma côrte a inimizade pessoal de Sebastião José se empenhava já em produzir a contraditória: A 3 de Março os Jesuítas são mandados retirar da Aldeia do Javari; e que a Aldeia se entregue aos Carmelitas ou a Padres seculares[2].

A *Aldeia de S. Francisco Xavier do Javari*, fundou-se em 1752. Num triénio os Jesuítas construiram casas e preparavam-se para edificar grande igreja. E a Aldeia prosperou tanto que se considerou digna de ser *cidade*, com o nome de S. José, em honra de El-Rei, por ordem de Mendonça Furtado. A Aldeia de S. Francisco Xavier do Javari destinava-se a ser capital da Capitania de S. José do Rio Negro ou Capitania de S. José do Javari (ambas as denominações aparecem). Prevaleceu depois o Rio Negro, e nêle se estabeleceu a sede da Capitania, hoje Estado do Amazonas[3].

---

1. Carta do Secretário de Estado a Mendonça Furtado, 3 de Maio de 1753, *Arq. P. do Pará*, Cód. 665; cf. *Anais do Pará*, III, 116. Por aqui se vê o crédito que merece Baena (*Compendio das Eras*, 245) quando afirma que os Religiosos Carmelitas «tinham sido expelidos pelos Jesuítas com universal escândalo».

2. Carta Régia de 3 de Março de 1755, *Arq. P. do Pará*, cód. 1087; Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 316-317; Artur Reis, *História do Amazonas*, 107-108.

3. Artur Reis, *História do Amazonas*, 106.

Saindo os Jesuítas da Aldeia do Javari, ela entrou no regime do *Directório;* e bastaram outros três anos, para em 1758 não restar mais nada dela, senão as casas que os próprios Padres tinham erguido[1].

Dos remanescentes da Aldeia se fundou algum tempo depois a Aldeia de S. Francisco Xavier de Tabatinga[2]. E com isto se cerrou o ciclo jesuítico do Solimões.

O Solimões é o caso mais caracterizado de *moving frontier*, fronteira móvel, expressão que Turner inventou para explicar a expansão territórial dos Estados Unidos, partindo do Atlântico para Oeste. A longa questão das missões do Rio Solimões está em conexão estreita com os limites e fronteiras do Brasil. Lutas, revindicações de parte a parte, em que tiveram papel saliente os Jesuítas, por parte da Espanha. Parece que se esperava apenas que os Jesuítas da parte de Portugal se fixassem também ali para rematar a secular pendência do Meridiano de Tordesilhas, constituindo-se a Aldeia, que fundaram no Javari, fronteira definitiva do Brasil[3].

1. Caeiro, *De Exilio*, 398-402.

2. Cf. Baena, *Compêndio das Eras*, 272.

3. Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 268. Na verdade, o tratado de Madrid de 1750, colocava já a fronteira no «alveo do Rio Javari» (José Carlos de Macedo Soares, *Fronteiras do Brasil no regime colonial* (Rio 1939) 141). Mas a Aldeia de S. Francisco Xavier do Javari significou a ocupação efectiva e foi passo para a ocupação de tôda a margem esquerda do Solimões, acima da bôca ocidental do Rio Japurá, que nêsse tratado ainda se reservava à Espanha.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Informação do Rio do Maranhão e do grãde Rio Pará
(1618)

Havia muitos annos que se desejava descobrir as terras do Maranhão que he huma região que está nesta costa do Brasil e se estende como 100 legoas da linha equinocçial ate dous graos para a banda do sul.

Debaixo da linha, está o rio, que se chama Pará, e por outro nome rio das Almazonas, o qual tem 60 legoas de boca, ou como agora se diz, cento: com infinidade de ilhas por todo elle asima, cubertas de grandes arvoredos, neste rio Pará fez assento o capitão Francisco Caldeira de Castello Branco.

Dahi a 80 legoas para o sul está outro rio, que chamamos o Maranhão, o qual tambem he grande, e com muitas ilhas em huma das quais, que fica no mar, e pella banda da terra, cerca este rio, tinhão os Franceses suas fortalezas, conservando paz cõ os Indios moradores della, que dizem os frades de S. Francisco que della vierão, serão 3 ou 4 mil almas, repartidas por 4 aldeas na mesma ilha, tem esta ilha de comprido 20 legoas, de largo 7. he farta de peixe, farinha, algodam, e outros frutos da terra, com serem as calmas muito grandes, he muito humeda, e pello conseguinte doentia, aqui morão oje os Portugueses, cõ seu capitão Jeronymo de Albuquerque aqui estiverão tambem sempre os nossos Padres Manuel Gomes, e Diogo Nunes que forão cõ o capitão Alexandre de Moura, e ainda não são vindos.

A descobrir estas regiões, onde se dezia haver muito gentio, foram enviados em Missão no anno de 607 os Padres da Companhia Francisco Pinto e Luis Figueira, chegarão ate o meyo do caminho, aonde os Salvajens matarão ao Padre Francisco Pinto Superior da Missão, pello que o P. Luis Figueira se tornou, e não houve effeito o descobrimento.

No ano de 615 mandou lá o Governador Gaspar de Sousa ao capitão Jeronymo de Albuquerque homem fidalgo natural de Pernambuco, e com elle outros, homens honrados, os quais fazendo no caminho escalas se forão enformãdo do sitio da terra e descobrirão haver lá Franceses e aonde estavão, posto que não sabião a força que tinhão. Chegarão-se a alojar de fronte delles 2 ou 3 legoas da outra banda do rio.

Os Franceses sabendo-o, se vem a elles cõ guerra, deu-se a batalha, em que os nossos matarão todos quantos vierão, mas na fortaleza ficarão ainda 200 soldados Franceses, com os quaes os nossos se não atrevião, por estarem fortificados cõ muita artelharia e os nossos não terem embarcações. Avisousse a el Rey, e ao

Governador Gaspar de Sousa que estava em Pernambuco, o qual aprestou nove naos bem petrechadas, com 400 homens, ou mais, indo por capitão mor Alexandre de Moura, que o fora de Pernambuco, o qual foi ao Maranhão, e pondo-se surto de frente da fortaleza dos inimigos, lhes mandou dizer que despejassem dentro em poucas horas, e se não que se aparelhassem.

Vendo os Franceses esta força, despejaram a fortaleza a partido de os mandarem para França, dandolhes embarcações, e matalotagem.

Feito isto, se tornou Alexandre de Moura, ficando por capitão daquella paragem Jeronymo de Albuquerque com 3 Fortalezas, que logo se fizeram, e desta vez ficarão tambem cõ elle os nossos padres que tinhão ido cõ Alexandre de Moura.

Francisco Caldeira de Castello Branco foi descobrir o Parà, e achandoo despovoado fundou huma fortaleza em que estão cento e sincoenta soldados, a terra he fresca, sadia, mas não se sabe ainda haver muito gentio por os Portugueses, serem poucos e não ousarem a sair, cõ algum tem já comercio. Do Maranhão vão ja os nossos por terra ao Parà que são 80 legoas de jornada, e os Indios moradores daquella costa dão livre passagem, por serem Tupinambás, que são os mesmos que os desta Bahia: mas não se sabe ate agora se são muitos, esta enformação derão os religiosos de S. Francisco que de lá vieram. Dizem não haver almazonas, e que parece ser ficou este nome por haver Índios Tapuyas de cabelo comprido até os giolhos cõ seus arcos e frechas, o ir de Pernambuco para lá he facil, mas o tornar difficultoso, e tanto q̃ he melhor ir a Portugal.

Isto he o que nesta Bahia se pode saber destes dous Rio Maranhão, e Parà, chamado até agora das Almazonas. Os Padres que vieram de Pernambuco não dão novas donde andem os Padres Manuel Gomez e Diogo Nunez. Do Collegio da Bahia 8 de Fevereiro 1618.

PERO RODRIGUES

[*Bras. 8*, 255-255v]

Informação da Ilha de S. Domingos, Venezuela, Maranhão e Pará

(1621)

Não fez Vossa Paternidade mensão na que me escreveo de aver recebido alguma carta de duas vias que os que governão a cidade de S. Domingo escreverão a Vossa Paternidade en que lhe pedião padres de nossa Companhia, nem se recebera alguma das vias que a sua Magestade escreveriño pedindo-lhe licensa para os ditos padres fundarem hum colleglo. eu estando em S. Domingo mandei ao Padre Reitor de Sivilha duas vias para Vossa Paternidade e duas para El-Rei, e lhe escrevi que chegando ambas mandassem huma a V. Paternidade e outra ao Padre Procurador a Madrid para que a guardasse e depoes de vir me disse que asi o tinha feito; importa que Vossa Paternidade lhe responda agradeçendolhe a vontade que mostrarão a Companhia e tão bem ao Dayão que escreveo a Vossa Paternidade, e outra ao L.do João Martines Tenorio desembargador da audiência real de Sua Magestade em agradecimento das charidades que nos fez porque he elle muito amigo da Companhia e por sua virtude e Letras mui amado, e o que elle quer se faz naquellas partes. e estas cartas me ha Vossa Paternidade de mandar para que eu as envie e escreva.

[*Segue-se um pedido particular das Religiosas da Ilha de S. Domingos, transmitido pelo P. Gomes ao Geral, conducente à reforma religiosa da mesma Ilha. E continua*]:

Tocou-me Vossa Paternidade na sua, que poderião os Padres que fossem à conversão do Maranhão ser sujetos a Provincia de Portugal o que me paresse he que Vossa Paternidade não avia de determinar ate não assentarem as cousas e ver aonde dá sua Magestade a renda para sustentação dos religiosos. porque ainda que o recurso seja dificultoso do Pará para o Brasyl cõ maes experiencia e parecer dos Padres que forem se tomará resulução cõ noticia maes clara e ha razões por onde he bem ficarem sujetos ao Brasyl e outras por onde he bem ficarem sujetos a Portugal.

O que se segue tenho ja escrito a Vossa Paternidade e agora o torno a fazer por não saber se chegou lá. Ordenou Deus que no tempo que V. Paternidade foi eleto geral da Companhia se descobrisse a conquista do Maranhão e se pedissem de Indias novos collegios para que Vossa Paternidade fosse a causa principal da salvação de muitas almas, mandando pregadores que numas partes ensinem nossa santa fee, noutras a confirmem, atendendo cõ particular providencia a obras tão proprias da Companhia, e de tanta gloria divina. Ordena Vossa Paternidade numa de 29 de otubro informe das cousas que me parecerem. Comesando por Santo Domingo.

[Ilha de S. Domingos]

He ilha de cento, e sesenta legoas de comprido, e sincoenta de largo tem huma cidade e quatro povos, tem minas mui ricas de prata, cobre, ferro, azul de pintores, azouge, e de oro do qual se tirava tanto que se pesava nas alfandegas reaes, em balanças romanas, em que se pesão as cousas grossas e ainda ha as mesmas minas e por falta de gente senão beneficião, hum cavalo val hum ducado por ser abundante de animaes, o gado de toda a sorte, e a muita afeição que os moradores mostrão a ter em sua cidade padres da Companhia bastava para Vossa Paternidade nos conceder. Fundou hum cidadão hum collegio cõ mil e duzentos crusados de renda, o que Vossa Paternidade verá na carta que cõ esta mando que he a terceira via tem licensa del Rei para se darem graos, para gosar dos privilegios da universidade de Salamanca, desejão os moradores dar grossas esmolas, a sustenção he barata, tem sitio, e casas, sobre o mar, ami me ofereceerão otras as milhores, e milhor sitio da cidade isto quanto ao temporal.

No espiritual se fara maes servisso a Deus que em nenhua otra parte de Espanha no ensino dos meninos, e estudantes ensinãdo theologia moral e especulativa por falta da qual ha nos eclesiásticos muita ignorancia. São os moradores de natureza docil, e branda, e por serem bem nacidos cortezes e primorosos, e sendo os religiosos de ordinario opositos a Companhia avendo tres mosteros nesta cidade nenhum religioso repugnou a nos darem o colegio, agora está *sede vacante* e enquanto assi estiver não avera quem contra diga.

Escrevi ao Padre reitor de Cartagena, a reposta mandei a Vossa Paternidade. ha nesta cidade e nas maes partes de Indias muitos portugueses estes são dos maes ricos da terra, entendesse mui bem o portugues por causa dos navios que arribão, ha muitos religiosos portugueses e num capitolo que fizerão os dominicos quando la estive determinarão eleger hum portugues provincial e por tardar elegerão otro e chegando o fizerão prior e a otro portugues por vicario provincial de terra firme isto escrevo para que saiba Vossa Paternidade quanto là estimão os portugueses.

Que religiosos serião necessarios para esse collegio
[de S. Domingos]

Ao presente são necessarios oito padres, hum que ensine meninos doos que ensinem latim, otro que ensine theologia moral, otro curso e acabado continuaria cõ os mesmos discipolos theologia especulativa hum sustituto hum bõ pregador, hum reitor, não he necessario seião consumados mas maes que medioeres, e que continuem alguns annos, importa seião homens *bonae voluntatis*, facees bem quistos e amados porque hão de ser as pedras fundamentaes, e por nenhum modo tenhã condição altiva por que estes mesmos hão de ser os pregadores os confessores assi dos ricos, como dos pobres, dos escravos, dos enfermos, finalmente seião magnanimos, mortificados que na vinha do senhor sofrão *pondus diei, et aestus* são necessarios quatro coaiutores mortificados que se aquietem cõ os officios de caza porque naquellas partes cõ pequena ocasião se tentão, fora de muita importancia hum irmão pintor.

Importa informe eu aos que overem de ir assi do necessario para suas pessoas como para a fabrica da casa porque se compra em Espanha cõ trezentos cruzados o que la val mil nem basta a experiencia do procurador geral porque a terá das partes que prover e não das que nunca proveo, e assi para isto como para o maes que for necessario tomarei o trabalho de ir a Sevilha.

He taõ bem necessario desenganar aos religiosos que não vão a regalos mas a levar crux que os ha de fazer a icolhar e por não desenganarem aos que vão para o Brasyl despedem la aos maes por manera que não perssevera a tercera parte. He necessario encommende Vossa Paternidade aos provinciais de os religiosos que tenhão as partes acima ditas porque dão aos que andão tentados cuidando que cõ a mudança do lugar mudarão os costumes e he engano.

Informação da terra firme (Caracas e Venezuela)

O segundo collegio desceia a cidade de Cracas, o Venezoela em terra firme cento e setenta legoas de S. Domingo, viagem breve, mares mansos, tem ilhas de promeyo, navegansse em sinco e seis dias sem perigo, o clima he são e temperado como o Brasyl, dá todas as fruitas do Peru e Brasyl, e de Espanha, dá trigo em abundancia duas veses no anno, he mui abundante de todo genero de carnes, tão bem me afirmarão que Turgilho desciava padres tem o mesmo clima, ha outros povos por costa, perto huns dos otros, onde se podem fundar residencias e fazerse huma provincia milhor que a do Brasyl por a terra ser mui abundante, e regalada não continuão padres da Companhia por aquelas partes, por isso não se trata de casas, e collegios, o que farão fundandose em S. Domingo por estar ali a Audiencia real a que acodem cõ negoceos e quando no Rio da Prata se estendeo a Companhia em breve, cõ maes razão se pode cá esperar o mesmo, por serem os moradores ricos, as terras melhores a navegação a maes breve de quantas tem Espanha ou Portugal. Enquanto não for provincia pode correr cõ Espanha ou cõ o Novo Reino de Granada.

Informação da ilha chamada Maranhão

Ho que agora chamão Maranhão he huma ilha duas legoas da terra firme, a qual fazem os rios Muni, Itapucuru, e Meari, os quaes se aiuntão em hum, antes de esboquar no mar, deixando esta ilha no meyo, tem dezoito legoas de comprido, e sinco de largo e como esta na boca dos rios tem duas barras huma de maes de tres otra de maes de sinco, nesta ilha tinhão os francezes suas fortalezas daqui os lançamos tomandolhe a artelharia cõ todos os petrechos de guerra e fizemos tres fortalezas nesta Ilha e terra firme nos ocupamos na salvação das almas, levantando cruzes e igrejas cõ musica e charamelas que eu levava, cantando aos dias santos e domingos missas de canto de orgão com os cantores Indios que do Brasyl levava, para afeiçoarmos os animos dos Gentios a nossa Santa Fee, e para verem a diferença que avia de nós aos hereies. Nos povos a que chegava mandava todos os dias fazer sinal cõ huã campainha pella manhã aiuntandosse na igreja, eu ou o Padre meu companhero lhes ensinavamos as orações pregavamos dando noticia de Deus, do misterio da Santissima Trindade, da caída dos Anjos, da criação do mundo, do

pecado de Adam, da encarnação do Verbo Eterno, e dos maes milagres de nossa santa fe, repartindo o catequismo [sic] e instrução por dias logo se dizia huma missa.

A tarde mandava fazer o mesmo sinal e depois de lhe ensinar as orações continuavamos cõ o catecismo [sic] antes da noite se tornava a fazer o mesmo sinal, a que acodião os meninos, e saindo da igreja em procissão davão volta pello povo, cantando as orações, entoando hum de nossa casa ao qual seguião os maes, recolhendose na igreja, se lhes contava alguma historia, isto tudo pella lingoa Brasylica, curavamos aos doentes, aplicando as mesinhas que a charidade nos ensinava, levava quatro sangradores e muitas vezes acontecia antes da missa mandar fazer vinte sangrias por aver huma doença perigosa, emfim eramos enfermeros. apos os remedios do corpo aplicavamos os da alma, catequizando, bautizando, aiudando a bem morrer, levandoos a enterrar, dizendo-lhe responsos, e como as doensas forão muitas, padecemos muito trabalho, levantandonos da mesa a acodir aos doentes para que nos chamavão. Tres casos apontarei, deixando otros.

Estando hum dia levantando huã cruz que de ordinario passavão de sesenta palmos de comprido, por aver naquellas partes maderos altissimos, cõ musica e charamellas, pregava o Padre companhero as mersês que o Senhor por meyo daquelle santissimo sinal nos fazia, disseme hum principal se he verdade isto que nos pregaes rogai a Deus dê saude a meu filho que está mal, respondilhe fizesse elle a petição poes em sua povoação levantavamos a crux ao que tornou se vos não osaes a lho pedir, que o conheceis, como o farei eu que o não conhesso, rogeilhe nos puzessemos de Joelhos e repetisse o que eu dissesse. Fe-lo elle assi. Fizemos oração a Deus, ovio-o o Senhor e recolhendose en casa achou o filho são.

Huma India tinha huma filha doente dos olhos e pedindo-me alguma mesinha lha dei e vendo que não apreveitava trouxe a minina a igreja e acabada a missa sinificou cõ lagrimas e sentimento de may o pouco que aprovetara a mezinha e o muito que sentia ficarlhe a filha cega, chegei a pia dagoa benta puslhe a agoa sobre os olhos, encomendeilhe fizesse o mesmo tres dias no cabo dos quaes ficou sã de tudo e pedio instantemente lha bautizasse.

Hum principal tinha huma filha muito mal pedia algum remedio apliqueilhe os que sabia a doença ya por diante sentia o pay morerlhe a filha, instava eu que a deixasse bautizar, repugnava elle por cuidar moreria maes depressa trasendo em prova que mui poucos dos que bautizavamos escapavão (e a causa era porque os bautisavamos *in extremis*) sentia eu morrer a menina sem bautismo, rogavalhe tivesse fe que Deus lhe daria saude, consentio a bautizasse foy Deus servido que logo se achou bem, e vendo ele ser saude sobrenatural converteosse e toda sua familia outras cousas maravilhosas obrava Deus fazendo mersês aqueles gentios para confirmar que a lei que lhe pregavamos era a verdadera, e a nós o deseio de os curar nos fazia medicos.

Informação do Rio Pará

O Rio Maranhão, ou Amazonas, ou Orelhana que estes tres nomes lhe dão as historias, ao qual os Portugueses nomeando pello nome dos Indios chamão Pará, tem sesenta legoas de bocca e os que agora o tem maes navegado querem

afirmar serem cento; cõ a mesma largura se estende pella terra dentro maes de duzentas, entra con sua agoa doce pello mar oceano trinta, navegou por elle Vicente Annes no anno de 1499, e Francisco Orelhana no anno de 1542 por espasso de oito meses mil e seiscentas e sesenta legoas corre pellas maes ricas terras de oro e prata do Peru, tem muitas ilhas povoadas de gentio ao longo delle povoaõ varias nações de Indios e correndo a costa, do Pará para Loeste duzentas legoas encontrão cõ o Cumana que he a primera povoação, esta no destrito da Coroa de Castella os moradores quasi todos são portugueses que arribarão do Brasyl, o Vigairo taõbem he portugues estas duzentas legoas de costa são povoadas de gentio, tratosse no conselho de Portugal de mandar lançar aos franceses fora do Para que na banda do norte estão povoando porque ja na banda do sul tem os portugueses huma fortaleza cõ duzentos e sincoenta soldados que mandou fazer o general Alexandre de Mora quando lançamos aos francezes da Ilha chamada Maranhão da resolução que nisto se tomar avisarei a Vossa Paternidade.

Do Cumana a Cracas, ou Venezola aonde pedem Padres da Companhia são oitenta legoas navegãose em doos dias cõ vento que por ser geral sempre he bonançoso, e do Pará a mesma cidade de Venezola em sinco e seis cõ o mesmo vento. Fallo cõ maes experiencia que nenhum otro, porque seis mezes estive comido do mar, atravessando de huns a otros povos de Indios em canoas (que são embarcações de hum sóo pao que cõ qualquer vento se virão) outra num navio velho que abrio por proa, duas de doença quasi desconfiado porem não sei quem me assegurava que ainda tinha que passar cousas que maes avia de sentir.

Afirmarãome portugueses que se navegava do Cumana ao Pará em canoas ao longo da costa tomando todos os dias porto, e dormindo em terra por esta causa escrevi a V. Paternidade seria facil o comercio dos novos collegios para o Pará, e depoes que tivermos o gentio de nossa devoção se fara por terra, e não por cuidar ser bem dar aquella conversão a operarios que não fossem portugueses.

[*E conclue a carta com a sua opinião sôbre os Padres e qualidades que devem ter os que hão-de ir:* «fora de muita importancia hum Irmão pintor se por essas provincias o over»] 22 de Janeiro de 621 Collegio de S. Antão [Lisboa].

Filho in Domino de Vossa Paternidade.

MANOEL GOMES

[*Bras. 8*, 334-338]

APÊNDICE C

Inventario da Igr.ª do Mar.ªm

Tinha o coll.º do Mar^{am}. huã Igr^{a}. com *5 altares*, sc, *Altar mor, S. Braz, S. X.^{er} S. Quiteria, e Boa morte.* Achavase no Altar mor huã Imagem de N. Sr^{a}. orago do coll^{o}. e Igr^{a}., p^{a}. seo ornato tinha 3 mantos, 2 ricos e hum ordinario, huma coroa de prata dourada, outra d^{a}. com o menino JESUS; outra Imagem do Menino com resplandor e cruz de prata; huma Imagem pequena de S^{to}. Chr^{o}. crucificado de latão, que servia no Altar. O Sacrario tinha huãs cortinas interiores de tella de ouro, e franja do mesmo, este tinha huã chave de prata com sua fita larga de tella de prata; duas ambulas de prata, 2 sobreportas huã dellas de prata que formava as armas da comp^{a}. outra bordada de riço de ouro, e outras varias inferiores de semana que eraõ de Damasco com galaõ amarelo; huã banqueta de castiçaes a Romana do mesmo metal; mais 4 castiçaes de prata g^{des}., mais 2 de lataõ g^{des}. inferiores, mais 6 castiçaes de pao sobredourados; mais outra quantid^{e}. de d^{os}. de varias sortes pintados: mais *4 Imagens* g^{des}., de SS. estofados de ouro, sc, *S. Ign^{o}., S. Franc.^{co} de Borja, S. Luiz Gonzaga, S. Stanislao Kostka* todos com resplandores de prata; tinha mais S. Ign^{o}. hum sol de prata na maõ.

O retabolo desta Igr^{a}. era g^{de}. com seu camarim tudo de entalhe e sobredourado; ornava todo este retabolo hum cortinado de Damasco carmezim com sua sanefa em forma de arco com galaõ e franja de ouro; tinha mais cada S^{to}. hum cortinado de Damasco carmezim com sanefas de veludo lavrado franjado e agaloado de ouro; N. Sr^{a}. tinha outro d^{o}. com galaõ e franja de retroz amarelo; mais huã Imagem de Chr^{o}. morto, cuberto com hum volante de prata de baixo do Altar mor; ao lado do d^{o}. estavaõ 2 Anjos de entalhe e sobre dourados; o retabolo do d^{o}. altar se cobria com hum cortinado branco de algodaõ fino, *na boca do camarim huã pintura em cobre que reprezentava a Assunçaõ da Sr^{a}.*

A capella mor desta Igr^{a}. tinha p^{a}. seo ornato 2 tocheiros de entalhe e pintados, 2 alampadas de prata 1 maior e outra mais pequena. 2 Imagens p^{a}. as funçoens de quaresma, huã que reprezentava o Sn^{r}. no Horto, e outra o Sn^{r}. Ecce Homo.

No altar de S. Braz havia huã Imagem do S^{to}. tinha este hum retabolo de entalhe sobre dourado, no q^{l}. taobem se achava huã de S. Joze com seu resplandor de prata com hum menino nos braços com resplandor taobem de prata na maõ do S. se achava huã vara de prata: em correspondencia haviam huã Imagem de S. João Fran^{co}. Regis com resplandor de prata; huã cruz de 3 palmos coberta de tartaruga guarnecida de prata com hum S^{to}. Chr^{o}. de marfim com seo resplandor de prata. no espaldar deste altar se guardavaõ debaixo de vidraças varias reliquias de SS.;

tinha mais este 2 castiçaes de lataõ amarelo, que serviaõ de semana: tinha mais p^{a}. os dias de festa hum cortinado de Damasco carmezim com sua sanefa do mesmo com galaõ e franja de retroz amarelo.

No altar de S. Xavier se achava huã Imagem do S. com huã estola de tella de ouro branca com hum S^{to}. Chr^{o}. de marfim na mam guarnecido todo de prata, neste se achava a Imagem de S. Bonifacio; em correspondencia deste a Imagem de S. João Nepomuceno com resplandor de prata: o S^{to}. Chr^{o}., cruz, reliquias retabolo, cortinas, castiçaes, erão em tudo semelh^{es}. as de S. Braz.

No altar de Sta. Quiteria se achava a Imagem da mesma Sta. com huã palma e resplandor tudo de prata, e hum coração de ouro ao pescoço: tinha mais este altar hum sitial com seu docel de tafetá carmezim guarnecido de galaõ e franja de retroz amarelo: p^{a}. ornato deste se achavaõ alguns ramalhetes g^{des}. e outros pequenos de talco; tinha mais 2 castiçaes de pao vermelho que serviaõ de semana.

No altar da Sr.ª da Boa morte se achava huã Imagem da d^{a}. Sr^{a}. em hum caixaõ de madr^{a}. por dentro e por fora pintado com suas vidraças, e cortinas, a Sr^{a}. se achava vestida com huã camiza, e anagoa de esguiaõ m^{to}. bem rendada e com hum vestido comprido de seda lavrada com seos ramos e renda de prata manto da mesma peça e huã touca de caça de França; por cima do vestido se achavaõ alguns ramalhetes, como taobem nas maõs da mesma Sr^{a}.: das maõs da Sr^{a}. pendia hum relicario engastado em ouro, e cordaõ do mesmo: estava este altar ornado com seu sitial de Damasco carmezim, agaloado e franjado de retroz amarelo, no meyo do q^{l}. estava hum S^{to}. Chr^{o}. com seu resplandor de prata: huã banqueta de castiçaes de lataõ amarelo; 8 jarrinhas de vidro com seos ramalhetes, que serviaõ p^{a}. ornato do m^{o}. altar.

Tinha *a sacristia desta Igr^{a}*. p^{a}. ornato dos seos altares 3 cazullas de tella de ouro novas de cor branca; 3 frontaes da mesma peça agaloados, e franjados de ouro. 2 Dalmaticas da mesma peça; mais 3 de tella branca já uzadas com sebastes encarnados e outros tantos frontaes: 2 Dalmaticas e huã capa de Asperges da mesma droga, tudo agaloado e franjado de ouro: hum veo de hombros, e hum veo que servia p^{a}. ornato da costodia tudo de tella de ouro: 2 panos de pulpito de tella de ouro brancos: hum pallio de tella de ouro branco agaluado e franjado de ouro forrado de encarnado com 6 varas de prata. Mais 3 capas de Asperges de Damasco branco forradas de encarnado já com seo uzo; hum veo de hombros de seda azul: hum palio de Damasco branco forrado de encarnado com suas varas de pao: hum pano de pulpito de Damasco branco ja com seo uzo e outro d^{o}. roxo.

6 cazullas com seos frontaes de Damasco branco, 3 agaluadas e franjadas de ouro já com seo uzo, e 3 aparelhadas de retroz: destas huã cazulla com seo frontal vinha no altar portatil, o q^{l}. tomaraõ no Pará; 9 cazullas com sebastes incarnados, e 6 frontaes da mesma sorte: 3 cazullas verdes, e outros tantos frontaes tudo agaluado e franjado de ouro: 9 cazullas roxas, e 7 frontaes, 3 destes com seos frontaes aparelhados de galaõ de ouro: huã capa de Asperges, e 2 Dalmaticas taobem roxas aparelhadas de ouro; 15 alvas de varias sortes de pano, e feitio p^{a}. as festas com seos cordoens, e amitos: 23 alvas que serviaõ p^{a}. os Domingos e dias S^{tos}. e semana, com seos cordoens: amitos serião 50 ou 60 pouco mais ou menos de varias sortes; 6 sobrepelizes finas p^{a}. uzo dos pregadores; 2 stoletes ambos

de tella de ouro, hum branco e outro roxo; mais hum estolaõ de Damasco: mais hum pano branco com galaõ de ouro, que servia na estante; sobrepelizes comuas 40; corporaes finos 40; sanguinhos mais de 100; palinhas 20; toalhas do altar 24 de varias sortes: Manutergios 40; toalhas pequenas que serviaõ p^{a}. o uzo da Igr^{a}., como p^{a}. a comunhaõ & 20.

Item 2 cortinados de tafetá roxo; hum cortinado de pano branco, que servia no arco gd^{e}. da capella mor: 2 cortinados de Damasco carmezim, que serviaõ nas portas que sahem p^{a}. as vias; hum cortinado de Damasco carmezim, que servia p^{a}. ornato do S^{to}. Chr^{o}. da sacristia. Huã guarnição de Damasco roxo aparelhado de fio de ouro, e taõbem huns panos roxos de Roaõ; hum colchão, e 2 cochins de Damasco, e outro de veludo preto tudo pertencente ao esquife; hum cochim gd^{e}. de veludo carmezim que servia p^{a}. as funçoens da Igr^{a}.; 6 alcatifas novas e 4 já uzadas, e huã mais pequena taobem uzada; 3 cadeiras de veludo carmezim apparelhadas de galaõ de ouro, que serviaõ p^{a}. as vesporas solemnes, e outras 3 de Damasco roxo franjadas de retroz amarelo.

Item 4 pares de galhetas de prata com seos pratos taobem de prata: huã cruz de prata que servia p^{a}. as procissoens; 2 mangas da mesma; huã de tella de ouro e outra roxa; hum vazo de comunhaõ de prata; (2 jarros porem, e 2 pratos gd^{s}. hum thuribulo e hum naveta, 3 vazos de prata de receber os S^{tos}. oleos; 2 calices, 3 patenas, 3 colheres, hum relicario de prata dourada de expor o Sacramt^{o}. tudo isto ficou fora) ficou mais na sacristia 6 calices com suas patenas colheres palinhas, bolsas &; hum calix, que era da Boa morte, foi no altar portatil que tomaraõ no Pará: Missaes eraõ 14, hum delles com capa de veludo carmezim guarnecido todo de prata; (huã concha de prata gd.^{e} ficou taobem fora) alem das Imagens acima referidas taobem se achava huã do Sn^{r}. Ressuscitado com resplandor de prata; Mais hum Sn^{r}. crucificado gd^{e}. com 2 resplandores hum de bronze dourado, e outro de prata gd^{es}., este Sn^{r}. estava na sacristia em hum altar com seo espaldar, e docel de madr^{a}. m^{to}. bem pintado; huã Image de meyo corpo do S^{to}. X^{er}. com huã reliquia no peito do m^{o}. S^{to}. X^{to}.: 3 @ de cera, galhetas de vidro mais de 50.

Mais 3 cad^{as}. na sacristia, 4 no Igr^{a}. todas de sola picada: huãs grades de comunhão; outras gd^{s}. no cruzeiro; 2 pulpitos de grades pintados, todo o corpo da Igr^{a}. estava ornado com estrados; 4 arquibancos pintados que serviaõ p^{a}. concluzoens publicas: 8 ou 10 bancos de bayxo do coro, em cima porem 9 bancos pintados de vermelho, e 2 arquibancos: hum Orgaõ; na torre 4 sinos 2 delles gd.^{es}, e 2 mais pequenos.

Ficou taobem gd^{e}. pt^{e}. do retabolo da Boa-morte ja feito; item já feito e p^{a}. se pintar o tumolo da Sr^{a}.; o Pendaõ que era de chamalote branco guarnecido de retroz amarelo; 2 cobertores, hum delles de veludo lavrado, e outro de Damasco carmezim: 6 corporaes: a tarja do Pendaõ: huã anagoa: 2 camizas & tudo da Sr.^{e} *ficou fora, e em pt^{e}. segura* &.

[Inventário do Maranhão, *Bras. 28*, 25-26v].

Inventario da caza dos exercicios, e religioza recreação de N. Sr.ª Madre de D.s da Comp.ª de Jesus; seus bens moveis, e de raiz e suas fazendas; conforme ao estado em q̃ ficaraõ ao tempo de nossa auz.ª em Junho de 1760.

Duzentas braças de terra situadas, e demarcadas por data da camera da cid.e do Marnm. na ponta de S. Amaro, correndo a mesma mar.a da d.a cid.e. hum quarto de legoa p.a o sul: nella ficou fundada a caza de N. Sr.a M.e de D.s. cujo novo edeficio constava por hora de:

Huã Igr.a nova em que se celebrou a pr.a Missa no Natal de 1759; toda de cal e pedra de 155 palmos de compridos; 45 de largo, e 50 de alto, com 2 torres feitas quazi the as cupulas; em huã das quaes ficaraõ 2 sinos novos, hum de 20 outro de 10 @. A roda de todo o corpo da Igr.a corriaõ varandas, ou Tribunas, que ainda naõ estavaõ assoalhadas.

No corpo da Igr.a (cujo cruzeiro tinha 4 altares) ficaraõ grades, bancos e 12 couçoeiras grossas, que serviaõ por agora de estrados. Nos altares do cruzeiro ficaraõ de vulto, e 5 palmos de alto as Imagens de S. Ign.o, S. Fran.co de Borja, S. Fran.co. X.er, S. Amaro, de palmo. e meyo as seg.tos S. Apolonia, S. Quiteria, S. Ant.o de Lx.a, S. Cornelio. Ramalhetes varios ja uzados, e em cada altar 2 castiçaes de pao.

No altar mor ficou o camarim em que ficou N. Sr.a M.e de D.s, S. Joze, e D.s. Menino nascido no seo berço, Imagens proporcionadas ao tamanho das sobred.as. *varias laminas de Roma*, ramalhetes, e castiçaes. Pendente no meyo huã alampada de prata liza, *ja uzada na Igr.a velha*, que terá perto de meya @ de prata. Todas as Imagens tem resplandores de prata proporcionadas ao seo tamanho. Nos 2 altares collateraes ficaraõ tambem 2 *Imagens de Chr.o crucificado, obra primoroza de marfim* de mais de palmo em cruzes gd.a forradas de tartaruga, com seus resplandores, remates, e titulos de prata. Nos outros 2 altares outras 2 Imagens de Chr.o trabalhadas *em pao de Laranjeira p.a. imitar o marfim*. Mais 4 castiçaes gd.es de lataõ lizos no altar mor. E em todos 10 frontaes primorozamt.e *pintados* imitando os bordados da China, que serviaõ quotidianamt.e: 10 toalhas de altar; 5 por bayxo, ja uzadas, e 5 novas de Bertanha por sima. *Nas paredes ficaraõ 6 paneis gd.es de Italia.*

Na sacristia ficou hum cayxaõ de revestir com 3 gavetas, e nellas o seg.o 3 calices de prata, com as cupas douradas por dentro, patenas e colher.o 4 vestimentas de Damasco branco com sebastes encurnados em bom uzo: 3 d.as novas de chamalote roxo; tudo agaloado de retroz cor de ouro; Bolsas, palas veos & em numero, e cores correspondentes; 3 Alvas novas de esguiaõ rendadas, 4 d.as de Bertanha uza-

das, 3 toalhas de altar de algodaõ ja bem uzadas, 2 sobrepelizes de Bertanha, huã boceta com sanguinhos, manusterjios & *minutiora linea paramenta* em numero bast^{e}. corporaes, Amitos, 4 alcatifas de papagayo em bom uzo, 6 pares de galhetas de vidro com seus pratinhos, 1 vazo da comunhaõ, e outro purificatório de sacrario com seu pratinho de prata. Em cima do Cayxaõ hum painel de N. Sr.^{a}.

Ficaraõ escondidas em caza dos nossos Benfeytores as couzas seg.^{tes} hum thuribulo, e naveta de prata, hum calix gd^{e} com sua patena e colherinha tudo de prata liza e bem dourada, huã ambula pequena de prata liza dourada; *3 vestimentas bordadas, e vindas da China novas com seos frontaes*, bolsas, e veos, 6 castiçaes de lataõ gd.^{es} lizos; hum par de galhetas com seu pratinho de prata, huã custodia de prata dourada, lavrada a romana.

Contiguo ao frontespicio da Igr.^{a} corre o *pr^{o}. corredor de caza* de Leste ao Oeste e nella por cima da Portaria lagiada de cantaria, 1ª salla gd.^{e} de vizitas com 4 archibancos de cedro muy bem lavrados, novos cuja escada gd.^{e} he de degraus de cantaria, 2 paineis gd.^{es} de Italia; outro mais pequeno *de pintura da terra*, 10 cub.^{os}; 5 em bayxo ladrilhados de tijolos, e 5 em cima muy bem preparados de forro, janellas e portas, mezas e cadr^{as}. p.^{a} *hospedagem dos exercitantes seculares*, e habitaçaõ dos Religiozos da caza. Nas paredes do corredor 6 *paineis novos com os retratos de NN. RR. PP. Geraes pintados em taboas de cedro*. No ultimo cub. deste corredor que era do P. Sup.^{or} da caza ficou huã Estante gd^{e}. p^{a}. livros, 2 mezas de cedro com suas gavetas, hum archibanco gd.^{e}, hum cabide de dependurar roupa, 6 *cadr.^{e}* de espaldar gd.^{es} de pao fino, com assentos, e encostos de sola lavrada e pregaria sobredourada, p.^{a} hospedes graves, sc, *Bispos Governadores, Min^{os}.*: huã cayxa e nella 3 cazullas de setim branco bordado na China com seus frontaes, veos, bolsas, e huã capa de asperges tudo correspondente.

Corre *outro corredor de Norte a Sul* com outros 10 cub.^{os} como o pr.^{o}. No principio delle huã salla gd.^{e} por cima e outra por bayxo correspondentes a do outro corredor; com 2 jogos de taco, e seus preparos, archibancos, e mapas nas paredes acomodadas p.^{a} a recreação dos Relig.^{os} q^{do}. vinhaõ à quinta. Neste corr^{or}. serviaõ 3 cub.^{os} de dispensas, cujos trastes, e comestiveis, ainda houve tempo de se repartir pella pobreza circunvizinha, e servos da caza. Outro cubiculo servia de livraria preparado com estantes a proposito, em que *ficaraõ perto de 1000 volumes* de todas as materias, *quazi todos encadernados* de novo em pasta.

Deste fecha a quadra outro corr^{or}. bayxo em que se continha o refeitorio cozinha e caza dos moços; na cozinha ficaraõ os trastes proporcionados. No refeitorio o seg.^{te}: 6 mezas compridas; 12 toalhas de panno de algodão ja uzadas; 5 duzias de guardanapos do mesmo; 3 duzias de colheres, garfos de latão, e facas; 5 duzias de copos: 2 duzias de pastas; 5 duzias de pratos de estanho de porção ordinaria, 6 de d.^{os} gd.^{es}; louça bast.^{e} de barro, como taobem potes, pucaros &.

Depois de nos expulsarem desta caza, e recolherem ao coll.^{o} de bayxo de armas, fizeraõ a sua vontade assento os Min.^{or} Regios, e entregaraõ a hum soldado por alguns dias a guarda da caza: pello que crivel he, que m.^{ta} couza levou descam.^{o}, como nos constou. Ficou porem escond.^{a} em caza de hum nosso bem feitor huã escrivaninha com os titulos das terras, escravos, ordens de Roma, e mais papeis importantes.

[Inventário do Maranhão, *Bras. 28*, 35v-36]

APÊNDICE E

Têrmo da Junta das Missões em São Luiz do Maranhão

(30 de Março de 1726)

[*Redução dos Caìcaís, Guanarês e Barbados do Rio Itapicuru — Morte do P. João de Vilar — Trabalhos do P. Gabriel Malagrida — Actividades Missionárias e expedições militares*]

Aos trinta dias do mez de Março do ano de mil settecentos e vinte he seis nesta cidade de São Luiz do Maranhão nêste Pallacio, em que rezide o Gov.^{or} e Cap.^{m} Ga.^{l} do Estado João da Maya da Gama, e onde por ordem do ditto senhor forão convocados p.^{a} esta Junta o Cap.^{m} Mór desta praça Dom Francisco Ximenes de Aragão e o Rvm^{o}. Me Jacintho de Carvalho visitador geral das Missões da Comp.^{a} de Jesus deste ditto Estado, o Rvm.^{o} P.^{e} Jozeph de Mendoça Reytor deste Collegio, e o Rvm.^{o} P.^{e} Me Jer.^{o} e Lente jubilado Fr. Jozeph de Santa Catharina e o Rev.^{mo} P.^{e} Fr. Jozeph da Anunciação, Guardião de S.^{to} Antonio, e o Rev.^{mo} P.^{e} Fr. Paulo de São João em Lugar do Commendador das Merces, e tambem foi convocado o Doutor Mathias da Silva e Freytas, que não veyo desculpandosse com os frivolos pretextos, de que estava em correyção e tinha devassas, que tirar, e assim foi convocado em seu Lugar e empedimento o Juis Ordinario Joseph Ribeyro Maciel que servia tambem de Prov.^{or} da Faz.^{a} Real; e por se haverem de tratar tambem alguas materias que pertencem a dita Real Fazenda foi tambem chamado o Procurador da Coroa e Fazenda Mancel Lopez de Souza.

E sendo todos presentes pello ditto Gov.^{or} e Ca.^{m} foi proposto que estando o Gentio *Caicaizes* admittidos de paz, e feitos vassallos de S. Mag.^{de} q̃ Deos guarde com termo solemne, que se achava registado nesta Secretaria, e feito aos trinta dias do mes de outubro do anno de mil setecentos e vinte e tres, o qual termo cumpriram inteiramente; e estando em virtude delle aldeados no Rio Itapucuru com o seu Missionario o Rv.^{do} P. Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus, e passados dous annos, vieram os Gentios das Nações *Guanarez*, *Aroazes* e *Barbados* da *Aldeya*, que chamão *pequena*, mas destes ultimos só tres, e os mais erão das duas nasções *Guanarezes*, e *Aroazes*, e pediram, que queriam pazes com os Brancos, e que queriam ao ditto P. Me Gabriel Malagrida; e hindo o ditto R.^{do} P. levado do Sancto Zelo a tratar da sua redução e de os aldeyar, os achou com dispozição para esse effeito, que ao depois mostrou ser aleyvoza; porque estando mais de hum mes com os ditos Barbaros, fazendo a Aldeya, e cazas, e huã grande Igreja, e tendo

esta quasi acabada, e hindo o dito R.^{do} P. a sua primeira missão, e voltando as destes Barbaros levando dezesete dos ditos *Cahycaizes* vassallos de Sua Mag.^{ao}; os assaltarão os ditos *Guanarês*, e matarão quatorze, ou quinze delles, dizendo, que era por suas Rixas antiguas, e os *Aroazes*, que estavão com os dittos *Guanarês* defenderão hum dos nossos, e o trouxerão ao Padre, e lhe disserão, que se fosse, por que os dittos Barbaros *Guanarêz* os poderiam matar, ao qual tinham já descomposto; e tendo os dittos Barbaros já feito primeira trayção, tendo vindo athé a Cidade a pedir por Missionário ao R.^{do} P. M. João de Avellar da Comp.^{a} de Jesus e levando-o o matarão alcyvozamente e o quizeram fazer a todos os que o acompanharão, matando mt.^{os} delles, e ferindo os mais, e ao Rv.^{do} P. Gonsalo Pereyra da mesma Companhia de Jesus, que escapou milagrozam.^{to} com mt.^{as} feridas e na mesma forma o Cap.^{m} mor Francisco Soares hoje Religiozo de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

O que tudo faz mais aggravante o referido segundo caso das mortes dos *Cahycaizes* o que tudo nos obrigou a todo risco, e com poucas forças a tomar satisfação dos ditos atrozes delictos despedindo-se huma tropa, em que foi por cabo o Cap.^{m} Francisco de Almeyda com trinta e Sinco Indios dos *Cahycaizes*, e porque offendidos das mortes dos seus parentes tinhão mayor dezejo de vingança, e com quarenta, ou sincoenta Indios dos nossos aldeados e quatorze moradores, e sessenta, ou settenta soldados pagos, e com tão piqeno numero por caminhos exquizitos e com muito trabalho forão buscar a Aldeya dos *Guanarez*, e antes de chegar a ella, forão sentidos dos ditos *Guanarez* que se achavão associados com os ditos *Aroazes;* e peleijando com elles, e fugindo os ditos Barbaros os seguirão os nossos *Cahycaizes* e prizionarão treze pessoas entre pequenas e grandes, das quaes morreu, ou matatarão huã velha e trouxeram as doze; e passando adiante, chegarão a sua Aldeya, e a acharão queimada, e nella se detiverão alguns dias, e sem embargo de m.^{tas} controversias, e duvidas, que se podião offerecer p.^{a} acommetter as grandes e populosas *Aldeyas dos Barbados*, as quais pertenderão invadir e castigar todos os Governadores Geraes deste Estado ha quarenta, ou sincoenta annos, e nunca o poderão conseguir com numerozas tropas de soldados Indios e Cabos escolhidos, e todos se retirarão com mortos e feridos, sem poderem conseguir effeito algum como foi a que mandou o General Gomes Freyre de And.^{de} e as que mandou o General Antonio de Albuquerque Coelho e as que mandou o Senhor de Pancas Christovão da Costa Freyre, que supposto trouxe sette prezas não fez mais algum effeito, e m.^{to} menos a que pessoalmente foi dezpedir o General Bernardo Pereyra de Berredo com tudo quanto havia neste Maranhão com hum Sargento mór por cabo, e tres capitães de Infantaria, e outros m.^{tos} officiaes, com todos os soldados, e Indios, que faziam o numero de quinhentas ou seis centas pessoas; e pertendendo com este numerozo poder invadir as ditas aldeyas, e sendo sentidos foram carregados pellos ditos *Barbados* athé os meterem dentro no mesmo Arrayal, em que tinha ficado o mesmo general sem terem effeito tantas armas, e tantos cabos mais que para huã retirada com m.^{tos} feridos, o que servio som.^{to} de animar todas as nasções destes Barbaros a nos virem acometter e assaltar as fazendas do Rio Mearim, aonde matarão m.^{tos} vassallos de S. Mag.^{de}, e seus escravos.

E podendo todos estes sucessos esmorecer aos soldados, e acobardar ao Cap.^{m} Francisco de Almeida Cabo desta pequena tropa acompanhado só de hum Ajudan-

te da Conquista, sem outros Cabos, e com tam piqueno numero de soldados, como fica referido, incitado dos ditos *Cahycaizes*, e animado de hum esforçado valor de que he dotado, e do zelo do Real Serviço, inspirado por Deos, tomou a glorioza rezolução de acometter a grande e principal *Aldeya dos Barbados*, e antes de chegar à ella foi sentido, e acommetido a sua gente da numeroza multidão dos Barbaros, com a qual contenderão e peleijarão em dia de Reys desde a manhãa athé as tres horas da tarde, que entrarão na dita *Aldeya grande dos Barbados*, e aquartellandosse no meyo della passarão a noite em armas, e cautelozo e previsto o dito Cap.^{m} vendosse cercado do innumeravel gentilismo p.^{a} mostrar que não tinha medo, mandou Cantar de noite os Indios das Nasções que levarão e como entre elles hião oito ou nove *Aroazes* dos Aldeados no Piauhy, os ouvirão os *Guanarez* e *Aroazes* q̃ com eles estavão já juntos com a multidão dos *Barbados da dita Aldeya grande*, que ouvindo cantar os seus parentes, esperarão que amanhecesse e de dia chamarão, que lhes viesse fallar hum dos seus parentes, o qual lhes assegurou o valor dos nossos e a sua piedade, e pedindo que queriam fallar ao Cabo, este com temeraria rezolução sem armas lhe falou, e lhe offerecêo a páz, ou a guerra, e elles levados ou inspirados que hé o mais certo por Deos, pediram pazes, e que queriam ser amigos dos Portugueses, e que nos os defendessemos assim como defendiamos aquelles, e o ditto cabo acceytou; e concedeo as pazes com os principais dos *Barbados da ditta Aldeya grande*, e juntamente pedindo as mesmas pazes os *Aroazes*, que tinhão acompanhado os *Guanarez* e vierão em seguimento da tropa, por serem as ditas doze prezas da sua Nasção offerecendo-sse a vir logo com o seu molherio aldearse junto do Arrayal, e entre os Portuguezes e ficar, debaixo da obediencia, e que dando no *Aranhi* nosso inimigo, e fasião prezas p.^{a} lhe entregarmos as que tinhamos da sua Nasção que eram as doze assima referidas, e o ditto Cabo lhe acceytou as dittas pazes; e estando alguns dias na dita *Aldeya grande dos Barbados*, foram sustentados por estes com carnes do Matto, e bollos de mandioca, e com tudo que podiam com grandes demonstrações de amor e amizade.

E estando assim vierão Logo os principaes da outra *Aldeya dos Barbados da chamada Aldeya piquena*, não pello ser, mas por menor da outra chamada grande, e pediram tambem pazes, e assim trataram a nossa gente com o mesmo amor, e sustento, e o ditto cabo lhe admittio, e o concedeo as mesmas pazes e estes lhe derão guias p.^{a} se recolherem do Arrayal por caminho breve de quatro dias, tendo gasto mais de hum mes pello caminho por onde os forão buscar, e ficarão os dittos *Barbados* para cobrir novam.^{te} as suas Aldeyas, e que feito isso, viriam ao Arrayal ratificar as pazes, e os dittos *Aroazes* ficaram de hir buscar as suas molheres, e familias, e trazellas p.^{a} o arrayal, como proximam.^{te} cumprirão, e trouxerão.

Recolhida a tropa ao arrayal do Mearim, e passados dias vieram os dittos principaes alguns delles, e em sua companhia huns Principaes dos *Guanarez*, que tinhão feito os graves delictos, trayções, e aleyvozias, que ficam referidas, e se aprezentaram ao M.^{o} de Campo da Conquista Bernardo de Carvalho e Aguiar pedindolhe pazes, e repetindo-lhe elle os atrozes delictos que tinhão commettido, os dezpedio; porem elles teimando, em que queriam pazes, e que se lhas não dessem sempre vinhão para o Arrayal, e que os matassem ahi, e fizessem delles o que quizessem, e assim lhas acceytou o M.^{o} de Campo, e os dezpedio que fossem buscar o seu molherio, e elle daria parte ao ditto Gov.^{dor} e Cap.^{m} Gn.^{al}, e ultimamente man-

dando as dittas Aldeyas veyo com o sargento o principal dos *Barbados da Aldeya grande* chamado *Proxopay*, ou *Parapopaya*, e o principal dos *Aroazes*, que veyo com toda a sua gente chamado *Anguly*, e o principal da Aldeya dos *Guanarez* chamado *Coriju*, todos a pedirem, e ratificarem as pazes, que da sua parte promettem guardar, e pedem sojetando-se e querendo ser vassallos de Sua Mag.de.

A vista do referido se deve ponderar primeiro o serviço de Deos, e utilidade da Salvaçam, e redução de tantas almas, e as grandes conveniencias, e utilidades, que destas pazes se podem seguir à Real Fazenda de S. Mag.de que Deos g.de e do augmento deste Estado, e bem comum destes Povos.

Em segundo lugar se deve ponderar os atrozes delictos, que fez a nasção dos *Guanarez*, expressados na proposta assima a vista de ley de Sua Mag.de e das cartas que aprezenta o ditto Gov.dor e Cap.m Gn.al, e que a *Aldeya chamada piquena dos Barbados* se acha ainda com pouca segurança por não vir o principal desta a ratificar as dittas pazes.

Em terceiro lugar se deve ponderar sôbre as pazes dos *Aroazes*, e pedirem as prezas da sua nasção, estando com todas as suas familias no arrayal, e que estes *Aroazes* sam os mais valerozos e melhores soldados de todas as ditas naçoens, e em que os *Barbados da dita Aldeya piquena*, e os ditos *Guanarez* estribam a sua defensa, e que como tem parentes da sua mesma nasçam no arrayal, se faz mais segura a sua paz, e m.ta utilidade p.a domar as mais nasções; o que senão poderá conseguir tam facilm.te sem os dittos *Aroazes;* e pezandosse esta materia com utilidade que se segue ao bem publico, e a Fazenda Real e ao serviço de Deos com prejuizo, que pode ter a Fazenda Real nas suas pessas de quintos, que lhe tocam das doze, e com o que pode tocar de todas ellas p.a as despezas da ditta tropa, se rezolva o que for mais conveniente ao serviço de Deos, e de S. Mag.de q.ue Deos g.de e bem commum de seus vassallos, e o augmento do Estado; ponderandosse juntamente, que alguns destes *Aroazes* estam Cazados, e aparentados com os dittos *Guanarez*, e que sem estes Aroazes não será tambem segura a paz dos *Guanarez* por quem intercede tambem o ditto principal dos Barbados.

O que tudo visto, e ponderado maduram.te consultado, e discutido por todos os dittos ministros adjuntos, assentaram todos por votos conformes com o mesmo Gov.dor e Cap.m Gn.al do Estado, que sendo de tantas consequencias p.a o serviço de Deos, e p.a o augm.to do Estado, e ainda para o da Fazenda Real, tanto pelas desdespezas que adiante se evitarâm como pello augmento das povoações das m.aas terras, excellentes campos que se podem povoar e pellos descobrimentos e conquistas, que com ajuda dos dittos Indios se hão de fazer, se deve attender mais as consequencias do serviço de huã, e outra Mag.de Divina e humana; principalmente a redução de m.tas mil almas a fé de Christo Senhor Nosso, sem se reparar no piqueno prejuizo dos quintos, ou das despezas da dita tropa, ainda que foram m.as m.to grandes na ocasião prezente, em que se acha esta conquista de São Luiz sem índios, nem forças, p.a andarem em continua guerra, e conquista destes barbaros; pois estan as aldeyas acabadas, sem que se possa dar muda aos precisos Indios, que Sua Mag.de manda dar aos seus contractadores, e não terem valido as repetidas ordens de Sua Mag.de para os Governadores de Pernambuco darem os Indios que o dito Senhor mandava dar das Aldeyas da Serra do Seará, Rio Grande, e Pernambuco, nem as repetidas diligencias, que em virtude das ditas Reaes Ordens

tem feito o Gov.dor e Capitão Gen. todos estes quatros annos, pedindo ao Padre Superior da Serra e ao Governador de Pernambuco, e Capitães-mores do Searú, e Rio Grande p.a lhe mandarem os Indios determinados pelo dito Senhor para esta Guerra, e Conquista, p.a a qual não tem dado até o prezente Indio algum; termos em que se fazem mais que precizas as ditas pazes, ainda que fossem feitas a custa de mayores despezas; attendendo tambem as leys, e ordens de Sua Mag.e que Deos guarde que recommende se procure primeiro que a guerra, procurar a paz pelos meios mais suaves da persuação e temor, e que assim se devem abraçar, ratificar, e segurar por todos os caminhos as pazes dos *Barbados*, e juntamente a dos *Aroazes*, restituindoselhes as suas presas, e se deve aceytar a pâz dos *Guanarez*, dissimulando as offensas, e delictos comettidos, dando os dittos *Guanarez* a segurança de mandarem alguns cazaes p.a esta Cidade, ficando os mais com todas as suas familias no Arrayal.

Cituados, e Aldeiados junto delle, e achando-se alguma inconstancia nelles se puderam mudar alguns ou todos conforme parecer para esta Ilha, ou Pará, aonde estejam mais seguros para não voltarem aos seus; e que as outras nasções darâm também seus refens, que segurem a assistencia do Padre Missionário, que hão de levar consigo; e que se procure segurar a ditta *Aldeya chamada Piquena* com a pâz e os mais principais destas nasçõens admittidas à ella, a venham tambem segurar; e de como assim o votaram, assentaram, e determinaram uniforme.to se fez este termo que todos assinarão com o ditto Governador, e Camp.a General do Estado.

E eu Manoel Roiz Tavares, Secretario de Estado o fiz /João da Maya da Gama / Dom Francisco Ximenes de Aragão / Jacintho de Carvalho / Joseph de Mendoça / Fr. Joseph de Santa Catharina / Fr. Joseph da Annunciação / Fr. Paulo de São João / Joseph Ribeiro Maciel / Manoel Lopes de Souza.

[Arquivo Público do Pará, *Reinado de D. João V, Anos 1727 a 1732*, Códice 907, s/p.]

APÊNDICE F

Esclarecimentos e rectificações

Numa obra da amplidão desta seria inverosímil que não deslizasse alguma inadvertência própria ou alheia; ou que estudos subseqüentes próprios também ou alheios não completassem algum ponto dela; ou ainda, que não surgissem interpretações de escritores respeitáveis, fundando-se nas suas páginas, sem traduzirem contudo exactamente o pensamento delas.

Coisas pequeninas sem dúvida, mas que convém mencionar e rectificar, quanto possível, dentro do nosso próprio percurso, antes de chegar ao fim. A verificação, em tempo útil, de imperfeições desta natureza, contingentes e inevitáveis, é um bem. E a supressão delas fará que fiquem menos, onde o Autor reconhece tantas.

I

A Mãe do B. Inácio de Azevedo

O ilustre historiador Francisco Rodrigues publicou em 1931 a *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. No 1º vol. do tômo primeiro, p. 476, escreve: «Inácio era filho natural de D. Manuel de Azevedo, beneficiado e clérigo de missa, e de D. Violante Pereira, descendente dos senhores de Fermedo, freira professa num mosteiro do Pôrto».

Dada a sua autoridade nos assuntos da Companhia em Portugal, abstivemo-nos de maiores pesquisas sôbre êste ponto, solicitados por outros mais da nossa especialidade, e inserimos na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tômo II, 244, as suas conclusões. Devem-se corrigir e é o próprio Francisco Rodrigues que se corrige a si-mesmo, no 2º volume do tômo II (1939) 482, da sua *História*, onde pelo documento de legitimação, Tôrre do Tombo, D. João III, *Legitimações*, L. X, f. 255v., consta que a mãe do B. Inácio de Azevedo, freira beneditina, se chamava, não Violante Pereira, mas Francisca de Abreu, filha de João Gomes de Abreu, «o das trovas».

II

Carta de Luiz da Grã a S. Inácio, 1555

Nesta carta, autógrafa, em castelhano, lê-se 1555, sem diferença entre os três cincos. Mas pelo contexto (diz que ainda não tinha saído da Baía...) e pelo confronto com as cartas seguintes (em Dezembro de 1555 já estava no sul...) aquêle último 5 deve ser equívoco. 1554 já seria aceitável. Rectifique-se qualquer informação a que a leitura óbvia de 1555 tivesse dado ocasião, como, por exemplo, a da entrada de Pero de Gois na Companhia. Incluiu-se esta carta e esta nota em *Novas Cartas Jesuíticas* (1940), 160-169.

III

D. Bartolomeu Simões Pereira

«O Administrador do Rio de Janeiro, que faz as vezes de Bispo nestas partes, faleceu nesta casa» — diz a Ânua de 1602 e 1603 e, supra, na *História* (II, 527) «esta casa» saiu como se fôsse o Rio, cujo nome se lia na linha anterior e na própria Ânua, pouco antes, como título principal. Na realidade «esta casa» é a do Espírito Santo e nela faleceu. Cf. *Carta bienal da Província do Brasil dos anos de 1602 e 1603*, em *Luiz Figueira*, onde já se fez esta mesma observação, pp. 89, 101.

IV

A falsa denúncia contra o P. Manuel Ortega

O P. Manuel Ortega, da diocese de Lamego, foi no século XVI, um dos maiores missionários da América do Sul, sofrido e obediente, cativo dos piratas, apóstolo dos *Ibirajaras*, e que percorreu imensos territórios, que hoje se repartem pelas Repúblicas do Brasil, Argentina, Paraguai, Perú e Bolívia. Num dado momento foi acusado falsamente perante a Inquisição, e prêso em rigoroso cárcere, até que o delator, arrependido à hora da morte, se desdisse juridicamente, e o Padre foi restituido, entre o regozijo geral, à liberdade e à honra injustamente perdida. Qual era a falsa acusação? Dizem os autores, e nessa conformidade o consignamos na *História*, I, 357-358, que violação do sigilo sacramental. Compulsando agora os autos da Inquisição do Peru, achamos o nome do P. Ortega entre os duma lista espantosa de denúncias, e verificamos que a acusação, que lhe assacaram, versava não sôbre violação do sigilo, mas sôbre solicitação, J. T. Medina, *Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición de Lima — 1569-1820* (Santiago 1889) 336.

Tratando-se de homens de envergadura, estas minúcias históricas não são para desprezar. No entanto, como se averigou a falsidade da delação, o caso vem a ser praticamente o mesmo. O obejecto dela é que era diferente.

V

Os Jesuítas do Brasil nos Estados Unidos da América do Norte

Escreveu-nos o ilustre Prof. do *Institute of Jesuit History*, de Chicago, Dr. J. Manuel Espinosa, que andava a estudar o P. Visitador do Brasil, Cristóvão de Gouveia e que notara discrepância na data do nascimento: a que demos, 3 de Janeiro de 1537 (*História*, II, 489) e a que dão em geral outros historiadores, 10 de Janeiro de 1542.

A impossibilidade, que traz a guerra, neste momento, de recorrer aos Arquivos de Roma, não nos permite deslindar a dúvida. Mas queremos fazer aqui menção dela e assinalar já o aparecimento daquele valioso estudo, *Gouveia: Jesuit Lawgiver in Brazil*, publicado na revista de história, *Mid-America*, Chicago, Janeiro de 1942, vol. 24, nº 1, 27-60. Começam os Jesuítas do Brasil a transpor as fronteiras de língua portuguesa, cabendo agora a vez à inglesa, nova «*discovery*» *of South America by North American historians*, como na primeira página da mesma Revista se exprime o seu director, Jerome V. Jacobsen, no interessante estudo, *Jesuit Founders in Portugal and Brazil*. Noutro número (vol. 24, nº 3) da mesma *Mid-America*, apareceram novos estudos de Jacobsen sôbre *Nóbrega of Brazil*, e de Espinosa sôbre *Luiz da Grã, Mission Builder and Educator of Brazil*. E ainda no número seguinte (4º), Outubro de 1942, pp. 252-271, J. Manuel Espinosa publica *Fernão Cardim, Jesuit Humanist of Colonial Brazil*, em que mostra admirável conhecimento do assunto e da bibliografia brasileira. É realmente o *Nuevo interés por la historia de los Jesuítas en los Estados Unidos*, anunciada já alguns anos antes, por aquêle ilustre escritor, Jerome V. Jacobsen, em *Estudios*, tômo 55 (Buenos Aires, Dezembro de 1936) 401-408. E apraz-nos verificar que escrevem com perfeito método científico. Aliás ser-nos-ia grato ver também, na América do Sul, o maravilhoso desenvolvimento actual da Companhia de Jesus na América do Norte, onde os Jesuítas dirigem nada menos que 14 Universidades, com 66.000 estudantes e com tão singular competência que a Faculdade de Medicina, da sua Universidade de Georgetown, é famosa nos Estados-Unidos.

VI

Ainda João Ramalho

João Ramalho, português, de Vouzela, é o patriarca da gente do Estado de S. Paulo. É já célebre a carta de Nóbrega, escrita de Piratininga, antes de se baptizar S. Paulo, que o mesmo Padre Nóbrega fundou no dia 29 de Agôsto de 1553, e se inaugurou, menos de cinco meses depois, a 25 de Janeiro de 1554. Essa

carta que, demos a conhecer, em 1934, deitou por terra muitas lendas que corriam à conta de João Ramalho. Mas ainda existem sobrevivências delas.

Rodrigues Alves Filho, no seu excelente livrinho, *Crónicas do Brasil Antigo* (S. Paulo 1939) 60, escreve: «Consoante diz Serafim Leite, êle [Ramalho] queria casar-se com a índia [Isabel], e, se vivia daquele modo, era pela falta do sacramento nestas paragens».

Nem nas páginas desta *História*, nem em livro algum nosso, se encontra semelhante asserção. Quando o P. Manuel da Nóbrega falou com João Ramalho em Santo André da Borda do Campo, a situação era esta. Ramalho, casado em Portugal, vivia com uma filha do chefe índio, Tibiriçá, de quem tinha filhos, e conhecera carnalmente outras parentes dela, talvez até irmãs. Para se regularizar, civil e religiosamente, a sua situação conjugal, era necessário, primeiro, investigar se ainda vivia ou não, em Portugal, a sua mulher legítima. Se vivesse, arrumar-se-ia o assunto: não se podia casar. Se já tivesse morrido, poderia casar-se, mas requeriam-se dispensas prévias, canonicamente exigidas, por causa daquelas relações carnais com as parentes da que ia ser sua legítima espôsa. A questão não era, pois, «haver falta de sacramento», era estar êle em condições *legais* para o receber. Se êle se casasse no Brasil, estando viva em Portugal sua mulher, incorreria num crime, o da bigamia, que caía e cai, nos paises civilizados, sob a alçada da lei.

VII

A morte de Manuel da Nóbrega

«In hoc Ianuario Collegio extremum diem obiit Pater Emmanuel de Nobrega, primus huius Provinciae Brasiliae Provincialis, necnon primus eiusdem Collegii Rector. Cuius virtutes, vitaeque sanctimoniam prudens omitto, quippe longam sibi postulant narrationem. Illud tantum dicam ultimum vitae suae diem praescivisse. Nam decimo septimo calendas Novembris nonnullos civium amicos invisens ultimum illis dicebat vale, tamquan peregre abiturus. Iis vero, quo? — sciscitantibus (deerat namque in portu navis) in coelum, reddebat Pater, illud sublatis oculis ostentans. Sequenti vero die post prandium intestinus dolor illum invasit, cui medicamenta nihil profuere; tunc adveniente nocte duobus qui aderant sacerdotibus, tanquam Pater filiis benedicens, optabam, inquit, coeteros fratres meos intueri, sed e coelo id praestabo: in crastinum enim Divi Lucae vocor (qui dies erat ipsius Patris natalis et quinquagesimum tertium illi claudebat aetatis annum). Eoque iam praesente, extremam sibi conferri sacram unctionem postulat; quod sacramentum suavissimo animi sensu, ut verba ipsa Patris pia, responsaque ad ministrorum preces indicabant, accipit. Deinde ad Deum profusis lacrymis *gratias tibi ago, Fortituddo mea, Refugium meum et Liberator meus, qui morti meae hunc diem praesignasti, mihique in Religione mea perseveerantiam ad hanc usque horam donasti!* Tunc leni motu sanguinis parum ejiciens ore, animam simul Creatori suo reddidit, anno millesimo quingentesimo septuagesimo». — *De prima Collegii Fluminis Januarii Institutione* (23v) pelo P. António de Matos, Gesù, Fondo Gesuitico, *Collegia*, 201.

Nóbrega no dia 16 de Outubro de 1570, estando no Rio de Janeiro, despediu-se dos seus amigos; no dia 17, sentindo-se mal, uma forte dor interna a que não valeram medicamentos, abençoou como pai a filhos, os dois Jesuítas, seus companheiros, Padres Gonçalo de Oliveira e Fernão Luiz, lastimando não ter ali todos os mais; e no dia 18 de Outubro, dia de S. Lucas, deitando pela bôca um ténue fio de sangue, expirou, com os sentimentos de piedade e de gratidão para com Deus: «Fortaleza minha, Refúgio meu, e Libertador meu, que marcastes de antemão êste dia para a minha morte, e me destes a perseverança na minha Religião até esta hora!»

A data de 18 de Outubro a deixamos em *Páginas de História do Brasil* (S. Paulo 1937)138 e esta página de *Prima Collegii Fluminis Ianuarii Institutione* ficou apontada com outras nesta *História*, tomo II, 468. Mas um lapso do dactilógrafo e da revisão transformou o 18 em 17. Devíamos esta rectificação, anunciada já por nós mesmos em *Nóbrega – o primeiro Jesuíta do Brasil* (Rio 1940) 216, por delicada atenção do seu autor, o ilustre escritor pernambucano José Mariz de Morais. E assim há males que vêm por bem, que é ficar aqui mais esta memória do glorioso fundador da Província do Brasil, o *Nóbrega of Brazil*, de Jerome V. Jacobsen (*Mid-America*, vol. 24, n. 3 (Chicago, Julho de 1942) 151-187), aquêle de quem Ernest Samhaber gaba a genial perspicácia, *Geniale Weitblick Nobregas*, em *Sudamerik* (Hamburgo 1939) 137, a mesmíssima frase com que Stefan Zweig reconhece em Nóbrega «energia heróica», «clarividência» e «capacidades ideais de um organizador genial» (*Brasil, País do futuro*, tradução de Odillon Galloti e prefácio de Afrânio Peixoto (Rio 1941) 40).

APÊNDICE G

Estampas, mapas e autógrafos

Luiz Figueira: — Como Nóbrega, fundador da Província do Brasil e primeiro Jesuíta da América, Luiz Figueira, fundador da Missão do Maranhão e Grão Pará e primeiro Jesuíta da Amazónia, não tinha ainda retrato, nem idealizado nem coevo. A Nóbrega deu expressão plástica o grande escultor português Francisco Franco; Figueira, por feliz sugestão de Augusto Meyer, achou o pincel mais afamado do Brasil moderno. A leitura do livro *Luiz Figueira — a sua vida heróica e a sua obra literária*, a sua viagem dolorosa a Ibiapaba e o seu fim trágico no Marajó, inspirou a Cândido Portinari, a obra prima com que se ilustra êste III tômo da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, para êle magnífica e expressamente feita pelo grande artista.

Francisco Pinto: — Em «Luiz Figueira» se incluiu a gravura do martírio, publicada por Matias Tanner, já suficientemente conhecida. Não o é tanto e não o vimos até hoje publicado em parte alguma, o retrato que se encontra no extraordinário tecto da sacristia da antiga igreja dos Jesuítas na Baía (Catedral), documento iconográfico luso-brasileiro, do século XVII, do mais alto valor, e de que é autor provável o irmão pintor Domingos Rodrigues. Obtivemo-lo por mediação amiga do Dr. Hermano Santana, que obsequiosamente se incumbiu de o fotografar para êste volume, quando passamos na capital baiana em 1941.

António Vieira: — De todos os Jesuítas do Brasil, Vieira é quem possue maior e melhor iconografia, e seria, por si só, trabalho interessante o seu estudo e publicação completa. Com uma delas abriremos o IV tômo, em que a actividade de Vieira quási o informa todo, da primeira à última página. Mas também nêste se projecta com tal esplendor a sua figura que convém se veja nêle. Entre muitos, pareceu-nos expressiva a que o representa como catequista e defensor dos Índios, e traz André de Barros na *Vida* do grande Jesuíta.

Mapas: — Publicam-se dois nêste tômo. Um, em primeiro mão, o da *Vila da Fortaleza* que se acabava de criar no Ceará, e outro, o *Mapa da Expansão dos Jesuítas no Norte do Brasil, nos séculos XVII e XVIII*, à semelhança do que se fêz no I tômo, para a área da sua actividade no século XVI.

Do *Mapa da Fortaleza* ficou no texto notícia bastante. Do *Mapa da Expansão*, legenda adequada explica o seu carácter esquemático e de conjunto local como o

anterior, parcelas progressivas do *Mapa Geral da Companhia de Jesus no Brasil*, que se vai assim gradativamente estabelecendo, de terra em terra e de período em período, até se organizar no fim, completo e definitivo, como fecho do último tômo.

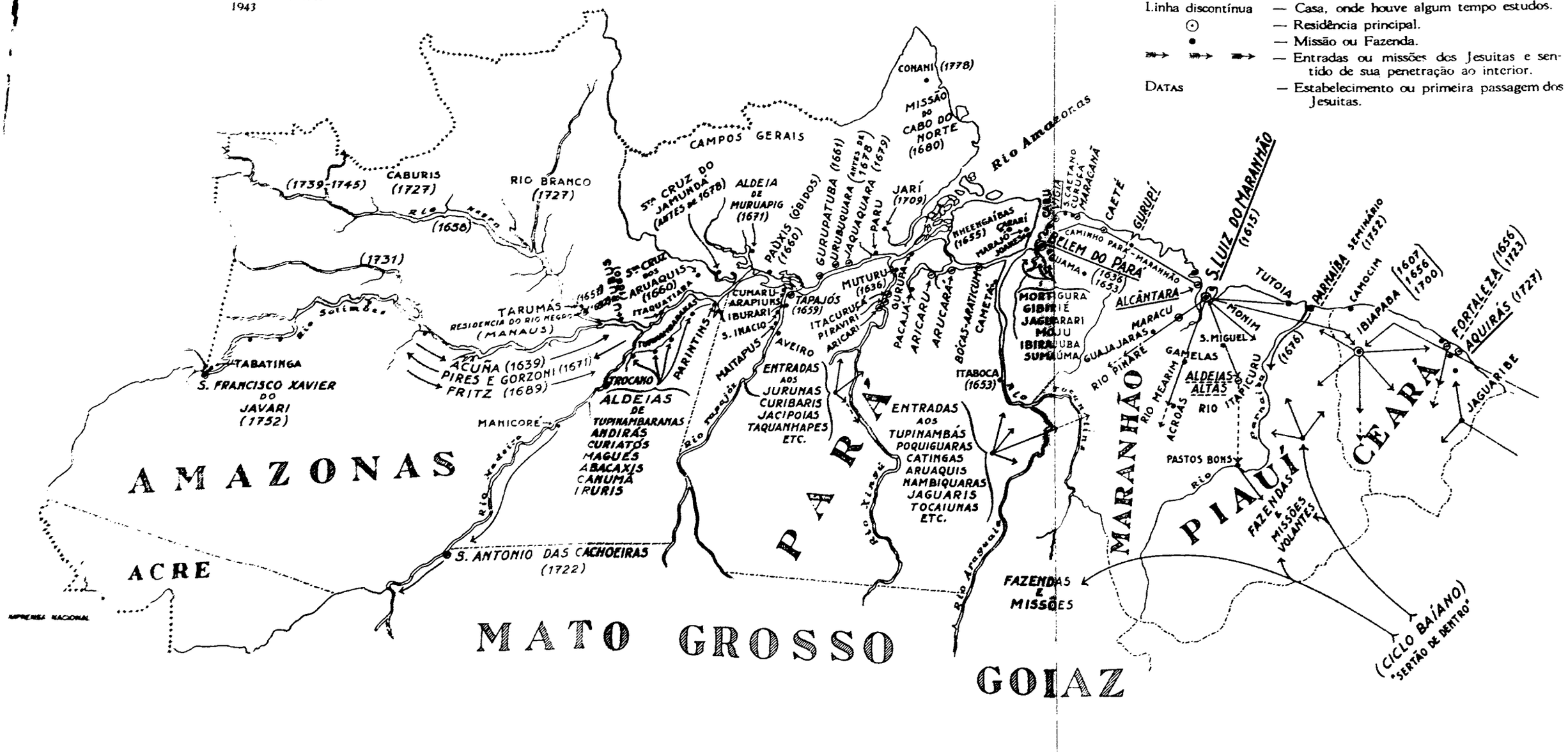
Para a organização dêste, do Norte, utilizaram-se dados conhecidos e alguns inéditos. E, pelos bons ofícios do Instituto Nacional do Livro, deu expressão gráfica perfeita ao nosso rascunho elementar, o notável desenhador brasileiro Paulo Werneck.

Autógrafos: — São de cartas inéditas, existentes no Arquivo Geral da Companhia de Jesus (*Archivum Societatis Iesu Romanum*). Na base da similigravura aparece, em muitas, o próprio códice em que se guardam e a página respectiva.

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: — Grande parte das gravuras dêste tômo (e dos mais que se seguirão se tivermos vida para tanto) foram-nos subministradas por êste organismo técnico, novo ainda, mas que já vai prestando tão relevantes *serviços* à Arte e à História do Brasil. Com boa vontade, evidente e perene, o Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, seu insigne Director, colocou à nossa disposição tôdas as fotografias de monumentos da Companhia de Jesus dêste já vasto arquivo. E muitas delas, como as da Vigia, o Dr. Rodrigo de Andrade as mandou fotografar expressamente para esta *História*, vencendo tôda a espécie de dificuldades, em particular as de comunicações, que as actuais circunstâncias da guerra sobremaneira agravaram. Trata-se, em verdade, não apenas de simples *serviço*, mas de verdadeira *colaboração*, que tanto valoriza o documentário desta obra.

EXPANSÃO DOS JESUÍTAS NO NORTE DO BRASIL
(SÉCULOS XVII -- XVIII)

Mapa organizado, segundo os documentos
por SERAFIM LEITE, S. I.
1943



ARANHA, OSVALDO. — Sob a rubrica «Instituto Histórico», no *Jornal do Commercio*, Rio, 29 de Setembro de 1939.

ATAÍDE, Tristão de. — Vd. Amoroso Lima, Alcêu.

BARBOSA, Domingos. — No *Diário da Baía*, 26 de Junho de 1935.

BARRETO, Plínio. — Em «*O Estado de S. Paulo*», 3 de Setembro e 3 de Dezembro de 1938.

BRAZÃO, Eduardo. — Em *A Voz*, Lisboa, 15 de Abril de 1938.

BRIQUET, Raúl. — Na *Revista da Academia Paulista de Letras*, S. Paulo, 12 de Setembro de 1942, p. 56.

BAYLE, Constantino. — Em *Razón y Fe*, Madrid, Janeiro de 1939, p. 104-105.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. — Na «Vida Literária» do *Diário de Notícias*, Rio, 8 e 13 de Dezembro de 1940.

CALMON, Pedro. — «Livro sem igual», em *A Noite*, de 13 de Agôsto de 1938; e 16 de Agôsto de 1941; em «Academia Brasileira», *Jornal do Commercio*, Rio, 1 de Novembro de 1941 e 31 de Janeiro de 1942.

CARVALHO, António Pinto de. — «A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil» em *Brasília*, I, Coimbra (1942) 245-255.

CORREIA MARQUES, Pedro. — Em *Bandarra*, Lisboa, nº 1, 16 de Março de 1935.

DINIZ DA FONSECA, Joaquim. — Em «Letras e Artes», Suplemento literário de *Novidades*, Lisboa, 1938 [*Vindex*].

ESPINOSA, J. Manuel. — Em *Mid-America*, Chicago, vol. 24, 1942, fasc. 1, p. 81-82.

FREIRE, Gilberto. — Em *O Mundo que o Português criou*, Rio 1940, 91; e no *Jornal do Comércio*, Recife, 6 de Julho de 1941.

GARCIA, Rodolfo. — Na *Revista do Brasil*, nº 5 (3ª. fase), Rio, Novembro de 1938.

HANKE, Lewis. — No *Handbook of Latin American Studies*, III, 1937, pp. 44, 221.

HEINEN, Ad. — Em *Die Katholischen Missionen*, Dusseldorf, Janeiro de 1937.

JACOBSEN, Jerome V. — Em *Mid-America*, Chicago, vol. 24, ns. 1-2.

JUAMBELZ, Jesus. — *Index Bibliographicus S. I.*, I, Roma, 1938, ns. 1.208, 1.209, 1.636, 1.876, 1.877, 1.896, 2.112, 2.600, 2.658; II (1940) ns. 1.493-1.495, 1.581-1.583, 1.748, 1.749, 1.890, 1.968, 1.969.

LAMALLE, Edmond. — No *Archivum Historicum S. I.*, Roma, IV (1935), 118, 154, 155; V (1936) ns. 97, 98, 99, 180, 182, 316; VI (1937) ns. 105, 106; VII (1938) ns. 158-170, 535; VIII (1939) ns. 116, 142-149, 372; IX (1940) *passim*.

LEÃO, Múcio. — No *Jornal do Brasil*, 3 de Setembro de 1938, e em *O Imparcial*, da Baía.

LEITÃO, Joaquim. — No *Jornal de Notícias*, Pôrto, 13 de Outubro de 1940.

LOURENÇO FILHO, M. B. — *Education*, em *Handbook of Latin American Studies*, IV (1938) nº 1.750.

MACEDO, Sérgio D. T. — Na *Gazeta de Notícias*, Rio, 29 de Setembro de 1939.

MANSO, Joaquim. — «Verdade», no *Diário de Lisboa*, 15 de Novembro de 1938.

MARCHANT, Alexander. — *History: Brazil*, em *Handbook of Latin American Studies*, VI (1940) ns. 3.586-3.587; e em *The Hispanic American Historical Review*, Durham, vol. XXVII (Agôsto de 1942) 530-531.

MARIZ DE MORAIS, José. — Em *Nóbrega, o primeiro Jesuíta do Brasil*, Rio, 1940, p. 11 e *passim*.

MARTIN, Percy Alvin. — *History: Brazil*, em *Handbook of Latin American Studies*, IV (1938) p. 275, 277, 280, 285.

MAURÍCIO, Domingos. — Na *Brotéria*, Lisboa, Novembro de 1938, 407-416.

MELO, Mário. — No *Jornal do Comércio*, Recife, 14 de Abril de 1936.

MELO E MATOS, Júlio de. — Em a *Soberania*, Águeda, 1 de Julho de 1938.

MENDES, Oscar. — «A alma dos Livros», em *O Diário*, Belo-Horizonte, 7 de Novembro de 1937.

MEYER, Augusto — Em *Bibliografia Brasileira, 1938-1939*, p. VII, Rio, 1941.

MONTELO, Josué. — «Vida Literária», em *Dom Casmurro*, Rio, 28 de Junho de 1941.

MOREIRA DAS NEVES. — Em «Letras e Artes» suplemento literário de *Novidades*, Lisboa, Dezembro de 1940.

MÚRIAS, Manuel. — Em *A Voz*, Lisboa, 4 de Dezembro de 1937, 25 de Maio e 16 de Junho de 1938; «Vidas heróicas e ardentes» em *A Voz*, de 29 de Janeiro de 1941; em *Ocidente*, Lisboa, vol. III, nº 7 (1940).

NAVARRO, Eugénio. — «Jornada intelectual ao Brasil em 60 minutos com o Dr. Serafim Leite», em *A Voz*, Lisboa, 6 de Janeiro de 1940.

NEVES, Berilo. — Em «Livros Novos», *Jornal do Commercio*, Rio, 20 de Maio de 1934, 21 de Agôsto de 1938, 1 de Janeiro de 1941 e 10 de Maio de 1942.

OLIVEIRA, Miguel de. — Em *Novidades*, Lisboa, 5 de Junho e 9 de Outubro de 1938.

PACHECO, Félix. — «Um dicionário inédito da língua indígena», no *Jornal do Commercio*, Rio, 6 de Julho de 1934.

PERDIGÃO, Henrique. — No *Dicionário Universal de Literatura*, 2ª. ed. (Pôrto 1940) 782-783.

PEREIRA, Lúcia Miguel. — No *Jornal do Commercio*, Rio, 9 de Outubro de 1938.

PEREIRA, Nilo. — Em *Fronteiras*, Recife, Outubro de 1938.

REIS, Artur. — «Aconteceu há muitos anos», na *Folha do Norte*, Pará, 22 de Julho de 1941.

RICARD, Robert. — Em *Études*, Paris, tômo 239, nº 8, 20 de Abril de 1939, p. 191-204.

RICARDO, Cassiano. — Em *Marcha para Oeste*, 2ª. ed., I (Rio 1942) 227.

SERRANO, Jónatas. — «Do meu Diário» em *A União*, Rio, 11 de Junho de 1934.

SIMÕES, Hélio. — Na «Página de Ala», de *O Imparcial*, Baía, 22 de Novembro de 1939.

SMITH, Robert C. — «Brazilian Art.» no *Handbook of Latin American Studies*, 1938, nº. 429.

SOUSA, J. Fernando de. — Em *A Voz*, Lisboa, 22 de Junho de 1938 e 7 de Dezembro de 1941.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. — «Vida Literária» de *O Jornal*, Rio, 17 de Outubro de 1937.

TAUNAY, Afonso de E. — Em «Os Jesuítas e o progresso cultural da Colónia», no *Jornal do Commercio*, Rio, 21 de Setembro de 1941.

VAN DER VAT, O. — Na *Revue d'Histoire ecclésiastique*, Lovaina, Bélgica, Julho de 1939, p. 599-600.

WRIGHT, Almon R. — Em *The Hispanic American historical Review* (Duke University) vol. XX, 438-441.

ZUBILLAGA, Félix. — Em *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, IX (1940) 141-143.

Deram notícias avulsas, e algumas longas, quási todos os grandes jornais e revistas de Lisboa, Coimbra, Pôrto, Guimarães, Braga e S. Jcão da Madeira; Rio, S. Paulo, Belo Horizonte, Baía, Recife, Fortaleza e Belém do Pará. Resta-nos saùdá-los a todos, no seu decano, o *Jornal do Commercio*, do Rio, o mais antigo jornal de língua portuguesa, que, sob a direcção de Elmano Cardim, continua a gloriosa tradição de Félix Pacheco, e cujas «Várias», de 4 de Agôsto e 4 de Novembro de 1938, em coluna aberta, versam, com inexcedível elegância, sôbre esta obra. A omissão dos outros artigos de jornais e revistas faz-se por não trazerem assinatura, com que se possam individuar. Não se omitem porém na lembrança do autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, que se confessa perpétuo devedor para com a Imprensa do Brasil e de Portùgal.

ÍNDICE DE NOMES

(Com asterisco: Jesuítas)

Abaeté: 308.
Abeville, Claude d': 8, 9, 137.
*Abranches, Francisco: 124.
Abranches, Moura de: 162, 164.
Abreu, Francisca de: 445.
Abreu, João Gomes de: 445.
*Abreu, P. Manuel de: 194.
Abreu e Lima, José Inácio de: XXIV, 75, 81, 222.
Abrunheira: 400.
Acaraú: 67.
Açores: 10, 373.
Acre: X, 235, 410.
Açu: 93-95.
*Acuña, Cristóbal de: XXIV, 207, 267, 268, 270, 369, 383, 384, 391, 405, 406.
D. Afonso VI: 25.
*Afonso, Manuel: 352, 364.
Afrânio Peixoto, J.: I, XX, XXIV, 15, 99, 449, 453.
África: X, 232.
Agassiz, M. et Mme: XXIV, 272.
Aguanambi: 90.
*Aguiar, Bernardo de: 133.
Aguiar, João Leite de: 88.
Aires Carneiro, João Roberto: 305.
Alagoas: 193.
Alberto Tôrres, Heloisa: XVIII.
Albuquerque, Jerónimo de: 4, 11, 100, 117, 185, 425, 426.
Albuquerque, Odorico Rodrigues: 385.
Albuquerque Coelho de Carvalho, António de: 73, 121, 256, 258, 260, 264, 340, 341, 351, 410, 412, 440.
Albuquerque Coelho, Francisco de: 199, 314.
Alcântara: 135, 199-201, 271, 314.
Alcântara, Francisco de: 237.
Aldeia dos Abacaxis: 218, 384, 386-389, 393, 398, 399, 404.
— *Acarará:* 179, 192.
— *Acaraú:* 68.
— *Açú:* 95, 96.
— *Acuriatós:* 384, 385, 395.
— *Aldeias Altas:* 143, 153.
— *Amatari:* 376.
— *Anajás:* 245.
— *Andirás:* 384, 389, 395, 396.
— *Anunciada do Jaguaribe:* 94.
— *Arapijó:* 349.
— *Arapiuns:* 364.
— *Aricá* ou *Aruará*, ou *Aricará:* Vd. *Aricari.*
— *Aricari:* 345, 353-354.
— *Aricuru:* 206, 308-310.
— *Aripuanás:* 392.
— *Arucará:* 306, 310.
— *Antotoia:* Vd. *Tutóia.*
— *Barbados* (Grande): 143, 152, 441, 442.
— *Barbados* (Pequena): 143, 439, 442, 443.
— *Bispo:* 256.

Aldeia da Boa Vista: 349.
— *Bócas:* 279, 280, 306, 310, 311, 313.
— *Borari:* Vd. *Iburari.*
— *Cambócas:* Vd. *Bócas.*
— *Cabu:* 246, 279, 284-287, 291.
— *Caeté:* 292-297.
— *Caviana:* 349.
— *Cajuipe:* 187-189.
— *Cajutiba:* 188.
— *Camocim:* 17, 19, 24, 26, 32, 86, 165.
— *Camutá:* 241, 300, 314, 323.
— *Canumã:* 387, 388, 393, 394, 395, 398, 400.
— *Capitiba:* 187, 188, 262.
— *Carará:* 185, 191, 193, 195.
— *Carnapió:* 300.
— *Cassiporé:* 260.
— *Caucáia:* 3, 14, 85, 88, 89, 91.
— *Condurises:* 276, 277, 349, 385.
— *Cuçari:* Vd. *Gonçari.*
— *Cumaru:* 364.
— *Curiatós:* Vd. *Acuriatós.*
— *Curuçá:* 275, 289, 291.
— *Diabo Grande:* 6.
— *Doutrina:* 187.
— *Faustino:* 279, 280.
— *Gamelas:* 169, 171, 175, 178-180.
— *Gonçari:* 271, 274, 287, 289.
— *Guaiacurupá dos Tupinambaranas:* 386, 400.
— *Guajajaras:* Vd. *Carará, Maracu e Cajuípe.*
— *Guajará:* 284, 287.
— *Guamá:* 301.
— *Guanaré:* 123, 152, 154, 155, 440.
— *Guarapiranga:* 279.
— *Guaricuru:* Vd. *Aricuru.*
— *Guarinamá:* 395.
— *Gurupá:* 347.
— *Gurupatuba:* 230, 262, 267-274, 360.
— *Gurupi:* 292, 293.
— *Ibiapaba:* 3-73, 75, 82, 85, 86, 88, 104, 161, 443, 451.
— *Iburari:* 363.
— *Icatu:* 157, 158.
— *Iguaranos:* 157.
— *Ilha do Sol,* 342.
Aldeia do Ingaíbas: 308.
— *Inhaúba:* 314, 315.
— *Irurises:* 384, 392, 393.
— *Itaboca:* 302, 344.
— *Itacuruçá:* 345, 349-352, 355, 375.
— *Itaqui:* 186, 187.
— *Jaguaribe:* 94, 95.
— *Jaguariguaras:* 88.
— *Jamundá (S.ta Cruz):* 277, 278.
— *Jaquaquara:* 271, 273, 274.
— *Javari:* 354, 418-421.
— *Joanes:* 235, 246, 247.
— *Jurupariaçu:* 6, 7.
— *Lagoa do Apodi:* 95.
— *Laguna:* 409.
— *Maguari:* 285.
— *Maguases:* 384, 389.
— *Maitapus:* 365, 366, 386.
— *Mapuá:* 246.
— *Maracanã:* 220, 279, 289-291.
— *Maracu:* 147, 179, 185, 188, 189, 190.
— *Maraguases:* 385.
— *Matari:* 375, 376.
— *Maturá:* 408.
— *Maturu:* Vd. *Muturu.*
— *Mamaiacu:* 289.
— *Mocajuba:* 281, 300.
— *Mocajubas:* 285, 323.
— *Moju:* 300.
— *Mortigura:* 248, 271, 279, 299, 300, 306, 308, 317, 318, 321, 342, 344, 411.
— *Muribira:* 285.
— *Muruapig:* 276, 277.
— *Muturu:* 345, 346, 349-351.
— *Nazaré (Itapicuru):* 147.
— *Nheengaíbas:* 275, 279, 280, 308, 309.
— *Oiro:* 409, 412, 417.
— *Onicorés:* 392.
— *Paiacus:* 3, 85, 92, 93.
— *Paranamirim:* 85, 88, 91.
— *Parangaba:* 3, 10, 14, 32, 85-91.
— *Paraparixanas:* 392.
— *Parijó:* 277, 315.
— *Paru:* 274.
— *Paupina:* 3, 10, 14, 88, 89, 91.

Aldeias do Piraviri ou *Piraquiri*: 345, 352.
— *Piuburi*: 175.
— *Potiguaras*: 88.
— *Rio Negro*: 375.
— *Rodela*: 76.
— *Sacacas*: 246.
— *S. Cristóvão*: 199, 201.
— *S. F.co Xavier dos Tupinambaranas*: 386-388.
— *S. F.co Xavier dos Tupinambaranas* (outra): 386.
— *S. Gonçalo de Icatu*: 158.
— *S. Gonçalo do Itapicuru*: 135.
— *S. Jacob de Icatu*: 157.
— *S. João de Cumã*: 201.
— *S. João do Apodi*: 95.
— *S. João de Cametá*: 314.
— *S. João do Gurupi*: 291.
— *S. Joaquim dos Omáguas*: 408, 409.
— *S. José dos Índios*: 142.
— *S. José (Maranhão)*: 135, 141-142.
— *S. José (Tapajós)*: Vd. *Maitapus*.
— *S. Lourenço (Ceará)*: 11.
— *S. Lourenço dos Tupinambaranas*: 388.
— *S. Luiz Gonzaga (Cabo do Norte)*: 264.
— *S. Luiz Gonzaga (Marañón)*: 407.
— *S. Miguel do Apodi*: 94.
— *S. Miguel do Itapicuru*: 143, 147--152.
— *S. Miguel dos Tupinambararanas*: 384
— *S. Paulo dos Cambebas*: 408, 414.
— *S. Pedro (Gurupá)*: 348, 349.
— *S. Pedro (Solimões)*: 418.
— *Santa Cruz (Abacaxis)*: 388.
— *S.ta Cruz dos Andirases*: 385.
— *Santa Cruz (Tapajós)*: 365.
— *Santa Maria dos Omáguas*: 414.
— *S.to António das Cachoeiras*: 218, 235, 401, 402.
— *S. Inácio (Tapajós)*: 364, 366, 388.
— *S. Inácio (Marañón)*: 407.
— *Saparará*: Vd. *Tabapará*.
— *Serigipe*: 199.
Aldeia do Sumaúma: 305, 306, 308, 344.
— *Tabapará*: 285-287, 291.
— *Tabainha*: 61. Vd. *Ibiapaba*.
— *Tabarapixi*: 255, 258.
— *Tabatinga (Solimões)*: 421.
— *Taboca*: Vd. *Itaboca*.
— *Taguaibunuçu*: 7.
— *Taiuaçu Coarati*: 141.
— *Tapajós*: 230, 262, 271, 357-363, 375.
— *Tapará*: 286, 348-350.
— *Taparajó-Tapera*: 365.
— *Tarumás*: 370, 375.
— *Taupará*: 286.
— *Tipucu*: 246, 247.
— *Tocantins*: 308, 335, 344.
— *Tororises*: 392.
— *Trocano*: 218, 400-403.
— *Tupinambás de baixo*: Vd. *Cabu*.
— *Tupinambás de cima*: 284.
— *Tupinambaranas*: 276, 277, 364, 385-398.
— *Tutóia*: 135, 161, 166, 167.
— *Uaricuru*: Vd. *Aricuru*.
— *Uçaguaba*: 135, 137.
— *Una*: 286, 313.
— *Urubu*: 383, 385, 408.
— *Urubuquara*: 270, 271, 273.
— *Vera Cruz*: 388.
— *Xingu*: Vd. *Itacuruçá*.
— *Zorobabé*: 76.
Alemanha: XXI, 18, 70.
Alencar, José de: 270.
Almeida: 133.
Almeida, Domingos de: 121.
Almeida, Francisco de: 178, 189, 440, 441.
*Almeida, João de: 118, 164, 165, 216, 220, 340.
Almeida, João Tavares de: 86.
Almeida Freire, João: 340.
Almeida Pinto: 214.
Almeida Prado, J. F. de: XXIII, 206, 453.
Almofala: 28.
Altamira: 354.
Alter do Cão: 363.

*Álvares, Bento: 211, 215, 229, 291, 292, 302, 343.
*Álvares, Gaspar: 12.
Álvares, João: 88.
*Álvares, Luiz: 362, 366.
Amaral, Brás do: 453.
Amaral Junior: 453.
Amazônia: IX, X, XII, XIII, XVI, 205, 218, 219, 235, 236, 374, 410, 451.
Amazonas: 267-421.
Ameal, João: 453.
América XII, 23, 232, 344, 411, 412.
América do Norte: 447.
América do Sul: X, 446, 447.
*Amodei Benedito: 104, 109, 113-116, 129, 146, 406.
Amoroso Lima, Alceu: XI, 197, 453.
Amsterdam: 18.
*Anchieta, José de: 258.
Andes: 411.
Andrade, Antônio de: 414, 416.
*Andrade, Francisco de: 121, 131.
Andrade, Rodrigo M. F. de: XVIII, 227, 452.
Andrade Furtado: XVIII.
*Andreoni, João Felipe: 56, 63, 67, 68, 96.
Angola: 52.
Anjos, D. Gregório dos: 120.
Anjos, Narciso dos: 284.
Antilhas: 100, 101, 104.
*António, Aleixo: 222, 225, 228, 232, 403.
*António, Domingos: 233, 366.
*António, José: 228.
*Antunes, Miguel: 128, 265, 301.
Anunciação, José da: 439, 443.
Aquirás: 67, 73, 76-83, 89, 91, 96.
Aragão, D. Francisco Ximenes de: 439, 443.
Aranha, Manuel Guedes: 345, 350, 351.
Aranha, Osvaldo: XXI, 454.
*Araújo, António de: 207.
*Araújo, Domingos de: 10, 206, 231.
Argentina: 446.
Arnau Vilela, António: 382.
*Arnolfini, Marco António: 308, 344.
Arraial de N.ª S.ª do Carmo e Santa Ana: 377.
Arraial de N.ª S.ª da Penha da França e Santa Ana: 380.
Arraial da Piedade: 173, 174.
Arraial de S. José: 179.
Arraial Velho dos Mineiros: 169, 172, 173.
Arronches: 14, 90.
*Artieda, André de: 207, 369, 406.
Ásia: X.
Astrain, António: XXIV, 408, 409, 412, 415-417.
Ataíde, Tristão de: Vd. Amoroso Lima.
Ataíde Teive: 214.
Aveiro: 365.
*Avelar, João de: 116, 345, 355.
*Avelar, Luiz de: 116.
Avelar, Paulo Soares do: 112.
*Avogadri, Aquiles Maria: 380, 388.
*Azevedo, B. Inácio de (1º); 445.
*Azevedo, Inácio de (2º): 292.
Azevedo, D. Manuel: 445.
Azevedo, Pedro Carneiro de: 121.
Badón: 378, 379.
Baena, António Ladislau Monteiro: XXIV, 207, 210, 214, 222, 225, 227, 420.
Bagé, Barão de: 249.
Baía: IX, 10, 12, 19, 32, 34, 55, 63, 69, 96, 100, 115, 219, 223, 225, 262, 446,451, 456.
— *de Guajará:* 206.
— *de S. José:* 158.
— *de S. Marcos:* 135, 139, 199.
Banhes, Francisco de: 304.
*Baptista, António: 289.
*Baptista, Manuel: 76.
Barata, Manuel: XXIV, 208, 210, 214, 267, 273, 274, 297, 305, 315, 345, 346.
Barba Alardo de Meneses, Luiz: 28.
Barbosa, Domingos: 454.
*Barbosa, Teotónio: 389.
Barbosa Rodrigues, J.: 362-364.
Barléu, Gaspar: 16, 108.

*Barreiros, José: 273, 392.
Barreto, Francisco: 29, 430.
*Barreto, Luiz: 167.
Barreto, Plínio: 454.
*Barros, André de: XXIV, 25-28, 99, 146, 246, 308, 338, 344, 348, 370, 373, 382, 451.
Barros, Zacarias (?) de: 224.
Barros Leite, Jorge de: 95.
Barroso, Gustavo: 14.
Baturité: 83, 92, 93.
*Bayle, Constantino: 454.
Becx, Matias: 15, 16.
Beja: 308.
Belém da Cachoeira: X, 223.
Belém do Pará: XI, XII, 205-233, 456; Vd. *Pará*.
Belfort, Lourenço: 380.
Bélgica: XXI.
Belo Horizonte: 456.
Benfica: 285.
Bequimão, Manuel: 272.
Berredo, Bernardo Pereira de: XXIV, 109, 115, 162, 189, 206, 208, 209, 256, 417, 440.
*Bettendorff, João Filipe: reitor do Maranhão, 1ª., 2ª., e 3ª. vez, 130; reitor do Pará, 229; visita o Amazonas, 269; referências bibliográficas, *passim*.
Bezerra de Freitas: 453.
Bezerra de Menezes, António: 22, 70, 86, 90.
Bettencourt, António: 387.
Bivona: 116.
Boémia: 76, 192.
Boim: 364.
Bolívia: 446.
*Bonomi, João Ângelo: 310, 392.
*Borba, Manuel: 271.
Borba a Nova: 403.
Borges de Barros: 92.
Borja (Marañón): 407.
*Borja, S. Francisco de: 100, 212.
Borromeu, Carlos: 352, 354.
Bossuet: 266.
*Bourel, Filipe: 76, 94.
Braga: 76, 456.
Braga, João de Barros: 79.
Braga, Manuel, 378.
Braga, Teodoro: XXIV, 267, 285, 289, 291, 310, 311, 315, 354.
Bragança: 297.
Brandão, D. Fr. Caetano: 210.
Brandão, Cláudio: 16, 108.
Brandão, João Pereira: 178.
Brasil: passim.
Brazão, Eduardo: 454.
Breves: 311.
Breves Fernandes, Manuel: 311.
*Brewer, João de: 65.
Brieva, Domingos de: 406.
Brígido dos Santos, João: XXIV, 14, 24, 31, 89.
Briquet, Raúl: 454.
*Brito, João de: 82.
Brito, João Inácio de: 251.
*Brito, Manuel de: 131, 132, 152, 190, 217, 231, 248.
Brixia: 220.
Bruxelas: XVI, XXII.
Buapaba: Vd. *Ibiapaba*.
Buarque, Manuel: 352.
Buarque de Holanda, Sérgio: XVIII, 360, 454.
*Bucarelli, Luiz Maria: 128, 300.
Bulhões, D. Miguel de: 125, 225-227, 233, 284, 308, 362.
*Burgués, Baltasar Más: 101.
Bustamante, Apolónia: 137.
Cabo da Boa Esperança: 333.
— *do Norte:* 230, 232, 235, 238. 253-266, 275, 344, 374, 376.
— *de Orange:* 257.
— *de Santa Maria:* 101.
— *de S. Vicente:* 101.
*Caeiro, José: XXV, 7, 12, 13, 71, 82, 152, 153, 167, 183, 190-192, 197, 200, 285, 289, 308, 344, 352, 353, 354, 380, 421.
Caetano da Silva, Joaquim: 264.
Caiena: 232, 253, 255, 257-260, 264, 265.
Caiola, Júlio: XVII.

Caldeira de Castelo Branco, Francisco: 425-426.
Calmon, Pedro: XXV, 94, 406, 453, 454.
Câmara Cascudo, Luiz da: 453.
Câmara Coutinho, Luiz Gonçalves da: 33, 37.
Cametá: 226, 277, 341, 358, 373, Vd. *Camutá e Aldeia de Camutá.*
Campo Grande (Ceará): 58.
*Campos, Baltasar de: 216, 220.
Campos Moreno, Diogo de: 5, 11.
Camutá: 207, 256, 313, 315, 317, 323, 324, 327.
*Canísio, Rogério: 31, 65, 70.
Cano: 103.
Capanema, Gustavo: I.
*Capelli, Félix: 76.
Capistrano de Abreu, J.: XVIII, 99, 206, 266, 401.
Caracas: 429, 431.
*Caraffa, P. Geral: 115.
*Carayon, Augusto: XXV, 70, 232.
Cárdenas, António Peres de: 92.
Cardim, Elmano: 456.
*Cardim, Fernão: 4, 447.
*Cardoso, Armando: 453.
*Cardoso, Francisco: 355.
Cardoso, Amaro: 293.
Cardoso de Almeida, Matias: 40, 41.
Cardoso de Miranda: 453.
*Careu, Ricardo: 129, 338.
Carlos III: 414.
*Carneiro, Manuel: 87.
*Carneiro, Paulo: 52.
Carneiro, Pedro de Azevedo: 256.
Carneiro Pacheco, António: XVII.
Carrazedo: 349.
*Carrez, Luiz: 273.
Carrilho, Fernão: 54, 189.
Cartagena de Indias: 412, 428.
Carvalho, António Pinto de: 454.
*Carvalho, Cristóvão de: 228, 285, 352.
*Carvalho, Jacinto de: 224, 231, 291, 292, 361, 389, 393, 439, 443.
*Carvalho, Manuel de (1º): 82.
Carvalho, Manuel de (2º): 34, 348.
Carvalho, Manuel Monteiro de: 301.
Carvalho, Paulo de (1º): 197.
Carvalho, Paulo de (2º): 453.
Carvalho, Teresa Xavier de: 250.
Carvalho e Aguiar, Bernardo de: 441.
Carvalho e Melo, Sebastião José: Vd. Marquês de Pombal.
Cascavel: 28.
*Cassali, Pedro Francisco: 32, 86, 293.
Cassiporé: 262.
Castanheira: 220.
Castela: 254, 326, 405, 407, 409, 415, 417, 431.
Castelo Branco, Camilo: XXVI, 151, 206, 225.
Castelo Branco, João de Abreu de: 286, 417.
Castro de Avelãs: 408.
Catão, Pedro: 93.
D. Catarina (Rainha): 209.
Catundá, J.: 30.
Caxias das Aldeias Altas: 154.
Ceará: IX, XI, XVIII, 1-96, 102, 141, 162, 165, 293, 355, 451.
Ceará Grande: 81, 93.
Cerejeira, D. Manuel Gonçalves: XX.
Chagas, João das: 237.
Chantre y Herrera: 407.
Chicago: 447.
Chile: 406.
China: X, 438.
Cidade, Hernani: 336.
Civitavecchia: XXIII.
*Cócleo (Cocle), Jacobo: 3, 32, 75, 86, 87.
*Coelho, António: 131, 216, 290.
*Coelho, Felipe: 56.
Coelho, Manuel: 374.
Coelho de Carvalho, Feliciano: 313, 314.
Coelho de Carvalho, Francisco de: 115.
Coelho da Silva, Inácio: 163.
Coelho de Sousa, Pero: 4, 5.
Coimbra: XVII, 26, 255, 272, 400, 456.
Coimbrão: 34.
Colares: 284, 291, 342.

Colômbia: 101.
Colónia do Sacramento: XVI.
Conani: 232, 266.
Conde: 300.
Conduru, Abelardo: XX.
*Consalvi, Pier Luigi: 120, 130, 161, 163-165, 188, 215, 230, 254, 263, 269, 276, 277, 384.
Constança: 255.
Copeiro: 400.
*Cordara, Júlio César: XXIII.
Correia, Agostinho: 237, 238.
Correia, Domingos Vaz: 114.
Correia, Feliciano: 310.
*Correia, Frutuoso: 119, 120.
Correia, Inácio, 414.
Correia, João: 358.
*Correia, Luiz: 220, 221.
*Correia, Pero: 258.
Correia Marques, Pedro: 454.
Correia da Silva, Jorge: 87.
*Costa, António da (1º): 116.
Costa, António da (2º): 227.
Costa, D. Catarina da: 222, 292, 303, 304.
*Costa, Diogo: 120, 121, 131, 290.
*Costa, Domingos da (1º): 384.
Costa, Domingos da (2º): 105.
Costa, Inácio da: 128, 140, 169.
Costa, João da: 94.
Costa, Lúcio: 222.
*Costa, Manuel da: 271, 272, 296.
Costa, Rodrigo da: 96.
Costa Coelho, António da: 362.
Costa Favela, Pedro da: 267, 307, 345-348.
Costa Freire, Cristóvão da: 126, 275, 415, 440.
Costa e Silva, Bernardo da: 370, 389, 392.
Coudreau, Henri: 356, 363.
*Couto, Lopo do: promove a restauração do Maranhão, 108-116, 129, 143, 157.
Couto, Manuel do: 250.
*Couto, Tomás do: 216, 231.
Couto de Magalhães, Angenor: 366.
Cruaió: 354.
*Cruz, Domingos da: 231.
Cruz, D. Manuel da: 123.
*Cruz, Teodoro da: 389.
Cruz Filho: 78.
Cuenca: 305, 406.
*Cujía, Gaspar: 407.
Cumã, (baía de): 200, 201.
Cumana: 431.
Cumaú: 257.
*Cunha, António da: 188, 231.
Cunha, Cardeal da: 89.
Cunha, Euclides da: 205.
Cunha, João da: 193, 194.
*Cunha, Joaquim da: 190.
Cunha Rivara, Joaquim Heliodoro da: XXV, 164, 182, 366, 389, 400, 404.
Curralinho: 47.
*Daniel, João: XXV, 205, 221, 228, 246, 271, 282, 289, 291, 300, 310, 311, 353, 362-365, 388, 389, 400, 402.
*Delgado, Mateus: 129, 201, 208, 279, 309, 310, 321, 322.
Delgarte, D. Fr. José: 217.
*Dias, António: 133, 154.
Dias Lima, Francisco: 295.
Dilinga: 255.
Diniz da Fonseca, Joaquim: 454.
Diniz Pinheiro, António da Cruz: 286.
Domingos, Cristóvão: 216.
Domingues, Pero: 206.
Dorsais, Pedro: 287.
Dourado, Adolfo: XIX.
*Duarte, Baltasar: 52.
*Eckart, Anselmo: 403.
Ehrenreich: 342.
Emundson, George: XXV, 273, 415
Enes, Ernesto: 197.
Equador: XXI, 411.
Espada, Marcos Jiménez de la: 409.
Espanha: XI, XXI, 101, 104, 197, 405, 406, 408, 412, 414, 415, 421, 429.
Espinosa, J. Manuel: 447, 454.
Espírito Santo: 446.
Estados Unidos da América do Norte: XXI, 447.

*Estanislau, Inácio: 233, 311.
Estêvão de Oliveira, Carlos: XIX.
Europa: X, 210, 232, 272.
Évora: XVI, XVII, XXII, 26, 103, 115.
Évreux, Ivo d': 117.
Famalicão: 268.
Faria Manuel Severim de: XXV, 206.
Faro: 278.
Farto, João Freire: 41.
*Fay, David: 195, 196.
Fazenda de Amandijuí: 140.
— *Anindiba:* 135-138, 142.
— *Arari:* 250-252.
— *Arassatuba:* 190.
— *Cachoeira:* 169, 170.
— *Curuçá:* 271, 287-289.
— *Gerijó:* 199, 201.
— *Gibirié:* 285, 300-302.
— *Guajará-una:* 304.
— *Guiraquatiara:* 47.
— *Igapara:* 47.
— *Igaraú:* 128, 140.
— *Iguará:* 157.
— *Ibirajuba (Engenho):* 222, 302-305, 400.
— *Imbueira:* 66.
— *Jacareí:* 190.
— *Jaguarari:* 248, 292, 300-303.
— *Jaguaroca:* 152.
— *Juquiri:* 302.
— *Mamaiacu:* 145, 248, 271, 284, 285, 287, 288.
— *Marajó:* 287.
— *Marajoaçu:* 249.
— *Marajoão:* 249.
— *Matadoiro:* 128, 169.
— *Mereti,* 304.
— *Missão (Ceará):* 66.
— *Mocajuba:* 285.
— *Morcegos:* 128, 169.
— *Mouxão:* 169, 170.
— *N.ª S.ª da Conceição (Monim):* 158.
— *Peri-Açu:* 199.
— *Pericumã:* 199, 202.
— *Pilar:* 202.
— *Pindaré:* 190, 199.
— *Pindoba:* 82.
Fazenda de Piriris: 152.
— *Pitinga:* 66.
— *Prata:* 154.
— *S. Bonifácio (Engenho):* 185, 190.
— *S. Brás:* 135, 140.
— *São Caetano:* 183.
— *Sêco:* 154.
— *Serranos:* 169.
— *Tabatinga (Vigia):* 283.
— *Tatuaba:* 158.
— *Tiaia:* 66.
— *Timbatuba:* 201.
Feliz Lusitânia: 206.
*Fernandes, António Paulo Ciríaco: 93.
Fernandes, Francisco: 406.
*Fernandes, Gaspar: 143, 146.
*Fernandes, Manuel: 401.
Ferraz, Luiz Caetano: 193.
*Ferreira, Caetano: 132, 155.
*Ferreira, Inácio: 194, 231.
*Ferreira, João: 133, 232, 266, 305.
*Ferreira, José: 131, 283.
*Ferreira, Lourenço: 224.
*Ferreira, Manuel: 228, 232, 363, 366.
Ferreira Pena: 267, 273, 364.
Ferreira da Silva e Albuquerque, Manuel: 296.
Ferro, António: XVII.
Ferrolles, Pedro de: 264, 265.
Fialho, D. José: 89.
*Figueira, Luiz: 3; vai à Serra de Ibiapaba, 4-14; 15, 85, 86, 93, 99, 104-107, 109, 115, 116; funda a missão do Maranhão, 117, 118; 120, 121, 137, 138, 143, 146, 157, 187, 201, 247, 253; vai ao Pará e Xingu, 207, 313, 315, 345-347; 355, 407, 425, 446, 451.
Filipe IV: 406.
Filipe V: 414.
Fleiuss, Max: XVIII, 14.
Florence, Hércules: 361.
Fonseca, Alexandre da: 81.
*Fonseca, António da: 277, 385-387.
*Fonseca, Bento da: 124, 133, 182, 226, 266, 289, 404, 409.

Fonseca, José Antunes da: 415.
Fonseca, José Gonçalves da: 388, 401, 402.
Fontes de Melo, Baltasar: 323.
Fortaleza: 3, 23, 24, 29-31, 67, 81-90, 73-79, 451, 456.
França: XXI, 18, 232.
Francês, Manuel: 76-78.
*Franco, António: XXV, 76.
Franco, Francisco, 451.
*Franco, Manuel: 82.
Franco, Pedro da Rocha: 69.
*Francisco, Domingos: 399.
*Fragoso, Gaspar: 208, 222, 317, 322.
*Franca, Leonel: 453.
Freire, Gilberto: 454.
*Freire, Sebastião: 284.
Freire de Andrade, Gomes: 130, 256, 264, 392, 440.
Friburgo: 255.
*Fritz, Samuel: 255, 273, 274, 379, 385; sua vinda ao Pará, 407-416.
Frois de Abreu, S.: 193.
Funchal: 344.
Fundão, Francisco de Sousa: 264.
Furo dos Abacaxis: 388.
— *Arauaí:* 306.
— *Aruató:* 385.
— *da Companhia:* 306.
— *Itaquara:* 306.
— *do Jaburu:* 306.
— *Japichaua:* 306.
— *Mututi:* 306.
— *do Tajapuru:* 306.
Furtado, António: 334.
*Fusco, Sebastião: 352, 386.
*Gago, Ascenso: 3, 8; missionário de Ibiapaba, 37, 38, 47, 56-58, 63-69.
*Galanti, Rafael M.: XXV, 109.
Galloti, Odillon: 449.
*Galvão, Manuel: 310.
Gama, António Roiz: 145.
Gama Casco, Bernardo Coelho da: 90.
*Gama, Jerónimo da: 343, 344.
*Gama, José da: 231, 403.
*Gandolfi, Estêvão: 130, 194.
Garcia, Rodolfo: I, XVIII, XXV, 4, 5, 96, 99, 164, 206, 232, 260, 280, 311, 346, 406-409, 413, 415, 454.
Garcia de Ávila (Senhoras da Tôrre de): 62.
Garcia Júnior: 453.
Garrafa, António Simões: 106.
Garro, Paulo Martins: 348.
Gasco Coelho, António: 237.
Genebra, 18.
*Gentil, José da Frota: 453.
Georgetown: 447.
Goiás: 125, 340.
*Gois, Pero de: 446.
*Gomes, António: 361, 362.
*Gomes, António Júlio: XVII.
*Gomes, Bernardo: 257; missão e martírio no Cabo do Norte. 259, 260, 261, 262, 265.
*Gomes, Luiz: 419.
*Gomes, Manuel: 10, actividade na conquista do Maranhão, 99-104, 117, 129, 135, 137, 143, 207, 253, 406, 425-426, 431.
Gomes, D. Manuel: 83.
Gomes, Misael: XVIII.
*Gonçalves, Antão: 33, 147.
*Gonçalves, António: 148, 149.
*Gonçalves, Francisco: 24, 211, 268, 314, 316, 357, 371, 373, 374, 381, 357.
Gonçalves, Rafael: 360.
*González, Tirso: 258, 411.
*Gonzaga, Luiz (1º): 167.
*Gonzaga, Luiz (2º): 224.
*Gorzoni, João Maria: 130, 141, 194, 215, 218, 246, 290, 309, 310, 345, 346, 350, 351, 355, 361, 374, 375, 383, 391, 407, 408.
*Gouveia, Cristóvão de: 447.
*Grã, Luiz da: 446, 447.
Granja: 58.
Grão Pará: XIII; Vd. *Pará.*
Guarani: 93.
*Guedes, João: 3, 30, 31, 66, 68; funda o Hospício de Aquirás, 74-80, 82, 94-96.

*Guerreiro, Fernão: 12.
Guiana Brasileira: 253.
Guiana Francesa: 253, 411.
Guiana Holandesa: 253, 370, 378, 379.
Guiana Inglesa: 253.
Guiana Portuguesa: 253.
Guiana Venezuelana: 253.
*Ginzel, João: Vd. João Guedes.
Guido, Ângelo: 360.
Guimarães: 456.
Gurgel de Alencar, Álvaro: XXV, 28, 66, 83, 91, 93.
Gurupá: 116, 257, 292, 313, 316, 345--358.
*Gusmão, Alexandre de (1º): 63, 223.
Gusmão, Alexandre de (2º): XI.
Gusmão, Bartolomeu Lourenço de: 223.
Gusmão, João de Melo de: 32.
Hanke, Lewis: 454.
*Heckel, António: 418.
*Heinen, Ad.: 454.
Henrique, Francisco de Miranda: 31.
Herckman, Elias: 8.
*Heredia, José Félix: 407.
Heriarte, Maurício de: XXV, 16, 147, 268, 291.
Herrera da Fonseca, João: 292, 303.
Holanda: 18, 20, 107, 108, 110, 114, 238.
*Homem, Lourenço: 399.
*Hundertpfundt, Roque: 355, 356.
*Hundt, Rötger: 70, Vd. Canísio, Rogério.
Ibiapina: 58.
Ibuaçu: 69.
Icatu: 159, 260.
Igarapé Curimã: 315.
— *Guajará-una:* 303.
— *Janipiuba:* 305.
— *Laranjeiras:* 303-304.
— *Maria Nunes:* 302.
— *S. João:* 171.
Ilha de Arauaí: 304.
— *dos Cajueiros:* 166, 167.
— *de Camunixari:* 258, 261, 266.
— *de Colares:* 285.
Ilha de Joanes: Vd. *Ilha de Marajó.*
— *da Madeira:* 83.
— *do Marajó:* 170, 216, 235-252, 281, 306, 311, 357, 451.
— *de S. Domingos:* 100, 101, 427-431.
— *de S. Francisco:* 120, 135, 139.
— *de S. Luiz do Maranhão:* 135-142, 154, 187, 247, 425, 429.
— *do Sol:* 146, 246, 284, 342, 406.
— *dos Tupinambaranas:* 276, 277, 384, 385.
— *dos Tupinambás:* Vd. *Ilha do Sol.*
Ilheus: 103.
*Inácio, Miguel: 200.
Índia: X, 76, 348.
Índia Juliana: 287, 359.
— Maria Moaçara: 359, 360.
— Rosa Maria: 90.
— Tomásia: 359.
Índio Acajuí: 5.
— Ajuricaba: 377-379.
— Alexandre: 359.
— Algodão: 7, 15, 19, 25, 26, 29, 85, 87, 90.
— Amanaí: 7, 15.
— Anguli: 442.
— António Caraibpocu: 8.
— António Carapina: 292, 302.
— Apemoalo: 396.
— Arajiba: 86, 87.
— Arapá: 43, 45.
— Bacuiamina: 377.
— Botiroú (principal): 144.
— Cabacarí: 377.
— Canajuari: 377.
— Canindé: 96.
— Casimiro (principal): 274.
— Cobra Azul: 7, 11.
— Coió (principal): 43.
— Copaúba: 289, 290.
— Coriju: 442.
— Coroati: 29, 34.
— Cristóvão: 345.
— Cumiaru: 364, 385.
— Diabo Grande: 11.
— Domingos Ticuna: 25, 26.
— D. Filipe de Sousa: 74.

— Gaspar: 17.
— Guajuricaba: Vd. Ajuricaba.
— Guarará: 43.
— Guarinamã: 394.
— Henrique de Albuquerque: 114.
— Huimanhana: 377.
— Iacoruna merim: 15.
— Iiá: 377.
— Inhambuuna (principal): 53.
— D. Jacobo de Sousa: 40, 46, 60, 61, 63, 74.
— Joacaba (principal): 114.
— João Alfredo: 86.
— João de Sousa Fetal: 90.
— Jorge da Silva: 25, 26.
— Jorge Tagaìbuna: 26.
— José Curemim: 287.
— Jupí: 377.
— Lagartixa Espalmada: 11.
— Lopo de Sousa: Vd. Indio Copaúba.
— Macuraguaia: 258.
— Mamorini: 392.
— Mandiaré: 7.
— Martinho: 290.
— Matipucu (principal): 67.
— Milho Verde: 7.
— Mitagaia (principal): 114, 187.
— Murepaná: 377.
— Muririba (Francisco): 19, 20.
— Orubu acanga: 15.
— Piié: 243.
— Proxopaí: 442.
— Roque: 360.
— D. Salvador Saraiva: 40, 63.
28-30, 32, 34.
— D. Simão Taminhobá: 40, 49, 52, 57, 58, 64.
— Taijamari: 377.
— Taparatim da Serra: 15.
— Tatuguaçu: 21.
— Tibiriçá: 448.
— Timucú: 43.
— Tomé (principal): 285.
— Tucano (principal): 287.
— Tuputapoucou: 8.
Índios Abacaxis[1]: 301, 389, 394.
— Abiariás: 395.
— Abuaturiás: 395.
— Abucaoniás: 395.
— Abuquás: 395.
— Acaìcaniás: 395.
— Acaiùniás: 395.
— Aconguaçus: 37, 43, 47, 50, 62.
— Acroás: 169, 172, 177-178.
— Aguanacés: 65.
— Aigobiriás: 394.
— Aindoduces: 164.
— Aitoariás: 394.
— Aizuruares: 408.
— Amanajós: 185, 195, 196.
— Amoriás: 395.
— Anacés: 85, 88, 90.
— Anajás: 237, 245.
— Anapurus: 164.
— Andirás: 385, 386.
— Aneugaás: 394.
— Anhangatiingas: 394.

---

1. Abre-se desta vez título para os nomes das nações, famílias ou apelidos de Índios. As grafias variam nos documentos impressos ou manuscritos. Algumas são evidente variação do mesmo nome. Não nos competindo a nós definir o verdadeiro, pareceu-nos mais humilde, e talvez por isso mais científico, consignar aqui essas variações, como, por exemplo, *Aguanacés, Guanacés, Anacés*, e outras, até como documento para os especialistas averiguarem não só a identidade dos nomes, mas também a dos Índios, se se trata realmente dos mesmos ou de outros. Abre-se êste título em homenagem aos indianólogos brasileiros, em particular o eminente sábio e escritor, Roquette-Pinto, de cujo trato pessoal na Academia Brasileira algum bem resultou para esta obra.

Índios Apanariás: 394.
— Apotiangas: 292.
— Aqueduçuguaras: 62.
— Araatis: 34.
— Aracajus: 274.
— Aranhis: 151, 441.
— Arapiuns: 131, 360, 361, 363.
— Araras: 301.
— Arerutus: 395.
— Aretuses: 360.
— Arixaruís: 395.
— Aripuanãs: 394.
— Aruãs: 237, 245, 256, 257, 347, 439, 443
— Aruaquis: 276, 341, 342, 373, 381, 382, 394.
— Aruaxis: 394.
— Avueteriás: 395.
— Babuises: 277.
— Banauris: 382.
— Barbados: 16, 146, 147, 149-154, 158, 439-443.
— Baturités: 93.
— Bócas: 309.
— Cabuuris: 377.
— Cachoes: 86.
— Caícaìs: 44, 146, 147, 151, 152, 157, 164, 439-441.
— Cajaripunãs: 393.
— Camateris: 394.
— Cambebas: 407, 410, 416.
— Cambocas: 241.
— Canindés: 93.
— Capanãs: 393
— Capiurematiás: 395.
— Caraíbas: 377.
— Carajás: 338, 342, 343.
— Carajaùaçus: 343.
— Carapaianas: 394.
— Cararijus: 7, 8.
— Carateús: 61.
— Caribuces: 164.
— Carijós: 185.
— Cariris: 8, 96.
— Catingas: 313, 337, 342, 343.
— Chichirinins: 394.
— Comandis: 389, 395.
Índios Condurises: 269, 277, 374.
— Copinhorons: 152.
— Corarienses: 361.
— Corbereís: 364.
— Coroados: 180.
— Coroeís: 389.
— Critices: 164.
— Critiguadus: 67.
— Cuchivaras: 385, 408.
— Cujés: 394.
— Curabares: 355.
— Curiatós: 385, 386.
— Curibaris: 352, 355.
— Curupás: 394.
— Gamelas: 169-171, 175, 177-183.
— Genipapos: 93.
— Guacinduces: 164.
— Guacongoaçus: 65.
— Guaipinas: 394.
— Guajajaras: 185, 186, 191, 193-196, 262.
— Guajarás: 245.
— Guajaris: 393.
— Guanacés: 23, 37, 43.
— Guanarés: 147-149, 151, 152, 439-443.
— Guarajus: 393, 394
— Guaranaguás: 395.
— Guararises: 344.
— Guareces: 393.
— Guarujus: 341, 343.
— Guaxinases: 147.
— Güêgüês: 154, 155, 178.
— Gurupás: 364.
— Ibirajaras: 446.
— Icós: 96.
— Içuaiuás: 395.
— Igaruanas: 158.
— Ingaíbas: Vd. Índios Nheengaíbas.
— Inheiguaras: 339.
— Inuiranas: 377.
— Ireriius: 65.
— Iruris: 391, 393, 394.
— Itixinguaniás: 395.
— Jacarauás: 395.
— Jacareguás: 394.
— Jacipoias: 355.

Índios Jaguaranas: 23.
— Jaguaretás: 394.
— Jaguaribaras: 86.
— Jaguariguaras: 5.
— Jaguaris: 343, 344.
— Jaguins: 364.
— Janduins: 95, 97.
— Janhanguás: 395.
— Jaoens: 393.
— Japucuìtabijaras: 395.
— Jaraguaris: 394.
— Jívaros: 417.
— Joanes: 247.
— Jumás: 416.
— Jurambambes: 34.
— Jurimáguas: 405, 408, 413.
— Juruínas: 34.
— Jurunas: 353, 355, 356.
— Maguês: 385, 395.
— Maiapenas: 379.
— Mainas: 407, 409.
— Mamaianás: 242, 245, 309, 310.
— Manaus: 377-379.
— Maniqueras: 395.
— Manis: 394.
— Mapuaises: 241.
— Mapuás: 245, 309.
— Maraguás: 287, 301, 394.
— Maraunus: 258, 260, 311.
— Mariarõis: 395.
— Mateupus: 395.
— Maués: 385.
— Maxuares: 86.
— Mocuras: 343.
— Moguiriás: 394.
— Moiariás: 397.
— Mojuariás: 395.
— Monçaús: 394, 395, 398.
— Mucaioriás: 394.
— Mucas: 394.
— Muraguás: 394.
— Muras: 394, 402, 403.
— Muricirus: 395.
— Muruãs: 352, 395.
— Mutriutrés: 395.
— Naimiguaras: 342, 343.
— Nambiquaras: 343.
Índios Nambiquaruçus: 343.
— Neutus: 394.
— Nheengaíbas: 26, 216, 235-246, 310, 349, 350, 358.
— Oantas: 393.
— Ocongás: 61.
— Ocpiporiás: 395.
— Oivanecas: 258.
— Omáguas: 407, 408, 412.
— Opiptiás: 394.
— Orichecas: 310.
— Orises: 76.
— Oraeporás: 344.
— Pacajás: 195, 289, 307, 310.
— Pamas: 393, 394.
— Paramuriás: 394.
— Paucacás: 245.
— Pauxis: 276, 349.
— Paiacus: 86-88, 93-96, 394.
— Pencoariás: 394.
— Perequis: 382.
— Periquitos: 394.
— Piraguás: 395.
— Pirapeìguás: 395.
— Pirapés: 307.
— Pixipixis: 245.
— Pixunas: 394.
— Poquis: 337, 340, 343.
— Poquiguaras: 338, 339.
— Potiguares: 4, 10, 16.
— Puraiuaniás: 395.
— Purerus: 394.
— Purupurus: 393.
— Quiratiíus: 61, 62.
— Quitaiaius: 61.
— Reriíus: 37, 43, 45, 47, 49, 50, 62.
— Riauiá: 395.
— Sacacas: 245.
— Sacorimatiás: 395.
— Sapiuns: 394.
— Sapopés: 394, 395, 398.
— Solimões: 405, 416.
— Suariranás: 394.
— Surimanes: 405.
— Surridiriá: 394.
— Tabajaras: Vd. Tobajaras.
— Tacanhapes: 34, 355.

Índios Tacarijus: 7.
— Tacariputãs: 7, 12.
— Tamóios: 195.
— Tapajós: 361.
— Tapiruenses: 360.
— Tapiuns: 364.
— Taquanhunes: 344.
— Taramambases: 165, 167.
— Tarumás: 370, 385.
— Tecujus: 254.
— Teiroses: 275.
— Tembeucaçus: 343.
— Teraris: 394.
— Teremembés: 21, 161, 162-167, 202.
— Timbiras: 184.
— Tituãs: 394.
— Tobajaras: 7, 11, 16-19, 33, 34, 37-50, 55, 65, 67, 68, 86, 151, 158.
— Tremembés: 28, 47, 100.
— Tocaiúnas: 343, 344.
— Tocanhus: 343.
— Tocantins: 331.
— Tocarijus: 7.
— Toras: 394.
— Toratoraris: 394.
— Tucujus: 245.
— Tupinambaranas: 364, 374, 381, 386, 388, 414.
— Tupi-Guaranis: 38, 195.
— Tupinambás: 141, 142, 162, 201, 248, 337, 339, 340, 383, 426.
— Ubirajaras: 146.
— Ubuquaras: 394, 395.
— Uematrés: 395.
— Uipitiás: 395.
— Unániás: 395.
— Unicorés: 394.
— Uruatis: 144-147.
— Xotins: 152.
Inglaterra: 18.
Iperoig: 195, 258.
Ipu: 58.
Iquitos: 407.
Itaboca (Cachoeira): 333, 342.
Itaituba: 365, 366.
Itália: 74, 128, 133, 220.
Itamaracá: 16.
Itapari: 137.
Itaquatiara: 389.
Iurucuaguara: 54.
*Jacobsen, Jerome V.: 223, 447, 449, 454.
*Jácome, Luiz: 91.
Jaguaribe de Matos, F.: 380, 387.
Jaguaripe: 95.
Japão: X.
D. João III: 173, 445.
D. João IV: 208.
D. João V: 75, 78, 201, 280, 311.
D. José I: 173, 192, 197, 280.
*Jouanen, José: XXVI, 406-408, 413.
*Justo Luca, João: 375, 376.
*Juvêncio, José: 8.
*Juzarte, Manuel (1º): 86, 87, 215, 230.
*Juzarte, Manuel (2º): 255.
*Juambelz, Jesus: 454.
*Kaulen, Lourenço: 352.
*Kleiser, Afonso: XV.
Koin: 108.
Komotau: 76.
La Condamine, Carlos Maria de: XXVI, 232, 266, 304, 305.
Lago Camacari: 258, 261.
— *Capucá:* 416.
— *Doirado:* 307.
— *Grande (Marajó):* 250.
— *de Jaguarari:* 303.
— *do Maracu:* 188, 189.
— *do Padre Sampaio:* 400.
— *Sampaio:* 388.
Lamego: 446.
Lamego, Alberto: XVII, XXII, XXVI, 70, 123, 125, 127, 142, 212, 213, 217, 225, 226, 228, 232, 233, 287, 289, 308, 315.
*Lamalle, Edmond: 454.
*Lamousse, Cláudio de: 264.
Landi, António José: 222.
Lapela: 169, 183.
La Roncière: 406.
Leal, António de Sousa: 74.
Leão, Múcio: 454.
Leiria: 34.
Leitão, Joaquim: 454.

*Leite, Serafim: XXVI, 3, 20, 102, 104, 118, 120, 136, 141, 207, 247, 268, 269, 272, 303, 309, 313, 314, 358, 448.
Lelou, Pedro: 88.
Leme, D. Sebastião: XX.
Lencastro, D. João de: 94.
Lençóis (Praias de): 20, 26, 28, 166.
Lerma, Duque de: 100.
Lichthart: 108.
Lima: 406.
*Lira, Francisco de: 31, 68, 82, 83.
Lisboa, Cristóvão de: 327.
Lisboa, João Francisco: XXVI, 226.
Lisboa: X, XIII, XVI, XXII, 26, 31, 35, 74, 76, 78, 100, 107, 113, 121, 126, 130, 131, 162, 165, 169, 207, 218, 220, 221, 253, 262, 307, 347, 412, 456.
Lobato, Gonçalo Pereira: 195.
*Loiola, S. Inácio de: 217, 446.
Lopes, Irmãos: 167.
*Lopes, José: 126, 127, 132, 167, 364, 418-420.
Lopes, Osório: 453.
Lopes de Sousa, Manuel: 443.
Loreto Couto: 38, 65, 76.
Lourenço Filho, M. B.: 454.
Lúcio de Azevedo, João: XII, XXV, XXVI, 131, 146, 151, 195, 197, 206, 209, 213, 218, 231, 246, 266, 288, 289, 303, 306, 308, 336, 348, 357, 370, 373, 403, 404, 417, 420, 451.
D. Luisa (Rainha): 24.
*Luiz, Fernão: 449.
*Luiz, Manuel: XXIII.
*Luiz, Paulo: 348, 349.
Lustosa, D. António de Almeida: 229.
*Lustosa, Eduardo: 453.
*Luz, Manuel da: 76.
Lynch, Henri J.: XVIII.
Macapá: 264, 265.
Macaré: 262.
Macau: X.
Mac-Dowel, Samuel: XIX.
*Macedo, Domingos de: 387.
*Macedo, Manuel de: 92.
Macedo, Sérgio D. T.: 454.
Macedo Soares, José Carlos: XVIII, 266, 421.
*Machado, António: 124, 170, 173, 175, 182, 183.
*Machado, Diogo: 51.
Machado, Felix José: 68.
Machado, Jorge da Costa: 106.
*Machado, Luiz: 32, 87.
Machado de Castro: 282.
Maciel, José Ribeiro: 439, 443.
Maciel Parente, Bento: 108, 114, 185, 253.
Maciel Parente, José de Meireles: 175.
Maciel Parente, Vital: 164, 274, 371
Madrid: 406.
*Madureira, J. M. de: XXVI, 113.
Madureira, Luiz de: 106.
Magalhães, Luiz de: 144.
Magalhães Correia: 453.
Maiacuré: 260.
Maia da Gama, João da: 74, 152, 153, 344, 379, 401, 404, 439, 443.
*Malagrida, Gabriel: 70, 123-125, 127, 152, 153, 223, 225, 226, 228,231, 315, 439.
Malheiro Dias, Carlos: XVII.
Mamaiamé: 260.
Manços, Manuel: 121.
Manso, Joaquim: 454.
Mântua: 350.
Maranhão: IX, XI, XVI, XVIII, 6-16, 19-34, 40, 44, 52-60, 73, 74, 81, 86, 97-202, 208, 223 226, 340, 347, 348, 382, 424, 451.
Marapatá: 322.
Marchant, Alexander: 454.
D. Maria I: 28.
D. Mariana (Rainha): 70, 124, 127, 225, 315.
Mariano Filho, José: 453.
*Marinho, Júlio: XXI.
Maris de Morais, José: 449, 453, 454.
Markhan, Clements R.: XXVI, 407.
*Maroni, Paulo: 415.

Marques, César: XXVI, 117, 119, 122, 125, 126, 128, 137, 138, 141, 142 152, 153, 158, 159, 167, 170, 190, 192, 195, 200-202, 223.
Marreiros, Nicolau Correia: 90.
Martin Alonso, José: 370.
Martin, Percy Alvin: 455.
*Martins, José: 133, 200.
*Martins, Manuel: 131.
Martins, Vicente: 31, 47, 57, 66.
Martius: X.
Mata, Ari da: 453.
Materu: 346.
D. Matias, Bispo de Olinda: 37.
Mato Grosso: X, 366, 389, 401, 402.
*Matos, António de: 449.
Matos, António Fernandes: 51 52.
*Matos, Francisco de: 32, 63, 64.
*Matos, Manuel de: 82.
Matos Monteiro, João de: 68, 69.
*Maurício Gomes dos Santos, Domingos: 455.
*Mazzolani, Aníbal: 217, 352.
Medina, J. T.: 446.
Meireles, Bento Maciel: 192.
Meireles, Vitoriano Pinheiro de: 171, 174, 175.
Melgaço: 309.
Melo, Manuel de: 293.
Melo, Mário: 455.
Melo, D. Pedro de: 25, 238.
Melo de Castro, Caetano de: 51, 73.
Melo de Castro, Manuel Bernardo de: 228, 251, 302.
Melo e Matos, Júlio: 455.
Melo Morais, A. J. *de*: XXVI, XXVIII, 10, 124, 150, 155, 182, 187, 226, 256, 262, 266, 285, 341, 400.
Melo Palheta, Francisco de: 393, 401, 412.
*Mendes, Cândido: XXI.
Mendes, Faustino: 375.
Mendes, Oscar: 455.
Mendes de Almeida, Cândido: XXVI, 4, 11, 108, 137, 315, 388, 401, 402.
Mendes da Conceição Santos, D. Manuel: XX.
Mendes Machado, José: 77, 78.
Mendes de Siqueira, Francisco: 341.
*Mendoça, José de: 131, 200, 439, 443.
*Mendoça, Luiz de: 82, 231.
Mendonça Furtado, Diogo de: 104, 106.
Mendonça Furtado, Francisco Xavier de: X, 13, 125, 170, 171, 173, 178, 190, 195-197, 218, 226, 251, 252, 266, 284, 286, 288, 308, 389, 402-404, 419, 420.
Meneses, Pedro César de: 146, 161, 284, 293, 304.
Mesquita Pimentel: 453.
Messejana: 14, 85, 91.
México: XXI.
Meyer, Augusto: XVIII, 451, 455.
Minas da Natividade de Goiás: 154.
Miranda: XXIII.
Miranda, António de: 412, 413.
Miranda Santos, Teobaldo: 453.
*Misch, Gaspar: 309, 340, 350, 358, 382.
*Molowetz, Francisco Xavier: 387, 414.
Molucas: 416.
Monção: 192.
Monforte: 247.
Moniz, Ambrósio: 143.
Moniz, António: 145.
Moniz, Luiz: 106.
*Moniz, Manuel: 143, morto no Rio Itapicuru, 144, 146.
Moniz Barreiros, António: 104-106, 109, 112-117, 129, 143, 145.
Montalvão, Marquês de: 110.
Monte Alegre: 267, 269, 272.
Montebelo, Marquês de: 37.
*Monteiro, António: 364, 366.
Monteiro "o Pocu", Domingos: 381.
*Monteiro, Manuel: 228.
Montelo, Josué: 455.
Montemor: 93.
Monte-Mor-o-Novo de América: 92, 93.
Monte-Mor-o-Velho: 93.
Monteiro Paim, Roque: 33.
Morais, Francisco Xavier de: 379.
*Morais, José de: XXVI e *passim*.

Morais Navarro, Manuel Álvares de: 88, 94.
Moreira das Neves: 455.
Moreno, Pedro Dias: 137.
*Morim, Luiz de: 199.
Morritz, Gedeão: 16.
Mosqueiro: 285.
Mota, Francisco Cordeiro da: 35.
Mota, Leonardo: XVIII.
*Mota, Manuel da (1º): 200, 343, 344.
Mota, Manuel da (2º): 361.
Moura, Alexandre de: 4, 99, 101-103, 129, 135-136, 425, 426.
Moura, Inácio de: 276.
*Moura, José de: 220, 221.
*Moura, Mateus de: 40.
Moura, Nicolino José de: 276.
Múrias, Manuel: XVI, 455.
*Mury, Paulo: XXVI, 123-125, 151, 225.
Nabuco. Joaquim: 370, 371, 378, 379.
Nassau, Maurício de: 108, 110.
Natividade, Estêvão da: 237.
Navarro, Eugénio: 455.
Neves, Berilo: 455.
*Neves, Manuel das: 190.
Neves, Manuel Gaspar das: 123.
Nicolaini (Núncio): 277.
*Nieremberg, Eusébio: 8.
Nimuendaju, Curt: 183.
*Nóbrega, Manuel da: 22, 167, 195, 223, 258, 447-449, 451.
Nogueira, Paulino: 11.
Novo Reino de Granada: 406, 429.
Novais, José Borges de: 28.
*Nunes, Diogo: 99, 101, 102, 117, 129, 135-137, 143, 425, 426.
Nunes, Lucas: 121.
*Nunes, Manuel (1º): 19, 146, 169, 229, 237, 285, 287, 302, 309, 313, 338. 340, 342, 347.
*Nunes, Manuel (2º): 230, 248.
Óbidos: 269, 276.
Odemira, Conde de: 25, 32, 208.
Odivelas: 283.
Oeiras: 311.
Oiteiro: 273, 274.
Olinda: 33, 76, 78, 94, 95, 103, 115.
*Oliva (P. Geral): 165.
Oliveira, António de: 374.
Oliveira, Avelino Inácio de: 276.
*Oliveira, Bento de: 216, 230, 248.
*Oliveira, Gonçalo de: 449.
*Oliveira, João de: 224.
Oliveira, Leonardo de: 366.
*Oliveira, Luiz de: 191, 353.
*Oliveira Manuel de: 224.
Oliveira, Miguel de: 455.
Oliveira do Conde: 220.
Olivença: 408.
Orelhana, Francisco de: 431.
Orico, Osvaldo: 6.
*Orlandini, João Carlos: 230, 248, 271, 293-294, 409.
*Ortega, Manuel: 446.
Osório de Andrade, Gilberto: 370.
Pacheco, Félix: 455, 456.
Paço de Lumiar: 138.
Paderborn: 71.
Pais, Manuel: 355.
Palermo: 116.
Palma Muniz: XVIII, XXVII, 245, 247, 252, 267, 272, 273, 278, 280, 282-285, 289, 291, 297, 302, 308-311, 315, 352, 354, 357, 363-365, 386.
Pancas: 126.
Pancas (Senhor de): Vd. Costa Freire, Cristóvão da.
Pará: IX, XVIII, XXII, 12, 25, 34, 114, 118, 130, 162, 185, 202-366, 381, 389, 427, 451.
Paraguai: 258, 406, 446.
Paraíba: 16, 33, 223, 225.
Parintins: 384, 387.
Parnaíba: 123, 167.
Pastos Bons: 155.
Paula e Silva, D. Francisco de: 122.
Pedras de Fogo: 69.
D. Pedro II: 73, 361.
*Pedrosa, Pedro de: 3, 15, 20, missionário de Ibiapaba, 22-30, 33-35, 120, 130, 146, 147, 161, 262, descobre os *Tacanhapes*, 355, 356.
Pedrosa, Pedro Álvares de: 34.

*Pedroso, Manuel: 3, 37, 47, 48, 63, 64, 65.
Perdigão, Henrique: 455.
Pereira, André: 206.
*Pereira, António (1º): 130, 162, 188, 230; missão e martírio no Cabo do Norte, 257-265, 365.
Pereira, António (2º.): 178.
*Pereira, Carlos: 132, 200.
Pereira, Duarte Sodré: 81.
Pereira, Francisco: 121.
*Pereira, Gonçalo: 132, 148, 149, 440.
Pereira, D. Fr. João Evangelista: 214.
*Pereira, Júlio: 132, 232, 364.
Pereira, Lúcia Miguel: 455.
Pereira, Nilo: 455.
*Pereira, Sebastião: 194.
Pereira, D. Violante: 445.
Pereira de Brito: Domingos: 281.
Pereira Caldas, João: 214, 228, 281.
*Peres, Jódoco: 122, 224, 230, 259, 263, 274, 383, 391, 409, 410, 412,
Pernambuco: XVI, 4, 10, 12, 16, 18, 24, 26, 27, 31, 33, 34, 51, 57, 60, 63, 66, 68, 73, 74, 78-81, 85-96, 99, 103, 108, 114, 136, 140, 167, 187, 193, 257, 259, 425, 443.
*Perret, Jódoco: Vd. Peres, Jódoco.
Peru: XI, 406, 407 411, 412, 429, 446.
Pesqueiro: 247.
*Pfeil, Aloísio Conrado: 255-258, 260-266, 375, 376, 409, 410, 411.
Piauí: IX, 58, 68, 70, 74, 80, 95, 128, 141, 153, 154, 161, 165.
Pimentel, Vitoriano: 416.
Pinheiro, André: 375, 383, 408.
*Pinheiro, Manuel: 74, 82, 89, 91.
Pinhel: 365.
*Pinto, António: 83.
Pinto, Augusto Octaviano: XXVII, 276, 278, 285, 297, 303, 308, 310, 356, 376, 388.
Pinto, Estêvão: 96, 342, 371.
*Pinto, Francisco: 3, missão e martírio na Serra de Ibiapaba, 5-14, 15, 20, 44, 85, 86, 93, 103, 104, 258, 425, 451.
Pinto, Francisco Soares: 148, 149, 440.
Pinto da Gaia, António: 341.
Pinzon, Vicente Anes: 431.
Piratininga: 447.
*Pires, Francisco: 44, 129, morte no Rio Itapicuru, 143-146.
Pires, Gudesteu: 453.
Pires, Heliodoro: 76.
*Pires, Manuel: 267, missionário dos Aruaquis, Tapajós, Solimões e Rio Negro, 268, 276, 357, 359, 361, 370, 373, 374, 381, 384, 391, 407.
*Pires, Sebastião: 130.
Pires do Amaral, João: 377.
Pole, Cardeal: 223.
Pombal: 345, 352.
Pombal, Marquês de: 195-197, 288, 403, 420.
Pompeu, José: 93.
Pompeu Sobrinho, Tomás: XVIII, 8.
Pompeu de Sousa Brasil, Tomás: 93.
Ponta da Areia: 142.
Porangaba: 90. Vd. *Aldeia de Parangaba.*
Portel: 310.
Portela: XXIII.
Portelo: XXIII.
Portilho, Domingos: 344.
Portinari, Cândido: 451.
Pôrto: 76, 445, 456.
Pôrto, Aurélio: 453.
Pôrto de Mós: 345, 349.
Pôrto, Rubens: XVIII.
Pôrto Salvo: 288.
Pôrto Seguro, Visconde de: XXVII, 5, 99, 109, 110, 130, 226, 253, 265, 311, 408, 415.
Portugal: XI, XVI, XXI, e *passim.*
Prado, Paulo: 9.
Prainha: 273.
Prat, André: 403, 416.
Proença: 76.
Quental, António de Matos: 126, 169.
Quintal, Inácio da Costa: 128.
Quito: 207, 219, 267, 405-407, 409, 411, 414, 416, 417.
Raiol, Pedro da Costa: 285.

Raja Gabaglia, Fernando António da: 266.
Ramalho, João: 447, 448.
Ramos de Castro, Bartolomeu: 237.
*Rebelo, Amador: 103.
*Rebelo, Manuel: 131, missionário do Tapajós, 361-363.
Recife: 16, 18, 76, 78, 82, 456.
*Regis, S. Francisco de: 220.
Rêgo, Miguel Morais do: 192.
Rêgo Barbosa, Baltasar do: 305.
Rêgo Barreto, Inácio do: 108, 208, 299, 316, 334.
Reimão, Cristóvão Soares: 66, 89.
Reis, Artur César Ferreira: XIX, XXVII, 206, 268, 376-379, 382, 389, 404, 406, 420, 455.
*Reis, Manuel dos: 157, 310, 386.
Ressurreição, D. Fr. Manuel da: 88.
*Ribeiro, António (1º): 3, 15, 20, 22, 24, 26, 28, 75, 85, 86, 161, 313, 315, 317, 322, 323, 332.
*Ribeiro, António (2º): 161-162, 355.
Ribeiro, Eugénio: 272.
*Ribeiro, Francisco: 179, 180, 230, 258, 260.
*Ribeiro, Giraldo (1º): 251.
*Ribeiro, Giraldo (2º): 33.
*Ribeiro, Manuel: 76, 310.
*Ribeiro, Tomé: 19, 314, 337, 338, 340, 350, 358.
Ribeiro do Amaral, José: 109, 166, 192, 193.
Ribeiro de Sampaio: 370.
Ricard, Robert: 455.
Ricardo, Cassiano: 455.
Rio Branco, Barão do: 266, 273.
Rio Abunã: 235.
— *Acará:* 302, 305.
— *Acaraú:* 46, 78.
— *Açú:* 76.
— *dos Acuriatós:* 395.
— *Aguarico:* 417.
— *Amacarí:* 261.
— *Amaru-Maiú:* 408.
— *Amazonas:* X, XI, e *passim*.
— *Anapu:* 310.
Rio Anapuru: 164.
— *Anauerapucu:* 275.
— *dos Andirás:* 395.
— *Anil:* 137, 139.
— *Apii:* 341.
— *Apodí:* 5, 92, 93, 96.
— *Aracati-Mirim:* 14, 28, 55, 74.
— *Araguaia:* 338, 341.
— *Araguari:* 255, 257, 264, 266.
— *Arari:* 249.
— *Aripuanas:* 394.
— *Atumã:* 382.
— *Batabouto:* 265.
— *Branco:* 371, 377, 380.
— *de Breves:* 306.
— *Caburís:* 377.
— *Cajueiro:* 164.
— *Camarupi:* 281.
— *Camocim:* 3, 47, 66.
— *Canindé:* 28.
— *Canumã:* 387, 388, 394.
— *Capim:* 301.
— *Caru:* 191.
— *Cassiquiare:* 253, 379
— *Ceará:* 11, 15, 25.
— *Choró:* 92, 95.
— *dos Comandis:* 394.
— *dos Condurises:* 276.
— *Coreaú:* 47.
— *Corenti:* 378.
— *da Cruz:* 19, 24.
— *dos Cuchiguaras:* 408.
— *Cuminã:* 276.
— *Erepecuru:* 276.
— *Garajeú:* 179, 181.
— *Grande do Norte:* IX, 10, 12, 16, 35, 40, 55, 79, 86, 88, 92-94, 108, 443.
— *Guajará:* 302.
— *Guajará-mirim:* 304.
— *Guamá:* 284, 301.
— *Guamuru:* 391, 395.
— *Guaporé:* 402.
— *Guarimá:* 281.
— *Gurupatuba:* 253, 273, 275.
— *Gurupês:* 366.
— *Gurupi:* 193, 291, 302.
— *Iguaçu:* 340.

Rio Iguará: 115, 157, 158.
— *Ipiaugui:* 39.
— *Iriquiriqui:* 270.
— *Iriri:* 355.
— *dos Iruris:* 392.
— *Itapicuru:* 34, 44, 109, 115-116, 135, 141, 143-157, 429, 439.
— *Jacaré:* 306.
— *Jacarezinho:* 306.
— *Jaguaribe:* XI, 4, 7, 11, 76, 78, 85, 88, 93-96.
— *Jamari:* 401.
— *Jamundá:* 275, 381.
Rio de Janeiro: XIII, XVII, XXII, 103, 167, 223, 268, 373, 415, 446, 449, 456.
— *Japeú:* 77.
— *Japurá:* 407, 417, 418, 421.
— *Jari:* 275, 289.
— *Jatapu:* 382.
— *Jatumá:* 383.
— *Javari:* XI, 213, 407, 418, 421.
— *dos Juruinas:* 34, 355.
— *Longá:* 164.
— *dos Macacos:* 306.
— *Macari:* 261.
— *Madeira:* 213, 218, 271, 374, 378, 379, 383-388, 391-404, 409, 411.
— *Madre de Dios:* 408.
— *Maguã:* 250.
— *Maguari:* 285.
— *dos Magùés:* 394.
— *Mairi:* 21.
— *Mamoré:* 402.
— *dos Maraguases:* 385.
— *Marajó:* 249.
— *Marajoete:* 250.
— *Maranhão:* 425-426.
— *Marañón:* 405, 407.
— *Marapanim:* 289.
— *Mariacoão:* 393, 395.
— *Mataurá:* 392.
— *Mearim:* 135, 169-185, 429, 440.
— *Moju:* 286, 302, 303, 305, 348.
— *Monim:* 115, 135, 147, 157-160, 429.
— *Mossoró:* 5.
— *Murapí:* 276.
Rio Negro: 145, 196, 232, 253, 265, 268,351, 357, 359, 369-383, 385, 403, 405, 407, 409, 411, 413, 416, 420.
— *Napo:* 407, 409, 411, 417.
— *Orinoco:* 232, 253, 379.
— *do Oiro:* 417.
— *Pacajá:* 194, 289, 306, 310.
— *Pará:* 306, 425, 426, 430.
— *Pará (Parnaíba):* 39, 54, 62.
— *Pará-mirim:* 4.
— *Paraguaçu:* 34, 202.
— *Paranaú:* 311.
— *Parazinho:* 5.
— *Parnaíba:* IX, 22, 34, 39, 54, 61, 157, 161-167, 202, 263.
— *Paru:* 274.
— *Pereá:* 158, 292.
— *Pinaré (Pindaré):* 135, 147, 169, 185, 191, 193, 194, 195, 201.
— *Pociçarí:* 394.
— *Poti:* 61.
— *da Prata:* X, XI, 344, 406, 429.
— *das Preguiças:* 19, 21.
— *Purus:* 408.
— *da Salsa (Salsaparrilha):* 341.
— *de S. Francisco:* 39, 62, 76.
— *dos Sapopés:* 394.
— *da Saúde:* 344.
— *Solimões:* XI, 276, 359, 373, 374, 380, 382, 405-420.
— *Tapajós:* 268-270, 357-366, 384, 386, 389, 401, 410.
— *Tejo:* 129.
— *Temona:* 55, 74.
— *Tocaiúnas:* 344.
— *Tocantins:* 113, 284, 306, 313-344, 370, 382.
— *das Trombetas:* 277.
— *Tupinambará:* 384.
— *dos Tupinambaranas:* 385, 388.
— *Turiaçu:* 185.
— *Uamucá:* 397.
— *dos Ubuquaras:* 394.
— *Ucaìali:* 405.
— *Urubu:* 381-385, 411.
— *Urubuquara:* 273.

Rio de Vicente Pinzón: 255, 257, 266, 410.
— *Xingu:* 129, 150, 276, 306, 315, 345-357, 418.
*Riou, Luiz: XXI.
*Rodrigues, Bartolomeu: 386, 393, 400.
*Rodrigues, Bernardo: 167.
*Rodrigues, Domingos: 451.
*Rodrigues, Francisco (1º): XXVII, 446.
Rodrigues, Francisco (2º): 289.
*Rodrigues, João: 154.
Rodrigues, Lourenço: 348.
*Rodrigues, Manuel: 188, 194, 407.
*Rodrigues, Matias: XXIII, 116, 226, 344.
*Rodrigues, Pero: 207, 426.
*Rodrigues, Silvestre: 228.
Rodrigues Alves Filho: 448.
Rodrigues Ferreira, Alexandre: 227, 270, 379.
Rodrigues de Oliveira, Bento: 337.
Rodrigues Pimenta, Francisco: 300.
*Rocha, José da: 133.
Rocha, Manuel da: 166, 167.
Rocha Pombo, José Francisco da: XXVII.
*Rois, Agostinho: 221.
*Román, Manuel: 379.
Romero, Nelson: 453.
Roquette-Pinto: 193, 343, 467.
Rosa Pimentel, Miguel da: 261.
Roma: XVI, XXI-XXIII, 79-81, 101, 120, 133, 255, 347, 437, 447.
Sá, Constantino de: 126.
Sá, Mem de: X, 173.
Sacramento, D. Fr. Timóteo do: 121.
Sá e Meneses, Artur de: 257, 264, 265, 271, 392, 409, 410.
Saint-Adolphe, Milliet de: 66.
Salamanca: 428.
Saldanha, Cardeal: 82.
Salinas de Curuçá: 289, 400.
*Samartoni (Szentmartonyi), Inácio: 380.
Samhaber, Ernesto: 449.
*Sampaio, P. Francisco de: 82.
Sampaio, Jacinto de: 176-179.
*Sampaio, P. João de: 285, missionário do Rio Madeira, 286, 289, 379, 388, 400, 401.
Sampaio, Jorge de: 272.
Sampaio, Teodoro: 6, 38.
*Samperes, Gaspar de: 11.
Sandoval, Dom Diogo Gomes de: 100.
*Sanna, João Baptista: 407, 414, 415.
Santa Catarina, José de: 439, 443.
Santa Cristina: 76.
Santana, Hermano: 451.
Santa Maria, Agostinho de: 346.
Santarém: 270, 359, 361-363.
Santa Rosa, Henrique de: 306, 389.
Santiago, D. Francisco de: 123.
Santo André da Borda do Campo: 448.
Santos, Lúcio José dos: 453.
*Santos, Manuel dos (1º): 354, 418, 419.
Santos, Manuel dos (2º): 164.
Santos, Manuel Rodrigues dos: 70.
Santos, Simão dos: 276.
S. Benedito: 58.
S. João, Paulo de: 439, 443.
S. João de Cortes: 201.
S. João da Madeira: 456.
S. José, Cristóvão de: 346, 357.
S. José, D. Fr. Guilherme de: 226,295
S. José de Ribamar (Ceará): 78, 81.
S. José de Ribamar (Maranhão): 142.
S. Julião da Barra: 70, 71, 125, 133, 196, 233.
S. Lourenço do Pericumã: 202.
S. Luiz do Maranhão: XI, 101, 106, 107-109, 112, 113, 117-133, 144, 145, 147, 151, 164, 189, 192, 199, 433.
S. Paulo: XIII, XVII, 69, 88, 341, 402, 447, 456.
S. Pedro: 58.
S. Vicente: 101.
Sardinha, Maria: 139.
Schmidt, Wilhelm: 360.
*Sêco, João: 224.
Seixas, João Pereira: 303.
*Seixas, P. Manuel de: 224.
Seixas Pinto, Francisco de: 303.

Serpa: 389.
Serra, José da: 167.
Serra do Araripe: 75.
— *Corvos:* 6.
— *Ererê:* 272.
— *Ibiapaba:* 3-72 e Vd. *Aldeia de Ibiapaba.*
— *Itauajuri:* 273.
— *Pai-Tuna:* 273.
— *Ponaré:* 4.
— *Rariguaçu:* 39.
— *Tabainha:* 57.
— *Tumuc-Humac:* 276.
— *Uruburetama:* 6.
— *Urubuquara:* 273.
Serrano, Jónatas: 455.
Serrão Palmela, Bernardo: 302.
Serrinha de D. Simão: 57.
Sertão, Domingos Afonso: IX.
Setúbal: 102.
Seabra da Silva, José: 197.
*Silva, António da: 211, 271, 274, 301, 309, 359.
*Silva, João da: 230, 387.
Silva, Jorge Correia da: 26.
*Silva, Manuel da (1º): 125, 155, 274.
*Silva, Manuel da (2º): 121, 211.
Silva, Manuel da (3º): 154.
Silva Araújo e Amazonas, Lourenço da: XXVII, 379, 387, 389, 392, 402, 408.
Silva Coutinho, J. N.: 382, 387, 389.
Silva e Freitas, Matias da: 439.
Silva Nunes, Paulo da: 192, 197, 285.
*Silveira, Francisco da: XXIII, 71, 82, 83, 90-92.
Silveira, Manuel Nunes da: 170.
Silveira Frade, Florentino da: 250.
Simbaíba: 123.
Simões, Hélio: 455.
Simões Pereira, D. Bartolomeu: 446.
Sintra: 291.
Smith, Robert C.: 455.
*Soares, Barnabé: 272.
*Soares, José: 185.
Soares Moreno, Martim: 4, 15.
Soeiro de Vilhena, Francisco: 362.
*Sommervogel, Carlos: XXVII, 230, 232, 261, 263, 281, 389, 408, 409.
Soure: 14, 85, 91.
Sousa, António Nunes de: 401.
Sousa, Bernardino José de: 171.
Sousa, D. Fr. Carlos de S. José e: 119.
Sousa, Cristóvão de: 74.
Sousa, Eusébio de: XVIII, 58, 66, 83.
Sousa, Domingos de: 248.
*Sousa, Francisco de (1º): X.
Sousa, Francisco de (2º): 107.
Sousa, Gaspar de: 425, 426
Sousa, J. Fernando de: 455.
*Scusa, João de (1º): 258.
*Sousa, João de (2º): 250.
*Sousa, P. José de: 222, 231, 280, 281, 295, 377-379.
*Sousa, Manuel de: 229, 268, 276, 279, 299, 309, 310, 315, 317, 320, 322, 323, 325, 332, 348, 374, 381, 384.
Sousa, Manuel Lopes de: 439.
Sousa, Octávio Tarquínio de: 455.
Sousa do Caeté: 297.
Sousa Coelho, Mateus de: 208.
Sousa de Eça, Manuel de: 207.
Sousa Ferreira, João de: 248, 276, 382.
Sousa Franca, Lucas de: 237.
Sousa Freire, Alexandre de: 31, 153, 166, 189, 192, 284.
Sousa de Macedo, António de: 248.
Sousa e Melo, José de: 295.
Sousel: 345, 354.
Southey, Roberto: XXVII, 245, 406
Souto Maior, Félix Joaquim: 296.
*Souto-Maior, João de: 194; funda o Colégio do Pará, 208-216, 222, 229; jornada do Marajó, 237, 241, 245, 289; jornada do Pacajá, 306, 307.
Souto Maior, Manuel David: 258, 299.
Spix: 407.
Steinen, Carlos von den: 356.
Studart, Barão de: XVIII, XXVII, 7, 10, 12, 16, 19, 26, 28-30, 35, 37, 67, 70, 71, 74, 75, 78, 80-83, 87-94, 100, 101, 103, 206.

Studart Filho, Carlos: 86.
Suécia: 18.
Suiça: 266.
Suriname: 378.
*Szluka, João Nepomuceno: 192.
Tancos: 150.
*Tanner, Matias: 8, 451.
Taunay, Afonso de E.: XXVIII, 94, 453, 455.
*Tavares, João (1º): 132, 151, 153, 159, 165-167, 194.
*Tavares, João (2º): 224.
Tavares, Manuel Rois: 443.
Tavares de Lira, A.: 95.
Távora, Inácio Rodrigues de: 122.
*Tedaldi, Pedro Maria: 174.
Tefé: 408.
*Teixeira, João (1º): 232, 289.
Teixeira, João (2º): 306.
Teixeira, Manuel: 280.
Teixeira, Pedro: 207, 267, 268, 280, 357, 369, 405, 406, 412, 417.
*Teixeira, Sebastião: 19, 269, 270, 340, 341, 358.
Teixeira de Melo, António: 109, 111-113, 115, 129.
Teles, Domingos: 178, 179.
Tenório, João Martínez: 427.
Teresina: 165.
Tijuca: 93.
Tirol: 220.
Tocantins, A. M. Gonçalves: 276.
Toledo, André de: 406.
*Toledo, Francisco de: 196, 233, 288.
Tordesilhas: 416.
Tôrres Câmara, J. E.: 14.
*Traer, João Xavier: 220, 221.
Trás-os-Montes: 137, 272.
Trezidela: 154.
Trujillo: 429.
Tucumã: 406.
Turi-Açu: 202.
Turner: 421.
Upanema, (Salinas do): 16.
Urbano VIII: 210.
Utinga: 283.
Valadão, Haroldo: 453.
*Valadão, João: 147.
Valadares, Francisco: 341.
Vale, João Velho do: 37, 52, 53, 58, 60.
*Vale, Salvador do: 237, 292, 348, 349.
Van der Vat, O.: 455.
Van Prat, Teresa Margarida Jansen Moller: 197.
Vargas, Getúlio: IX.
Varnhagen: Vd. *Porto Seguro.*
Vasco, João: 15.
Vasconcelos, António de Mendonça: 107.
Vasconcelos, D. Luiz de: 171.
Vasconcelos, Luiz Aranha de: 346.
*Vasconcelos, Simão de: 304.
*Vaz, António: 141, 293, 351, 352.
Vaz de Siqueira, Rui: 29, 130, 169, 382.
*Veiga, Francisco da: 229.
Veiga, Manuel Pita da: 146.
Veiga, Teodoro da: 383.
Veiros: 345, 352.
Velasco, Juan de: 407.
*Veloso, Francisco: 129, 130, 170, missionário do Rio Pindaré, 185, 186, 215, 216; reitor do Pará, 229; 230, 246, 267, 268, 284, 287, 302; vai ao Tocantins, 315, 317, 320; 332, 334, 336, 337, 340, 342, 357, vai ao Rio Negro, 370, 374, 381.
Venezuela: 101, 207, 406, 429, 431.
Vera Cruz (Gurupi): 291.
*Veras, Gonçalo de: 3, 26, 28, 33, 118, 120, 130, 161, 163, 165, 293, 313, 340, 341, 343.
Viana: 190.
Viana, Artur: XVIII, 265, 283, 301.
Viana, Hélio: 256, 453.
Viana Filho, Luiz: 453.
Viçosa Real: 58, 63, 64, 69, 71.
Vidal, Pedro: 237.
Vidal de Negreiros, André: 16, 19, 24-26, 34, 85, 236-239, 306, 348.
*Vidigal, José: 118, 126, 131, 141, 142, 152, 153, 158, 159, 166, 193, 194, 400.

*Vieira, António: XII, XIII, XXVIII, 3; vai a Ibiapaba, 15-28; 33, 85, 86, 100, 107, 109, 112-115, 118, 120, 129, 139, 141, 146, 161-165, 186, 194, 195, 201, 207-210, 213, 222, 229; reduz os Nheengaíbas, 236-247; 253, 259, 262, 263, 268, 270, 276, 285, 291-293, 299, 300, 303, 307, 309, 313, 314; entrada ao Rio Tocantins, 315-337, 338, 340, 347-349; vai ao Rio Tapajós, 358; 361, 370-373, 381, 451.
*Vieira, Vicente: 94.
Vieira Grande (Canal do): 306.
Vieira Machado, Francisco: XVII.
Viena de Áustria: 220.
Vigia: 280-283, 286, 452.
Vila Bela da Imperatriz: 387.
Vila Bela de Mato Grosso: 389.
Vila Franca: 364.
Vila Nova da Rainha: 387.
*Vilar, João de: 33, 116, 131, 140, 143; morte no Rio Itapicuru, 147-152, 440.
Vilarinho do Monte: 349.
Vila-Viçosa (Tutóia): 167.
Vilhena de Morais, Eugénio: XVIII.
Vinhais: 135.
Vítor, Hugo: XVIII.
Vouzela: 447.
Werneck, Paulo: 452.
Williamson, James A.: 345, 346.
Whiffen, Thomas W.: 274.
*Wolff, Francisco: 125, 228, 291, 300, 308, 315.
Wright, Almon R.: 456.
*Xavier, Caetano: 133, 232, 233, 284.
*Xavier, S. Francisco: 213-215, 217.
*Xavier, Lucas: 418.
*Xavier, Inácio: 122, 132, 232.
*Zárate, André de: 416.
*Zubillaga, Félix: 456.
Zweig, Stefan: 449.

Índice das Estampas

	PÁG.
Luiz Figueira	IV/V
Francisco Pinto	4/5
António Vieira	20/21
Igreja de Ibiapaba	52/53
Sacrário de Ibiapaba	68/69
A primeira planta de Fortaleza	84/85
Autógrafos de Jesuítas do Ceará	100/101
Igreja de Nossa Senhora da Luz do Maranhão (Catedral)	116/117
Interior da Igreja do Maranhão	180/181
Aldeia de Guajajaras no Alto Pindaré	196/197
Igreja de S. Francisco Xavier do Pará	212/213
Planta da Igreja do Pará	228/229
Interior da Igreja do Pará	244/245
Autógrafos de Jesuítas do Cabo do Norte	260/261
Sacristia do Pará	276/277
Púlpito da Igreja do Pará	292/293
Igreja da Mãe de Deus, da Vigia	308/309
Colunata da Vigia	324/325
Sacristia da Vigia	340/341
Naveta de prata da Vigia	356/357
Autógrafos de Jesuítas do Rio Negro e Solimões	372/373
Autógrafos de Jesuítas do Maranhão e Pará	388/389
Mapa da Expansão dos Jesuítas no Norte	452/453

ÍNDICE GERAL

Pág.

PREFÁCIO IX

INTRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA. XV

LIVRO PRIMEIRO

CEARÁ

CAP. I — **Primeira Missão e viagem à Serra de Ibiapaba:** 1 — Períodos históricos dos Jesuítas no Ceará; 2 — O caminho doloroso da Serra; 3 — Na Serra, entre os Índios; 4 — Ataque dos selvagens e morte do P. Francisco Pinto; 5 — Volta a Pernambuco o P. Luiz Figueira 3

CAP. II — **Fundação da Missão de Ibiapaba:** 1 — O Ceará na invasão holandesa; 2 — A Serra de Ibiapaba; 3 — Pedro de Pedrosa e António Ribeiro, enviados ao Maranhão, fundam a primeira casa e escola; 4 — Lutas e inquietações; 5 — Visita do P. António Vieira e seus resultados; 6 — Perídia de Simão Tagaïbuna; 7 — A missão de Ibiapaba passa à influência da Província do Brasil 15

CAP. III — **Fase definitiva da Missão de Ibiapaba:** 1 — Ascenso Gago e Manuel Pedroso; 2 — Origem da nação Tobajara; 3 — Aldeias descidas para o mar e costumes dos Índios; 4 — Pazes com os Reriús e outros Tapuias e modo delas; 5 — Volta para a Serra e pazes com os Guanacés e Aconguaçus; 6 — Igrejas e Catequese; 7 — A vida material da missão; 8 — Tropelias de João Velho do Vale; 9 — Utilidade nacional da missão e meios temporais para a sustentar. 37

CAP. IV — **A Aldeia de Ibiapaba na Tabainha:** 1 — A Serra de Tabainha; 2 — Missão pelo sertão, atrás da Serra; 3 — D. Simão Taminhobá; 4 — Pazes com diversas nações de Tapuias e ameaças da Casa da Torre; 5 — Fundação e organização da maior Aldeia do Brasil; 6 — As suas fazendas; 7 — Baluarte da civilização; 8 — Período final. 57

Pág.

CAP. V — **Real Hospício do Ceará:** 1 — Primeira idéia do Hospício em Ibiapaba; 2 — Na Fortaleza e primeiros estudos; 3 — Em Aquirás, 4 — Fundação do Seminário; 5 — A noite de Natal de 1759 73

CAP. VI — **Aldeias da Fortaleza e Rio Jaguaribe:** 1 — Aldeias; 2 — Parangaba, primeira e segunda vez; 3 — Caucaia (Soure); 4 — Paranamirim e Paupina (Messejana), 5 — Paiacus; 6 — No Rio Jaguaribe 85

LIVRO SEGUNDO

MARANHÃO

CAP. I — **Os primeiros Jesuítas no Maranhão:** 1 — Chegada dos Padres Manuel Gomes e Diogo Nunes; 2 — Serviços prestados na conquista do Maranhão; 3 — Estabelecimento definitivo com Luiz Figueira; 4 — A ocupação holandesa e a reconquista 99

CAP. II — **Casas na Cidade de S. Luiz:** 1 — O Colégio de Nossa Senhora da Luz e as suas oficinas de pinturía e outras; 2 — A igreja, hoje sé catedral; 3 — O Seminário; 4 — Recolhimento do Sagrado Coração; 5 — Casa dos Exercícios e religiosa recreação de Nossa Senhora Madre de Deus; 6 — Reitores do Colégio. 117

CAP. III — **Aldeias e Fazendas na Ilha de S. Luiz:** 1 — Primeira catequese e Aldeia de Uçaguaba; 2 — Fazenda de Anindiba (Paço do Lumiar); 3 — Ilha de S. Francisco e terras de S. Marcos; 4 — S. Brás; 5 — Nossa Senhora da Vitória de Amandijuí; 6 — Nossa Senhora de Belém de Igaraú, 7 — Aldeia de S. Gonçalo; 8 — Aldeia de S. José. 135

CAP. IV — **Rio Itapicuru:** 1 — Morte, à mão dos bárbaros, dos Padres Francisco Pires e Manuel Moniz e do Ir. Gaspar Fernandes; 2 — Aldeia de S. Miguel; 3 — Morte, ainda às mãos dos bárbaros, do P. João de Vilar; 4 — Aldeia Grande e Aldeia Pequena dos Barbados; 5 — A Aldeia e Seminário das Aldeias Altas (Trezidela — Caxias); 6 — Outras missões 143

CAP. V — **Rio Monim:** 1 — Fazendas do Monim e Iguará; 2 — Aldeia de S. Jacob do Icatú 157

CAP. VI — **Rio Parnaíba:** 1 — Primeiras explorações do Parnaíba e expedições aos Teremembés (1676-1679); 2 — Fundação de Tutóia, Aldeia de Nossa Senhora' da Conceição. 161

CAP. VII — **Rio Mearim:** 1 — Indústria pastoril: Fazendas de Serranos, Morcegos, Matadouro, Cachoeira e Mouxão; 2 — Exploração do Rio Mearim e Arraial Velho dos Mineiros; 3 — A Missão dos Gamelas; 4 — A guerra dos Acroás; 5 — Na Aldeia de

PÁG.

Nossa Senhora da Piedade; 6 — Etnografia dos Gamelas; 7 — Lapela 169

CAP. VIII — **Rio Pindaré:** 1 — Primeiras Aldeias dos Guajajaras; 2 — Lutas no sertão; 3 — Aldeia de Maracu (Viana); 4 — Engenho de S. Bonifácio; 5 — Aldeia de S. Francisco Xavier do Carará (Monção); 6 — As pseudo-minas de oiro do Alto Pinaré; 7 — A redução dos Amanajós e a «Relação Abreviada». 185

CAP. IX — **Alcântara e dependências:** 1 — Fundação da Casa-Colégio; 2 — Aldeias de Serigipe, S. Cristóvão e S. João; 3 — Fazendas do Pindaré, Peri-Açú, Gerijó e Pericumã 199

LIVRO TERCEIRO

PARÁ

CAP. I — **Cidade de Belém do Pará:** 1 — Os primeiros Jesuítas; 2 — O Colégio de S. Alexandre e suas oficinas de escultura e pintura; 3 — Igreja de S. Francisco Xavier; 4 — Outras igrejas reedificadas ou construídas de novo; 5 — O Seminário de Nossa Senhora das Missões; 6 — Reitores do Colégio . . . 205

CAP. II — **Ilha de Joanes ou Marajó:** 1 — A embaixada do Crucifixo; 2 — A redução dos Nheengaibas pelo P. António Vieira; 3 — A Aldeia de Joanes; 4 — Indústria pastoril; 5 — Fazendas de Marajoaçu; 6 — Fazendas do Arari. 235

CAP. III — **Cabo do Norte:** 1 — A Guiana e antecedentes internacionais; 2 — Expedições de reconhecimento e o mapa da região; 3 — Missão e morte dos Padres António Pereira e Bernardo Gomes às mãos dos bárbaros; 4 — Causas e circunstâncias do martírio; 5 — A cruz de 34 palmos. 253

CAP. IV — **Baixo Amazonas:** 1 — Aldeia de Gurupatuba (Monte Alegre); 2 — Aldeia de Urubuquara (Outeiro — Prainha); 3 — Aldeia de Jaquaquara; 4 — Rio Paru, Jarí e Anauerapucu; 5 — De Gurupatuba para cima; 6 — Aldeia de Santa Cruz do Jamundá (Faro) 267

CAP. V — **Aldeias de baixo até o Salgado ou Costa Mar:** 1 — Primeiras Aldeias; 2 — Casa-Colégio da Vigia; 3 — Fazenda de S. Caetano; 4 — Aldeia do Cabu ou dos Tupinambás (Colares); 5 — Maguari, Muribira e Mocajuba; 6 — Aldeia de Tabapará; 7 — Fazenda de Mamaiacu (Pôrto-Salvo); 8 — Fazenda de Curuçá; 9 — Aldeia de Maracanã; 10 — Aldeia de S. João Baptista de Gurupi; 11 — Aldeia de Caeté (Bragança) 279

CAP. VI — **Aldeias de cima até à região das Ilhas e dos Furos:** 1 — Aldeia de Mortigura (Conde); 2 — Fazenda de Gibirié; 3 —

PÁG.

Aldeia do Guamá; 4 — Fazenda de Jaguarari no Rio Moju; 5 — Fazenda de Ibirajuba; 6 — O Rio Pacajá e a «Jornada do Oiro»; 7 — Aldeia de Sumaúma (Beja); 8 Aldeia de Aricarú ou dos Nheengaíbas (Melgaço); 9 — Aldeia de Arucará (Portel); 10 — Aldeia dos Bocas e Araticum (Oeiras) 299

CAP. VII — **Rio Tocantins:** 1 — Aldeias de Camutá, Inhaúba e Parijó; 2 — Entrada de António Vieira; 3 — Preparativos e contradições; 4 — A viagem; 5 — A «viração» das tartarugas; 6 — Os «touros de água» ou jacarés; 7 — As canoas e as cachoeiras da Itaboca; 8 — Entre os Índios; 9 — Entrada de Francisco Veloso e Tomé Ribeiro aos Tupinambás; 10 — Entrada de Tomé Ribeiro aos Carajás; 11 — Entrada de Manuel Nunes e Tomé Ribeiro aos Poquiguaras; 12 — Entrada de Gaspar Misch; 13 — Entrada de Gonçalo de Veras aos Catingas, Aruaquis e Nambiquaras; 14 — Entrada de Manuel da Mota e Jerónimo da Gama aos Jaguaris e Tocaiúnas; 15 — A Aldeia da Itaboca. 313

CAP. VIII — **Gurupá e Rio Xingu:** 1 — Luiz Figueira em Muturu (Pôrto de Mós); 2 — Reflexos em Gurupá do Motim de 1661; 3 — Aldeias do distrito de Gurupá; 4 — Aldeia de Itacuruçá (Veiros); 5 — Aldeia de Piraviri (Pombal); 6 — Aldeia de Aricari (Sousel); 7 — Entradas ao Rio Xingu 345

CAP. IX — **Rio Tapajós:** 1 — Primeiros Jesuítas no Tapajós; 2 — Fundação da Aldeia dos Tapajós (Santarém) e reminiscências do «matriarcado» amazónico; 3 — Iburari (Alter do Chão); 4 — Arapiuns ou Cumuru (Vila Franca); 5 — S. Inácio (Boim); 6 — S. José de Maitapus (Pinhel); 7 — Santa Cruz e Aveiro; 8 — A «Breve Notícia» 357

LIVRO QUARTO

AMAZONAS

CAP. I — **Rio Negro:** 1 — A primeira entrada e a cruz de Tarumás, Francisco Veloso e Manuel Pires (1657); 2 — Exploração a fundo, Manuel Pires e Francisco Gonçalves; 3 — Residência do Rio Negro; 4 — Os Índios Manaus; 5 — Últimas entradas 369

CAP. II — **Alto Amazonas:** 1 — O Rio dos Aruaquis; 2 — O Rio Urubu; 3 — Aldeia dos Tupinambaranas e adjacentes; 4 — Aldeia de [illegible] (Serpa — Itaquatiara) 381

CAP. III — **Rio Madeira:** 1 — Aldeia dos Iruris; 2 — Conspecto geral dos Índios, descimentos, e Aldeias do Madeira e de tôda a região; 3 — Aldeia de Santo António das Cachoeiras; 4 — Aldeia do [illegible] 391

Pág.

CAP. IV — **Rio Solimões:** 1 — Primeiros contactos; 2 — O P. Samuel Fritz e a sua descida ao Pará; 3 — A «Aldeia do Oiro», argumentos e vias de facto; 4 — A Aldeia de S. Francisco Xavier do Javari, fronteira definitiva do Brasil 405

APÊNDICES

APÊNDICE A) — Informação do Rio Maranhão e do grãde Rio Pará, 1618. 425
» B) — Informação da Ilha de S. Domingos, Venezuela, Maranhão e Pará, 1621. 427
» C) — Inventário da Igreja do Maranhão, 1760. 433
» D) — Inventário da Casa dos Exercícios e Religiosa Recreação de Nossa Senhora Madre de Deus, 1760. 437
» E) — Têrmo da Junta de Missões, em S. Luiz do Maranhão, 30 de Março de 1726 439
» F) — Esclarecimentos e rectificações. 445
» G) — Estampas, mapas e autógrafos. 451
» H) — A Imprensa e a sua valiosa contribuição bibliográfica sôbre a «História da Companhia de Jesus no Brasil» 453

ÍNDICE DE NOMES 457
ÍNDICE DE ESTAMPAS. 481

PÁG.

Aldeia do Guamá; 4 — Fazenda de Jaguarari no Rio Moju; 5 — Fazenda de Ibirajuba; 6 — O Rio Pacajá e a «Jornada do Oiro»; 7 — Aldeia de Sumaúma (Beja); 8 Aldeia de Aricarú ou dos Nheengaíbas (Melgaço); 9 — Aldeia de Arucará (Portel); 10 — Aldeia dos Bocas e Araticum (Oeiras) 299

CAP. VII — **Rio Tocantins:** 1 — Aldeias de Camutá, Inhaúba e Parijó; 2 — Entrada de António Vieira; 3 — Preparativos e contradições; 4 — A viagem; 5 — A «viração» das tartarugas; 6 — Os «touros de água» ou jacarés; 7 — As canoas e as cachoeiras da Itaboca; 8 — Entre os Índios; 9 — Entrada de Francisco Veloso e Tomé Ribeiro aos Tupinambás; 10 — Entrada de Tomé Ribeiro aos Carajás; 11 — Entrada de Manuel Nunes e Tomé Ribeiro aos Poquiguaras; 12 — Entrada de Gaspar Misch; 13 — Entrada de Gonçalo de Veras aos Catingas, Aruaquis e Nambiquaras; 14 — Entrada de Manuel da Mota e Jerónimo da Gama aos Jaguaris e Tocaiúnas; 15 — A Aldeia da Itaboca. 313

CAP. VIII — **Gurupá e Rio Xingu:** 1 — Luiz Figueira em Muturu (Pôrto de Mós); 2 — Reflexos em Gurupá do Motim de 1661; 3 — Aldeias do distrito de Gurupá; 4 — Aldeia de Itacuruçá (Veiros); 5 — Aldeia de Piraviri (Pombal); 6 — Aldeia de Aricari (Sousel); 7 — Entradas ao Rio Xingu 345

CAP. IX — **Rio Tapajós:** 1 — Primeiros Jesuítas no Tapajós; 2 — Fundação da Aldeia dos Tapajós (Santarém) e reminiscências do «matriarcado» amazónico; 3 — Iburari (Alter do Chão); 4 — Arapiuns ou Cumuru (Vila Franca); 5 — S. Inácio (Boim); 6 — S. José de Maitapus (Pinhel); 7 — Santa Cruz e Aveiro; 8 — A «Breve Notícia» 357

LIVRO QUARTO

AMAZONAS

CAP. I — **Rio Negro:** 1 — A primeira entrada e a cruz de Tarumás, Francisco Veloso e Manuel Pires (1657); 2 — Exploração a fundo, Manuel Pires e Francisco Gonçalves; 3 — Residência do Rio Negro; 4 — Os Índios Manaus; 5 — Últimas entradas 369

CAP. II — **Alto Amazonas:** 1 — O Rio dos Aruaquis; 2 — O Rio Urubu; 3 — Aldeia dos Tupinambaranas e adjacentes; 4 — Aldeia de Abacaxis (Serpa — Itaquatiara) 381

CAP. III — **Rio Madeira:** 1 — Aldeia dos Iruris; 2 — Conspecto geral dos Índios, descimentos, e Aldeias do Madeira e de tôda a região; 3 — Aldeia de Santo António das Cachoeiras; 4 — Aldeia do Trocano (Borba-a-Nova) 391

Pág.

CAP. IV — **Rio Solimões:** 1 — Primeiros contactos; 2 — O P. Samuel Fritz e a sua descida ao Pará; 3 — A «Aldeia do Oiro», argumentos e vias de facto; 4 — A Aldeia de S. Francisco Xavier do Javari, fronteira definitiva do Brasil 405

APÊNDICES

APÊNDICE A) — Informação do Rio Maranhão e do grãde Rio Pará, 1618. 425
» B) — Informação da Ilha de S. Domingos, Venezuela, Maranhão e Pará, 1621. 427
» C) — Inventário da Igreja do Maranhão, 1760. 433
» D) — Inventário da Casa dos Exercícios e Religiosa Recreação de Nossa Senhora Madre de Deus, 1760. 437
» E) — Têrmo da Junta de Missões, em S. Luiz do Maranhão, 30 de Março de 1726 439
» F) — Esclarecimentos e rectificações. 445
» G) — Estampas, mapas e autógrafos. 451
» H) — A Imprensa e a sua valiosa contribuição bibliográfica sôbre a «História da Companhia de Jesus no Brasil» 453

ÍNDICE DE NOMES 457
ÍNDICE DE ESTAMPAS. 481

Imprimi potest

Flumine Ianuarii, 21 Sept. 1942

Aloisius Riou S. I.

Praep. Prov. Bras. Centr.

Pode imprimir-se

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1942

† SEBASTIÃO LEME, *Cardeal Arcebispo*

ÊSTE TERCEIRO TÔMO
DA HISTÓRIA DA COMPANHIA DE *JESUS NO BRASIL*
ACABOU DE IMPRIMIR-SE
A 2 DE JANEIRO DE *1943*
NA
IMPRENSA NACIONAL
DA CIDADE DE S. SEBASTIÃO DO RIO *DE JANEIRO*
PARA CUJA FUNDAÇÃO TANTO CONCORRERAM OS *JESUÍTAS*